INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE:
Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n° 24.609, de 6 de Julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretivas, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de govêrno e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do **Instituto** compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24.609, de 6 de Julho de 1934, consta de:

1. Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho e do **Instituto**

2 **"Órgãos Deliberativos"**, que são: a *Assembléia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do **Instituto**, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra e Marinha (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera *ad referendum* da Assembléia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J. E. C (reúnem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena)

3 **"Órgãos Opinativos"**, subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc), e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, composto de 32 membros eleitos pela Assembléia Geral

B — QUADRO EXECUTIVO:

1. **"Organização Federal"**, isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Secções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos

2. **"Organização Regional"**, isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística — no Distrito Federal e no Território do Acre — Departamentos de Geografia e Estatística — e os órgãos cooperadores: Serviços e Secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais

3 **"Organização Local"**, isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos Estados, e as Agências nos demais Municípios

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1.527, de 24 de Março de 1937, consta de:

1. Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho.

2 **"Órgãos Deliberativos"**, ou sejam a *Assembléia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário Geral do C. N G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Govêrno Municipal da Capital da República e de um representante do C N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D C. (reúnem-se ordinariamente uma vez por mês)

3 **"Órgãos Opinativos"**, isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C , e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. **"Organização Federal"**, com um órgão executivo central — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Ministério da Viação — e órgãos cooperadores — serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada)

2 **"Organização Regional"**, isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. **"Organização Local"**, — os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

III — SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O Sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as Comissões Censitárias — e de órgãos executivos, cujo conjunto é denominado **Serviço Nacional de Recenseamento**

A — COMISSÕES CENSITÁRIAS:

1 A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do Secretário do Conselho Nacional de Geografia, do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Aturial e de três outros membros — um dos quais como seu Presidente e Diretor dos trabalhos censitários — eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo.

2 As 22 Comissões Censitárias Regionais, órgãos orientadores, cada um das quais se compõe do Delegado Regional do Recenseamento, como seu Presidente, do Diretor em exercício da repartição central regional de estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística

3 As Comissões Censitárias Municipais, órgãos cooperadores, cada uma das quais constituída por três membros efetivos — o Prefeito Municipal, como seu Presidente, o Delegado Municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores

B — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO:

1 A **"Direção Central"**, composta de uma Secretaria, da Divisão Administrativa, da Divisão de Publicidade e da Divisão Técnica

2. As **"Delegacias Regionais"**, uma em cada Unidade da Federação

3 As **"Delegacias Seccionais"**, em número de 117, abrangendo grupos de Municípios

4 As **"Delegacias Municipais"**.

5 O **"Corpo de Recenseadores"**

Sede do INSTITUTO: Praça Mauá, 7 - 11.º andar
RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do I B G. E e de seus dois Conselhos; *Heitor Bracet*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Landulfo Antônio Borges da Fonseca*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *José Correia de Melo*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espíndola*, representante do Ministério da Marinha; João de Lourenço, representante do Ministério da Fazenda;*Alberto de Cerqueira Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Joaquim Licínio de Souza Almeida*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Osvaldo Gomes da Costa Miranda*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Mário Augusto Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do I B G E e do Conselho, representante do Ministério da Educação e Saúde

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS — ACRE: *Francisco Braga Sobrinho*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAZONAS: *Júlio Benevides Uchoa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *José Coutinho de Oliveira*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Cássio Reis Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *João Bastos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *J Martins Rodrigues*, secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *Manuel Martins Júnior*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: Leomax Falcão, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *Apolônio Sales*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *João de Mesquita Lara*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: João Carlos de Almeida, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAÍA: *Afrânio de Carvalho*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Nelson Goulart Monteiro*, secretário do Govêrno; RIO DE JANEIRO: *Heitor Gurgel*, secretário do Govêrno; DISTRITO FEDERAL: *Sérgio Nunes Magalhães Júnior*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Djalma Forjaz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Augusto Beltrão Pernetta*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Virgílio Gualberto*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Mem de Sá*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *J. Ponce de Arruda*, Secretário Geral do Estado; GOIAZ: *Balduíno Santa Cruz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Joaquim Ribeiro Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística.

CONSULTORES TÉCNICOS — *A* — Secções: I — **Estatística metodológica:** *Milton da Silva Rodrigues;* II — **Estatística matemática:** *Jorge Kafuri;* III — **Estatística cosmográfica:** *Lélio Gama;* IV — **Estatística geológica:** (vago); V — **Estatística climatológica:** *Sampaio Ferraz;* VI — **Estatística territorial:** *Everardo Backeuser;* VII — **Estatística biológica:** *Almeida Júnior;* VIII — **Estatística antropológica:** *Roquete Pinto;* IX — **Estatística demográfica:** *Sérgio Milliet;* X — **Estatística agrícola:** *Artur Tôrres Filho;* XI — **Estatística industrial:** *Roberto Simonsen;* XII — **Estatística dos transportes:** *Aimoré Drumond;* XIII — **Estatística das comunicações:** *Eugênio Gudin;* XIV — **Estatística comercial:** *Valentim Bouças;* XV — **Estatística de consumo:** *Nogueira de Paula;* XVI — **Estatística dos serviços urbanos:** *José Otacílio de Sabóia Medeiros;* XVII — **Estatística do serviço social:** *Fernando Magalhães;* XVIII — **Estatística do trabalho:** *Plínio Cantanhede;* XIX — **Estatística atuarial:** *Lino de Sá Pereira;* XX — **Estatística educacional:** *Lourenço Filho;* XXI — **Estatística cultural:** *Fernando Azevedo;* XXII — **Estatística moral:** *Alceu de Amoroso Lima;* XXIII — **Estatística dos cultos:** padre *Helder Câmara;* XXIV — **Estatística policial:** (vago); XXV — **Estatística judiciária:** *Filadelfo Azevedo;* XXVI — **Estatística da defesa nacional:** *General Francisco José Pinto;* XXVII — **Estatística da organização administrativa:** *Francisco Sales de Oliveira;* XXVIII — **Estatística financeira:** *Romero Estelita;* XXIX — **Estatística política:** *Azevedo Amaral B.* — Representações: I — **Agricultura:** *Fernando Costa;* II — **Indústria:** *A J Rener;* III — **Comércio:** *Lafaiete Belfort Garcia;* IV — **Trabalho:** *João Carlos Vital;* V — **Imprensa:** *Paulo Filho;* VI — **Ensino:** *Raul Leitão da Cunha;* VII — **Religião:** padre *Leonel Franca*

COMISSÕES TÉCNICAS — **I Comissão de Estatísticas Fisiográficas:** organização federal — *Cristovam Leite de Castro e Fábio de Macedo Soares Guimarães;* organização regional — *Raimundo Nobre Passos* (Pará), *Mário Barata* (Ceará) e *Everal Pimentel* (Sergipe) **II Comissão de Estatísticas Demográficas:** organização federal — *Eurico Rangel* e *Luiz Nunes Briggs;* organização regional — *Antônio Lugon* (Espírito Santo), *Leônidas Machado* (Rio Grande do Sul) e *Sisenando Costa* (Paraíba) **III Comissão de Estatísticas da Produção:** organização federal — *Luiz Faria Braga* e *Dulce Matos Meurer;* organização regional — *Gustavo Godói* (São Paulo), *Joaquim Ribeiro Costa* (Minas Gerais) e *Francisco Steele* (Rio de Janeiro) **IV Comissão de Estatísticas da Circulação, Distribuição e Consumo:** organização federal — *Edgar Brandão Maldonado* e *Luiz Chaves do Couto e Silva;* organização regional — *Augusto de Lima Pontes* (São Paulo), *Ivon Magalhães Pinto* (Minas Gerais) e *José Maria de Carvalho Veras* (Alagoas). **V Comissão de Estatísticas do Bem Estar Social:** organização federal — *Heitor Elói Alvim Pessoa* e *Lauro Sodré Viveiros de Castro;* organização regional: — *Manuel Martins Júnior* (Rio Grande do Norte), *Newton Pires de Azevedo* (Acre) e *Cássio Reis Costa* (Maranhão). **VI Comissão de Estatística de Assistência Social:** organização federal — *Carlos Imbassaí* e *Antônio Garcia de Miranda Neto;* organização regional — *Virgílio Gualberto* (Santa Catarina), *Felipe Neri* (Baía) e *Irene Arruda* (Mato Grosso). **VII Comissão de Estatísticas Educacionais:** organização federal — *Mary Tuminelli* e *Zaíra Pinto;* organização regional — *Gastão M. Gouveia* (Rio de Janeiro), *Pedro Matos* (Distrito Federal) e *Delí de Carvalho* (Paraná). **VIII Comissão de Estatísticas Culturais:** organização federal—*Alberto Martins* e *Germano Jardim;* organização regional — *Ernesto Pelanda* (Rio Grande do Sul), *Sousa Barros* (Pernambuco) e *Eglantine de Sousa* (Amazonas) **IX Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas:** organização federal — *Custódio Viveiros* e *Ângelo Fioravanti;* organização regional — *Antônio Matos* (Baía), *Balduíno Santa Cruz* (Goiaz) e *Ismar Bento Gonçalves* (Piauí)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano I | OUTUBRO - DEZEMBRO, 1940 | N.º 4

LOURENÇO FILHO

(Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística)

ALGUNS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (*)

OS que se desvelam pela defesa nacional procuram aquí fazer ouvir a palavra dos que meditam sôbre a educação. Nada mais natural. Entre a formação cultural do povo e a defesa da Nação não será difícil perceber o mesmo nexo que religa meios e fins Formas e métodos de segurança repousam, afinal, em capacidade de organização. E essa capacidade não é dom de povos eleitos, mas dos que a procurem conquistar, servindo-se dos processos de direção social, sistematizados naquilo a que chamamos "educação pública". Também se poderia acrescentar que não há espírito de defesa onde o povo não sinta que algo exista a defender. E o que as nações teem a defender não são os bens materiais que, a rigor, não chegam a constituir-lhes a essência. Mas só o que, justamente, a educação sabe criar entre os homens, uma robusta conciência comum, um liame de solidariedade moral, que a todos identifique, em propósitos que possam transcender os limitados interêsses de cada qual.

Como já observava Renan, em horas de angústia para a sua pátria — e hoje, *helas!* tão dolorosamente renovadas — o que logra criar as nações, sustentá-las em seu desenvolvimento e projetá-las no futuro não é senão um clima espiritual, provindo do amor a tradições comuns e de convicta esperança em aspirações solidárias Êsse clima, o apêgo a essas tradições, e o calor dessas aspirações não se herdam com o sangue, nem só em sua unidade se justificam. Hão de arraigar-se aquelas e de se exaltarem estas, no livre comércio do espírito, onde encontram as verdadeiras origens e as fontes de perpétua renovação.

Podemos dizer, portanto, que, se quisermos cuidar da defesa, tanto em seu espírito quanto em seu objeto, havemos de cuidar incessantemente da educação. Da educação pública em todos os gêneros e graus. Mas, de todas as modalidades, por certo, daquela que ao maior número atinja, da que mais extensamente comunique, daquela que possa reforçar a trama de idéias e de sentimentos, por fôrça do qual o espírito mesmo da Nação se organiza

A essa modalidade de educação é que, legitimamente, cabe o nome de "primária". Primária é ela, porque "primeira" na ordem natural de aquisição E primária, porque "primacial" no plano onde deitam as suas raízes, afinal, os pequenos e os grandes problemas da vida coletiva.

(*) Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, a convite da Liga de Defesa Nacional, em Agosto de 1940.

Conceituação de educação primária

Entre essa larga concepção de "educação primária" e a noção que se possa ter do trabalho escolar, mais comumente ligado à expressão, há por certo que distinguir. O que aquí estamos chamando de educação primária decorre da observação de um processo social, não tenta caracterizar uma instituição que dêsse processo tenha surgido, necessariamente diversa segundo as condições de tempo e de lugar, em que ocorra.

Como processo genérico, a educação primária, porque "primeira" e porque a "de todos", visa à assimilação das novas gerações aos núcleos de cultura organizada a que pertençam e, ainda, a dos indivíduos das áreas marginais a êsses núcleos, com êles em maior ou menor contacto necessário. Não aparece, a rigor, como educação exclusiva da infância, muito embora nessa idade deva predominante e preferentemente atuar Não aparece também como função exclusiva de instituições escolares, pois que nem sempre nelas teria encontrado o seu instrumento fundamental.

Falar da escola *em têrmos de educação* é, aliás, uma descoberta recente. Nas origens, a escola foi um órgão de instrução, e especialmente de instrução para fins religiosos, políticos ou profissionais Só abria as portas, por isso, a grupos reduzidos de população Como a história claramente parece indicar, a escola teria nascido por necessidade de divisão do trabalho, no formar e dirigir certos indivíduos para fins específicos. Ao "ludus magister" e ao "grammaticus", da antiguidade, como aos mestres das "escolas catedrais", de Carlos Magno ou, ainda, aos regentes de nossas antigas "escolas-régias" cabiam tarefas limitadas, muito diversas da que pretendemos tenham hoje os professores primários

O que parece certo é que a escola só experimentou ensaiar mais largos objetivos, interpretando, por essa forma, de modo mais direto o processo genérico da ação educativa da comunidade, quando úm grupo social suficientemente poderoso tenha procurado acudir, por meio do ensino sistemático, ao desfalecimento de tradições e aspirações da coletividade, que outros grupos já não respeitassem ou amesquinhassem em seu valor. E' fácil verificar que a "institucionalização" da escola, como a reinterpretação periódica de suas funções, no sentido de fazê-la instrumento de defesa coletiva, teem ocorrido em épocas de transição social, acompanhando movimentos de idéias muito mais amplos que os de qualquer doutrina pedagógica concebida em abstrato. Assim foi em Esparta; assim, com o entrechoque de idéias da reforma e da contra-reforma; assim, com a revolução francesa; assim também com a reação político-social decorrente da organização dos Estados de base nacional, após as lutas napoleônicas — movimento de que os efeitos são até agora sensíveis.

A educação primária e o Estado

Realmente só depois da reação referida é que a idéia dos sistemas públicos de educação, organizados e mantidos pelo Estado, haveria de tomar forma definida Tal como a vemos hoje é a escola, pode-se dizer, uma criação do século XIX Ela teria visado, de início, à instrução pública, não ainda a uma obra mais ampla e profunda de direção social Tentava a luta contra o monopólio da sabedoria, para a extinção do qual se criavam aulas ou postos de ensino afim de servirem às necessidades de concorrência individual, mais que aos interêsses do conjunto social. Mas esta fase não haveria de tardar. As nações de base nacional-territorial tomavam corpo e, nessa mudança, novas condições de vida econômica começavam também a influir. A revolução industrial criava um novo tipo de cidadão, interessado nos problemas gerais do Estado, e que seria preciso formar e dirigir Ao Estado se impunha, em consequência, uma nova posição em face das questões de ordem educativa.

Essa posição, bem o sabemos, é de decidida intervenção, não por amor a um sistema ou a uma filosofia, mas por simples necessidade de organização e, as-

sim, de segurança. Aos povos modernos pede-se uma conciência comum, que só uma educação comum pode fornecer. O Estado aí não intervém no sentido de garantia dos "direitos do homem", ou no exercício de obrigação decorrente de um "contrato social", mas para atender a uma função imperativa de garantia da vida comum. O que transfere do domínio privado para o domínio público os assuntos de influência coletiva, lembra judiciosamente John Dewey, não é senão a gravidade e a extensão das consequências dos atos que determinam. Com a educação, nos tempos modernos, não se deu certamente outra coisa

A escola deixou de ser, por isso, simples instrumento de transmissão de cultura, para chamar a si decisivamente, na qualidade de órgão público, órgão do Estado, função mais larga de coordenação e regularização das necessidades de vida coletiva. A escola popular já não aparece apenas como gratuita, mas como obrigatória. E, nos países em que a obrigatoriedade já tivesse sido ensaiada, cresce agora a extensão da escolaridade, atingindo a largos períodos da existência humana. Não se restringe a escola a ensinar os rudimentos da cultura literária: pretende-se que ela coopere de maneira positiva na formação integral do homem e do cidadão, que cuide da saúde dos escolares, que os inicie nas técnicas do trabalho, que neles suscite sentimentos de maior coesão social no sentido de aumentar a disciplina interna e de garantir a continuidade histórica de cada povo, em face de outros povos

Por essa atuação mais recente do Estado, como que vemos fechar-se o ciclo de evolução das instituições escolares, no processo genérico da educação. A função primária, essencialmente homogeneizadora dêsse processo, era conjuntamente exercida pelo lar, pela igreja, pelos grupos profissionais e pelos grupos de recreação. Operava pela transmissão da língua, dos costumes, da estrutura religiosa e política, das técnicas de trabalho e do emprêgo das horas de lazer. Educação não diferenciada, educação sensivelmente niveladora. A escola aparece, nesse momento, como órgão originariamente preposto a diferenciar. Surge ao serviço de grupos específicos, com o propósito deliberado de dar a seus novos elementos preparação que os habilitasse a missão própria. As lutas religiosas teriam imprimido à ação de instruir o povo objetivos menos estreitamente utilitários. Mas foi a intervenção do Estado que lhe haveria de dar o caráter de instituição de educação integral — órgão de coordenação e reforçamento da ação educativa da comunidade, dantes dividida e dispersa, na ação menos coordenada de seus vários órgãos

Nessa coordenação, ou nesse esfôrço de integração, o objetivo da preparação para a cidadania é capital. Na situação atual do mundo — já o sublinhou um espírito suficientemente cético e demolidor, para ser crido, o de Bertrand Russell — só êsse traço consegue conciliar as funções da escola popular; seu papel primeiro é, sem dúvida alguma, o de formar no homem a conciência da Nação.

Educação "de plano" e educação "em plano"

Dentro da concepção a que por último se aludiu, não se deve necessariamente concluir que dela decorra um rígido "estatismo". Êle existe, é certo, nos regimes em que a escola do Estado não deva formar apenas o homem e o cidadão, mas o "partidário". Nesse caso há uma educação "de plano", cujo objetivo é o de preparar, como na indústria moderna, produtos em série Tende-se, na expressão de um autor, à "simplificação dos indivíduos", aproveitados todos no campo da atividade estatal. Dessa idéia, tirou Aldous Huxley o tema que desenvolve na cruel fantasia de "Brave New World". A educação "de plano" chegaria aos extremos dos "centros de incubação" e dos "laboratórios de condicionamento" por... "hipno-pedagogia".

E' claro que, numa educação "de plano", já não interpretará a escola o processo educativo da comunidade, com a sua riqueza de aspectos e os seus natu-

rais motivos de compensação e equilíbrio. Mas entre essa concepção e a oposta, de neutralidade ou indiferença do Estado, atitude também agora insustentável, em face da situação do mundo, pode conceber-se uma política que garanta os interêsses gerais de segurança, mas atenda também à verdadeira compreensão funcional da educação Isso obriga a instituir-se um sistema, cuja expansão e desenvolvimento venha a basear-se no estudo das condições objetivas, nas necessidades reais e nas possibilidades do meio social, sem menospreço pelos atributos da personalidade humana. Não assim a educação "de plano", mas a educação "em plano". Não a educação para instituições definidas de uma vez por todas, mas a educação, em sua função natural, de processo em busca de melhores, mais adiantadas e mais livres formas de vida em comum

Sistemas rigidamente concebidos para a obtenção de tipos uniformes de indivíduos, sob regime despótico, representariam flagrante contradição com as conclusões das teorias pedagógicas modernas, nas quais o respeito às condições de integração social do educando é ponto incontrovertido Admitir-se, por outro lado, sistemas educativos sem qualquer direção, ou planificação, por parte do Estado, será supor que o processo não tenha sentido social, ou que êsse sentido possa ser espontaneamente encontrado, nas complexas organizações da vida coletiva de nossos dias, em que as lutas de grupos podem levar à própria destruição O que as lições da história e da educação comparada facilmente demonstram é que se torna necessário disciplinar o processo educativo, em linhas que permitam a segurança e o progresso social, de modo algum incompatível com o pleno desenvolvimento das capacidades e aptidões dos indivíduos.

No estado atual da evolução pedagógica é possível encontrar bases objetivas para uma tal disciplina. Na educação discriminam-se "antecedentes" e "consequentes", comprovam-se "relações de dependência", admite-se uma "conjuntura" susceptível de interpretação digna de confiança E' possível traçar as grandes linhas de um sistema público de ensino, e organizar instituições de educação extra-escolar, para efeitos a serem obtidos com segurança E' possível dar-lhes funcionamento de modo a que se possa comprovar eficientemente o trabalho que realizem E' possível, enfim, mantê-los "em plano", isto é, em constante reajustamento, para que os resultados possam exprimir verdadeiro resultado de integração social.

À luz destas observações do processo educativo, e de sua direção pelo Estado, especialmente pela escola popular, é que devemos passar a considerar agora os aspectos da educação primária brasileira, tal como a estejam produzindo as escolas Não que a elas caiba todo o processo educativo Mas no que elas teem produzido e estão produzindo mais facilmente poderemos colhêr as lições de experiência. No dito espirituoso de Henri Bordeaux, a experiência é uma roupa sob medida: não devemos, por isso usar as roupas de outrem, muito embora os figurinos estranhos possam muitas vêzes sugerir o progresso e o aperfeiçoamento.

Primeiro aspecto, o geográfico

Que aspectos devemos considerar na organização da educação primária pelas escolas? O primeiro aspecto deverá ser o da magnitude da área a ser abrangida pelo sistema escolar, ou a ser coberta por uma rede suficiente na quantidade de postos de ensino. Se a população do país estivesse regularmente distribuída pelo território, deveríamos compreender nele duzentos e cincoenta mil distritos escolares, de raio de três quilômetros, que deveriam ser a sede de igual número de instituições escolares.

Mas a verdade é que a população assim não se distribue A densidade demográfica é variável de região a região. Apresenta-se apenas como 1,08 habitantes, no Norte, isto é, nos Estados de Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Território do Acre (população de 4.231.545, para uma área de 3 928.789). E' de

21,41 nos Estados do Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas (população de 8.238.744, para 384.747 km²). Exprime-se com índice de 9,43 na região Este, com Sergipe, Baía e Espírito Santo (população de 5 619.613, para 595.615 km²). Alcança 18,56 nos Estados do Sul — Estado do Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (população de 16.167.806, para 870 994 km²) E' finalmente de 3,29 nos Estados do Centro: Mato Grosso, Goiaz e Minas Gerais (população de 8 989.223 para 2.731.044 km²).

Ainda dentro de cada região, a densidade é extremamente variável. Assim, no Norte, oscila entre 0,25 (Amazonas) e 3,25 (Maranhão). Na região do Nordeste, entre 11,43 (Ceará) e 43,30 (Alagoas). No Este, entre 8,18 (Baía) e 26,07 (Sergipe). No Sul, entre 5,34 (Paraná) e 49,76 (Estado do Rio) No centro, entre 0,26 (Mato Grosso) e 13,19 (Minas Gerais).

Um plano de caráter nacional deverá considerar essas desigualdades, determinando a área "escolarizável" para o cálculo do número ótimo de postos de ensino, e a sua distribuição para um ótimo rendimento. Os primeiros estudos sôbre a matéria foram tentados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que deles deu notícia num de seus primeiros boletins [1] E o assunto despertou o interêsse de vários técnicos

E' assim que o Sr Ildefonso Escobar, do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, diante da disparidade de distribuição demográfica, lembra três sistemas para a determinação da área escolarizável do país. O primeiro seria o de considerar a densidade média de todo o território, sem maior valor prático, como já se viu O segundo seria o de dividir-se o território nacional em três zonas distintas: a de população de densidade máxima, de densidade média, e de densidade mínima Os índices a serem obtidos estariam ainda muito afastados da realidade, como o reconhece também o Sr. Ildefonso Escobar. O último seria o de calcular o índice de escolas por município, mais vantajoso, por mais seguro O elemento básico para um estudo dêsse gênero já foi obtido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que fez levantar, em cooperação com os Estados, os mapas de todos os municípios. Os dados censitários necessários serão fornecidos pelo recenseamento geral da República, em Setembro próximo. Essa operação, fundamental para tantos problemas nacionais, também o será para a educação, como é fácil concluir do exposto.

Outro técnico do mesmo Serviço, o Sr. Moacir Rodrigues Barbosa, procurou uma solução de ordem geral, para o problema da área escolarizável, tomando por base concepção diversa, muito engenhosa, aliás. Tendo à vista os dados da estimativa da população, e os das superfícies dos municípios, estudou, para cada um, a área já escolarizada, em função da população escolar recebida pelas escolas em funcionamento. O *deficit* da população escolar foi distribuído, em cada caso, pela área ainda escolarizável e área de todo não escolarizável. Por seus cálculos, a área escolarizável do país é a de aproximadamente um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados (menos de 1/5 da área total), de que cêrca de metade já se acha provida de escolas. O número de postos de ensino ainda necessários para cobrir a área escolarizável, e não ainda escolarizada, seria o de algumas dezenas de milhares Necessitariam deles, em maior percentagem, os Estados de Alagoas, Baía, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo.

O Sr. Moacir Rodrigues Barbosa supõe a existência de uma população infantil de mais de um milhão de crianças de 7 a 13 anos, em área não "escolarizada" — isto é, onde não existam escolas atualmente — e também não "escolarizável", isto é, em que a densidade de população, por muito rarefeita, não comporta escolas do tipo comum.

---

[1] *O ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936*, Boletim n º 1, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Dezembro de 1939

A grande dificuldade do aspecto geográfico é a de não se apresentar contínuo o povoamento, para permitir providências de fácil organização. A área escolarizável, onde vive a maior parte da população total do país, não é maior que um milhão e quinhentos mil quilômetros, mas ela se acha em manchas no litoral, e pontilhada pelo interior na vastidão de nossos oito milhões e meio de quilômetros quadrados

Esta observação, aparentemente simples, revela os grandes problemas da organização de um plano de educação primária, que possa ter ação sôbre todas as crianças brasileiras. Para uma parte da população infantil, e não desprezível, essa atuação não poderá ser a da escola de tipo comum. Já o observou o Dr M. A. Teixeira de Freitas, mestre que todos reverenciamos, quando propôs a instituição de internatos rurais e de colônias escolares, pelos sertões [2]

Segundo aspecto, o demográfico

Quaisquer que sejam os problemas que a distribuição demográfica imponha ao sistema escolar, a população é uma realidade, e deve ser conhecida em seu conjunto Passamos, assim, ao segundo aspecto a ser levado em conta nesta análise, o da "população escolar".

Esta questão fere ao espírito mais intensamente, e com razão Pelo cotejo das cifras em que a população escolar se exprima, com as da matrícula atual nas escolas, pode-se facilmente concluir pelo número das crianças que deveriam estar frequentando as aulas, e que, no entanto, não as frequentem. O problema parece ter solução muito simples. Obtém-se os dados da população total ou absoluta, pelas indicações de recenseamento, ou por estimativa. Conhecidas, pelos resultados de censos, as taxas de composição da população, escolhem-se as das idades consideradas como de população escolar e, por simples operação aritmética, obtém-se o *quantum* desejado.

Observa-se, no entanto, que essas afirmações são válidas para a pesquisa de uma população escolar "teórica", não assim da população escolar "real". Os dois sentidos em que a expressão pode ser empregada tem levado mesmo muitos de nossos publicistas a conclusões nem sempre acertadas, quanto ao número de crianças que deveriam estar recebendo os benefícios da escola, e que se achem, no entanto, afastadas dela.

A população escolar "teórica" pode ser calculada segundo grupos de idade mais ou menos numerosos Nem há critério universal a respeito. Em trabalho que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos elabora numa de suas secções técnicas, chefiada pelo Prof Pascoal Leme, verificou-se que nem mesmo os limites de obrigatoriedade escolar dos diferentes países podem servir para a fixação de um critério. Entre 50 países estudados, encontram-se 15 limites diversos Os mais frequentes são os de 6 a 14 anos, e os de 7 a 15.

Note-se, porém, que não compreendem êles exatamente a extensão do número de anos dos cursos que as escolas dos mesmos países ofereçam. E' assim que, ao invés de 16 limites diversos, encontram-se, para a extensão dos cursos, nos mesmos países, apenas 8 A escolaridade legal mais frequente varia entre 7 e 8 anos.

Entre os nossos Estados, os limites para a obrigatoriedade de matrícula são também variáveis Treze Estados adotam os limites de 7 a 12 anos. Note-se que tais limites não correspondem, na legislação dos mesmos Estados, aos da

---

[2] Em trabalho apresentado no IX Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Setembro de 1940, em Florianópolis, o mesmo autorizado técnico declara que "a população que já é ou pode ser assistida pela escola, correspondendo a 96,71 % da população total, ocupa uma área seguramente inferior a 1 324 380 Km2, que se pode considerar como o espaço social da Nação Nos 7.186.000 Km2 restantes, habitam apenas 1 423 000 brasileiros; êste é o espaço político, de dominação, que reclama urgentemente ocupação efetiva, povoamento e colonização".

possibilidade de matrícula. Os limites para a matrícula são, em geral, mais extensos, o que interfere de modo prejudicial na organização escolar e na própria verificação do cumprimento da obrigatoriedade. Não correspondem também à extensão dos cursos oferecidos. O Distrito Federal e alguns Estados consignam cursos de 5 anos. Mas, nem todas as suas escolas manteem essa extensão. Noutros, dois ou três tipos de escola concorrentes inutilizam qualquer idéia de sistema.

Por outro lado, verifica-se que a *escolaridade real*, a que é expressa pelo movimento de frequência, mantém-se em nível médio abaixo de três anos. Não defendemos, de modo algum, que isto seja o ideal. Mas temos que confessar que é essa a realidade. E realidade que nos obrigará a tomar cuidados especiais na estimativa da população escolar *real*, para o efeito de afirmar qual o *deficit* de crianças sem escola.

Não será preciso muito esfôrço para perceber-se que qualquer estimativa de uma população escolar *teórica*, não oferece base para o cálculo dêsse *deficit*. Com efeito, desde que a escolaridade média oferecida pela maioria das escolas, e também muito aproximadamente a escolaridade real, seja a de três anos, supor escolaridade teórica de maior extensão não terá qualquer valor prático. E não terá valor prático porque a obrigatoriedade passa a não ter objeto Como obrigar a frequência de seis ou mais anos, quando o curso que a escola oferece tem a extensão apenas de três?...

Passaríamos a incluir, assim, entre os alunos obrigados à matrícula e frequência, elevada percentagem daqueles que já tivessem satisfeito as obrigações reais da vida escolar. E, quando cotejado o *quantum* da população, assim estimada, com o da matrícula anual nas escolas, afirmaríamos que estariam condenados à ignorância, os mesmos alunos que já tivessem concluído o curso primário, que lhes pudemos oferecer...

Vimos, no entanto, que nada menos de dezoito Estados assim consideram o problema, em sua legislação, para os efeitos da obrigatoriedade. E podemos observar que publicações, mesmo de órgãos técnicos dos Estados, frequentemente sub-estimam o trabalho de suas escolas, por confrontarem o rendimento delas com uma "população escolar" de sentido inteiramente abstrato

Há duas coisas bem distintas como se pretendeu demonstrar. A população escolar *teórica* e a população escolar *real*. A primeira, para efeito de cálculos de como deveria ser um sistema escolar mais extenso ou completo, no país, tem inteiro cabimento. Não, porém, como vimos, para o cômputo das crianças que não estejam frequentando escolas.

Mesmo em relação a esta, nem sempre teem agido, porém, com a necessária cautela, muitos dos que se teem ocupado do assunto E' assim que as taxas de composição da população são, algumas vêzes, tomadas a outros países, cujos índices de crescimento demográfico não coincidem com os nossos. Tem-se empregado taxas variáveis e limites de idades variáveis, com o que, afinal, tudo se poderá concluir

Adotada a taxa de 19 %, para as idades de 7 a 13 anos, por exemplo, a população escolar do Brasil, em 1937 (ano de referência em todo êste trabalho por ser o do último levantamento escolar completamente apurado), seria a de 8.479.848 Adotada a de 13,5, baixa para 5.838.335. Poderíamos ainda calcular a população de 7 a 14 anos, como a de 7 a 12. De 7 a 14, seria a população escolar de nove milhões e meio De 7 a 12, sete milhões e pouco, feitos os cálculos pela composição da população no censo de 1920.

Qualquer dêsses números, exprime a população escolar "teórica", para uma escola de sete ou oito anos de extensão de curso, e não há dúvida que se tivéssemos uma escola dessa extensão, deveriam ser êles levados em conta Como

não a temos, os resultados expressos por êsses cálculos não se prestam, validamente, para nenhum cotejo que possa exprimir a realidade do número de crianças que estejam recebendo os benefícios da escola, e daquelas privadas dêsses benefícios As conclusões a que chegássemos estariam sempre eivadas de vício insanável.

Já o tem notado o ilustre Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, mas não será demasiado insistir neste ponto Notou-o, também, estudando o assunto por outro aspecto, o Dr José Jobim, do Conselho do Comércio Exterior Sua observação apóia-se em argumento diverso e que é o seguinte países como a Bélgica, a França, a Inglaterra, entre outros, apresentam nas escolas primárias um contingente que varia de 10 a 14 %, em relação à população total E está verificado que não apresentam êles elevada percentagem de analfabetos O Brasil mantém nas escolas cêrca de 7 %. Como apresenta, então, 70 % de crianças fora das escolas? A diferença da taxa de composição da população não poderia explicar o fenômeno

Com grande senso de realidade, estimou o Dr Teixeira de Freitas a população escolar, que seria então a real, para uma escola de três anos, em 1937, em 3 906 874 crianças Para um curso de cinco anos, em 5 998 789 Digamos quatro, e seis milhões, respectivamente Com o primeiro dêsses números seria razoável proceder a um cotejo com os alunos matriculados, se a obrigatoriedade incidisse rigorosamente nas idades consideradas (7, 8 e 9 anos), e não matriculassem nossas escolas alunos de 11, 12, 13 e 14 anos. Sabemos que matriculam alunos dessas idades, atrasados em relação à sua matrícula inicial E sabemos também que a percentagem de alunos repetentes, sobretudo na primeira série escolar, é elevada

À falta de maior racionalização do trabalho escolar, tão necessária, será lícito fazer o confronto da matrícula existente com um total de quatro idades Teríamos um montante aproximado de cinco milhões de crianças, no ano de 1937, em que a matrícula geral no ensino primário, comum e supletivo fundamental, atingiu a mais de dois milhões e oitocentos mil alunos. Sendo a matrícula do ensino supletivo, de cêrca de 200 mil, teremos, em números redondos, dois milhões seiscentas e cincoenta mil crianças matriculadas

Podemos, *grosso-modo,* dizer sem receio que mantínhamos, em 1937, mais de metade da população escolar "real" nas escolas, isto é, daquela população escolar para a qual efetivamente nossas escolas estão preparadas para servir [3] Diga-se, porém, que a verificação exata do *quantum* de cada idade, só nos será dada pelo recenseamento geral de Setembro Diante de seus resultados, quaisquer estimativas perderão toda e qualquer expressão. Quaisquer, inclusive estas, por mais resguardadas que estejam, pelas reservas que apresentamos

Terceiro aspecto, o político-social

Passados assim em revista, o terreno em que se deve operar e os contingentes a enquadrar num sistema escolar, de maior ou menor alcance, vejamos como a administração tem encarado o problema do ensino primário pelo aspecto político-social.

Não tivemos até há pouco, um órgão de caráter nacional para a administração dêsse ensino Em 1937, criou-se, no Departamento Nacional de Educação, uma divisão especializada, para êsse fim Mas, à falta de uma legisla-

---

[3] Na memória apresentada pelo Dr M A Teixeira de Freitas ao IX Congresso Nacional de Geografia, e a que se fez referência, diz o ilustre autor: "A "idade escolar" em sentido restrito, isto é, a idade que abrange os indivíduos cujo efetivo constitue a expressão limite do grupo social em relação ao qual tem o Estado o dever de prestar a assistência educativa de grau elementar, — tal idade é, e *só pode ser*, no Brasil e *para o Brasil,* dos 7 aos 9 anos "

ção nacional, que levasse a União a coordenar os esforços dos Estados, os resultados de seus trabalhos teem sido pouco sensíveis

Não possuímos um sistema de ensino, mas tantos quantos sejam as unidades federadas. No geral, em cada unidade, as instituições escolares são subordinadas a um órgão departamental. Sete Estados chamam a êsse órgão "diretoria de instrução" ou "diretoria de educação". Doze, dão-lhe o nome de "departamento de educação". Cinco Estados e o Distrito Federal possuem secretarias de govêrno especializadas para os negócios de educação. As secretarias manteem, em geral, o tipo de órgãos políticos; os departamentos ou diretorias, as funções propriamente técnicas e de administração.

Tem-se verificado, nos últimos anos, um grande esfôrço no sentido de melhor aparelhamento dêsses órgãos A administração se ressente, no entanto, de um modo geral, da falta de órgãos propriamente técnicos de planejamento e de orientação do ensino. A criação das escolas, a sua localização ou transferência não derivam de um plano objetivo e coerente. Mesmo em Estados dos mais adiantados, como São Paulo, êsse fato tem ocorrido, como o observou em recente relatório, um de seus diretores de ensino.[4]

A verdade é que os problemas sociais relacionados com a educação primária não vinham sendo encarados de perto pela administração; ou se o eram, isso se vinha fazendo sem nenhuma continuidade. Haja vista a ausência de uma política escolar de "nacionalização", nos núcleos de descendência estrangeira, em vários Estados.

De alguns anos a esta parte, no entanto, os regulamentos e leis estaduais de ensino veem acentuando o papel social da escola Os fins da educação primária são por essa forma definidos em leis de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Baía, Estado do Rio, Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Piauí e Goiaz. A legislação dos Estados de Mato Grosso, Paraná e Ceará não apresenta de modo expresso uma definição Os Estados de Alagoas, Amazonas e Rio Grande do Norte declaram que o fim da escola é alfabetizar; o da Paraíba, que o fim é o de promover educação física, moral e intelectual; o da Pará, que o ensino é o de "letras".

A não ser na legislação de São Paulo (Código de Educação, de 1933), e na do Rio Grande do Sul (Dec de Novembro de 1939), não se acentua a função de integração nacional que deve ter a educação primária Não se cometa a injustiça de atribuir aos demais Estados, a idéia de que o ensino primário, que veem mantendo, seja de qualquer forma indiferente à causa nacional. Mas a verdade é que a função nacionalizadora, em virtude do federalismo em que se vivia, não se acentuava na proporção em que devia ser feita.

A orientação do trabalho educativo, que a escola deve ministrar, não é apenas por ela gerada. Como acentuamos, de início, a educação é um processo geral, de ordem social, que a escola reflete. E se a Revolução de 30 experimentou reforçar os laços da nacionalidade, não será demais dizer que só depois da criação do Estado Nacional, em 1937, é que êsses laços, na verdade, agora se consolidam A Constituição de 1934 já consagrava o princípio de "diretrizes nacionais da educação". A de 1937 reafirmou-o. E o Decreto n.º 868, de Novembro de 1938, criando uma Comissão Nacional de Ensino Primário, para o estudo das questões básicas de sua organização, orientação e articulação em todo o país, veio definir uma política que, sem demora, deve ser executada

Na exposição de motivos, com que apresentou um ante-projeto de lei para organização nacional do ensino primário, afirmou a referida Comissão: "O mais simples exame do histórico do ensino primário no Brasil demonstra que,

---

[4] Cf. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, organizado pelo Prof. A Almeida Júnior, Diretor do Ensino, 1936-1937, São Paulo, págs 113 e seg

mau grado os esforços dos Estados, nos últimos decênios, o desenvolvimento da educação popular tem sido prejudicado pela ausência de um plano geral de organização e coordenação Por outro lado, o exemplo dos países que maior e mais rápido surto teem apresentado nos últimos tempos evidencia que somente mediante um plano de tal natureza se poderá estimular, de maneira coerente, o incremento da rede escolar, dando-lhe o desejável sentido ou orientação nacional A evolução do ensino no Brasil se revela bastante expressiva a êsse respeito A descentralização, decorrente do Ato Adicional de 1834, nenhum benefício de monta apresentou Uma experiência de mais de cem anos, e sob dois regimes políticos diversos, deve ser tida como decisiva a êsse respeito. Ao contrário, algumas leis tendentes simplesmente a regular as obrigações dos Estados e dos municípios, desde 1931, provocaram o desenvolvimento das redes escolares estaduais, a que veio somar-se não pequeno contingente dos governos municipais, como patenteiam as estatísticas, desde o exercício de 1932 "

Do ponto de vista político-social, a educação primária vê agora diante de si novas perspectivas, que refletem a orientação geral dos problemas de govêrno da Nação E essas perspectivas são, sem dúvida, das mais promissoras.

Quarto aspecto, o da administração escolar Não confundamos o aspecto de administração geral, que chamamos de político-social, com o aspecto da administração escolar, considerada pelo tipo, forma e funcionamento das instituições de ensino Êste é outro problema.

Por que tipos de escolas se tem exercido a educação primária no país? Dois tipos fundamentais existem: o da escola isolada e o da escola agrupada, êste último especialmente difundido nos últimos trinta anos

O primeiro é o da escola de um só professor, a que se entregam 40, 50 e às vêzes mais crianças Funciona quasi sempre em prédio improvisado E' de pequeno rendimento, em geral, pelas dificuldades decorrentes da matrícula de alunos de todos os graus de adiantamento, falta de direta orientação do professor, falta de fiscalização, falta de material, falta de estímulo ao docente E' a escola típica dos núcleos de pequena densidade de população, a escola da roça, a escola capitulada de "rural"

A segunda toma o nome de "escolas-reunidas", se poucas classes possue; de "grupo escolar", se as mantém numerosas Aquí, o prédio oferece melhores condições de confôrto e higiene, mesmo quando adaptado As classes apresentam, em geral, efetivo menos numeroso que o das escolas isoladas, e os alunos se distribuem por elas, segundo os respectivos graus de adiantamento A um dos professores, seja sem regência da classe, ou também com encargos de ensino, entrega-se a responsabilidade do conjunto. O material é menos precário Aí temos a escola comum dos meios urbanos

Vários Estados teem experimentado instituições de tipo diverso, sobretudo nos últimos anos Alagoas e Paraíba consignam em seus regulamentos as "escolas-granjas" O Estado do Rio, "escolas rurais típicas", com o que significa que elas devam ser rurais não só pela localização, mas também pela organização e sentido do ensino O Território do Acre, Paraná e Mato Grosso admitem "escolas ambulantes" Amazonas, "escolas de emergência", o Pará "escolas auxiliares suburbanas", o Rio Grande do Norte "escolas rudimentares"

Em 1937, possuíamos 31 566 escolas isoladas, e 3 176 escolas agrupadas Destas, 2 069 eram denominadas grupos escolares

Que extensão de curso, ou que oportunidades de educação ofereciam essas escolas? Vale a pena minudenciar êste aspecto Se a escola educa, educa pela continuidade de frequência e por frequência mais prolongada. No ano de re-

ferência, que é o de 1937, possuíamos 60 % de escolas com três anos de curso; 23 % com 4 anos; 11 %, com 5 anos; 5 % com dois; e 0,03 com 1 ano de estudos.

A percentagem se refere às unidades escolares, não à matrícula. Quanto a esta, encontramos a seguinte distribuição no mesmo ano letivo:

Matrícula na 1.ª série	58 %
" " 2.ª "	22 %
" " 3.ª "	13 %
" " 4.ª "	6 %
" " 5.ª "	1 %

Eis porque afirmamos que a escolaridade média é apenas de três anos. Fôsse ela de 4 ou 5, deveríamos encontrar percentagem mais considerável na quarta e quinta série normalmente de 15 a 20 % e não 6 % e 1 %, como encontramos, para a matrícula dessas classes

O fenômeno da baixa escolaridade está preso, evidentemente, a causas múltiplas e complexas, mais de ordem social e econômica, que estritamente pedagógicas. Do ponto de vista da administração escolar, a escolaridade baixa é determinada pela falta de escolas graduadas, com as séries de nível superior, ou pela falta de concorrência à matrícula nessas séries, o que pode ser explicado por não atender o ensino às necessidades sociais dos alunos. Por sem .dúvida, os dois fatores teem concorrido para a situação que possuímos

Mas, diga-se também que, nos últimos anos, sensível progresso pode ser observado a êste respeito. De 1932 a 1937, as escolas de um ano de curso, baixaram de 3 % para 0,03 %, as de dois anos, baixaram de 18 % a 5 %. As de três, ao contrário, elevaram de 44 % a 59 %. As de quatro anos de curso mantiveram sensivelmente a sua posição percentual, as de cinco, cresceram de 8 para 11 %.

O fenômeno de evasão da escola, nas classes mais adiantadas, revela, como se vê, uma tendência de correção. Observe-se que a disparidade das taxas, nas classes além da primeira, significa também que um maior número de escolas novas se tem aberto, recebendo, como seria natural, alunos analfabetos. O fenômeno tem que ser interpretado também à vista desta circunstância.

E, aliás, o fenômeno não é apenas nosso. E' de todos os países da América, os Estados Unidos inclusive. Estatísticas recentes da República Argentina dão, por exemplo, esta distribuição de alunos, em relação à matrícula total de suas escolas:

1.ª série: 45 % (nós, 58 %); 2.ª série: 20 % (nós, 22 %); 3.ª série: 15 % (nós, 13 %); 4.ª série: 10 % (nós, 6 %); 5.ª série: 6 % (nós, 1 %); 6.ª série: 4 %. Em nossas escolas, como vimos antes, tínhamos 58 %, 22 %, 13 %, 6 % e 1 %, do 1.º ao 5.º ano ou série escolar, em 1937

A situação é proximamente a mesma. A superioridade do vizinho país está em que a matrícula das três primeiras séries, em números absolutos, está muito próxima do *quantum* das crianças das idades que as devam normalmente frequentar.

Com estes números, tocamos o aspecto do rendimento escolar, de que convém tratar a seguir.

Quinto aspecto, o do rendimento

Na verdade, a êste aspecto nenhum supera em importância. De nada valerá planejar, aparelhar as escolas, provê-las de mestres, convocar os alunos, se acaso estes não frequentem regularmente as aulas ou, frequentando-as, não adquiram os níveis de educação desejados Já apontamos a deserção escolar, das primeiras

para as últimas classes Podemos adiantar agora que a taxa dos alunos que abandonam a escola durante o ano, ainda é elevada Em 1937, excedeu de 15 % nas três primeiras séries escolares. A frequência, calculada sôbre a matrícula efetiva, não ultrapassou de 68 %.

Não se apresentam, como se vê, condições virtuais para alto rendimento efetivo do ensino A taxa de deserção, no correr do ano, não é pequena; a frequência às aulas, dada especialmente a exiguidade do ano escolar e do dia escolar na maioria de nossas escolas, ainda insatisfatória.

A percentagem média das aprovações não é, de fato, brilhante Calculado o seu movimento sôbre a matrícula existente no fim do exercício, ela não aparece como maior que 51 % Sôbre a matrícula geral, não se representaria senão como 43,7 %

O movimento de conclusões do curso é, por sua vez, reduzido Em cada cem alunos aprovados, apenas 15 concluem o curso

Não podemos aquí examinar as causas dêsse baixo rendimento, assunto por sua natureza complexo, e que demandaria análise especial No entretanto, podemos apontar, como causa geral da deserção escolar, no curso e no correr do ano, a incapacidade da escola em atender aos reclamos sociais da educação. Nossas escolas não sugerem à criança e, especialmente aos seus responsáveis, as vantagens da frequência e da continuação no curso, pelo próprio tipo de ensino que ministram. Em sua maioria, o trabalho das escolas é ainda quasi desviado de sua função verdadeiramente social, do preparo para a vida e para o trabalho Fornece uma preparação quasi inteiramente formal, puramente de alfabetização

Ora, a alfabetização se completa nos dois primeiros anos do curso. Para que, então, continuar ? . Sentem os pais, a não ser que os filhos possam prosseguir em estudos acadêmicos, que a escola não lhes está servindo à vida real.

E' claro que a escola, com muitas outras coisas, deve ensinar a ler Ninguém pode ser contra a alfabetização ou a favor da alfabetização, pura e simples, como ninguém pode ser a favor ou contra um instrumento ou um utensílio Ensinar a ler ao maior número é um benefício, quando êsse ensino inculque aos alunos, servindo-se dos recursos da leitura, melhores hábitos mentais, princípios de saúde, técnicas de trabalho, espírito de civismo. Assim compreendido, — como aliás brilhantemente aquí o explanou, há pouco, o General Pedro Cavalcanti — o ensino da leitura representa um benefício social, pois o analfabetismo, como o afirmou o ilustre militar e educador, é "uma razão do desequilíbrio na estrutura orgânica do país".

"A existência de massas ignorantes numa população, — escreve por sua vez Bertrand Russell — constitue um perigo para a sociedade, quando há uma considerável percentagem de iletrados, o mecanismo governamental é obrigado a levar em consideração êsse fato, tanto mais quanto a democracia, na sua forma moderna, seria totalmente impossível para uma nação em que a maioria dos cidadãos não soubesse ler".

Mas, é claro, a função da escola, no mundo de hoje, que tanto reclama da educação escolar, há de apresentar-se mais completa, para que possa ser antes de tudo, aceita e desejada pelo povo Nas comemorações do centenário do Colégio Pedro II, acentuou-o o Ministro Gustavo Capanema, dizendo: "A importância desta espécie de ensino (o primário) não decorre da finalidade nele contida, da alfabetização das massas O ensino primário tem que ser considerado sobretudo como o verdadeiro instrumento de modelação do ser humano,

por isso que sôbre êle influe enquanto ainda matéria plástica, a que é possível comunicar todas as espécies de hábitos e atitudes".

Nada mais exato. Dentro dessa direção, ou a escola se renova, servindo à vida, e impondo o seu valor, ou é inevitavelmente abandonada, porque de nenhum valor funcional. Pois não é estranho que, sendo a alfabetização por si mesma um tão grande bem, uma panacéia, como pensam muitos, e sinceramente, o homem dos campos e tantas vêzes também o da cidade não a procurem, por todos os meios, e que até a desprezem, tendo a escola à mão, por muitos pontos? A história faz lembrar o dito de um humorista inglês a propósito de certas reformas sociais propostas por um político de seu país, e em face das quais o povo reagia de maneira menos favorável. "O caso, comenta, é o de um mingau, cientificamente preparado, com vitaminas, calorias e tudo. Se a criança recusa o mingau, não é o mingau que está errado. E' a criança. Devemos guardar o mingau e pôr fora a criança..."

No caso da escola puramente alfabetizante, a que o povo não acorre, nem mesmo exige, será judicioso guardar o mingau e atirar fora o povo?...

Para que venha a obter melhor rendimento, a escola carecerá de um novo espírito, de instalações em que êle possa expandir-se, e de mestres que o saibam interpretar, comunicando-o, ao demais, às populações onde sirvam. E' o aspecto a que procuraremos aludir, em seguida.

Antes de tentar fazê-lo, porém, confrontemos os índices do ano de 1932, com os de 1937, que há pouco citamos. Êsse confronto nos animará, certamente.

Em 1932, tínhamos nas escolas 2 milhões e 71 mil alunos matriculados Em 1937, possuíamos 2 milhões e 867 mil. O aumento relativo, em seis anos, foi de quasi 40 %. Por mil habitantes, em 1932, havia 50 alunos nas escolas primárias; em 1937, 62.

Em 1932, tivemos 831 mil alunos aprovados; em 1937, nada menos que 1 milhão e 253 mil Para cem alunos frequentes tínhamos dantes 38 aprovados; agora, 51.

Naquele primeiro ano, tivemos 127 mil conclusões de curso; neste último, quasi 200 mil As conclusões de curso por cem crianças aprovadas eram 10, no ano de 1932; em 1937, passaram a ser 13.

E' inegável que a escola brasileira, cujo característico de trabalho era, ainda tão proximamente, no dizer expressivo de Teixeira de Freitas, da "mais baixa tensão vital", em pequeno prazo, passou a demonstrar sinais de feliz e fecunda reação.[5]

Sexto aspecto, o da organização interna da escola

Essa reação será tanto mais acelerada quanto mais se cuide também da organização interna da escola e do seu aparelhamento E' o aspecto que vamos agora analisar.

A organização interna depende, acima de tudo, do tipo da própria escola. Ainda em 1937, nada menos de 81 % de tôdas as nossas unidades escolares funcionaram como escolas isoladas Ora, a escola isolada, mesmo nos sistemas de melhor organização apresenta grande inferioridade em relação às escolas agrupadas.

Ouçamos o que diz, a êste respeito, o antigo diretor de instrução em São Paulo, Dr. A. de Almeida Júnior: "A ninguém é lícito ignorar a inferioridade

---

[5] Estudo completo da situação do ensino no ano de 1932 é apresentado no volume *O que dizem os números sôbre o ensino primário*", do referido autor

da escola isolada, tanto do ponto de vista técnico, como administrativo Mal instalada, sem atrativos para o aluno nem condições de grande eficiência para o professor, com a fiscalização dificultada pela sua própria dispersão, a escola isolada é aparelho que apenas se tolera onde não haja possibilidade de se criar grupo escolar . O rendimento da escola isolada é no fim do ano, por essas e outras causas, sempre inferior ao que se poderia legitimamente esperar do esfôrço do professor" E o ilustrado professor e administrador de ensino dá, a seguir, os resultados de aprovações conseguidas com alunos de primeiro ano, nas escolas agrupadas e nas isoladas:

Média de alfabetização nos grupos escolares . . .	60 %
Idem nas escolas isoladas urbanas . .	44 %
Nas escolas isoladas rurais . .	36 %

Em qualquer tipo de escola importará o professor. No ensino primário estadual, de todo o país, havia ainda no ano de 1937 25 % de professores não diplomados, no municipal, 69 %, no particular, 68 %. Eram então, 73.568 os mestres primários

A unidade federada que mais apresentava professores não diplomados no ensino público era o Território do Acre, com 90 %; depois, o Estado do Pará, com 62 % Não apresentavam professores leigos, no ensino oficial, o Distrito Federal e o Estado da Baía

Para que se compreenda a razão dessas percentagens, convém observar que cêrca de 1/4 de nossos mestres primários teem salário igual ou inferior a 200$000 mensais Em seis Estados da União, há mesmo uma categoria de professores com vencimentos inferiores a 100$000 mensais Mais de metade de todo o professorado recebe honorários inferiores a 400$000 Apenas um quarto percebe vencimentos acima dessa quantia

O trabalho docente tem assim uma remuneração mínima que se reflete no recrutamento do pessoal e, pois, no valor do ensino

Influência menor, mas também sensível, é a do prédio escolar e do material didático em uso Algumas poucas cifras (pois que delas parece que já abusamos) nos darão idéia do que possuímos como "parque escolar" Em 1937, eram cêrca de 29 mil os prédios em que funcionavam escolas públicas em todo o país Dêsses, eram públicos, especialmente construídos ou adaptados para fins escolares, apenas 16 %. Em cada cem escolas, portanto, encontrávamos 84 casas, em que não seria de presumir se reunissem as melhores condições para o trabalho do ensino

Não é sem satisfação que devemos salientar que o orçamento da União tenha consignado, no corrente exercício, dotação igual a dez mil contos de réis para edificações escolares de ensino primário

Resta uma palavra sôbre o material escolar. Segundo as verificações, relativas ao mesmo ano de 1937, a despesa de material oscilou, segundo os Estados, entre 1$200 e 17$300, por aluno Em três unidades, não ultrapassou a ridícula soma de 1$900 Em três outros, não chegou a 3$000 Em seis outros, ainda, não atingiu a 5$000

Faça-se honra ao Distrito Federal, que despendeu 47$100 por unidade-aluno, e ao pequeno Sergipe, que gastou 17$300, por escolar

E' ainda fruto de antiquada concepção da educação primária que a aprendizagem se possa fazer sem instalações adequadas e sem qualquer material O material a que nos referimos não é outro senão papel, lapis, tinta, giz, livros,

alguma matéria prima para trabalhos manuais — pequenas cousas com que se transformem o ensino de ouvir em ensino de praticar.

Diante do que pudemos apreciar por êste aspecto, fica-se tentado a parodiar Roquete Pinto, quando escreveu, há alguns anos: "O Brasil chegou ao máximo de progresso compatível com a educação de seu povo". Realmente alguém poderia maldosamente ajuntar. "O ensino primário no Brasil chegou ao máximo de rendimento compatível com o seu precário aparelhamento".

Sétimo aspecto, o das despesas

Sente-se, imediatamente, pelo que descrevemos, que o aspecto das despesas a todos os demais atinge. Já alguém afirmou, aliás, que duas cousas são sobretudo custosas a uma Nação: a guerra e a educação

Sôbre as despesas normais do funcionamento de uma classe, dever-se-á considerar os gastos do "serviço social", que a escola primária moderna deve prestar à população Pretende-se que a escola ensine a saúde, a nutrição, o civismo, um nível mais elevado de vida, novas aspirações de confôrto, de beleza, de comodidade À escola e ao mestre tudo se pede No entretanto, dá-se-lhes ainda tão pouco .

E' certo que êsse pouco está crescendo Para a melhoria de rendimento, atrás indicada, o crescimento dos orçamentos está seguramente concorrendo

Ainda em 1932, os Estados e os Municípios gastavam com o ensino primário apenas 160 mil contos A despesa "aluno-ano" era a de 80$000.

Em 1935, êsse total já se representava como 220 mil contos. O preço anual do aluno passava a ser de 88$000

Em 1939, as despesas com o ensino primário da parte dos Estados atingiam a 270 mil contos. Não há dados apurados em relação aos municípios, mas é lícito estimar que tenham despendido 70 mil contos, o que eleva o total a 340 mil.

Para o corrente ano, orçaram os Estados os seus gastos com o ensino primário em cêrca de 300 mil contos O contingente dos municípios, a aduzir, elevará o montante a quasi 400 mil O preço do aluno matriculado orça por 120$000 anuais, supondo-se que hoje devamos ter mais de 3 milhões e quatrocentas mil crianças matriculadas

Para manter cinco milhões de alunos e possuir uma razoável taxa de crianças em idade escolar nas escolas, devemos despender, nessa base, um total de 600 mil contos anuais

A potencialidade econômica do país, agora desperta e encaminhada, há de nos conduzir até lá, em breve prazo A quem estude os fatos da educação, de maneira objetiva, ressalta, desde logo, a verdade que os povos pobres não logram chegar a ter os sistemas de que necessitam O nível econômico de um povo e a forma da produção influem necessariamente na órbita da educação Desenvolvendo um largo programa de regeneração econômica do país, o Presidente Getúlio Vargas está trabalhando também, por essa forma, pela educação. E' certo que, nesse programa, o ensino e, sobretudo o ensino que inicie os jovens no trabalho produtivo ou os oriente para melhor, mais rápida e mais eficiente produção, há de figurar e está merecendo também todas as atenções

Não nos iludamos. Se a ignorância produz a miséria, a miséria eterniza a ignorância — tanto quanto, em sentido oposto, em seu célebre parecer de 1882, Rui Barbosa afirmava: "Se a miséria produz a ignorância, a ignorância eterniza a miséria". Um círculo vicioso? Não. Um problema que o espírito humano pode alcançar, nos povos de espírito resoluto e de sentimento de viva cooperação.

Nem todas as regiões do país são igualmente pobres, nem todas desprovidas de elementos capazes. A União deve velar por todas, e chamar a si a direção e a responsabilidade da educação primária — pelos motivos de segurança que desde início apontamos — mas também por que só ela poderá dar impulso decisivo para quebrar o pretenso círculo a que há pouco aludimos.

Da receita tributária nacional, segundo os estudos do Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda, 53 % são recolhidos pelos cofres federais; 29 % pelos Estados; 11 % pelos municípios; 7 % pelo Distrito Federal.

Isto sugere alguma cousa. Sugere que, numa coordenação pelo Govêrno Federal, mais que em simples auxílios, ou na administração direta de serviços, deverá estar a chave do problema. E chave do problema não só para o ensino primário de letras, mas para um largo plano de educação primária, para crianças, adolescentes e adultos, com a utilização dos modernos meios de difusão cultural, como o rádio, o cinema educativo e as missões culturais.

A forma convencional, entre os Estados e a União, já experimentada, com tantos resultados, em outros sectores, para êsse trabalho de cooperação, parece ser a mais indicada. E, aliás, já a consagrou em lei, o govêrno federal, quando baixou o Decreto n.º 24.787, de 14 de Julho de 1934.

Mas isto — se já não é outra história, como diria Kipling — é uma continuação de história que deve ser contada em outra oportunidade... O perigo em ouvir aos que cuidem de problemas da educação é o de que só conhecem êles uma forma de entrecho — aquela atribuída ao contador árabe das mil histórias sem fim... A culpa será deles ou do assunto a que se tenham dedicado?

José Veríssimo, que sabia escrever histórias sem fim, isto é, que sabia discorrer, e com mão de mestre, acêrca da educação, traçou, há cincoenta anos atrás, precisamente, estas linhas com que podemos agora concluir:

"Para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro: é a educação, no mais largo sentido, na mais alevantada acepção desta palavra. Nenhum momento mais propício que êste para tentar êsse meio, que não querem adiado os interêsses da pátria. Afirma um perspícuo e original historiador da pedagogia, que, do estudo da história e evolvimento da educação pública, resulta, entre outras, esta conclusão: "Uma reforma profunda na educação pública e nacional presume uma reforma igualmente radical no govêrno". Nós tivemos a reforma radical no govêrno, cumpre-nos agora completar a obra da revolução pela reforma profunda da educação nacional.

EURICO RANGEL
(Diretor da Secção de Bio-Estatística do Departamento Nacional de Saúde)

LINCOLN DE FREITAS FILHO
(Médico-sanitarista do Departamento Nacional de Saúde)

CORRELAÇÃO ENTRE AS MORTALIDADES POR CÂNCER E POR TUBERCULOSE (*)

Introdução A questão da associação do câncer e tuberculose tem estado em evidência desde longo tempo; não é, por conseguinte, um problema novo, nem tão pouco é escassa a sua literatura; muito ao contrário, tem sido objeto de muito estudo, muita pesquisa, muita controvérsia e muita divergência de opiniões.

Encarado sob diversos pontos de vista (experimental, clínico, anátomo-patológico, estatístico, etc.), existe na literatura médica farto contingente de contribuições ao assunto.

Esta abundância de material realça a importância e o interêsse do problema, embora signifique também que não ficou ainda devidamente esclarecido, permanecendo obscuros ou inexplicados muitos dos fatores envolvidos na complexa questão.

O que parece não haver dúvida é a existência de uma associação negativa, um antagonismo entre a tuberculose evolutiva e os tumores malignos, no mesmo indivíduo.

PEARL (R. PEARL — *Cancer and tuberculosis* — Am. Jour. Hyg. vol. IX, n.º 1, 97-159, January, 1929), que talvez tenha feito o mais completo estudo estatístico do problema e cujo trabalho não pode deixar de ser lido pelos que se interessam pela questão, por isso que, ao par da parte propriamente original do trabalho, passa em revista com minúcia toda a literatura existente sôbre o assunto, assim resume as conclusões gerais a que chegou: "In general, it must be concluded that there is a definite and marked incompatibility or antagonism between the two diseases, cancer and tuberculosis, of such sort that both occur together at the same time in florid activity in the same individual only with great rarity".

O câncer e a tuberculose, em toda parte, constituem problemas da mais alta importância, sob os pontos de vista médico, sanitário e social.

Por isso julgamos oportuno e interessante focalizar o assunto em nosso meio, utilizando os dados disponíveis em nosso serviço, que são os referentes ao obituário daquelas doenças no Rio de Janeiro, D. F.

O presente trabalho tem por fim apresentar os resultados obtidos na determinação dos coeficientes de correlação entre os óbitos por tuberculose e por câncer, num período de 34 anos (1903-1936).

(*) Trabalho da Secção de Bio-Estatística do Departamento Nacional de Saúde.

É, portanto, apenas uma pequena contribuição ao estudo de um dos aspectos do problema, as nossas conclusões são até certo ponto de valor limitado, mas não desprovidas de interêsse

O trabalho estatístico executado foi bastante restringido em virtude da precariedade do nosso material de estudo, de um lado, os atestados de óbito, com suas falhas naturais e comuns, e de outro, a impossibilidade de se obter com segurança a composição e as características de nossa população, por deficiência censitária, e que nos permitissem desenvolver, sob técnica mais rigorosa e mais atualizada, o estudo estatístico da questão.

O presente trabalho é antes uma tentativa, procurando focalizar o problema e despertar o interêsse dos pesquisadores brasileiros no sentido da conjugação de esforços para o estudo e a observação de um problema que se nos afigura de alto interêsse e de comprovada importância.

Material O material utilizado neste trabalho foi coletado na Secção de Bio-Estatística do D. N. S. e abrange um período de 34 anos de observação.

As estatísticas de mortalidade pelo câncer e pela tuberculose são baseadas nos respectivos atestados de óbitos e foram computadas mensalmente de 1903 a 1936, compreendendo toda a área do Distrito Federal.

Os óbitos de câncer e os de tuberculose correspondem aos números 45 a 53 e 23 a 32, respectivamente, da Lista Internacional de Causas de Morte, aprovada em 1929, com as adaptações necessárias às listas autorizadas nos dois decênios anteriores

As populações usadas para o cálculo dos coeficientes de mortalidade foram as calculadas e ultimamente revistas pela Diretoria de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça, e se referem todas ao último dia do ano.

Os coeficientes de mortalidade foram determinados em têrmos de 10 000 habitantes. Tendo sido feito o estudo referente a cada mês, acumulado, no período de 34 anos, e tomando-se em consideração os números relativos e não o número bruto de mortes, tornou-se preciso calcular os óbitos para todos os meses, à base anual.

Na determinação dêstes óbitos e coeficientes mensais, à base anual, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

$$1) \quad a : x :: b : x^1$$

$$x^1 = \frac{x \cdot b}{a}$$

$$2) \quad p : \frac{x \quad b}{a} \quad 10\,000 : Z$$

$$Z = \frac{\dfrac{x \quad b}{a} \quad 10\,000}{p} = \frac{x \quad b \quad 10\,000}{a \cdot p}$$

onde

a = número de dias do mês (28, 29, 30 ou 31).
x = número de óbitos ocorridos no mês.
b = número de dias do ano (365 ou 366).
x^1 = número de óbitos calculados para o mês.
p = população da coletividade.
10.000 = referência utilizada para os coeficientes de mortalidade.
Z = coeficiente mensal de mortalidade, à base anual.

Para melhor esclarecimento, vamos exemplificar, determinando o coeficiente de mortalidade por 10.000 habitantes, relativo ao mês de Janeiro (31 dias) do ano de 1903 (365 dias). Verifica-se no quadro II que a cifra correspondente ao total de óbitos por tuberculose ocorridos em Janeiro de 1903 é de 284, e procedendo-se à substituição dos têrmos conhecidos nas fórmulas 1 e 2, temos:

$$1) \quad 31 : 284 :: 365 : x^1$$

$$x^1 = \frac{284 \times 365}{31}$$

$$2) \quad 749\ 180 : \frac{284 \times 365}{31} \quad 10\ 000 : Z$$

$$Z = \frac{284 \times 365 \times 10\ 000}{31 \times 749\ 180} = \frac{1.036\ 600\ 000}{23\ 224\ 580} = 44.6$$

A taxa obituária por tuberculose, em Janeiro de 1903, à base anual, foi, portanto, calculada em 44.6 óbitos por 10.000 habitantes

Afim de afastar certas causas mais grosseiras de êrro na determinação dos coeficientes de mortalidade foram feitas correções do obituário por ocasião das epidemias de varíola em 1904 e 1914 e da de gripe em 1918.

Estas correções se fizeram do seguinte modo: Os totais referentes aos anos epidêmicos de 1904 e 1914 (varíola) e 1918 (gripe) foram substituídos pela média dos três anos anteriores a 1904, 1914 e 1918.

Método O processo de estudo adotado para esta investigação foi o usual método de correlação. Inicialmente descrito em 1846 por BRAVAIS, êste método somente teve seu uso generalizado depois que PEARSON, em 1896, mostrou as vantagens e a utilidade de sua aplicação.

O coeficiente de correlação simples, geralmente representado pela letra r_{12}, mede o grau de associação, entre duas variáveis; a sua fórmula geral é a seguinte:

$$r_{12} \frac{\Sigma (x\ y)}{N\ T_x \cdot T_y}$$

onde

r_{12} = coeficiente de correlação entre duas variáveis.
Σ (xy) = a soma dos produtos de x por y.
N = número de observações.

$$T_x = \text{desvio padrão de } x = \sqrt{\frac{\Sigma x^2}{N}}$$

$$T_y = \text{desvio padrão de } y = \sqrt{\frac{\Sigma y^2}{N}}$$

O coeficiente de correlação nunca deve ser apresentado sem o seu êrro provável, cuja fórmula é a seguinte:

$$E.\ P._{r_{12}} = \pm\ 0\ 6745 \frac{1 - r^2}{\sqrt{N}}$$

A aplicação destas fórmulas pode ser facilmente acompanhada pela observação do quadro V, que é apresentado como exemplo, pelo que não nos alongaremos neste particular.

Quadros e gráfico Os quadros I e II apresentam, respectivamente, as variações mensais dos óbitos por câncer (todas as formas) e por tuberculose (todas as formas), bem como a população do Rio de Janeiro, D. F., no período em estudo, isto é, de 1903 a 1936.

Os quadros III e IV mostram as variações mensais da mortalidade por câncer e por tuberculose, em têrmos de coeficientes por 10.000 habitantes, obtidos, na base dos dados apresentados nos quadros anteriores, pelo processo exposto no texto.

O quadro V, referente ao mês de Janeiro, serve de exemplo do método seguido na determinação dos coeficientes de correlação entre as mortalidades pelo câncer e pela tuberculose, em cada um dos meses, no período estudado (1903-1936).

O quadro VI e o gráfico I conteem os resultados destas determinações, isto é, os coeficientes de correlação, distribuídos por meses.

Conclusões A análise dos dados expostos nos quadros contidos neste trabalho faz ressaltar os seguintes pontos:

1) — Todos os coeficientes de correlação (r_{12}) são negativos, isto é, enquanto uma variável (x) desce, a outra (y) se eleva. No nosso caso, como se pode verificar pelo exame dos dados estatísticos apresentados, a mortalidade pela tuberculose (variável x) vai diminuindo ao mesmo tempo que a mortalidade pelo câncer (variável y) apresenta uma tendência a subir.

2) — Todos os coeficientes de correlação (r_{12}), exceto os que se referem aos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, são estatisticamente significativos.

3) — Os coeficientes de correlação (r_{12}) não significativos se referem aos meses em que a temperatura é mais baixa.

4) — Dos coeficientes de correlação significativos, os que se referem aos meses mais quentes (Janeiro, Fevereiro e Março) são os mais baixos.

5) — Nos meses de temperatura intermediária, os coeficientes de correlação são significativos e mais elevados, dispondo-se na seguinte ordem decrescente: Maio, Outubro, Novembro, Março e Abril.

6) — Resumindo, conclue-se existir uma correlação negativa, sem ser manifestamente alta, entre as mortalidades pelo câncer e pela tuberculose.

QUADRO I — Variações mensais dos óbitos por câncer (todas as formas) e população do Rio de Janeiro, D. F. — 1903-1936

ANOS	POPULAÇÃO	MESES											
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
1903...	749 180	21	21	30	21	24	20	18	26	16	23	13	31
1904 .	771.276	22	25	15	31	13	25	20	28	18	21	23	29
1905..	794 266	15	22	19	31	12	24	18	19	29	22	18	28
1906..	816.921	20	20	29	24	14	24	27	26	28	32	28	25
1907...	836 713	17	27	29	22	27	23	25	29	14	33	25	22
1908..	857 184	27	29	20	21	23	19	28	25	35	31	29	26
1909..	878.254	28	21	17	22	19	27	33	30	25	28	22	34
1910 ..	900 023	26	28	35	17	26	34	22	31	33	27	21	34
1911..	922 534	24	28	24	25	25	28	26	30	25	27	30	36
1912 .	945,900	34	27	24	14	28	24	23	27	31	28	24	34
1913...	970 046	45	20	35	23	31	24	29	33	23	24	37	32
1914 .	995 096	46	38	19	30	36	34	42	31	32	32	30	34
1915...	1 021.114	44	29	32	30	33	29	39	35	33	30	35	36
1916 .	1.048 249	32	36	27	28	31	39	40	37	40	28	32	43
1917. .	1 076.434	33	37	41	29	38	43	47	38	47	30	36	44
1918...	1.105 833	29	32	33	48	39	34	36	38	36	36	34	46
1919...	1.136 548	31	32	36	25	40	53	37	39	44	41	38	52
1920 ..	1 167 560	37	48	50	43	35	41	48	45	46	44	54	45
1921..	1.197 460	48	47	50	31	50	40	41	38	45	45	31	50
1922 .	1.228.165	51	33	44	47	45	30	39	41	42	48	44	53
1923...	1 259 702	51	41	47	50	43	40	49	42	48	56	46	43
1924...	1.292 088	52	30	45	43	42	30	47	37	49	48	51	39
1925...	1 325 348	49	48	42	42	49	33	49	43	42	42	39	61
1926..	1.359 506	45	35	57	58	55	48	37	64	49	43	47	49
1927. .	1 394.584	49	61	55	55	50	55	42	32	34	56	47	58
1928..	1.430.608	50	43	41	60	58	52	54	55	61	42	61	55
1929..	1.467.603	66	54	73	43	62	43	69	54	56	56	63	63
1930...	1 505.595	64	67	61	57	64	60	70	61	56	60	67	67
1931...	1.544 612	67	64	69	50	72	59	73	68	61	63	65	58
1932..	1.584.678	60	58	53	65	58	58	68	61	64	60	73	63
1933..	1.625 824	55	67	60	74	69	65	45	69	63	68	68	81
1934...	1.668.077	75	73	67	72	71	70	59	86	50	67	80	74
1935..	1.711 466	70	62	69	53	65	63	69	62	80	64	99	72
1936..	1.756.080	89	74	82	64	72	78	70	54	69	74	67	67

QUADRO II — Variações mensais dos óbitos por tuberculose (todas as formas) e população do Rio de Janeiro, D F — 1903-1936

ANOS	POPULAÇÃO	MESES											
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
1903	749 180	284	234	266	227	245	246	278	306	317	306	296	316
1904	771 276	296	257	232	225	230	255	225	249	253	300	288	265
1905	794 266	273	239	281	278	257	256	253	251	245	283	278	270
1906	816 921	289	244	262	226	249	241	263	257	271	298	284	297
1907	836 713	286	242	276	247	255	214	244	269	251	273	254	287
1908	857 184	299	240	270	275	254	252	293	352	353	342	325	361
1909	878 254	313	273	307	266	275	243	270	279	286	281	262	291
1910	900 023	323	302	248	282	261	247	306	294	325	354	351	347
1911	922 534	301	301	312	312	257	264	265	278	297	331	296	352
1912	945 900	316	274	290	283	302	255	324	297	337	344	359	365
1913	970 046	326	308	322	282	326	289	343	344	363	380	379	383
1914	995 096	356	304	331	346	312	328	347	331	371	420	458	460
1915	1 021 114	411	334	302	338	423	353	352	372	359	390	407	397
1916	1 048 249	380	320	339	342	334	351	374	358	353	415	364	333
1917	1 076 434	350	344	342	328	353	372	365	351	312	346	387	367
1918	1 105 833	357	339	342	301	314	377	352	351	376	396	382	371
1919	1 136 548	417	359	354	356	313	365	356	380	372	397	382	358
1920	1 167 560	369	359	357	350	373	370	379	380	420	426	398	427
1921	1 197 460	372	339	357	361	329	396	431	447	436	405	385	383
1922	1 228 165	371	352	383	364	379	372	380	354	379	373	396	380
1923	1 259 702	401	337	348	354	375	314	369	312	304	362	348	359
1924	1 292 088	282	331	369	365	349	347	384	374	404	407	384	387
1925	1 325 348	442	373	358	377	355	369	383	386	358	310	320	351
1926	1 359 506	357	293	319	329	342	346	324	342	392	388	402	349
1927	1 394 584	387	338	374	359	377	348	365	368	359	391	388	365
1928	1 430 608	336	324	362	303	346	360	376	404	360	430	369	422
1929	1 467 603	403	332	397	349	371	335	394	404	396	397	413	376
1930	1 505 595	406	345	401	367	345	360	397	411	415	412	411	439
1931	1 544 612	436	370	376	310	382	358	411	435	414	446	454	420
1932	1 584 678	418	383	369	384	454	366	418	410	392	425	473	420
1933	1 625 824	418	392	401	358	394	417	429	444	418	443	451	400
1934	1 668 077	437	371	373	359	418	379	445	418	384	485	427	424
1935	1 711 466	405	367	421	396	391	385	410	388	407	461	410	405
1936	1 756 080	440	375	394	395	374	385	411	395	389	463	456	435

QUADRO III — Variações mensais da mortalidade por câncer (todas as formas) no Rio de Janeiro, D F — Coeficientes por 10 000 habitantes — 1903-1936

ANOS	MESES											
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
1903	3 3	3 7	4 7	3 4	3 8	3 2	2 8	4 1	2 6	3 6	2 1	4 9
1904	3 4	4 1	2 3	4 9	2 0	3 9	3 1	4 3	2 8	3 2	3 6	4 4
1905	2 2	3 6	2 8	4 7	1 8	3 7	2 7	2 8	4 4	3 3	2 7	4 1
1906	2 9	3 2	4 2	3 6	2 0	3 6	3 9	3 7	4 2	4 6	4 2	3 6
1907	2 4	4 2	4 1	3 2	3 8	3 3	3 5	4 1	2 0	4 6	3 6	3 1
1908	3 7	4 3	2 7	3 0	3 2	2 7	3 9	3 4	5 0	4 3	4 1	3 6
1909	3 7	3 1	2 3	3 0	2 5	3 7	4 4	4 0	3 5	3 7	3 0	4 6
1910	3 4	4 1	4 6	2 3	3 4	4 6	2 9	4 1	4 5	3 5	2 8	4 4
1911	3 1	3 9	3 1	3 3	3 2	3 7	3 3	3 8	3 3	3 4	3 9	4 6
1912	4 2	3 6	3 0	1 8	3 5	3 1	2 9	3 4	4 0	3 5	3 1	4 2
1913	5 5	2 7	4 2	2 9	3 8	3 0	3 5	4 0	2 9	2 9	4 6	3 9
1914	5 4	5 0	2 2	3 7	4 3	4 1	5 0	3 7	3 9	3 8	3 7	4 0
1915	5 1	3 7	3 7	3 6	3 8	3 5	4 5	4 0	3 9	3 5	4 2	4 2
1916	3 6	4 3	3 0	3 3	3 5	4 5	4 5	4 2	4 7	3 1	3 7	4 8
1917	3 6	4 5	4 5	3 3	4 1	4 9	5 1	4 1	5 3	3 3	4 1	4 8
1918	3 1	3 8	3 5	5 3	4 1	3 7	3 8	4 0	4 0	3 8	3 7	4 9
1919	3 2	3 7	3 7	2 7	4 1	5 7	3 8	4 0	4 7	4 2	4 1	5 4
1920	3 7	5 2	5 1	4 5	3 5	4 3	4 9	4 5	4 8	4 4	5 6	4 5

QUADRO III — Variações mensais da mortalidade por câncer (todas as formas) no Rio de Janeiro, D F — Coeficiente por 10 000 habitantes — 1903-1936

(Conclusão)

ANOS	MESES											
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
1921	4 7	5 1	4 9	3 1	4 9	4 1	4 0	3 7	4 6	4 4	3 1	4 9
1922	4 9	3 5	4 2	4 7	4 3	3 0	3 7	3 9	4 2	4 6	4 3	5 1
1923	4 8	4 2	4 4	4 8	4 0	3 9	4 6	3 9	4 6	5 2	4 4	4 0
1924	4 7	2 9	4 1	4 1	3 8	2 8	4 3	3 4	4 6	4 4	4.8	3 6
1925	4 3	4 7	3 7	3 9	4 3	3 0	4 3	3 8	3 9	3 7	3 6	5 4
1926	3 9	3 3	4 9	5 2	4 8	4 9	3 2	5 5	4 4	3 7	4 2	4 2
1927	4 1	5 7	4 6	4.8	4 2	4 8	3 5	2 7	3 0	4 7	4 1	4 9
1928	4 1	3 8	3 4	5 1	4 8	4 4	4 5	4 5	5 2	3 5	5 2	4 5
1929	5 3	4 8	5 9	3 6	5 0	3 6	5 5	4 3	4 6	4 5	5 2	5 1
1930	5 0	5 8	4 8	4 6	5 0	4 8	5 5	4 8	4 5	4 7	5 4	5 2
1931	5 1	5 4	5 3	3 9	5 5	4 6	5 6	5 2	4 8	4 8	5 1	4 4
1932	4 5	4 6	3 5	5 0	4 3	4 5	5 1	4 5	4 9	4 5	5 6	4.7
1933	4 0	5 4	4 3	5 5	5 0	4 9	3 3	5 0	4 7	4 9	5 1	5.9
1934	5 3	5 7	4 7	5 3	5 0	5 1	4 2	6 1	3 6	4 7	5 8	5 2
1935	4 8	4 7	4 7	3 8	4 5	4 5	4 7	4 3	5 7	4 4	7 0	4 9
1936	6 0	5 3	5 5	4 4	4 8	5 4	4 7	3 6	4 8	5 0	4 7	4 5

QUADRO IV — Variações mensais da mortalidade por tuberculose (todas as formas) no Rio de Janeiro, D F — Coeficientes por 10 000 habitantes — 1903-1936

ANOS	MESES											
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
1903	44 6	40 7	41.8	36 9	38 5	39 9	43 7	48 1	51 5	48 1	48 1	49 7
1904	45 3	42 1	35 5	35 6	35 2	40 3	34 4	38 1	40 0	45 9	45 5	40 6
1905	40 5	39 2	41.7	42 6	38 1	39 2	37 5	37 2	37 5	41 9	42 6	40 0
1906	41 7	38 9	37 8	33 7	35 9	35 9	37 9	37 0	40 4	42 9	42 3	42 8
1907	40 2	37 7	38 8	35 9	35 9	31 1	34 3	37 9	36 5	38 4	36 9	40 4
1908	41 2	35.3	37 2	39 1	35 0	35 9	40 3	48 5	50 2	47 1	46 3	49 7
1909	42 0	40 5	41 1	36 8	36 9	33 7	36 2	37 4	39 6	37 7	36 3	39.0
1910	42 3	43 7	32 4	38 1	34 1	33 4	40 0	38 5	43 9	46 3	47 4	45 4
1911	38 4	42 5	39 8	41 1	32 8	34 8	33 8	35 5	39 2	42 2	39 0	44 9
1912	39 4	36 5	36.2	36 5	37 7	32 9	40 4	37 1	43 5	42 9	46 3	45 5
1913	39 6	41 4	39.1	35 4	39.6	36 2	41 6	41 7	45 5	46 1	47 5	46 5
1914	42 1	39 8	39 2	42 3	36 9	40 1	41 1	39 2	45 4	49 7	56 0	54 4
1915	47 4	42 6	34 8	40 3	48 8	42 1	40 6	42 9	42 8	45 0	48 5	45 8
1916	42 8	38 5	38 2	39 8	37 6	40 9	42 1	40 3	41 1	46 7	42 4	37 5
1917	38 3	41 7	37 4	37 1	38 6	42 0	39 9	38 4	35 3	37 8	43 7	40 1
1918	38 0	40 0	36.4	33 1	33 4	41 5	37 5	37.4	41 4	42 2	42 0	39 5
1919	43 2	41 2	36 7	38 1	32 4	39 1	36 9	39 4	39 8	41 1	40 9	37 1
1920	37 3	38 8	36 1	36 6	37 7	38 7	38 3	38 4	43 9	43 1	41 6	43 2
1921	36 6	36 9	35 1	36 7	32 3	40 2	42 4	43 9	44 3	39 8	39 1	37 7
1922	35 6	37 4	36 7	36 1	36 3	37 8	36 4	33 9	38 5	35 7	40 2	36 4
1923	37 5	34 9	32.5	34 2	35 1	30 3	34 5	29 2	29 4	33 8	33 6	33 5
1924	25 8	32 3	33 7	34 5	31 9	32 8	35 1	34 2	38 1	37 2	36 3	35 4
1925	39 3	36 7	31 8	34 6	31 5	33 9	34 0	34 3	32 9	27 5	29 4	31 2
1926	30 9	28 1	27 6	29 4	29 6	31 1	28 1	29 6	35 1	33 6	36 0	30 2
1927	32 7	31 6	31.6	31 3	31 8	30 4	30 8	31 1	31 3	33 0	33 8	30 8
1928	27 7	28 6	29 9	25 8	28 5	30 7	31 0	33 3	30 7	35 5	31 5	34 8
1929	32 3	29 5	31 9	28 9	29 8	27 8	31 6	32 4	32 8	31 9	34 2	30 2
1930	31 5	29 9	31 3	29 7	27 0	29 1	31 0	32 1	33 5	32 2	33 3	34 3
1931	33.2	31 2	28 7	24 4	29 1	28.2	31 3	33 1	32 6	34 0	35 8	32.0
1932	31 1	30 5	27 5	29 6	33 8	28 2	31 1	30 5	30 2	31 7	36 4	31 3
1933	30 3	31 4	29 0	26 8	28 5	31 2	31 1	32 1	31 3	32 1	33 7	29 0
1934	30 8	29 0	26 3	26 2	29 5	27 6	31 4	29 5	28 0	34 2	31.1	29 9
1935	27 9	27 9	29 0	28 1	26 9	27 4	28 2	26 7	28 9	31.7	29 1	27 9
1936	29 6	26 9	26 5	27 4	25 1	26 7	27 6	26 5	27 0	31.1	31 7	29 2

QUADRO V — Correlação entre as mortalidades por câncer e por tuberculose — Mês de Janeiro — 1903-1936

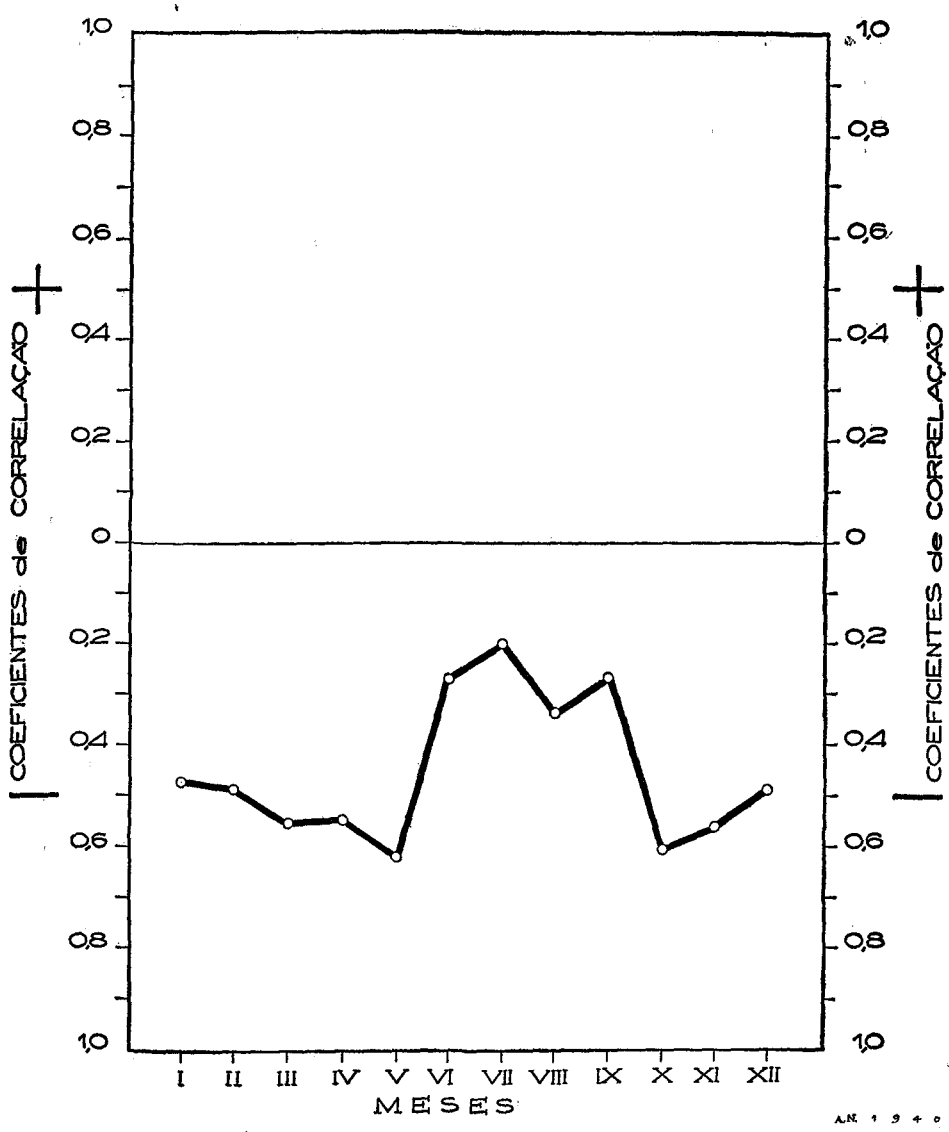
(Quadros idênticos foram feitos para os meses de Fevereiro a Dezembro)

ANOS	Óbitos por Tuberculose (todas as formas clínicas) — Coeficiente em 10 000 habitantes (x)	Óbitos por Câncer (todas as formas clínicas) — Coeficiente em 10.000 habitantes (y)	Desvio da média (x) +	Desvio da média (x) 0	Desvio da média (x) —	Desvio da média (y) +	Desvio da média (y) 0	Desvio da média (y) —	x^2	y^2	Produto dos desvios (x y) +	Produto dos desvios (x y) 0	Produto dos desvios (x y) —
1903	44 6	3 3	9 0	—	—	—	—	1 0	81 00	1 00	—	—	9 00
1904	45 3	3 4	9 7	—	—	—	—	0 9	94 09	0 81	—	—	8 72
1905	40 5	2 2	4 9	—	—	—	—	2 1	24 01	4 41	—	—	10.29
1906	41 7	2 9	6 1	—	—	—	—	1 4	37 21	1 96	—	—	8 54
1907	40 2	2 4	4 6	—	—	—	—	1 9	21 16	3 61	—	—	8 74
1908	41 2	3 7	5 6	—	—	—	—	0 6	31 36	0 36	—	—	3 36
1909	42 0	3 7	6 4	—	—	—	—	0 6	40 96	0 36	—	—	3 84
1910	42 3	3 4	6 7	—	—	—	—	0 9	44 89	0 81	—	—	6 03
1911	38 4	3 1	2 8	—	—	—	—	1 2	7 84	1 44	—	—	3.36
1912	39 4	4 2	3 8	—	—	—	—	0 1	14 44	0 01	—	—	0 38
1913	39 6	5 5	4 0	—	—	1 2	—	—	16 00	1 44	4 80	—	—
1914	42 1	5 4	6 5	—	—	1 1	—	—	42 25	1 21	7 15	—	—
1915	47 4	5 1	11 8	—	—	0 8	—	—	139 24	0 64	9 44	—	—
1916	42 8	3 6	7 2	—	—	—	—	0 7	51 84	0 49	—	—	5 04
1917	38 3	3 6	2 7	—	—	—	—	0 7	7 29	0 49	—	—	1.89
1918	38 0	3 1	2 4	—	—	—	—	1 2	5 76	1 44	—	—	2 88
1919	43 2	3 2	7 6	—	—	—	—	1 1	57 76	1 21	—	—	8 36
1920	37 3	3 8	1 7	—	—	—	—	0 6	2.89	0 36	—	—	1 02
1921	36 6	4 7	1 0	—	—	0 4	—	—	1 00	0 16	0 40	—	—
1922	35 6	4 9	—	0	—	0 6	—	—	—	0 36	—	—	—
1923	37 5	4 8	1 9	—	—	0 5	—	—	3 61	0 25	0 95	—	—
1924	25 8	4 7	—	—	9 8	0 4	—	—	96 04	0 16	—	—	3 92
1925	39 3	4 3	3 7	—	—	—	0	—	13 69	—	—	—	—
1926	30 9	3 9	—	—	4 7	—	—	0 4	22 09	0 16	1 88	—	—
1927	32 7	4 1	—	—	2 9	—	—	0 2	8 41	0 04	0 58	—	—
1928	27 7	4.1	—	—	7 9	—	—	0 2	62 41	0 04	1 58	—	—
1929	32 3	5 3	—	—	3 3	1 0	—	—	10 89	1 00	—	—	3 30
1930	31 5	5 0	—	—	4 1	0 7	—	—	16 81	0 49	—	—	2 87
1931	33 2	5 1	—	—	2 4	0 8	—	—	5 76	0 64	—	—	1.92
1932	31 1	4 5	—	—	4 5	0 2	—	—	20 25	0 04	—	—	0 90
1933	30 3	4 0	—	—	5 3	—	—	0 3	28 09	0 09	1 59	—	—
1934	30 8	5 3	—	—	4 8	1 0	—	—	23 04	1 00	—	—	4 80
1935	27 9	4 8	—	—	7 7	0 5	—	—	59 29	0 25	—	—	3 85
1936	29 6	6 0	—	—	6 0	1 7	—	—	36 00	2 89	—	—	10.20
	35 6	4 3	—	—	—	—	—	—	1 127 37 — 33 16	29 62 — 0 87	28 37	—	113 22
									Desvio padrão		Soma dos produtos		
									5 71	0 93			— 84 85

$$r_{12} = \frac{\Sigma\,(xy)}{N d_x\, d_y} = \frac{-\ 84\ 85}{34 \times 5\ 71 \times 0\ 93} = \frac{-\ 84\ 85}{180\ 55} = -0\ 469$$

$$Ep. = \pm\, 0.6745 \frac{1 - r^2}{\sqrt{N}} = \pm\, 0\ 6745 \frac{1 - 0\ 2199}{\sqrt{34}} = \pm\, 0\ 6745 \frac{0\ 7801}{5\ 83} =$$

$$\pm\, 0.6745 \times 0.133 = 0\ 090$$



Coeficientes de correlação entre as mortalidades por câncer e por tuberculose no Rio de Janeiro, D. F. — Distribuição mensal — 1903-1936

QUADRO VI — Coeficientes de correlação, entre as mortalidades por câncer e por tuberculose no Rio de Janeiro, D. F. — 1903-1936

MESES	r_{12}	$E P r_{12}$
Janeiro	— 0.469	± 0.090
Fevereiro	— 0 486	± 0.088
Março	— 0 551	± 0.080
Abril	— 0 546	± 0.081
Maio	— 0 621	± 0 071
Junho	— 0 268	± 0 108
Julho	— 0.201	± 0.110
Agosto	— 0 335	± 0.103
Setembro	— 0 264	± 0.108
Outubro	— 0 609	± 0.073
Novembro	— 0 565	± 0 079
Dezembro	— 0 489	± 0.088

GIORGIO MORTARA
(Consultor Técnico da Comissão Censitária Nacional)

ESTUDOS SÔBRE A UTILIZAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A RECONSTRUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL

IV. ENSAIO DE AJUSTAMENTO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE BRASILEIRAS CALCULADAS POR BULHÕES CARVALHO

SUMÁRIO — 1 As tábuas de mortalidade e de sobrevivência de Bulhões Carvalho Sua importância A aptidão da tábua BC cap para representar a mortalidade da população total natural do Brasil, no período 1890-1920. — 2 Conveniência dum ajustamento da tábua BC cap, capaz de valorizá-la como instrumento de pesquisas demográficas Execução dêste ajustamento nas idades infantís. — 3 Ajustamento nos anos de idade do sexto ao vigésimo — 4. Ajustamento além do vigésimo ano — 5 A tábua ajustada; comparação entre ela e a originária. — 6. Oportunidade dum ajustamento da tábua BC d f, estendendo-se a sua base do ano 1920 ao biênio 1920-1921 — 7. Ajustamento da tábua: cálculo das probabilidades de morte — 8 Ajustamento das probabilidades calculadas nas idades além do vigésimo ano — 9 A tábua BC d f ajust; comparação entre ela e a originária — 10 Justificação dos diferentes critérios adotados nos ajustamentos das duas tábuas

1 AS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE SOBREVIVÊNCIA DE BULHÕES CARVALHO SUA IMPORTÂNCIA A APTIDÃO DA TÁBUA BC cap PARA REPRESENTAR A MORTALIDADE DA POPULAÇÃO TOTAL NATURAL DO BRASIL, NO PERÍODO 1890-1920

PONDO em relação os números dos óbitos registrados em 1920 com os números de vivos indicados pelo censo demográfico de 1 º de Setembro do mesmo ano, BULHÕES CARVALHO conseguiu calcular taxas de mortalidade por grupos de idade, que lhe permitiram formar tábuas de mortalidade e de sobrevivência para a população urbana do Brasil [1]

Uma primeira série destas tábuas refere-se à população do Distrito Federal, isoladamente considerada· compõe-se duma tábua para os homens, uma para as mulheres e uma para ambos os sexos.

Uma segunda série de três tábuas, analogamente composta, refere-se à população conjunta do Distrito Federal e de várias capitais estaduais [2]

Essas tábuas teem grande importância, constituindo a primeira, e até hoje a única, tentativa de descrição sistemática da mortalidade brasileira em função da idade, e põem em relêvo alguns de seus singulares característicos. Todavia, a modéstia do ilustre autor as deixou ficar des-

---

[1] As tábuas de mortalidade e de sobrevivência de BULHÕES CARVALHO acham-se em edição original na introdução ao Tomo I da 2ª parte do Volume IV do *Recenseamento do Brasil realizado em 1.º de Setembro de 1920,* compilado e publicado pela Diretoria Geral de Estatística (páginas LXI-LXVI)

As mesmas tábuas foram reproduzidas no tratado de BULHÕES CARVALHO, *Estatística: Método e Aplicação,* publicado em 1933 (págs 278-289)

Em nossas análises consideramos somente as tábuas referentes à população total, sem distinção de sexo, quer para o Distrito Federal *(tábua BC d f),* quer para o Distrito Federal e as capitais conjuntamente consideradas *(tábua BC cap)*

[2] As capitais compreendidas na investigação são as seguintes: Belém, Fortaleza, Natal, Paraíba, Recife, Maceió, Salvador, Niterói, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Pôrto Alegre e Belo Horizonte

conhecidas de muitos demógrafos estrangeiros e esquecidas nas comparações internacionais de tábuas de sobrevivência. A escassa confiança merecida pelas estatísticas brasileiras do registro civil, notoriamente deficientes, contribuiu talvez para manter na sombra uma preciosa fonte de informações demográficas, que merecia e merece ser largamente aproveitada.

Cumpre observar que as tábuas para o Distrito Federal se referem a uma circunscrição territorial em que o registro dos nascimentos e dos óbitos, em 1920, já estava organizado de maneira bastante satisfatória, e compreendia a máxima parte, se não a totalidade, dos casos que se verificavam. Logo, as tábuas de mortalidade do Distrito Federal fornecem uma representação suficientemente aproximada da realidade do fenômeno por elas descrito.

Quanto às tábuas para as capitais, parece certo que o seu grau de aproximação seja menor que o das tábuas para o Distrito Federal, como indicam as mesmas advertências do autor. O estudo da demografia brasileira, porém, levou-nos a constatar que essas tábuas são aplicáveis, em via aproximada, à representação da mortalidade dêste país em limites de tempo e de espaço muito mais amplos que os em que foram contidas as observações utilizadas para a construção delas.

Com efeito, deduzindo dessas tábuas coeficientes de sobrevivência por grupos de idade,[3] e depois aplicando-os aos números dos brasileiros natos existentes em 1890, podem-se calcular números estimados dos sobreviventes em 1920, que resultam não muito diferentes dos realmente observados pelo censo. Dos 13.037.100 brasileiros natos, que viviam em 1890 nas idades entre o nascimento e o sexagésimo aniversário, sobreviveriam em 1920, segundo os ditos coeficientes, em idades entre o trigésimo e o nonagésimo aniversário, 7.648.200. O número efetivamente apurado é pouco diferente. 7 598.100.

Aplicando os mesmos coeficientes ao cálculo no sentido inverso, isto é, para a determinação dos vivos em 1890 segundo o número dos que sobreviviam em 1920, acha-se que aos 7.598.100 sobreviventes na data do censo de 1920, entre o trigésimo e o nonagésimo aniversário, deveriam corresponder em 1890, nas idades entre o nascimento e o sexagésimo aniversário, 13.023.100 vivos. O número efetivamente apurado quasi coincide com o calculado, sendo de 13.037.100.

Os resultados parciais dos cálculos, acima sintetizados por totais, aparecem, por grupos decenais de idade, nas tabelas I-a e I-b. Adotámos grupos decenais, sendo apresentados desta forma nas publicações oficiais os dados da distribuição por idade dos recenseados além do trigésimo aniversário. Por outra parte, os erros que afetam esta distribuição, em consequência, sobretudo, das inexatas declarações de idade de muitos recenseados, tornavam conveniente o grupamento por

---

[3] Os números de vivos em cada ano de idade calculados segundo a tábua de sobrevivência (usa-se adotar como tais as semi-somas dos sobreviventes no aniversário inicial e no final do ano de idade) indicam os resultados dum hipotético censo executado num país habitado pela hipotética "população estacionária" da tábua, isto é, por uma população sem imigrações nem emigrações, em que o número anual dos nascidos vivos fôsse exatamente igual ao dos óbitos (e igual ao número dos sobreviventes a 0 anos indicado pela tábua), e a probabilidade de morte em cada ano fôsse exata e constantemente a indicada pela tábua

Nesta população, o número $L_{x,x+10}$ dos vivos entre o x^{mo} e o $(x+10)^{mo}$ aniversário, deduzido da tábua, indica quantos seriam os recenseados num instante qualquer, entre êsses limites de idade O número $L_{x+30,x+40}$ dos vivos entre o $(x+30)^{mo}$ e o $(x+40)^{mo}$ aniversário, deduzido da tábua, tem análoga significação, e, logo, pode indicar quantos ficariam dos precedentes num segundo censo executado a 30 anos de distância do primeiro A razão de $L_{x+30,x+40}$ para $L_{x,x+10}$ fornece um coeficiente de sobrevivência do tipo dos empregados nos cálculos das tabelas I-a e I-b (é óbvio que os coeficientes de sobrevivência podem ser calculados pelo mesmo processo por grupos de idade poli-anuais em geral, ou mesmo anuais).

amplos intervalos, para afastar o efeito da maior parte dêsses erros, de modo que, mesmo se tivéssemos disposto os dados por grupos anuais, os teríamos reunido por grupos decenais.

TABELA I-a

Comparação entre o número estimado e o número efetivo dos vivos em 1920

ANOS DE IDADE EM 1 - IX - 1890 (a)	Número dos vivos em 1 - IX - 1890 (Milhares) (b)	Coeficientes de sobrevivência *BC cap* (c)	NÚMERO DOS VIVOS EM 1 - IX - 1920: Calculado pelo censo de 1890 e pelos coeficientes *BC cap* (Milhares) (d)	NÚMERO DOS VIVOS EM 1 - IX - 1920: Deduzido do censo (e)	Anos de idade em 1 - IX - 1920 (f)
1° — 10°	4 157,5	0,7369	3 063,7	3 193,2	31° — 40°
11° — 20°	3 038,8	0,6783	2 061,2	2 115,3	41° — 50°
21° — 30°	2 407,2	0,5848	1 407,7	1 250,9	51° — 60°
31° — 40°	1 657,4	0,4547	753,6	688,5	61° — 70°
41° — 50°	1 120,9	0,2704	303,1	266,0	71° — 80°
51° — 60°	655,3	0,0899	58,9	84,2	81° — 90°
1° — 60°	**13 037,1**	—	**7 648,2**	**7 598,1**	**31° — 90°**

TABELA I-b

Comparação entre o número estimado e o número efetivo dos vivos em 1890

ANOS DE IDADE EM 1 - IX - 1920 (a)	Número dos vivos em 1 - IX - 1920 (Milhares) (b)	Coeficientes de sobrevivência *BC cap* (c)	NÚMERO DOS VIVOS EM 1 - IX - 1890: Calculado pelo censo de 1920 e pelos coeficientes *BC cap* (Milhares) (d)	NÚMERO DOS VIVOS EM 1 - IX - 1890: Deduzido do censo de 31 - XII - 1890 (Milhares) (e)	Anos de idade em 1 - IX - 1890 (f)
31.° - 40°	3 193,2	0,7369	4 333,3	4 157,5	1.° - 10°
41° - 50°	2 115,3	0,6783	3 118,5	3 038,8	11.° - 20°
51° - 60°	1 250,9	0,5848	2 139,0	2 407,2	21° - 30°
61.° - 70°	688,5	0,4547	1 514,2	1 657,4	31° - 40.°
71.° - 80°	266,0	0,2704	983,7	1 120,9	41° - 50.°
81° - 90.°	84,2	0,0899	934,4	655,3	51° - 60°
31° - 90.°	**7 598,1**	—	**13 023,1**	**13 037,1**	**1.° - 60°**

Para exemplificar a significação de nossos cálculos, consideremos os brasileiros natos que nasceram no período decenal de 1.° de Setembro de 1870 a 31 de Agôsto de 1880. Deles sobreviviam em 1.° de Setembro de 1890, nas idades entre o décimo e o vigésimo aniversários, 3.038.800. Segundo a tábua *BC cap.*, o número dos vivos entre o décimo e o vigésimo aniversários,[4] de 100.000 nascidos vivos em cada

[4] Indicando l_x os sobreviventes no x^{mo} aniversário, segundo a tábua de sobrevivência, o número dos vivos entre o décimo e o vigésimo aniversários, $L_{10,20}$, consta da fórmula:

$$L_{10,20} = \frac{l_{10}+l_{11}}{2} + \frac{l_{11}+l_{12}}{2} + \quad + \frac{l_{19}+l_{20}}{2} = \frac{l_{10}+l_{20}}{2} + l_{11} + l_{12} + \quad + l_{19}$$

Em geral, o número dos vivos entre o x^{mo} e o $(x+m)^{mo}$ aniversários é dado pela adição da semi-soma dos sobreviventes nestes dois aniversários e da soma dos sobreviventes em todos os aniversários intermédios.

ano, seria de 666.829; o dos vivos entre o quadragésimo e o quinquagésimo aniversários seria de 452.303. A razão entre o segundo e o primeiro dêstes dados, isto é, 0,6783, constitue o coeficiente de sobrevivência empregado no nosso cálculo. Multiplicando por êste coeficiente o número dos 3.038.800 vivos em 1.º de Setembro de 1890 nas idades entre o décimo e o vigésimo aniversários, obtém-se o número dos 2.061.200, que seriam vivos em 1.º de Setembro de 1920 se a mortalidade fôsse em tudo conforme à indicada pela tábua *BC cap.* O número efetivamente verificado dêstes vivos é 2.115.300; a razão entre êle e o número dos vivos em 1890 é de 0,6961, em vez de 0,6783, como fôra suposto. O mesmo resultado se pode exprimir dizendo que o coeficiente de mortalidade fôra de 303,9 por 1.000, em vez de 321,7 por 1.000, qual fôra suposto.

Vê-se que a tábua *BC cap.* indica com aproximação satisfatória a mortalidade e a sobrevivência realmente observadas.

Os mesmos elementos utilizam-se no cálculo inverso. Dividindo o número dos vivos, em 1920, nas idades entre o quadragésimo e o quinquagésimo aniversários, 2.115.300, pelo coeficiente de sobrevivência de 0,6783 deduzido da tábua *BC cap.*, obtém-se o número estimado dos vivos em 1890, entre o décimo e o vigésimo aniversários, 3.118.500. O número efetivamente observado, 3.038.800, difere relativamente pouco do estimado; já sabemos que lhe corresponde um coeficiente de sobrevivência de 0,6961.

A idoneidade da tábua *BC cap.* para representar aproximadamente o nível da mortalidade brasileira no período 1890-1920 seria maior se os resultados dos censos, embora condensados por grupos decenais de idade, não ficassem ainda afetados pelos erros das declarações de idade. Todavia, já em nosso exame preliminar e sumário, esta idoneidade revela-se tal que confere à tábua *BC cap.*, como instrumento de descrição e de análise da demografia do Brasil, importância muito maior do que a que lhe cabia como simples representação da mortalidade dalgumas populações urbanas num só ano de observação.

Também para o estudo da mortalidade entre 1870 e 1890, a tábua *BC cap.* oferece útil auxílio, permitindo concluir que, nesse período, a frequência dos óbitos fôra, em todas as idades, maior do que a indicada pela tábua. Mas, desta aplicação falaremos noutra ocasião, desejando aquí tratar do assunto expresso pelo título do presente estudo.

2. CONVENIÊNCIA DUM AJUSTAMENTO DA TÁBUA BC cap., CAPAZ DE VALORIZÁ-LA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISAS DEMOGRÁFICAS. EXECUÇÃO DÊSTE AJUSTAMENTO NAS IDADES INFANTÍS

Para tornar mais eficaz a tábua *BC cap.* como instrumento de pesquisas demográficas, pareceu-nos conveniente proceder a uma revisão formal, destinada a afastar algumas irregularidades secundárias (que seriam prejudiciais neste uso), sem, todavia, alterar sensivelmente os característicos fundamentais da tábua.

A respeito das idades infantís, cumpre observar que, enquanto a probabilidade de morte no primeiro ano de idade foi calculada por comparação entre o número dos óbitos e o dos nascidos vivos, as probabilidades nos anos seguintes foram calculadas por comparação entre os números dos óbitos e os dos recenseados.

Agora, o censo de 1920 apresenta consideráveis lacunas nos números dos recenseados, quer no primeiro, quer no segundo ano de idade; em consequência, as razões de mortalidade que teem estes números como denominadores ficam erradas por excesso.[5]

No primeiro ano de idade, êste êrro foi evitado pela tábua *BC cap*, mercê do diverso processo adotado para o cálculo da probabilidade de morte.

No segundo ano, o êrro foi corrigido na tábua *BC d. f.*, tendo-se substituído, no denominador da razão de mortalidade, o número dos recenseados pelo número dos expostos a morrer no dito ano de idade, calculado sôbre a base dos nascimentos registrados em 1919. A correção assim aplicada reduziu de 82,76 a 57,16 por 1 000 a probabilidade de morte no segundo ano de idade, no cálculo para a população do Distrito Federal, isoladamente considerada [6]

No cálculo, porém, da tábua *BC cap*, não foi introduzida a correção correspondente, por falta, provavelmente, dalgum dos elementos que seriam precisos para executá-la Ficou, por consequência, indevidamente alta a probabilidade de morte no segundo ano de idade.

Querendo estender à tábua *BC cap* a correção já introduzida por BULHÕES CARVALHO na *BC d. f*, sem todavia deformá-la profundamente, adotámos o processo seguinte

Substituímos os valores originários das probabilidades de morte da tábua *BC cap* para o primeiro ano de idade (175,16 por 1 000) e para o segundo (91,54), por outros valores que satisfizessem a dupla condição de·

a) estar entre êles na mesma razão (154 57) dos adotados na tábua *BC d. f.*,

b) deixar inalterado, na aplicação ao cálculo da tábua de sobrevivência, o número originário dos sobreviventes no segundo aniversário (74 933 sôbre 100 000 nascidos vivos)

Não achámos razões[7] para modificar as probabilidades de morte referentes aos três anos de idade seguintes (3.º, 4.º, 5.º).

3 AJUSTAMENTO NOS ANOS DE IDADE DO SEXTO AO VIGÉSIMO

Nos anos de idade do sexto ao vigésimo, a representação gráfica das probabilidades de morte da tábua *BC cap* revela oscilações que, embora talvez sejam em parte características efetivas da época considerada, precisam ser eliminadas quando a tábua é destinada a mais amplas aplicações.

---

[5] Segundo o censo de 1920, existiriam no Brasil só 830 534 crianças no primeiro ano de idade e 778 925 no segundo, em confronto com 1 018.417 no terceiro e 1 010 528 no quarto

A mesma anomalia encontra-se no censo de 1890, que indica a existência de 366 105 crianças no primeiro ano e 400 328 no segundo, em confronto com 461 444 no terceiro e 451 497 no quarto

Provavelmente, nestes censos houve omissões na enumeração das crianças, mas houve também erros nas declarações de idade, os quais contribuiram fortemente para reduzir o número dos recenseados nos dois primeiros grupos anuais de idade, deslocando para grupos seguintes uma parte dos efetivamente a êles pertencentes

[6] Vide *Recenseamento* etc , Vol IV, 2.ª parte, Tomo I, cit , págs L (cálculo originário) e LXI (cálculo retificado)

[7] Talvez uma parte dos recenseados que efetivamente pertencem aos dois primeiros anos de idade esteja compreendida nos dados censitários referentes aos anos de idade seguintes (terceiro, etc.) Neste caso, os números dos recenseados no terceiro, quarto e quinto anos constituiriam denominadores errados por excesso no cálculo das probabilidades de morte, que logo resultariam erradas por falta, se os erros dos denominadores não fôssem compensados por erros proporcionais dos numeradores Achamos que, ao menos em parte, haja esta compensação; por isso, e à falta de elementos de controle, abstivemo-nos de qualquer correção

A sua eliminação tornou-se possível sem alteração do andamento geral da curva de mortalidade. Começamos por substituir cada probabilidade originária pela média geométrica ponderada da probabilidade mesma (com pêso 2), da precedente e da seguinte;[8] permanecendo ainda algumas irregularidades nas probabilidades para os anos de idade do nono ao décimo-sexto, aperfeiçoámos graficamente o ajustamento nessas idades.

TABELA II-a

Ajustamento das probabilidades de morte da tábua BC cap para as idades de 5 a 21 anos

IDADE x (a)	PROBABILIDADE DE MORTE (× 1000) NA IDADE x, x + 1			
	Originária (b)	1.º ajustamento numérico (c)	2.º ajustamento gráfico (d)	Ajustamento final (e)
4	12,01	—	—	—
5	9,13	9,20	—	9,20
6	7,11	7,13	—	7,13
7	5,59	5,54	—	5,54
8	4,28	4,59	4,56	4,56
9	4,05	4,07	4,05	4,05
10	3,89	3,93	3,80	3,80
11	3,86	3,76	3,60	3,60
12	3,55	3,50	3,60	3,60
13	3,12	3,58	3,75	3,75
14	4,14	3,82	3,95	3,95
15	4,32	4,45	4,40	4,40
16	4,94	5,29	—	5,29
17	6,93	6,50	—	6,50
18	8,02	7,99	—	7,99
19	9,18	9,18	—	9,18
20	10,50	10,43	—	10,43
21	11,78	11,42	—	11,42
22	12,05	—	—	—

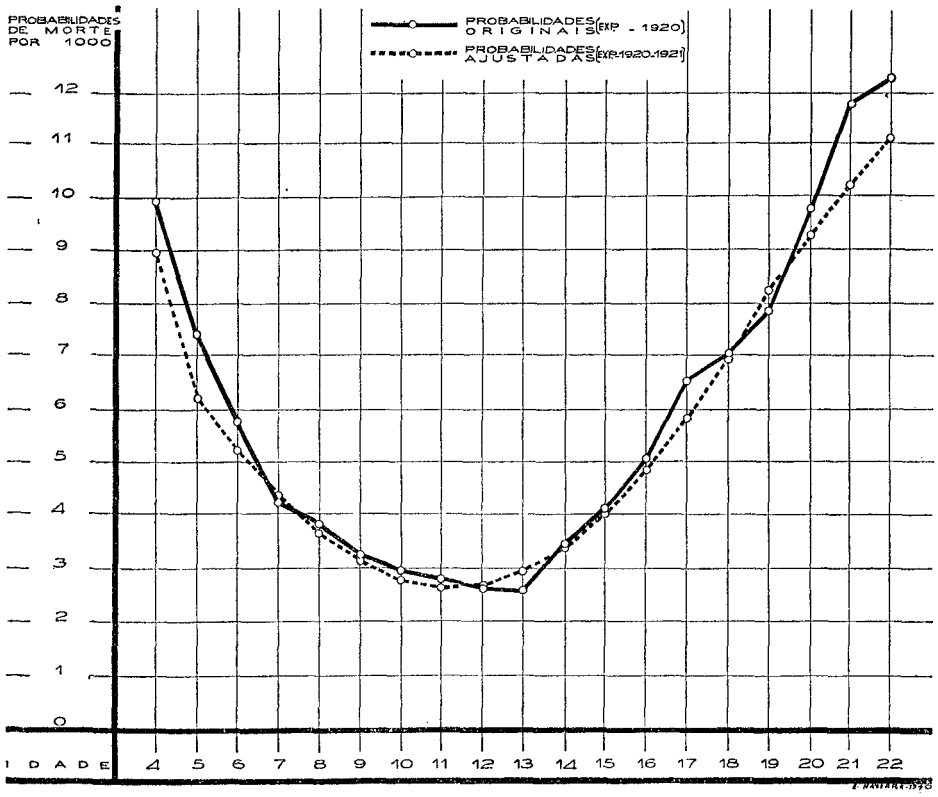
O ajustamento por médias geométricas foi estendido até o vigésimo-segundo ano de idade, para atingir a idade inicial de outro e diverso ajustamento, que explicaremos no parágrafo seguinte. A soma das probabilidades ajustadas, indicadas na coluna (c) da tabela II-a, coincide com a das probabilidades originárias, indicadas na coluna (b); o desvio médio absoluto de umas em relação às outras fica inferior a 3 %.

O efeito combinado das correções acima explicadas não modifica sensivelmente o andamento geral da tábua de sobrevivência, até o vigésimo-segundo aniversário. O número dos sobreviventes nesta idade, que é de 63.206 na tábua originária *BC cap.*, fica de 63.207 na ajustada *(BC cap. ajust.)*.

A tábua gráfica I ilustra o ajustamento acima descrito.

[8] Em fórmula, indicando q_x a probabilidade originária e q'_x a ajustada:

$$q'_x = \sqrt[4]{q_{x-1}\, q_x^2\, q_{x+1}}$$



I — Ajustamento das probabilidades de morte para as idades de 5 a 21 anos
Tábua BC cap

4 AJUSTAMENTO ALÉM DO VIGÉSIMO ANO

Entre o vigésimo e o nonagésimo aniversários, a tábua *BC cap.* mostra considerável regularidade no andamento geral, perturbada por oscilações de pouco relêvo, e por ondulações que provavelmente refletem, quasi sempre, as consequências, no cálculo das probabilidades de morte, dos erros existentes nas declarações de idade dos recenseados e dos falecidos, que só em parte se compensam reciprocamente no cálculo.

Para assegurar uma perfeita regularidade neste longo trecho da curva de mortalidade, achámos conveniente aplicar um processo analítico de ajustamento, isto é, substituir a curva observada por uma curva geométrica regular

Depois de ter experimentado várias formas, escolhemos a função:

$$y = 10^{ax^2 + bx + c}$$

representando x a idade, medida a partir do 57º aniversário, instante central do intervalo de idade considerado,[9] e y a probabilidade de morte, multiplicada por 1.000, no ano seguinte ao x^{mo} aniversário; e sendo a, b, c constantes determináveis mediante interpolação [10]

---

[9] Por exemplo, em correspondência à idade 27 resulta $x = -30$; em correspondência à idade 87, $x = +30$ O intervalo considerado na interpolação estende-se do 22º ao 92º aniversário

[10] A constante c representa o logaritmo da probabilidade de morte (multiplicada por 1 000) referente à idade 57

A constante b representa o logaritmo da razão duma progressão geométrica segundo a qual se desenvolveria a mortalidade em função da idade se a constante a fôsse igual a zero

A constante a representa o logaritmo da razão entre a média geométrica das probabilidades de morte referentes às idades $(x-1)$ e $(x+1)$ e a probabilidade de morte referente à idade x; logo, seria nula se as probabilidades se seguissem segundo uma progressão geométrica

A escolha da aludida função foi sugerida pela excelente aptidão que ela mostrou para representar o andamento da mortalidade no amplo intervalo de idade considerado.

A aplicação prática torna-se muito simples operando-se sôbre os logaritmos das probabilidades de morte multiplicadas por 1.000; a fórmula

$$\text{Log}\, y = ax^2 + bx + c$$

mostra que mediante êste artifício o problema se reduz a uma interpolação parabólica.

Para simplificar os cálculos, limitámo-nos a considerar as probabilidades de morte da tábua *BC cap.* para as idades 22, 27, 32, 37, ..., 87, 92, isto é, 15 valores num intervalo de 71 anos. Executámos a interpolação pelo método das somas, assegurando assim a igualdade das somas dos logaritmos das probabilidades, isto é, a igualdade das médias geométricas das mesmas probabilidades, entre os valores interpolados e os originais, quer no conjunto dos 15 valores, quer para cada grupo de 5 valores consecutivos (1.º-5.º, 6.º-10.º, 11.º-15.º). A equação da função interpoladora, na sua expressão logarítmica, é a seguinte:[11]

$$\text{Log}\, y = 0{,}0057127\, x^2 + 0{,}1040366\, x + 1{,}5157165.$$

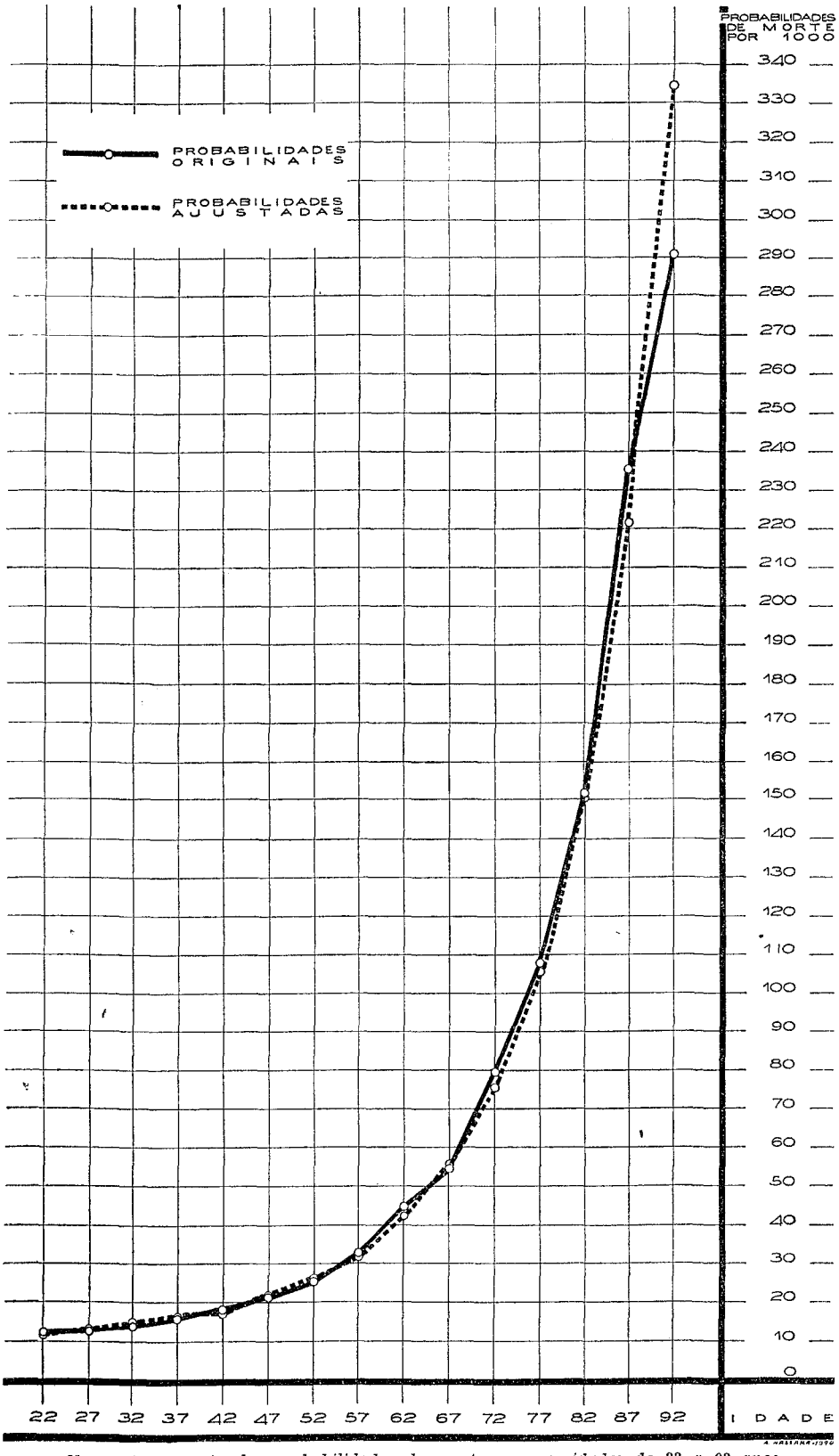
A tabela II-b permite o exame comparativo da série originária e da obtida pela interpolação. Nas idades de 22 a 82 anos a aproximação é ótima, o desvio médio absoluto dos valores interpolados a respeito dos observados correspondendo apenas a 2 %. Nas idades de 87 e 92 anos manifestam-se desvios relativamente maiores; cumpre observar, porém, que não só os elementos e os resultados do cálculo originário são muito incertos para essas idades, como também o dado originário para a idade de 92 anos fôra obtido por extrapolação e não por observação direta. Logo, no conjunto, a fórmula interpoladora aparece, como já dissemos, de todo idônea para o fim objetivado.

TABELA II-b

Ajustamento das probabilidades de morte da tábua BC cap. para as idades de 22 a 92 anos

IDADE x (a)	PROBABILIDADE DE MORTE (× 1000) NA IDADE x, x + 1		DIFERENÇA ENTRE A PROBABILIDADE AJUSTADA E A ORIGINÁRIA	
	Originária (b)	Ajustada (c)	Absoluta (d)	% (e)
22	12,05	11,68	— 0,37	— 3,1
27	12,08	12,51	+ 0,43	+ 3,6
32	13,72	13,75	+ 0,03	+ 0,2
37	15,44	15,52	+ 0,08	+ 0,5
42	18,19	17,99	— 0,20	— 1,1
47	21,29	21,40	+ 0,11	+ 0,5
52	25,64	26,15	+ 0,51	+ 2,0
57	32,90	32,79	— 0,11	— 0,3
62	44,20	42,21	— 1,99	— 4,5
67	54,45	55,80	+ 1,35	+ 2,5
72	79,98	75,73	— 4,25	— 5,3
77	107,90	105,50	— 2,40	— 2,2
82	151,13	150,91	— 0,22	— 0,2
87	235,29	221,61	— 13,68	— 5,8
92	290,91	334,12	+ 43,21	+ 14,9

[11] Substituindo-se a x o valor desta variável, obtém-se, pela fórmula do texto, o logaritmo vulgar, com sete decimais, da probabilidade de morte (multiplicada por 1.000), referente à idade de $(x + 57)$ anos.



II — Ajustamento das probabilidades de morte para as idades de 22 a 92 anos
Tábua BC cap

O ajustamento feito deixa inalterado o andamento geral da tábua de sobrevivência: no cálculo desta por meio das probabilidades originárias, os sobreviventes no nonagésimo-segundo aniversário resultam em número de 422; no cálculo pelas probabilidades ajustadas, ficam 427, com diferença mínima.

Utilizámos a fórmula interpoladora também para completar, além da idade 92, a série das probabilidades de morte.

No quadro gráfico II estão comparadas a curva originária e a curva interpolada de mortalidade, de 22 a 92 anos de idade.

5 A TÁBUA AJUSTADA; COMPARAÇÃO ENTRE ELA E A ORIGINÁRIA

Por meio das probabilidades de morte ajustadas pelos processos esclarecidos nos precedentes parágrafos, calculámos de novo a tábua de sobrevivência para a população conjunta do Distrito Federal e das capitais.

TABELA III

Tábua de mortalidade e de sobrevivência de Bulhões Carvalho, para as capitais brasileiras em 1920, ajustada

IDADE x ANOS (a)	Probabilidade de morte (× 1000) na idade x, x + 1 (b)	Sobreviventes na idade x (c)	Mortos na idade x, x + 1 (d)	Vida média na idade x Anos (e)
0	193,02	100 000	19 302	37,43
1	71,44	80 698	5 765	45,26
2	34,59	74 933	2 592	47,71
3	17,97	72 341	1 300	48,40
4	12,01	71 041	853	48,27
5	9,20	70 188	645	47,85
6	7,13	69 543	496	47,29
7	5,54	69 047	383	46,63
8	4,56	68 664	313	45,89
9	4,05	68.351	277	45,10
10	3,80	68 074	258	44,28
11	3,60	67 816	245	43,44
12	3,60	67 571	243	42,60
13	3,75	67 328	252	41,75
14	3,95	67 076	265	40,91
15	4,40	66 811	294	40,07
16	5,29	66 517	352	39,24
17	6,50	66.165	430	38,45
18	7,99	65 735	525	37,70
19	9,18	65 210	599	36,99
20	10,43	64.611	674	36,33
21	11,42	63 937	730	35,71
22	11,68	63 207	738	35,12
23	11,81	62 469	738	34 53
24	11,97	61 731	738	33,93
25	12,13	60 993	740	33,34
26	12,31	60 253	742	32,74
27	12,51	59 511	744	32,14
28	12,72	58 767	748	31,54
29	12,95	58.019	751	30,94
30	13,20	57.268	756	30,34
31	13,46	56 512	761	29,74
32	13,75	55 751	767	29,14
33	14,06	54 984	773	28,54
34	14,39	54 211	780	27,94
35	14,74	53 431	788	27,34
36	15,12	52.643	796	26,74
37	15,52	51 847	804	26,15
38	15,95	51 043	814	25,55
39	16,41	50.229	825	24,96
40	16,91	49.404	835	24,36
41	17,43	48.569	847	23,77

TABELA III

Tábua de mortalidade e de sobrevivência de Bulhões Carvalho, para as capitais brasileiras em 1920, ajustada

IDADE x ANOS (a)	Probabilidade de morte (× 1000) na idade x, x + 1 (b)	Sobreviventes na idade x (c)	Mortos na idade x, x + 1 (d)	Vida média na idade x Anos (e)
42	17,99	47 722	858	23,19
43	18,59	46 864	871	22,60
44	19,22	45 993	884	22,02
45	19,90	45 109	898	21,44
46	20,63	44 211	912	20,87
47	21,40	43 299	927	20,30
48	22,23	42 372	942	19,73
49	23,11	41 430	957	19,17
50	24,06	40 473	974	18,61
51	25,07	39 499	990	18,06
52	26,15	38 509	1 007	17,51
53	27,30	37 502	1 024	16,96
54	28,53	36 478	1 041	16,43
55	29,85	35 437	1 057	15,89
56	31,27	34 380	1 075	15,37
57	32,79	33 305	1 093	14,85
58	34,42	32 212	1 108	14,33
59	36,16	31 104	1 125	13,83
60	38,04	29 979	1 140	13,33
61	40,05	28 839	1 155	12,83
62	42,21	27 684	1 169	12,35
63	44,54	26 515	1 181	11,87
64	47,05	25 334	1 192	11,40
65	49,75	24 142	1 201	10,94
66	52,66	22 941	1 208	10,49
67	55,80	21 733	1 213	10,04
68	59,19	20 520	1 214	9,61
69	62,85	19 306	1 214	9,18
70	66,81	18 092	1 208	8,76
71	71,09	16 884	1 201	8,35
72	75,73	15 683	1 187	7,95
73	80,75	14 496	1 171	7,56
74	86,19	13 325	1 148	7.18
75	92,11	12 177	1 122	6,81
76	98,53	11 055	1 089	6,46
77	105,50	9 966	1 052	6,11
78	113,09	8 914	1 008	5,77
79	121,36	7 906	959	5,44
80	130,37	6 947	906	5,12
81	140,19	6 041	847	4,81
82	150,91	5 194	784	4,52
83	162,62	4 410	717	4,23
84	175,43	3 693	648	3,96
85	189,44	3 045	577	3,69
86	204,79	2 468	505	3,44
87	221,61	1 963	435	3,19
88	240,07	1 528	367	2,96
89	260,34	1 161	302	2,74
90	282,62	859	243	2,52
91	307,13	616	189	2,32
92	334,12	427	143	2,13
93	363,85	284	103	1,95
94	396,66	181	72	1,78
95	432,87	109	47	1,62
96	472,89	62	29	1,47
97	517,16	33	17	1,32
98	566,16	16	9	1,19
99	620,46	4	7	1,07
100		3*	3**	

(*) 1 sobrevivente na idade de 101 anos
(**) 2 mortos na idade 100, 101 e 1 morto na idade 101, 102

A tabela III apresenta os dados fundamentais desta tábua *BC cap. ajust.*, isto é:

a) a probabilidade, no x^{mo} aniversário, de morrer no ano seguinte;

b) o número dos sobreviventes no x^{mo} aniversário, de 100.000 nascidos vivos;

c) o número dos óbitos, procedentes da dita geração de 100 000 nascidos vivos, entre o x^{mo} e o $(x+1)^{mo}$ aniversários;

d) a vida média completa resídua do sobrevivente no x^{mo} aniversário.

TABELA IV

Comparação entre as tábuas de sobrevivência BC cap e BC cap. ajust.

IDADE x ANOS (a)	Sobreviventes na idade x		Mortos na idade x, x + 10		Vida média na idade x	
	BC cap. (b)	*CB cap. ajust* (c)	*BC cap* (d)	*BC cap ajust* (e)	*BC cap* Anos (f)	*BC cap ajust* Anos (g)
0	100 000	100 000	31 904	31 926	37,52	37,43
10	68 096	68 074	3 458	3 463	44,37	44,28
20	64 638	64 611	7 288	7 343	36,43	36,33
30	57 350	57 268	7 702	7 864	30,43	30,34
40	49 648	49 404	8 950	8 931	24,39	24,36
50	40 698	40 473	10 346	10 494	18,60	18,61
60	30 352	29 979	11 975	11 887	13,19	13,33
70	18 377	18 092	11 642	11 145	8,53	8,76
80	6 735	6 947	5 933	6 088	5,11	5,12
90	802	859	786*	856**	2,86	2,52

(*) O total de 100.000 óbitos compreende 16 mortos além do 100° aniversário.
(**) O total de 100 000 óbitos compreende 3 mortos além do 100° aniversário.

Na tabela IV, os dados da tábua ajustada são comparados, por idades escolhidas, com os da tábua originária. A vida média a 0 anos, que reflete sinteticamente todas as divergências entre as duas tábuas, resulta em anos 37,43 da ajustada e 37,52 da originária, com uma diferença pouco maior de 0,2 por 100, diferença essa cuja insignificância mostra que o ajustamento pôde conseguir seu alvo sem deformar sensivelmente a tábua originária.

6. OPORTUNIDADE DUM AJUSTAMENTO DA TÁBUA BC d. f., ESTENDENDO-SE A SUA BASE DO ANO 1920 AO BIÊNIO 1920-1921

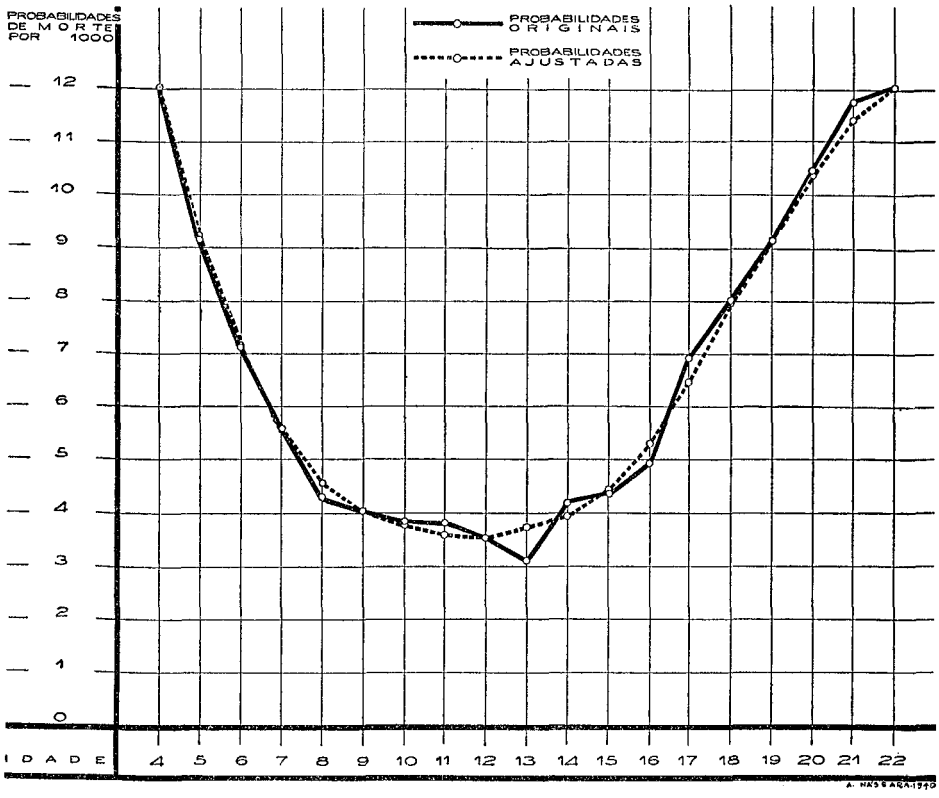
A tábua de sobrevivência de BULHÕES CARVALHO para o Distrito Federal, isoladamente considerado, não precisava da correção no segundo ano de idade, pois esta fôra já executada pelo autor; mostrava, porém, outras leves irregularidades de andamento que nos pareceu desejável afastar, quer para facilitar as comparações com outras tábuas, quer para valorizar também esta contribuição do insigne estatístico brasileiro ao conhecimento da mortalidade dêste país.

A tábua originária *BC d. f.* fôra calculada sôbre a base dos óbitos do ano 1920; dispondo-se, porém, de dados análogos para o ano se-

guinte,[12] pareceu oportuno estender a base da tábua utilizando também êsses dados. Esta decisão tornou preciso refazer desde o comêço todo o cálculo da tábua de mortalidade, o que permitiu introduzir algumas modificações nos métodos. Cumpre advertir que estas modificações, sugeridas por considerações de caráter técnico, não afetam profundamente o andamento da tábua, como mostram os confrontos entre a tábua ajustada e a originária, feitos na tabela VIII.

7 AJUSTAMENTO DA TÁBUA CÁLCULO DAS PROBABILIDADES DE MORTE

Para os dois primeiros anos de idade, o número dos óbitos (média 1920-1921) constante das estatísticas do Distrito Federal foi posto em relação, para o fim de obter-se a probabilidade de morte, não com o número dos expostos a morrer deduzível do censo, mas com o deduzível das estatísticas dos nascimentos e óbitos no primeiro ano de idade,



III — Ajustamento das probabilidades de morte para as idades de 4 a 22 anos
Tábua BC d f

---

[12] Vide *Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitária, Vol I (Cidade do Rio de Janeiro)*, compilado e publicado pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA (Rio de Janeiro, 1923), pág 118
Esta publicação já apresenta taxas de mortalidade por grupos de idade para o Distrito Federal, quer para 1920, quer para 1921

aproveitando-se os dados censitários só para a determinação dos expostos a morrer não naturais do Distrito Federal.[13]

Para os terceiro, quarto e quinto anos de idade, o número dos expostos a morrer foi obtido mediante adição de metade do número anual dos óbitos (média 1920-1921) ao número dos recenseados em 1920, em

TABELA V

Cálculo das probabilidades de morte para o Distrito Federal (anos 1920-1921)

IDADE x (a)	Expostos a morrer, na idade x (b)	Óbitos na idade x, x + 1 (c)	Probabilidade de morte (× 1000) na idade x, x + 1 (d)
0	35 004	5 353	152,93
1	28 258	1 814	63,47
2	26 927	691	25,66
3	26 986	383	14,19
4	26 904	241	8,96
5	26 638	165	6,21
6	25 898	135	5,22
7	25 269	110	4,37
8	24 751	91	3,66
9	24 345	76	3,13
10	24 051	67	2,79
11	23 868	63	2,64
12	23 796	64	2,69
13	23 835	70	2,95
14	23 987	82	3,41
15	24 249	98	4,05
16	24 623	120	4,88
17	25 109	147	5,85
18	25 705	179	6,97
19	26 414	217	8,20
22	26 011	279	10,73
27	24 548	314	12,79
32	20 421	262	12,83
37	17 001	241	14,17
42	13 067	221	16,91
47	10 037	201	20,03
52	7 608	180	23,66
57	5 539	165	29,79
62	3 954	161	40,72
67	2 609	143	54,81
72	1 569	113	72,02
77	831	87	104,69
82	476	60	126,05
87	197	39	197,97
92	72	22	304,29

[13] O número dos nascidos vivos registrados no Distrito Federal fôra de 30.455 em 1919, de 33.718 em 1920 e de 33 282 em 1921. Admitindo como número de expostos a morrer em cada ano solar, nas idades entre o nascimento e o primeiro aniversário, dois terços dos nascidos naquele ano e um têrço dos nascidos no precedente, os expostos a morrer naturais do Distrito Federal seriam 32.631 em 1920 e 33 427 em 1921; em média, 33 029.

Para completar o número dos expostos a morrer, precisa-se levar em conta também os nascidos fora do Distrito Federal. Em 1920, foram recenseadas no Distrito Federal 1.776 crianças nascidas em outros lugares e 566 de naturalidade ignorada (que, na sua maior parte, deviam ser naturais do Distrito Federal, mas cuja naturalidade não fôra indicada por negligência dos pais, e não por ignorância). Tendo presentes estes dados e os dos óbitos, calculámos em 1.975 o número médio anual dos expostos a morrer no primeiro ano de idade, não naturais do Distrito Federal. Assim, o número total dos expostos atingiu 35.004 (= 33 029 + 1.975).

Com critério paralelo, calculámos o número dos expostos a morrer no segundo ano de idade, o qual resultou em 28 258 (advirta-se que, na primeira parte do cálculo para o segundo ano, os expostos a morrer foram determinados pela soma de três quintos dos que alcançaram o primeiro aniversário no ano solar tomado para a observação, e de dois quintos dos que o tinham alcançado no ano solar precedente).

cada ano de idade,[14] multiplicado por 1,011044,[15] com o fim de obterem-se dados referentes à data central do biênio 1920-1921, em vez de a 1.º de Setembro de 1920.

Para os anos de idade do sexto ao vigésimo, não se conhecendo a repartição dos óbitos por anos, mas só por quinquênios de idade, e sendo, por outra parte, afetada por evidentes erros a repartição por anos de idade dos recenseados, foram considerados, quer para os expostos a morrer (recenseados multiplicados por 1,011044, mais metade da média anual dos óbitos), quer para os óbitos, três grupos quinquenais de idade. respectivamente do quinto ao décimo aniversário, do décimo ao décimo-quinto e do décimo-quinto ao vigésimo. Mediante interpolação parabólica, êsses grupos quinquenais foram cindidos em grupos anuais: os dados assim obtidos permitiram calcular as probabilidades de morte. A regularidade do andamento destas tornou supérfluo todo ulterior ajustamento.

Para as idades compreendidas entre o vigésimo e o nonagésimo aniversários, procedemos preliminarmente à cisão por grupos anuais dos grupos decenais, quer de recenseados, quer de óbitos. A cisão de cada grupo decenal foi executada por interpolação parabólica, compreendendo o grupo decenal que se queria cindir, o precedente e o seguinte.

Utilizámos os dados constantes destas cisões para calcular, segundo a fórmula habitual, as probabilidades de morte para as idades de 22, 27, 32, 37, . . . , 82, 87 anos. A interpolação referente às idades entre o setuagésimo e o centésimo aniversários forneceu-nos também os dados para o cálculo da probabilidade de morte na idade 92.

Na tabela V estão expostos os elementos e os resultados dos cálculos acima descritos.

8. AJUSTAMENTO DAS PROBABILIDADES CALCULADAS NAS IDADES ALÉM DO VIGÉSIMO ANO

Calculando diretamente as probabilidades de morte, por meio dos dados obtidos pela cisão dos grupos de recenseados e de óbitos, obteríamos uma série bastante regular para as idades além do vigésimo aniversário Mas, desejando conferir a nosso cálculo uma regularidade ainda maior, qual se teria obtido por dados totalmente isentos de erros e pela extensão das observações a um maior número de anos, aplicámos ao ajustamento da curva de mortalidade entre as idades 22 e 92 a mesma fórmula que se mostrara apta a representar o andamento da tábua *BC cap.* nesse intervalo de idade. Seguimos em tudo o procedimento descrito no parágrafo 4

A equação da função interpoladora, na sua expressão logarítmica, é a seguinte:[16]

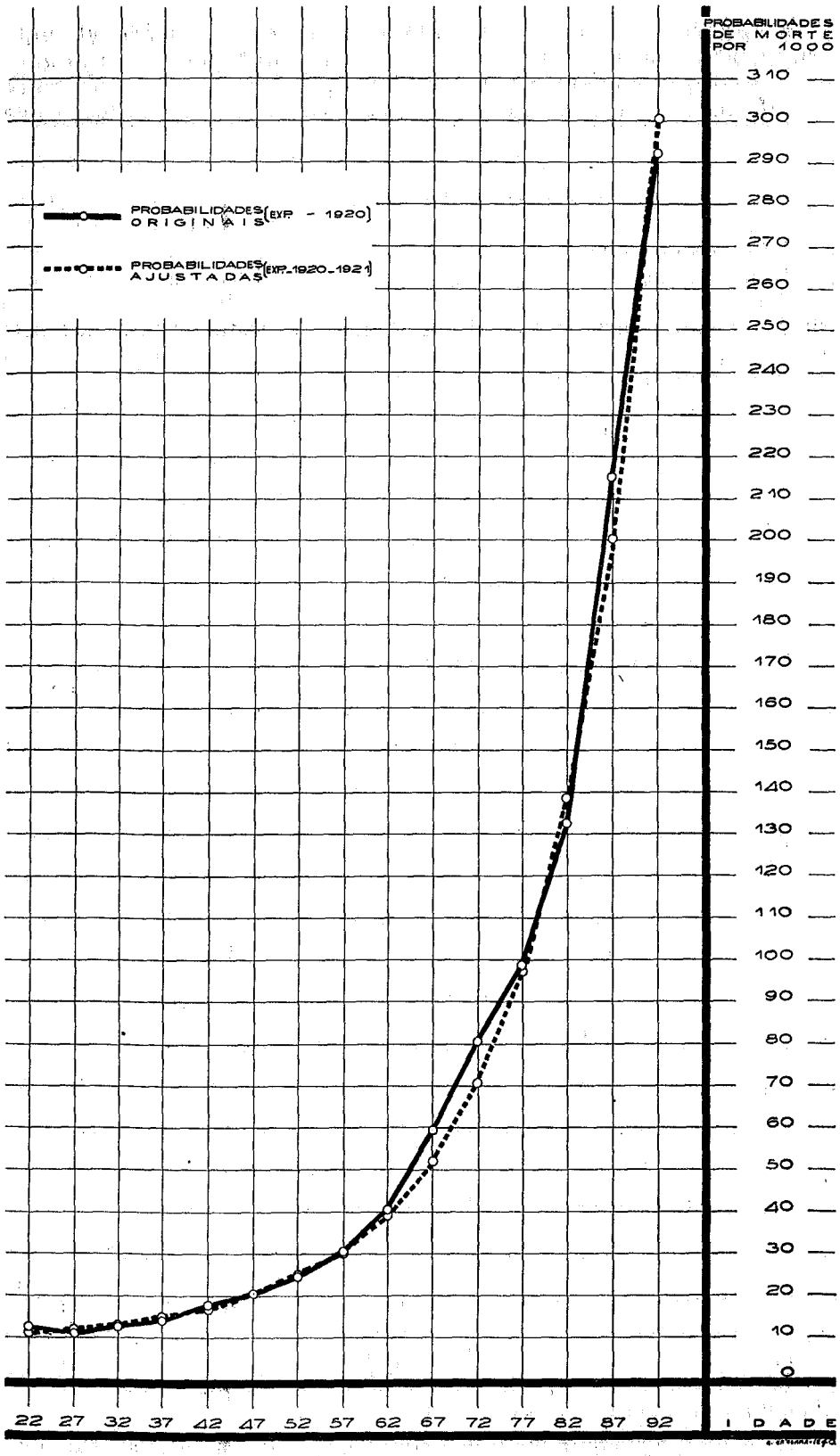
$$\text{Log}\, y = 0{,}0055451\, x^2 + 0{,}1026547\, x + 0{,}4885683$$

---

[14] A probabilidade de morte é a razão entre o número dos mortos no $(x+1)$mo ano de idade e o número dos que sobreviviam no $x$mo aniversário. Aproximadamente, os recenseados em idades compreendidas entre o $x$mo e o $(x+1)$mo aniversários teem a idade média de $(x+0{,}5)$ anos, e, por consequência, correspondem, sempre aproximadamente, ao número dos que atingiram o $x$mo aniversário, diminuído de cêrca de metade dos mortos entre êsse aniversário e o seguinte Assim, aditando aos recenseados no $(x+1)$mo ano de idade metade dos mortos na mesma idade, fica aproximadamente reconstituído o número dos que sobreviviam no $x$mo aniversário, denominador apropriado da probabilidade de morte

[15] Razão entre a população calculada em 1 º-I-1921 e a recenseada em 1 º-IX-1920

[16] A fórmula do texto dá o logaritmo vulgar da probabilidade de morte, multiplicada por 1 000, em função da variável x, igual à idade diminuída de 57 anos



IV — Ajustamento das probabilidades de morte para as idades de 22 a 92 anos
Tábua BC d. f

A aproximação conseguida é satisfatória: o desvio médio absoluto corresponde a menos de 4 %; desvios positivos alternam-se com negativos; os desvios relativamente maiores são encontrados nas idades senís, para as quais ficam mais incertos os dados do censo e os da estatística dos óbitos.

A fórmula interpoladora foi utilizada para calcular as probabilidades de morte do vigésimo-terceiro ano de idade até o centésimo Para os anos vigésimo-primeiro e vigésimo-segundo, querendo ligar sem salto os resultados do cálculo referente às idades até o vigésimo aniversário aos da interpolação acima descrita, adotámos probabilidades de morte calculadas por interpolação parabólica das probabilidades obtidas pelo primeiro cálculo para os anos décimo-nono e vigésimo e da obtida pelo segundo cálculo para o vigésimo-terceiro Assim, o andamento da curva de mortalidade ficou completamente regularizado.

TABELA VI

Ajustamento das probabilidades de morte da tábua BC d f para as idades de 22 a 92 anos

IDADE x ANOS (a)	PROBABILIDADE DE MORTE (× 1000) NA IDADE x, x + 1			DIFERENÇA ENTRE A PROBABILIDADE AJUSTADA E A ORIGINÁRIA 1920—1921	
	Originária (1920) (b)	Originária (1920—1921) (c)	Ajustada (1920—1921) (d)	Absoluta (e)	% (f)
22	12,24	10,73	11,01	+ 0,28	+ 2,6
27	11,09	12,79	11,81	— 0,98	— 7,3
32	12,95	12,83	13,00	+ 0,17	+ 1,7
37	14,11	14,17	14,68	+ 0,51	+ 3,6
42	17,61	16,91	17,00	+ 0,09	+ 0,5
47	20,28	20,03	20,20	+ 0,17	+ 0,8
52	24,55	23,66	24,63	+ 0,97	+ 4,1
57	31,01	29,79	30,80	+ 1,01	+ 3,4
62	40,66	40,72	39,52	— 1,20	— 2,9
67	59,48	54,81	52,01	— 2,80	— 5,1
72	80,66	72,02	70,22	— 1,80	— 2,5
77	98,43	104,69	97,25	— 7,44	— 7,1
82	132,95	126,05	138,19	+ 12,14	+ 9,6
87	215,83	197,97	201,43	+ 3,46	+ 1,7
92	292,94	304,29	301,21	— 3,08	— 1,0

9 A TÁBUA BC d f ajust, COMPARAÇÃO ENTRE ELA E A ORIGINÁRIA

Mercê das probabilidades de morte obtidas do modo acima explicado, calculámos uma tábua de sobrevivência para o Distrito Federal que, embora seja fundada na mortalidade do biênio 1920-1921, em vez de na do ano de 1920 somente, se pode encarar como uma reelaboração da tábua de BULHÕES CARVALHO, e que passaremos a indicar sinteticamente como tábua *BC d. f. ajust*. Os dados fundamentais desta tábua são apresentados pela tabela VII, enquanto a VI, comparando as probabilidades de morte ajustadas com as diretamente calculadas, pode ser considerada preliminar desta.

Na comparação da nova tábua com a originária, a qual se pode realizar por meio dos elementos da tabela VIII e dos quadros gráficos III e

TABELA VII

Tábua de mortalidade e de sobrevivência de Bulhões Carvalho para o Distrito Federal, ajustada (1920-1921)

IDADE x ANOS (a)	Probabilidade de morte (× 1000) na idade x, x + 1 (b)	Sobreviventes na idade x (c)	Mortos na idade x, x + 1 (d)	Vida média na idade x Anos (e)
0	152,93	100 000	15 293	41,44
1	63,47	84 707	5 376	47,84
2	25,66	79 331	2 036	50,04
3	14,19	77 295	1 097	50,35
4	8,96	76 198	683	50,07
5	6,21	75 515	468	49,51
6	5,22	75 047	392	48,82
7	4,37	74 655	326	48,07
8	3,66	74 329	273	47,28
9	3,13	74 056	231	46,46
10	2,79	73.825	206	45,60
11	2,64	73 619	195	44,73
12	2,69	73 424	197	43,84
13	2,95	73 227	216	42,96
14	3,41	73 011	249	42,09
15	4,05	72 762	295	41,23
16	4,88	72 467	353	40,39
17	5,85	72 114	422	39,59
18	6,97	71 692	500	38,82
19	8,20	71 192	584	38,09
20	9,28	70 608	655	37,40
21	10,22	69 953	715	36,74
22	11,01	69 238	762	36,12
23	11,14	68 476	763	35,51
24	11,29	67 713	765	34,91
25	11,45	66 948	766	34,30
26	11,62	66 182	769	33,69
27	11,81	65 413	773	33,08
28	12,01	64 640	776	32,47
29	12,23	63 864	781	31,86
30	12,47	63 083	787	31,25
31	12,73	62 296	793	30,64
32	13,00	61 503	799	30,03
33	13,29	60 704	807	29,42
34	13,60	59 897	815	28,81
35	13,94	59 082	823	28,20
36	14,30	58 259	833	27,59
37	14,68	57 426	843	26,98
38	15,09	56 583	854	26,37
39	15,52	55 729	865	25,77
40	15,98	54 864	877	25,17
41	16,48	53.987	890	24,57
42	17,00	53 097	902	23,97
43	17,56	52 195	917	23,38
44	18,16	51 278	931	22,79
45	18,80	50 347	947	22,20
46	19,48	49 400	962	21,62
47	20,20	48 438	978	21,04
48	20,98	47 460	996	20,46
49	21,80	46 464	1 013	19,89
50	22,68	45 451	1 031	19,32
51	23,62	44.420	1 049	18,76
52	24,63	43 371	1 068	18,20
53	25,70	42 303	1.087	17,64
54	26,85	41 216	1 107	17,10
55	28,08	40 109	1 126	16,55
56	29,39	38 983	1 146	16,02
57	30,80	37 837	1.165	15,49

TABELA VII

Tábua de mortalidade e de sobrevivência de Bulhões Carvalho para o Distrito Federal, ajustada (1920-1921)

IDADE x ANOS (a)	Probabilidade de morte (× 1000) na idade x, x + 1 (b)	Sobreviventes na idade x (c)	Mortos na idade x, x + 1 (d)	Vida média na idade x Anos (e)
58	32,31	36 672	1 185	14,96
59	33,92	35 487	1 204	14,45
60	35,66	34 283	1 222	13,94
61	37,52	33 061	1 241	13,43
62	39,52	31 820	1 257	12,94
63	41,66	30 563	1 274	12,45
64	43,97	29.289	1 287	11,97
65	46,45	28 002	1 301	11,50
66	49,13	26 701	1 312	11,03
67	52,01	25 389	1 320	10,58
68	55,11	24 069	1 327	10,13
69	58,46	22 742	1 329	9,69
70	62,08	21 413	1 330	9,26
71	65,99	20 083	1 325	8,84
72	70,22	18 758	1 317	8,43
73	74,79	17 441	1 305	8,03
74	79,74	16 136	1 286	7,64
75	85,11	14 850	1 264	7,26
76	90,93	13 586	1 236	6,89
77	97,25	12 350	1 201	6,53
78	104,12	11 149	1 160	6,18
79	111,58	9 989	1 115	5,83
80	119,71	8 874	1 062	5,51
81	128,55	7 812	1 004	5,19
82	138,19	6 808	941	4,88
83	148,70	5 867	873	4,58
84	160,18	4 994	800	4,29
85	172,71	4 194	724	4,01
86	186,42	3 470	647	3,75
87	201,43	2 823	569	3,49
88	217,86	2 254	491	3,25
89	235,88	1 763	416	3,01
90	255,64	1 347	344	2,79
91	277,35	1 003	278	2,57
92	301,21	725	219	2,37
93	327,45	506	165	2,18
94	356,34	341	122	1,99
95	388,18	219	85	1,82
96	423,29	134	57	1,65
97	462,06	77	35	1,50
98	504,88	42	21	1,33
99	552,25	21	12	1,10
100		9*	5**	

(*) Sobreviventes na idade de 101 anos, 4; na de 102 anos, 1
(**) Óbitos na idade de 100, 101 anos, 5; de 101, 102 anos, 3; de 102, 103 anos, 1

IV, não se deve esquecer que as diferenças entre as duas tábuas não derivam somente das modificações introduzidas nos processos de cálculo, mas também da circunstância de que a primeira foi deduzida da mortalidade do biênio 1920-1921, e a segunda da do ano de 1920.

TABELA VIII

Comparação entre as tábuas de sobrevivência BC d f. e BC d. f. ajust.

IDADE x ANOS	SOBREVIVENTES NA IDADE x		MORTOS NA IDADE x, x + 1		VIDA MÉDIA NA IDADE x	
	BC d. f. (1920)	*BC d. f. ajust* (1920 — 21)	*BC d f* (1920)	*BC d. f ajust* (1920 — 21)	*BC d. f* (1920)	*BC d f. ajust.* (1920 — 21)
0	100.000	100 000	26 161	26 175	41,17	41,44
10	73 839	73 825	3 269	3 217	45,25	45,60
20	70 570	70 608	7 660	7 525	37,08	37,40
30	62 910	63 083	7 941	8 219	31,00	31,25
40	54 969	54 864	9 525	9 413	24,75	25,17
50	45 444	45 451	10 955	11 168	18,83	19,32
60	34,489	34 283	14 183	12 870	13,17	13,94
70	20 306	21 413	12 491	12 539	8,83	9,26
80	7 815	8 874	6 637	7 527	5,58	5,51
90	1 178	1 347	1 157*	1 338**	2,83	2,79

(*) O total de 100.000 óbitos compreende 21 mortos além do 100 º aniversário.
(**) O total de 100 000 óbitos compreende 9 mortos além do 100 º aniversário

10. JUSTIFICAÇÃO DOS DIFERENTES CRITÉRIOS ADOTADOS NOS AJUSTAMENTOS DAS DUAS TÁBUAS

Talvez o leitor, que teve a paciência de seguir a nossa exposição, pergunte porque não achámos conveniente introduzir no cálculo da tábua *BC cap. ajust.* as modificações de métodos que aplicámos para a *BC d. f. ajust.*

As razões que nos aconselharam a renunciar a estas correções são de duas ordens.

Em primeiro lugar, sendo as estatísticas dos óbitos nas capitais estaduais geralmente menos completas do que as do Distrito Federal, o número dos óbitos que foi considerado no cálculo da tábua *BC cap.* ficou, verossimilmente, inferior ao efetivo. Esta deficiência tende a determinar erros por falta no cálculo das probabilidades de morte. As imperfeições técnicas que não eliminámos no cálculo da tábua ajustada, isto é, o exagêro na medida da mortalidade infantil, e o uso dos coeficientes de mortalidade em lugar das correspondentes probabilidades de morte, tendem, pelo contrário, a determinar erros por excesso. Assim, os efeitos das duas causas de erros se compensam, em parte, reciprocamente, de modo que neste caso a aplicação dos processos imperfeitos aproxima a tábua da realidade mais do que o faria a aplicação dos processos perfeitos. A conclusão pode parecer paradoxal, mas não o é.

Em segundo lugar, tendo verificado a idoneidade da tábua *BC cap.* para representar com boa aproximação a mortalidade brasileira no período 1890-1920, quisemos evitar toda modificação que pudesse privá-la desta importante característica, mercê da qual a tábua *BC cap. ajust.* pode oferecer, como veremos em ulteriores estudos, um auxílio inestimável para a reconstrução da composição por idade e da dinâmica da população do Brasil naquele período.

Ilustrando êsse assunto, procederemos também a algumas comparações internacionais das tábuas de mortalidade e de sobrevivência, que nos mostrarão melhor a importância da obra de pioneiro realizada por BULHÕES CARVALHO neste domínio da ciência demográfica brasileira.

PEDRO EGÍDIO DE CARVALHO
(Do Instituto de Higiene de São Paulo)

O PROBLEMA DAS PROVAS REPETIDAS

A determinação das condições para que um têrmo genérico apresente probabilidade máxima, no problema das provas repetidas (esquema de Bernoulli), é realizada, da forma mais natural, comparando-se o valor da probabilidade de tal têrmo — P_v — (v sendo o número de sucessos de um certo evento E, em n provas), com os valores de P_{v-1} de um lado e de P_{v+1} de outro.

Ora, sendo:

$$P_{v-1} = \binom{n}{v-1} p^{v-1} q^{n-v+1}$$

$$P_v = \binom{n}{v} p^v q^{n-v}$$

$$P_{v+1} = \binom{n}{v+1} p^{v+1} q^{n-v-1} ,$$

expressões nas quais p e q representam as probabilidades matemáticas, respectivamente de sucesso e de fracasso do evento E, segue-se imediatamente que:

$$\frac{P_{v-1}}{P_v} = \frac{n!\ p^{v-1}\ q^{n-v+1}}{(v-1)!\ (n-v+1)!} \times \frac{v!\ (n-v)!}{n!\ p^v\ q^{n-v}} = \frac{v}{n-v+1}\ \frac{q}{p}$$

$$\frac{P_{v+1}}{P_v} = \frac{n!\ p^{v+1}\ q^{n-v-1}}{(v+1)!\ (n-v-1)!} \times \frac{v!\ (n-v)!}{n!\ p^v\ q^{n-v}} = \frac{n-v}{v+1}\ \frac{p}{q}$$

Ora, é claro que, para P ser máximo, é necessário que:

$$P_{v-1} \leq P_v \quad \text{e}$$

$$P_{v+1} \leq P_v \quad \text{, ou seja}$$

$$\frac{P_v\ v}{n-v+1}\ \frac{q}{p} \leq P_v \quad \text{e}$$

$$\frac{P_v\ (n-v)}{v+1}\ \frac{p}{q} \leq P_v \quad \text{; do que se deduz:}$$

$$v \leq np + p \quad \text{e}$$

$$np - q \leq v \quad \text{, ou:}$$

$$np - q \leq v \leq np + p$$

Êste sistema de desigualdades é que constitue as condições procuradas.

* * *

Toda a discussão dêste resultado tem de se apoiar sôbre duas circunstâncias, a saber:

a) — a diferença entre os dois limites de v vale 1;
b) — v é essencialmente um número inteiro.

Pois bem, dois casos podem, então, se apresentar:

1.º — $np + p$ é inteiro;
2.º — $np + p$ é não inteiro.

Na primeira hipótese, sendo $np - q$ também inteiro, haverá dois valores de v que satisfazem as condições de máximo e, portanto, haverá dois máximos, dados pelos têrmos de ordem $np - q + 1$ e $np + p + 1$, no desenvolvimento do binômio $(q + p)^n$

Na segunda hipótese, sendo também $np - q$ não inteiro, haverá um só inteiro compreendido entre êles, o qual será imediatamente identificado. Tal inteiro, será ou np, caso êste seja inteiro, ou um dos dois inteiros consecutivos entre os quais np está compreendido, mas absolutamente não se pode dizer que será o inteiro *mais próximo* de np.

Assim, fazendo-se, por exemplo: $n = 4$; $p = \frac{5}{6}$; $q = \frac{1}{6}$, temos: $np = 3{,}33$, com as seguintes condições de máximo:

$$3{,}33 - 0{,}17 \leqq v \leqq 3{,}33 + 0{,}83 \quad \text{o que dá:}$$

$$3{,}16 \leqq v \leqq 4{,}16$$

O máximo se verificará, portanto, para $v = 4$, valor êste que não é, absolutamente, o inteiro *mais próximo* de 3,33.

* * *

Estas considerações bastam para que o leitor possa julgar da impropriedade com que alguns autores enunciam o teorema de que nos ocupamos.

De fato, é comum encontrarem-se proposições como esta:

No problema das provas repetidas "la probabilitá massima si verifica in corrispondenza a quel valore (intero) e a quei valori (interi) de v, che sono *piu prossimi* al prodotto np".

Outro autor, estudando o mesmo problema, porém de forma mais geral que a adotada classicamente, conclue, ao tratar de caso inteiramente análogo à nossa segunda hipótese: "... unter den $(n + 1)$ verschiedenen Werten, die die Anzahl der mit dem Merkmal A

versehenen Elemente in einer Stichprobe von Umfange n annehmen kann, jener Wert die grösste relative Haufigkeit besitzt, der dem Produkte np *am nächsten kommt*".

* * *

A impropriedade que acabamos de assinalar deriva, sem dúvida, do fato de pretenderem os tratadistas, atendendo a finalidades didáticas, fornecer um meio sintético, que permita tornar mais facilmente recordável êste teorema básico.

Para salvaguarda da verdade científica é justo que se diga, entretanto, que a falha é parcialmente sanada durante a demonstração do teorema, onde os próprios autores deixam transparecer o verdadeiro conceito.

* * *

Segundo nosso modo de ver, o enunciado correto do teorema deve ser o seguinte.

No problema das provas repetidas, a probabilidade máxima se verifica para o valor ou para os valores inteiros de v, que satisfazem o sistema de desigualdades:

$$np - q \leq v \leq np + p$$

Se pretendêssemos enunciar o teorema, adotando o caminho seguido pelos diversos autores, poderíamos dizer:

No problema das provas repetidas, se np for inteiro, a probabilidade máxima se verifica para o têrmo em que o número de sucessos é igual a np; se, ao contrário, np for não inteiro, a probabilidade máxima corresponde ou a um só têrmo, tendo por número de sucessos um dos dois inteiros consecutivos entre os quais np está compreendido, ou, excepcionalmente, a dois têrmos, em que os números de sucessos são os dois inteiros referidos, a última eventualidade se verificando no caso de np + p ser inteiro.

Tal enunciado, se não apresenta, em confronto com os fornecidos classicamente, um poder igual de retenção, possue, entretanto, a propriedade fundamental a qualquer verdade científica: exatidão perfeita.

* * *

As considerações desenvolvidas neste pequeno trabalho visam unicamente colocar os estudiosos de sobreaviso, pois o caso apresentado é apenas um exemplo entre os que poderiam ser lembrados referentes a lapsos encontradiços na formulação de teoremas sôbre o cálculo de probabilidades.

M A. TEIXEIRA DE FREITAS
(Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde e Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO BRASILEIRO

(Comunicação feita à Sociedade Brasileira de Estatística, em sua 1 ª sessão pública, no dia 5 de Novembro de 1940)

1

NA tese intitulada *Dispersão demográfica e escolaridade*, que o autor desta comunicação ofereceu ao 9.º Congresso Brasileiro de Geografia, os números comentados puseram em relêvo estes três importantes fatos:

1 º A capacidade virtual do ensino primário brasileiro (considerado o *discipulado global* do ensino fundamental comum para um *curriculum* de três anos) já se representava, em 1937, por 81 % do seu limite teórico, mas, consequentemente à evasão escolar, o discipulado real do mesmo ensino só atingia, no mesmo ano, a 44 % do aludido limite.

2 º Já podia ser estimado, no ano de 1937, em apenas 93 973, ou 6,58 % do discipulado integral teórico da série, o quantitativo das crianças a escolarizar no 1 º ano do curso primário e que ainda não tinham nem podiam ter escola ao seu alcance, tal a rarefação do grupo demográfico a que pertenciam.

3 º A população correspondente às crianças compreendidas nas áreas já servidas pela escola primária, em todo o país, podia ser estimada, em 1937, em 36 726 606 habitantes, ou 84,92 % da população total, e a extensão territorial que a continha seria, entretanto, inferior a 1 042 470 km^2 ou 12,25 % da área total do Brasil Mas a população correspondente à área *escolarizada* ou *escolarizável* (1 324.380 km^2 ou 15,56 % do total) já atingia a 41 823 091 habitantes, ou 96,71 % do total.

2

Por inspiração dos próprios números considerados, foram apontados os correspondentes remédios para os aspectos negativos que, a par de fatos indubitavelmente já auspiciosos, tal situação nos apresenta.

Ei-los:

1.º No intuito de possibilitar um esfôrço profundo de reorganização do ensino primário, assegurando-lhe maior eficiência e mais forte poder de retentividade sôbre o discipulado,—a Convenção Nacional de Educação, como recurso para instituir com sentido político, ampla autoridade e âmbito nacional, o grande sistema ordenador da obra de educação primária no país

2 º Afim de proporcionar adequada educação e correlata socialização às crianças pertencentes ao grupo da população de cêrca de 1 milhão e meio de habitantes que, em grande dispersão, ocupam quasi 7 milhões e meio de km^2 ou 87,75 % da superfície, do Brasil,— as "colônias escolas", destinada as atrair por contratos de trabalho, por um

COM o presente estudo, prossegue o autor a análise, iniciada em trabalhos anteriores, da exata situação do ensino primário brasileiro, considerada, já agora, através de um dos seus aspectos mais graves e impressionantes, ou seja o da minimidade do rendimento escolar. Aprofundando e desenvolvendo certos pontos da tese DISPERSÃO DEMOGRÁFICA E ESCOLARIDADE — apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia e publicada no último número desta revista — o estudo que ora divulgamos constitue uma interpretação objetiva dos elementos fornecidos pela própria estatística educacional; os números é que falam através das suas conclusões, caracterizando realidades ante as quais o maior crime seria o da indiferença As pesquisas e elaborações estatísticas empreendidas, e que possibilitaram aquelas conclusões, obedeceram a critérios perfeitamente lógicos e aceitáveis. Não será demais invocar, a êsse respeito, o testemunho de uma autoridade acima de qualquer suspeição: a do eminente estatístico italiano, Professor Giorgio Mortara, que, apreciando êste trabalho, houve por bem considerá-lo "inatacável, sob o ponto de vista dos métodos adotados"

dois ou três anos, as famílias daquele grupo, e sôbre elas, através de multiplicados recursos de disciplinada atividade econômica, educação e recreio, reajustá-las à vida social, assegurada, simultaneamente, a assistência educativa, em forma sistemática, aos seus infantes

3 ° Na intenção de resolver racionalmente o tremendo problema demográfico, econômico e político da efetiva ocupação e correlata valorização dos 7 ½ milhões de km^2 que se podem considerar praticamente desertos, as quatro seguintes medidas: *a*) a redivisão política do Brasil, sob o critério da equivalência de áreas entre as Unidades Políticas, na base da extensão territorial de S Paulo, Rio Grande do Sul, Piauí e Maranhão (250 a 350 000 km^2); *b*) a imediata interiorização da Capital da República, com a sua transferência provisória para Belo Horizonte, a acarretar simultaneamente a constituição de um "distrito federal" abrangente de tôda a área de privilegiado potencial de riqueza mineralógica, que vai do rio Paraopeba ao rio Doce e no centro da qual se encontra aquela cidade; c) a subsequente divisão dos Estados e Territórios em Departamentos (consórcios de municípios perfazendo um âmbito geográfico estável de 20 a 40 000 km^2); *d*) e, finalmente, para os fins imediatos das grandes obras de reconstrução nacional, a formação e movimentação do Exército do Trabalho, em cujos quadros se inscreveriam, voluntária ou compulsoriamente, todos os desocupados ou desajustados sociais, resultantes da insuficiente ordem econômica ora vigente no país, colhendo-se, por essa forma, simultaneamente, os três proveitos complementares do objetivo principal, isto é, o aproveitamento dos braços ora inúteis, o reajustamento social e o preparo de amplas reservas para a organização da defesa nacional

3

O ponto de partida dessas conclusões político-sociais foi a revelação da estatística educacional sôbre a exata situação do ensino primário brasileiro, a qual, como demonstraram os números, já não clamava tanto por "novas escolas", quanto por "escolas melhores" Ora, essa constatação é de alcance capital para todos os que quiserem examinar de perto o assunto, na procura de soluções para os árduos problemas que nesse terreno se podem pôr em equação E não será demais, por conseguinte, que no seio desta Sociedade se debata aquele aspecto básico, quando mais não seja para deixar bem nítida a circunstância condicionante de todas as medidas que possam ser sugeridas ou adotadas em matéria de ensino primário entre nós

4

Tendo em vista, todavia, a maior facilidade de apresentação dos fatos que a estatística nos revela, vamos trabalhar utilizando os números proporcionais Mas, afim de que pequenas parcelas a considerar se possam exprimir em números inteiros com êrro despiciendo, adotemos a base de 10 000 para o grupo representativo do discipulado teórico do nosso ensino primário — fundamental comum, — em 1932, único ano, por agora, em relação ao qual se pode acompanhar todo o tirocínio da respectiva geração escolar

5

Antes, porém, fixemos alguns pressupostos e estabeleçamos certos esclarecimentos que darão o exato sentido dêste trabalho e das conclusões a que chegamos, evitando-se, assim, quaisquer equívocos

Ei-los:

1 ° Segundo a justificação feita na tese a que nos reportamos, considera-se o quantitativo correspondente à população de 7 anos (calculada a 33 °/oo da população total, com propositado exagêro) como expressão do limite teórico do discipulado do 1 ° ano da escola primária nacional, tendo-se em vista o *curriculum* de três anos, o único generalizável por agora a todo o país

2 ° Serve de base ao cálculo a estimativa oficial da população do país, isto é, 39 152 523 habitantes em 1932, a que correspondem, portanto, 1 292 033 unidades para o limite teórico da geração escolar a considerar, não obstante sua heterogênea composição quando à idade

3 ° Utilizam-se as taxas de mortalidade que a tese adotou, tomadas ao obituário das nossas grandes cidades, embora tais taxas possam ser tidas, com certo fundamento, como um tanto

baixas para exprimir o obituário dos respectivos grupos em todo o país. Essas taxas são as de 5,59, 4,28, 4,05, 3,89, 3,86 e 3,85°/oo aplicadas ao efetivo considerado, sucessivamente e por analogia, nos anos de 1932 a 1937.

4.° Para simplicidade do cálculo, foi feita abstração do caso particular da repetência múltipla da mesma série, bem assim do pequeno movimento de transferência de alunos de uma para outra escola.

5 ° Como as crianças aprovadas em cada série abandonam em grande número a escola sem matricular-se na série seguinte, o contingente de novos alunos de cada série não provenientes da série anterior só se pode identificar — e ainda assim apenas em parte — quando o total da matrícula geral da nova série é superior ao de alunos que a ela se habilitaram Foi preciso, assim, "substituir" aquele fenômeno por um outro — com êle aliás concomitante — de correspondente significação estatística Para isso converteram-se totalmente os alunos novos vindos do lar ou de situação escolar não regularmente antecedente à atual, em alunos regressos ao tirocínio escolar, uma parte deles cancelando um igual efetivo de evasões no trânsito de uma para outra série, e a parte restante — a que se revela pelo excesso da matrícula sôbre as aprovações no ano anterior — passando a ser considerada, para ficar mantida a coerência da interpretação, como de alunos reingressados na escola dentre os do grupo mais proximamente computado como evadido, mas em condições de formar elementos preparados fora da escola para a matrícula na série imediata

6 ° As conclusões do estudo estatístico que esta "comunicação" desenvolve e aprofunda só são válidas para o país no seu conjunto O roteiro adotado nesta investigação estatística não pode ser seguido, por agora, em relação a cada Unidade Política separadamente considerada Para o Brasil, a validade das conclusões repousa, com bom fundamento, no pressuposto admissível de que se ache bem próxima da realidade a estimativa demográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mas como o próprio Instituto reconhece que as migrações internas e outros fatores alteraram profundamente, nos dois últimos decênios, a distribuição regional dos nossos contingentes populacionais, a aplicação, a qualquer Estado, do método de pesquisa que ensaiamos, chegaria a resultados inteiramente destituídos de sentido Onde a população fôsse inferior à estimativa (como se pode supor seja o caso da Baía e Alagoas, por exemplo), a situação escolar real se apresentaria com exagerada insuficiência. E o contrário ocorreria, aparentando privilegiada posição do Estado em face do problema da educação elementar, onde a população fôsse na realidade superior às previsões realizadas, qual acontece certamente com São Paulo e Santa Catarina, para só aludir a duas das circunscrições que neste particular mais ferem a atenção

6

Assentados tais pressupostos, vejamos como medir em números proporcionais a obra educativa que iterativamente foi beneficiando uma determinada geração escolar brasileira, considerada como um todo, até sua integral destinação à vida post-escolar.

Em um nosso anterior trabalho (*O que dizem os números sôbre o ensino primário no Brasil*) aplicámos, com relação ao movimento escolar de 1932, o método que depois encontrámos preconizado pelo Professor Vicenzo Castrilli, da Real Universidade de Bari, na sua monografia *Statistica Intellectuale*, do *Trattato Elementare di Statistica*, coordenado sob a direção de Corrado Gini e editado em 1935 sob os auspícios do Instituto Central de Estatística do Reino da Itália.

No parágrafo intitulado "Consistência numérica dos alunos nos diversos anos do curso" (vol VI, pág 113, da obra citada), diz Castrilli:

> « Seria também muito interessante poder-se verificar como vai diminuindo o número dos alunos na passagem de um ano do curso para o outro Mas para tal fim seria preciso seguir um dado grupo de alunos do momento em que êle se inscreve no 1 ° ano até o têrmo do curso primário Somente assim se poderiam verificar as reduções e as perdas efetivas que por várias razões, e de um ano a outro, o grupo pode vir a sofrer. »

E acrescenta:

« Não havendo dados que permitam determinar a distribuição da população escolar por anos do curso durante cinco anos escolares consecutivos, pode-se precisar a consistência numérica do discipulado nos diversos anos do curso durante um só ano escolar, pondo-se igual a 100 o número dos inscritos no 1 º ano e considerando os valores que se obteem para os sucessivos quatro anos do curso, como se pode ver do seguinte quadro relativo ao ano escolar 1926–1937 » (segue-se no texto a tabela)

E termina:

« Tais algarismos não podem indicar a medida exata da progressiva redução de um mesmo grupo de alunos nos sucessivos anos de estudo, por que os alunos que em 1926–1927 estavam inscritos nas diversas séries provinham de outros tantos grupos iniciais diferentes, mas são suficientes para tornar exequível um confronto entre as regiões geográficas relativamente à diversa consistência da população escolar dos vários anos Esta aparece, assim, na parte meridional e insular da Itália, notavelmente inferior à média do Reino, o que significa que a escola, naquelas regiões, não cumpre completamente sua missão »

Quanto ao Brasil, porém, a estatística educacional — se submetida a um tratamento adequado — já nos pode dar os elementos para acompanhar de modo integral o *curriculum vitae* escolar (apreciada também a repetência) de um grupo da geração a escolarizar em 1932, cujo último contacto com a escola terá sido, segundo os pressupostos assentados, em 1937 E êsse grupo, pelo motivo acima alegado, deve ser, não de 100, mas de 10 000

Todas as elaborações estatísticas da tese a que nos referimos, como as da presente comunicação, consideraram como definitivos os dados do movimento escolar de 1937. O Estado de Minas, porém, acaba de comunicar que na sua contribuição para a estatística daquele ano fôra encontrada vultosa omissão que não devia prevalecer, prometendo para êste mês a retificação necessária Essa circunstância, embora não deva afetar sensivelmente o presente trabalho, deixa-o sujeito a retificações

Cumpre-me também deixar aquí expresso o meu cordial agradecimento à ajuda valiosa que, muito dedicadamente e com invulgar capacidade profissional, me foi prestada, nos cálculos que êste trabalho exigiu, pelo meu jovem colega Ariosto Pacheco de Assis, do quadro de Estatísticos do Ministério da Educação

7

Iniciando as pesquisas que nos propomos, vejamos o que aconteceu relativamente a cada grupo de 10 000 crianças do efetivo já aludido, de 1 292 033 infantes (igual ao número de crianças de 7 anos), que deveria ter procurado a 1 ª série da escola primária brasileira, se já houvera esta atingido o seu *optimum* de capacidade

Todavia, embora só nos vão interessar particularizadamente, neste estudo, os números representativos, convém que se deixem desde logo facilitados os cotejos com os números globais, a que o leitor será levado a cada passo na leitura dêste trabalho Nessa intenção, os números absolutos vão alinhados, a seguir, lado a lado com a discriminação a que a dinâmica da trajetória escolar submete o grupo-base da proporcionalização

8

ESCOLARIZAÇÃO EM 1932

	Números absolutos	Números representativos
Total do grupo considerado	1 292 033	10 000
Não procuraram a escola ou não a tinham ao seu alcance	468 874	3 629
Matricularam-se no 1 º ano	823 159	6 371

OCORRÊNCIAS NO DECURSO DO ANO

		Números absolutos	Números representativos
Morreram durante o ano		7 222	56
Dos quais,	não escolarizados	2 621	20
	escolarizados	4.601	36
Sobreviveram		1 284 811	9 944
Dos quais,	não escolarizados	466 253	3 609
	escolarizados	818 558	6 335
Dos últimos:			
Abandonaram a escola durante o ano		113 939	881
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano (todos novos na 1 ª série)		704 619	5.454
Dêstes,	não tendo sido aprovados	506 567	3 921
	tendo sido aprovados	198 052	1 533

9

ESCOLARIZAÇÃO EM 1933

Remanescentes da geração considerada, vindos de 1932			1 284 811	9 944
Dos quais,	não escolarizados	remanescentes dos não escolarizados originariamente	466 253	3 609
		por abandono da escola durante 1932	113 939	881
	escolarizados no fim de 1932		704.619	5 454
Não voltaram à escola em 1933 (dentre os inscritos no fim de 1932, sendo todos dos que deviam repetir o 1 º ano)			157 113	1 216
Continuaram na escola em 1933 (dentre os inscritos no fim de 1932)			547 506	4 238
Sendo,	como repetentes do 1 º ano		349 454	2 705
	como alunos novos do 2 º ano (promovidos do 1 º ano)		198 052	1 533
Retornaram à escola (dos 113 939 representados por 881, anteriormente evadidos sem aprovação no 1 º ano e que voltaram à escola com alguma instrução adquirida fora dela, conseguindo inscrição como novos no 2 º ano)			51 939	402

OCORRÊNCIAS NO DECURSO DO ANO

Morreram durante o ano			8 499	43
Dos quais,	não escolarizados		2 933	23
	escolarizados		2 566	20
Sobreviveram			1 279 312	9 901
Dos quais,	não escolarizados	remanescentes do grupo originariamente não escolarizado	464 257	3 593
		por abandono definitivo da escola no decurso de 1932	61 735	477
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1932	156 441	1 211
	escolarizados		596 879	4 620
Dos últimos:				
Abandonaram a escola durante o ano			92 599	717
— repetentes da 1.ª série			47 656	369
— novos da 2 ª série			44 943	348

	Números absolutos	Números representativos
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano	504 280	3 903
— repetentes da 1ª série	300 302	2 324
— novos da 2ª série	203 978	1 579
Dos quais:		
Não foram aprovados	268 061	2 075
Dentre estes, eram repetentes da 1ª série	187 228	1 449
Dentre estes, eram novos da 2ª série	80 833	626
Foram aprovados	236 219	1 828
Dentre estes, eram repetentes da 1ª série	113 074	875
Dentre estes, eram novos da 2ª série	123 145	953

10

ESCOLARIZAÇÃO EM 1934

Remanescentes da geração considerada, vindos de 1933		1 279 312	9 901
Dos quais, não escolarizados	remanescentes dos não escolarizados originariamente	464 257	3 593
	por abandono da escola durante 1932 (sobreviventes dos que não retornaram à escola)	61 735	477
	por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1932	156 441	1 211
	por abandono da escola durante 1933	92 599	717
Dos quais, escolarizados no fim de 1933		504 280	3 903
Não voltaram à escola em 1934 (dentre os inscritos no fim de 1933)		229 487	1 777
Sendo,	dos repetentes do 1º ano em 1933 e não aprovados	187 228	1 449
	dos que deviam cursar o 2º ano	7 615	59
	dos que deviam repetir o 2º ano	34 644	269
Continuaram na escola em 1934 (dentre os inscritos no fim de 1933)		274 793	2 126
Sendo,	dos que deviam cursar o 2º ano	105 459	816
	dos que deviam repetir o 2º ano	46 189	357
	dos que deviam cursar o 3º ano (promovidos do 2º ano)	123 145	953
Retornaram à escola (dos 44 943, representados por 348, anteriormente evadidos sem aprovação no 2º ano e que voltaram à escola com alguma instrução adquirida fora dela, conseguindo inscrição como novos no 3º ano)		12 750	99

OCORRÊNCIAS NO DECURSO DO ANO

Morreram durante o ano		5 181	40
Dos quais,	não escolarizados	4 017	31
	escolarizados	1 164	9
Sobreviveram		1 274 131	9 861

			Números absolutos	Números representativos
Dos quais,	não escolarizados	remanescentes dos não escolarizados originariamente	462 377	3 579
		por abandono definitivo da escola durante 1932	61 485	475
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1932	155 807	1 206
		por abandono definitivo da escola durante 1933	79 526	616
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1933	228 557	1 769
	escolarizados		286 379	2 216
Dos últimos:				
Abandonaram a escola durante o ano			42 585	329
— novos da 2 ª série			15 728	122
— repetentes da 2 ª série			6 888	53
— novos da 3 ª série			19 969	154
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano			243 794	1 887
— novos da 2 ª série			89 304	691
— repetentes da 2 ª série			39 114	303
— novos da 3 ª série			115 376	893
Dos quais:				
Não foram aprovados			87 134	676
— eram da 2 ª série			48 951	380
sendo,	novos		34 041	264
	repetentes		14 910	116
— eram novos da 3 ª série			38 183	296
Foram aprovados			156 660	1 211
— eram da 2 ª série			79 467	614
sendo,	novos		55 263	427
	repetentes		24 204	187
— eram novos da 3 ª série			77 193	597

11

ESCOLARIZAÇÃO EM 1935

Remanescentes da geração considerada, vindos de 1934			1 274 131	9 861
Dos quais,	não escolarizados	remanescentes dos não escolarizados originariamente	462 377	3 579
		por abandono da escola durante 1932 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	61 485	475
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1932	155 807	1 206
		por abandono da escola durante 1933 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	79 526	616
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1933	228 557	1 769
		por abandono da escola durante 1934	42 585	329
	prontos pela escola (aprovados no 3 º ano em 1934)		77.193	597
	escolarizados no fim de 1934		166 601	1 290

	Números absolutos	Números representativos
Não voltaram à escola em 1935 (dentre os inscritos no fim de 1934, não aprovados na 3 ª série dêsse ano)	43 534	339
Sendo, dos repetentes do 2 º ano em 1934 e não aprovados	14 910	116
dos que deviam cursar a 3 ª série	—	—
dos que deviam repetir a 2 ª série	13 756	107
dos que deviam repetir a 3 ª série	14 868	116
Continuaram na escola em 1935 (dentre os inscritos no fim de 1934)	123 067	951
Sendo, dos que deviam repetir a 2.ª série	20 285	157
dos que deviam repetir a 3 ª série	23 315	180
dos que deviam cursar a 3 ª série (promovidos da 2 ª série)	79 467	614
Retornaram à escola (dos 22 616, representados por 175, anteriormente evadidos sem aprovação no 2 º ano e que voltaram à escola com alguma instrução adquirida fora dela, conseguindo inscrição como novos no 3 º ano)	12 028	93

OCORRÊNCIAS NO DECURSO DO ANO

Morreram durante o ano			4 956	38
Dos quais,	não escolarizados		4 430	34
	escolarizados		526	4
Sobreviveram			1 269 175	9 823
Dos quais,	não escolarizados	remanescentes dos não escolarizados originariamente	460 579	3 565
		por abandono definitivo da escola durante 1932	61 246	473
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1932	155 201	1 201
		por abandono definitivo da escola durante 1933	79 217	614
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1933	227 667	1 762
		por abandono definitivo da escola durante 1934	30 438	235
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1934	43 365	338
	prontos pela escola (aprovados no 3 º ano de 1934)		76 893	595
	escolarizados		134 569	1 040

Dos últimos:

Abandonaram a escola durante o ano	20 401	156
— repetentes da 2 ª série	3 075	24
— novos da 3 ª série	13 808	106
— repetentes da 3 ª série	3 518	26
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano	114 168	884
— repetentes da 2 ª série	17 131	133
— novos da 3 ª série	77 331	598
— repetentes da 3 ª série	19 706	153

	Números absolutos	Números representativos
Dos quais:		
Não foram aprovados	45 486	352
— eram repetentes da 2.ª série	7 380	58
— eram da 3.ª série	38 106	294
sendo, novos	30 367	234
sendo, repetentes	7 739	60
Foram aprovados	68 682	532
— eram repetentes da 2.ª série	9 751	75
— eram da 3.ª série	58 931	457
sendo, novos	46 964	364
sendo, repetentes	11 967	93

12

ESCOLARIZAÇÃO EM 1936

Remanescentes da geração considerada, vindos de 1935		1 269 175	9 823
Dos quais, não escolarizados	remanescentes dos não escolarizados originariamente	460 579	3 565
	por abandono da escola durante 1932 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	61 246	473
	por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1932	155 201	1 201
	por abandono da escola durante 1933 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	79 217	614
	por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1933	227 667	1 762
	por abandono da escola durante 1934 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	30 438	235
	por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1934	43 365	338
	por abandono da escola durante 1935	20 401	156
Dos quais, prontos pela escola		135 824	1 052
	— aprovados no 3.º ano em 1934	76 893	595
	— aprovados no 3.º ano em 1935	58 931	457
	escolarizados no fim de 1935	55 237	427
Não voltaram à escola em 1936 (dentre os inscritos no fim de 1935 não aprovados na 3.ª série dêsse ano)		33 805	261
Sendo,	dos repetentes do 2.º ano em 1935 e não aprovados	7 380	58
	dos repetentes do 3.º ano em 1935 e não aprovados	7 739	60
	dos que deviam repetir o 3.º ano	18 686	143
Continuaram na escola em 1936 (dentre os inscritos no fim de 1935)		21 432	166
Sendo,	dos que deviam repetir o 3.º ano	11 681	91
	dos que deviam cursar o 3.º ano (promovidos do 2.º)	9 751	75
Retornaram à escola (dos 3 075, representados por 24, anteriormente evadidos sem aprovação no 2.º ano e que voltaram à escola com alguma instrução adquirida fora dela, conseguindo inscrição como novos no 3.º ano)		1 352	10

OCORRÊNCIAS NO DECURSO DO ANO

			Números absolutos	Números representativos
Morreram durante o ano			4 899	38
Dos quais,	não escolarizados		4 811	37
	escolarizados		88	1
Sobreviveram			1 264 276	9 785
Dos quais,	não escolarizados	remanescentes dos não escolarizados orinariamente	458 801	3 551
		por abandono definitivo da escola durante 1932	61 010	471
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1932	154 602	1 196
		por abandono definitivo da escola durante 1933	78 911	612
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1933	226 788	1 755
		por abandono definitivo da escola durante 1934	30 321	234
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1934	43 198	337
		por abandono definitivo da escola durante 1935	18 975	146
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1935	33 675	260
	prontos pela escola		135 299	1 048
	— aprovados no 3 º ano em 1934		76 595	593
	— aprovados no 3 º ano em 1935		58 704	455
	escolarizados		22 696	175
Dos últimos:				
Abandonaram a escola durante o ano			3 362	26
— novos da 3 ª série			1 638	11
— repetentes da 3 ª série			1 724	15
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano			19 334	149
— novos da 3 ª série			9 422	73
— repetentes da 3 ª série			9 912	76
Dos quais:				
Não foram aprovados			6 989	53
Foram aprovados			12 345	96

13

ESCOLARIZAÇÃO EM 1937

Remanescentes da geração considerada, vindos de 1936			1 264 276	9 785
Dos quais,	não escolarizados	remanescentes dos não escolarizados orinariamente	458 801	3 551
		por abandono da escola durante 1932 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	61 010	471
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1932	154 602	1 196

			Números absolutos	Números representativos
Dos quais, (concl.)	não escolarizados	por abandono da escola durante 1933 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	78 911	612
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1933	226 788	1 755
		por abandono da escola durante 1934 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	30 321	234
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1934	43 198	337
		por abandono da escola durante 1935 (sobreviventes dos que não tornaram à escola)	18 975	146
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1935	33 675	260
		por abandono da escola durante 1936	3 362	26
	prontos pela escola		147 644	1 144
	— aprovados no 3 º ano em 1934		76 595	593
	— aprovados no 3 º ano em 1935		58 704	455
	— aprovados no 3 º ano em 1936		12 345	96
	escolarizados		6 989	53
Não voltaram à escola em 1937 (dentre os inscritos no fim de 1936 não aprovados na 3 ª série dêsse ano)			5 239	39
Sendo,	dos repetentes do 3.º ano e não aprovados		3 583	27
	dos que deviam repetir o 3.º ano		1 656	12
Continuaram na escola em 1937 (dentre os inscritos no fim de 1936 e que deviam repetir o 3.º ano)			1 750	14

OCORRÊNCIAS NO DECURSO DO ANO

Morreram durante o ano			4 867	38
Dos quais,	não escolarizados		4 860	38
	escolarizados		7	—
Sobreviveram			1 259 409	9 747
Dos quais,	não escolarizados	remanescentes dos não escolarizados originariamente	457 035	3 537
		por abandono definitivo da escola durante 1932	60 775	469
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1932	154 008	1 191
		por abandono definitivo da escola durante 1933	78 607	610
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1933	225 915	1 747
		por abandono definitivo da escola durante 1934	30 204	233
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1934	43 032	336
		por abandono definitivo da escola durante 1935	18 902	146
		por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1935	33 545	259

		Números absolutos	Números representativos
Dos quais, (concl.)	não escolarizados (concl.) — por abandono definitivo da escola durante 1936	3 349	26
	não escolarizados (concl.) — por abandono da escola ao têrmo do ano letivo de 1936	5 219	39
	prontos pela escola	147 075	1 140
	— aprovados no 3.º ano em 1934	76 300	591
	— aprovados no 3.º ano em 1935	58 478	453
	— aprovados no 3.º ano em 1936	12 297	96
	escolarizados	1 743	14
Dos últimos:			
Abandonaram a escola durante o ano (repetentes da 3.ª série)		245	2
Mantiveram-se inscritos até o fim do ano (repetentes da 3.ª série)		1 498	12
Dos quais:			
Não foram aprovados e abandonaram a escola		512	4
Foram aprovados		986	8

14

O quadro seguinte recapitula abreviadamente, para os escolarizados do grupo de 10 000, representativo da geração considerada, os resultados do tirocínio escolar que o parágrafo precedente caracteriza:

ESPECIFICAÇÃO			SÉRIES 1.ª	2.ª	3.ª	Total
Em 1932	Matrícula geral		6 371	—	—	6 371
	Matrícula efetiva		5 454	—	—	5 454
	Aprovações		1 533	—	—	1 533
Em 1933	Matrícula geral	Novos	—	(1) 1 935	—	1 935
		Repetentes	2 705	—	—	2 705
		Total	**2 705**	**1 935**	—	**4 640**
	Matrícula efetiva	Novos	—	1 579	—	1 579
		Repetentes	2 324	—	—	2 324
		Total	**2 324**	**1 579**	—	**3 903**
	Aprovações	Novos	—	953	—	953
		Repetentes	875	—	—	875
		Total	**875**	**953**	—	**1 828**
Em 1934	Matrícula geral	Novos	—	816	(2) 1 052	1 868
		Repetentes	—	357	—	357
		Total	—	**1 173**	**1 052**	**2 225**
	Matrícula efetiva	Novos	—	691	893	1 584
		Repetentes	—	303	—	303
		Total	—	**994**	**893**	**1 887**

ESPECIFICAÇÃO			SÉRIES 1.ª	2.ª	3.ª	Total
Em 1934 (concl)	Aprovações	Novos	—	427	597	1 024
		Repetentes	—	187	—	187
		Total	—	**614**	**597**	**1 211**
Em 1935	Matrícula geral	Novos	—	—	(3) 707	707
		Repetentes	—	157	180	337
		Total	—	**157**	**887**	**1 044**
	Matrícula efetiva	Novos	—	—	598	598
		Repetentes	—	133	153	286
		Total	—	**133**	**751**	**884**
	Aprovações	Novos	—	—	364	364
		Repetentes	—	75	93	168
		Total	—	**75**	**457**	**532**
Em 1936	Matrícula geral	Novos	—	—	(4) 85	85
		Repetentes	—	—	91	91
		Total	—	—	**176**	**176**
	Matrícula efetiva	Novos	—	—	73	73
		Repetentes	—	—	76	76
		Total	—	—	**149**	**149**
	Aprovações	Novos	—	—	47	47
		Repetentes	—	—	49	49
		Total	—	—	**96**	**96**
Em 1937	Matrícula geral	Novos	—	—	—	—
		Repetentes	—	—	14	14
		Total	—	—	**14**	**14**
	Matrícula efetiva	Novos	—	—	—	—
		Repetentes	—	—	12	12
		Total	—	—	**12**	**12**
	Aprovações	Novos	—	—	—	—
		Repetentes	—	—	8	8
		Total	—	—	**8**	**8**

(1) Inclusive 402, dos evadidos em 1932, que reingressaram na escola. — (2) Inclusive 99, dos evadidos anteriormente, que reingressaram na escola — (3) Inclusive 93, dos evadidos anteriormente, que reingressaram na escola. — (4) Inclusive 10, dos evadidos anteriormente, que reingressaram na escola.

15

Depois de assim havermos estudado o desenvolvimento e o ritmo descontrolados do tirocínio escolar da turma que estamos acompanhando, importa examinar sinteticamente cada uma das ocorrências referidas.

Comecemos pelo obituário.

Não é grande o contingente dos alunos desaparecidos durante o período em que se desenvolve o tirocínio escolar da respectiva turma

E' o que mostram os seguintes números:

ANOS	OBITUÁRIO				TOTAL
	Do grupo de 3.629 infantes que não tiveram contacto com a escola	DO GRUPO DE 6.371 INFANTES QUE FORAM ESCOLARIZADOS			
		Falecimentos de escolares	Falecimentos de ex-escolares	Soma	
1932	20	36	—	36	56
1933	16	20	7	27	43
1934	14	9	17	26	40
1935	14	4	20	24	38
1936	14	1	23	24	38
1937	14	—	24	24	38
Total	**92**	**70**	**91**	**161**	**253**

Por onde vemos que o grupo inicial de 10 000 crianças da geração escolar de 1932 mantinha o efetivo, em fins de 1937,— isto é, ao têrmo do seu tirocínio escolar,— de 9 747, tendo sofrido uma redução total de 2,53 %

16

Outro aspecto a considerar é o do volume, ao têrmo de cada ano, do sub-grupo efetivamente escolarizado, em comparação com o efetivo de sobreviventes do sub-grupo que inicialmente procurara a escola

Eis êsses números, entre os quais os "efetivos reais", no fim do ano representam a "matrícula efetiva",— desta, porém, deduzidas não só as aprovações no 3 ° ano como também as evasões subsequentes aos exames,— enquanto os efetivos que exprimem a "evasão real" correspondem ao *líquido* da evasão, em cada ano, isto é, aos sobreviventes não aprovados no 3.° ano e não escolarizados, já excluídos, por conseguinte, não só os evadidos e os falecidos anualmente, mas ainda as unidades canceladas em virtude de reingresso no ano seguinte, contingente, êste último, que explica a pequena regressão verificada em 1937, na evasão absoluta

ANOS	DEDUÇÃO DOS EFETIVOS VIRTUAIS (sobreviventes não aprovados no 3° ano)					Efetivos reais no fim do ano	Evasão real acumulada (no decurso e ao têrmo dos anos letivos) em relação ao efetivo líquido do grupo no fim de cada ano	
	No início do ano	Obituário do ano	No fim do ano	Aprovações no 3° ano	Líquido		Absoluta	Relativa (%)
1932	6 371	36	6 335	—	6 335	4 640	1 695	26,76
1933	6 335	27	6 308	—	6 308	2 225	4 083	64,73
1934	6 308	26	6 282	597	5 685	1 044	4 641	81,64
1935	5 685	22	5 663	457	5 206	176	5 030	96,62
1936	5 206	20	5 186	96	5 090	14	5 076	99,72
1937	5 090	20	5 070	8	5 062	0	5 062	100,00

17

Vê-se pelo quadro precedente que o total de evadidos, *sobreviventes* no fim de 1937, subiu a 5 062, ou 79,45 % do grupo que inicialmente procurara a escola Mas se juntarmos a estes sobreviventes evadidos, os remanescentes do grupo que não foi atraído à escola ou não a teve ao seu alcance, o que perfaz o efetivo de 8 599, a respectiva percentagem em relação aos sobreviventes do grupo total considerado, que são apenas 9 747, é de 88,22 %.

Aí está a expressão do contingente dos pequenos brasileiros pertencentes à geração escolar de 1932 que ultrapassaram a idade do tirocínio escolar sem haver recebido do Estado aquela assistência educativa que lhes era devida, a um só tempo por direito de cidadania e dever de humanidade, como lastro cultural mínimo em face das exigências da vida moderna. Particularmente significativo, sem dúvida, êsse indice, pois revela o grau de ineficiência da escola primária a que o país tem confiado os fundamentos da educação nacional, tanto vale dizer, os seus destinos.

Essa escola abrigou, em 1932, nada menos de 63,71 % do efetivo teórico do seu discipulado na 1.ª série. Dois terços quasi, veja-se bem, computados aquí — não todos os que ela poderia ter acolhido por se acharem na área escolarizada — mas apenas os que a procuraram espontaneamente. Entretanto, pela sua inacreditável incapacidade social e pedagógica, deixou a escola brasileira sem aquele mínimo de educação aquém do qual sua obra não tem sentido, nada menos de 88,22 % da geração escolar a que em 1932 abrira as suas portas. Ou, em outros têrmos. Podendo estar educando, desde 1932, nunca menos de 63,71 % das crianças a escolarizar cada ano, apenas conseguiu dar (e pouco mais estará fazendo atualmente) a precaríssima educação de três anos que a opinião pública bem conhece, a 1.158 infantes do grupo representativo sob exame, o que corresponde a um resultado global de 11,58 % da geração escolar considerada, ou 18,18 % do efetivo realmente escolarizado naquele ano. E lembremo-nos ainda de que essas 1.158 crianças aprovadas no 3.º ano do curso, se já não são mais do que 18,18 % dos infantes (do grupo considerado) que efetivamente lograram um lugar na escola, reduzem-se ainda, pelo obituário ulterior até 1937 inclusive, a 1 147, ou apenas 18,00 % do grupo originariamente escolarizado em 1932, ou ainda 18,47 % do efetivo líquido dêsse mesmo grupo (6.210) ao encerrarem os seus últimos elementos o respectivo tirocínio escolar.

Querendo-se, porém, apreciar mais detalhadamente a evasão que o cotejo anterior nos aponta (a evasão ocorrida e não a sobrevivência dos evadidos), podemos computá-la, como se vê na tabela seguinte, onde se fixam para cada ano, e segundo a situação escolar que ocupavam, não só os evadidos no decurso do ano letivo, mas ainda os que ao têrmo dêste não prosseguiram no ano imediato a carreira escolar. Nessa tabela, os números afetados do sinal menos (—) exprimem os contingentes que cancelaram em parte o movimento de evasão considerado.

MOVIMENTO ANUAL DE CANCELAMENTO OU NÃO RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA NA GERAÇÃO ESCOLAR CONSIDERADA, RELATIVAMENTE A UM CURSO UNIFORME DE 3 ANOS

ANOS, SÉRIES E CATEGORIAS	OCORRÊNCIAS COM OS 6.371 INFANTES EFETIVAMENTE ESCOLARIZADOS, DO GRUPO DE 10.000, REPRESENTATIVO DO EFETIVO TEÓRICO DOS NOVOS ALUNOS EM 1932										
	DURANTE O ANO (diferença entre a matrícula geral e a matrícula efetiva)			NO FIM DO ANO (em relação à matrícula real no ano seguinte)				TOTAL			
				Evasões							
	Óbitos	Evasões	Soma	Quanto aos que deviam ser alunos novos na série superior	Quanto aos que deviam repetir a mesma série	Aprovações no 3.º ano	Soma	Óbitos	Evasões	Aprovações no 3.º ano	Total
Em 1932											
1.ª Série (novos)	36	881	917	(1) —402	1 216	—	814	36	1 695	—	1 731
Em 1933											
1.ª Série (repetentes)	12	369	381	59	(2) 1 449	—	1 508	12	1 877	—	1 889
2.ª Série (novos)	8	348	356	(1) — 99	269	—	170	8	518	—	526
Total	**20**	**717**	**737**	**— 40**	**1 718**	**—**	**1 678**	**20**	**2 395**	**—**	**2 415**
Em 1934											
2.ª Série (novos, ant rep. da 1.ª)	3	122	125	(1) — 65	107	—	42	3	164	—	167
2.ª Série (repetentes)	1	53	54	(1) — 28	(2) 116	—	88	1	141	—	142
3.ª Série (novos)	5	154	159	—	116	597	713	5	270	597	872
Total	**9**	**329**	**338**	**— 93**	**339**	**597**	**843**	**9**	**575**	**597**	**1 181**

(1) Retôrno de antigos alunos da geração escolar considerada, do grupo mais recentemente evadido e que com menor interrupção do curso poderia fornecer êsse contingente (vide pressuposto do cálculo), — alunos êsses que se teriam rematriculado, sem a aprovação de regra, na série imediata do ano seguinte. — (2) Por não se considerarem as duplas repetências (ver pressuposto).

MOVIMENTO ANUAL DE CANCELAMENTO OU NÃO RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA NA GERAÇÃO ESCOLAR CONSIDERADA, RELATIVAMENTE A UM CURSO UNIFORME DE 3 ANOS

(Conclusão)

ANOS, SÉRIES E CATEGORIAS	OCORRÊNCIAS COM OS 6.371 INFANTES EFETIVAMENTE ESCOLARIZADOS, DO GRUPO DE 10 000, REPRESENTATIVO DO EFETIVO TEÓRICO DOS NOVOS ALUNOS EM 1932										
	DURANTE O ANO (diferença entre a matrícula geral e a matrícula efetiva)			NO FIM DO ANO (em relação à matrícula real no ano seguinte)				TOTAL			
				Evasões							
	Óbitos	Evasões	Soma	Quanto aos que deviam ser alunos novos na série superior	Quanto aos que deviam repetir a mesma série	Aprovações no 3º ano	Soma	Óbitos	Evasões	Aprovações no 3º ano	Total
Em 1935											
2ª Série (repet., ant. repet. também da 1ª série)	—	24	24	(1) — 10	(2) 58	—	48	—	72	—	72
3ª Série (novos, ant repet da 1ª série)	2	74	76	—	100	253	353	2	174	253	429
3ª Série (novos, ant repet da 2ª série)	1	32	33	—	43	111	154	1	75	111	187
3ª Série (repet.)	1	26	27	—	(2) 60	93	153	1	86	93	180
Total	**4**	**156**	**160**	**— 10**	**261**	**457**	**708**	**4**	**407**	**457**	**868**
Em 1936											
3ª Série (novos, ant repet. tanto da 1ª como da 2ª série)	1	11	12	—	12	47	59	1	23	47	71
3ª Série (repet., ant repet também da 1ª série)	—	10	10	—	(2) 19	34	53	—	29	34	63
3ª Série (repet., ant. repet também da 2ª série)	—	5	5	—	(2) 8	15	23	—	13	15	28
Total	**1**	**26**	**27**	—	**39**	**96**	**135**	**1**	**65**	**96**	**162**
Em 1937											
3ª Série (repet., ant repet. também da 1ª e da 2ª séries)	—	2	2	—	(2) 4	8	12	—	6	8	14
Resumo											
Total geral	**70**	**2 111**	**2 181**	**—545**	**3 577**	**1 158**	**4 190**	**70**	**5 143**	**1 158**	**6 371**
I Segundo os anos — 1932	36	881	917	—402	1 216	—	814	36	1 695	—	1 731
1933	20	717	737	— 40	1 718	—	1 678	20	2 395	—	2 415
1934	9	329	338	— 93	339	597	843	9	575	597	1 181
1935	4	156	160	— 10	261	457	708	4	407	457	868
1936	1	26	27	—	39	96	135	1	65	96	162
1937	—	2	2	—	4	8	12	—	6	8	14
II Segundo as séries — 1ª Série	48	1 250	1 298	—343	2 665	—	2 322	48	3 572	—	3 620
2ª Série	12	547	559	—202	550	—	348	12	895	—	907
3ª Série	10	314	324	—	362	1 158	1 520	10	676	1 158	1 844
III Segundo o tirocínio escolar — Novos — 1ª Série	36	881	917	—402	1 216	—	814	36	1 695	—	1 731
2ª Série	11	470	481	—164	376	—	212	11	682	—	693
3ª Série	9	271	280	—	271	1 008	1 279	9	542	1 008	1 559
Soma	**56**	**1 622**	**1 678**	**—566**	**1 863**	**1 008**	**2 305**	**56**	**2 919**	**1 008**	**3 983**
Repetentes — Apenas da 1ª série	12	369	381	59	1 449	—	1 508	12	1 877	—	1 889
Apenas da 2ª série	1	53	54	— 28	116	—	88	1	141	—	142
Apenas da 3ª série	1	26	27	—	60	93	153	1	86	93	180
Da 1ª e 2ª séries	—	24	24	— 10	58	—	48	—	72	—	72
Da 1ª e 3ª séries	—	10	10	—	19	34	53	—	29	34	63
Da 2ª e 3ª séries	—	5	5	—	8	15	23	—	13	15	28
Das 3 séries	—	2	2	—	4	8	12	—	6	8	14
Soma	**14**	**489**	**503**	**21**	**1 714**	**150**	**1 885**	**14**	**2 224**	**150**	**2 388**

(1) Retôrno de antigos alunos da geração escolar considerada, do grupo mais recentemente evadido e que com menor interrupção do curso poderia fornecer êsse contingente (vide pressuposto do cálculo), — alunos êsses que se teriam rematriculado, sem a aprovação de regra, na série imediata do ano seguinte — (2) Por não se considerarem as duplas repetências (ver pressuposto).

18

Essa minimidade do rendimento escolar não é, certamente, um fenômeno peculiar ao Brasil. Poderíamos demonstrar facilmente que ela se observa em proporções alarmantes em muitas outras nações.

O Prof. Everardo Backheuser, em brilhante artigo publicado, faz pouco, no *Jornal do Comércio*, sob o título *A política educacional argentina e a reforma Coll*, mostrou, com excelente documentação, quanto o rendimento da escola primária ainda deixa a desejar na República Argentina, constituindo objeto de sérias preocupações para os seus dirigentes.

Exemplificando com a turma inscrita na 1.ª série primária em 1924, mostra o erudito publicista como a deserção ainda é compacta na próspera Nação platina, pois aquela grande massa, abrangendo inicialmente 630.713 discentes, só dá às séries subsequentes os seguintes discipulados, alarmantemente decrescentes:

— 2.ª série, em 1925	299 326
— 3.ª série, em 1926	175 504
— 4.ª série, em 1927	112 395
— 5.ª série, em 1928	67 004
— 6.ª série, em 1929	49 635

"Desertam, pois, ao estudo — conclue o Prof. Backheuser — para mais de 580.000 alunos. Colossal !"

Situação análoga na vizinha República Oriental.

Na excelente monografia *Sôbre nossa cultura popular* (*Anales de Instruccion Primária*, editado pela Direccion de Enseñanza primária e normal — Montevidéu), o emérito educacionista uruguaio, Prof. Júlio Castro, argutamente refere o mesmo fato na sua adiantada pátria, apresentando um documentado estudo do qual constam cifras impressionantes.

> « De modo que — diz o ilustre publicista, à pág. 77 do seu trabalho — em 50 escolas urbanas, tomadas ao acaso, 50 %, aproximadamente, dos alunos, não superarão o ensino do 1.º ano. »

E acrescenta:

> « Em um trabalho sôbre o ensino no meio rural, o Sr. Roberto Abadíe Soriano transcreve a opinião de algumas pessoas, em geral técnicos do ensino, que afirmam o mesmo fato. »

Assim postas em presença essas duas realidades, positiva em seguida suas conclusões:

> « Comparando em uma série de anos o número de alunos de escolas urbanas que ingressam no 1.º ano com os egressos do 6.º, verifica-se que na proporção aproximada de 80 % abandonaram a escola nas séries intermédias, não completando o ciclo do ensino primário.
>
> « E se se compara o 1.º com o 4.º encontra-se que uns 45 % somente, dos alunos, chegam a cursar esta última série.
>
> « Na realidade um aluno do 4.º ano já está a salvo do analfabetismo. Poder-se-ia estimar, pois, em grosso, que a escola, devido à deserção infantil, é eficaz — isto é, proporcionando uma cultura primária elementar mas efetiva — em relação a 50 % dos alunos que nela ingressam.
>
> « Dos 50 % restantes pode-se dizer que irão formar a multidão dos que sabem "ler, e fazer contas", mas que não teem nessa cultura elementar uma base para a formação de sua personalidade, ou retrogradarão para cair novamente no analfabetismo. »

Do outro lado dos Andes, a situação poderá bem ser aferida pelo que se passa na adiantada nação chilena.

No volume correspondente aos dois primeiros trimestres de 1939 (ns 33 e 34, 3.ª Série) dos *Anales de la Universidad de Chile*, encontra-se uma extensa nota bibliográfica sôbre a *Historia de la enseñanza en Chile*, da Sra Amanda Labarca Nessa nota alude-se, quanto a ano recente mas que não está indicado, a um quadro da obra em exame (aliás editada pela Universidade do Estado e comentada com largos elogios), em o qual — falam as próprias palavras do autor do artigo, o Sr. Francisco Walkes Linhares —

> « se comprova que a instrução primária é recebida pelos alunos em forma mui insuficiente, pois de u'a matrícula de 557 388 escolares, 241 779 cursavam o primeiro ano, e só 26.218 o sexto, o que significa que apenas um pouco mais de dez por cento dos alunos chega ao têrmo dos estudos »

E o resumo do comentador, depois de acrescentar que

> « os noventa por cento restantes abandonam a escola por motivos econômicos, de negligência, etc »,

conclue constatando que

> « de dez mil chilenos somente 61 pessoas terminam o curso primário »

Vistos estes três expressivos exemplos, podemos bem dizer que a deserção escolar é um fenômeno ainda muito intenso e mais ou menos generalizadamente observável entre as Nações americanas.

Mas no Brasil, como o demonstram os números que estamos comentando, a situação ainda é bem mais sombria do que a verificada nas três progressistas Repúblicas do sul do Continente E a gravidade dêsse aspecto da vida brasileira exige da estatística um depoimento mais positivo e mais detalhado.

Cumpre obtê-lo

19

Para melhor considerar o efetivo rendimento do nosso ensino fundamental comum, devemos focalizar, primeiro, em sentido amplo, a obra educativa realizada, independentemente das aprovações. finais

Vamos ver, pois, do grupo considerado, quantas crianças estiveram em condições de receber todo o ensino de três séries ou apenas parte dêle, e qual a parte que efetivamente beneficiou a cada sub-grupo. E para isso vamos liberalmente assentar que os alunos que abandonaram a escola se devem considerar como tendo recebido o ensino da série em que estavam inscritos, da seguinte forma:

— pela metade,— se se retiraram no decurso do ano letivo ou no fim do ano sem terem logrado aprovação;

— totalmente,— se se retiraram depois de aprovados nas respectivas provas

Nessas condições, mediremos o aproveitamento nas seguintes frações do ensino ministrado em três séries:

½ da 1ª série = 1/6
tôda a 1ª série = 1/3
½ da 2ª série = 1/2
tôda a 2ª série = 2/3
½ da 3.ª série = 5/6
tôda a 3ª série = 1 (integral)

Assim sendo, temos os seguintes números, exprimindo o aproveitamento (total ou parcial) dos 6 371 alunos do grupo representativo, que se matricularam como novos no 1º ano em 1932, mas sem computar o obituário ulterior dos evadidos:

APROVEITAMENTO OBTIDO	MOTIVO E OCASIÃO DO CANCELAMENTO DA MATRÍCULA		ALUNOS QUE TIVERAM SEU TIROCÍNIO ESCOLAR ENCERRADO						
			Em 1932	Em 1933	Em 1934	Em 1935	Em 1936	Em 1937	Total
1/6 do curso	Por morte		36	12	—	—	—	—	48
	Por cancelamento de matrícula	Durante o ano letivo	479	369	—	—	—	—	848
		Depois dos exames	1.216	1 449	—	—	—	—	2 665
		Soma	**1 695**	**1 818**	—	—	—	—	**3 513**
	Total		**1 731**	**1 830**	—	—	—	—	**3 561**
1/3 do curso	Por morte		—	—	—	—	—	—	—
	Por cancelamento de matrícula	Durante o ano letivo	—	—	—	—	—	—	—
		Depois dos exames	—	59	—	—	—	—	59
		Soma	—	**59**	—	—	—	—	**59**
	Total		—	**59**	—	—	—	—	**59**
1/2 do curso	Por morte		—	8	4	—	—	—	12
	Por cancelamento de matrícula	Durante o ano letivo	—	249	82	14	—	—	345
		Depois dos exames	—	269	223	58	—	—	550
		Soma	—	**518**	**305**	**72**	—	—	**895**
	Total		—	**526**	**309**	**72**	—	—	**907**
2/3 do curso	Por morte		—	—	—	—	—	—	—
	Por cancelamento de matrícula	Durante o ano letivo	—	—	—	—	—	—	—
		Depois dos exames	—	—	—	—	—	—	—
		Soma	—	—	—	—	—	—	—
	Total		—	—	—	—	—	—	—
5/6 do curso	Por morte		—	—	5	4	1	—	10
	Por cancelamento de matrícula	Durante o ano letivo	—	—	154	132	26	2	314
		Depois dos exames	—	—	116	203	39	4	362
		Soma	—	—	**270**	**335**	**65**	**6**	**676**
	Total		—	—	**275**	**339**	**66**	**6**	**686**
Resumo do aproveitamento parcial	Por morte		36	20	9	4	1	—	70
	Por cancelamento de matrícula	Durante o ano letivo	479	618	236	146	26	2	1.507
		Depois dos exames	1 216	1 777	339	261	39	4	3.636
		Soma	**1.695**	**2.395**	**575**	**407**	**65**	**6**	**5.143**
	Total		**1.731**	**2.415**	**584**	**411**	**66**	**6**	**5.213**

APROVEITAMENTO OBTIDO MOTIVO E OCASIÃO DO CANCELAMENTO DA MATRÍCULA			ALUNOS QUE TIVERAM SEU TIROCÍNIO ESCOLAR ENCERRADO						
			Em 1932	Em 1933	Em 1934	Em 1935	Em 1936	Em 1937	Total
Aproveitamento integral (aprovações na 3ª série)			—	—	597	457	96	8	1 158
Resumo geral	Por morte		36	20	9	4	1	—	70
	Por cancelamento de matrícula	Durante o ano letivo	479	618	236	146	26	2	1 507
		Depois dos exames	1 216	1 777	936	718	135	12	4 794
		Soma	**1 695**	**2 395**	**1 172**	**864**	**161**	**14**	**6 301**
	Total		**1 731**	**2 415**	**1 181**	**868**	**162**	**14**	**6 371**

20

Devemos ver agora o aspecto complementar dêste. Isto é, cumpre examinar a constituição do grupo que aproveitou integralmente o ensino, e distribuir seus elementos segundo as condições do tirocínio escolar.

Completaram o curso de 3 anos:

ESPECIFICAÇÃO		Em 1934	Em 1935	Em 1936	Em 1937	Total
Sem repetir nenhuma série		597	—	—	—	597
Tendo repetido apenas uma série		—	457	—	—	457
Sendo:						
a 1ª		—	253	—	—	253
a 2ª		—	111	—	—	111
a 3ª		—	93	—	—	93
Tendo repetido 2 séries		—	—	96	—	96
Sendo:						
a 1ª e a 2ª		—	—	47	—	47
a 1ª e a 3ª		—	—	34	—	34
a 2ª e a 3ª		—	—	15	—	15
Tendo repetido as 3 séries		—	—	—	8	8
Total		**597**	**457**	**96**	**8**	**1 158**
ou %	do total de aprovados	61,11	32,65	5,83	0,41	100,00
	dos que procuraram a escola em 1932	9,37	7,17	1,51	0,13	18,18
	de todo o grupo de 10 000, considerado	5,97	4,57	0.96	0,08	11,58

21

Outro aspecto a examinar no aproveitamento dos sacrifícios feitos pela Nação para custear oseu aparelho de ensino primário é o do rendimento em têrmos de alfabetização.

Para fundamentar nossas conclusões relativamente a êsse aspecto, fixemos previamente, no seguinte quadro, os quantitativos de alunos preparados e sobreviventes, no grupo representativo considerado, segundo os seis tipos de aproveitamento anteriormente discriminados:

CATEGORIAS DE APROVEITAMENTO ESCOLAR	Efetivos brutos	FALECIMENTOS NO PERÍODO TOTAL DE ESCOLARIZAÇÃO DO GRUPO			Efetivos líquidos em fins de 1937	POR 100 DOS SOBREVIVENTES	
		De escolares	De ex-escolares	Total		Do grupo total de 10 000	Do sub-grupo escolarizado, de 6 371
1/6 ou mais (a)	6 371	70	91	161	6 210	63,71	100,00
Apenas 1/6 (b)	3 561	48	64	112	3 449	35,38	55,54
1/3 ou mais (a — b = c)	2 810	22	27	49	2 761	28,33	44,46
Apenas 1/3 (d)	59	—	—	—	59	0,61	0,95
1/2 ou mais (c — d = e)	2 751	22	27	49	2 702	27,72	43,51
Apenas 1/2 (f)	907	12	10	22	885	9,08	14,25
2/3 ou mais (e — f = g)	1 844	10	17	27	1 817	18,64	29,26
Apenas 2/3 (h)	—	—	—	—	—	—	—
5/6 ou mais (g — h = i)	1 844	10	17	27	1 817	18,64	29,26
Apenas 5/6 (j)	686	10	6	16	670	6,87	10,79
Integral (i — j)	1 158	—	11	11	1 147	11,77	18,47

Assentados êsses números e bem vistas as cousas, a obra alfabetizante da nossa escola primária teria que ser medida exatamente pelas aprovações no 3.º ano. Porque, a rigor, não pode ela fazer, em um *curriculum* de três anos, mais do que uma simples *alfabetização educativa* (permita-se-nos a expressão), — tais as condições em que está organizada e em que funciona.

Ora, o nosso aparelho de ensino elementar, havendo conseguido aprovar no 3.º ano 1 158 alunos do grupo representativo estudado (ou 11,58 % da geração escolar que à escola primária cumpriria chamar aos seus quadros em 1932), teria realizado um trabalho de alfabetização expresso pela taxa de 11,77 %, correspondente à relação entre os sobreviventes dessa turma (1.147) e o efetivo sobrerrestante àquela geração ao deixarem a escola os seus últimos elementos (9 747)

Se, porém, elastecendo-se o conceito da alfabetização, computarmos como alfabetizados os sobreviventes de todos os beneficiários de 2/3 ou mais do ensino primário de 3 anos (1.817), já contaremos então, entre os remanescentes da geração estudada, nada menos de 18,64 % sabendo ler e escrever.

Preferindo-se, entretanto, o padrão mais compreensivo possível, chegaremos a admitir que a nossa escola primária tenha conseguido ensinar a escrita e a leitura a todos os discentes que lograram aprovação no seu 1 º ano (2 810 no grupo considerado, dos quais sobreviveram 2.761), estes, ainda assim, não ultrapassando o limite de 44,46 % dos escolarizados sobreviventes ao terminar todo o grupo seu tirocínio escolar. Colocada a observação em tais têrmos, a geração sob exame, no seu todo, teria deixado os bancos escolares contando 28,33 % de adolescentes capazes de ler e escrever. Taxa essa (desejamos anotá-lo aquí) bem inferior à de 38,54 % que em outro estudo havíamos encontrado — aliás, já segundo um critério de excessiva elasticidade, e levando em conta um presumido fator que os dados estatísticos não confirmaram depois de definitivamente revistos,— para a tendência do alfabetismo realizado por obra da escola fundamental comum, no seio da população brasileira adulta.

Serão acaso confortadores êsses resultados? Se isto indica um nível mais ou menos estável e que só insensivelmente se terá modificado para melhor em relação às gerações seguintes, estará atendendo os interêsses do país essa encorporação anual à comunidade social, de novas gerações apresentando tão baixo teor de cultura? ou, ao contrário, com isso — e por isso — estará a Nação resvalando, em plano inclinado, para um futuro dos mais sombrios?

Não é difícil a resposta. Basta considerar que, das três taxas referidas — exprimindo todas, como exprimem, sob determinados pontos de vista, a tendência do nível do alfabetismo no seio

da população adulta — qualquer delas é inferior à taxa de 35,06 %, correspondente ao efetivo dos alfabetizados (6 155.567) que o recenseamento de 1920 encontrou entre os habitantes de 15 e mais anos (17 557 282).

E o que se contém na dolorosíssima verdade que daí decorre? Isto: se não fôra a alfabetização do ensino supletivo, combinada com a instrução que o lar — realizando, aliás, notável obra educativa — ainda proporciona em larga escala às crianças brasileiras; — se, por conseguinte, tivesse o Brasil o preparo das suas novas gerações confiado exclusivamente à escola de ensino fundamental comum que os seus governos lhe conseguiram dar,— encontrar-se-ia êle neste momento em regressão cultural, mantendo-se francamente ascencional a sua curva de analfabetos — tanto a absoluta como a relativa Tal acontecendo — ainda que pareça um paradoxo — não "por falta de escolas" mas "por falta de ensino", pois as nossas escolas deixam-se esvasiar de alunos, esvasiando-se, por conseguinte, do seu verdadeiro sentido social

Por onde se vê que a escola primária brasileira — infelizmente, dolorosamente e *perigosamente* — ainda está bem longe de retribuir em justa medida o sacrifício que sua manutenção exige da comunidade nacional, e, por outro lado, de salvaguardar os interêsses vitais que lhe estão confiados

22

Para completar nosso estudo, convém examinar êsses resultados em têrmos de valor ou de custeio.

Sendo muito laboriosa a determinação do custo em função das despesas efetivas de cada ano calendário, pode-se, sem prejuízo, simplificar o problema mediante uma substituição perfeitamente lógica.

E' razoável, sem dúvida alguma, o ponto de vista segundo o qual consideremos a despesa com o ensino primário, em determinado ano, como expressão do sacrifício financeiro que a coletividade se prontificou a fazer para dar a instrução elementar ao grupo de crianças que pela primeira vez procuraram a 1 ª série dêsse ensino no dito ano A substituição assim realizada corresponde a considerar o total dessa verba "em ser", para que do seu quantitativo vão sendo sacadas, cada ano, as importâncias necessárias à obra educativa empreendida com relação ao aludido grupo

Em 1932, União, Estados e Municípios reservaram ao custeio do ensino primário geral 170 000 contos (em números redondos).

Essa verba cobria o ensino público nos ramos — pré-primário (maternal e infantil), fundamental (comum e supletivo) e complementar (pré-vocacional e vocacional), excluindo, porém, as despesas da administração central e serviços gerais.

Se se tiver em vista, assim, que o contingente largamente preponderante no discipulado a que correspondem essas despesas é o que se destina a fazer um curso de 3 anos, ficando a parte restante distribuída por dois outros contingentes, um destinado a cursos de 1 e 2 anos e o outro a cursos de 4 e 5 anos,— o que torna somenos o êrro se considerado todo o discipulado destinado a um curso de 3 anos;

considerando, também, que o total da despesa pode ser atribuído ao ensino fundamental comum, pois a importância assim acrescida, embora destinada de fato a outros ensinos (pré- primário, fundamental supletivo e complementar), é compensada pela quota — não computada — das despesas com a administração central e gastos gerais;

considerando que podemos, dessa forma, fixar a quota média de 251$520 por aluno a educar no ensino público, quota essa igual ao quociente de 170 000 contos por 675 890 alunos da geração de 1932 escolarizados como "novos" no 1.º ano do dito ensino;

considerando, ainda, que o ensino particular, por aluno, deve ficar à economia nacional (seja a cargo dos pais, de benfeitores ou de associações de assistência) em quantia mais ou menos equivalente ao custo médio no ensino público;

considerando, porém, que a despesa média para a educação de um aluno — achando-se o aparelho escolar montado para fazer face a todas as eventualidades do tirocínio escolar do seu discipulado — não deve variar em razão do maior ou menor tempo de escolarização de cada aluno pronto;

considerando, finalmente, que se consegue assim uma grande simplificação no cálculo que a matéria comporta, e de acôrdo com uma premissa perfeitamente aceitável, a saber, a de que a quota média uniforme já contenha o *quantum* necessário — funcionando de certo modo à guisa de taxa de seguro — para cobrir a eventual repetição de uma ou outra das séries, ou mesmo de duas delas ou até de todas três;

tudo isto presente, temos que, no ano em aprêço:

— pela quota média de 251$520 por aluno novo no 1.º ano (no ensino público), estendida ao ensino particular, a despesa reservada para a educação das 823.159 crianças chamadas à escola em 1932, montou a 207.041 contos de réis;

— e no grupo representativo neste estudo considerado, a quota reservada pela economia nacional para a educação das 6.371 crianças inscritas como novos alunos no 1.º ano, subiu a 1.602 contos, em números redondos.

E' claro, entretanto, que se a escola assim mantida não deu o ensino de 3 anos a todos os 823.159 alunos inscritos (representados no grupo estudado por 6.371), tal despesa não foi integralmente aproveitada. E a quanto monta então o prejuízo que a Nação sofreu com êsse não aproveitamento?

Limitemos o nosso cálculo ao grupo considerado, cuja quota-parte do dispêndio total acima referido foi, como vimos, de 1 602 contos. Retirada dessa quantia a parte aproveitada, a taxa respectiva permitirá deduzir a correspondente parcela dos 207.041 contos do dispêndio total.

Sendo de 251$520 a quota média para a educação de um aluno, é óbvio que meio ano de aproveitamento escolar vale 1/6 daquela quantia, ou 41$920. E assim para os vários tipos de aproveitamento, acima admitidos, temos os seguintes valores:

	Valor do aproveitamento de cada aluno
Metade do 1.º ano (1/6)	41$920
Todo o 1.º ano (2/6 = 1/3)	83$840
Metade do 2.º ano (3/6 = 1/2)	125$760
Todo o 2.º ano (4/6 = 2/3)	167$680
Metade do 3.º ano (5/6)	209$600
Todo o 3.º ano (6/6 = 1)	251$520

E, portanto, a importância de 1 602 contos reservada para a educação dos 6 371 alunos do grupo representativo que estamos considerando, tem as suas quotas de aproveitamento e não aproveitamento assim quantificadas:

ALUNOS QUE APROVEITARAM		Número	IMPORTÂNCIAS (contos de réis)		
			Aproveitadas	Não aproveitadas	Total
Apenas o 1.º ano	incompletamente	3 561	149	747	896
	completamente	59	5	10	15
Até o 2.º ano	incompletamente	907	114	114	228
	completamente	—	—	—	—
Até o 3.º ano	incompletamente	686	144	28	172
	completamente	1 158	291	—	291
Total		6.371	703	899	1 602
Por 100		—	43,88	56,12	100,00

Estas últimas taxas revelam-nos que do dispêndio total de 207 041 contos, acima fixado, foram proveitosamense gastos apenas 90 850, constituindo os 116 191 restantes um sacrifício exigido da coletividade em pura perda

23

Todavia, em se pretendendo saber qual o dispêndio *realmente* útil (ou que *permaneceu* proveitoso) com a educação do grupo em estudo, quando êste terminou seu tirocínio escolar, em fins de 1937, há que considerar o obituário subsequente ao já computado, a saber, aquele que, para cada categoria de beneficiários da educação oferecida, foi ocorrendo até o término do período Êsse prejuízo contingente apresenta-se com os seguintes números e valores:

CATEGORIAS DE APROVEITAMENTO	Valor médio de 1 aluno na categoria	CANCELAMENTOS POR MORTE NOS EFETIVOS CORRESPONDENTES ÀS VÁRIAS CATEGORIAS DE APROVEITAMENTO			Valores a cancelar no rendimento da obra escolar (Contos de réis)
		Óbitos de escolares	Óbitos de ex-escolares	Total	
1/6	41$920	48	64	112	5
1/3	83$840	—	—	—	—
1/2	125$760	12	10	22	3
2/3	167$680	—	—	—	—
5/6	209$600	10	6	16	3
Integral	251$520	—	11	11	3
Total	—	**70**	**91**	**161**	**14**

Por onde se vê que os valores sociais, em têrmos de educação elementar, que a escola primária realmente apresentou ao país quando a geração escolar ultrapassou toda ela o seu ciclo educativo, montaram apenas a 689, ou 43,01 % dos 1 602 contos reservados para a educação do grupo E vindo a ser assim de 56,99 % a taxa correspondente aos 913 contos da despesa inaproveitada, tem-se por meio dela a parcela de 117 993 contos — do dispêndio total de 207 041 — representando a despesa improdutiva em virtude dos dois fatores combinados — evasão e obituário.

24

Mas será "aproveitamento", ou melhor, o "aproveitamento esperado" como *utilidade social*, êsse desigual tirocínio escolar custeado pelos 43,88 % da despesa efetuada? Em outros têrmos: o prejuízo da Nação só se exprimirá pelos 56,12 % da quantia que custeou uma possibilidade de ensino deixada integralmente sem proveito?

Evidentemente não

O ensino de três anos é o "mínimo" que se pode considerar como obra educativa fundamental E se êsse mínimo é ministrado nas péssimas condições que ainda são, infelizmente, a normalidade em quasi todo o nosso ensino primário, é óbvio que se não pode levar o optimismo até considerar reais valores sociais a êsses rudimentos de educação elementar que constituíram a única bagagem cultural com que se prepararam para enfrentar a vida 5 213 infantes, isto é, 52,13 % do grupo de 10 000, representativo do discipulado teórico do 1 º ano em 1932. E êsses infantes — que poderiam ter sido educados mas não receberam o mínimo de educação que se lhes destinara,— somados aos 3 629 que ficaram sem escola, perfazem o coeficiente de 84,42 % como expressão da quota-parte das crianças brasileiras que deviam ter sido chamadas à escola e, en-

tretanto, não o foram, ou o foram para receber uma instrução abaixo do mínimo dos mínimos que a conciência coletiva poderia admitir como fundamento da educação nacional Ou, noutra relação mais impressionante: aqueles 5.213 pequeninos brasileiros que praticamente mal passaram do pórtico da escola e não lhe puderam receber o diminuto influxo cultural ao seu alcance, são nada menos que 81,82 % do grupo total chamado aos bancos escolares na geração sob estudo.

Efetivamente, se o Estado entende que o *mínimo* da educação primária é a que se dá e é assimilada com real aproveitamento em um *curriculum* de 3 séries, fôrça é admitir que o nome de "educação" não lhe cabe o direito de dar—porque não teem real sentido de utilidade social — a essas tinturas culturais escalonadas abaixo daquele limite. E, por via de consequência, o fracasso da sua missão educativa não foi somente (sempre aludindo ao grupo representativo) em relação às 3 629 crianças que não conseguiram escola em 1932 e que em fins de 1937 eram em número de 3 537 Êsse fracasso foi muito maior, porque está abaixo do limite mínimo de rendimento admitido, o fruto do esfôrço educativo despendido em face das 5 133 crianças que não foram aprovadas no 3 º ano, dentre as sobreviventes da turma considerada, ao tempo em que esta terminou seu tirocínio escolar, isto é, em fins de 1937.

Mas, se é assim, o prejuízo da Nação, sôbre os 1 602 contos destinados à educação de cada grupo de 6.371 crianças matriculadas pela primeira vez em 1932, não foi apenas de 899 contos, nem mesmo de 913 levando em conta o obituário — cifras que exprimem, como já vimos, um dispêndio inteiramente inaproveitado O prejuízo montou, sim, a 1.311 contos (ou 81,84 %), pois apenas 291 contos ou 18,16 % daquele quantitativo cobriram despesas verdadeiramente úteis, isto é, que prepararam elementos sociais portadores da educação fundamental necessária à vida individual e coletiva.

Ainda assim, êsses mesmos escassos 291 contos não foram integralmente úteis, pois 11 dos 1 158 alunos aprovados no 3 º ano faleceram antes de haver a turma terminado seu tirocínio escolar. O que quer dizer que a comunidade social, em comêço de 1938, só recebeu 1.147 adolescentes (11,47 %, em cada 10 000 indivíduos da geração escolar de 1932, preparados para a vida por um ensino primário de 3 anos A despesa com êsses alunos — a única efetivamente *aproveitada,*— foi de 288 contos, ou 17,98 % dos 1 602 contos despendidos para educar a turma originária, de 6.371 infantes

Ou, para medir o fenômeno sob outro aspecto, referindo toda a despesa aos elementos realmente preparados: cada um dos 1 147 alunos que concluíram o seu curso de 3 anos, e que deveria custar apenas 251$520, custou realmente 1:396$677, ou um pouco mais de cinco e meia vêzes aquele quantitativo normal E êsse excesso de 1:145$167 por aluno, exprimindo o prejuizo unitário para a economia nacional, não sofreria senão insignificante rebate, a saber, precisamente de 13$267 apenas, se se quisesse deduzir o acréscimo (verificado entre 1:396$687 e 1:383$420) que lhe traz o obituário dos aprovados no 3 º ano até o têrmo do período de escolarização da sua turma, — fator êsse realmente contingente e não vinculado à eficiência da escola.

Ora, tal prejuízo, já tão vultoso sob o ponto de vista financeiro, muito mais avulta como índice, a um só tempo, do fracasso de uma imprecindível obra de govêrno e da permanência de um sombrio aspecto negativo na vida da República.

25

Como já deixámos dito e repetido alhures, as advertências que os números aquí nos reproduziram, são de extrema severidade.

"O direito não socorre aos que dormem". Nem a estatística

A premonição está formulada sem ambages.

Ouçam-na "os que tiverem ouvidos para ouvir". Como a ouviu, por exemplo, o ilustre brasileiro que brilhantemente dirige o Ensino Militar.

"E' realmente impressionante" — palavras do General Pedro Cavalcanti em recente telegrama ao Chefe da Nação — "que entre mil candidatos (a um concurso de Auxiliar de Escrita) só 66 fôssem habilitados O problema da Instrução no Brasil ainda não teve solução e as gerações presentes pagarão caro tributo e amanhã a Nação sofrerá as consequências".

Não basta, entretanto, "ouvir os números". Algo mais é preciso: *compreendê-los*

Mas "compreender" os números deve ter um sentido de vida e de ação, com tríplice alcance prático

Primeiro, o de *apreender-lhes* as revelações, conseguindo-se por essa forma "idéias claras" sôbre a situação, e o "conhecimento", em todos os seus têrmos e consequências, dos problemas a resolver

Segundo, o de *depreender* as diretrizes que as relações numéricas sugerem, afim de articulá-las em um plano orgânico, totalitário mas flexível, que oriente a ação construtiva necessária

Terceiro, o de *empreender* denodadamente, com pertinácia, vigilância e agilidade, o esfôrço construtivo que a situação caracterizada exigir, e que as diretrizes assentadas viabilizarão certamente, se dantemão bem estudadas e cautelosamente conduzidas

Possa a Sociedade Brasileira de Estatística contribuir, realizando nobremente o seu destino, para que a Nação tenha conciência de quanto as sugestões dos números sôbre o nosso ensino primário são urgentes e graves, e saiba enfrentar virilmente o mais severo dos seus deveres humanos e políticos.

JORGE KINGSTON
(Professor de Estatística da Universidade do Brasil)

SÔBRE A DETERMINAÇÃO ESTATÍSTICA DA LEI DA DEMANDA DO CAFÉ

NO precedente número desta revista, deu-nos o ilustre Professor GIORGIO MORTARA a honra de comentar longamente o nosso trabalho sôbre *A Lei Estatística da Demanda do Café.*[1]

Tão diminuto é o interêsse que em geral aquí despertam as questões de economettria, que o fato de nossa modesta monografia ter merecido tão perscrutante análise só nos pode desvanecer, e tanto mais quanto a subscreve um dos mestres da estatística européia. E é na explícita sugestão do Professor MORTARA para que re-examinássemos certos pontos que assinala, não apenas de aplicação dos métodos estatísticos à determinação da lei da demanda no caso especial do café, mas ainda dos fundamentos teóricos dêsses processos, que encontramos a justificativa para voltar ao assunto.

As primeiras observações do Professor MORTARA referem-se ao método das "razões em cadeia"[2], em que não reconhece a faculdade de eliminação das variações de consumo devidas ao crescimento da população, às alterações de seus hábitos e gostos, e a outros fatores que apresentam um desenvolvimento regular E observa que "basta um simples exemplo algébrico ou numérico para mostrar que a afirmação não corresponde à verdade".

Retomemos o seu exemplo, modificando ligeiramente a notação. Seja P a população e D a demanda iniciais. Na evolução subsequente do fenômeno devemos distinguir duas componentes: a parte da variação do consumo que provém exclusivamente do movimento demográfico (ou dos outros fatores regulares mencionados) e a parte que traduz a repercussão das variações do preço sôbre o consumo. Seja, nos anos seguintes, Pk_1, Pk_2, Pk_3,... a população, e k', k'', k''',... o coeficiente de variação da demanda devida à segunda causa Então as demandas observadas serão D, Dk_1k', Dk_2k'', Dk_3k''',.. , e daí podemos formar as razões k_1k', $\frac{k_2\ k''}{k_1\ k'}$ $\frac{k_3\ k'''}{k_2\ k''}$,...

Vê-se imediatamente que nessas razões a componente demográfica é representada pelas frações k_1, $\frac{k_2}{k_1}$, $\frac{k_3}{k_2}$ . ., que são sensivelmente constantes, ao invés dos valores primitivos k_1, k_2, k_3 . , que são extremamente variáveis. Assim,

---

[1] *Revista Brasileira de Estatística,* ano 1, n º 3 (Julho-Setembro 1940), págs 570-78

[2] Nota o Prof MORTARA que MOORE, na sua obra *Economic Cycles: Their law and cause,* se baseia realmente sôbre as diferenças dessas razões para a unidade A respeito ensina SCHULTZ (*The Theory and Measurement of Demand,* pág. 67): "As a measure of relative change we may take either the *percentage change* in the value from one year to the next or the *ratio* of the given year's value to that of the preceding year (link relatives)". Contudo, em todas as aplicações que faz do método, é sempre sob essa última forma que o considera SCHULTZ, *A Comparison of Elasticities of Demand Obtained by Different Methods — Econométrica,* vol 1, n.º 3 (1933); *The Theory and Measurement of Demand,* passim). Da mesma forma, expõe ROY *(L'Elasticité de la Demande, Revue d'Économie Politique),* vol 48, n º 4 (1934) Não obstante, como o próprio Professor MORTARA frisa, "todo o raciocínio do texto pode aplicar-se também", pois que a diferença entre as duas técnicas reside numa simples translação dos eixos coordenados.

efetuando o cálculo de correlação sôbre essas razões, teremos amortecido a influência do fator demográfico, e mesmo tê-lo-iamos anulado *totalmente* se a evolução populacional se processasse segundo uma progressão geométrica.

Posto isto, se o preço se mantém constante, $k' = k'' = k'''\ldots = 1$, a demanda variará exclusivamente em função de k_1, k_2, k_3 . ., isto é, na dependência do crescimento populacional ou das demais causas regulares Ao contrário, se supusermos uma população estacionária, $k_1 = k_2 = k_3 \ldots = 1$, e a demanda refletirá o puro efeito das variações de preço. Encontram assim racional explicação os casos figurados pelo articulista.

Aponta o Professor MORTARA, a seguir, um defeito do método em aprêço, que poderia conduzir a um coeficiente de correlação indefinido: é quando permanece constante a razão entre dois dados consecutivos nas séries da demanda e dos preços.

Ora, obtida uma série de razões da demanda k, k, k. , e uma série de razões dos preços k, k, k , não seria de se calcular o coeficiente de correlação, pois bem sabemos que êste se apóia sôbre "variabili che rappresentano entrambe scostamenti della media aritmetica"[3], as quais seriam aquí identicamente nulas.

Mas a constância das razões k revelaria imediatamente que

$$\frac{y_i}{y_i - 1} = \frac{x_i}{x_i - 1} \text{ e, portanto, que } \frac{y_i}{x_i} = \frac{y_i - 1}{x_i - 1} = \text{const} = a$$

Teríamos imediatamente as equações de regressão $y = ax$ e $x = \frac{1}{a} y$, e, portanto, o coeficiente de correlação $r = \sqrt{a \frac{1}{a}} = 1$, valor idêntico ao que o articulista deduz das séries orginais.[4]

A terceira crítica do Professor MORTARA ao método das razões em cadeia refere-se à sua inconveniência para a "eliminação dos efeitos das variações oscilatórias dos preços". Houve aquí equívoco seu, pois a propriedade que mencionamos reporta-se aos efeitos das oscilações do poder aquisitivo da moeda sôbre os preços, e nesse sentido é clara a afirmação de MOORE, transmitida na nota 4 do articulista "the errors due to a fluctuating price level are partially removed".

Pelo método de MOORE não poderíamos, pois, eliminar as flutuações das séries dos preços exemplificadas; mas poderíamos certamente concluir, mediante um raciocínio análogo ao que expusemos quanto à demanda, que as repercussões das variações do poder aquisitivo sôbre êles teriam sido amortecidas Bastaria representar por P êsse poder aquisitivo e por D o preço da mercadoria

---

Passemos ao método das "razões de tendência" Os seus fundamentos teóricos podem ser sumariados destarte: representemos, na demanda D, a parte que compete à tendência geral do fenômeno, oriunda do crescimento populacional ou outras causas de atuação sistemática, por T, e a parte que traduz a influência dos preços por Y, supondo-as aditivas, temos $D = T + Y$. Pelo método em aprêço, o cálculo de correlação se efetuará sôbre as razões $\frac{T + Y}{T}$

---

[3] MORTARA, *Sommario di Statistica*, 2ª ed , pág 298

[4] Ainda que a dificuldade apontada pelo Professor MORTARA fôsse insanável, não creio que devesse importar na condenação formal do método Tomemos um exemplo: a interpolação de uma curva *logística* se reconduz à de uma reta, mediante uma anamorfose logarítmica sôbre as diferenças primeiras dos valores observados. Basta que em dois anos sucessivos o fenômeno permaneça estacionário ou decresça, dando diferenças nulas ou negativas (hipótese a mais razoável possível), para cairmos num caso de impossibilidade A eliminação dessa dificuldade exigiria o emprêgo de tabelas especiais (KINGSTON, *As Curvas Evolutivas em Estatística, Revista de Economia e Estatística*, Out. 1936, pág 46).

Ora, o Professor MORTARA figura o "caso-limite em que as variações da demanda dependem *unicamente* das do preço". Então $T = O$, e não há justificativa para empregar um método que tem precisamente por objeto eliminar êsse fator perturbador.

Contudo, as judiciosas ponderações do Professor MORTARA evidenciam a necessidade de um cuidadoso discernimento de expressão real do fator T, afim de se conseguirem resultados satisfatórios.

Prossegue o douto Professor MORTARA numa minudente análise dos resultados que obtive, aplicando, aliás, método diverso dos acima enunciados, relativamente à determinação da lei da demanda do café do Brasil. A conclusão a que chega, quanto à validade dos mesmos, é fortemente pessimista.

Longe de nós a idéia de obscurecer as imperfeições do nosso trabalho: feito para satisfazer uma exigência regulamentar, com prazo exíguo, não pudemos escoimá-lo à feição. Por outro lado, repetidamente acentuámos as dificuldades de aplicação do método estatístico à economia cafeeira: "pois o período analisado é dos mais acidentados na história do café, sujeito a uma contínua e mutável política de defesa governamental e a uma crescente competição de similares estrangeiros, a cujos efeitos superpõem-se os da grande crise que nos anos de 1929 a 1935 abalou a estrutura econômica do mundo".[5] Mas daí não desejaríamos que adviesse qualquer desencorajamento aos nossos estudiosos que, melhor aquinhoados que nós, poderiam desentranhar verdadeiros filões da ganga que apenas pudemos revolver. E assim, permitimo-nos ainda algumas considerações a respeito.

Compara o Professor MORTARA os coeficientes de correlação entre a demanda e o preço, obtidos por diferentes processos, chegando aos seguintes resultados: — 0.427 pelo método da correlação múltipla, — 0.598 pelo das razões em cadeia, e — 0.351 pelo das razões para a tendência. Por nosso lado, encontráramos o coeficiente de correlação múltipla 0.768, ou, corrigido segundo os graus de liberdade do sistema, 0 674. E pergunta o articulista: "onde está a verdade? .. Acho que todos êsses índices são falazes".

Tomo em mão a *opus magna* do Professor HENRY SCHULTZ, a monumental *Theory and Measurement of Demand* (Chicago, 1938). E' um *in-quarto* de mais de 800 páginas, que representa a súmula de "ten year's research by a distinguished author and a staff of able assistants... many of whom have since become prominent by their own work", realizada com os fartos recursos fornecidos pela Universidade de Chicago (como é diferente a pesquisa aquí...). A página 546, vemos a comparação, sob forma tabular, dos resultados obtidos com diferentes mercadorias, empregando sucessivamente os três métodos mencionados e dois tipos de função: linear e hiperbólica. Fixemos alguns entre os coeficientes de correlação múltipla ou simples obtidos sob as 6 hipóteses figuradas:

Trigo	0 00636	a	0.407
Cevada	0.263	a	0.803
Açúcar	0.358	a	0 955
Algodão	0.439	a	0.951

Se levarmos em conta que o estudo do Professor SCHULTZ se cinge ao mercado norte-americano, e que pôde se utilizar de todas as correções indicadas, como a redução à base "per capita" e a deflação pelo índice geral dos preços, não podem deixar de nos animar os resultados prévios obtidos para o café, artigo de mercado internacional, extremamente perturbado pelas intervenções governistas, e onde dificilmente cabem as correções aludidas.

---

[5] KINGSTON, *A Lei Estatística da Demanda do Café*, págs. 64-65

Mereceu reparo ao Professor MORTARA a idoneidade que atribuímos ao preço por atacado do tipo 4 Santos, como representativo do preço do café brasileiro

Em estudos de mercados particulares, seria possível cogitar da introdução dos preços de varejo; mas nem assim desapareceriam as dificuldades WARREN e PEARSON, por exemplo, mostram que, quando os recebimentos de gado em Chicago descem 20% abaixo do normal, constata-se uma elevação de preços de 78% no gado próprio para frigorífico, 50% nas fazendas de Nebraska, 39% no preço médio do país e apenas 15% no preço do varejo [6]

Como os dados disponíveis do consumo do café se referiam à absorção pelo comércio importador, pareceu-nos acertado admitir a representatividade do tipo 4 Santos, acompanhando nesse particular Rowe, TINBERGEN, COPELAND, MARTIN e outros

Restaria exprimir essa cotação em unidades do poder aquisitivo da moeda. Penitencio-me de não ter sido explícito em meu trabalho, quanto às razões que me dissuadiram de o fazer Uma, o leitor versado nesses assuntos desde logo percebe: "a falta de um índice geral de preços no Brasil" Considerando, porém, que o mercado do café é internacional, surge logo a idéia de adotar um índice geral de preços-ouro das mercadorias Mas, sucede que êsses índices são calculados com tal universalidade que deixam de ser representativos para o caso do café Consideremos, por exemplo, o recente "General Motors — Cornell Warld Price Index" êle inclue países como a Inglaterra, com o pêso de 29,1%, o Canadá, com 7,5%; a Austrália, com 4,6%, etc , que são, no entanto, fracos consumidores de café

Ainda duas observações respeitantes a êsse tópico Nem sempre o ajustamento prévio dos dados conduz ao melhor resultado SCHULTZ, após empregar ambos os recursos, revela que "we are struck by the surprising fact that in a large number of cases the unadjusted data give a better fit than the adjusted data".[7]

Depois, se nos fôsse dado retomar o nosso trabalho, não apenas deflacionaríamos os preços, mas tentaríamos a introdução de índice geral dos preços como uma nova variável independente O cálculo dos preços seletivos, "obtidos mediante divisão dos primeiros pelos índices gerais dos preços", pressupõe uma relação de estrita proporcionalidade entre o preço nominal e o índice, e, no entretanto, as pesquisas econométricas teem revelado coeficientes bem diversos da unidade [8]

De tal monta é o papel que o café desempenha na vida econômica do país que nos quer parecer que, sejam quais forem as dificuldades, perturbações, condições excepcionais que apresente êsse mercado, deve ser tentada insistentemente a sua análise econométrica Se houver fracassos, os econometristas que vierem a seguir saberão aproveitar a experiência dos erros cometidos para realizar obra mais perfeita

Foi precisamente com êsse sentido de auto-crítica que propusemos como tema para a bôlsa de pesquisas, com que tivemos a honra de ser recentemente distinguidos pela *Fundação Guggenheim,* de Nova York, a continuação de nosso estudo sôbre a economia cafeeira Ainda esperamos que o nosso Govêrno nos facultará a aceitação dessa bôlsa, permitindo-nos aplicar a um problema tão essencialmente brasileiro os ensinamentos da escola econométrica norte-americana, celebrizada pelas inovações metodológicas de MOORE e SCHULTZ.

---

[6] WARREN e PEARSON, *Interrelationships of Supply and Price* (Cornell Un Bull 466), pág 83

[7] SCHULTZ, *The Theory and Measurement of Demand,* pág 711

[8] Já em 1917, MOORE mostrava que a variação percentual do preço do algodão X_0 se ligava à da sua produção X_1 e à do nível geral dos preços X_2 pela equação $X_0 = 7{,}11 - 0{,}97\ X_1 + 1{,}60\ X_2$

AS DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO NO QUINQUÊNIO 1935-1939

1.166 — Em 30 de Julho de 1940. — Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Entre as funções que êste Departamento deve desempenhar na vida administrativa do país, está, sem dúvida, a de trazer o Govêrno permanentemente informado sôbre o andamento dos serviços públicos, em seus vários aspectos.

2. Só à vista dêsses dados, pode o Chefe do Govêrno Nacional dar as grandes diretrizes da política administrativa que deve ser seguida por todos os órgãos.

3 Hoje, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência uma demonstração da despesa efetuada e da receita arrecadada pela União nos últimos 5 anos, com especial referência aos gastos de pessoal

4. De 1935 a 1938, a receita cresceu constantemente, chegando a representar, nesse último ano, 142,5 % do total arrecadado em 1935. Em 1939, aparece uma queda de quasi 85 mil contos. Isso, porém, foi motivado pela transferência de uma renda de 363.110:000$ para o Plano Especial de Obras e Aparelhamento da Defesa Nacional. Não fôra essa operação, ter-se-ia um aumento de 278.376:000$000 sôbre o ano anterior, perfazendo o total de 4.158.144:000$000, isto é, 152,7 % da arrecadação em 1935 (anexo n º 1).

5. A despesa cresceu também constantemente, até 1938, sobretudo de 1936 para 1937, quando o acréscimo foi superior a 900 mil contos. Em 1939, porém, verificou-se uma acentuada redução, de mais de 400 mil contos. Nesse ano, a despesa total correspondeu a 150,9 % dos gastos realizados em 1935 (anexo n.º 2).

6 A comparação entre o crescimento da receita e o da despesa, no último quinquênio (anexo n º 3), mostra uma tendência para maior desequilíbrio, até 1938. E' verdade que o *deficit*, que fôra de quasi 150 mil contos, em 1935, caiu a menos de 100 mil contos no ano seguinte Já em 1937, porém, subiu a 681.483:000$000 e, em 1938, a 855.666:000$000.

7. No último ano, no período - 1939 -, essa tendência desapareceu· o *deficit* baixou a 539.607:000$ mesmo sem ser levada em conta a renda transferida para o Plano Especial de Obras. Computada essa renda, a diferença entre a arrecadação e a despesa cai a 176.497:000$, importância ligeiramente superior ao *deficit* verificado em 1935, que foi de 149 308:000$000 (anexo n º 3).

AINDA não perdeu, decerto, a oportunidade o interessante estudo elaborado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público sôbre as despesas de pessoal da União, no quinquênio 1935-1939, e pelo presidente daquele órgão técnico da administração encaminhado ao Chefe do Govêrno em 30 de Julho último Através dêsse trabalho, moldado em critério objetivo, pois que à base de dados numéricos rigorosamente controlados, tornam-se evidentes, mais uma vez, os benéficos efeitos das diretrizes racionalizadoras imprimidas aos serviços públicos do país, encaradas já agora do ponto de vista da economia delas resultante para o erário Com efeito, apesar do extraordinário desenvolvimento verificado em todas as nossas atividades administrativas, de 1935 a 1939, os gastos com os servidores civis da União aumentaram, apenas, 8,5 %, ou sejam, em valores absolutos, cêrca de 75 000 contos de réis No mesmo quinquênio, as despesas de pessoal militar acusaram um acréscimo de 51,2 %, quasi 200 000 contos; as de pensionistas e inativos apresentaram um crescimento de 43,6, isto é, mais de 60 000 contos; e as despesas não referentes a pessoal aumentaram 77 %, ou sejam 1 133 230 contos. Divulgando a exposição do presidente do DASP, fazemo-lo não apenas pelo evidente interêsse informativo de que ela se reveste, mas, também, pelo grato ensêjo que se nos oferece de pôr em relêvo, através do testemunho insuspeito dos números, um aspecto dos mais relevantes da fase de renovação e aperfeiçoamento por que veem passando os quadros administrativos brasileiros

DESPESAS DE PESSOAL EM GERAL
(Civil, Militar, Pensionistas e Inativos)

8. E' interessante notar que as despesas de pessoal em geral cresceram em proporção muito inferior à do crescimento da despesa total e da receita.

ANEXO N° 1

Receita arrecadada pela União no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	RECEITA ARRECADADA		CRESCIMENTO OU DIMINUIÇÃO DA RECEITA SÔBRE O ANO ANTERIOR	
	Em contos de réis	Em números índices	Em contos de réis	Percentagem
1935	2 722 693	100,0	—	—
1936	3 127 460	114,9	+ 404 767	+ 14,9
1937	3 462 476	127,2	+ 335 016	+ 10,7
1938	3 879 768	142,5	+ 417 292	+ 12,0
1939	3 795 034	139,4	— 84 734	— 2,2

De 1935 a 1938, a receita cresceu constantemente, chegando a representar, nesse último ano, 142,5 % do total arrecadado em 1935 Em 1939, aparece uma queda de 84 734 contos. Isso foi motivado, entretanto, pela transferência de 363 110 contos para o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, o que não se verificara nos anos anteriores Não fôsse essa transferência, o total seria de 4 158 144 contos, com um aumento de 278.376 contos, isto é, 7,2 %, sôbre o ano anterior Em relação a 1935, êsse total representaria 152,7 % Em verdade, pois, a arrecadação cresceu constantemente, de 1935 a 1939

Ao passo que estas duas últimas apresentaram, em 1939, um aumento de cêrca de 50 % sôbre 1935, os gastos de pessoal em geral cresceram, no mesmo período, apenas 23,5 % (anexo n° 4) observou-se um decréscimo acentuado. 40,6 % e 35,4 % Em 1939, a percentagem foi de 39,9 % (anexo n.° 6) Isso corrobora a afirmativa de que as despesas de pessoal em geral não cres-

ANEXO N.° 2

Despesa realizada pela União, no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	DESPESA REALIZADA		CRESCIMENTO OU DIMINUIÇÃO DA DESPESA SÔBRE O ANO ANTERIOR	
	Em contos de réis	Em números índices	Em contos de réis	Percentagem
1935	2 872 001	100,0	—	—
1936	3 226 081	112,3	+ 354 080	+ 12,3%
1937	4 143 959	144,3	+ 917 878	+ 28,5%
1938	4 735 434	164,9	+ 591 475	+ 14,3%
1939	4 334 641	150,9	— 400.793	— 8,5%

De 1935 a 1938, a despesa geral da União cresceu constantemente Em 1939 verificou-se uma queda acentuada Nesse ano, a despesa representou um aumento de 50 % sôbre a de 1935, em números redondos

9 Por êsse motivo, baixou, progressivamente, a percentagem daquela despesa de pessoal, sôbre a receita e sôbre a despesa total Em 1935, o Govêrno despendeu, com pessoal em geral, *51,4 % de sua arrecadação*. Nos anos seguintes, a percentagem decresceu, até 43,1 %, em 1938 Em 1939, aparece ligeiramente aumentada — 45,6 % — em consequência da queda da receita, por fôrça da transferência de mais de 300 mil contos para o Plano Especial de Obras Considerada, porém, a receita de fato arrecadada, verifica-se que apenas 41,6 % foram empregados em pagamento de pessoal em geral (anexo n° 5).

10 A percentagem máxima da despesa de pessoal em geral *sôbre a despesa total da União*, verificou-se em 1936: 49,8 % Nos dois anos seguintes ceram na mesma proporção das demais

11 O aumento mais acentuado, nas despesas gerais de pessoal, verificou-se de 1935 para 1936 E' que nesse ano foi concedido um abono provisório ao funcionalismo civil Em 1937, a despesa de *pessoal civil* baixou cêrca de 130 mil contos. Mas, por outro lado, a despesa com os militares foi acrescida de mais de 200 mil contos, o que neutralizou aquela economia e ainda determinou um aumento de 75 mil contos, aproximadamente Em 1938, a variação foi pequena. queda de cêrca de 8 mil contos. No último ano — 1939 — verificou-se, em números redondos, um aumento de 55 mil contos, sendo 18 mil em pessoal militar, 23 mil em pensionistas e inativos e 14 mil em pessoal civil (anexo n° 7).

ANEXO N.º 3

Comparação entre a arrecadação e a despesa realizada pela União, no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	RECEITA em contos de réis	DESPESA em contos de réis	RECEITA em números índices	DESPESA em números índices	"DEFICIT" em contos de réis	% do "deficit" sôbre a receita	% do "deficit" sôbre a despesa
1935	2 722 693	2 872.001	100,0	100,0	149 308	5,5	5,2
1936	3 127.460	3 226 081	114,9	112,3	98 621	3,2	3,1
1937	3 462 476	4 143 959	127,2	144,3	681 483	19,7	16,4
1938	3.879.768	4 735 434	142,5	164,9	855 666	22,1	18,1
1939	3 795 034	4 334 641	139,4	150,9	539.607	14,2	12,4

O *deficit* cresceu em 1937 e 1938 Nesse ano, atingiu 855 666 contos. Em 1939, caiu, mesmo sem computar a receita transferida para o Plano Especial de Obras. Se fôsse levada em conta essa renda, o *deficit* teria sido, em 1939, de 176 497 contos e não 539.607, como aparece. Seria ligeiramente superior ao de 1935. Isso mostra que a arrecadação tem crescido mais ou menos em paralelo à despesa E' verdade que em 1937 e 1938 houve um desequilíbrio grande. Em 1939, porém, a situação anterior só deixou de se restabelecer por causa daquela transferência de 363 110 contos para o Plano de Obras Não fôsse isso, a arrecadação teria apresentado um aumento de 52,7 % sôbre 1935, ao passo que a despesa cresceu, no mesmo período, 50,9 %

DESPESAS DE PESSOAL CIVIL

12. Dentro do conjunto "despesas de pessoal em geral", verifica-se que os gastos de pessoal civil muito pouco contribuíram para os aumentos anuais. E' verdade que, em 1936, houve uma grande majoração, determinada pelo abono provisório que o Govêrno concedeu. Já no ano seguinte, porém, a despesa com pessoal civil baixou mais de 100 mil contos. Em 1938 manteve-se praticamente a mesma e, em 1939, ofereceu um aumento de 14 mil contos, em números redondos (anexo n.º 7).

13 Exceção feita do ano de 1936, em que houve um forte aumento, em grande parte compensado pela queda no ano seguinte, as despesas de *pessoal civil* teem-se mantido relativamente estabilizadas. Em 1939, o aumento sôbre 1935 foi de cêrca de 75 mil contos, isto é, 8,5 % apenas. Nesse mesmo período, a despesa de pessoal em geral cresceu 23,5 %, cêrca de 330 mil contos; e a despesa total da União cresceu 50,9 %, quasi 1,5 milhão de contos.

14. Por isso mesmo tem baixado, de modo geral, a percentagem da despesa de pessoal civil *sôbre a despesa*

ANEXO N.º 4

Despesa de pessoal realizada pela União no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	Dados constantes dos balanços da Contadoria Geral da República	Despesas classificadas na conta "Agentes Pagadores"	Saldos transferidos à Caixa de Economias da Guerra	TOTAIS		CRESCIMENTO OU DIMINUIÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	
				Em contos de réis	Em números índices	Em contos de réis	%
1935	1 370 264	+ 30 187	—	1 400 451	100,0	—	—
1936	1 588 796	+ 16 908	—	1 605 704	114,7	+ 205 253	+ 14,7%
1937	1 681 424	+ 21 332	— 20 835	1 681 921	120,1	+ 76 217	+ 4,7%
1938	1 668 480	+ 26 644	— 21 142	1 673 982	119,5	— 7 939	— 0,5%
1939	1 749 248	+ 16 901	— 36 288	1 729 861	123,5	+ 55 879	+ 3,3%

Os dados constantes dos balanços da Contadoria Geral da República não exprimem exatamente a situação Na conta "Agentes Pagadores" estão classificadas diversas despesas de pessoal Por outro lado, constam dos balanços como despesas dessa natureza, saldos transferidos à Caixa de Economias da Guerra, quantias que não foram gastas com pessoal O quadro mostra as correções feitas, para determinação dos totais O crescimento mais acentuado, nas despesas de pessoal, verificou-se de 1935 para 1936. E' que nesse ano foi concedido o abono provisório ao funcionalismo civil. Em 1937 a despesa cresceu menos de 5 % sôbre o ano anterior. No ano seguinte apresentou uma ligeira queda; e, em 1939, aumentou de 3,3 %, sôbre 1938. Comparadas as despesas de 1935 e 1939, nesse último ano a despesa de pessoal apresentou um aumento de 23,5 %, ao passo que a despesa geral cresceu 50,9 %.

ANEXO N.º 5

Comparação entre a arrecadação e a despesa de pessoal realizada pela União no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	RECEITA		Percentagem da despesa de pessoal sôbre a receita	DESPESA DE PESSOAL	
	Em números índices	Em contos de réis		Em contos de réis	Em números índices
1935	100,0	2 722 693	51,4	1 400 451	100,0
1936	114,9	3 127 460	51,3	1 605 704	114,7
1937	127,2	3 462 476	48,6	1 681 921	120,1
1938	142,5	3 879 768	43,1	1 673 892	119 5
1939	139,4	3 795 034	45,6	1 729 861	123,5

A relação entre a despesa de pessoal e a arrecadação baixou progressivamente nos últimos 5 anos De 51,4 %, em 1935, caiu a 43,1 % em 1938 No ano seguinte, aparece um ligeiro aumento, atingindo 45,6 % Se, porém, foi considerada a renda transferida para o Plano Especial de Obras, a relação será de

$$\frac{1\ 729\ 861 \text{ contos}}{4.158\ 144 \text{ contos}} = 41,6\ \%$$

Os números índices, aliás, revelam essa mesma tendência Ao passo que em 1939 a despesa de pessoal apresentou um aumento de 23,5 % sôbre a de 1935, a arrecadação cresceu, no mesmo período, 39,4 %, ou 52,7 % se computada aquela renda transferida para o Plano de Obras

total da União A percentagem máxima verificou-se em 1936: 33,4 % Nos dois anos seguintes, baixou até 19,9 %; e em 1939 elevou-se a 22 % (anexo n º 8)

15 Da mesma forma, cada vez é menor a *percentagem da receita* que o Govêrno emprega no pagamento de pessoal civil Durante o quinquênio, a percentagem máxima verificou-se em 1936, quando foi de 34,4 % Daí em diante caiu progressivamente, chegando a 23 % em 1939, computada, nesse ano, a renda transferida para o Plano Especial de Obras (anexo n º 9)

DESPESAS DE PESSOAL MILITAR

16 Já o mesmo não se passa com outras despesas de pessoal. *A percentagem da receita* que o Govêrno emprega no pagamento dos militares não tem mostrado tendência para baixa, embora com certas flutuações Em 1935 foi de 13,8 % e em 1939 foi de 13,6 %, depois de ter atingido o mínimo de 12 %, em 1936, e o máximo de 16,8 % no ano seguinte (anexo n º 10).

17 Semelhantemente, a percentagem da despesa de pessoal militar *sôbre a despesa total da União* foi, em 1939, exatamente a mesma que em 1935 13,1 % Durante o quinquênio, o mínimo foi de 11,6 %, em 1938, e o máximo de 14,1 %, em 1937 (anexo n º 10).

18 Essa constância da relação entre as despesas de pessoal militar, de um lado, e a despesa total e a receita, do outro, decorre da circunstância de terem crescido todas mais ou menos na mesma proporção. Comparados os dados referentes a 1935 e 1939, verifica-se que a despesa total da União cresceu 50,9 %, a de pessoal militar 51,2 % e a receita 52,7 %, se computada a renda transferida para o Plano Especial de Obras (anexos ns 1, 10 e 11)

DESPESAS DE PENSIONISTAS E INATIVOS

19 Com as despesas de pensionistas e inativos observa-se o mesmo fenômeno verificado em relação aos gastos de pessoal militar Houve um crescimento paralelo ao da receita e da despesa total da União, determinando pequenas variações da percentagem sôbre estas duas últimas (anexos ns 12 e 13) O Govêrno tem empregado, aproximadamente, 5 % de sua renda no pagamento de pensionistas e inativos

DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

20 O crescimento das despesas, de modo geral, decorre do grande desenvolvimento que os serviços públicos teem apresentado nos últimos anos De princípios de 1937 até esta data, numerosas repartições foram criadas, umas para execução de serviços novos, outras absorvendo e dando maior expansão a serviços já existentes Outras, ainda, foram reorganizadas, geralmente com ampliação de atribuições A enumeração que se segue, de ocorrências dessa natureza, é bem ilustrativa do desenvolvimento dos serviços

21 Dentre os órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, por exemplo, diversos foram criados no período acima referido São os seguintes

ANEXO N.º 6

Comparação entre a despesa geral e a despesa de pessoal realizada pela União, no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	DESPESA GERAL		Percentagem da despesa de pessoal sôbre a despesa geral	DESPESA DE PESSOAL	
	Em números índices	Em contos de réis		Em contos de réis	Em números índices
1935	100,0	2 872.001	48,8%	1 400 451	100,0
1936	112,3	3 226 081	49,8%	1 605 704	114,7
1937	144,3	4 143 959	40,6%	1.681 921	120,1
1938	164,9	4 735 434	35,4%	1 673 982	119,5
1939.	150,9	4 334 641	39,9%	1 729 861	123,5

O quadro mostra que, nos últimos 5 anos, a relação entre a despesa de pessoal e a despesa geral foi, no máximo, de 49,8 %, o que se verificou em 1936. Nos 2 anos subsequentes a percentagem caiu, elevando-se, em 1939, a 39,9 % Isso mostra que as despesas de pessoal não teem crescido em proporção às demais, o que também se verifica pela comparação dos números índices. Tomando por base o ano de 1935, vemos que, em 1939, a despesa geral tinha crescido 50,9 %, ao passo que a despesa de pessoal crescera, apenas, 23,5 %.

Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, Comissão de Defesa da Economia Nacional; Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; Departamento Administrativo do Serviço Público, cujos trabalhos foram recentemente ampliados com a inclusão de um Serviço de Obras na Divisão do Material e o reconhecimento da "Revista do Serviço Público" como órgão de utilidade pública; Departamento de Imprensa e Propaganda; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo a Comissão Censitária Nacional e o Serviço Nacional de Recenseamento.

22. Foram reorganizados, ainda, o Conselho Federal de Comércio Exterior e os Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República.

23. O Ministério da Agricultura, passou por uma reforma em Dezembro de 1938, do que resultou o aparecimento das seguintes repartições:

Serviço Florestal; Serviço de Publicidade Agrícola, mais tarde transformado em Serviço de Informação Agrícola; Centro Nacional de Pesquisas Agronômicas, ao qual foram subordinados dois institutos que se criaram mais tarde: Instituto Agronômico do Norte e Instituto Nacional de Óleos; Departa-

ANEXO N.º 7

Discriminação da despesa de pessoal realizada pela União no quinquênio 1935-1939

(em contos de réis)

EXERCÍCIOS	PESSOAL MILITAR				Total do pessoal militar	Pensionistas e inativos	Pessoal civil	Total de pessoal
	Polícia civil do D. F.	Corpo de Bombeiros do D. F.	Ministério da Marinha	Ministério da Guerra				
1935	20 879	4 093	75 229	275 042	375.243	144 157	881 051	1 400 451
1936	20 631	4 978	77 702	273 404	376 715	152 804	1 076 185	1 605 704
1937	28 840	6 562	117 300	430 651	583 353	156 003	942 565	1 681 921
1938	30 236	6 789	114 109	398 002	549 136	183 288	941 558	1 673 982
1939	31 644	7 207	123.930	404 442	567 223	206 966	955 672	1 729 801

Êste quadro mostra a influência de cada parcela nas variações da despesa de pessoal. Em 1936, o aumento verificado, de cêrca de 200 mil contos, proveio, quasi exclusivamente, das despesas com pessoal civil. Foi o ano do abono provisório Em 1937, a despesa com o pessoal civil caiu cêrca de 130 mil contos. Mas, por outro lado, a despesa com os militares subiu mais de 200 mil contos, o que neutralizou aquela economia e ainda determinou um acréscimo de 75 mil contos, aproximadamente. Em 1938, a variação foi pequena; queda de 8 mil contos, em números redondos E' que a despesa com os militares baixou cêrca de 34 mil contos, ao passo que os encargos com pensionistas e inativos sofreram um aumento de 27 mil contos, aproximadamente. A despesa com o pessoal civil permaneceu praticamente a mesma. Em 1939 houve um aumento de 55 mil contos, em números redondos, sendo 18 mil em pessoal militar, 23 mil em pensionistas e inativos e 14 mil em pessoal civil.

ANEXO N.º 8

Comparação entre a despesa geral e a despesa de pessoal civil, realizada pela União no quinquênio 1935-1939.

EXERCÍCIOS	DESPESA GERAL		Percentagem da despesa de pessoal civil sôbre a despesa geral	DESPESA DE PESSOAL CIVIL	
	Em números índices	Em contos de réis		Em contos de réis	Em números índices
1935	100,0	2 872 001	30,7%	881 051	100,0
1936	112,3	3 226 031	33,4%	1 076 185	122,1
1937	144,3	4 143 959	22,7%	942 565	107,0
1938	164,9	4 735 434	19,9%	941 558	106,9
1939	150,9	4 334 641	22,0%	955 672	108,5

Destacando, do total de pessoal, a parte referente a pessoal civil, o quadro mostra os efeitos do contrôle exercido, nos últimos anos, sôbre êsse sector da administração Com exceção do ano de 1936, em que a despesa aumentou quasi 200 mil contos, devido, em grande parte, ao abono provisório, nota-se que as variações são muito pequenas, com uma tendência marcada para a estabilização Em 1939 a despesa com o pessoal civil foi superior à de 1935 em cêrca de 75 mil contos, isto é, apenas 8,5 % A despesa total de pessoal, como demonstra o anexo n º 5, aumentou 23,5 %, cêrca de 330 mil contos E a despesa geral da União cresceu 50,9 %, quasi 1 1/2 milhão de contos A influência da despesa de pessoal civil foi mínima, como se vê

mento de Administração; Secção de Arquitetura e Engenharia.

24 Anteriormente à reforma, durante os anos de 1937 e 1938, foram feitas as seguintes criações:

Conselho Nacional de Pesca; Parque Nacional de Itatiaia; Serviço do Pessoal, mais tarde transformado em Divisão do Pessoal do Departamento de Administração

25 Posteriormente, foram criados

Comissão do Abastecimento, recentemente suprimida, Comissão Nacional do Gasogênio; Conselho Nacional de Caça; Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento de Funcionários; Parque Nacional de Iguassú, Parque Nacional da Serra dos Órgãos; Secção de Segurança Nacional

26. Foram reorganizados, ainda, os Núcleos Coloniais do Departamento Nacional de Produção Vegetal, a Comissão de Eficiência, o Serviço de Proteção aos Índios, que veio transferido do Ministério da Guerra, e diversas repartições que se constituíram em agências do Serviço de Economia Rural O Ministério recebeu, ainda, o Serviço de Meteorologia, transferido do Ministério da Viação

ANEXO N.º 9

Comparação entre a arrecadação e a despesa de pessoal civil, realizada pela União, no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	RECEITA		Percentagem da despesa de pessoal civil sôbre a receita	DESPESA DE PESSOAL CIVIL	
	Em números índices	Em contos de réis		Em contos de réis	Em números índices
1935	100,0	2 722 693	32,3	881 051	100,0
1936	114,9	3 127 460	34,4	1 076 185	122,1
1937	127,2	3 462 476	27,2	942 565	107,0
1938	142,5	3 879 768	24,3	941 558	106,9
1939	139,4	3 795 034	25,2	955 672	108,5

Em 1939, o Govêrno gastou com pessoal civil 25,2 % de sua arrecadação Se for computada a renda transferida para o Plano Especial de Obras, a percentagem cai a 23 %. Em 1935, a relação foi de 32,3 % Aumentou ligeiramente em 1936, para decrescer nos anos seguintes, em virtude do contrôle exercido sôbre as despesas dessa natureza Os números índices mostram que, em 1939, a arrecadação foi superior à de 1935 em 39,4 %, ou 52,7 % se computada aquela renda transferida para o Plano Especial de Obras Enquanto isso, a despesa de pessoal civil, no ano de 1939, apresentou um aumento de 8,5 % sôbre a de 1935, apenas

ANEXO N.º 10

Comparação entre a arrecadação e a despesa de pessoal militar, realizada pela União no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	RECEITA		Percentagem da despesa de pessoal militar sôbre a receita	DESPESA DE PESSOAL MILITAR	
	Em números índices	Em contos de réis		Em contos de réis	Em números índices
1935	100,0	2 722 693	13,8	375 243	100,0
1936	114,9	3 127 460	12,0	376 715	100,4
1937	127,2	3 462 476	16,8	583 353	155,5
1938	142,5	3.879 768	14,1	549 136	146,3
1939	139,4	3 795 034	14,9	567 223	151,2

Ao contrário do que se passou com o pessoal civil, a relação entre as despesas de pessoal militar e a arrecadação não tem mostrado tendência para baixa nos últimos 5 anos, embora se verifiquem algumas flutuações Em 1935, a percentagem foi de 13,8 % Em 1939, foi de 14,9 %, ou 13,6 %, se levada em conta a renda transferida para o Plano Especial de Obras.

27. O Ministério da Educação e Saúde passou por uma reorganização profunda, em Janeiro de 1937, donde o aparecimento das seguintes repartições, algumas com atribuições inteiramente novas, outras absorvendo funções de órgãos que se extinguiram:

Departamento Nacional de Educação, compreendendo as Divisões de:

Ensino Primário; Ensino Secundário; Ensino Comercial; Ensino Industrial; Ensino Doméstico; Ensino Superior; Educação Extra-Escolar; Educação Física

Departamento Nacional de Saúde, constituído das Divisões de:

Assistência a Psicopatas; Assistência Hospitalar; Saúde Pública; Amparo à Maternidade e à Infância, mais tarde substituída pelo Departamento Nacional da Criança; Biblioteca; Delegacias Federais de Saúde (7); Diretoria de Pessoal, mais tarde transformada em Divisão do Pessoal, do Departamento de Administração; Instituto Nacional do Livro; Instituto Nacional do Cinema Educativo; Museu Nacional de Belas Artes; Serviço Anti-Venéreo das Fronteiras; Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal; Serviço de Comunicações; Serviço Gráfico; Serviço Jurídico; Serviço Nacional do Teatro; Serviço de Obras; Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Serviço de Publicidade, mais tarde transformado em Serviço de Documentação; Serviço de Rádio-Difusão Educativa; Serviço de Saúde dos Portos; Serviço de Transportes.

28. Posteriormente, foram criados os seguintes órgãos e estabelecimentos:

Colégio Universitário; Comissão Nacional de Desportos; Comissão Nacional do Ensino Primário; Comissão Na-

ANEXO N.º 11

Comparação entre a despesa geral e a despesa de pessoal militar, realizada pela União no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	DESPESA GERAL		Percentagem da despesa de pessoal militar sôbre a despesa geral	DESPESA DE PESSOAL MILITAR	
	Em números índices	Em contos de réis		Em contos de réis	Em números índices
1935	100,0	2 872.001	13,1%	375 243	100,0
1936	112,3	3 226 081	11,7%	376 715	100,4
1937	144,3	4 143 959	14,1%	583 353	155,5
1938	164,9	4 735 434	11,6%	549 136	146,3
1939	150,9	4 334 641	13,1%	567 233	151,2

A despesa com o pessoal militar manteve-se estabilizada nos anos de 1935 e 1936. No ano seguinte aumentou consideravelmente, mais de 200 mil contos. Daí em diante, as variações não foram de grande monta Em 1939, nota-se um aumento de 51,2 % sôbre a despesa em 1935, em paralelo com o crescimento da despesa geral da União, que foi de 50,9 %. Nesse ano de 1939, o pessoal militar absorveu 13,1 % da despesa geral; o pessoal civil 22 %; e os inativos e pensionistas 4,8 %.

ANEXO N.º 12

Comparação entre a arrecadação e a despesa com pensionistas e inativos, realizada pela União no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	RECEITA		Percentagem da despesa com pensionistas e inativos sôbre a receita	DESPESA DE PENSIONISTAS E INATIVOS	
	Em números índices	Em contos de réis		Em contos de réis	Em números índices
1935	100,0	2 722 693	5,3%	144 157	100,0
1936	114,9	3 127 460	4,9%	152 804	106,0
1937	127,2	3 462 476	4,6%	156 003	108,2
1938	142,5	3 879 768	4,7%	183 288	127,1
1939	139,4	3 795 034	5,5%	206 966	143,6

A despesa com pensionistas e inativos tem crescido constantemente Em 1939 representou 5,5 % da arrecadação, ou 5 %, se levada em conta a renda transferida para o Plano Especial de Obras Em 1935, a relação foi de 5,3 % A percentagem pouco variou nos 5 anos

cional do Livro Didático; Conselho Nacional do Serviço Social, Departamento de Administração, compreendendo as Divisões de Pessoal, Material e Contabilidade, Departamento Nacional da Criança; Escola Nacional de Educação Física e Desportos; Faculdade Nacional de Filosofia, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Instituto de Psicologia; Instituto de Psiquiatria, Instituto de Puericultura; Museu Imperial; Secção de Segurança Nacional; Serviço de Malária na Baixada Fluminense; Serviço de Malária no Nordeste; Serviço Nacional de Febre Amarela.

29 O Conselho Nacional de Educação foi reorganizado, como também a Comissão de Eficiência

30 No Ministério da Fazenda, foram criados os seguintes órgãos:

Comissão de Reorganização dos Serviços da Diretoria do Imposto de Renda; Comissão do Orçamento; Comissão do Edifício do Ministério da Fazenda, Departamento Federal de Compras, em que se transformou a Comissão Central de Compras; Secção de Segurança Nacional; Serviço de Comunicações, Serviço do Pessoal

31 Foram reorganizados os seguintes

Comissão de Eficiência; Contadoria Geral da República; Diretoria do Domínio da União, Tribunal de Contas.

32 No Ministério da Justiça, foram reorganizados o Instituto Sete de Setembro, a Imprensa Nacional e a Comissão de Eficiência Foram criados os Serviços do Pessoal e do Material, a Secção de Segurança Nacional, a Comissão Nacional de Proteção à Família, a Colônia Agrícola Fernando de Noronha e a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais.

ANEXO N.º 13

Comparação entre a despesa geral e a despesa com pensionistas e inativos, realizada pela União no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	DESPESA GERAL		Percentagem da despesa com pensionistas e inativos sôbre a despesa geral	DESPESA COM PENSIONISTAS E INATIVOS	
	Em números índices	Em contos de réis		Em contos de réis	Em números índices
1935	100,0	2 872 001	5,0%	144 157	100,0
1936	112,3	3 226 081	4,7%	152 804	106,0
1937	144,3	4 143.959	3,8%	156 003	108,2
1938	164,9	4 735 434	3,9%	183 288	127,1
1939	150,9	4 334 641	4,8%	206 966	143,6

A despesa com os inativos e pensionistas tem crescido constantemente Em 1939 apresentou um aumento de 43,6 %, sôbre 1935, — quasi a mesma proporção em que cresceu a despesa geral da União O Govêrno empregou 4,8 % de sua despesa total de 1939 com os inativos e pensionistas

ANEXO N.º 14

Comparação das despesas no quinquênio 1935-1939

EXERCÍCIOS	PESSOAL CIVIL		PESSOAL MILITAR		PENSIONISTAS E INATIVOS		DESPESAS NÃO REFERENTES A PESSOAL	
	Em contos de réis	Em números índices	Em contos de réis	Em números índices	Em contos de réis	Em números índices	Em contos de réis	Em números índices
1935	881.051	100,0	375 243	100,0	144 157	100,0	1.471 550	100,0
1936	1.976.185	122,1	376 715	100,4	152 804	106,0	1.620.377	110,1
1937	942 565	107,0	583 353	155,5	156 003	108,2	2 462 038	167,3
1938	941.558	106,9	549 136	146,3	183 288	127,1	3 061 452	208,0
1939	955.672	108,5	567.223	151,2	206 966	143,6	2.604.780	177,0

Os números índices mostram que, excetuada a parte relativa a pessoal civil, as despesas cresceram consideravelmente nos últimos 5 anos Feita a comparação entre 1935 e 1939, verifica-se que as despesas de pessoal militar cresceram 51,2 %; as de pensionistas e inativos, 43,6 %; e as despesas não referentes a pessoal, 77 %. Enquanto isso, o aumento em pessoal civil foi de 8,5 %, apenas Êsse fato deve-se ao controle, cada vez maior, que o D A S P. exerce sôbre os gastos de pessoal civil. Não fôra isso, tudo indica que a despesa teria aumentado na mesma proporção das demais, pelo menos 50 %. Teria atingido, em 1939, a cifra de 1 321.576 contos, em vez de 955 672 contos. Pode-se afirmar, sem exagêro, que, em 1939, o aparelhamento de administração de pessoal proporcionou ao Govêrno uma economia superior a 350 mil contos

33. O Ministério das Relações Exteriores foi reorganizado, em fins de 1938, quando se instituiu um Departamento de Administração, com atribuições muito mais amplas que o primitivo. Na mesma ocasião constituiram-se o Serviço de Informações e o Serviço Jurídico.

34. Mais tarde foi criada uma Secção de Segurança Nacional. Entre as missões diplomáticas, instituiu-se uma Legação na República Dominicana. Foram criados três consulados de carreira, em Houston, Lyon e Dublin. A Comissão de Eficiência foi reorganizada.

35. No Ministério do Trabalho, foram criados os seguintes órgãos:

Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, depois transferido para o Ministério da Agricultura; Comissão de Metrologia; Serviço do Pessoal; Serviço do Material; Serviço de Comunicações; Departamento de Administração, incorporando, além de outros, os três Serviços acima referidos; Secção de Segurança Nacional.

36. Foram reorganizados o Conselho Nacional do Trabalho, o Instituto Nacional de Tecnologia e a Comissão de Eficiência.

37. No Ministério da Viação, como em todos os outros, foi reorganizada a Comissão de Eficiência e criou-se um Serviço de Pessoal. Foram instituídos, posteriormente, Serviços Regionais de Pessoal, atingindo algumas dezenas.

38. Entre as repartições criadas, figuram o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o Serviço do Material e a Secção de Segurança Nacional.

39. Êsse extraordinário desenvolvimento dos serviços a cargo da União determinou, como era natural, o crescimento dos gastos. Em 1939, a despesa total apresentou um aumento de 50,9%, sôbre 1935. Se examinarmos, porém, a influência de cada parcela nesse crescimento, chegaremos à conclusão — à primeira vista surpreendente — de que muito pouco aumentaram os gastos de pessoal civil, em relação aos demais.

40. O anexo n.º 14 fornece uma excelente base de comparação. Em 1939, as despesas não referentes a pessoal (material, serviços e encargos, etc.) haviam crescido 77% sôbre 1935; as relativas a pessoal militar, 51,2%; as referentes a pensionistas e inativos, 43,6%; ao passo que as despesas de pessoal civil cresceram, apenas, 8,5%

41. Êsse fato, realmente auspicioso, deve ser atribuído, exclusivamente, à disciplina que o Govêrno vem impondo à administração de pessoal civil, desde 1936. Não fôra o controle que se vem exercendo nesse sector, tudo indica que as respectivas despesas teriam crescido na mesma proporção das demais.

42. Apesar da notável expansão dos serviços públicos, é pequeno o crescimento da despesa com o pessoal civil, graças à política que vem sendo seguida desde 1936, de maiores exigências, de seleção de valores, de estímulo aos bons elementos

43. Os resultados colhidos, em tão curto prazo, são uma amostra do que é possível obter, com a sistematização da administração de pessoal no serviço público. São centenas de milhares de contos economizados, graças à ação sistemática dos órgãos criados para êsse fim

44. As avultadas economias feitas devem atender, deixando ainda grande margem, ao aparelhamento progressivo do serviço público, se for continuada a execução do vasto plano delineado, que se vai realizando com o apoio decidido de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito — (a) *Luiz Simões Lopes,* Presidente

ANEXO Nº 15

Despesas de pessoal lançadas à conta de "Agentes Pagadores"

1935

Pessoal Civil:	
Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas	15 500 000$0
Estrada de Ferro Central do Brasil	11 040:952$4
Ministério da Justiça .	1 261 647$3
Ministério da Fazenda	113:141$9
	27 915 741$6
Pensionistas ...	2 271 283$5
Total	30 187 025$1

1936

Pessoal Civil:	
Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas	16 390:000$0
Ministério das Relações Exteriores	169:878$2
Ministério da Justiça .	266:498$0
	16 826:376$2
Pensionistas .	81:922$0
Total . .	16 908 298$2

1937

Pessoal Civil:	
Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas	21 220 000$0
Comissão Central de Compras	49:001$0
Ministério da Justiça .	63:428$0
Total	21 332 429$0

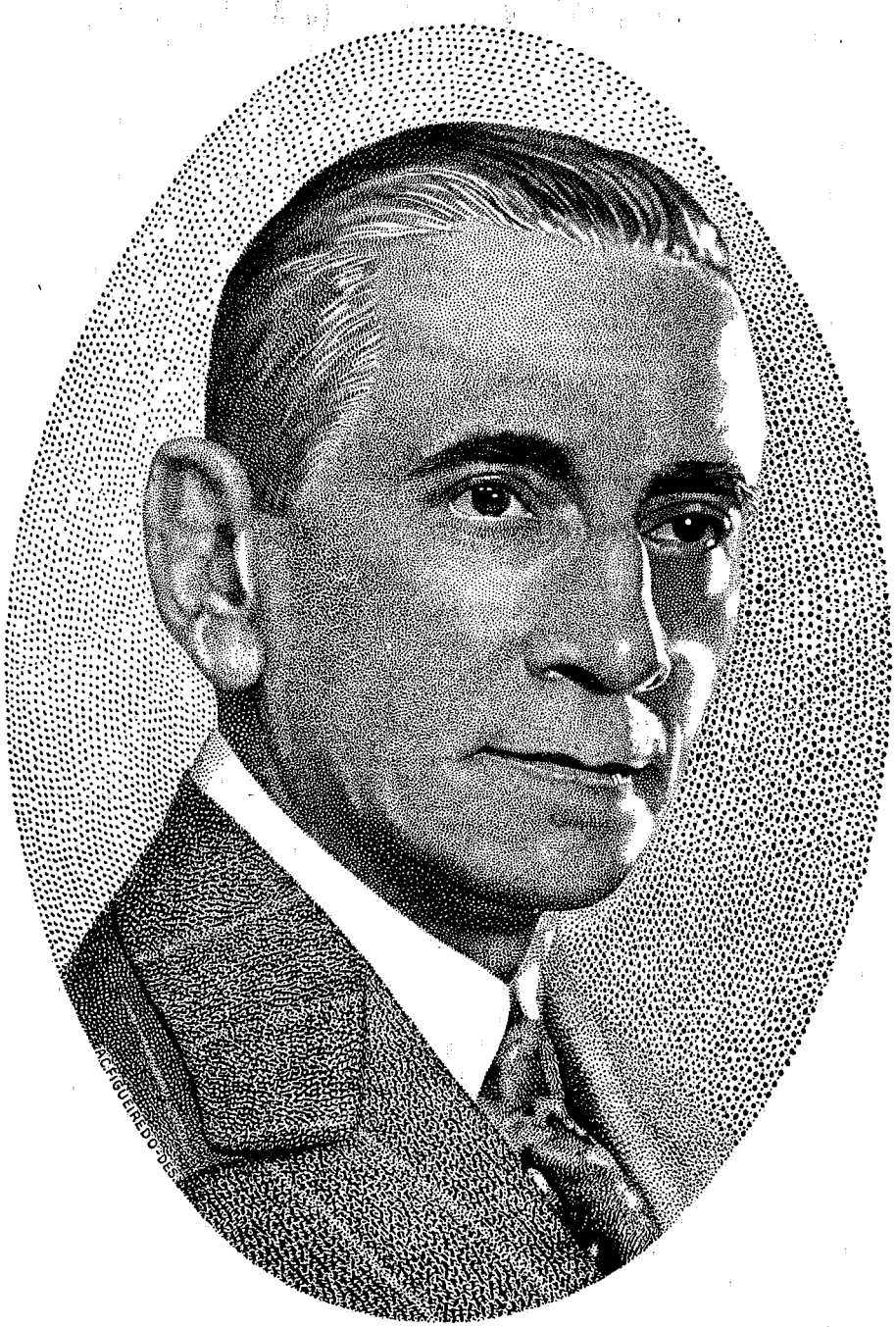
1938

Pessoal Civil:	
Comissão Central de Compras .	143 621$1
Estrada de Ferro Central do Brasil	26 499:999$9
Total	26 643:621$0

1939

Pessoal Civil	
Comissão Central de Compras . .	168:085$4
Recebedoria do Distrito Federal . .	7:355$7
Estrada de Ferro Central do Brasil	16 725 736$1
Total . .	16 901·177$2

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA



LÉO DE AFFONSECA

No quadro de servidores da Estatística, no Brasil, cabe a Léo de Affonseca lugar do mais alto relêvo A sua atuação, marcada por um profundo senso de ética profissional, desdobra-se através de quasi meio século com um ritmo de continuidade em que se exprime a fôrça de uma vocação irresistível para aquela das atividades públicas que mais exige verdadeiro espírito de apostolado

Nascido no Estado de São Paulo a 7 de Setembro de 1878, Léo de Affonseca fez o curso secundário no Rio de Janeiro, nos colégios "Tijuca" e "Abílio" Em 1893, entrou para a Escola Militar da Praia Vermelha, tendo participado da luta a favor da legalidade, quando da revolta da Armada contra o govêrno Floriano Peixoto Deixou a Escola ao tempo em que nela se verificou o movimento dos seus alunos contra o respectivo comandante, e, embora fôsse anistiado mais tarde, não voltou à carreira das armas

Em 1898, ingressou na vida pública, prestando o seu concurso aos serviços estatísticos então existentes no Ministério da Viação Definiam-se de cedo as tendências de seu espírito, no sentido de uma especialização técnica que vincularia o seu nome, através de iniciativas e realizações do maior relêvo, a um dos mais importantes sectores da administração federal Um ano depois, quando criada a Diretoria da Estatística Comercial, passou a fazer parte, como escriturário, do quadro da nova repartição, a que durante quatro decênios, haveria de dar as melhores reservas de sua inteligência e operosidade, nela conquistando, um a um, os diversos postos hierárquicos Nomeado chefe de secção em 1904, de 1905 a 1915 exerceu nada menos de cinco vêzes o cargo de sub-diretor, além de várias outras comissões, nestas merecendo elogios que bem evidenciavam o alto aprêço em que eram tidos os seus bons serviços Em Abril de 1917 foi nomeado diretor da repartição e, logo no ano seguinte, sem prejuízo daquelas funções, Sub-Comissário da Alimentação Pública

Em 1918, era conferido "à sua reconhecida competência" — como acentuava, em nome do Govêrno, o Ministro Pereira Lima — o encargo oficial de escrever um livro, destinado à propaganda do Brasil no estrangeiro, sôbre o desenvolvimento econômico e financeiro do país Após o desempenho de outras incumbências — inclusive a organização do arquivo do comércio externo do Brasil, no período de 1908 a 1917, para a secção dos Negócios Comerciais do Ministério do Exterior —, coube-lhe preparar um trabalho da mesma natureza, como contribuição do Ministério da Fazenda para o programa comemorativo do centenário da Independência Na execução dessa tarefa, reafirmou mais uma vez os seus profundos conhecimentos da nossa evolução econômica, fixando a largos traços um admirável panorama das realidades nacionais

Já em 1924, depois de dar a vários outros serviços a contribuição de sua lúcida inteligência — ora exercendo as funções de membro da Comissão Organizadora da Exposição do Centenário, ora iniciando os estudos para a reorganização do regulamento de faturas consulares — recebeu o Sr Léo de Affonseca novo e importante encargo: o de coligir e organizar elementos capazes de oferecer à Missão Inglesa vinda ao Brasil a convite do Govêrno uma visão exata e perfeita das nossas condições econômicas e financeiras O trabalho por êle apresentado nessa ocasião mereceu elogios não apenas das altas autoridades brasileiras, senão também dos técnicos visitantes, que afirmaram considerar as estatísticas submetidas a seu exame das "mais perfeitas e completas" que já lhes havia sido dado compulsar Referências assim honrosas e significativas assinalam-se, aliás, em grande número na fé de ofício do Sr Léo de Affonseca

Em 1925, foi o ilustre estatístico brasileiro encarregado de estabelecer as bases reguladoras dos empréstimos que os empregados ou funcionários federais contraíssem

com as associações e caixas beneficentes constituídas pelas próprias classes a que pertencessem, ou por estabelecimentos de crédito e sociedades legalmente autorizadas a proceder a operações dessa natureza.

Antes, já fizera parte da comissão incumbida de fixar os coeficientes para o efeito de cobrança do imposto sôbre a renda e tivera a seu cargo a organização da chamada "Tabela Lira", proposta pelo Senador Tavares de Lira e posta em vigor pela lei n º 4.555, de 10 de Agosto de 1922 Coube-lhe participar, assim, de iniciativa que importou em um dos maiores benefícios proporcionados à classe do funcionalismo público federal, cujos vencimentos foram majorados a título provisório, até que o Decreto n º 5.025, de 1.º de Outubro de 1926, a êles incorporasse, em caráter permanente, as vantagens da aludida Tabela

Designado, em 1927, para representar o Ministério da Fazenda nos atos comemorativos do segundo centenário do café, no Estado de São Paulo, teve o Sr. Léo de Affonseca, ainda naquele ano, outra comissão de relêvo, com a sua escolha para Secretário do titular daquela pasta, só em 30 de Outubro de 1930 voltando à direção da Estatística Comercial.

Profundo conhecedor da situação econômica e financeira do país, foi designado, em 1929, para, na Europa, acompanhar a liquidação dos cupões atrasados referentes aos empréstimos do Brasil feitos na França, sôbre os quais fôra chamado a pronunciar-se o Tribunal de Haia, afim de dirimir a dúvida suscitada pelos portadores dos títulos brasileiros perante o govêrno francês Dessa difícil comissão, desincumbiu-se com o maior tato e habilidade, preservando sempre o bom nome do Govêrno do Brasil

As profundas transformações verificadas, em 1930, no cenário político-administrativo do país não modificaram o ritmo de continuidade da brilhante carreira funcional do Sr. Léo de Affonseca, sempre orientada que fôra ela no sentido dos melhores interêsses públicos

Pelo Chefe do Govêrno Provisório, foi baixado, a 30 de Janeiro de 1931, o decreto de sua nomeação para diretor geral do Departamento Nacional de Estatística do Ministério do Trabalho, então recém-criado Um ano após, cabia-lhe presidir a comissão incumbida de elaborar os regulamentos dos diversos Departamentos do Ministério, bem como de rever os já existentes, sendo designado, ainda, para fazer parte das comissões encarregadas, respectivamente, de organizar a proposta do orçamento para o exercício de 1933 e elaborar a regulamentação do decreto que criara as Inspetorias Regionais do Ministério nos Estados e no Território do Acre Ao cogitar-se do estudo da nova proposta orçamentária do Ministério para 1934 foi de novo chamado o Sr Léo de Affonseca a dar a sua colaboração aos respectivos trabalhos, — escolha essa tanto mais justificável quanto o titular da pasta já tivera ensêjo de louvar, em aviso, os serviços que êle "dedicada e inteligentemente prestara" na qualidade de membro da comissão incumbida de organizar a proposta para o exercício anterior. Esses louvores, aliás, foram reproduzidos, logo depois, pela "dedicação ao serviço e competência com que se houve como membro da comissão especial incumbida de elaborar o projeto de regulamento da Secretaria de Estado, que apresentou trabalho capaz de bem atender às necessidades da administração pública". Ainda em 1932, tinha sido o Sr Léo de Affonseca designado pelo Sr Ministro do Trabalho, atendendo a solicitação do Sr Ministro do Exterior, para, sem prejuízo das suas funções, tomar parte na elaboração do projeto para o novo regulamento de faturas consulares e presidir, no último daqueles Ministérios, a comissão incumbida de estudar o assunto

Quando foi constituída, em 1933, a comissão que teria a seu cargo fixar as novas diretrizes da Estatística Brasileira e de cujos memoráveis trabalhos resultou o ante-projeto de criação do atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, — dela participou o Sr. Léo de Affonseca, na qualidade de representante do Ministério do Trabalho Com a sua autoridade e experiência, foi êle, como presidente da Comissão, um orientador esclarecido e ponderado, que, nas diversas fases das discussões, tantas vêzes acaloradas, conduziu os trabalhos dentro da mesma linha de elevação

Em 1934, com a reforma dos serviços da administração geral da Fazenda Nacional e consequente instituição da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, foi-lhe confiada pelo Govêrno a direção dêsse órgão, em que se convertia, praticamente, após ter estado por algum tempo incorporada ao Departamento Nacional de Estatística, a antiga Diretoria de Estatística Comercial. E dois anos após lhe cabia participar, já agora como representante do Ministério da Fazenda, da Convenção Nacional de Estatística,

reunida para assegurar, por um pacto de cooperação inter-administrativa sem precedente no direito público brasileiro, as condições essenciais à integração e eficiente funcionamento do novo sistema estatístico do país Mais uma vez o nome de Léo de Affonseca se identificava com realizações de alcance inestimável para a Estatística Brasileira, que, durante longos anos, já vinha merecendo as melhores contribuições de sua inteligência e capacidade de trabalho Antes, porém, fôra êle designado para fazer parte da comissão que, sob a presidência do Sr Ministro das Relações Exteriores, colaboraria no Rio de Janeiro com a comissão mista brasileiro-argentina, constituída em Buenos Aires em virtude do protocolo adicional do Tratado de Comércio e Navegação, firmado entre o Brasil e a República Argentina

Nomeado em Agosto de 1934 consultor técnico do Conselho Federal de Comércio Exterior, já em Janeiro do ano seguinte novo encargo lhe era conferido, com a sua designação para presidente da comissão que deveria proceder ao estudo da tabela de vencimentos dos funcionários do Ministério da Fazenda Em 1937, fez parte da comissão reunida no Ministério das Relações Exteriores afim de deliberar sôbre o projeto apresentado ao Conselho da Liga das Nações pelo representante do Chile, para reforma do Calendário Integrado o sistema estatístico-geográfico do Brasil com a criação do Conselho Nacional de Geografia, em Março de 1937, foi o Sr Léo de Affonseca designado para participar, como delegado técnico do Ministério da Fazenda, do Diretório Central do novo órgão, no qual representava ainda, por delegação dos seus colegas, o Conselho Nacional de Estatística Em 1938, era o seu nome escolhido, por aclamação unânime da Junta Executiva Central daquele Conselho, para representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no corpo de consultores técnicos do Conselho de Comércio Exterior, então reorganizado

As publicações de estatística expositiva devidas à atuação do Sr Léo de Affonseca constituem valioso repositório de informes sôbre importantes aspectos da vida brasileira, tais como os do comércio exterior e de cabotagem, movimento marítimo, custo de vida, atividades bancárias, e tantos outros Das estatísticas sôbre êsses assuntos, foi êle ora o iniciador, ora o sistematizador no país, assegurando, ainda, a continuidade dos seus levantamentos e divulgação segundo os melhores critérios técnicos

Iniciada, com a instalação do Instituto, a fase de renovação e reajustamento do nosso aparelho estatístico, o ilustre diretor da Estatística Econômica e Financeira colocou o prestígio de sua autoridade ao serviço de uma das primeiras iniciativas do novo órgão, junto às administrações regionais Como delegado da entidade, foi êle quem propôs ao Govêrno da Baía o plano de reforma do respectivo Departamento de Estatística, em têrmos de assegurar-lhe, como convinha ao seu prestígio e tradição, nesse novo ciclo da estatística brasileira, as melhores condições de eficiência

Com a constituição, em 1938, da Comissão Censitária Nacional, foi o Sr Léo de Affonseca designado para membro do novo órgão deliberativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cujos trabalhos, na planificação do 5 º Recenseamento Geral da República, emprestou uma colaboração das mais valiosas e eficientes, como eficiente e valioso fôra o seu concurso, em fases recuadas de sua especialização profissional, a dois outros empreendimentos de igual natureza: os recenseamentos gerais de 1900 e de 1920 Reorganizada, em Abril dêste ano, a Sociedade Brasileira de Estatística, foi o Sr Léo de Affonseca eleito seu 1 º Vice-Presidente, testemunhando-se mais uma vez, dêsse modo, o justo aprêço em que o teem os profissionais da estatística no Brasil, que nele acatam um dos seus legítimos "leaders", pelas qualidades de ponderação e a fidalguia de maneiras que sempre o distinguiram, fazendo-o aliar, nos postos de chefia, um rígido senso de disciplina aos mais generosos sentimentos de bondade

Toda essa nobre carreira funcional — encerrada em Novembro último com honrosa aposentadoria — demonstra como, no desempenho das mais diversas comissões e de múltiplas e delicadas incumbências, o Sr Léo de Affonseca soube afirmar-se um servidor devotado dos interêsses públicos, sempre animado daquele espírito de boa vontade e senso de cooperação que vinculam o seu nome, através de uma luminosa tradição de competência e lealdade, a longo e expressivo capítulo da história administrativa do país Decano da Estatística Brasileira, esta lhe deve, sem dúvida, inexcedível soma de trabalhos, pela capacidade realizadora e o entusiasmo construtivo com que pôs ao serviço dos seus mais elevados objetivos um longo e fecundo tirocínio profissional, em que as virtudes do idealista se confundiam com as qualidades singulares do realizador A sua obra é, pois, um marco significativo na evolução da estatística brasileira, a que êle deu, durante quatro decênios, a contribuição inestimável de seu alto espírito público

NOÇÕES DE METODOLOGIA

PARTICULARIDADES ATINENTES À DETERMINAÇÃO DA MEDIANA

1. Sabe-se o que significa a MEDIANA de uma sucessão de valores ordenados no sentido crescente ou decrescente, constituindo o que a terminologia italiana denomina uma *graduatória:* é o valor em relação ao qual os têrmos da graduatória ficam separados em dois grupos compostos do mesmo número de elementos e que coincide com um dos têrmos da sucessão,— o central—, se o número dêstes for ímpar ou é considerado compreendido entre dois deles, o último da primeira metade e o primeiro da segunda, se par for o seu número.

Em qualquer caso, a *posição da mediana na série, P,* é determinada tomando-se "a metade do número de têrmos da graduatória, aumentado de uma unidade".

Assim, na graduatória de *sete* têrmos

$$7 — 12 — 18 — \mathit{23} — 37 — 42 — 50$$

a mediana é o *quarto têrmo, 23,* pois

$$P = \frac{7+1}{2} = 4$$

e, na graduatória de *seis* têrmos

$$7 — 12 — \mathit{18} — \mathit{23} — 37 — 42$$

a mediana é um *valor intermediário* entre o *terceiro têrmo, 18* e o *quarto, 23,* porque

$$3 < \frac{6+1}{2} < 4 \text{ ou } P = 3\,{}^1\!/_2$$

2. Nas distribuições de frequência por classes, fixada a *posição da mediana na série* pela forma acima, a *classe mediana* é, como se sabe, aquela que corresponde à menor das frequências acumuladas, superior ao número *P,* indicador da *posição da mediana na série.* Para calcular, então, qual o valor compreendido nessa classe a ser adotado como expressão da *mediana,* admite-se uma das duas hipóteses seguintes:

a) a da *coincidência de todos os valores* compreendidos na classe mediana com o seu *valor central,* tomado, assim, como valor da mediana, em primeira aproximação, (*hipótese do mínimo de diversidade na classe*);

b) a da *distribuição uniforme do intervalo* da classe mediana pelos têrmos nela compreendidos, (hipótese do *máximo de diversidade na classe*), admitindo-se, então, que tais têrmos, todos distintos entre si, se sucedem segundo uma progressão aritmética intercalada entre os limites da classe mediana, com razão igual ao quociente do seu intervalo pela respectiva frequência.

Nesta segunda hipótese, o valor da mediana dependerá da *posição p,* que ela ocupar em tal classe, determinada pela ordem correspondente à diferença entre o número *P,* indicador da sua *posição na série,* e a *maior frequência acumulada, Fa, contida em P,* isto é,

$$p = P - Fa$$

3. Tornam-se a êste respeito procedentes algumas considerações a propósito da marcha de cálculo indicada usualmente nos compêndios e que se pode resumir na fórmula

$$\text{Mediana} = l + \frac{h}{f} \times p,$$

em que

l = limite inferior da classe mediana;
h = o seu intervalo
f = a sua frequência
p = posição da mediana na respectiva classe.

Tal fórmula, efetivamente, *exclue da classe mediana o seu limite inferior,* contrariando, assim normas correntes de classificação, que se não podem perder de vista, sobretudo quando a *continuidade do atributo graduado* de todo justifica, na indicação das classes de frequência, se encontre repetido o *limite superior* de cada uma no *limite inferior* da seguinte, mediante a convenção de que *nenhum têrmo corresponde àquele limite superior na primeira das duas classes consecutivas,* sendo êle justamente um valor possível do têrmo inicial da segunda. Indicar as classes sem essa repetição é, aliás, no fundo substituir o *histograma* de *frequências* por um *diagrama* em *barras.*

4. Para evitar a contradição assinalada, bastaria, na fórmula usual acima transcrita, substituir o fator *p* pelo fator *p* — 1, dando-lhe a forma

$$\text{Mediana} = l + \frac{h}{f}(p - 1),$$

pois dêsse modo o *limite inferior da classe mediana* coincidiria com o primeiro têrmo

da progressão aritmética resultante da distribuição uniforme do intervalo da classe mediana entre os têrmos nela compreendidos

O autor americano King, entretanto, mantendo um critério intermediário, prefere atribuir à fórmula de determinação da mediana o aspecto

$$\text{Mediana} = l + \frac{h}{f}\left(p - \frac{1}{2}\right)$$

Esta é, aliás, a única fórmula que, no caso das distribuições rigorosamente simétricas, fornece, para a mediana, exatamente o *valor central da classe,* como o exigem as condições teóricas do caso.

5. A título de ilustração das presentes considerações, admitamos os seguintes dados:
classe mediana: 20 — 24
frequência da classe mediana: $f = 8$
posição da mediana na respectiva classe: $p = 5$

A razão da progressão aritmética correspondente à distribuição uniforme do intervalo de classe, $h = 24 - 20$, entre as $f = 8$ unidades da frequência seria:

$$r = \frac{24 - 20}{8} = \frac{4}{8} = \frac{1}{2}$$

Daí a progressão de distribuição dos têrmos compreendidos na classe mediana, a seguir figurada com a posição dos valores da mediana, 5 º têrmo da classe, relativos a cada uma das três fórmulas examinadas:

PROGRESSÃO: *20* – 20½ – 21 – 21½ – 22 – 22½ – 23 – 23½ – *24*
Fórmula usual: – 1º. – 2º.– 3º. – 4º.– 5º – 6º.– 7º. – 8º.
Fórmula adaptada: 1º.– 2º. – 3º.– 4º. – 5º.– 6º. – 7º.– 8.º –
Fórmula de King: 1º. – 2º. – 3º. – 4º. – 5º. – 6.º – 7º. – 8º.

Valor da mediana
- *Fórmula usual:* 22½
- » *adaptada:* 22
- » *de King:* 22¼ (entre 22 e 22½)

6. Concluindo e resumindo: no cálculo do valor da mediana, pode-se admitir qualquer uma das três fórmulas examinadas, das quais, entretanto, a mais aconselhável é, sem dúvida, a de King, já porque atende a quaisquer convenções adotadas na indicação das classes de frequência, já porque é a única que fornece, para a mediana, um valor exatamente coincidente com o valor central da classe mediana, no caso das distribuições simétricas.

Individualmente, tem cada uma delas um sentido peculiar, consoante a seguir assinalado:

a) a fórmula usual corresponde a considerar excluído da classe mediana o seu limite inferior e nela incluído o superior;

b) a fórmula adaptada corresponde a considerar incluído na classe mediana o seu limite inferior e dela excluído o superior;

c) a fórmula de King corresponde a considerar ambos os limites excluídos da classe mediana, cujos têrmos coincidem com os *valores centrais* entre os têrmos da progressão aritmética de distribuição uniforme do intervalo

O Alexandei de Morais

BREVE NOTÍCIA SÔBRE A ESTATÍSTICA COMERCIAL BRASILEIRA

A recomposição cronologicamente encadeada dos vários serviços de estatística comercial até hoje ensaiados e mantidos no Brasil não deixa de ser tarefa positivamente vasta; ainda quando o que se pretenda não passe de um simples escôrço, como no caso presente Porque, mesmo limitando-se o trabalho às proporções mínimas de um ementário dos atos oficiais relacionados com a matéria, forçoso seria recuar em pesquisas até muito antes de nossa emancipação política

Não é exagerada a afirmativa, visto que desde os primeiros tempos da nossa vida colonial volveram-se para as terras de Santa Cruz os olhares ávidos de várias nações européias, à notícia dos vastos recursos econômicos aquí encontradiços Bem cedo a exploração dessas possibilidades se fazia sentir poderosamente na vida da Metrópole, mesmo ao tempo em que a ganância das autoridades coloniais, gerando discórdias, fazia seguir para o Reino "mais queixas do que caixas . " Mas a verdade é que nenhum movimento de real proveito para expandir as fôrças econômicas do Brasil se processou inteligentemente antes do período pombalino O famoso ministro de D. José I, cujo nome se ligou tão intimamente a notáveis empreendimentos político-administrativos, fez — na opinião de abalizado economista patrício — "mais do que até então tinham feito ao comércio do Brasil todos os governos de Portugal", com o permitir aos armadores e comerciantes brasileiros levassem até mais longe suas atividades

Daí até que *Portugal levantasse a sua voz do seio do novo Império,* muito teria havido que registrar e pôr em confronto, no que respeita ao comércio do Brasil, ampliando-se mais ainda quando, explorando argutamente circunstâncias ocasionais, José da Silva Lisboa obteve do Príncipe Regente a assinatura da alforria econômica da grande colônia

De então por diante, até ingressar o Brasil no rol das nações politicamente autônomas, não teriam faltado tentativas para se fazer um inventário periódico e frequente das suas possibilidades e realidades; sem dúvida, teem o mérito de fontes insuspeitas, por exemplo, os livros de registro dos dízimos, na capitania das Minas Gerais O que se não poderia conseguir, com apoio em documentos dignos de fé, eram estatísticas completas das atividades econômicas dessa época, quer na colônia, quer na Metrópole

Para essa afirmativa tão categórica basta que nos apadrinhemos com a palavra autorizada de Pereira da Silva, autor da *História da Fundação do Império Brasileiro* Êsse percuciente investigador da vida brasileira confessa que "não é possível ao historiador mais pertinaz e ansioso de descobrir documentos a respeito da estatística de então, apanhar os dados completos que se refiram a tôdas as capitanias"

Do período colonial à abdicação Nem por isso se pode dizer que não haja estatísticas do comércio brasileiro, dignas de crédito pelas suas fontes, referentes a um período bastante longo e recuado da vida colonial do país Naturalmente essas estatísticas seriam feitas em conjunto com as de Portugal, tão certa era então a impossibilidade de comércio legal da colônia, senão por intermédio dos navios e portos da metrópole A mais citada autoridade no assunto é, incontestavelmente, Adriano Balbi, cujos trabalhos estatísticos sôbre Portugal e suas colônias são mencionados sempre como os mais antigos, entre os perfeitos que se possam encontrar O seu *Ensaio Estatístico* é, mesmo, considerado como o primeiro documentário digno de fé a respeito do comércio, da indústria e da navegação de Portugal e seus domínios, visto que alguns algarismos esparsos, surgidos em obras de pesquisadores como Eberling, Murphy e outros, pecam pela descontinuidade e pela precária autoridade das fontes apontadas A rigor, o *Ensaio Econômico sôbre o Comércio de Portugal e suas colônias*, publicado em 1794 por D José de Azeredo Coutinho, não representa senão uma série de apreciações sôbre as vantagens que da descoberta cabralina poderia tirar o Reino, assinalando que "a América é um terreno abundantíssimo; o Brasil é o mais abundante da América"

Parece-nos, portanto, razoável tomar como ponto de partida para a história dos ensaios sôbre nossa estatística comercial êsse trabalho do economista veneziano, ao seu tempo uma das figuras máximas em assuntos dessa natureza Certo é que a dificuldade em obter dados minuciosos sôbre cada capitania, impediu Balbi de organizar mais detalhados mapas estatísticos do comércio brasileiro nesse tempo, todo êle "feito por intermédio de Portugal, que nisso obtinha um lucro enorme" Dada essa circunstância, conhecer-se o montante das relações comerciais do Brasil com Portugal era ter o total do comércio brasileiro

A impossibilidade, já apontada, de se fazer uma série completa dêsse intercâmbio, levou Balbi ao alvitre de tomar como pontos de referência para um estudo comparativo os anos de 1796, 1808 e 1819, exercícios dos quais conseguiu detalhar os aspectos de maior interêsse, inclusive para cada capitania. Não

obstante, o quadro quasi completo dos totais desse comércio no período de 1795 a 1820 aparece à pág 422 do livro citado

Dir-se-à, com alguma razão, que essa não é uma estatística oficial Mas, não há rejeitar o trabalho conciencioso do estatístico italiano, pois que organizações incumbidas de tais serviços ainda não as havia em Portugal E os elementos — êle o afirma — lhe foram fornecidos pela boa vontade dos Ministros de Estado, sendo suas estatísticas consideradas altamente idôneas

Outro estrangeiro integrado na vida lusitana — Jacome Ratton — declara ter feito, em 1788, uma tentativa para adoção dos mapas estatísticos; mas o seu projeto fôra julgado "impraticável por falta de luzes dos magistrados" (*Recordaçoens* — pág. 87). Por isso a primeira repartição oficial de estatística surgida em Portugal — segundo Maurice Block — data de 1857 e teve, por sinal, vida efêmera, em virtude de se haver mudado, logo após, o Ministério.

E' interessante acentuar, aquí, o fato de se haver o Brasil antecipado a Portugal nesse assunto, uma vez que, sem falar nas tentativas de menor relêvo, pode-se apontar o ano de 1828 como o em que primeiro se cogitou de organizar um serviço oficial de estatística Por atender a recomendações nesse sentido, com um trabalho que serviu de modêlo para outros da mesma natureza, o estatístico baiano Manuel Maria do Amaral foi agraciado com a alta honraria do Hábito da Ordem de Cristo, segundo Resolução datada de 25 de Setembro de 1829.

E seguro, então, de que não era tão despropositado o seu pedido (como antes o fizeram supor alguns dos seus áulicos), determinou o Imperador se estendesse a outras capitanias de maior importância o interessante inquérito feito na Baía, como se vê do seguinte Ato:

> « Sua Magestade o Imperador, attendendo ao prestimo e intelligencia de Vm , Ha por bem Encarregal-o da organização da Estatística financial da Provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul, deixando á sua discrição a escolha do methodo pelo qual consiga indicar com a possivel exatidão, e clareza: 1 ° o produto annual de cada uma das contribuições, que constituem a renda publica dessa provincia: 2 ° a despeza annual de sua arrecadação; 3 ° a soma de sua divida activa, e passiva; 4 ° a quantidade, e valor annual de cada um dos seus principais produtos e de sua exportação em geral; 5 ° a quantidade e valor annual dos generos importados nella, assim do extrangeiro, como das outras provincias do Imperio, sendo todos esses artigos em referencia ás seguintes épocas: 1.° anterior á mudança da séde da Monarchia Portugueza para o Brazil, 2 ° posterior á franqueza dos portos do Brasil, e 3 ° posterior á Independencia do Imperio, podendo Vm, acrescentar demais, á vista da historia particular, e das circunstancias locaes da mesma provincia, tudo quanto julgar digno de nota, e connexo com o proposto plano da Estatistica E para que este trabalho se lhe facilite, Manda igualmente expedir nesta ocasião ordem á Junta da Fazenda respectiva para lhe fornecer todos os esclarecimentos, e auxilios de que Vm. necessitar inclusivamente o de um ou dous Amanuenses que ficarão ás suas ordens O que lhe participo para seu conhecimento e execução
>
> Deus guarde a Vm — Paço, 30 de Setembro de 1829 (a) — *Miguel Calmon du Pin e Almeida* — Sr José Pedro Cezar
>
> Outras identicas a João Gonçalves da Silva para a Estatistica de Pernbuco, e a Manoel José Monteiro de Barros para a de Minas »

Os acontecimentos políticos desenrolados nessa época, tendo como desfêcho a abdicação do primeiro monarca brasileiro, dificultaram bastante o ritmo da vida administrativa nacional Não surpreende, pois, que a efetivação de medidas assim interessantes ficasse comprometida irremediavelmente pela atmosfera de intranquilidade reinante em todos os sectores Êsse primeiro ensaio de organização da estatística brasileira teve, assim, o desfêcho prosaico das idéias grandiosas semeadas em terreno e tempo ingratos.

E mais de dez anos se passaram sem que novamente se registrasse um movimento, um gesto ou um ato tão significativo relacionado com a instituição de qualquer serviço estatístico no país

Uma oportuna exigência parlamentar Na sessão legislativa de 2 de Agosto de 1845, o deputado Francisco de Sousa Martins apresentou à mesa um requerimento para que fôsse exigida do Ministro da Fazenda a apresentação, na legislatura seguinte, de quadros completos do movimento comercial brasileiro nos dez anos imediatamente anteriores. Recebendo a requisição legislativa, datada de 16 do mês citado, o Ministro Holanda Cavalcanti dá-se pressa em atendê-la. Assim é que por Ato de 26 dêsse mesmo mês foi criada a Comissão incumbida de atender às determinações da Câmara, tendo como chefe Eusébio Severino Correia Lobão, a quem ficava o direito de escolher, entre os adidos da Contadoria de Revisão, os empregados em número suficiente para dar pronta a tarefa no estipulado prazo de um semestre

Depois do exhaustivo trabalho de buscas e confrontos nos arquivos das repartições de Fazenda, evidenciou-se aos olhos do Chefe da Comissão a impossibilidade de se reconstituir o movimento comercial brasileiro referente aos exercícios anteriores ao de 1839/40, pela falta de documentos bastantes. Daí por diante, embora com esfôrço que bem se pode avaliar ao saber que os documentos não eram

classificados, mas sim amontoados nos arquivos, a recomposição poderia ser feita sem eiva de falsidade dos documentos básicos.

Mas outra dificuldade entravaria, por algum tempo ainda, a tarefa da comissão: o escasso número de funcionários com que podia contar. Ainda qme prometida a recompensa de uma gratificação especial de 25$ para os serventuários que tomassem parte em tal serviço, poucos teriam sido os que permaneceram tanto tempo nele que chegassem a merecer êsse prêmio duplicado por se mostrarem "assíduos, trabalhadores e inteligentes no trabalho", como rezavam os dispositivos legais

Iniciando seus serviços um mês depois de criada, a Comissão de Estatística dispunha então de quatro funcionários, número que, tendo se elevado a uma dúzia em 25 de Outubro, baixou a três no extenso período de 15 de Dezembro a 16 de Março seguinte. Um desfalque nos cofres da Tesouraria concorrera também para desfalcar a Comissão de muitos dos seus elementos, que foram cobrir os claros abertos com a suspensão dos implicados no fato delituoso

Mesmo assim, com tantos fatores adversos conspirando contra seus propósitos, não sentiu Eusébio Lobão diminuir o entusiasmo com que se atirara ao trabalho nem arrefecer o ânimo para prosseguir na elaboração de um serviço de tão alto sentido para a administração Apenas, verificada a impraticabilidade da conclusão dos mapas dentro do exíguo prazo preestabelecido, pediu um adiamento razoável da data de entrega, justificando essa providência em circunstanciados memoriais

Tomando como primeiro cuidado, após a separação dos documentos, a classificação das mercadorias, realizou aí a Comissão o seu primeiro trabalho de vulto, cujo mérito se amplia ao considerarmos que se tratava de um serviço quasi desconhecido da maioria dos executantes. E persistindo nos seus esforços, conseguiu a Comissão apresentar os primeiros mapas oficiais da estatística comercial brasileira à 2ª sessão legislativa do ano seguinte.

Êsses mapas incluíam todo o movimento do comércio exterior do Brasil desde o exercício de 1839/40 até o de 1844/45 inclusive. Mas não se interromperam aí as atividades da Comissão; prosseguiu ela na valiosa tarefa a que dera início, empenhando-se em melhorar, cada vez mais, os mapas, enriquecendo-os de detalhes, já agora permitidos pela maior cópia dos elementos Isso, entretanto, não impediu que fôsse ela ameaçada de dissolução pelo Ministro Limpo de Abreu, muito embora o relatório do seu antecessor proclamar que Eusébio Severino Correia Lobão e seus companheiros "cumpriram seu dever tanto quanto era compatível".

Veio, porém, a reforma das repartições de Fazenda, determinada pelo Decreto de 20 de Novembro de 1850, e ainda encontrou a Comissão entregue aos seus trabalhos, já agora sem a assistência inteligente e dedicada de seu primeiro dirigente, falecido pouco antes Criada então a Diretoria Geral das Rendas Públicas, foi transferida a essa repartição a incumbência de organizar a estatística do comércio exterior brasileiro, aproveitando os modelos e normas estatuídos pela Comissão, assim automaticamente dissolvida

Nomeado diretor do novo departamento fazendário, Herculano Ferreira Pena demonstra imediatamente compreender o valor do serviço de estatística que fôra incluído entre as responsabilidades da sua Diretoria. Tanto assim que reclama do Govêrno providências práticas que lhe permitam atualizar os quadros que deveria apresentar anualmente à Assembléia, por intermédio do Ministro. Êsses reclamos tiveram que ser varias vêzes repetidos, por desatendidos sempre, continuando aquela situação de angustiosa carência de funcionários a impossibilitar a pronta organização e divulgação dos quadros. Embora sem ver atendidas as suas justas pretensões, não só quanto ao número de serventuários, mas também quanto à melhoria dos meios de coleta e apuração, não interrompeu Herculano Pena a execução dos trabalhos estatísticos, até porque essa era uma das obrigações primordiais da sua Diretoria, conforme o artigo 16, § 3º do Decreto que a criara. Aperfeiçoando os modelos com o propósito de facilitar a obtenção dos elementos indispensáveis nas repartições provinciais, consegue êle publicar a série ininterrupta das cifras referentes ao comércio exterior brasileiro até o exercício financeiro de 1853/1854.

Pouco tempo depois, já o diretor geral das Rendas é, porém, forçado a reconhecer e deplorar, em documento público (Relatório de 1852) não se poder confiar em "que os algarismos mencionados representem fielmente a noção do que se busca".

Mesmo assim, em Maio de 1853 estava concluída a impressão dos mapas relativos ao ano de 1846/47 e já no prelo os de 1847/48, enquanto se organizavam os de 1848/49 A êsse tempo, o diretor Herculano Pena, nomeado presidente da Província do Amazonas, fôra substituído na chefia do serviço por Antônio de Sampaio Viana, que teve de ceder à Comissão Revisora da Tarifa os mapas parciais das Alfândegas e Mesas de Consulados, o que concorreu para mais ainda retardar a publicação da estatística comercial

Apreciando o ingente esfôrço dos funcionários encarregados da organização dos quadros estatísticos, ainda insuficiente para vencer todos os óbices que conspiravam contra êsse serviço, o Ministro Marquês de Paraná sugeriu à Câmara, em seu Relatório de 1855, a criação de mais uma secção na Diretoria das Rendas, tendo por "*encargo único e exclusivo o preparo e organização da estatística comercial do Império*".

Mas não foi atendida sugestão assim oportuna e útil, conforme se depreende do Relatório do ano seguinte, onde se lê:

« A estatística de nossa navegação e comércio achar-se-ia em dia, se não

> fôra o atraso em que caíram os respectivos mapas, já pela necessidade de empregados em número suficiente para êsse serviço, e já pela tardança na remessa dos das Províncias, muitas vêzes embaraçadas em sua regular e pronta organização pela carência de pessoal bastante e habilitado »

Para obviar o inconveniente do atraso por parte das repartições provinciais, baixou o Ministro da Fazenda instruções para que fôssem remetidos trimestralmente à Diretoria das Rendas os mapas da importação, exportação e navegação de cada província

Quasi uma dezena de imediatos sucessores do Marquês de Paraná — de João Maurício Vanderlei ao Visconde de Itaboraí — não conseguiu dar ao serviço de estatística comercial melhores condições de desenvolvimento Não que deixassem êsses titulares de repetidamente encarecer a necessidade de ser êle convenientemente aparelhado para dar cumprimento às suas relevantes tarefas; mas pelo nenhum eco favorável que tais apelos encontraram no seio da Assembléia

Apenas alguns ligeiros sinais de interêsse se fizeram notados a partir de 1860, quando o Regulamento de 19 de Setembro determinou, taxativamente, que fôsse feita a coordenação dos mapas estatísticos do movimento comercial brasileiro, incumbindo à Alfândega da Côrte essa responsabilidade Estabelecendo as normas para a execução dêsse Regulamento, foram baixadas as "Instruções" de 5 de Outubro seguinte, em que se recomendava a enumeração de todos os gêneros exportados, classificados em grupos ou categorias, bem como a elaboração de mapas por onde fôsse possível conhecer o movimento de entradas e saídas de embarcações nos portos principais do país

Apesar dessas providências, não se preocupou o poder legislativo com o aparelhamento da repartição, de molde a dar-lhe pessoal habilitado e suficiente para o desempenho dêsses novos encargos, sem prejuízo das obrigações outras, já de si vultosas, que sôbre a mesma pesavam Perdurou essa situação por meia dúzia de anos, com inevitável prejuízo para o bom andamento dos serviços em causa, pois que somente em Abril de 1866, por Aviso n º 141, se criou na mencionada Alfândega uma comissão especial incumbida de elaborar os mapas estatísticos.

Essa, entretanto, foi uma criação de vida precária, pois que, ainda no mesmo ano, outro Aviso, datado de 27 de Outubro, determinava sua dissolução, sem que outra qualquer medida viesse concorrer para o prosseguimento dos trabalhos estatísticos assim sumariamente extintos.

As continuadas mudanças de subordinação administrativa e, consequentemente, de orientação no desenvolvimento dos serviços teriam que provocar, por certo, o retardamento nos benefícios que se buscavam Embora cada providência nova, cada reforma se firmasse nos consideranda de melhorá-la, a estatística do nosso comércio não experimentava progresso digno de nota, agravando-se o atraso lastimável das nossas publicações de estatística comercial Êsse era um dos pontos insistentemente frisados nos relatórios anuais dos ministros, quasi sempre salientando o inconveniente da instabilidade dos funcionários incumbidos de tal serviço, em sua maioria adidos e sem as habilitações especiais requeridas pela natureza da tarefa.

A insistência dessas observações ministeriais influiu para que fôsse promulgada a Lei n º 1 507, de 26 de Setembro de 1867, que autorizava a reforma das repartições de Fazenda Um dos efeitos imediatos dessa reforma, efetivada pelo Decreto 4 175, de 6 de Maio de 1868, foi se transferir novamente à Diretoria das Rendas a elaboração dos trabalhos estatísticos então a cargo da Alfândega. Essa transferência, todavia, ficou sendo letra morta, pois o novo dispositivo legal não teve execução prática, ficando completamente paralisada qualquer atividade relativa ao assunto E logo em Fevereiro do ano seguinte, a Ordem n º 51 mandava que a Alfândega do Rio de Janeiro continuasse a execução dos seus trabalhos estatísticos No seu relatório dêsse ano, o Ministro Visconde de Itaboraí explica os motivos dessa deliberação, sugerida pelo próprio Diretor das Rendas Públicas: a organização dos mapas estatísticos pelos manifestos e despachos aduaneiros indicava a Alfândega como a repartição onde melhor e mais prontamente se poderia executá-los. Voltava ainda o ministro a chamar a atenção dos legisladores:

> « E', porém, forçoso melhorar esta parte do serviço, de modo que possamos publicar anualmente, com exatidão indispensável em tais documentos, a estatística do ano anterior »

Como lhe parecesse que essa advertência teria a mesma sorte das anteriormente feitas à Câmara dos Deputados, resolveu o Visconde de Itaboraí tomar uma deliberação mais positiva, que se concretizou no Ato de 13 de Janeiro de 1870, pelo qual foi criada a Comissão Especial de Estatística do Ministério da Fazenda, cuja direção foi entregue a Sebastião Ferreira Soares, funcionário de largos conhecimentos a respeito de economia e estatística

Bacharel em ciências físicas e matemáticas, Sebastião Soares já se distinguira pela sua atuação no Exército e por sua decidida propensão para o estudo das finanças e especialmente da estatística, tornando-se mais tarde, ao se integrar no quadro funcional da Fazenda, uma figura de marcado valor pelos seus trabalhos sôbre economia

De que fôra bem escolhido o dirigente da comissão tinha-se, em breve, provas as mais positivas Antes de concluído um trimestre de sua criação já o novo órgão encaminhava às repartições fiscais das Províncias, exemplares da nomenclatura e modelos dos mapas estabelecidos para a organização racional do serviço (Circular n.º 6, de 23/3/70).

Alguns meses depois, a Lei n° 1 829, de 9 de Setembro seguinte, mandava proceder ao recenseamento da população do Império, ato que Bernardino de Campos considera o primeiro, na história da estatística regular do Brasil Não havia, porém, ao tempo em que foi promulgada essa lei, um órgão administrativo ao qual se entregasse o controle da grande operação censitaria então pretendida Urgia criar êsse aparelho orientador, em condições de levar a cabo o vultoso e utilíssimo empreendimento Foi, por isso, organizada a Diretoria Geral de Estatística, pelo Decreto 4.676, de 14 de Janeiro de 1871, com a função capital de superintender a execução do recenseamento.

Pelos têrmos do Decreto, devia tal repartição se incumbir exclusivamente dos trabalhos do recenseamento geral do país, cuja extensão já de si bastava para absorver as atenções e energias do seu corpo funcional. Não tinha, pois, nenhuma relação administrativa com a Comissão de Estatística do Tesouro; mas foi o chefe desta última, por seus reconhecidos conhecimentos da matéria, diversas vêzes chamado a opinar sôbre assuntos pertinentes à especialidade estatística, como elaboração de mapas, organização de questionários, além de várias outras questões de técnica estatística, nas quais era altamente versado, conforme deu repetidamente provas irrecusáveis

As atividades da Comissão só se iniciaram verdadeiramente, quanto à feitura dos mapas que lhe competia apresentar, em Dezembro do ano seguinte. Até aí, a falta de informações imprescindíveis, solicitadas às diversas Alfândegas do Império, havia impedido fôssem encetados os trabalhos, cuja extensão se tornara extraordinária, em vista do atraso dessas publicações

Mas a situação dos funcionários que integravam essa nova Comissão de Estatística era idêntica à da primeira e provocava os mesmos inconvenientes já repetidamente arguídos pelos Ministros da Fazenda, quando abordavam a questão Sem um quadro de serventuários exclusivamente seus, mas sim composto de adidos, sujeitos a remoções frequentes, a Comissão dificilmente podia alcançar êxito capaz de encher de entusiasmo o seu dirigente. O que se não pode dizer, também, sem grave ofensa à justiça, é que se deixasse êle vencer pelo desânimo Contando com uma dúzia de elementos, buscou formar na Comissão um ambiente de confiança de que participassem todos aqueles que a compunham, ao tempo em que procurava ir mostrando os ensinamentos utilíssimos que a Estatística proporciona, principalmente quando bem ajustada sua aplicação aos negócios públicos Graças a isso, conseguiu formar um núcleo, reduzido embora, de funcionários que se dedicaram ao estudo da Estatística e se empregaram com o maior carinho ao trabalho interessante que lhes incumbia.

Para o vulto da emprêsa, entretanto, eram poucos os obreiros disponíveis, circunstância a miúde agravada com as designações, para outros postos, de funcionários que se iam tornando mais familiarizados com o serviço. Repetidamente foi o titular da pasta da Fazenda cientificado das dificuldades que êsse estado de cousas vinha causando à marcha das atividades da Comissão, e nos seus relatórios, o Visconde do Rio Branco, fazendo sentir a grande importância dos trabalhos em causa, salientava a inadiável necessidade de serem designados "empregados que exclusivamente e assiduamente, se ocupem com os trabalhos de estatística".

Por fôrça de todos os tropeços já mencionados é que somente quatro anos depois de ter sido organizada conseguiu a Comissão dar publicidade aos seus primeiros trabalhos, representados pelos mapas da estatística do comércio marítimo do país, no exercício financeiro de 1869/70. Essa primeira demonstração de operosidade útil, valeu a Sebastião Ferreira Soares e seus escassos companheiros as mais elogiosas referências, não só dos seus superiores hierárquicos, como de pessoas alheias à administração pública. E foi tal a impressão causada por êsse trabalho — "o mais completo dêsse gênero até então executado", no dizer do Barão d'Ourém — que o Ministro Rio Branco novamente pleiteia a fixação de um quadro para a Secção de Estatística, aproveitando-se os elementos que estavam demonstrando tanto gôsto pelo serviço E argumenta que, depois de se conseguir ver a estatística comercial brasileira alcançar um lugar destacado "na ordem dos trabalhos mais dignos de atenção, importa não deixá-la cair de novo em abandono" (Relatório de 1874)

Passou-se, porém, muito tempo antes que a Assembléia se dignasse encarar o assunto com o carinho que ao mesmo era preciso dispensar. Tanto assim que Silva Paranhos deixou o Ministério sem conseguir fôsse vencedora a sua idéia, inegavelmente meritória. Era ainda a mesma situação da Estatística Comercial quando assumiu a pasta da Fazenda o Barão de Cotegipe; no que se refere, todavia, ao número de funcionários, tinha havido modificação para pior Desde havia dois anos, contava a Comissão exclusivamente com três elementos, número irrisório para a amplitude do serviço, que, mesmo claudicante por fôrça de tais circunstâncias, não se interrompera

Surpreendido o Ministro com a verificação de que fôsse entregue a tão poucas pessoas incumbência tão complexa e trabalhosa, volta a se dirigir à Câmara, pedindo providências imediatas e eficientes. Em seu Relatório de 1877 renova Cotegipe a idéia do seu antecessor, propondo à Assembléia seja organizada, em caráter efetivo, uma Comissão de Estatística Financeira, com um quadro de nove funcionários, inclusive o operoso chefe do serviço E acrescentava, justificando as considerações em que se apoiava seu projeto, que era lamentável a situação do Brasil, a respeito de assunto tão relevante para o conhecimento do país, pois nas condições existentes jámais poderia apresentar estatísticas atualizadas do seu comércio, "como o fazem, anualmente, países menos providos de recursos".

Mas a argumentação do Ministro não chegou a convencer os "augustos representantes da Nação" Aquela e outras questões interessantes não foram atendidas ou siquer discutidas no decorrer da primeira sessão dessa Legislatura Insistiu o Barão na urgência de ser dada uma solução ao caso, encarecendo a "necessidade de dar pessoal fixo à Comissão de Estatística"

Seja pela pertinácia do Ministro, seja por terem os membros da Assembléia tomado melhor conhecimento da matéria em questão, o fato é que ainda nessa legislatura se criou, finalmente, a primeira repartição de estatística do Ministério da Fazenda, com pessoal próprio, de acôrdo com o art. 17 da Lei 2 792, de 20 de Outubro de 1877 Isso, entretanto, não significa entrasse logo a funcionar o novo órgão, nas condições previstas em lei Entre as disposições que custaram a ser cumpridas, estava a da elaboração de um regulamento para a nova repartição, trabalho êsse que demorou meia dúzia de anos para ser concluído.

Nesse interregno, contudo, a Comissão de Estatística não interrompeu os seus trabalhos, dando à publicidade as coleções de mapas referentes aos exercícios de 1870 a 1876, além dos quadros circunstanciados que acompanhavam os relatórios do Ministério da Fazenda Foi ainda nesse período que Sebastião Ferreira Soares publicou a sua interessantíssima *Introdução retrospectiva à Estatística do Comércio Marítimo do Brasil,* em que lançou as bases reais da estatística comercial brasileira

Ainda há que assinalar, de referência a êsse período, a promulgação da Lei n º 2 940, de 31 de Outubro de 1879, cujo art 8 º, parágrafo único, recomendava fôsse instalada a Repartição criada dois anos antes Essa determinação "não foi porém ainda levada a efeito" — dizia o Ministro José Antônio Saraiva, em seu Relatório de 1882 — por haver dúvida sôbre se devia ou não se anexar ao novo departamento a Secção de Estatística a que ficara reduzida a Diretoria Geral de Estatística da Secretaria do Império, extinta pelo art 2 º parágrafo único da mencionada Lei n º 2 940

Note-se, entretanto, que o Decreto 8 341, de 17 de Dezembro de 1881, dissipara todas as dúvidas porventura existentes sôbre tal ponto, de vez que reorganizara o Serviço de Estatística da Secretaria do Império, inteiramente livre de qualquer subordinação à nova repartição criada no Ministério da Fazenda

Após numerosas e sempre inócuas tentativas para melhoria do serviço de estatística comercial, que continuava a ser feito pela Comissão chefiada por Ferreira Soares, ora com três, ora com quatro empregados, surgiu, finalmente, o Regulamento de que dependia a instalação definitiva da Repartição Especial de Estatística O Decreto 9 199, de 3 de Maio de 1884, baixou o mencionado regulamento, no qual a repartição toma a denominação de Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Fazenda e se estabelece o seu quadro efetivo O Diretor nomeado na mesma data, por decreto do Imperador, como recomendava o Regulamento, foi o Dr Sebastião Ferreira Soares, ato cuja justiça não se precisa encarecer Os demais funcionários tinham de ser escolhidos pelo Ministro dentre os das repartições fazendáàrias, sem perda dos direitos à promoção e - aposentadoria Estabelecia ainda o Regulamento que a subordinação da Diretoria de Estatística seria diretamente ao Ministro da Fazenda, muito embora a Lei 2 792 permitisse sua agregação à Diretoria das Rendas Públicas

Em 1884, o Ministro Lafaiete Rodrigues Pereira, numa resenha do quanto se tinha feito até então pela criação definitiva de um serviço regular de Estatística no Ministério da Fazenda, diz: "Após numerosas dificuldades, entre as quais avultava a instabilidade dos poucos empregados coadjuvantes, conseguiu (refere-se a Sebastião Ferreira Soares) concluir as estatísticas de 1869–1870 até 1875–1876, achando-se quasi terminada a de 1876–1877, formando quarenta e quatro grossos volumes, dos quais apenas a Tipografia Nacional, atarefada como se tem achado, imprimiu 17; sendo o trabalho de organização exclusivamente da lavra do chefe, que o escreveu todo por sua letra

Não se pode recusar elogio a tanta atividade e laboriosa persistência no desempenho dessa ingrata e árdua tarefa"

Aquela dificuldade que sempre avultou na acidentada trajetória dos serviços estatísticos da Fazenda não desapareceu com a organização dada pelo Decreto 9.199; continuou a se ressentir a repartição da deficiência de pessoal, até porque muito custou a ser feita a nomeação dos serventuários que deveriam, com os antigos membros da Comissão, compor o novo quadro Mas, já em 1885 o Ministro Conselheiro Saraiva elogia os resultados obtidos com a estatística comercial, dizendo ter ela demonstrado muitos fatos que até então eram estudados empiricamente, de onde resultarem conclusões pouco esclarecedoras Essas referências são tanto mais eloquentes quanto os resultados conseguidos ainda decorrem da operosidade dos mesmos serventuários, cujo número continua escasso, não obstante os insistentes pedidos do Diretor para que se nomeiem os funcionários previstos no Regulamento Estava escrito no livro do destino que Sebastião Soares havia de lutar sempre com a falta de pessoal suficiente e habilitado para ajudá-lo na tarefa que lhe caíra sôbre os ombros Os relatórios dos Ministros da Fazenda, de 1885 a 1887, encaminham às Câmaras os seus apelos para que lhe dessem pessoal, afim de evitar o atraso das publicações estatísticas, circunstância que verificada teria o inconveniente de lhes tirar o mérito maior Mas antes que expirasse êsse último ano — aos 5 de Outubro — extinguiu-se a vida daquele devotado e culto servidor do Brasil, de quem disse o Visconde de Taunay ser "um dos mais perseverantes organizadores das boas regras administrativas no Brasil".

Achava-se então a Diretoria com um quadro funcional representado por três auxi-

liares, não obstante o que estavam concluídos até começos do ano seguinte 50 volumes das nossas estatísticas comerciais. O Ministro João Alfredo assim se referia à repartição de estatística: "É para sentir que, apesar do citado Regulamento de 1884, continue em grande atraso êsse serviço por falta de pessoal suficiente e estável".

Outros obstáculos, porém, concorriam para embaraçar o desenvolvimento regular de tão útil e importante organização. O novo diretor ainda não assumira o exercício das respectivas funções; as Instruções de 18 de Fevereiro de 1873 não eram cumpridas pelas repartições no que tange à remessa oportuna de dados completos indispensáveis à confecção dos mapas. Quanto aos dados, ouçamos ainda o Ministro João Alfredo:

"De ordinário tardiamente os remetem, após reiteradas exigências e nem sempre em têrmos de serem aproveitados sem consultas, explicações e reformas, o que tudo importa em novas delongas.

Por êsses motivos, apenas se completou o serviço sôbre o exercício de 1879–1880, constituindo o primeiro decênio das estatísticas do comércio marítimo e da navegação de longo curso e cabotagem A impressão, porém, parou no exercício de 1872--1873, achando-se, porém, na Imprensa Nacional o do exercício de 1873-1874"

Como se vê, foi objeto de cuidados por parte do Ministro João Alfredo o serviço de Estatística Comercial, por êle considerado um dos mais valiosos que a sua Secretaria executava. Entre as providências para obviar os inconvenientes que tanto entravavam a marcha dos trabalhos, tomou êle as seguintes: autorização de correspondência direta entre a Diretoria Geral de Estatística e as Tesourarias, visando evitar o retardamento decorrente do complicado trânsito pelo labirinto dos "canais competentes"; suspensão (por proposta do Diretor) dos trabalhos referentes a épocas mais remotas, adiando-os até quando houvesse pessoal suficiente para fazê-los sem comprometer a atualização dos mais recentes; impressão de modelos dos mapas, afim de garantir a uniformidade desejada e evitar o dispêndio de tempo com o traçado manual; ordem à Diretoria das Rendas para organizar trimestralmente os mapas estatísticos das rendas públicas correspondendo-se, para isso, com a Diretoria Geral de Estatística.

Infelizmente, essas e outras acertadas providências do Conselheiro João Alfredo não tiveram efeito senão por um prazo muito limitado, em virtude de se ter mudado bruscamente o curso dos negócios públicos, por efeito dos acontecimentos históricos desenrolados logo após a abertura das Câmaras, e que se prolongaram numa série de consequências fundamente significativas para a vida nacional, culminando com a mudança do regime governativo

A Estatística Comercial na República

Como sói acontecer em situações que tais, as primeiras providências do movimento vitorioso, em relação aos serviços administrativos, foram tendentes a mudar quanto houvessem feito os dirigentes do regime deposto. Não era para surpreender que as repartições de Fazenda sofressem uma reforma imediata, para aplicação das grandes idéias de que traziam farta bagagem os novos responsáveis pelo Govêrno Infelizmente, a estatística comercial não conseguiu experimentar benefícios com isso, pois nos entusiasmos dos primeiros momentos foi a Diretoria considerada uma superfluidade dispendiosa e, como tal, extinta pelo Decreto n.º 172, de 21 de Janeiro de 1890 Verdade é que pouco antes, em data de dois do mesmo mês, o Decreto n º 113 havia restaurado aquela Diretoria Geral de Estatística que a Lei n.º 2.940 extinguira, na antiga Secretaria do Império, sendo-lhe dado Regulamento com reorganização dos serviços, em data de 2 de Abril dêsse ano Convenhamos, entretanto, em que os resultados dessa providência, não poderiam compensar a eliminação do serviço de estatística comercial e não traziam nenhuma consequência favoravel a êsse ramo da administração. Os trabalhos referentes à estatística do comércio marítimo e da navegação passaram à responsabilidade, mais uma vez, da Diretoria das Rendas Públicas, nos têrmos do Decreto 172, daí resultando a paralisação completa dos ditos trabalhos.

Bem depressa observa o Ministro Rui Barbosa o grave engano em que incidira, e toma providências para remediá-lo, restabelecendo os serviços de estatística comercial anexos a todas as Associações Comerciais; mas insiste em que sejam tomadas medidas severas para que não se vejam êles "transformados em outros tantos achegos para a empregomania que nos cancera"

Ainda dessa vez não andou pela melhor trilha o Ministro da Fazenda do Govêrno Provisório; um ano depois era obrigado a confessar — embora sob a forma hábil de ser exíguo o tempo decorrido para que tivesse uma impressão exata dos resultados — que as Secções de Estatística Comercial não tinham correspondido aos seus desígnios.

Rodrigues Alves é mais incisivo nas suas apreciações a respeito. "Ainda não há trabalho — diz êle em 1892 — que demonstre a utilidade das secções de Estatística anexas às Associações Comerciais". "As que se acham organizadas — continua — debatem-se entre as dificuldades que entorpeceram os serviços de estatística do Ministério da Fazenda e motivaram a extinção da repartição respectiva". Nenhuma medida, entretanto, foi tomada pelo Ministro que assim se externava, no sentido de dar solução satisfatória ao caso debatido Talvez não lhe tivessem dado tempo para estudar e aplicar os planos convenientes tantas agitações politicas que marcaram essa época trepidante da vida brasileira.

Ocupando a pasta da Fazenda, Serzedelo Correia lança suas vistas para os serviços de estatística comercial e declara que o mesmo "não pode deixar de ser organizado em condições de bem corresponder às necessidades da administração". Dando início às reformas que julgava inadiáveis, extinguiu as "secções" anexas às Associações Comerciais, valendo-se da autorização contida na Lei n.º 126-B, de 21 de Novembro de 1892.

No mesmo ano, em 17 de Dezembro, o decreto 1.166 determinava a organização da estatística da importação e exportação, serviço êsse que passa à responsabilidade das alfândegas, de acôrdo com a circular de 4 de Fevereiro de 1893

No ano seguinte, Felisbelo Freire, então ministro da Fazenda, manifesta, no Relatório que apresentou, sua preocupação pela melhoria do serviço de estatística comercial, lastimando que o mesmo tenha chegado a uma condição de menosprêzo por parte dos responsáveis na sua manutenção, ao ponto de se ter a impressão de que para tal serviço só eram designados "empregados que para outro não prestassem" Conclue, entretanto, asseverando que os trabalhos da secção marcham regularmente, apesar da insuficiência do número de empregados

Novamente à frente dos destinos da Secretaria da Fazenda, Rodrigues Alves opina por que se desafogue de tantos trabalhos a Diretoria das Rendas, sobrecarregada com a organização da estatística comercial, devido às reformas pouco antes verificadas Mas essa situação permaneceu até o fim da sua gestão, pois o seu sucessor ainda clamava por uma reorganização na Diretoria das Rendas que lhe permitisse melhor cuidar da elaboração dos mapas estatísticos, "que não faltam e são, entretanto, imprescindíveis, no estudo da Fazenda pública"

Das providências tomadas nessa época, para melhor andamento dos serviços de estatística comercial, deve ser destacada a promulgação do Decreto n º 169, de 25 de Abril de 1891, instituindo o serviço de faturas consulares, destinado à consecução de dados mais positivos e detalhados sôbre as importação brasileiras Como sempre sucedera de referência a quasi todos os decretos de maior importância para a vida da repartição de estatística comercial, o Regulamento dêsse novo serviço retardou-se até fins do mesmo ano, o que não se pode considerar excessivo, em confronto com outros fatos anteriores A 21 de Novembro, o Decreto 684–C é promulgado, mandando seja executado o Regulamento em questão; mas antes que houvesse tempo de se expedir as necessárias instruções aos representantes diplomáticos no Exterior, outro Decreto, sob n º 705, era publicado em 30 de Dezembro do mesmo ano, adiando para 1 º de Maio do ano seguinte a execução do mencionado Regulamento

Não descansa a atividade dos interessados em retardar quanto possível o início dessa nova ordem de cousas; e do seu trabalho resulta a publicação de mais um ato sôbre o assunto, antes de esgotado o prazo da prorrogação acima Êste é o Decreto 805, de 29 de Abril de 1892, modificando o Regulamento, que, ainda assim, não entra logo em execução Quasi dois meses depois, baixa o Ministro a Circular n º 36, de 22 de Junho, determinado que se não processem despachos sem a fatura com a firma reconhecida por autoridade consular, até que entre em vigor o novo Regulamento

Os relatórios do Ministro Bernardino de Campos, nos anos de 1897 e 1898, se ocupam longamente do serviço de estatística econômica, pleiteando a reorganização definitiva do mesmo, em bases que permitissem melhor rendimento e maior utilidade

Nesse sentido, declara o citado Ministro, textualmente: "Como penso em modificar o serviço de estatística, é bem possível que a Diretoria (das Rendas) possa desempenhar os seus deveres sem necessidade de mais pessoal" Não foi possível ao Ministro do govêrno Prudente de Morais realizar êsse grande desiderato, por motivos muito poderosos, a que não foi estranha a influência da falta de apoio decidido por parte do Congresso, que desamparava de meios o titular da Fazenda na efetivação da obra que esboçara Findou-se o quadriênio presidencial e o novo Ministro da Fazenda, ao se dirigir pela primeira vez ao Congresso dizia, com respeito à estatística comercial e às varias tentativas para fazer dela uma realidade proveitosa aos interêsses nacionais: " êsses ensaios tinham forçosamente de restringir-se a quasi nada, atenta a escassez dos meios, diante da enormidade da obra

É, pois, preciso acabar com os ensaios e cometer denodadamente a emprêsa da nossa Estatística"

O início de uma grande realização Já então havia um ponto de apoio mais sólido sôbre que se baseassem as considerações ministeriais contra a grita constante da necessidade de diminuir os gastos com os serviços públicos É que o novo serviço tinha o seu custeio previamente assegurado, pois a nova taxa de Estatística rendera 304:513$207 no exercício financeiro de 1897 e no ano seguinte essa importância fôra superada de 8:000$, aproximadamente

Aliás, já estava criada desde 31 de Dezembro de 1898, data da promulgação da lei orçamentária n º 560 (art 5), uma Secção de Estatística anexa à Junta Comercial, transferida esta para o Ministério da Fazenda, juntamente com a Câmara Sindical criada por Decreto 1.359, de 20 de Abril de 1893, providência tomada sem nenhum onus para os cofres públicos Mas os resultados obtidos não correspondiam, mesmo remotamente, aos objetivos amplos que se tinha em mira, como o compreendia e deixava perceber o próprio ministro ao declarar, em seu relatório, a necessidade de uma verdadeira repartição

A persistente campanha de Bernardino de Campos para que se desse à estatística comercial uma organização condigna encontrou em Joaquim Murtinho um continuador decidido e pertinaz, cuja atuação teve, afinal, o êxito merecido Na lista, não pequena, dos assinaláveis serviços prestados por êsse grande brasileiro a sua pátria pode ser incluído, indubitavelmente, o de ter levado a têrmo êsse trabalho de catequese dos homens do govêrno e das instituições ligadas às atividades econômico-financeiras para que a estatística comercial tivesse um apoio mais decisivo e valioso.

A grande tarefa de Joaquim Murtinho nesse sector foi a de convencer aos responsáveis pela feitura das leis de que o serviço de estatística comercial não representava um luxo administrativo sem utilidade prática, mas sim uma necessidade cujo valor aumentava na proporção do nosso desenvolvimento econômico. Já outros titulares da pasta da Fazenda tinham chamado a atenção dos congressistas para essa grande lacuna dos serviços públicos brasileiros, de que resultava a impossibilidade de cálculos menos precários sôbre determinados aspectos econômicos da vida nacional. Mas os resultados até então obtidos foram muito limitados, na grande maioria dos casos, tanto que a existência do serviço de estatística comercial vinha sendo descontínua e cheia de percalços. De modo que não há exagêro nenhum da parte do ministro quando enumera, entre as providências que lograra ver concretizadas, a "criação da Estatística Comercial que, fornecendo aos poderes públicos os dados necessários, habilita-os a formular e executar os seus planos financeiros e econômicos".

De tal maneira vinha sendo, até então, irregular, acidentado e inconstante o curso dos serviços da estatística econômica que o têrmo "criação" não está alí fora de merecido lugar. Ainda mais porque o art 54 da Lei n.º 560, de 31 de Dezembro de 1898 (Orçamento de 1899), ao transferir para o Ministério da Fazenda a Junta Comercial, autorizava o Govêrno a *criar* uma Secção de Estatística anexa à mesma Junta, reunida à Câmara Sindical, tudo sem onus para o Tesouro, tácita declaração oficial de que tal serviço inexistia

O "Diário Oficial" de 26 de Janeiro de 1900 publicou o seguinte: « Decreto n º 3.547, de 8 de Janeiro de 1900 — Cria um serviço especial de estatística comercial na Alfândega do Rio de Janeiro

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização conferida ao Govêrno pelo Art 54, n º 4, da Lei n.º 560, de 21 de Dezembro de 1898, decreta:

Art. 1 º — Fica criado na Alfândega do Rio de Janeiro um serviço especial de estatística comercial;

Art. 2 º — Êste serviço, conforme for julgado mais conveniente, poderá ser efetuado em uma das dependências do Tesouro Federal ou em qualquer outro edifício público, ou mesmo particular, para êsse fim alugado;

Art. 3.º — O Ministro da Fazenda admitirá tantos empregados para êsse trabalho quantos julgar necessários, podendo aumentar ou reduzir o seu número, conforme as exigências do serviço; ficando, porém, entendido que êsses empregados não terão o caráter de funcionários públicos, nem gozarão de outra vantagem além da retribuição pecuniária mensal que lhes for fixada;

Art. 4 º — As despesas com êsse pessoal e com o material necessário correrão por conta do produto da arrecadação do imposto de estatística, na conformidade do citado art. 54;

Art. 5 º — Para facilidade do serviço, o respectivo chefe poderá corresponder-se diretamente com os diversos Consulados, Alfândegas e repartições fiscais, sôbre os trabalhos estatísticos;

Art. 6 º — Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de Janeiro de 1900, 12 º da República (aa) *Manuel Ferraz de Campos Sales — Joaquim Murtinho*".

Três dias após a publicação dêsse Decreto era transmitido ao Diretor da Contabilidade do Tesouro Federal o seguinte Aviso do Ministro da Fazenda: "Comunico-vos, para os devidos fins, que, de acôrdo com o disposto no art 3.º do Decreto número 3 547, de 8 do corrente, resolvo que o serviço especial de estatística comercial a que se refere o mesmo Decreto seja desempenhado provisoriamente pelo pessoal constante da seguinte tabela:

	$
1 Diretor do serviço.....	
1 Secretário.....	500$000
1 Chefe de escritório.....	500$000
1 " " turma.....	400$000
3 Escriturários, cada um.....	300$000
1 Contínuo.....	180$000
1 Servente.....	100$000

Da direção dos trabalhos fica encarregado provisoriamente e sem retribuição alguma, o Sr J P. Wileman, a quem nesta data autorizo a alugar pela quantia de trezentos mil réis, mensalmente, um edifício onde sejam desempenhados os trabalhos de que se trata".

Conforme se depreende dêsse aviso ministerial, não encontrou o novo serviço nenhuma dependência do Tesouro Nacional em que pudesse ter sede, instalando-se, afinal, em um prédio particular, situado à Rua da Quitanda, onde tiveram início as atividades da Estatística Comercial

De referência ao serviço, nos seus primeiros meses de vida, assim se manifestava o *Retrospecto Comercial do "Jornal do Comércio" de 1900:* "Não obstante as circulares e avisos do Sr Ministro da Fazenda, o serviço ainda se acha em estado embriônico, em consequência da pouca ou nenhuma atenção prestada pelas autoridades federais e locais".

Pode-se ter uma idéia do interêsse com que Murtinho tratou essa questão pelo fato de haver o Decreto sido assinado na mesma data em que foi endereçada ao Presidente da República a exposição de motivos do titular da Fazenda que acompanhava o respectivo projeto E tão pronto foi êle assinado, cuidou o Ministro de pô-lo em execução, tomando as providências indispensáveis :

"Pondo imediatamente em execução êsse Decreto, nomeei, de acôrdo com as suas disposições, para compor o pessoal da nova repartição, os seguintes senhores:

Para Diretor: J P. Wileman (que serve gratuitamente)

Para Secretário: Joaquim Inácio de Melo
Para Chefe de escritório: Frederico Boldf
Para Chefe de Turma: Agenor da Silva Moreira.

Para Escriturário: Manuel do Nascimento Mesquita, Léo de Afonseca Júnior e Percy Mac Iiquaban

Para Contínuo: Gabriel Gago de Sousa

Além do pessoal acima indicado, foi também criado o lugar de servente

Eis o quadro dêsse mesmo pessoal, com os vencimentos correspondentes:

Diretor.....		(serve gratis)
Secretário.....	500$	mensais
Chefe de escritório....	500$	"
Chefe de turma.....	400$	"
Escriturários (4, a 300$)	1.200$	"
Contínuo.....	180$	"
Servente..... ...	100$	"
TOTAL.... . ..	2.880$	

Adicionando-se a essa quantia a de 300$, do aluguel do edifício, particular, em que foi instalada a nova repartição, teremos, por enquanto, uma despesa anual de 3:180$000 para o seu custeio

A dita repartição já entrou em funções e dela espero valioso contingente para os fins que a administração teve em vista"

Com data de 26 de Dezembro de 1900, foi promulgada a Lei n° 741, cujo art 16 instituiu os manifestos como elemento básico na apuração da estatística de Exportação Também para a estatística da Importação foi tomada providência semelhante, com a Lei n° 651, de 22 de Novembro de 1899, que reformou o serviço de faturas consulares Tal serviço, entretanto, ficou por muito tempo na dependência de um regulamento, cujas promulgação e execução foram repetidamente proteladas por influências diversas, muito embora fôsse êsse um dos primeiros trabalhos entregues ao Ministro pelo Diretor da Estatística

No Relatório de 1903, apresentado pelo Ministro Leopoldo de Bulhões, nota-se o desenvolvimento da repartição pelo quadro das despesas efetuadas no triênio anterior com o Serviço de Estatística e cujas cifras são as seguintes:

1900.....	68:609$222
1901.....	187:394$036
1902..... .	260:243$435

No ano seguinte, o mesmo Ministro reclama contra a falta de elementos por onde se possa levantar a estatística da exportação interestadual Já então o Serviço de Estatísta Comercial tinha 4 agentes nas cidades de Recife, Salvador, Santos e Antonina; as estatísticas de Café e Câmbio se encontravam em dia Aliás, um sério obstáculo comprometia a regularidade da marcha dos serviços: era a frequência muito irregular do pessoal Essas mesmas observações tornam a figurar no relatório do ano seguinte, onde também é assinalada a necessidade de se conhecer a exportação dos Estados para os países limítrofes

Em 1906, o Ministro Daví Campista criou no serviço de Estatística Comercial uma nova secção, incumbida de apurar a receita e despesa dos Estados. As despesas com a repartição em 1907 foram de ..... 27:0000$000, sendo que só os descontos por faltas do pessoal atingiram a importâancia de 7:248$576 Também o Ministro insiste na urgência de se estender à navegação de cabotagem a obrigatoriedade dos manifestos, providência que a Lei 1 841, de 31 de Dezembro de 1907, torna efetiva

Últimas reformas A Lei n° 2 083, de 30 de Julho de 1908, reformando o Tesouro Nacional, fez que o Serviço de Estatística Comercial passasse à categoria de repartição de Fazenda.

Enquanto isso, o Regulamento do serviço de faturas consulares é alvo de críticas e desperta protesto por parte dos comerciantes e outros interessados no assunto, fato que já determinara estudos e projetos de reforma por parte da Diretoria das Rendas, da Alfândega do Rio de Janeiro e do Serviço de Estatística Comercial Embora muito discutidas as sugestões apresentadas pelos três serviços fazendários, não ficou de pronto solucionada a importante questão, da qual dependia o bom êxito da estatística do comércio exterior brasileiro, no que se refere à importação Assim é que o Ministro Leopoldo de Bulhões, em seu Relatório de 1910, pede providências para que seja feita a reforma do Regulamento de Faturas Consulares, de acôrdo com as observações do diretor da Estatística Comercial e do Inspetor da Alfândega do Ceará Também o andamento dos serviços internos da repartição de Estatística exigia uma regulamentação e esta foi autorizada pela Lei 2 356, de 31 de Dezembro de 1910, que fixou o orçamento da República

Com isso ganhou o Serviço de Estatística Comercial o seu primeiro regulamento, baixado com o Decreto 9.288, de 30 de Dezembro de 1911, que também reformou a repartição, dando-lhe o novo título de Diretoria de Estatística Comercial Entre as modificações decorrentes dessa reforma, algumas são dignas de especial menção pelo propósito de maior rendimento que as inspirou Novas secções foram criadas, para o levantamento das estatísticas do comércio interestadual, das rendas aduaneiras e finanças da União e dos Estados; providenciou-se sôbre a homologação do pessoal, pela transferência de funcionários inadaptáveis à natureza do serviço e instituição de concurso para admissão de novos serventuários; organizou-se uma biblioteca, não só para melhor preparação do corpo funcional da Diretoria, como para proveito cultural de quantos se quisessem dedicar com mais carinho aos estudos relacionados com a estatística, especialmente na parte econômico-financeira

Em breve os trabalhos referentes ao comércio interestadual, que vinham sendo feitos com muitas dificuldades, decorrentes da falta de regularidade na remessa de dados, foram suspensos, com autorização do Ministro Francisco Sales. Determinou essa providência a exiguidade de pessoal, em contraposição à crescente extensão dos trabalhos impostos às várias secções do departamento

Para obviar os inconvenientes que daí adviriam à marcha dos serviços estatísticos, sugeriu o Diretor fôssem continuados os trabalhos referentes à estatística interestadual mediante o processo de pagamento *por tarefa,* o que, trazendo economias aos cofres públicos, permitia melhor distribuição pelos funcionarios.

A repartição continuava contando um reduzido número de funcionários dedicados, pois que os transferidos de outras secções e os adidos pouco se deixavam empolgar pela natureza do serviço Essa situação, aliás, já vinha sendo assunto de constantes observações dos Ministros em seus relatórios e mesmo em exposições exclusivamente sôbre a matéria Como providência para estimular os serventuários, senão para compensar o esfôrço não pequeno despendido pela reduzida equipe dos que, desde o início, se integraram na tarefa que incumbia à Diretoria, o Decreto 2 533, de 2 de Janeiro de 1912, elevou os vencimentos dos funcionários responsáveis pelo serviços das várias secções.

Com a reorganização da Diretoria de Estatística do Ministério da Agricultura, por fôrça do Decreto 11.476, de 5 de Fevereiro de 1915, houve uma como dualidade de apuração oficial das estatísticas comerciais Isso porque essa reforma criou, na mencionada Diretoria, uma secção encarregada de organizar e divulgar as estatísticas de economia e finanças do país Não obstante, continuou a Diretoria de Estatística Comercial as suas atividades, com a mesma preocupação de melhorar sempre os seus serviços, tudo fazendo para a apresentação, a mais atualizada possível, das estatísticas a seu cargo. Nesse empenho de fazer sempre mais e melhor porfiaram os dirigentes da Estatística Comercial, sugerindo ao Govêrno novas providências e adotando os mais adiantados processos nos serviços da sua competência. Ao lado das modificações que a experiência aconselhava como mais proveitosas na classificação, a distribuição racional dos trabalhos e a melhoria constante dos metodos de apuração concorriam para elevar o coeficiente de produtividade da Diretoria e dar-lhe cada vez maior prestígio na apreciação pública

Uma referência deve ser feita aquí, como apagado preito à memória de um dos mais denodados batalhadores da estatística no Brasil, cedo roubado ao convívio dos companheiros, que tanto o queriam e admiravam, e aos quadros da administração pública, a que deu o máximo da sua inteligência fecunda e do seu entusiástico esfôrço patriótico. Otávio Jardim — êsse o seu nome — foi o introdutor do sistema Hollerith no Brasil. Apaixonado da estatística e militando na Diretoria de Estatística Comercial, aproveitou a sua permanência nos Estados Unidos, onde fôra, por bem dizer, a expensas próprias, para estudar detalhadamente as vantagens dessas máquinas hoje tão disseminadas pelos vários serviços públicos da União e de alguns Estados. Das suas observações deu, continuadamente, conhecimento ao então diretor do departamento a que pertencia, conseguindo interessá-lo na aquisição de um equipamento adaptável aos serviços da estatística comercial.

Nesse mesmo estágio, em que a sua preocupação de aperfeiçoamento se tornou patente e o seu espírito público superou todas as preocupações de caráter pessoal, Otávio Jardim procurou conhecer também as novas máquinas de composição tipográfica, fabricadas pela Lanston Monotype Machine C°, enviando, de Filadélfia, um circunstanciado relatório do que observara e salientando as vantagens que a aquisição dessas máquinas traria ao desenvolvimento das publicações estatísticas sem o risco de atrasá-las

Tão convincentes foram os relatórios feitos por Otávio Jardim e tão conhecidos eram seu amor à causa pública e seu dinamismo, de par com uma correção absoluta, que o diretor da Estatística de logo tomou o maior interêsse em conseguir do Govêrno a aquisição das máquinas.

Votada pelo Congresso a Lei de meios para o exercício de 1918, dela constava a autorização para o contrato de aquisição de máquinas, não obstante o movimento de oposição surgido contra a adoção do sistema Hollerith. Instalado, porém, o equipamento, desconhecido, ainda, pela maioria dos que discutiam a questão, verificou-se o muito que a mecanização dos trabalhos representava como economia de tempo nas apurações e conferências estatísticas.

Também as oficinas tipográficas, aparelhadas com as máquinas mais modernas que então se poderiam encontrar, ficaram em condições de arcar com as responsabilidades de maior soma de serviços, o que permitia a execução de novas publicações

Com essas providências, cujo alcance prático não é preciso pôr em destaque, a Diretoria de Estatística Comercial, ainda hoje dirigida por um dos inspiradores de tão importantes melhoramentos — o Dr. Léo de Afonseca, figura inconfundível entre os maiores nomes da Estatística Nacional — ficava em condições de cumprir suas finalidades dentro de um ritmo apreciável.

Organizada assim a parte material do serviço, era mister dar elementos condizentes com o grau de aperfeiçoamento a que chegara a Diretoria, no que diz respeito à coleta dos dados imprescindíveis à feitura dos quadros. Uma das constantes preocupações da Diretoria era a modificação do Regulamento das faturas consulares, motivo permanente de dúvidas por parte dos importadores e de reclamações nem sempre procedentes Essa modificação pretendida significava, afinal, nada mais do que pôr em execução o projeto do novo Regulamento, visto como alguns erros de

interpretação eram outras tantas malhas por onde fugiam à obrigatoriedade de dar informes rigorosamente verídicos os que não compreendiam o exato significado das indagações oficiais

Com o Decreto 14.039, de 29 de Janeiro de 1920, foi posto em vigor o novo Regulamento de faturas consulares, de que muito veio a lucrar a organização da estatística comercial, na parte referente à importação

Mas a outra face do comércio exterior também estava a merecer cuidados, em relação aos elementos de coleta O Decreto 15.813, de 13 de Novembro de 1922, solucionou o assunto, regulamentando o uso das Guias de Exportação, para melhor permitir à Estatística a apuração das saídas de mercadorias dos portos nacionais

Estava assim a repartição realizando o aperfeiçoamento de todo o seu sistema funcional, e já tirando dele grande proveito para a administração pública, como para orientar as organizações econômicas, quando sobreveio o movimento revolucionário de 1930

Em rigor, a Diretoria de Estatística Comercial não sofreu alteração na sua estrutura, por efeito da mudança de regime operada nessa ocasião Mas, poucos meses depois, com a criação do Ministério do Trabalho, em Fevereiro de 1931, o Decreto n º 19.667 criava o Departamento Nacional de Estatística Sob essa denominação o Decreto número 19.669, da mesma data, fundiu as Diretorias de Estatística Comercial do Ministério da Fazenda e a Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura

O novo órgão teve como seu primeiro — aliás, único — diretor o Dr Léo de Afonseca, até então à frente da primeira das repartições citadas, que nele pôs todo o mesmo sadio entusiasmo com que fizera de sua Diretoria uma organização exemplar Distribuídos por sete secções, os serviços do Departamento compreendiam o levantamento das estatísticas territorial, demográfica, econômica, financeira e social. Dado o vulto de serviços que então estavam a seu cargo, o D N E manteve sem alteração de grande monta as duas tipografias pertencentes às repartições nele conjugadas, assim como a biblioteca da Estatística Comercial

Para melhor articulação dos serviços de estatística que lhe competiam, o Departamento dispunha de um corpo de nove delegados, incumbidos do controle da coleta e remessa dos dados, nos mais importantes centros econômicos do país

Essa organização apenas durou três anos; em Março de 1934, expondo ao Chefe do Govêrno os motivos que exigiam fôsse reorganizada a Administração Geral da Fazenda Nacional, o titular dessa pasta justificava a necessidade de se criar a "Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, como departamento destinado a suprir as deficientes informações de que carece o Ministério da Fazenda para se desempenhar dos seus múltiplos encargos" E lembrava o retôrno ao seu Ministério de parte do D N E, justamente aquela representada pela antiga Diretoria de Estatística Comercial, até "porque não se justificava, realmente, a junção de estatísticas que teem fins diferentes"

Êsse desdobramento não se verificou imediatamente, muito embora o Decreto 24.036, de 26 de Março de 1934, criasse a Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, integrada no Ministério da Fazenda Somente em Julho do mesmo ano, por efeito do Decreto 24.600, que extinguiu o D N E, passou aquela repartição da Fazenda a ter efetivo funcionamento Seu quadro foi constituído de funcionários do D N E especializados no gênero de estatísticas que lhe cumpria organizar

Dispondo sôbre a denominação dos orgãos centrais que compõem a ala federal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Decreto n º 1.360, de 20 de Junho de 1939, deu à Diretoria a designação de "Serviço", sem, entretanto, alterar a estrutura com que vem ela prestando à administração pública os mais assinalados benefícios, tendo como dirigente o Dr Léo de Afonseca, que ainda hoje empresta o brilho da sua cultura, o fulgor da sua inteligência, a sinceridade do seu patriotismo e a incansabilidade de sua operosa dedicação a essa repartição modelar que é a Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Rio, Outubro de 1940

Felippe Nery
(Da Sociedade Brasileira de Estatística)

RESUMO HISTÓRICO DA ESTATÍSTICA NO RIO GRANDE DO SUL

Introdução Revolvendo a história dos povos, surpreendemos em todos êles, desde os primórdios de sua formação, fragmentos de um trabalho anônimo que mais tarde deveria servir de base à grandiosa estrutura de uma nova disciplina, batizada, depois, com o nome de Estatística, e que não veio encontrar ambiente propício ao seu integral desenvolvimento senão nos tempos modernos, quando os fenômenos de ordem social e econômica, pela assombrosa vastidão e complexidade que assumiram, transcendentes aos sentidos e às possibilidades mentais humanas, já não comportando soluções dentro de moldes puramente burocráticos, começaram a empol-

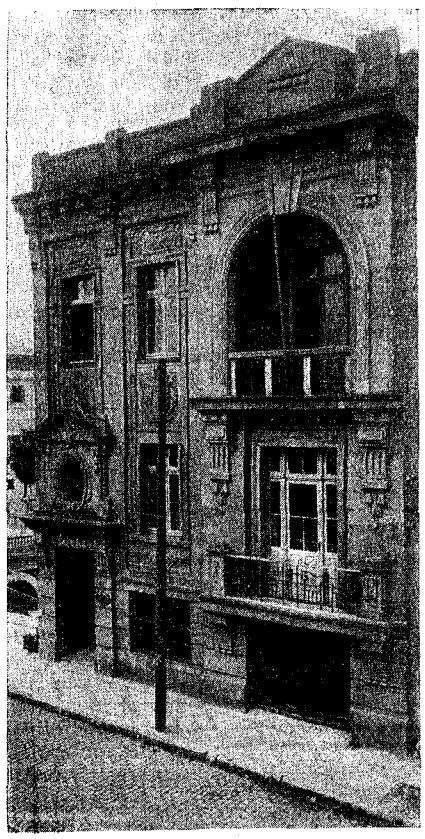
gar os administradores e a desafiar a argúcia dos sábios e dos técnicos. Dependendo todas as ciências dêsse preciosíssimo instrumento de trabalho, muitas delas, como a Astronomia, a Geodesia, a Geografia e a Física, dada a precisão exigida para os resultados de suas investigações, mal se teriam esboçado. Pela vastidão dos fenômenos que estuda, decerto não se teria constituído a Demografia Nem a Sociologia, a Economia Política, a Biologia, a Antropologia, a Psicologia e a própria História, sem a técnica estatística, se teriam conseguido aprofundar nas investigações e no estudo dos problemas mais emergentes da civilização contemporânea.

Seria interessante esboçar, embora resumidamente, todas as etapas históricas por que vem passando a Estatística, através das idades e das nações, até atingir o período áureo em que se impôs aos povos modernos por um imperativo da própria estabilidade das instituições sociais e da organização econômica, se outros já não o tivessem feito em tão primoroso estilo e com tão profundo conhecimento do assunto Dispensando-nos, pois, dessa tarefa, comecemos o trabalho a que nos propomos no presente ensaio, que é sumariar a história da Estatística no Rio Grande do Sul.

A Estatística e os governos da Província

Os primeiros esboços de estatística surgiram no R G. do Sul no Govêrno Militar de Sebastião Xavier da Veiga Cabral, que mandou proceder ao levantamento do número de capatazes, peões, carretas, carros, animais domésticos de diversas espécies, escravos, tropas espalhadas pelo Continente, bem como da sementeira e colheita do trigo das safras de 1783 a 1789 e cujos mapas de apuração encaminhou ao Vice-Rei, em 1790 Tratava-se, entretanto, de trabalhos rudimentares, sem nenhuma coordenação e desprovidos do espírito de continuidade, pois satisfaziam apenas as exigências do momento Assim indicavam os documentos da época, porque só nove anos após, em 1799, a história da Administração da Província registra a remessa de elementos demonstrativos do número de habitantes, tropa regular e irregular, comércio, agricultura e pecuária.

Em 1801, o Governador Militar Francisco João Roscio mandou fazer o recenseamento do Continente Foi êsse o primeiro trabalho mais ou menos bem organizado que aquí se levou a efeito e que serviu de base às estimativas realizadas, anos após, pelo Conselheiro Antônio Manuel Correia da Câmara. O censo da população da Província, concluído em 1803, foi remetido ao Visconde de Anadia pelo Governador Paulo José da Silva Gama e constava das seguintes peças: população, excluída a tropa e crianças com menos de um ano de idade; número de reses abatidas nos açougues; notas sôbre a exportação e importação



Sede do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul

Em 1805, eram encaminhadas as relações das embarcações que entraram na barra em 1803 e das que navegaram os rios do interior, bem como um quadro comparativo da importação e exportação de 1803 e 1804 Sôbre o ano de 1806 apenas um mapa da população foi remetido

Constituíam os enviados, até 1833, simples documentos de expressão parcial da vida regional, quando resolveu o Conselho Administrativo confiar ao bacharel português José Marcelino da Rocha Cabral a organização da Estatística da Província

No ano seguinte, o Conselheiro louvou aquele funcionário pelo relatório que dirigiu ao Govêrno da Província, com o plano delineado Um ano após, porém, diante das dificuldades encontradas, o bacharel Rocha Cabral pede exoneração do cargo.

Como se depreende de documentos esparsos do período do Govêrno Militar, anteriormente à designação do bacharel José Marcelino da Rocha Cabral, em 1833, para coordenar os dados estatísticos, já se vinham esboçando na Província trabalhos preliminares para montagem de um aparelhamento dêsse gênero em moldes que atendessem aos mais prementes imperativos da Administração do Continente Os inquéritos e mapas

remetidos periodicamente ao Govêrno Geral do País, a necessidade de se conhecer as possibilidades econômicas do Rio Grande do Sul, bem como a população livre e escrava, naquele tempo, despertaram, sem dúvida, não só entre os mais graduados homens do govêrno, como entre os estudiosos da matéria, um movimento no sentido de ser criado um departamento especializado que se incumbisse de realizar inquéritos sôbre os vários aspectos da vida e do trabalho da Província, obedecendo a um plano científico preestabelecido. A *Quinta Memória,* do Sr Antônio Gonçalves Chaves, constitue uma obra notável sôbre a estatística daquele tempo, revelando a preocupação do seu autor em mostrar o quanto era necessário à Administração o conhecimento dos índices estatísticos, por isso que tecemos, mais adiante, alguns comentários em tôrno da mesma

Outro documento interessante sôbre a história da organização estatística na Província é o ofício em que o Sr. Francisco Xavier Ferreira, membro destacado da Administração e, depois, deputado à Constituinte, apresenta ao Govêrno sugestões sôbre a forma por que podia ser constituída a estatística do Rio Grande do Sul. Tratando-se de um documento de incontestável valor histórico, resolvemos reproduzí-lo na sua feitura original [1]

Afora êsses dois elementos que comprovam as nossas afirmativas acima, podemos evocar, ainda, o fato de haver o Govêrno incumbido o Cel. Pedro César de reunir os documentos existentes no arquivo do Palácio do Govêrno, e outros, afim de coordenar os trabalhos estatísticos de 1826 a 1830

Não resta, portanto, mais dúvidas de que as bases da organização da estatística de São Pedro do Rio Grande do Sul já estavam sendo lançadas quando o Govêrno Provincial deliberou designar o seu primeiro coordenador, em 1833 Morosos foram os trabalhos preliminares para se concretizar tão patriótico empreendimento. Isto, entretanto, não desvirtua a nobreza do ato, conhecendo-se as dificuldades de toda ordem que se teria de enfrentar, no início do século passado, quando se cogitava de qualquer realização de vulto para a vida regional, sempre, ou quasi sempre, perturbada por agitações bélicas, oriundas das desavenças da política interna e externa de que o Rio Grande do Sul se tornou, por largos anos, o cenário principal da nacionalidade, sem levar em consideração a falta de conhecimentos, até nos principais países da Europa, do valor da estatística como seguro instrumento de orientação na gerência dos negócios públicos.

Nas *Memórias Economo-Políticas,* de Antônio José Gonçalves Chaves, trabalho reeditado sob a direção de J B Hafkmeyer S. J. na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", deparou-se-nos na *Quinta Memória,* "Sôbre a Província do Rio Grande de São Pedro em Particular", um interessante estudo sôbre a estatística, elaborado em 1822. E', surpreendente o trabalho realizado, naquela época, pelo português Antônio José Gonçalves Chaves, cidadão de grande cultura e que, no dizer do aludido Historiador, "foi êle o primeiro que organizou uma estatística do Comércio de importação e exportação da Província para mostrar aos poderes públicos o quanto era ela mal aquinhoada na distribuição de graças e favores, liberalmente concedidos a outras que não tinham os mesmos elementos de vida"

De fato, na *Quinta Memória* se encontram quadros comparativos da exportação de 1805 a 1820, pela Praça de Pôrto Alegre; mapas da exportação pela fronteira do Rio Grande; produções e preços, nos anos de 1816 a 1822; quadros da importação por procedência, além de interessantes observações sôbre outras matérias relacionadas com a estatística econômica, moral e social

Na parte em que o Sr Antônio José Gonçalves Chaves investiga o sentido e a origem da palavra estatística, procurando salientar a finalidade dessa disciplina, assim se externou: "Hum fim tão magestoso não se consegue somente com simples nomenclatura, e collecçoens de quadros; mas sim adicionando arrosoamentos e reflexões scientificas fundadas em factos e doutrinas, que condusão ao conhecimento evidente de todos os elementos politicos, e amelhor maneira de tirar d'elles a maior vantagem possivel para o Estado Social".

Essa passagem da *Quinta Memória* é um documento decisivo para afirmação do grande conhecimento sôbre a finalidade da estatística e de profunda sabedoria do seu autor

Concordamos com o Padre J. B Hafkmeyer S J quando afirma ter sido o Sr Antônio José Gonçalves Chaves "o primeiro que organizou a estatística do comércio de importação e exportação da Província", pois foi o único trabalho coordenado, no gênero, que descobrimos, até agora, nos vetustos documentos da estatística daquela época

Tudo nos leva a crer que *Quinta Memória* tenha dado origem à criação do Serviço de Estatística na Província, tornado efetivo em 1833, com a nomeação do bacharel português José Marcelino da Rocha para elaborar os trabalhos dêsse gênero, e que, ao tempo, o Sr Antônio José Gonçalves Chaves fôsse o principal animador dessa iniciativa

De 1835 a 1845, a estatística caiu no esquecimento, pois o surto revolucionário que dominava a Província não comportava outras preocupações além das de caráter bélico.

Em 1845, o Duque de Caxias, Governador Militar e Civil da Província, nomeou o Conselheiro Antônio Manuel Correia da Câmara para organizar os serviços de estatística E êsse abnegado e inteligente servidor público realizou um trabalho digno de ficar registrado na história do Rio Grande Sôbre a obra estatística e a personalidade, por todas as razões, singular, do Conselheiro

[1] N R — O documento a que o autor se refere foi publicado à pág, 137 do primeiro número da revista, sob o título "Sugestões sôbre a organização da estatística da Província de São Pedro do Rio Grande (1822)"

Antônio Manuel Correia da Câmara, anexamos a êste algumas páginas do livro *Os Correias da Câmara*, da autoria do laureado historiador gaúcho Aurélio Pôrto, em que está fixada, de maneira surpreendente, a individualidade invulgar dêsse benemérito da Estatística do Rio Grande.

A Província tinha uma repartição de Estatística organizada, e à sua direção a vasta cultura, a brilhante inteligência e o idealismo do Conselheiro Antônio Manuel Correia da Câmara. Uma era de realizações florescia para a Administração da Província Mas a morte mui cedo ceifou a vida dêsse sábio e técnico de quem muito ainda esperava o Rio Grande do Sul e, quiçá, o Brasil. Com a morte do Conselheiro Antônio Manuel Correia da Câmara, entrava, também, em agonia a promissora Estatística da Província, que em 1850 era extinta por falta de recursos.

Pelo relatório encaminhado, em 1847, à Assembléia Provincial se verifica que serviu na Estatística do Rio Grande do Sul, além do Engenheiro José Maria Pereira de Campos, encarregado dos serviços Geográficos, o Dr. Sebastião Ferreira Soares, auxiliar da Tesouraria da Fazenda do Império, comissionado para organizar os quadros da produção do País, do Comércio, exportação, importação, etc. Sebastião Ferreira Soares, cujo nome transpôs as fronteiras da Pátria, elevando o conceito e o crédito do País, particularmente na França e na Inglaterra, pelos seus vastos conhecimentos científicos e técnicos, e pela maneira incisiva por que abordou o panorama econômico e possibilidades da Nação, legou à Estatística brasileira o primeiro tratado do gênero, ainda hoje carinhosamente disputado pelos técnicos como verdadeira preciosidade

Seis anos mais tarde, em relatório, o Presidente Jerônimo Coelho, revelando o quanto desconhecia do assunto e do trabalho do Conselheiro Antônio Manuel Correia da Câmara, afirmava que a Província nada possuía sôbre estatística.

Pela lei n.º 367, art. 32, de 4 de Março de 1857, foi a Administração autorizada a fazer as despesas indispensáveis para obter e coligir todos os papéis e documentos que pudessem ser úteis à organização da Estatística da Província, sendo nomeado para êsse fim, no mesmo ano, o Tenente-Coronel José dos Santos Pereira.

O Presidente da Província, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, dando explicações sôbre o resultado do censo, iniciado logo após a reorganização dos serviços da Estatística, disse: "ao cuidado de comissões paroquiais, sem as necessárias habilitações, nada útil e completo se poderia alcançar. Para que se possam obter dados necessários sôbre êste objeto, é mister que o pessoal da Repartição de Estatística seja suficiente e idôneo e distribuído convenientemente pelos diferentes pontos da Província para colhêr informações precisas"

Em 1859, a lei n º 428, de 8 de Janeiro, autorizou o Presidente a dar regulamento à Repartição de Estatística, aplicando quanto possível seus esforços em organizar o cadastro da Província.

O Presidente Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, deixando de fazer uso de tal autorização, deu as seguintes razões em relatório de Novembro do mesmo ano, dirigido à Assembléia:

"Seria um poderoso auxiliar para o Administrador na gerência dos negócios públicos, se bem e regularmente estivesse montada a Repartição de Estatística da Província "

E acrescentou:

"Hoje seu serviço é nulo; e a querer tirar dela algum proveito, autorizae a sua organização, habilitando a Presidência com os recursos necessários para êsse fim".

O seu pessoal é insignificante, e os meios de que dispõe insuficientes; porisso a Repartição de Estatística não passa, em meu entender, de uma ostentação de luxo Montada com um pessoal inteligente, criados os delegados e agentes municipais, poderemos ter trabalhos mais regulares e completos, e em sua exatidão depositar alguma confiança.

"O chefe da Estatística esforça-se, é verdade, para conseguir elementos para seus trabalhos; exige informações de toda a parte; as câmaras municipais e as autoridades ou não as prestam ou, quando o fazem, são sempre incompletas, tardias e irregularíssimas as suas informações. Por êsse modo, nada se fará, e mal subsistirá uma repartição que de pouca utilidade serve no mecanismo administrativo."

Cogitou, em 1862, o Presidente Francisco Assiz Pereira da Rocha, quando falando sôbre a população da Província, de anexar a Estatística à Secretaria do Govêrno. Com o prestígio que, desta forma, lhe seria emprestado, poderia obter, facilmente, as informações e realizar os inquéritos indispensáveis à elaboração dos trabalhos que lhe estavam afetos. Essa providência, que, sem dúvida, viria solucionar, consoante o pensamento governamental, o problema basilar da estatística da Província, não chegou ser posta em prática, pois argumentos secundários, infelizmente, interromperam o curso de tão salutar iniciativa, permanecendo a referida repartição, por isso, na mesma situação anterior

O Presidente Barros Pimentel, dirigindo-se, mais tarde, à Assembléia, na parte que diz respeito à Estatística, assim se externava:

"Esta repartição, que podia servir de útil auxiliar à Administração, continua a lutar com os mesmos obstáculos que vos teem sido descritos nos relatórios dos meus antecessores e a que já neste tive ocasião de referir-me

"Todos os seus trabalhos ressentem-se da penúria e imperfeição dos dados, apesar da diligência e esforços que emprega o seu chefe para conseguí-los menos incompletos

"Montada como se acha, sem agentes de confiança e dedicados em recolher nas diversas localidades as informações e algarismos que devem compor o material dos seus cálculos e combinações, é uma repartição de

mero aparato, a que faltam todos os elementos para trabalhos profícuos, como de sua criação se deverá aguardar Entretanto, alguns teem produzido e trata de concluir outros relativos ao território e população, à agricultura, indústria e comércio, e à receita e despesa da Província, que estão dependentes de esclarecimentos ainda não ministrados.

"As Câmaras municipais, que podiam cooperar eficazmente para a reunião de dados e informações necessárias aos trabalhos estatísticos, são infelizmente as que mais relutância apresentam em fornecê-los; e quando os prestam, é sempre tarde e do modo mais incompleto. As demais autoridades locais não ficam aquém destas corporações em negligência ou menosprêzo do serviço que delas se exige e cuja importância parece desconhecerem

"Lutando com tais dificuldades, e com o pessoal insignificante que tem, pode-se afirmar que a Repartição de Estatística de nenhuma utilidade é para a Administração

"Depois de tão justas considerações, feitas durante longo período por vários dos Presidentes Provinciais, representantes da autoridade suprema do País, era de esperar-se que o Poder Legislativo Provincial munisse a Administração dos meios necessários à manutenção de serviço de tão evidente utilidade, autorizando as medidas aconselhadas pela experiência daqueles homens ilustres, estadistas ou eminentes funcionários da Côrte Imperial, beneméritos filhos da Província, que tão bem a conheciam e aos quais seria lícito atribuir o mais dedicado afeto à terra onde nasceram"

Em 1864, não tendo sido distribuída verba para pagamento do pessoal, é extinto êsse Departamento, de acôrdo com a lei 578, de 12 de Maio do mesmo ano

Quando parecia surgir uma esplêndida oportunidade para a estatística, esta desaparecia como uma das cousas inúteis da Administração.

Historiando a situação da Estatística, dizia, em 1867, o Presidente Marcondes de Melo:

"Não tendo a lei provincial n° 578, de 12 de Maio de 1864, destinado verba para o pagamento dos empregados dessa Repartição, foi ela extinta nesse mesmo ano, sendo os respectivos papéis guardados no edifício da Diretoria das Obras Provinciais

"Encerram bastante interêsse os trabalhos que examinei, do Conselheiro Manuel Correia da Câmara, relativos à geografia, indústria, comércio, população e rendas da Província

"E' de lamentar que materiais tão preciosos, recolhidos com tanto trabalho e dispêndio, tenham quasi sempre entre nós o destino de ficarem esquecidos no fundo dos arquivos".

O que aí ressalta é a justiça, tardia embora, feita ao Conselheiro Correia da Câmara, cujos trabalhos mal haviam logrado oportuno aprêço

Em 1867, foi encarregado da Estatística da Província o Engenheiro Eleutério Camargo.

"Quanto à incumbência dada ao Engenheiro Camargo, cumpriu-a êste, compilando no seu "Quadro Estatístico e Geográfico da Província de S Pedro do Rio Grande do Sul", os materiais que as Repartições de Estatística, principalmente a dirigida pelo Conselheiro Correia da Câmara, haviam acumulado, adicionando-lhes, certamente, o que da mesma natureza pôde coligir, dando assim à sua obra a conveniente atualidade"

Para complemento, concluiu-se e litografou-se, na mesma ocasião, como se declara no fim do "Quadro Estatístico", a carta topográfica da Província, porventura a mesma cujo esbôço havia sido restaurado em 1848, sofrendo autorizado exame, que ampliou e melhorou indubitavelmente aquele trabalho.

Em 1872 e 1873, existiu na Secretaria do Govêrno a denominada "Secção de Estatística", encarregada exclusivamente do trabalho do recenseamento, feito na conformidade do regulamento geral n° 4 856, de 30 de Dezembro de 1871, e daí até o advento da República, só restavam vestígios da Estatística, pois a mais estranha fatalidade pesou sôbre êsse importante Departamento Público da Província

Resumindo a história da estatística no período dos governos provinciais, podemos afirmar que, não obstante a compreensão de alguns administradores e o alto espírito patriótico dos seus dirigentes, êste importante ramo da administração do Estado teve uma vida obscura, pois jamais logrou encontrar o amparo e o prestígio que lhe eram devidos, mesmo porque até os Poderes Públicos, como vimos, nem sempre dispensaram aos serviços de tal natureza a atenção, a solicitude que êles merecem Em ofício de 29 de Outubro de 1861, um dos presidentes declarou ao Encarregado da Estatística que "sentia não poder satisfazer o seu pedido feito no sentido de se adicionar ao relatório do Presidente antecessor o daquele Encarregado"

Do relatório apresentado, em 1867, ao Govêrno da Província e organizado pelo Engenheiro Eleutério de Camargo, e no qual estão compilados, principalmente, os trabalhos sôbre estatísticas e geografia do Rio Grande, da autoria do Conselheiro Correia da Câmara, extraímos dois importantes quadros da população da Província, com os respectivos comentários:

"Considerando-se os últimos cinco anos, pelas diferenças que correspondem ao acrés-

ANOS	Número de habitantes
1803	59 142
1814	70 656
1846	149 363
1847 (população livre)	118 882
1857	282 414
1858	285 547
1859	309 476
1860	322 857
1862	370 446
1863	392.725

ANOS	Número de		
	Casamentos	Batizados	Óbitos
1847	1.364	8.052	2.617
1848	1 328	8.513	2.493
1858	970	6.035	2.018
1859	1.726	11.249	3.364
1860	1.581	11.482	3.376
1861	1.684	11.970	3.433
1862	1.369	11.100	3.148
1863	1.345	7.614	2.536

cimo anual da população, têrmo médio, conclue-se pelos dados existentes que, de 1864 a 1867, a população teve um acréscimo de 100 060, ou que se elevou a 500 mil almas

"Não obstante todas as causas que concorrem, pelos fatos naturais e sociais, a alterar nos diversos países e regiões, a ordem do desenvolvimento da população, julgamos exagerado o algarismo que resulta da comparação dos dados que obtivemos, sendo no entanto nossa firme convicção que a população atual da Província é superior a 450 mil almas.

"O quadro que apresentamos, organizado em vista dos mapas que encontramos, ressente-se, como estes, das inexatidões inerentes a esta ordem de trabalhos.

"Quando êsses mapas foram confeccionados, as lacunas que existiam pela falta de listas de família e mais informações de algumas localidades, foram preenchidas pelos resultados obtidos das operações realizadas conforme as indicações e prescrições da ciência, sancionadas pela experiência e adotadas por todos os países."

Um apóstolo da Estatística Riograndense

O brilhante historiador Aurélio Pôrto, em seu livro *Os Correias da Câmara*, publicado em separata do volume 2.º dos Anais do Itamaratí, traçando, em primoroso estilo, o perfil moral do Conselheiro Correia da Câmara, em capítulo a que denominou "Últimos dias de uma grande vida", evoca aspectos curiosos e inéditos da obra estatística do seu eminente biografado. Como tributo de justiça àquele notável riograndense, que foi verdadeiramente um apóstolo da estatística, e mesmo pelo conteúdo informativo dessa sugestiva página histórica do ilustre escritor gaúcho, julgamos oportuno transcrevê-la, na íntegra, neste ensaio em que pretendemos sumariar a história da Estatística no Rio Grande do Sul:

"Seus últimos três anos de vida empregou Antônio Manuel Correia da Câmara na realização de um trabalho ainda hoje notável por todos os aspectos. E se outros não ilustrassem a sua larga fôlha de serviços ao Brasil, o último bastaria para consagrar sua memória, evidenciar a universalidade da sua cultura, os primores da sua inteligência e formidável capacidade de trabalho que singularizam a sua vida útil.

"Em 1845, aproveitando os reconhecidos méritos intelectuais de Antônio Manuel, cometeu-lhe o conde de Caxias, então presidente da Província do Rio Grande do Sul, o encargo de organizar a Estatística daquela rica região do país.

"Nada havia sôbre matéria de tal magnitude. E dificuldades sem conta opuseram-se à tenacidade e ao esfôrço de seu organizador. Sem meios suficientes, dispondo de pessoal escasso e sem prática alguma do serviço; dois amanuenses e um mapista; com uma pequeníssima dotação orçamentária que não bastava para executar o trabalho que ideara, o conselheiro apelou para as próprias economias e, de seu bôlso particular, supria as despesas resultantes do trabalho. Só mais tarde conseguiu aumentar o número de auxiliares e recebeu a cooperação valiosa de Sebastião Ferreira Soares, depois autor de trabalhos interessantes e oficial da Tesouraria Geral A organização dos quadros da Receita e Despesa da Província são de sua feitura.

"Com o desenvolvimento da Repartição de Estatística, recebeu ainda Correia da Câmara o auxílio eficaz do 1.º tenente do Imperial Corpo de Engenheiros, José Maria Pereira de Campos. Fez êste diversas cartas topográficas da Província, terminando, assim, o trabalho iniciado pelo capitão de engenheiros Bacelar Pinto Guedes, que esteve por mui pouco tempo a serviço da Estatística Posto, como os outros oficiais, à disposição de Câmara, também o auxiliou o 2.º tenente José Carlos de Carvalho, "que não tardou em ser chamado para a Côrte pelo Govêrno Geral". Fez, entretanto, "o reconhecimento de uma mina de carvão de pedra, e deu comêço ao levantamento da carta da capital" As observações termométricas de que Câmara também o encarregara ficaram incompletas pela retirada dêsse oficial.

"Câmara resume os notáveis trabalhos que fez: "Faltando-me, desde os meus primeiros passos na Estatística, os elementos indispensáveis para o trabalho, e ao mesmo tempo em que me ocupava da volumosa correspondência, em que êsses elementos eram solicitados, lancei mão dos livros de registros de sesmarias de campos para criar, de datas de terras para lavrar, e das de terrenos para casas, com os fins seguintes: 1) o de calcular, como cumpre a todo o estatístico, a razão em que se acham os terrenos ocupados com os devolutos; 2) o de apreciar o valor dessas propriedades; 3) o de consignar em um volume impresso todos êsses títulos, onde de um lançar de olhos se conhecesse nos respectivos quadros a denominação da Fazenda, ou terreno concedido, o nome do concessionário, a confrontação respectiva, a autoridade que tal concessão fez; o ano finalmente dessa concessão; trabalho que se tornara tanto mais urgente quando muitos dos livros de registro teem as letras tão apagadas que ficarão brevemente ininteligíveis, e que sendo frequentíssimas as demandas e ações litigiosas levadas aos tribunais, acêrca de tais propriedades,

muito utilizariam êsses tribunais e as partes interessadas em ter à mão em um ou dois volumes impressos o que se acha espalhado em muitos outros e de mistura com todas as classes ou espécies de registros; 4) finalmente, tive em vista, reunindo em um só corpo aquele insano trabalho, proporcionar aos engenheiros geógrafos, topógrafos, hidráulicos, etc., que trabalharem na Estatística, o inapreciável benefício das confrontações, rumos de agulha, etc, que suprirão, quanto é possível, a desaparição de tantos volumes de idêntico trabalho, confeccionados pelos engenheiros da Demarcação que levantaram a carta do País, e dos quais apenas resta um só volume na Secretaria."

"E assim, durante dois anos de trabalho ininterrupto, pôde Antônio Manuel organizar 111 quadros estatísticos, 18 mapas e cartas geográficas, ficando quasi pronto um grande mapa da Província, em que já figuram as terras "novamente descobertas", trabalho do engenheiro Pereira de Campos Os quadros estatísticos deviam ser impressos, mas, diz Câmara que "mui tarde reconhecí que o Govêrno Imperial (de quem esperava meios para proceder a essa impressão, ou aprovação de medidas que lhe propus, para que ela fôsse feita por outra via) se denegara a um e outro" Por isto, forçoso lhe foi dar outra organização aos quadros primitivos para que, em cadernos, fôssem facilmente lidos e examinados pelo Govêrno Provincial. Estes quadros são os que o Conselheiro Camargo, dez anos mais tarde, publica em seu trabalho estatístico da Província

"Versam êles sôbre todos os departamentos estatísticos, abrangendo estudos retrospectivos sôbre estatística territorial (física, política e administrativa); demográfica, com um quadro sôbre a população negra; econômica (agricultura, criação, indústria, comércio, etc); intelectual e moral (instrução, criminalidade, etc.)

"Parece incrível que sem meios materiais para tão grande esfôrço, pudesse Antônio Manuel realizar, no curto espaço de dois anos, trabalho de tal monta. E além disto, a saúde combalida se agravara, torturando-o com padecimentos atrozes Residia na própria repartição, num pequeno quarto sem confôrto, onde, a par da inspecção dos quadros confiados a copistas, escrevia êsse formidável trabalho *Ensaios Estatísticos,* de publicação póstuma. "Posso assegurar — diz — que pus quanto cuidado em mim esteve, para dar a possível perfeição a êste trabalho e que, por cúmulo da contradição, ainda gravissimamente enfêrmo como ainda me vejo ao escrever estas linhas, o continuei sem interrupção de um só dia, arrastando-me do meu leito à sala em que êles se fazem para dirigí-los" Fazia essa observação quasi às portas da morte, em 1848

"*Ensaios Estatísticos* é um trabalho fundamental para o conhecimento do Rio Grande do Sul Câmara o terminou poucos meses antes de falecer, mas só foi publicado em 1851 no jornal *Mercantil,* de Pôrto Alegre, e em escasso número de folhetos avulsos, de que só conhecemos o existente na Biblioteca Nacional. Impõe-se, pois, a sua reedição para consulta dos estudiosos.

"Original e precioso, o trabalho do velho conselheiro mostra novas facetas de seu espírito culto que acompanha os últimos estudos conhecidos no tempo sôbre várias modalidades estatísticas Condensa-se em 115 páginas, formato in-4.º, impresso na Tipografia do *Mercantil,* rua da Praia nº 367, em 1851.

"Depois de uma "Introdução", dá-nos Câmara uma "Sucinta descrição geográfica da Província", em que estuda sua *situação, confrontação, atual divisão* Segue-se um estudo sôbre o "Território considerado com relação às facilidades que oferece ao movimento industrial" Data de 1817, diz aí, o início da prosperidade da Província, depois das lutas que roubaram ao seu solo os braços dos trabalhadores e a tranquilidade dos lares e apenas salva dos horrores da guerra civil se vai encaminhando ao fastígio da opulência, consideração e engrandecimento a que a natureza a destinou

"Seria difícil deparar um país na América do Sul mais apropriado ao desenvolvimento industrial, e que para atingir êste fim a maior amplidão desejável, careça de menos despesas, e sacrifícios por parte da sociedade Cortado e orlado de caudalosas linhas dágua, banhado por lagos e rios de segunda ordem; que se poderiam ligar por meio de canais, tornando estes últimos e alguns dos primeiros em quasi toda a sua extensão navegáveis; retalhado de lombas que fazem possível abertura de amplas e cômodas estradas, e para cuja construção e consertos sobram os materiais necessários, desassombrados dessas montanhas colossais que tão difícil tornam o trânsito das mercadorias na Espanha, em alguns pontos da França, Itália, Boêmia, no Chile, no Perú e em muitas outras partes, abundando de quanto se faz preciso para ereção de estabelecimento de pontes e barcos de passagem, de que mais necessita esta Província para abrir as mais vantajosas linhas de comunicação aos seus produtos manufaturados, às suas produções industriais? . De braços, e somente de braços, primeiro elemento da fôrça dos Estados, criador de todos os outros, ou que os faz valer e apreciar

"E em largas considerações refere-se à lavoura, à indústria, à criação, apreciando as condições do solo e a sua fertilidade natural, ilustrando as suas observações pessoais com o confronto do que se faz na Europa e outros países adiantados da América.

"Estuda em seguida o "Território geognózica e geologicamente considerado", dando interessantes notícias das riquezas minerais do Rio Grande; de movimentos sísmicos de pequena intensidade guardados na memória dos antigos; e se louva em Sellow para estudar a formação geológica dessa região

"O "Clima" lhe merece demoradas considerações E na parte que consagra à "História" tem uma página "sôbre o caráter dos habitantes da Província de S Pedro, índole, costumes e hábitos", que é uma síntese de

admirável observação sociogênica. Registremo-la:

"Sóbrio, ativo, generoso e bravo; amigo sincero e inimigo não depreciável; firme como um rochedo e de invencível constância na maior adversidade, entusiasta da glória, e para conseguí-la anelando os combates, e correndo após o perigo com avidez insaciável: mas preferindo as mais rudes fadigas de vivíssimas operações militares à estação inativa dos cantonamentos, e a que resulta as nossas guarnições de paz; menos disposto ao serviço de infante do que ao de cavaleiro, sem deixar de desempenhar qualquer deles quando lhe é destinado; dispersando-se algumas vêzes e retirando-se mais por incapacidade do chefe, que por falta de ânimo num campo de batalha; sensível em extremo ao benefício, e perdoando poucas vêzes um ultrage; inclinado ao belo sexo, cuja sociedade cultiva com urbanidade e delicadeza não vulgares, e que se fazem notáveis até nas classes menos educadas; sofrendo o frio, a fome, a sêde, a calma intensa com resignação e paciência admiráveis, geralmente talentosos e aptos para cultivar as ciências em que muito teriam aproveitado se de mais tempo as leis e as instruções que as fomentam e mais felizes circunstâncias tivessem concorrido para ajudá-los; bom pai, excelente marido, filho respeitoso, o cidadão rio-grandense foi talhado de molde para exercer as virtudes cívicas e guerreiras, que o fazem recomendável, e será indubitavelmente tão bom agricultor e fabricante como tem sido solícito criador de gado. Tudo deve esperar-se, finalmente, de um povo, que atravessando a cega mal conduzida guerra civil de seu país, que a todo o momento provocado pelo exemplo contagioso de tantas outras províncias, que constantemente arremessadas para o charco imundo da brutalidade, imoralidade, impudor e desenvoltura da asquerosa imprensa brasileira (*aliquanta exceptione concessa*), nem assim foi possível degradá-lo e corrompê-lo, conservando-se intacto no seu gênio cavalheiro, seus brios, modéstia, dignidade e honra"

"Velho soldado de campanhas gloriosas, não escaparam a Câmara judiciosas observações sôbre "Meios defensivos do País". "O Rio Grande será sempre o teatro obrigado de todas as guerras em que nos empenharmos". Se se entende por defesa de um país cobrir unicamente aqueles pontos mais interessantes dêsse mesmo país, como sejam algumas cidades comerciais, certos depósitos, tal qual desfiladeiro, situado sôbre linhas de comunicações; não impedir, nem podendo impedir que o inimigo penetre impunemente por todos os outros, sem exclusão daqueles colocados no mesmo interior da Província; se se entende transformar êsse interior em teatro sanguinolento da guerra, sem que seja possível impedir o roubo de gado, o consumo dos víveres, o saqueio das casas, a mortandade de cidadãos inermes, o rapto, o estupro, a violação das matronas e donzelas; para que no fim de tantas afrontas e estragos se celebre um tratado de paz desigual e vergonhoso, qualquer general nos basta; embora pertença à ordem daquele que foi compelido a aceitar a batalha nos campos do Rosário ou Itusaingó; e também bastará que o exército encarregado da simples defensiva (o mais desigual e perigoso sistema que pode adotar-se na guerra), em pouca cousa exceda à fôrça numérica do exército invasor.

"Mas, se a defesa consiste nas condições táticas que largamente enumera "em tal caso fôrça é colocar à frente do nosso exército um General digno dêste título e ainda com êle não bastam 15.000 homens para completar a defesa, nem nos sobrariam 30.000 para fazer respeitar uma fronteira de 260 léguas de extensão". Estuda, então, o plano geral de fortificações, o deslocamento das unidades que deverão obstar o passo ao invasor; exalça a ação de Caxias "na brilhante e bem calculada campanha do sul" Com intuitos de defesa divide a Província em secções:

"Eu colocaria, informa, 6 000 homens na primeira subdivisão da segunda secção territorial, em Alegrete; 6.000 na segunda subdivisão da mesma segunda secção, S. Gabriel; 6.000 na terceira subdivisão entre a capela do Herval e Bagé, quinze léguas distante desta última povoações; 6.000 na segunda sub-divisão da segunda secção junto à cidade de Pelotas; 3.000 na segunda sub-divisão da primeira secção em Itaquí; 3.000 na segunda subdivisão da segunda secção entre os arroios Velhaco e os grandes tributários do Camaquã". Passa em revista o problema fundamental de qualquer operação de guerra no Rio Grande: a aquisição de cavalos, sugerindo os meios de adquirí-los, ou estabelecendo grandes "estâncias nacionais de remonta". Aborda também a questão dos víveres E por último, cauteloso, indica "a eficaz cooperação de um aliado dêste lado da América do Sul"

"Trata em seguida da "População". Reviu toda a literatura estatística da época. Confronta, investiga Halley, Kerseboom, Condorcet, Simpson, Malthus e uma infinidade de estudiosos de assuntos estatísticos, lhe são familiares. Estabelece relações, dadas as diversidades de clima, território e outros fatores econômicos e sociais, para nascimentos e mortes, no Rio Grande do Sul. Determina as percentuais diversas com que joga para tirar conclusões e observações que poderiam ser subscritas ainda hoje.

"A "Agricultura" ocupa um largo capítulo. Precede-o um estudo histórico que revela larga consulta bibliográfica. O trigo lhe merece destaque especial. Trata largamente sôbre a criação de animais No tempo de José Bonifácio lhe apresentara uma Memória sôbre a introdução de dromedários para transportes nas largas campanhas do sul Coincidia com outra que o Patriarca da Independência enviara também a D. João VI. Mas, o assunto, com a queda de José Bonifácio, não teve solução. Lembra a criação de companhias agrícolas, de grandes organizações industriais. Domingos José de Almeida colabora na questão do charque. Insiste na fundação de "Fazendas Nacionais" para a remonta do exército. De 1837 a 1844, informa, foram despendidos 980:822$598 com a compra de cavalos, só no Rio Grande do Sul.

"Os capítulos seguintes são dedicados ao "Comércio". Estuda com copiosos dados numéricos a estatística comercial de todos os municípios da Província, importação, exportação, rendimentos alfandegários, movimento fluvial e marítimo, em suma, todas as modalidades da riqueza e da produção do Rio Grande do Sul.

"Não se pode num rápido escôrço dar uma idéia precisa dêsse trabalho, que é bastante para consagrá-lo um estudioso, um sábio

"Nos últimos tempos agravara-se-lhe a neurastenia profunda adquirida aos choques das mais cruéis decepções. Antiga enfermidade amargara-lhe os dias Na manhã de 30 de Junho de 1848, ao entrar no seu quarto um contínuo da Estatística, que fôra o antigo comandante da escolta que o acompanhara a Itapua, encontrou-o morto, enregelado, sôbre o leito em que dormia.

"Tinha a seu lado, na mesa de cabeceira, o monumental trabalho que lhe consumira os dois últimos anos de vida operosa e digna que terminou aos sessenta e cinco anos de idade

"Esquecido pelos seus coetâneos, quasi desconhecido hoje, ressurge ao esplendor da sua intelectualidade nas observações admiráveis, no caráter íntegro, no profundo apêgo que consagrou à sua Pátria, a qual soube servir com honra, ilustrando seu nome nos campos de batalha da velha Europa, representando-a com inteireza no exterior e glorificando-a pelo saber e pela inteligência".

A Estatística no regime republicano

No período republicano, a Estatística Riograndense encontrou a atmosfera ideal para o seu amplo desenvolvimento, pois, embora lentamente, ela foi conquistando sem interrupção todas as etapas necessárias ao seu integral aperfeiçoamento

Um dos primeiros atos do saudoso Visconde de Pelotas, ao assumir o Govêrno do Rio Grande, foi o da criação da Repartição de Estatística, de cujo passado já só existem alguns trabalhos recolhidos ao Museu Justificando o seu ato n.º 32, de 29 de Dezembro de 1889, que criou a Repartição de Estatística, como uma das três Diretorias da então "Superintendência das Obras Públicas", assim se expressava aquele eminente estadista, a quem não faltava nítida compreensão do valor da estatística para elaboração dos planos de administração: "Considerando ser de absoluta necessidade criar uma repartição que especialmente se encarregue de colhêr dados estatísticos que possam servir de base à solução dos múltiplos problemas que ao Estado cumpre resolver"...

Por ato n º 185, de 12 de Maio de 1892, o Govêrno de então, "reconhecendo que o serviço de estatística é de utilidade universalmente reconhecida e portanto necessário", tratou de reorganizar a Repartição, declarando que em tal reforma tinha por fim o tradicional princípio de manter a continuidade do serviço.

Pelo Decreto n º 42, de 10 de Janeiro de 1895, a Diretoria de Estatística, que até então funcionara na Secretaria das Obras Públicas, foi anexada à do Interior, constituindo a 3 ª Diretoria da Repartição Central, conforme discriminação feita depois taxativamente pelo art 5 º das DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES do Decreto n.º 119, de 31 de Dezembro de 1897

Em 1906 (Decreto n º 876, de 8 de Março) constituiu-se a Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca, subordinada à Secretaria do Interior. Pelos arts 1 º e 5 º do regulamento, foram novamente definidas as funções da Secção de Estatística, segunda da Repartição, a saber:

1.º — Executar, coordenar e analisar todos os trabalhos estatísticos que se relacionarem com o estado físico, econômico, comercial, industrial, político, administrativo, moral e intelectual do Estado.

2.º — Formular planos e dados necessários à exata apreciação de qualquer ordem de fatos ocorrentes no Estado e susceptíveis de redução a fórmulas numéricas

3 º — Prestar as informações estatísticas de que carecer a administração pública.

4 º — Executar os trabalhos do recenseamento geral da população, segundo o plano que for organizado

5 º — Classificar os dados estatísticos e censitários que recolher, agrupá-los cientificamente, estabelecer as proporções aritméticas e geométricas a que êles se prestarem, expô-los em diagramas ou por outro método gráfico

Além dêsses, ela teria ainda o encargo de :

"Propagar pelos meios a seu alcance o conhecimento da necessidade e das vantagens da estatística, promovendo o concurso da iniciativa individual para a aquisição dos dados e das informações convenientes".

Por Decreto n º 1 435, de 11 de Fevereiro de 1909, o Govêrno do Estado, considerando o grande desenvolvimento que iam tendo os serviços afetos às Secções do Arquivo Público e a necessidade de dar autonomia a cada uma delas, resolveu desanexar, dessa tríplice Repartição, a Biblioteca e a Estatística, que passaram imediatamente a constituir duas Repartições autônomas.

Depois, pelo Decreto n.º 1.853, de 24 de Junho de 1912, o Governador do Estado, — "considerando que o serviço de Estatística, abrangendo vários ramos da atividade humana, exige, porisso, uma série de conhecimentos; considerando, mais, que essa circunstância aconselha a divisão dêsse serviço por secções, de modo que o respectivo pessoal, obrigado ao estudo de menor número de assuntos, possa assim se especializar" — reorganizou a Repartição de Estatística, ficando constituída por três secções: a primeira, de *Estatística Econômica;* a segunda, de *Estatística Política;* a terceira, de *Estatística Demográfica*, cogitando também o Decreto do número de funcionários do respectivo quadro.

O Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, que, no período presidencial (1908 a 1913), se notabilizou por uma soma inestimável de empreendimentos de grande projeção na vida econômica e social do Rio Grande, consubs-

tanciou a sua magistral obra administrativa em dois Decretos de inestimável valor histórico: o primeiro desanexando o Serviço de Estatística de outra repartição e dando-lhe a necessária autonomia, em 1909; o segundo, reorganizando, em 1912, seu aparelhamento, dentro de normas eminentemente técnicas, com a criação de 3 secções especializadas que, ainda hoje, não sofreram solução de continuidade quanto aos seus característicos mais elementares

No período governamental do Dr Borges de Medeiros, cidadão de grande cultura filosófica e, por isso mesmo, sábio cultor da verdade pura, continuou a Estatística Gaúcha, por largos anos, a gozar do mais alto conceito por parte da Administração que não regateava recursos materiais para o seu maior aperfeiçoamento técnico e científico. Para que nas suas linhas estruturais e na sistematização dos serviços a Estatística Riograndense pudesse nivelar-se às melhores organizações congêneres nacionais e estrangeiras, criou o Govêrno do Dr Borges de Medeiros, em 1926, a rede de informações do interior, nomeando, consequentemente, um delegado para cada comuna, afim de coletar os dados nas próprias fontes Essa instituição das agências municipais, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sua alta sabedoria e intuição técnica, muitos anos depois viria consagrar, em normas mais ou menos semelhantes, foi estabelecida mediante um convênio inter-administrativo, firmado entre o Estado e os municípios, e constitue a primeira organização dêste gênero no País.

No Govêrno do Dr Getúlio Vargas, recebeu a Estatística Gaúcha todo o apoio e prestígio a que fazia jus

Em 1936, é ratificado o convênio assinado, na Capital da República, entre o Estado e o Instituto Nacional de Estatística, para padronização das estatísticas brasileiras, firmado, em nome do Govêrno do Rio Grande do Sul, pelo seu representante, Dr Raul Pila, então Secretário da Agricultura, que, apesar da sua curta permanência na direção de uma das mais importantes pastas da Administração, se impôs à consideração e reconhecimento dos obscuros obreiros da Estatística pelo interêsse e entusiasmo com que se empenhou na efetiva integralização dos serviços regionais nas normas traçadas pela Convenção.

Durante o período republicano, até a presente data, teve a Estatística Riograndense os seguintes diretores, colocados de acôrdo com a ordem de sucessão :

1 º Duarte Ribeiro
2.º Francisco Gonçalves Miranda
3.º Artur Candal.
4.º João Pereira Gomes
5 º Júlio Vasques
6 º Nataniel Cunha
7 º Artur Candal
8 º Augusto M. de Carvalho
9 º Otávio M. Mascarenhas
10 º Augusto M de Carvalho

Assumindo, em 1907, a direção da Estatística do Rio Grande do Sul, seu Estado natal, o agrônomo Júlio Vasques, antigo colaborador do almanaque do Dr. Graciano de Azambuja, revelou-se, desde logo, um espírito culto e de grandes possibilidades de realização no desempenho do cargo para que fôra escolhido. Homem simples, dotado de uma extraordinária capacidade de trabalho, de um caráter sem jaça e de firme autoridade, Júlio Vasques simbolizou, por largos anos, a estrutura moral da própria instituição que dirigia Com grande tino administrativo, possuindo admirável senso prático e perfeita intuição técnica dos trabalhos estatísticos, com uma perseverança e tenacidade sem limites, sistematizou, definitivamente, os serviços de estatística do Estado e realizou trabalhos notáveis que o estão a recomendar à gratidão dos seus coestaduanos A modelar organização dos trabalhos de estatística demográfica do Rio Grande é uma realização só por si digna de recomendá-lo à justiça da posteridade, se tantos outros não chegassem para documentar seu mérito e encher de glórias o seu nome.

O Sr Artur Candal que, na primeira gestão, teve curta permanência no cargo de Diretor, na segunda tornou-se um dos beneméritos da Estatística Riograndense, pois, além de possuir primorosa cultura, revelou-se um excelente estudioso da técnica estatística, trabalhando, intensamente, para aperfeiçoar e dar expansão ao Departamento que dirigia com os mais satisfatórios resultados

O Sr. Augusto Meireles de Carvalho, ao contrário do Sr Artur Candal, fez longo estágio na primeira gestão, quando realizou um trabalho notável pela Estatística do seu torrão natal. Inteligente, espírito irrequieto, dominado por um grande anseio de realizações, conseguiu converter em realidade o seu grande sonho de tornar a repartição que dirigia uma das primeiras, em organização, na América do Sul, consoante expressão de um abalizado técnico norte-americano E, sem favor, pode afirmar-se que a Estatística regional deve à sua cultura, à sua argúcia, à sua tenacidade, a fase mais produtiva, mais brilhante e mais intensa de desdobramento da sua estrutura técnica

Enfim, todos os que estiveram à frente dos destinos da Estatística, no período republicano, cooperaram, ardorosamente, dentro das suas possibilidades, para maior aperfeiçoamento dêste Departamento técnico estadual.

O início de uma nova fase

De 1930 a 1937, não obstante o esfôrço desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um dos mais patrióticos empreendimentos dos nossos tempos, com âmbito de ação em todo o País, visando a padronização da Estatística Brasileira, e os compromissos assumidos pelo Estado, perante a referida instituição, a repartição estadual viu-se na contingência de paralisar toda a sua atividade, pela falta do mais rudimentar material de apuração.

Nesse lapso de tempo, a Administração do Rio Grande resolveu, sistematicamente, imobilizar, como o fez, o excelente aparelha-

mento estatístico do Estado, pondo em prática as medidas mais humilhantes para consecução dêsse fatal desiderato.

Em 1938, a Administração Riograndense, integrada no sadio espírito renovador do Estado Novo, voltou, imediatamente, a sua atenção para o aparelhamento estatístico, dando-lhe um prédio para sede e dotando-o de um equipamento "Hollerith"

E para concluir a obra de renascimento vitalizador do organismo estatístico, atrofiado e combalido pela mais lastimável indiferença e desprestígio do poder público, situação essa perdurante por cêrca de 7 anos, o Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado, solicitou a vinda de um técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para reorganizar os serviços estatísticos regionais, adaptando-os às normas daquela já consagrada instituição brasileira, para o que prometeu pôr em prática todas as providências e proporcionar os recursos necessários à obtenção dêsse grandioso objetivo Porisso, já se encontra entre nós o Sr Barreto Falcão, funcionário de primorosa cultura, de extraordinária capacidade de trabalho e de invejável espírito de organização, para tornar efetivo o ressurgimento integral da Estatística Riograndense, esquematizando o seu plano de trabalho dentro das normas científicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística O Sr. Barreto Falcão não traz somente as credenciais de Delegado do Instituto, mas uma vasta bagagem de realizações de caráter técnico, administrativo e literário e uma vontade inflexível de vencer a mais árdua das tarefas que já lhe foi confiada, do que, estou certo, conseguirá desincumbir-se cabalmente, dada a firmeza, serenidade e prudência com que vai vencendo os naturais obstáculos iniciais

Porisso, dentro em breve, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em cuja Secretaria se encontra o nosso eminente patrício e insigne mestre Dr Teixeira de Freitas, terá atingido uma das maiores etapas para integral normalização técnica da Estatística Brasileira

Dêsse fato, verdadeiramente auspicioso, a Administração do Rio Grande, como o povo gaúcho, hão de colhêr os mais salutares benefícios pela eficiência técnica que será imprimida ao órgão centralizador das estatísticas regionais.

Serviços de Estatística

São os seguintes os departamentos oficiais que possuem serviços de estatística organizados no Rio Grande do Sul :

Secretaria da Educação (Estatística Educacional)

Tesouro do Estado (Serviço de Estatística da Fazenda).

Viação Férrea.

Pôrto do Rio Grande

Departamento de Saúde Pública (Estatística Demográfica Sanitária)

Chefatura de Polícia (Gabinete de Identificação)

Prefeitura da Capital

Fontes de informação

Para elaboração do presente estudo histórico, foram compulsados os relatórios apresentados pelos diretores da Estatística à administração estadual, inclusive os de 1836 e 1857, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, as Mensagens governamentais e o *Ementário da Legislação Riograndense*, de Oldemar Rohrig

Albano de Oliveira
(Chefe de Secção do D E E do Rio Grande do Sul)

N. R — *Tendo sido elaborada em Agosto de* 1938, a interessante monografia do Sr. Albano de Oliveira apenas pôde registrar o "início de uma nova fase" na estatística sul-riograndense, sem que chegasse, todavia, a referir os seus resultados E êsses constituem, sem dúvida, uma das mais rápidas e expressivas vitórias ainda verificadas em qualquer dos sectores do sistema estatístico regional

Graças, sobretudo, ao apoio irrestrito assegurado pelo Govêrno do Estado à atuação do Delegado do Instituto, Sr Pedro Barreto Falcão, o Rio Grande do Sul conseguiu em menos de um semestre, ou seja até fins de 1938, dar admirável impulso à sua organização estatística, que passou a figurar na linha de frente, na vasta rede de órgãos técnicos coordenada pelo I B G E. Além do Decreto que deu nova estrutura aos serviços estatísticos sul-riograndenses, em proveito de sua eficiência, foram assinados ainda vários outros, todos êles de grande alcance para os objetivos que se tinham em vista Cumpre destacar, entre êsses Decretos, o de n° 7 604, que regulamentou a Bio-Estatística, o de n° 7.611, que regulamentou a Diretoria de Estatística Educacional, e, finalmente, o de n° 7 631, que regulamentou os serviços municipais de estatística

Baixada essa legislação, dela advieram resultados os mais favoráveis à estatística sul-riograndense Entre êles, por exemplo, o da elevação do orçamento do respectivo Departamento de mil e poucos para 1 500 contos e a sua subordinação ao próprio Chefe do Govêrno, conforme estatue, em benefício da hierarquia dos órgãos estatísticos centrais, uma das cláusulas da Convenção Nacional de Estatística Vale referir, também, que a transformação da antiga Secção de Estatística Educacional em Diretoria de Estatística Educacional importou na duplicação de seu pessoal e triplicação do respectivo orçamento.

Suficientemente aparelhado de material e pessoal, o Departamento de Estatística do Rio Grande do Sul entrou numa fase de grandes atividades, revelando a eficiência de seu mecanismo interno através de numerosos trabalhos estatísticos, entre os quais o "Anuário Demográfico", correspondente a 1938 e apresentando os dados completos do ano anterior, os volumes referentes às estatísticas industriais e bancárias, várias monografias, etc. Também à Diretoria de Estatística Educacional coube realizar uma obra de apreciável vulto, do que constituíram valiosa demonstração os dois volumes por ela editados em meados de 1939 — "Estatísticas Culturais de 1937" e "Boletim de Estatísticas Educacionais — 1936/1937"

A Junta Executiva Regional, por sua vez, passou a dar eficiente colaboração a êsse plano de reerguimento da estatística sul-riograndense, reunindo-se com absoluta regularidade e assentando providências do maior alcance

Em Janeiro dêste ano, o Sr. Barreto Falcão foi nomeado Delegado Regional do Serviço Nacional de Recenseamento no Rio Grande do Sul, indo ocupar a direção do Departamento Estadual de Estatística o Sr. Mem de Sá, que vem tendo, igualmente, uma atuação das mais proveitosas aos interêsses da estatística sul-riograndense

Chamado, também, ao desempenho de importante missão nos serviços censitários regionais, o Sr Ernesto Peland a deixou de exercer, naquele mês, as funções de Diretor da Estatística Educacional do Estado, sendo substituído por um seu esforçado colaborador, o Sr Américo Pio de Almeida

ESTATÍSTICA POLICIAL-CRIMINAL E SUAS DIRETRIZES TÉCNICO-CIENTÍFICAS

Normas de padronização da estatística policial-criminal apresentadas à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística pelo Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo, por solicitação da Junta Executiva Regional

SUMÁRIO: I — Generalidades; II — A estatística policial-criminal no Estado de São Paulo; III — A padronização dos serviços de estatística policial-criminal; IV — Conclusões; V — Apêndice; VI — Sugestões

I — Generalidades

1) — *A criminalidade depois da Grande Guerra* — Depois do grande conflito europeu de 1914 - 1918, a criminalidade assumiu proporções inquietantes em todos os países do mundo A Grande Guerra, que custou mais de 20 milhões de vidas, tendo deixado ainda dezenas de milhões de mutilados, criou um verdadeiro ambiente favorabilíssimo ao crime Tanto isso é verdade, que nos países beligerantes o número de delitos foi crescendo no domínio militar e civil, propagando-se o fenômeno às nações neutras de todos os continentes, onde surgiram *classes novas de delitos*, a princípio dirigidas contra a continuação da guerra Êsses delitos não eram previstos pelas legislações em vigor *Coube às leis especiais de efeito retroativo* sancioná-los rapidamente para a defesa dos interêsses bélicos. Por outro lado, nos códigos penais deixaram de figurar muitas espécies de crimes somente praticados em tempo de paz

Entre os chamados *delitos bélicos* devemos citar todos os atos criminosos contra a guerra, a sonegação ou o descuido na entrega de meios de transporte para os fins militares, a fuga provocada dos prisioneiros de guerra, os fornecimentos de péssima qualidade ao exército e à marinha, etc.

Delitos houve que estavam já proscritos nos códigos penais, mas chegaram a ser praticados com maior frequência durante a Grande Guerra. Trata-se de espionagem, delitos contra o dever do serviço militar, contrabando, revelação de segredos militares, entrada no serviço militar estrangeiro ou do inimigo, posse de armas proibidas, instigação dos crimes contra as fôrças armadas, organização de fôrças armadas proibidas, greves, delitos de imprensa, a falta de cumprimento dos contratos de emprêsas firmados com o Estado, ocultação de fugitivos militares, etc

No período que se seguiu à Grande Guerra verificámos toda uma série de delitos novos devidos especialmente aos transtornos políticos, sociais, econômicos e financeiros que tiveram por teatro diversos países em geral e, especialmente, as nações que perderam a luta Os movimentos revolucionários, as perturbações do equilíbrio da produção e do consumo, com o desaparecimento de milhões de consumidores na guerra, a desvaloriza-

> *A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em sua Resolução n.º 142, de 22 de Julho de 1939, sugeriu, como padrão para organização das secções ou serviços de estatística policial-criminal e judiciária das demais Unidades Federadas, o plano adotado, com os melhores resultados, no Serviço de Estatística Policial-Criminal do Estado de São Paulo*
>
> *Ainda na mesma Resolução, é recomendado ao estudo dos estatísticos brasileiros o trabalho organizado pelo mesmo Serviço, por solicitação da Junta Executiva Regional do Conselho em São Paulo, e no qual estão consubstanciadas, dentro de rigoroso critério técnico-científico, as normas de padronização convenientes ao levantamento da estatística policial-criminal*
>
> *Abrindo espaço, nesta secção, a êsse importante documento, queremos chamar para o problema a atenção de quantos estejam no caso de contribuir para o seu satisfatório encaminhamento, em benefício da regularização, em todo o país, de um plano de levantamento estatístico cuja importância técnica e social seria desnecessário encarecer*

ção da moeda, a desocupação, a miséria, a destruição de numerosos lares, etc , contribuíram para o considerável aumento de criminalidade.

Cada nova forma de delinquência cria novas classes de criminosos Temos, no caso, o exemplo da "lei sêca" dos Estados Unidos, a qual, de um dia para outro, aumentou formidavelmente o número de crimes e criminosos As novas leis penais teem tido, por vêzes, o mesmo resultado enriquecer com novos dados as estatísticas criminais

Segundo Thot, a criminalidade post-Grande Guerra, além da que se pode denominar de *ordinária*, divide-se em três grupos, de conformidade com a promulgação das novas leis penais, a recrudescência da criminalidade ordinária propriamente dita e o aparecimento de novas formas dos delitos conhecidos, formas essas que se podem qualificar de *características* O rápido progresso de certas ciências contribuiu também, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento de certas espécies de delinquência

Os principais fatos puníveis pela *legislação penal de caráter ocasional* são os seguintes abusos nos preços dos artigos de primeira necessidade, ocultação de mercadorias, adulteração dos gêneros de primeira necessidade, delitos comerciais, delitos industriais, crimes contra a segurança da Sociedade e do Estado (novas formas de sedição e rebelião), delitos contra as leis ou decretos tratando de câmbio, expatriação de capitais e moeda, não aceitação da moeda de circulação forçada, etc

Essa é a primeira forma extraordinária no *recrudescimento da criminalidade ordinária* Os delitos de sangue aumentaram em número A sua crueldade, ao mesmo tempo, representa o máximo do horrível e deshumano Parece ser essa uma consequência do "embrutecimento bélico" Os assassinos mais ferozes teem sido os ex-combatentes da Grande Guerra E' o exemplo daquele açougueiro da Alemanha que matou diversas pessoas, para vender a carne dos mortos no estabelecimento de sua propriedade

Verifica-se ainda um notável acréscimo de fraudes fiscais Veem em seguida os delitos de usura, de falsificação de invenções, marcas e patentes comerciais e industriais, etc A desocupação concorreu para o aumento considerável de vagabundos e mendigos

A terceira forma extraordinária da criminalidade, depois da guerra de 1914-18, consiste na apresentação dos delitos comuns sob aspectos novos. Tais são, por exemplo, os crimes de bigamia, de fraude de seguros, o incendiarismo profissional, etc No caso da bigamia, trata-se dos casamentos entre os prisioneiros de guerra, já casados nos respectivos países, com as mulheres dos países onde se achavam aprisionados. Outra classe de bigamia cabe às espôsas dos soldados que foram considerados mortos na guerra e cujas mulheres contraíam, assim, novos matrimônios

Nos Estados Unidos, a vaga da criminalidade post-guerra determinou um enérgico movimento repressivo que fez parte do programa governamental do presidente Herbert Hoover Ao assumir o govêrno em 1929, Hoover reconheceu, no seu discurso-plataforma, o mais completo "fracasso do sistema de justiça criminal" Disse mais "O mais nocivo de todos os perigos é atualmente a desobediência e a falta de respeito à lei A criminalidade aumenta sempre Ao mesmo tempo, diminue a confiança na justiça rígida e eficaz"

Objetivando essa providência do govêrno americano contra a criminalidade, organizou-se uma comissão especial encarregada de investigar as causas de semelhante situação e estudar os meios para debelar o mal E' a famosa "Comissão Wickersham" que publicou um volumoso relatório dos seus trabalhos, documentação essa verdadeiramente desconcertante

Vejamos as suas conclusões

Como causa principal da grande prevalência da criminalidade nos Estados Unidos, cita-se o fato de que os chefes de polícia são nomeados para períodos demasiado breves A cidade de Milwaukee, que só teve dois chefes de polícia durante o período de 46 anos, é considerada como um exemplo único em todo o país Outra causa da ineficiência policial, segundo o mesmo relatório, é o fato de que os criminosos norte-americanos estão melhor equipados para as suas façanhas, do que a polícia para combatê-los Cita-se o exemplo da cidade de Detroit, onde o uso inteligente das comunicações pelo rádio, em combinação com a atividade das fôrças policiais, deu excelentes resultados na luta contra a delinquência

Segundo G L Hofstaetter, a criminalidade nos Estados Unidos custa mais à nação do que todas as despesas efetuadas por ela em virtude da sua intervenção na Grande Guerra As perdas sofridas com os atos de terrorismo criminal atingem uma soma aproximada de 12 000 000 000 (doze bilhões) de dólares por ano Com êsse dinheiro poderia ser completamente solucionado o problema de desocupação Só na cidade de Chicago, por meio de atos de terrorismo, os bandidos americanos conseguem extorquir a importância de 145 milhões de dólares por ano Alí, somente em 1932, se veri-

ficaram 163 assaltos graves. Nas outras cidades americanas constata-se o mesmo Nos "rackets", atividade criminal tipicamente americana, segundo Hofstaetter, tomam parte operários, gente dos "bas fonds" e políticos de nomeada Somente em Nova York, os "rackets" rendem aos bandidos a importância anual de 500 milhões de dólares Cada habitante de Chicago paga 45 dólares anuais como subsídio ao crime organizado!

Temos assim um quadro sombrio da criminalidade européia e americana post-guerra. Durante o período de 1914-1918 e o que lhe seguiu até os nossos dias, verificou-se uma profunda transformação na mentalidade humana no sentido da mais completa corrupção moral e do desprêzo absoluto pela vida e pela propriedade alheias. Entre as causas já apontadas dêsse fenômeno social temos que citar ainda as seguintes:

a) — *O rápido progresso da técnica;*

b) — *O despotismo da máquina;*

c) — *O grande progresso da higiene pública.*

A máquina é uma fonte de desocupação Na delinquência mundial uma grande percentagem cabe aos desocupados de toda espécie, mesmo aos que se qualificam de "desocupados legais". O automóvel aumentou o número de homicídios e lesões involuntárias, contribuindo, com acidentes de trânsito, para a criação do novo tipo jurídico penal de *autocídio* Aumenta consideravelmente a prática de crimes por meio do rádio. O progresso das ciências médicas e higiene pública, por mais paradoxal que isso pareça, tendo concorrido para o melhoramento do nível da vida, prolongou a época de trabalho do homem, dando como resultado pessoas mais capazes para a atividade útil e uma luta mais intensa pela existência. Em última análise, essa forma de progresso concorreu também para a miséria pública e para a desocupação e, consequentemente, para o aumento da delinquência.

Se a Grande Guerra, na opinião de Thot, exerceu uma poderosa influência sôbre o desenvolvimento da criminalidade em todos os países do mundo, especialmente nos ex-beligerantes, não poderia êsse fenômeno universal deixar de repercutir no nosso País, ou, principalmente, no Estado de São Paulo, cuja população, especialmente cosmopolita, tem uma mentalidade mista e facilmente influenciável pelos diferentes fatores delinquenciais. Isso, aliás, é comum nos países de imigração. Até há poucos anos, certos crimes eram completamente desconhecidos entre nós. Nos delitos comuns não se verificava, senão raramente, aquela característica de crueldade ou horribilidade resultante do "entorpecimento moral" provocado pela sangueira ciclópica do conflito europeu. Houve, porém, entre nós, algumas mudanças políticas e sociais que não deixaram de favorecer a evolução das *novas formas do crime* na delinquência comum prevista pelo nosso Código Penal. Surgiram até atos puníveis que se tornou difícil classificar em face da legislação penal em vigor Daí o recurso das *legislações ocasionais ou suplementares* ou simples interpretações oportunas dos dispositivos vigentes do Código, "por analogia dos delitos".

O Estado de São Paulo foi teatro de três movimentos revolucionários: os de 1924, 1930 e 1932. E' claro que a fenomenologia criminal teria de se enriquecer forçosamente com novos materiais de estudo e de pesquisa, em face dos transtornos políticos, sociais, econômicos e financeiros ocasionados pelas perturbações intestinas

Releva notar, porém, que entre nós essa regressão moral, no sentido da criminalidade especializada ou comum, está longe de ser comparada com o que se tem observado em certas repúblicas sul-americanas, cuja importância não excede à de São Paulo. Alí a delinquência assumiu aspectos mais pronunciados de complexidade. E' fácil constatá-lo pela simples e rápida análise das estatísticas criminais referentes ao assunto.

2) — *A estatística do crime.* — Os dados acima aduzidos constituem um substrato científico das últimas estatísticas criminais da Europa e dos demais continentes onde êsse serviço constitue um precioso fator de julgamento da delinquência da nossa época. Referímo-nos ao movimento geral da criminalidade e suas relações com diferentes manifestações da vida social e privada E' conhecida a extrema complexidade dos fenômenos da moral negativa. A estatística criminal dá-nos, por isso, apenas uma idéia aproximada do que seja a tremenda realidade da *delinquência legal ou aparente,* à qual Quetelet denominou de "tributo que se paga com espantosa regularidade: o das prisões, dos ergástulos e dos patíbulos; o tributo que o homem paga ao delito!" Quetelet via no criminoso um verdadeiro *"budget des crimes e des prisons".*

A teoria queteletiana foi refutada por Oettingem, cujas tendências moralistas são bastante conhecidas Segundo o seu modo de ver, uma estatística do crime revela o seguinte:

"Muitos delitos apresentam constante progressão; mas, em outros, se apreciam notáveis oscilações, com períodos de perfeita irregularidade e sem

norma fixa alguma num sentido científico, oferecendo unicamente certos reflexos, numa relação perfeitamente concreta em certa ordem de modificações econômicas, morais e sociais Não nos importamos aquí com os acontecimentos mecanicamente produzidos, senão com as ações humanas procedentes de motivos individuais que, sem embargo, se influenciam por circunstâncias externas Tais motivos se apresentam constantemente em muitos homens".

A pesquisa da estatística criminal consiste, antes de tudo, na análise das ações puníveis nas massas (delitos) Completa-se com a pesquisa do indivíduo isolado ou dos motivos individuais, tratando-se de averiguar a influência que determinadas causas exercem, em certo espaço de tempo, sôbre um determinado sector de indivíduos

Observa-se em geral uma séria confusão em tôrno das diversas modalidades de estatística criminal, confusão essa que não tem motivo de ser Todos os domínios da estatística da moral negativa são perfeitamente delimitados e se completam no seu objetivo único: o estudo da delinquência Há quem confunda uma simples estatística de ocorrências policiais, por exemplo, com a estatística policial-criminal muito mais complexa do que a primeira, porque abrange o estudo mais aprofundado da criminalidade e suas características no período préjudiciário, logo após a prática do delito e sua classificação em face dos dados do inquérito policial Essa é a chamada *"estatística da delinquência aparente"* que se diferencia da *"estatística da delinquência legal"* de caráter judiciário

Esquematicamente, podemos traçar o seguinte quadro de diferenciação

I — *Estatística da criminalidade aparente* — Cômputo policial-criminal baseado nos dados intrínsecos e extrínsecos da delinquência, tendo como unidade estatística o *crime por espécie* e, accessoriamente, os números dos autores e das vítimas

II — *Estatística da criminalidade legal* — Cômputo judiciário civil e penal que compreende as seguintes sub-divisões:

a) — *Estatística civil* 1) — Pré-judiciária (estatística notarial); 2) — Judiciária administrativa (estatística judiciária civil) e sociológica (estatística da litigiosidade); 3) — Post-judiciária (estatística da execução civil)

b) — *Estatística penal* 1) — Pré-judiciária (estatística dos reformatórios); 2) — Judiciária: administrativa (estatística judiciária penal) e sociológica (estatística da criminalidade), 3) — Post-judiciária (estatística da execução penal, carcerária, etc.).

O simples cômputo de ocorrências policiais faz parte da estatística policial-criminal que tem o seu domínio circunscrito também à matéria administrativa e sociológica. Entretanto, a unidade estatística *"ocorrência policial"* pouco interêsse oferece sob o ponto de vista sociológico, não servindo, por isso, de base a qualquer pesquisa séria

A estatística da criminalidade legal tem por medida uma decisão irrevogável da autoridade judiciária (sentença). O crime, assim, somente pode ser definido como tal mediante a sentença do tribunal condenando o criminoso a uma determinada pena Admite-se, dêsse modo, que apenas pelas decisões judiciárias se pode reconhecer a existência legal e as características dos delitos e contravenções, permitindo ainda individualizar os respectivos responsáveis Entretanto, o objeto específico da estatística criminal judiciária não é constituído pelas decisões judiciárias em si, como atos da atividade da justiça (pesquisa de caráter administrativo) e sim pelo conteúdo das referidas decisões, no que diz respeito à existência do crime, suas características e as circunstâncias em que foi praticado, bem como no tocante às qualidades pessoais do autor ou dos autores (pesquisa de caráter sociológico)

Assim, a estatística criminal judiciária estuda, sob o ponto de vista estatístico, as características dos crimes e dos criminosos, características essas que veem referidas nas decisões definitivas e irrevogáveis da autoridade judiciária comum

Na sua generalidade, os países que dispõem dos serviços estatísticos criminais organizados seguem êsse critério científico

A estatística criminal não passa, pois, de estatística judiciária que tem como unidade o *criminoso* ou o *contraventor* irrevogavelmente condenados

A estatística criminal tem dois objetos bem distintos em relação aos dois pontos de vista, sob os quais pode ser estudada a delinquência em geral, quanto à extrinsecação da atividade ilegal manifestada com a violação das leis penais:

a) — *Objetivamente* — Tem de se determinar, antes de tudo, quantas e quais são as transgressões das leis penais A unidade estatística fundamental, no caso, deve ser o *crime*. Excluem-se, em geral, das pesquisas os delitos mais leves ou contravenções Não constituindo as contravenções um índice seguro da criminalidade real, o seu número considerável tornaria extremamente laboriosa a coleta dos dados estatísticos

O crime é o ato indicado pela decisão definitiva e irrevogável da autoridade judiciária. Enquanto essa última não tiver intervindo, objetiva e subjetivamente se poderá excluir a existência jurídica do crime ou modificar a sua definição.

O delito é considerado nas suas características em relação às leis violadas (*espécie*), ao grau de execução (*tentativa* ou *consumação*), ao número das pessoas que participaram da sua execução (*concurso subjetivo*), ao fato de ser cometido isoladamente ou em conjunto com outros crimes (*concurso objetivo*), às circunstâncias do tempo, lugar, etc.

Em suma: todos os elementos que concorrem para caracterizar a delinquência num certo lugar e num certo tempo

b) — *Subjetivamente:* — Para o completo conhecimento da criminalidade, não menos importantes são as pesquisas subjetivas sôbre as qualidades pessoais dos criminosos: *sexo, idade, estado civil, profissão,* etc. Também se estudam as condições em que os delitos foram praticados: *embriaguez, alienação mental,* etc ou a intensidade do crime cometido (indicada pela espécie do delito, pela pena imposta, etc.).

A unidade estatística fundamental nessas pesquisas é o *indivíduo condenado*. A estatística propriamente judiciária tem como unidade o *acusado condenado,* diferindo nesse ponto da estatística criminal. Para essa última o cômputo dos *absolvidos* é meramente accessório

Na estatística da criminalidade aparente os dados sôbre a delinquência figuram independentemente das denúncias ou decisões judiciárias Os delitos computados são definidos pelas autoridades policiais através das respectivas pesquisas e da instauração de competentes inquéritos a serem encaminhados à Justiça. Dêsse modo, a estatística policial-criminal pesquisa a massa dos crimes ou contravenções *de que as autoridades policiais tiveram conhecimento* Essa é, aliás, a caracrística do seu material estatístico. A estatística policial-criminal dos Estados Unidos (a mais bem organizada do mundo), da Finlândia, da Alemanha, da Suécia, da Polônia, da Inglaterra, da Itália, da Argentina, do Chile e do Estado de São Paulo tem exàtamente essa orientação científica

Uma estatística policial-criminal depende, de um modo geral, das seguintes questões de maior importância:

a) — *A determinação exata do âmbito de pesquisas.* A presença do elemento jurídico nos dados estatísticos criminais comporta uma dupla série de pesquisas: 1) — A determinação da atividade dos órgãos ou do órgão que produziu o material em estudo; 2) — O conhecimento do objeto da mesma atividade (crimes e contravenções).

No campo criminal essa matéria é tratada unitariamente na maior parte das pesquisas nesse sentido.

b) — *A determinação exata da unidade técnica característica de cada pesquisa em particular.*

c) — *A escolha do meio para a coleta de dados.*

d) — *A questão do pessoal ou das repartições a que se deve confiar a coleta de dados.*

e) — *Um sistema único de cuidados a serem observados na coleta de dados.*

Resta saber se as pesquisas da estatística policial-criminal teem um caráter científico, como acontece com a estatística criminal

Se a ciência é um complexo de pesquisas que visam o estabelecimento das leis reguladoras dos determinados fenômenos, deve-se reconhecer que as pesquisas da estatística policial-criminal, de caráter sociológico, teem um fundo perfeitamente científico, pois que teem por fim a determinação das leis que regulam os fenômenos representados: a atividade policial e seus resultados, as características e o movimento da delinquência, a contribuição das diversas categorias de pessoas para a criminalidade, etc.

Há dificuldades temporárias, porém superáveis, para que a estatística policial-criminal esteja em condições de formular as leis dos fenômenos que pesquisa Essas dificuldades decorrem dos defeitos intrínsecos do material estudado ou do desprêzo de algumas das causas de variação no desenvolvimento das séries estatísticas. Pode acontecer ainda que os dados coletados não tenham o valor representativo completo no que concerne ao fenômeno, cuja lei se procura formular. Os critérios discriminativos e os têrmos inadaptáveis de confronto dificultam igualmente o problema Uma vez removidos todos êsses obstáculos, a estatística policial-criminal poderá chegar à determinação das leis próprias, assumindo assim um caráter científico.

Temos assim esboçado o valor da estatística do crime, seja qual for a sua classificação no quadro acima apresentado.

II — A estatística policial-criminal no Estado de S. Paulo

3) — *O campo do Serviço de Estatística Policial:* — Criado pelo decreto n.º 7.223, de 21 de Junho de 1935, o Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo vem, desde aquela data, dedicando toda sua ati-

vidade técnica e científica ao cômputo estatístico policial-criminal, de acôrdo com as normas modernas e um aparelhamento adequado para êsse fim O seu campo de ação tende a estender-se a todas repartições da extinta Secretaria de Segurança Pública, a saber: todas as delegacias regionais e sedes do Interior do Estado, 11 delegacias circunscricionais e 13 especializadas da Capital, Laboratórios de Polícia Técnica, Serviço Médico Legal, Assistência Pública, Instituto de Criminologia, Repartição Central de Polícia, Serviço de Trânsito (acidentes de veículos), plantões, etc

Tratando-se da implantação de um serviço mecanizado, inteiramente novo na nossa esfera administrativa, foi necessário levá-lo a efeito por etapas Em 1936 foi mecanizada e posta em funcionamento toda a aparelhagem estatística das delegacias policiais do Interior do Estado Essa foi uma tarefa bastante árdua Nas fontes de coleta não se contava com um pessoal conhecedor da especialidade Necessário se tornou fazer-lhe compreender o elevado objetivo social da iniciativa, vencendo assim, pouco a pouco, a natural resistência que sempre se opõe ao estabelecimento dos novos serviços de natureza rigorosamente técnica

Terminada a primeira fase da atividade, o Serviço de Estatística Policial do Estado São Paulo iniciou, em 1937, a mecanização dos trabalhos estatísticos da Diretoria de Trânsito e do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações Finalmente, em 1938, o Serviço executou a terceira parte do programa, saindo do período de implantação para o de funcionamento regular em todas as suas secções

A apuração de 1939 está em franco progresso, devendo ser em breve divulgados os seus resultados, como os de 1938.

Cabe, portanto, por lei, ao Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo a execução do seguinte programa:

a) — fazer estatística de todos os crimes e contravenções cometidos durante o ano no Estado, com especificação das horas, dias, meses e lugares de sua verificação, assim como dos meios e causas presumíveis que os motivaram, b) — de todos os crimes e contravenções, segundo as características dos seus autores e cúmplices, c) — de todos os crimes e contravenções, por município e região policial, com os respectivos coeficientes de população; d) — das detenções efetuadas durante o ano, no Estado, segundo o motivo, com os característicos dos detidos e as especificações da letra *a*, e) — dos acidentes em geral ocorridos, no Estado, com a sua especificação; f) — dos incêndios, suicídios e tentativas de suicídio ocorridos durante o ano, no Estado, com as suas especificações; g) — dos veículos registrados e carteiras de habilitação expedidas, infrações regulamentares e outros serviços referentes ao trânsito em todo o Estado, h) — das perícias e outros trabalhos executados pelo Laboratório de Polícia Técnica; i) — das perícias médico-legais de todo o Estado, j) — do movimento carcerário de todo o Estado, l) — do movimento geral da Assistência Policial; m) — do movimento geral do Serviço de Identificação, n) — do movimento geral do Gabinete de Investigações, o) — do movimento geral da Superintendência da Ordem Política e Social, de acôrdo com os dados fornecidos por intermédio do Chefe de Polícia, p) — das custas e outras arrecadações da Polícia do Estado

O campo da atividade do Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo pode ser assim circunscrito

Área estatística, 247.239 km quadrados, população do Estado, 6 961 740 habitantes, população responsável (menos 25 %), 5 221 305 habitantes

Os dados da população e superfície do Estado de São Paulo foram oficializados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Quanto ao cômputo da chamada "população responsável", baseamo-nos na opinião científica de Schnapper-Arndt, segundo a qual uma parte relativamente numerosa da população — 25 % — é de uma idade inferior a 12 anos, não sendo, portanto, criminalmente responsável pelos atos que praticar A responsabilidade é ainda bastante atenuada até o limite de 15 anos de idade

A população de São Paulo ainda pode ser assim distribuída:

Capital, 1 217 330 habitantes, Interior, 5 744 410, total, 6 961 740

A organização policial do Estado de São Paulo compreende as seguintes dependências, além da Repartição Central de Polícia, antiga Secretaria da Segurança Pública

Capital — Delegacias auxiliares, 5; Delegacias especializadas, 13; Delegacias circunscricionais, 11, total, 29

Interior — Delegacia Regional de Araraquara, 25, de Baurú, 20, de Botucatú, 19, de Campinas, 28, da Capital, 12, de Casa Branca, 22, de Guaratinguetá, 25, de Itapetininga, 19, de Penápolis, 12, de Presidente Prudente, 13, de Ribeirão Preto, 21, de Rio Preto, 21, de Santos, 12; de Sorocaba, 15, número total de regionais, 14; total, 278

Temos assim, no Estado de São Paulo, um total de 307 delegacias de polícia divididas em auxiliares (5), especializadas (13), de 1ª classe (12), de

2.ª classe (14), de 3.ª classe (57), de 4.ª classe (53), de 5.ª classe (85) e de 6.ª classe (68). Todas essas delegacias servem de fontes de coleta do material elaborado pelo Serviço de Estatística Policial.

A Repartição Central de Polícia, além das suas dependências internas, conta com os seguintes departamentos que funcionam separadamente:

1) — Gabinete de Investigações; 2) — Gabinete Médico Legal; 3) — Assistência Policial; 4) — Delegacia de Ordem Política e Social; 5) — Diretoria do Serviço de Trânsito; 6) — Censura Teatral; 7) — Rádio Patrulha; 8) — Polícia Técnica.

Do Gabinete de Investigações fazem parte:

1) — Serviço de Identificação; 2) — Serviço de Estatística Policial; 3) — Delegacias Especializadas — (9); 4) — 1.ª e 2.ª Secções; 5) — Secção de Passes

A Delegacia de Ordem Política e Social conta com duas delegacias especializadas: a de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros e a de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições.

Junto à Diretoria do Serviço de Trânsito funciona ainda a Delegacia Especializada de Acidentes em Tráfego

Como se vê, o campo de atividade do Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo é vasto, tanto no que se refere às suas atribuições de caráter administrativo (estatística administrativa da Polícia de São Paulo) como no que concerne às pesquisas de caráter científico (estatística sociológica)

Para dar cabal desempenho à sua árdua missão, o Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo conta com as seguintes secções, na ordem ascendente:

1) — Portaria; 2) — Secretaria e Protocolo; 3) — Divisão de Coleta; 4) — Mecanografia; 5) — Tabelamento e Conferição; 6) — Cartografia e Desenho; 7) — Secção de Estudos e Divulgação; 8) — Sub-Chefia; 9) — Chefia

Temos, assim, uma ligação perfeita entre as fontes de coleta e o destino do material estatístico elaborado. O esquema acima pode ser, portanto, traçado da seguinte maneira:

I — *Fontes de coleta.*

II — *Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo.*

III — *Destino do material elaborado*

4) — *O objeto do Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo:* — O cômputo estatístico policial-criminal do Estado de São Paulo abrange dois domínios diferentes: sociológico e administrativo.

O plano de estatística adotado para êsse fim é o seguinte:

- **Estatística Policial Criminal**
  - 1) Delitos e Contravenções em geral
  - 2) Outras ocorrências policiais
    - Detenções correcionais
    - Desastres
    - Prisões
    - Acidentes do Trabalho
    - Saída de Presos
    - Suicídios e Tentativas
    - Incêndios
    - Acidentes de Veículos
    - Identificação Civil
    - Identificação Criminal
    - Pequenas Queixas

    } **Estatística Sociológica**
  - 3) Questões administrativas — Custas e outras arrecadações.
    — Estatística Administrativa.

Na parte sociológica, como a estatística criminal judiciária propriamente dita, a estatística policial-criminal estuda a delinquência sob dois pontos de vista: objetivo e subjetivo.

Objetivamente — As características objetivas da unidade estatística fundamental — *crime, contravenção* ou outra *ocorrência policial* — encerram os seguintes dados gerais:

a) — Natureza do fato; b) — Localização do fato no tempo e no espaço; c) — Meio empregado; d) — Causa

Logicamente, temos a seguinte sucessão de informes estatísticos:

1) — Ato ou ocorrência; 2) — Suas coordenadas no tempo e no espaço; 3) — Instrumento; 4) — Motivo do ocorrido.

Subjetivamente: — Computam-se os dados essenciais sôbre os autores e, possivelmente, sôbre as vítimas na seguinte ordem:

a) — Idade; b) — Estado civil; c) — Religião; d) — Nacionalidade; e) — Naturalidade; f) — Sexo; g) — Profissão; h) — Instrução; i) — Conduta; j) — Côr; l) — Prole; m) — Vício.

Com êsses elementos extrínsecos e intrínsecos, coletados por meio de um "Boletim Estatístico Modêlo", especialmente elaborado para cada espécie de ocorrência, tem-se um material suficiente para o estudo geral do desenvolvimento da criminalidade em São Paulo, em confronto com o crescimento da sua população. As demais ocorrências policiais fornecem igualmente interessantes informações para uma pesquisa comparativa.

E' de notar que o Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo é um órgão centralizador dêsses trabalhos, tal como sucede com a Divisão de Informações do Bureau de Investigações de Washington. Todo o material estatístico sôbre a criminalidade aparente é encaminhado ao Serviço, onde é tecnicamente elaborado, tabu-

lado e exposto O método do Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo não se afasta das seguintes diretrizes-mestras:

1) — Escolha adequada das fontes e meios de coleta; 2) — Escolha técnica da unidade estatística fundamental, 3) — Elaboração científica dos dados estatísticos, 4) — Crítica dos dados coletados, 5) — Tabulação eletro-mecânica do material; 6) — Exposição metódica dos dados, 7) — Estudo e divulgação dos mesmos dados.

Podemos, portanto, definir a estatística policial-criminal como sendo uma disciplina que estuda, sob o ponto de vista estatístico, as características dos crimes, contravenções e outras ocorrências policiais, bem como dos delinquentes e contraventores, tais como figuram nas conclusões dos inquéritos policiais a serem encaminhados a juízo

E' duplo, por isso, o objeto da estatística policial-criminal o cômputo dos crimes e suas características e o dos criminosos e suas qualidades pessoais

5) — *Movimento técnico do Serviço de Estatística Policial* — Mesmo lutando com enormes dificuldades, não só pela complexidade e volume dos seus encargos, como também pela insuficiência do seu pessoal mal remunerado e não hierarquizado, o Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo, tendo iniciado a sua atividade técnica em 1936, já conta com um considerável acervo de trabalhos Basta examinar, para isso, o movimento da coleta de boletins estatísticos durante o triênio de 1936-38:

ESPECIFICAÇÃO	1936	1937	1938	TOTAL
Detenções correcionais	29 029	41 043	50 579	120 651
Desastres	980	893	1 542	3 415
Acidentes do Trabalho	2 943	2 662	3 817	9 415
Saída de Presos	2 616	6 112	7 468	16 196
Remessa de Inquéritos	—	—	2 722	2 722
Prisões	6 656	9 750	15 085	31 491
Incêndios	522	950	1 023	2 495
Acidentes de Veículos	84	115	166	365
Delitos e Contravenções	—	588	3 590	4 178
Suicídios e Tentativas	6 895	9 340	9 299	25 534
Queixas	1 486	6 674	6 723	14 883
Identificação Civil	—	—	30 344	30 344
Identificação Criminal	—	—	5 301	5 301
Totais	51 211	78 127	137 659	266 997

Nesses totais estão também resumidas as atividades das divisões de Coleta, Mecanografia, Apuração e Tabelamento Foram, pois, codificados, apurados, conferidos, separados e tabelados 51 211 boletins em 1936, isto é, 4 234 boletins por mês. No ano seguinte, houve um aumento de mais de 52 % no volume dos trabalhos. Em 1938, temos 137 659 boletins, isto é, verificou-se um aumento, sôbre 1937, de 76 %.

III — A padronização dos serviços de estatística policial-criminal

6) — *Algumas justificativas* — Os Estados que se acham presentemente aparelhados para os serviços uniformes de estatística policial-criminal são: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e possivelmente, Baía Nesse número de unidades federativas devemos também incluir o Distrito Federal. Os demais Estados e o Território do Acre estão sujeitos ainda a uma adaptação lenta à organização racional de estatística e, por isso, não podem competir com o resto do país, no que concerne ao assunto em foco Isso decorre das próprias dificuldades técnicas dos serviços dessa natureza A adoção de um padrão único dos trabalhos para êsse fim teria apenas algumas vantagens teóricas, porém, praticamente, nada se poderia realizar de imediatamente útil E' que a formação da "conciência estatística" não se processa em pouco tempo Daí os erros tão comuns entre nós da execução dêsse ou daquele serviço inteiramente novo na rotina geral da nossa administração pública

São comuns as imperfeições dos nossos serviços estatísticos, seja qual for a sua especialidade Em se tratando da estatística da delinquência, a mais complexa de todas, não são raros verdadeiros contrassensos que surgem à publicidade, em forma de anuários ou boletins estatísticos Citemos alguns exemplos:

Temos em mãos um anuário estatístico correspondente ao ano de 1932 e publicado em 1935 No capítulo relativo à criminalidade lemos o seguinte, encimando uma tabela: "Suicídios, segundo as causas, em 1931". Vejamos quais essas "causas" arma de fogo, afogamento, enforcamento, envenenamento, precipitação, queimaduras e submersão Os estatísticos que elaboraram êsse anuário consideram como causas os meios empregados, esquecendo-se de que uma pessoa pode suicidar-se por motivos íntimos, moléstia incurável, dificuldades nos negócios, amores contrariados, etc O mesmo verificámos na tabela referente aos homicídios, cujas causas alinhadas à página 201 são as seguintes: arma de fogo, degolamento, envenenamento, instrumento contundente, idem pérfuro-cortante, idem perfurante, etc O mesmo êrro e a mesma ignorância das verdadeiras causas do homicídio Assim também nas lesões corporais, nos casos de violência carnal e outros dados correspondentes ao ano de 1932

Trata-se do terceiro anuário já publicado e o êrro palmar a que nos referimos persiste como norma

O "Anuário Estatístico" de um outro Estado, no que se refere à crimi-

nalidade e suicídios, é de uma pobreza de dados de pasmar. Alguns algarismos inexpressivos que nada revelam subjetiva ou objetivamente. Tem-se a impressão de uma estatística embrionária que não corresponde, nem de leve, à realidade.

Vejamos ainda uma outra publicação oficial:

A sua primeira rubrica é "Crimes em espécie" desdobrada em natureza dos crimes, característicos individuais dos indiciados e locais, meios utilizados, natureza da prisão, meses, dias, horas, cumplicidade e coautoria. Nas tabelas referentes a todos êsses assuntos verificamos uma coisa interessante: a identidade matemática entre os delitos praticados e seus autores. Elucidemos o caso:

Crimes	Contra a segurança interna da República	7
	» o exercício dos direitos individuais	12
	» a fé pública	2
	» a segurança da honra, etc	158
	» a segurança da pessoa e vida	1 021
	» a propriedade pública e particular	126
	» a pessoa e a propriedade	58
	Sem especificação	11
	Total	1 395

Isso, quanto ao número dos delitos por espécie.

Nos quadros referentes às características individuais dos indiciados o algarismo 1.395 repete-se invariavelmente. Assim, temos 1.395 indiciados distribuídos pela nacionalidade, sexo, raça, estado civil, instrução, profissão, prole, etc. As demais tabelas manteem êsse mesmo exquisito total que, a nosso ver, corresponde apenas ao número de ocorrências policiais não ao dos delitos por espécie e as características pessoais dos indiciados. Será que cada autor dos 1.395 computados praticou apenas um crime devidamente autenticado?

Eis o que resta saber.

Do exposto se depreende que os serviços de estatística policial-criminal, tais como existem no país, bem merecem uma certa uniformização para o efeito de homogeneidade tão necessária aos confrontos estatísticos Se a legislação penal é a mesma para todos os Estados, não há inconveniente algum em adaptá-la ao cômputo estatístico da criminalidade dentro das normas únicas de trabalho. Se dentro da própria Federação se torna impossível um estudo comparativo da delinquência na base dos dados estatísticos apurados, vista a diversidade de critérios adotados para êsse fim, não podemos nem sequer cogitar de confrontos inter-estaduais. A nossa estatística terá, dêsse modo, um alcance bastante limitado e puramente regional, deixando de ser um cômputo de massa como deve ser Daí a necessidade imprescindível de uma conveniente padronização dos serviços estatísticos de todos os Estados, com êsse objetivo.

7) — *O critério adotado pelo Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo* — Estando em estudos a reforma do Código Penal Brasileiro, não é possível cogitar, por enquanto, da solução de um dos problemas básicos da estatística policial-criminal: a classificação uniforme de delitos e contravenções Essa é uma séria lacuna que dificulta consideravelmente a organização científica dos serviços de estatística especializada no assunto, tal como foi possível realizá-la nos Estados Unidos, onde se chegou a uma classificação "standard" de crimes, tendo sido excluídas do cômputo estatístico todas as contravenções ou delitos mais leves, porque os mesmos não constituem um índice seguro da criminalidade e porque o seu número é tão grande e tão variável, que não há estatística em condições de realizá-la, mormente em se tratando de uma área estatística como a dos Estados Unidos. No Estado de São Paulo, porém, o Serviço de Estatística Policial computa igualmente as contravenções, além de todas as ocorrências policiais de importância A sua secção de coleta conta, para isso, com as seguintes dependências:

a) — Carteira n.º 1 — Detenções correcionais; b) — Carteira n.º 2 — Desastres; c) — Carteira n.º 3 — Prisões; d) — Carteira n.º 4 — Acidentes do Trabalho; e) — Carteira n.º 5 — Saída de presos; f) — Carteira n.º 6 — Suicídios e Tentativas; g) — Carteira n.º 7 — Incêndios; h) — Carteira n.º 8 — Acidentes de veículos; i) — Carteira n.º 9 — Identificação civil e criminal; j) — Carteira n.º 10 — Delitos e contravenções em geral; l) — Carteira n.º 11 — Pequenas queixas.

Vejamos as principais rubricas estatísticas dos respectivos boletins:

a) — *Carteira de Detenções Correcionais* — Os dados estatísticos constantes do Boletim n.º 1, estão distribuídos pelas seguintes rubricas:

1) — Motivo; 2) — Data; 3) — Hora; 4) — Em dia; 5) — Lugar; 6) — Idade; 7) — Estado civil; 8) — Religião; 9) — Nacionalidade; 10) — Naturalidade; 11) — Sexo; 12) — Profissão; 13) — Instrução; 14) — Conduta; 15) — Côr; 16) — Prole; 17) — Vício; 18) — Carceragem; 19) — Alimentação; 20) — Habeas-corpus; 21) — Foi identificado?

b) — *Carteira de Desastres:* — As principais rubricas dessa carteira são:

1) — Natureza dos ferimentos; 2) — Data; 3) — Hora; 4) — Em dia; 5) — Lugar; 6) — Agentes; 7) — Causas; 8) — Idade; 9) — Estado civil; 10) — Religião; 11) — Nacionalidade; 12) — Naturalidade; 13) — Sexo; 14)

— Profissão; 15) — Instrução; 16) — Conduta, 17) — Côr; 18) — Prole; 19) — Vício; 20) — Há inquérito?

Tais são os elementos constantes do Boletim Estatístico n º 2 Os dados subjetivos acima referem-se evidentemente à vítima

c) — *Carteira de Prisões* — O Boletim n º 3 compreende:

1) — Natureza, 2) — Data; 3) — Hora, 4) — Códigos e leis, 5) — Crimes previstos pela Cons das Leis Penais, 6) — Delito praticado no município de, 7) — Em dia, 8) — Lugar; 9) — Causa, 10) — Idade; 11) — Estado civil, 12) — Religião; 13) — Nacionalidade, 14) — Naturalidade; 15) — Sexo, 16) — Profissão, 17) — Instrução, 18) — Conduta; 19) — Côr, 20) — Prole; 21) — Vício

d) — *Carteira dos Acidentes do Trabalho* — Do Boletim Estatístico n º 4, constam as seguintes rubricas

1) — Data, 2) — Hora; 3) — Espécie de indústria, 4) — Causa; 5) — Salário, 6) — Consequências; 7) — Idade, 8) — Estado civil, 9) — Religião, 10) — Nacionalidade; 11) — Naturalidade, 12) — Sexo; 13) — Profissão, 14) — Instrução; 15) — Conduta, 16) — Côr; 17) — Prole, 18) — Vício; 19) — Seguro, 20) — Sindicalizado? 21) — Há inquérito?

e) — *Carteira de Saída de Presos* — Vejamos o conteúdo do Boletim Estatístico n º 5:

1) — Códigos e leis, 2) — Crimes previstos pela Cons das Leis Penais; 3) — Processado no município de; 4) — Motivo; 5) — Data; 6) — Destino

f) — *Carteira de Suicídios e Tentativas* — Os dados dessa carteira constam do Boletim n º 7:

1) — Natureza, 2) — Data, 3) — Hora, 4) — Em dia; 5) — Lugar, 6) — Meio empregado, 7) — Causa; 8) — Idade, 9) — Estado civil, 10) — Religião; 11) — Nacionalidade; 12) — Naturalidade; 13) — Sexo; 14) — Profissão, 15) — Instrução; 16) — Conduta; 17) — Côr; 18) — Prole; 19) — Vício; 20) — Há inquérito?

g) — *Carteira de Incêndios* — O Boletim n º 8 contém as seguintes rubricas

1) — Natureza; 2) — Data, 3) — Hora, 4) — Em dia; 5) — Lugar; 6) — Causa, 7) — Casualidade ou propositalidade; 8) — Valor; 9) — Seguro, 10) — Há inquérito?

h) — *Carteira de Acidentes de Veículos* — Trata-se dos dados estatísticos coletados por intermédio do Boletim Estatístico n º 9:

1) — Natureza do acidente; 2) — Natureza dos ferimentos; 3) — Data; 4) — Hora; 5) — Em dia; 6) — Lugar; 7) — Causa, 8) — Idade, 9) — Estado civil, 10) — Religião, 11) — Nacionalidade, 12) — Naturalidade; 13 — Sexo; 14) — Profissão; 15) — Instrução; 16) — Conduta; 17) — Côr; 18) — Prole, 19) — Vício, 20) — Estado físico; 21) — Estado mental; 22) — Habilitação, 23) — Reincidência; 24) — Espécie de veículo; 25) — Velocidade; 26) — Há inquérito?

i) — *Carteira de Identificação Civil e Criminal* — Do Boletim Estatístico n º 10 constam as seguintes rubricas

1) — Registro geral, 2) — Nacionalidade; 3) — Naturalidade; 4) — Idade; 5) — Estado civil, 6) — Profissão, 7) — Instrução; 8) — Côr; 9) — Sexo, 10) — Religião; 11) — Motivo; 12) — Conduta; 13) — Espécie da identificação; 14) — Está sendo processado? 15) — Foi identificado anteriormente? 16) — Foi identificado outras vêzes êste ano? 17) — Requisitante, 18) — Data

Para a identificação criminal serve o mesmo Boletim Estatístico acrescido de mais as seguintes rubricas código, leis e crimes previstos pela Consolidação das Leis Penais.

j) — *Carteira de Delitos e Contravenções em Geral* — Essa é a mais importante de todas as carteiras da Divisão de Coleta O Boletim Estatístico n º 11, encaixa as seguintes rubricas

1) — Código e leis; 2) — Crimes previstos pela Consolidação das Leis Penais; 3) — Data; 4) — Hora; 5) — Em dia, 6) — Lugar, 7) — Meio empregado; 8) — Causa; 9) — Idade, 10) — Estado civil, 11) — Religião; 12) — Nacionalidade; 13) — Naturalidade; 14) — Sexo; 15) — Pessoas jurídicas, 16) — Profissão; 17) — Instrução; 18) — Conduta; 19) — Côr; 20) — Prole; 21) — Vício, 22) — Prestou fiança? 23) — Há inquérito? 24) — Valor.

l) — *Carteira de Pequenas Queixas* — Do Boletim n º 12 consta:

1) — Motivo, 2) — Data; 3) — Hora, 4) — Idade, 5) — Estado civil; 6) — Religião; 7) — Nacionalidade, 8) — Naturalidade, 9) — Sexo; 10) — Profissão, 11) — Instrução, 12) — Conduta, 13) — Côr; 14) — Prole; 15) — Vício, 16) — Solução

Eis aí uma série de valiosos elementos procedentes dos diversos domínios da atividade policial A sua elaboração estatística abre imensos horizontes para múltiplas pesquisas sôbre os atos puníveis e numerosas circunstâncias de ordem social, econômica e política, em que os mesmos atos se praticaram A estatística policial-criminal não se limita, é claro, às circunstâncias em que se verifica a criminalidade em todos os seus aspectos, registrando apenas os dados objetivos e subjetivos de qualquer modo Faz a sua apuração

pelo processo científico, para que os resultados mereçam a máxima confiança possível e possam servir de precioso material de estudo.

Pelo que se viu, a Divisão de Coleta constitue a parte essencial de todo o mecanismo da estatística Cabe-lhe a grande responsabilidade de realizar um trabalho honesto de observação e inteligência, dentro das normas impecáveis do bom senso e conhecimento completo da matéria.

O funcionamento de todo o mecanismo do Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo pode ser assim esquematizado:

1) — Envio regular dos boletins estatísticos a todas as autoridades policiais do Estado, afim dos mesmos serem preenchidos nas suas rubricas; 2) — Recebimento dos boletins estatísticos preenchidos e controle da sua expedição e volta ao Serviço; 3) — Crítica dos boletins preenchidos, 4) — Devolução dos boletins indevida ou erroneamente preenchidos para a necessária correção, 5) — Codificação dos boletins estatísticos já criticados e considerados como satisfatórios em todas as suas rubricas; 6) — Apuração eletro-mecânica dos boletins codificados pela sua transformação em fichas perfuradas de Hollerith (fichas estatísticas); 7) — Arquivamento dos boletins mecanicamente apurados; 8) — Conferição e separação das fichas estatísticas, 9) — Tabelas codigráficas dos resultados apurados; 10) — Arquivamento das fichas perfuradas; 11) — Tabelamento dos dados estatísticos; 12) — Gráficos e desenhos; 13) — Pesquisas e divulgação dos dados tabelados, 14) — Tipografia do Serviço de Estatística Policial, imprensa, etc ; 15) — Sub-Chefia e Chefia do Serviço; 16) — Destino do material estatístico definitivamente elaborado.

8) — *A simplificação do sistema dos boletins estatísticos:* — A diversidade dos boletins estatísticos constitue, de fato, um certo inconveniente que se poderia remediar pela sua redução a dois apenas:

a) — Boletim Estatístico n º 1: — Crimes sujeitos a inquérito, acidentes do trabalho, acidentes de veículo, etc

b) — Boletim Estatístico n º 2· — Prisões e saída de presos.

Pela sua importância, o Boletim Estatístico n º 1 é, por assim dizer, o único, pois que serve para registrar todos os dados referentes às seguintes ocorrências policiais:

a) — *Delitos e contravenções;* b) — *Acidentes do trabalho;* c) — *Acidentes de veículos;* d) — *Incêndios;* e) — *Suicídios e tentativas;* f) — *Desastres.*

Quais as vantagens dessa simplificação ?

Enumeremo-las:

1) — E' muito mais fácil fazer-se o registro de ocorrências num só boletim que nos de diversos modelos, cujo manuseio, se torna difícil, principalmente no interior;

2) — O preenchimento do boletim, sendo feito uma só vez, deixa de ser fastidioso;

3) — Com o boletim único evitar-se-ia que o encarregado do seu preenchimento procurasse o modêlo correspondente a essa ou àquela ocorrência policial, preenchendo os boletins inadequados, como tem frequentemente acontecido, causando com isso grandes transtornos;

4) — O uso do boletim único, além de não sobrecarregar de serviço as delegacias, apresenta grande economia no material de coleta.

O boletim único, podendo ser facilmente adotado no interior, não será totalmente aplicável nas capitais dos Estados, onde existem repartições policiais especializadas que não registram senão uma determinada espécie de ocorrências Não lhes conviria, certamente, um boletim estatístico cheio de rubricas inúteis que nunca seriam preenchidas Para êsses departamentos policiais torna-se necessária a elaboração de boletins especiais. Tal se daria, por exemplo, com o registro estatístico dos acidentes de veículos (em São Paulo há uma delegacia especializada junto ao Serviço de Trânsito, encarregada dêsse trabalho).

Para a coleta do material estatístico do interior, onde as mínimas complicações dão margem a erros, o boletim único seria realmente uma medida ideal Exigindo inicialmente que se declare a natureza da ocorrência, poupa a quem o preenche o trabalho de registrá-la em modêlo especial no meio de muitos que existem.

A norma para o boletim único deve ser a mais simples possível, para que se evitem as confusões comuns nas suas rubricas.

E' essa uma dificuldade técnica que ainda depende de um acurado estudo.

9) — *O estudo do material estatístico e a sua divulgação* — O estudo e a divulgação do material estatístico são trabalhos de alta relevância e absolutamente indispensáveis a um departamento especializado em estatística Nesse ponto, é de se estranhar que a organização do quadro do funcionalismo especializado nesse serviço não conte com redatores-estatísticos com os seguintes requisitos essenciais: cultura geral, conhecimentos estatísticos sólidos, prática de redação e critério jornalístico de exposição dos assuntos da sua alçada.

Se entre as publicações estatísticas figuram anuários, relatórios, boletins e outras edições de caráter especial, além de comunicados à imprensa, não se pode compreender que semelhante encargo caiba a simples apuradores não familiarizados com a matéria

O comentário de uma tabela estatística exige conhecimentos técnicos de certa importância, para ser sóbrio e lógico Não é qualquer funcionário de estatística que pode fazê-lo dentro das normas científicas Dar publicidade a simples tabelas sem a sua descrição está longe de ser um trabalho aproveitável e capaz de chamar a atenção de quem quer que seja

Julgamos, portanto, uma vez reconhecida a necessidade da existência de secções de estudos e divulgação em todos os departamentos de estatística, que os cargos de redatores-estatísticos constituam uma categoria única no quadro do funcionalismo especializado nesse mister Caberá aos redatores-estatísticos a delicada missão de elaborar anuários, relatórios e boletins, que constituem um excelente veículo de propaganda dos conhecimentos estatísticos entre nós.

IV — Conclusões

10) — A estatística policial-criminal (cômputo da criminalidade aparente) tem um campo muito mais vasto que a estatística criminal de natureza judiciária Eis porque vários países do mundo, notadamente os Estados Unidos, a Finlândia e a Alemanha, chegaram a aperfeiçoá-la ao extremo Êsse ramo de estatística oferece um precioso confronto com a estatística judiciária (cômputo da criminalidade legal), do qual se pode deduzir ou medir a eficácia da justiça, na luta contra a delinquência Muitos delitos, devidamente autenticados e classificados nos inquéritos policiais, que se baseiam nos indícios pesquisados na criminalidade, passam por uma transformação radical, quando transitam em julgado Ou sofrem uma nova classificação em face da intensidade da pena que se impõe ao delinquente, ou são completamente anulados com a absolvição nem sempre lógica dos criminosos O arquivamento do processo conduz também a êsse último resultado Os dados da estatística judiciária, que tem por unidade estatística o delinquente condenado ou a condenação, são menores, portanto, que os resultados finais do cômputo estatístico policial-criminal Claro é que não se tem em vista apontar tão somente os possíveis erros da justiça no julgamento dos casos da sua alçada Existem também erros de natureza policial O fato é que é mais fácil objetivar um delito pouco depois da sua prática, do que examiná-lo tempos após Para isso concorre principalmente a atualidade das circunstâncias que presidiram à perpretação de um determinado crime, o que facilita a determinação da sua verdadeira natureza e suas causas Delitos há que, com o correr do tempo, perdem completamente a sua significação real Deixam, por isso, de figurar nas estatísticas, quando deviam fazer parte integrante da massa de ocorrências com as suas características próprias E' o que ocorre menos no cômputo policial-criminal do que no judiciário propriamente dito.

Tudo isso justifica amplamente a viabilidade do cômputo da delinquência aparente O têrmo "aparente" não significa, no caso, algo de ilusório ou que parece ser mas não é A criminalidade é aparente tal como aparece no momento em que se manifesta com todas as suas características e circunstâncias. que presidiram à ação criminosa Êsses elementos, evidentemente, surgem atualizados no tempo e no espaço Atualizar judiciariamente um delito no tempo e no espaço é uma tarefa impossível A máquina da justiça funciona quasi sempre lentamente, bem como nem sempre com perfeição Daí os dados incompletos ou mesmo adulterados que a estatística tem de elaborar

No Brasil, a estatística judiciária existe apenas fragmentariamente, limitando-se quando muito aos antiquados processos manuais de apuração, lamentavelmente falhos, e elaborados sem um critério científico adequado para êsse fim Com enormes soluções de continuidade, êsses elementos estatísticos não se prestam à pesquisa de espécie alguma e, como tais, são inócuos. O mesmo não acontece com a estatística policial-criminal que já dispõe de organizações mais ou menos completas, entre as quais a de São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais Padronizar de um modo uniforme e racional êsses serviços e estendê-los possivelmente aos demais Estados, aparelhando-os convenientemente e confiando-os a um pessoal de reconhecida competência e tirocínio, eis uma providência que se impõe, se contar com o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como órgão centralizador de todos os serviços estatísticos do país E' lógico que aproveitemos, sem mais delongas, o que já realizámos, embora em parte, nesse terreno de atividade O restante consistirá apenas no aperfeiçoamento crescente e na generalização do serviço a todas as unidades da Federação, à medida que se vá formando a "conciência estatística nacional" O processo mecânico de apuração pode ser adotado, por enquanto, nos Estados que disponham de

recursos necessários e cuja massa estatística seja de grande importância. Para um serviço de campo ainda limitado o próprio processo manual de apuração, uma vez devidamente padronizado e uniformizado, continuará prestando ótimos serviços com despesas mínimas Dêsse modo a estatística da criminalidade, entre nós, será, em breve, uma indiscutível realidade, como já o é no Chile e, em parte, na Argentina, únicos países da América do Sul que teem cogitado seriamente do problema em aprêço Não nos referimos ao Uruguai que, pela sua extensão territorial, não oferece grandes dificuldades na organização dêsse serviço, já o possuindo em pleno funcionamento

Além dos elementos necessários ao estudo da criminalidade e suas caracrísticas, a estatística policial-criminal, tal como é feita nos Estados Unidos, fornece dados interessantes para se poder apreciar a eficiência dos serviços policiais na prevenção e repressão ao crime E' que ela estabelece, no final, um balanço que pode ser assim resumido: *crimes que chegam ao conhecimento da polícia = crimes esclarecidos pela detenção + crimes não esclarecidos* Num país de crime organizado, como os Estados Unidos, êsse estudo estatístico é de uma importância capital para as reformas policiais que se tornem necessárias ou imprescindíveis. Uma notável percentagem de delitos praticados na América do Norte, e chegados ao conhecimento das autoridades policiais, uma vez que seja constituída de crimes que não foram esclarecidos pela detenção dos respectivos responsáveis ou supostos responsáveis, serve de índice seguro para a medida da atividade policial. Se essa percentagem aumenta de um período para outro, as repartições policiais dos Estados Unidos tomam todas as medidas necessárias para intensificarem a sua campanha sistemática contra a delinquência em geral. O trabalho da "Comissão Wickersham" foi uma dessas providências já não da polícia americana e sim do próprio govêrno federal dos Estados Unidos, ao qual a estatística policial-criminal indicou claramente o que se devia fazer para evitar a massa crescente dos delitos impunes. Não houve nisso nenhuma intenção oculta de melindrar a polícia ou a justiça do país Houve, sim, o que costuma haver em face dos grandes males sociais: a conjugação de todas as energias visando o bem estar e a segurança gerais Se nas grandes epidemias se torna necessário o concurso de todas as classes sociais para combater o mal ou evitar a sua propagação, porque no caso do crime, um grande mal social, não havemos de contar com a colaboração da estatística e de todos com ela ?

Se a nossa moral positiva tem de tudo quanto é louvável, devemos também conhecer a nossa moral negativa Não temos ainda o crime organizado, nem o que se chama de "delinquência específica", certa forma da criminalidade que, esporádica em alguns países, é regular nos outros, como se poderá ver no apêndice estatístico do nosso trabalho A moral negativa tem de ser energicamente combatida em todas as suas formas. Sem o justo conhecimento dos fenômenos que a caracterizam, como podemos combatê-la? Apenas teoricamente E o único meio de conhecê-la é computá-la estatisticamente e estudar as suas variações no tempo e no espaço

Finalmente, a estatística policial-criminal, na parte administrativa, serve de orientação da atividade policial nesse sentido Aparelhamento caro como a polícia, tem de pautar cuidadosamente os seus orçamentos pelo que despende e pelo que pode arrecadar nos diversos serviços a seu cargo Até nisso o grande conceito estatístico de *"numeri loquantur"* tem sua lógica

Não nos impressionemos com os resultados a que um dia chegar a nossa estatística da criminalidade. O *"budget des crimes"* de Quetelet, se não é propriamente um orçamento de delinquência que a humanidade tem de pagar sempre aos presídios e patíbulos, já não espanta mais os países adiantados do mundo que tudo fazem para cortar-lhe as despesas. Façamos o mesmo e a criminalidade nascente do Brasil não assumirá as proporções que tem assumido ultimamente na Europa e na América do Norte

V — Apêndice

Para se ter uma idéia do grande valor da estatística aplicada à criminalidade, bastam os seguintes dados comparativos coletados e estudados pelo Departamento Estatístico do Ministério da Justiça da Alemanha

Bélgica. — Período estatístico: 1920-1930 Estatística judiciária. Unidade estatística: delinquente condenado

MOVIMENTO DA CRIMINALIDADE

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	39 814	1926	42 254
1921	43 417	1927	43 099
1922	42 115	1928	41 597
1923	38 743	1929	40 130
1924	38 826	1930	39.954
1925	42 409		

A delinquência predominante foi contra a pessoa e vida (as lesões corporais voluntárias de 8.416, em 1920,

passaram a 16 598, em 1930). Um fenômeno inverso se observa nos crimes contra a propriedade (13 257, em 1920, para 5 944, em 1930) A delinquência específica é constituída, por assim dizer, pelo adultério e pela bigamia (2 492 casos, em 1920, e 2 033, em 1930) A criminalidade feminina diminue sensivelmente, assim como a de menores A reincidência tende a aumentar.

Bulgária — Período: 1920-1931 Estatística judiciária Unidade: delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	10 231	1926	17 716
1921	12 566	1927	20 187
1922	13 479	1928	20 229
1923	17 260	1929	22 143
1924	17 215	1930	23 551
1925	16 682	1931	21 531

A criminalidade específica na Bulgária consiste nos delitos cometidos no exercício das funções públicas e os praticados pelos advogados (de 148 a 628, de 1920 a 1931, respectivamente) Avulta consideravelmente a delinquência contra a pessoa e vida A marcha ascendente dos homicídios é simplesmente notável (de 349, em 1920, para 1 082, em 1930) O mesmo se verifica com as lesões corporais (de 1 152 a 3 504, em 1920 e 1931) Criminalidade feminina descendente e estacionária A de menores descendente A dos reincidentes aumenta

Dinamarca — Período: 1920-1931 Estatística judiciária Unidade: condenação.

ANOS	N.º de condenações	ANOS	N.º de condenações
1920	4 007	1926	4 622
1921	4 551	1927	4 819
1922	4 276	1928	5 045
1923	4 206	1929	4 579
1924	4 037	1930	4 665
1925	4 484	1931	4 568

Predomina a delinquência contra a propriedade. A criminalidade específica é o incesto (10 casos, em 1920, para 40, em 1931) A reincidência aumenta e diminue alternadamente

Inglaterra — Período: 1920-1932 Estatística judiciária Unidade: delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	35 367	1927	30 996
1921	35 649	1928	29 040
1922	31 813	1929	27 804
1923	29 113	1930	29 537
1924	27 874	1931	31 614
1925	27 863	1932	35 099
1926	39 664		

Trata-se só dos crimes propriamente ditos *(indictable offenses)*. Predominância: delitos contra a propriedade As leis inglesas são severíssimas em se tratando dos crimes contra a pessoa e vida Como delitos, estão computadas também as tentativas de suicídio As contravenções *(non indictable offenses)* atingem e ultrapassam meio milhão de casos por ano A criminalidade específica pode ser distribuída entre o estupro de menores de 13 a 16 anos, e incesto e bigamia

Estônia — Período: 1924-1933 Estatística policial-criminal Unidade crime

ANOS	N.º de crimes e contravenções	ANOS	N.º de crimes e contravenções
1924	64 048	1929	66 390
1925	64 954	1930	63 582
1926	65 165	1931	65 196
1927	63 087	1932	68 681
1928	64 180	1933	65 786

Para uma população que não chega a ser de 2 milhões de habitantes, essas cifras impressionam de fato Os crimes predominantes são os provocados pelo abuso do álcool (de 9.493 casos, em 1924, para 11 767, em 1926, e 8 937, em 1933). E' também impressionante a estatística de homicídios e lesões corporais (de 375 homicídios, em 1924, para 299, em 1933, com pequenas variações as lesões corporais atingem a um total de 3.681, em 1932). A delinquência específica é a do álcool

Finlândia — Período: 1920-1931 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado em primeira instância.

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	42 297	1926	92 184
1921	51 565	1927	112 284
1922	56 679	1928	114 758
1923	72 767	1929	117 702
1924	80 513	1930	122 686
1925	91 031	1931	78 920

A estatística policial-criminal, por sua vez, fornece os seguintes dados (unidade estatística: crime ou contravenção)

ANOS	N.º de crimes e contravenções	ANOS	N.º de crimes e contravenções
1927	168 217	1932	156 746
1928	176 281	1933	193 003
1929	184 558	1934	202 151
1930	188 156	1935	179 556
1931	169 905	1936	186 189

A Finlândia é, por assim dizer, o único país da "lei sêca" no mundo. A criminalidade devida ao abuso de bebidas alcoolicas assume cifras consideráveis (com algumas variações atinge a 80 474 casos em 1930). Essa é exatamente a sua delinquência específica.

França — Êsse país conta com a mais antiga estatística criminal do mundo Os primeiros trabalhos nesse sentido foram realizados em 1825 Desde êsse ano veem sendo feitos regularmente até os nossos dias.

Período 1920-1931 Estatística judiciária tríplice (crimes, delitos e contravenções) Unidade delinquente ou contraventor condenado.

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	226 035	1926	225 577
1921	231 092	1927	232 390
1922	200 123	1928	227 211
1923	185 734	1929	225 686
1924	186 197	1930	222 968
1925	211 034	1931	230 497

O número de contravenções, em 1930, atingiu um total de 783.961 casos, cifra essa máxima Entre a delinquência específica da França podemos citar o parricídio e o envenenamento (homicídio) Predominam os delitos contra a propriedade. Entre os delitos (classe diversa dos crimes e contravenções), os casos de adultério atingem a um total de 4 674, em 1920.

Grécia — Período: 1926-1931 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado.

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1926	36 508	1929	66 290
1927	53 217	1930	82 245
1928	53 837	1931	79 397

Entre as formas específicas da criminalidade da Grécia podemos citar o abigeato (1 521 casos só em 1929) e o contrabando (3.559 casos em 1926) Para uma população inferior a 7 milhões de habitantes, o número de homicídios alcança uma cifra considerável (523 casos só em 1931).

Itália — Período: 1920-1927. Estatística judiciária Unidade: delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	101 871	1924	127 339
1921	114 873	1925	120 018
1922	127 989	1926	126 885
1923	134.756	1927	138 539

Vejamos como se processa a marcha de homicídios:

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	648	1924	1 442
1921	960	1925	1 318
1922	1 374	1926	1 311
1923	1 406	1927	1 108

Aliás, na Itália como na maioria dos países latinos, a notável frequência dos delitos contra a pessoa e vida é um fato incontestável Importante é a criminalidade contra a fé pública que pode ser considerada como específica pelo número de seus casos (4.997 só em 1927) A delinquência feminina, tendo sofrido uma ligeira depressão em 1925, revela uma tendência para aumento A dos menores, após uma notável redução, manifesta-se mais ou menos estacionária A dos reincidentes diminue

A estatística policial-criminal fornece os seguintes dados para o período de 1931

Crimes contra a ordem pública	808
Resistência e desobediência à autoridade	11 519
Crimes contra a fé pública	13 858
Crimes contra os costumes e familia	13 858
Homicídios	2 260
Lesões corporais	72 925
Furtos	205 781
Roubos	2 623

Iugoslávia — Período: 1924-1932 Estatística judiciária Unidade: delinquente condenado.

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1924	47 102	1929	58 109
1925	47 548	1930	39 902
1926	47 089	1931	51 137
1927	48 105	1932	98 439
1928	43.517		

Predominam os delitos contra a propriedade.

Letônia — Período: 1925-1933 Estatística judiciária Unidade: delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1925	7 344	1930	11 054
1926	8 772	1931	12 470
1927	9 062	1932	13 954
1928	10 315	1933	14 704
1929	12 235		

Holanda. — Período: 1920-1933 Estatística judiciária: Unidade: delinquente condenado.

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	22 881	1927	18 411
1921	18 228	1928	17 877
1922	17 057	1929	16 869
1923	18 564	1930	17 120
1924	18 886	1931	17 547
1925	18 820	1932	17 676
1926	17 689	1933	19 494

Predominam os delitos contra a propriedade O número de homicídios é extremamente reduzido, atingindo somente a 17 em 1924. O número dos delitos sexuais aumenta, atingindo a um total de 1 194 casos em 1933 O número de contravenções foi de 214 354 em 1933. A criminalidade feminina é estacionária e a dos reincidentes diminue sensivelmente

Noruega — Período: 1923-1932 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1923	3 267	1928	3 731
1924	3 441	1929	3 680
1925	3 601	1930	3 961
1926	3 832	1931	4 141
1927	3 824	1932	4 299

Em 1932, verificaram-se apenas 2 homicídios nesse país O número máximo de contravenções foi de 67 649 (em 1923) A criminalidade de menores aumenta sensivelmente

Áustria — Período 1920-1933 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	33 293	1927	14 798
1921	34 568	1928	16 706
1922	31 361	1929	16 181
1923	23 526	1930	17 168
1924	20 522	1931	17 146
1925	20 041	1932	18 481
1926	20 908	1933	19 065

Trata-se somente de crimes e delitos (o código penal austríaco é tripartido como o francês e o alemão) O número máximo de contravenções corresponde ao período de 1932 (102 345 contravenções) Predominam os delitos contra a propriedade A delinquência específica consiste nos abortos provocados O número de abortos atingiu, em 1933, um total de 709 casos Diminuem a delinquência feminina e a de menores, aumentando consideravelmente a dos reincidentes

Polônia — Período 1923-1931 Estatística policial-criminal Unidade crime

ANOS	N.º de crimes	ANOS	N.º de crimes
1923	263 853	1928	356 630
1924	220 724	1929	367 005
1925	228 599	1930	383 538
1926	294 965	1931	432 523
1927	336 658		

Êsse foi um dos países em que a criminalidade atingiu proporções inéditas A delinquência específica da Polônia consiste no infanticídio Eis os dados a respeito

ANOS	N.º de crimes	ANOS	N.º de crimes
1923	969	1926	1 045
1924	963	1927	857
1925	1 117	1928	837

A partir de 1928, deixou de ser feita a estatística policial-criminal de infanticídios

O máximo dos homicídios corresponde ao período de 1930 (1 664 casos) Neste mesmo ano as lesões corporais atingem um total de 74 282 casos E' alarmante também o número de recém-nascidos expostos (1 766 casos em 1931) Os incêndios criminosos, nesse mesmo período, alcançam um total de 3 829 casos!

Portugal — Período 1920-1932 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	11 411	1927	10 633
1921	11 741	1928	10 370
1922	11 026	1929	11 053
1923	10 643	1930	11 475
1924	9 990	1931	10 164
1925	11 627	1932	10 746
1926	11 333		

Os homicídios oscilam entre os limites anuais de 260 e 170, correspondendo o máximo a 254 (em 1929) Predominam, em geral, os delitos contra a pessoa e vida

Rumânia — Período 1929-1931 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados
1929	76 824
1930	82 030
1931	88 375

Trata-se só dos condenados por crimes e delitos (código tripartido) As contravenções alcançaram, em 1931, um total de 329 151 casos A criminalidade específica consiste nos delitos florestais (191 866 casos em 1931, inclusive as contravenções da mesma espécie) O álcool é responsável por 17 908 delitos em 1931

Suécia — Período 1920-1932 Estatística judiciária Unidade: delinquente condenado em 1ª instância

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	109 463	1927	87 540
1921	85 956	1928	89 595
1922	79 065	1929	93 743
1923	85 747	1930	99 659
1924	87 807	1931	108 834
1925	91 389	1932	112 137
1926	86 913		

Os dados acima incluem também as contravenções Como em todos os países escandinavos, os delitos provocados pelo abuso do álcool constituem uma significativa maioria. Em 1920, o número dêsses casos atingiu um total de 34 472

Suiça — Período 1929 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado

Número de condenados em 1929 15 026

Predominam os delitos contra a propriedade Os delitos sexuais alcançam o total de 995 casos O número dos casos de incesto é de 58

Posteriormente, foram publicados mais os seguintes dados estatísticos

ANOS	N.º de condenados
1931	15 744
1932	16 559
1933	17 179

Em 1933, os delitos contra a pessoa e vida foram em número de 3 238 e os contra a propriedade, em número de 8 987

Espanha — Período 1920-1932 Estatística policial-criminal Unidade crime

ANOS	N.º de crimes	ANOS	N.º de crimes
1920	84 706	1927	86 891
1921	77 247	1928	48 165
1922	75 641	1929	79 473
1923	82 208	1930	79 749
1924	82 953	1931	112 266
1925	79 323	1932	126 611
1926	83 695		

O cômputo estatístico de 1928 figura apenas em parte Em 1932, temos os seguintes detalhes da criminalidade espanhola

Crimes contra a pessoa . .	21 807
" " " propriedade	59 841
" " " ordem pública	7 134
" " " liberdade e segurança pessoal	4 074
" " " honestidade	2 690

Turquia — Período 1926-1932. Estatística policial-criminal Unidade: crime

ANOS	N.º de crimes	ANOS	N.º de crimes
1926	85 531	1930	70 982
1927	86 584	1931	99 567
1928	95 104	1932	116 219
1929	77 327		

Húngria — Período 1921-1933 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1921	48 624	1928	67 676
1922	64 298	1929	63 437
1923	81 990	1930	66 095
1924	83 810	1931	73 960
1925	69 912	1932	85 006
1926	63 405	1933	92 009
1927	65 776		

Uma forma interessante da criminalidade húngara é a difamação (4 587 casos em 1933) O mesmo acontece com a injúria pela sua frequência (14 655 casos no mesmo período) Os crimes contra a saúde pública constituem a delinquência específica dêsse país (5 372 casos em 1933) Enquanto a criminalidade feminina e de menores diminue gradativamente, a de reincidentes aumenta de um modo contínuo

Egito — Período 1922-1931 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1922	119 718	1927	146 814
1923	126 888	1928	153 627
1924	143 589	1929	149 960
1925	147 080	1930	168 400
1926	147 770	1931	175 885

Trata-se apenas de crimes e delitos (código tripartido) As contravenções atingiram em 1931 um total de 307 999 casos

A estatística policial-criminal registrou, em 1931, 187 984 crimes e delitos, além de 349 175 contravenções A criminalidade específica do Egito consiste na destruição das colheitas e no envenenamento do gado Predominam os delitos contra a propriedade O número de homicídios é considerável, tendo atingido o máximo em 1930, com 2 839 casos

União Australiana — Período 1920-1932 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	165 717	1927	233 979
1921	176 960	1928	235 485
1922	183 153	1929	226 566
1923	196 464	1930	214 674
1924	191 458	1931	203 934
1925	208 198	1932	198 348
1926	229 819		

Estão incluídas as contravenções O número máximo de homicídios corresponde a 36, em 1922

Índia Britânica — Período 1920-1931 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	970 987	1926	1 094 023
1921	911 212	1927	1 176 614
1922	979 835	1928	1 216 867
1923	985 565	1929	1 304 590
1924	1 056 362	1930	1 224 382
1925	1 081 103	1931	1 256 466

Os homicídios atingem, em 1931, a cifra total de 10 623 A delinquência específica parece ser a de rapto de pessoas para resgate (2 536 casos, em 1931) Existe também o rapto com o propósito de escravidão (3 507 casos, mesmo período)

Chile — Período 1920-1933 Estatística policial-criminal Unidade crime

ANOS	N.º de crimes	ANOS	N.º de crimes
1920	75 649	1927	80 069
1921	79 539	1928	81 781
1922	78 505	1929	77 357
1923	74 737	1930	74 404
1924	70 027	1931	53 101
1925	72 079	1932	62 576
1926	74 344	1933	83 389

A marcha de homicídios obedece à seguinte ordem 1580, 1657, 1587, 1601, 2128, 2409, 2251, 2245, 2075, 2713, 2490, 2401, 2573 e 2476 O parricídio apresenta algo de característico na sua frequência (máximo de 23 casos em 1929 e 1932) Os delitos provocados pela embriaguez ascendem no máximo de 36 107 casos em 1921

Japão — Período· 1920-1931 Estatística judiciária Unidade delinquente condenado:

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	137 807	1926	151 825
1921	123 639	1927	153 702
1922	116 439	1928	140 150
1923	129 739	1929	151 726
1924	146 237	1930	163 192
1925	152 230	1931	151 296

A delinquência específica parece estar representada pela rubrica "jogos e loterias" Os delitos dessa espécie atingiram o máximo em 1926 com 62 318 casos

Alemanha — Período: 1920-1933 Estatística judiciária Unidade. delinquente condenado.

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	608 563	1927	608 356
1921	651 148	1928	585 862
1922	636 817	1929	593 707
1923	823 902	1930	594 610
1924	696 668	1931	564 903
1925	575 745	1932	564 479
1926	589 611	1933	489 090

A criminalidade específica da Alemanha continua sendo constituída pelos crimes sexuais em geral A sua frequência não deixa de ser impressionante

ANOS	N.º de condenados	ANOS	N.º de condenados
1920	6 938	1927	15 143
1921	10 609	1928	13 433
1922	10 758	1929	13 293
1923	9 630	1930	13 630
1924	12 715	1931	12 879
1925	15 955	1932	13 178
1926	16 441	1933	15 059

Os dados da estatística policial-criminal alemã, correspondentes aos anos de 1934, 1935 e 1936, são ainda mais consideráveis

---

Aquí encerramos êsses dados estatísticos coletados e elaborados com todo o rigor científico O seu estudo geral confirma o que asseverámos na primeira parte do nosso trabalho sôbre o extraordinário desenvolvimento da criminalidade depois da Grande Guerra Coube à estatística da criminalidade apontar os necessários meios de repressão e prevenção de delinquência, fato êsse que muito tem contribuído para o aperfeiçoamento dos trabalhos policiais e da própria justiça criminal

VI — Sugestões

A estatística policial-criminal, tal como está organizada no Estado de São Paulo, serve, realmente, de um ponto racional de partida para a padronização dêsse serviço técnico nos principais Estados do Brasil e, consequentemente, no resto do país, à medida das possibilidades de cada unidade da Federação

A dispersão dos serviços estatísticos em nada poderá ser útil, mormente no que se refere à moral negativa Cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística traçar as normas gerais destinadas a êsse fim O valor do cômputo da criminalidade depende de uma série de requisitos científicos que não podem ser dispensados Focalizamos, no nosso trabalho, alguns dados da estatística criminal comparada Estamos longe ainda de competir com

as nações que procuram combater a delinquência pela arma elucidativa dos números "que falam por si" Convém que, em face dos postulados racionais de hoje, façamos algo que não seja apenas uma aparência de estatística, para encher páginas e páginas de algarismos que não correspondam à realidade Publicar relatórios, boletins e anuários que atestem a nossa incompetência na matéria é documentar erros que podem transformar-se em rotina. Se países há, em número respeitável no concêrto das nações civilizadas, que teem o especial cuidado de elaborar sua estatística da criminalidade, sem temor algum de serem taxados de favoráveis ao desenvolvimento da delinquência em geral, visando, antes de mais nada, o meio mais seguro de sanear a sua parte de população afetada da moral negativa, o exemplo dêsses países não pode ser desprezado por nós que empregamos todos os esforços possíveis no sentido de que a nossa incipiente criminalidade não atinja as proporções do "delito organizado" Aprender para ensinar, eis o lema da estatística da moral negativa Aprendemos das demais nações mais especializadas do que o Brasil no assunto e aplicamos êsses ensinamentos à nossa realidade para um confronto que nos poderá ser útil. A marcha do crime no mundo inteiro tem suas características regionais que devemos conhecer, para poder evitar o "cosmopolitismo delinquencial" decorrente da nossa natureza de país imigratório A criminalidade no Brasil, por enquanto, não passa da chamada "criminalidade ordinária", como onus inevitável da delinquência comum. Especificamente, entre nós o delito que pode ser definido como típico é o abigeato, dada a natureza agrícola-pastoril da nossa terra O que se chama o "crime específico" dos outros países não passa, entre nós, de fenômeno esporádico com o mínimo estatístico no cômputo geral. Somos "atrasados" até no crime, em face dos demais povos do mundo!. Nem por isso, entretanto, devemos descurar da verdade socrática que vem de longe: conhece-te a ti mesmo, para poderes julgar os demais .

O Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo, não tendo tido ainda a possibilidade de divulgar, pelo menos em parte, o resultado dos seus ingentes trabalhos, já se acha em condições técnico-científicas de sugerir algumas medidas que a prática diuturna vem impondo Deve-se, antes de tudo, evitar uma publicidade fácil de materiais estatísticos mal elaborados e incompletos

O simples tabelamento de algarismos mais ou menos bem alinhados não significa a tradução matemática aproximada da realidade, mormente em se tratando do fenômeno do crime, efeito complexo de múltiplas causas-fenômenos No mais, o que preconizamos, a bem dêsse importante ramo de estatística, é o seguinte.

a) — Classificação uniforme dos delitos e contravenções, bem como de outras ocorrências policiais;

b) — Mecanização do serviço estatístico;

c) — Uniformização dos meios de coleta do material estatístico;

d) — Formação da "conciência estatística" por via das escolas e repartições especializadas,

e) — Hierarquização de funcionários estatísticos;

f) — Colaboração obrigatória da imprensa do país com todos os serviços de estatística, na época das suas campanhas necessárias e oportunas

Eis, em suma, o que podemos indicar de viável no momento atual

BRASIL

Depósitos de economia popular O presidente da Comissão de Defesa da Economia Nacional, Ministro João Alberto, apresentou recentemente ao Chefe do Govêrno os resultados do levantamento a que procedeu aquele órgão técnico, relativamente aos depósitos de economia popular existentes em todo o país em Junho dêste ano Segundo o mesmo documento, o total dêsses depósitos ascendia, naquela data, a 7 880 845 contos, sendo 4 673 363 contos distribuídos por 1 387 estabelecimentos bancários e 3 207 482 contos em 358 caixas econômicas, compreendidas as organizações federais e estaduais, quer autônomas, quer anexas

Feita a comparação com os dados apurados no levantamento realizado em Dezembro de 1939, verifica-se que houve um acréscimo geral nos depósitos de economia popular, no total de 1 709 284 contos, abrangendo todos os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre

Destaca-se da comparação o Estado do Rio Grande do Sul, com uma alta percentagem de aumento: 205,17%. Segue-se o Estado de Santa Catarina, com 60,72%

Vão abaixo relacionadas, em ordem decrescente da percentagem de aumento, as demais unidades da Federação

UNIDADES FEDERADAS	Aumento (%)
Alagoas	33,85
Distrito Federal	33,05
Espírito Santo	27,66
Paraná	26,75
Acre	25,43
Rio de Janeiro	22,60
Baía	21,85
Pernambuco	20,87
Rio Grande do Norte	17,17
Goiaz	17,03
Sergipe	16,75
São Paulo	13,69
Ceará	12,70
Minas Gerais	10,24
Piauí	8,38
Mato Grosso	7,74
Amazonas	7,10
Paraíba	6,31
Pará	5,43
Maranhão	0,45

Agrupados os Estados pelas zonas geo-econômicas — prossegue o relatório — temos para as mesmas as seguintes percentagens

Norte (Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí)	5,49%
Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía)	20,20%
Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo)	19,13%
Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)	141,04%
Centro (Goiaz e Mato Grosso)	11,65%

Destaca-se, como se vê, a zona Sul, cujo aumento extraordinário determinou uma alteração sensível no quadro da distribuição percentual, por zonas, do total dos depósitos de economia popular no país, em Junho do corrente ano

ZONAS GEO-ECONÔMICAS	Aumento (%)
Norte	1,52
Nordeste	7,30
Sudeste	77,07
Sul	13,58
Centro	0,53

Paralelamente a êsse acréscimo dos depósitos de economia popular, verificou-se, no mesmo período, um aumento sensível dos empréstimos bancários em todo o território nacional

O volume de tais operações, que se elevava, em Dezembro de 1939, a 11 281 668 contos de réis, atingiu em Junho dêste ano a 12 417 909, tendo-se verificado nas aplicações dos depósitos em geral um aumento correspondente a 10%, ou sejam, 1 136 241 contos de réis

Mais uma confirmação oferecem os presentes dados — acentua a exposição do Ministro João Alberto — da situação de prosperidade da economia nacional, apesar das dificuldades criadas pela guerra ao comércio exterior do país

Corografia e estatística O decreto-lei n º 2 141, que regulamentou a execução do Recenseamento Geral de 1940, atribuiu aos delegados regionais, seccionais e municipais do respectivo Serviço, além da execução dos trabalhos censitários, uma incumbência da maior importância

Cada um deles deverá juntar, ao relatório confidencial e minucioso das diferentes fases dos serviços censitários a seu cargo e das condições em que hajam os mesmos decorrido, um estudo documentado, de feição estatístico-corográfica, concernente ao Estado, à Secção Censitária (grupo de municípios) ou ao município, conforme o caso

O alcance da medida é evidente. Ninguém ignora quanto é falho o estudo da corografia do Brasil, bastando mencionar que alguns Estados são obrigados a adotar, nas escolas, compêndios de geografia e corografia regional eivados de erros.

Dentro de alguns anos, o Brasil será um país provido de fartas informações sôbre a sua feição física, com minúcias e precisão jamais obtidas até hoje Terá a sua carta ao milionésimo, terá os resultados de um recenseamento de extenso raio de penetração nos domínios da vida econômica e social, terá detalhados estudos corográficos de todas as parcelas do território nacional, como já possue o mapa de cada um dos nossos 1 574 municípios e como dispõe, em quasi todos êles, de um serviço estatístico permanente, cuja eficiência será ainda maior depois de concluídos os trabalhos básicos, ora em execução

As monografias sôbre aspectos fundamentais da vida nacional, ou da vida regional e municipal, conforme o caso, cuja elaboração será confiada a especialistas em cada assunto, constituirão estudos históricos e técnicos de palpitante atualidade

Essas monografias, que deverão ser publicadas em volumes independentes, à guisa de introdução aos resultados numéricos dos diversos censos, destinam-se a formar um documentário precioso, particularmente útil, a um tempo, ao administrador como ao sociólogo, ao sanitarista como ao pedagogo, ao homem de negócios como ao jornalista.

Exportação do Território do Acre

De Janeiro a Junho de 1940, as exportações do Território do Acre, para o resto do país e para o estrangeiro, elevaram-se a 13 390 toneladas, contra 15 407 toneladas, em idêntico período do ano anterior Houve, portanto, um decréscimo de 2 017 toneladas, no volume físico da exportação

A valorização dos produtos exportados valeu, todavia, por apreciável compensação Assim é que as exportações acreanas, de Janeiro a Junho último, acusaram, quanto ao valor, nada menos de 18 212 contos de réis, enquanto no primeiro semestre de 1939 haviam atingido apenas 15.983 contos Houve, como se vê, um aumento de 2.229 contos

Foram a borracha e a castanha os produtos que mais contribuiram para êsse resultado, tanto mais auspicioso para a economia do Território quanto é certo que, de um modo ou de outro, as repercussões do conflito europeu vão afetando cada vez mais o regime de trocas entre os vários mercados, — mesmo os aparentemente inaccessíveis aos efeitos da guerra sôbre os quadros econômicos mundiais

Sôbre a arrecadação do Amazonas

Até 1933 — refere, em seu "comunicado" n º 42, o Departamento Estadual de Estatística do Amazonas — uma das maiores fontes de arrecadação do Estado era a receita dos produtos de exportação Em 1934, verificou-se pequena queda nessa rubrica, acentuando-se de mais a mais êsse decréscimo até 1939, quando a diferença atingiu a 3.079:658$300, ou sejam 1 318 417$500 menos que em 1938

Das diversas espécies de produtos regionais que constituem a exportação do Estado, contribuiram com maior receita para a exportação, em 1939: castanha — 1 247:459$000; borracha — 821:038$100, couros — 382:809$400; peixe sêco — 146 265$400; guaraná — 47:696$300; madeiras — 9:369$300; essência de pau rosa — 294 643$400, e piaçava — 56:834$500.

Visando melhor compreensão do assunto, o Departamento de Estatística do Amazonas organizou o seguinte quadro, detalhando a arrecadação de cada produto e respectiva percentagem, relativamente à arrecadação global do Estado, que se elevou, em 1939, a 20 047:009$602

PRODUTOS	TAXA DE EXPORTAÇÃO	
	Valores absolutos	% sôbre a arrecadação do Estado
Castanha	1 247:459$000	6,2%
Borracha	821:038$100	4,1%
Couros	382:809$400	1,9%
Peixe sêco	146:265$400	0,7%
Guaraná	47:696$300	0,2%
Madeiras	9:369$300	0,1/2%
Essência de pau rosa	294:643$400	1,5%
Piaçava	56:834$500	0,2%

O babaçú no Piauí

Entre os produtos típicos da indústria extrativa de alguns Estados do Norte do Brasil, ocupa, sem dúvida, lugar de destaque o babaçú

Do babaçú, já se tem dito, tudo se aproveita As fôlhas e os talos das palmas, a fibra e o tecido das espátulas, o palmito, o côco, as amêndoas e, até, o espique da palmeira

No Piauí, o babaçú encontra-se espalhado por quasi todo o Estado, nas várzeas, nas terras baixas e nas margens dos rios, principalmente na zona do Parnaíba

Segundo informa o Boletim n º 10 do Departamento Estadual de Estatística do Piauí, aquela unidade federada produziu, em 1935, 5 400 toneladas de amêndoas de babaçú Na mesma publicação, encontram-se os números relativos à produção nos anos seguintes 1936 — 9 775 toneladas, 1937 — 8 254 toneladas; 1938 — 7.411 toneladas, 1939 — 11 380 toneladas

Os maiores produtores, em 1939, foram os municípios de Miguel Alves, Pôrto Alegre, Belém, João Pessoa, Barras e Teresina

Em virtude da facilidade de comunicações, alguns municípios do sul do Maranhão fazem a exportação das suas amêndoas pelo Piauí, o que vem a se refletir na estatística das vendas por êsse Estado, que é maior do que a de sua produção Assim, a exportação de babaçú pelo Piauí, no quinquênio, é expressa pelos seguintes números: 1935 — 7 721 toneladas, 1936 — 13 964; 1937 — 11 792, 1938 — 10 587, 1939 — 16 257

Os Estados Unidos da América do Norte foram, em 1939, os maiores compradores do babaçú do Piauí, elevando-se as suas aquisições a um total de 14 867 421 kg

A produção de diatomito no Nordeste

O Brasil possue grandes reservas de diatomito, que é matéria prima de larga aplicação na construção e na indústria moderna Existem ocorrências dêsse minério em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Amazonas, Rio de Janeiro e outros Estados

Segundo informações prestadas pelo Departamento de Estatística de Pernambuco ao Ministério da Agricultura, êsse Estado produziu 8 300 kg de diatomito, no valor de 7 500$000, em 1937, 184 171 kg, no valor de 261 389$900, em 1939, e 329 411 kg, no valor de 403 548$100, nos dez primeiros meses de 1940

O minério no Recife é encontrado no bairro de Dois Irmãos, ocupando uma área de 52 mil metros quadrados, cujo volume em diatomito é calculado em 154.000 metros cúbicos.

Atendendo a solicitação do Serviço de Estatística da Produção, o Departamento de Estatística do Ceará informou que existem nesse Estado mais de 30 jazidas de diatomito, com um potencial calculado em mais de 5 milhões de toneladas, merecendo destaque as jazidas de Messejana e Alagoinha As características do minério cearense não podiam ser melhores

A exportação do diatomito começou no Ceará a partir de Janeiro de 1940, com uma média mensal de mais de 10 toneladas O preço tem sido variável, de 500$ a 1:500$ por tonelada, sendo as praças do Recife, Baía, Rio e São Paulo as maiores compradoras

No Ceará, êsse produto é explorado pela população, para a fabricação de tijolos leves, estimando-se alí um consumo de 100 mil toneladas de diatomito, por ano A cidade de Fortaleza tem sido quasi que inteiramente construída com tijolos de diatomito, o que a torna a única na região equatorial efetivamente protegida contra o calor solar

A produção do milho na Paraíba

O milho está relacionado, atualmente, entre os produtos de maior importância da riqueza agrícola nacional Os dados estatísticos referentes a êsse cereal revelam a contínua progressão das áreas cultivadas e, ainda, o aumento do seu valor econômico como produto de grande consumo e fácil colocação nos mercados

A produção do milho no Estado da Paraíba, segundo as estimativas levadas ao conhecimento do Ministério da Agricultura, apresentou, em fins de 1939, um resultado cinco vêzes superior ao do ano de 1933, desde quando, após ligeiras diferenças a mais nos anos de 1930, 31 e 32, a produção e o valor do milho veem aumentando consideravelmente, pondo em evidência resultados francamente compensadores

Em 1930, a produção do milho no Estado da Paraíba, de acôrdo com os referidos dados, foi de 233 600 sacas de 60 kg Em 1931, aumentou para 307 467 sacas, baixando repentinamente, em 1932, para 192 000 Dêsse ano em diante, porém, os aumentos foram sucessivos, ultrapassando todas as expectativas Em 1933, passou de 129 000 para 145 980 sacas e já no ano seguinte, em 1934, a produção atingia o total de 475 000 sacas de 60 kg, sendo que, nos anos subsequentes, foram os seguintes os totais da respectiva colheita: 600 000 sacas de 60 kg, em 1935, 550 000, em 1936; 624 750, em 1937, 646 416, em 1938 e 594 845, em 1939

O valor da produção, que foi de 2 901 contos em 1930, baixou para 1 314 contos em 1931 e, de então para cá, aumentando sempre, atingiu a cifra de

9 049 contos de réis em 1938 No ano passado, a produção do milho no Estado da Paraíba foi de 8 209 sacas de 60 kg, na importância de 8.209 contos de réis.

A pesca em Pernambuco O Departamento de Estatística de Pernambuco dedica o n.º 220 de seu interessante boletim de informações — distribuído em edição mimeográfica — à análise, baseada em grande cópia de dados estatísticos, de vários aspectos da indústria da pesca, naquele Estado nordestino Depois de pôr em relêvo o quanto as condições geográficas locais favorecem aquela indústria, passa o estudo a ressaltar a importância que o desenvolvimento da pesca apresentaria, quanto à própria balança comercial de Pernambuco, para cujas importações concorrem de maneira tão acentuada os produtos de alimentação, adquiridos quer nos outros Estados, quer no estrangeiro E' que, ao lado do charque e do trigo, que, concorrendo com avultadas parcelas, oneram sobremodo as compras, de sorte a se tornarem grandes responsáveis pelos *deficits* da balança comercial pernambucana, surgem as importações de bacalhau, de peixe sêco, de peixe em salmoura, de peixe congelado, de conserva de peixe, e, até mesmo, embora com pequena cifra, de camarões secos.

O quadro abaixo, discriminando as compras de tais artigos aos demais Estados e ao estrangeiro, em 1939, permite observar que 3,01% do valor da importação estrangeira corresponderam àqueles produtos, cifra que, no entanto, cai para 1,17% em relação ao valor da importação geral de Pernambuco

I — Importação do pescado em 1939

PRODUTOS	PROCEDÊNCIA			
	Do país		Do estrangeiro	
	Volume (kg)	Valor (contos de réis)	Volume (kg)	Valor (contos de réis)
Bacalhau ...	4 065	17 330	2 778 938	5 934 570
Peixe congelado	13 695	7 770	966	3 381
Peixe em salmoura	549	4 392	912	3 114
Peixe sêco.	672 835	1.027 799	—	—
Conserva de peixe	192 241	399 844	42 471	232 610
Camarões secos	901	4 600	—	—
Total	884 286	1 461 735	2 823 287	6 173 675

E' interessante observar, a seguir, os dados referentes à importação de bacalhau no decênio 1930/1939, — tendo-se em vista a importância daquele produto na balança de trocas do Estado:

II — Importação do bacalhau no decênio 1930/1939

ANOS	VOLUME		VALOR	
	Números absolutos (toneladas)	Números índices (1930=100)	Números absolutos (contos de réis)	Números índices (1930=100)
1930	7 072	100	11 914	100
1931	5 313	75	9 916	83
1932	5 710	81	9 030	76
1933	5 798	82	9 239	78
1934	4 141	59	4 170	35
1935	3 274	46	5 566	47
1936	4 606	65	9 082	76
1937	4 606	65	9 082	76
1938	2 479	35	6 099	51
1939	2 783	39	5 952	50

O andamento dos números índices reflete apreciável decréscimo, no período estudado, quanto às aquisições de bacalhau; essa tendência, todavia, não se reveste de maior importância para os interêsses econômicos do Estado porque a ela corresponde — apesar de existir no mercado pernambucano apreciável quantidade de pescado, já fazendo concorrência aos produtos importados — o aumento verificado nas importações de outro artigo de largo consumo nos Estados nordestinos: o charque

Acentua o boletim que, apesar das facilidades oferecidas pelas condições geográficas, a pesca em Pernambuco ainda não tem a sua exploração racionalmente industrializada. Com efeito, do total de 1 130 embarcações, apenas duas se acham providas de frigoríficos, estando em condições, portanto, de conservar o pescado. Observa-se também que, no mesmo total, somente quatro barcos dispõem de motores, podendo assim furtar-se aos caprichos do vento e atingir regiões que as jangadas não podem alcançar.

Elevou-se a 1 486.529 kg a produção de pescado, em Pernambuco, no ano de 1939. Em igual período, a produção de conservas de crustáceos no Estado ascendeu a 16.542 kg, dos quais foram exportados 92,56%, ou sejam, em números absolutos, 15 312 kg, no valor de 34:164$000.

Conclue o boletim do Departamento de Estatística de Pernambuco informando que o Govêrno Federal, em colaboração com o do Estado, promoverá a instalação, no próximo ano, de três grandes entrepostos no litoral pernambucano

Além dêsses entrepostos, providos da mais moderna aparelhagem e destinados principalmente à frigorificação do pescado, uma vez que não se pode pensar em industrialização da pesca sem os recursos da refrigeração, é pensamento do Govêrno fundar no Recife um estabelecimento semelhante, dotado de modernas instalações.

Entre essas instalações, e com o intuito de aumentar o consumo do peixe, figurará um restaurante, que se especializará no preparo de iguarias feitas com o produto da pesca

Essas iniciativas terão, decerto, o maior alcance, em proveito de uma atividade diretamente ligada aos melhores interêsses da economia pernambucana

Exportação de Sergipe

Segundo o "Boletim de Comércio — Ano I — N° 1", publicado pelo Departamento Estadual de Estatística de Sergipe, aquela unidade federada exportou, em 1939, 79 622 963 kg de mercadorias, no valor de 88 187 141$470

Dêsses totais, quanto ao volume, 77 602 783 kg destinaram-se ao comércio interno e 2 020 180 kg ao comércio exterior, quanto ao valor, atingiu a 84 355 942$170 a exportação para os outros Estados e a 3 831 199$300 as vendas para o estrangeiro

A exportação de Sergipe para o exterior, em 1939, pode ser apreciada no seguinte quadro

PAÍSES DE DESTINO	Volume (kg)	Valor
Alemanha	457 649	802:642$100
Bélgica	857 187	328:735$000
Estados Unidos	242 667	1 985:271$200
França	7 440	15:624$000
Inglaterra	437 882	638:487$000
Polônia	14 785	29:600$000
Portugal	2 570	30:840$000
Total	2 020 180	3 831:199$300

Para a Alemanha, a exportação constou de algodão em pluma — 265 187 kg, no valor de 688:044$100, farelo de caroço de algodão — 152 400 kg, no valor de 94 740$000, mamona em baga — 37 260 kg, no valor de 13:258$, e desperdícios de lã — 2 172 kg, no valor de 6 600$000

O Estado de Sergipe vendeu à Bélgica apenas durante o primeiro trimestre de 1939 A exportação para êsse país constou de farelo de caroço de algodão — 660 600 kg, no valor de 237 190$000; torta de caroço de algodão — 152 400 kg, no valor de 54 000$000, couros e peles — 14 250 kg, no valor de 28 500$000, e milho em grão — 29 937 kg, no valor de 9:045$000

Para os Estados Unidos, aquela unidade federada exportou, em 1939, couros e peles — 118 427 kg, no valor de 1 959 179$200, e mamona em baga — 54 240, no valor de 26 092$000

À França, Sergipe vendeu, igualmente, apenas no primeiro trimestre do ano A exportação constou de 7 440 kg de couros e peles, no valor de 15 624$000

Para a Inglaterra, foram exportados couros e peles — 290 882 kg, no valor de 602 187$000, caroço de algodão — 42 000 kg, no valor de 6.300$000, e milho em grão — 105 000 kg, no valor de 30 000$000

A Polônia foi outro país que importou de Sergipe apenas no primeiro semestre de 1939 O Estado nordestino vendeu-lhe 14 788 kg de couros e peles, no valor de 29 600$000

A exportação do Estado para Portugal constou apenas de um produto — tucum em rama — 2 570 kg, no valor de 30 840$000

As exportações de Sergipe para os mercados internos foram mais importantes que as encaminhadas ao comércio exterior, quer em volume e valor, quer na quantidade dos produtos exportados.

Aos outros Estados da Federação, informa o "Boletim de Comércio" do Departamento Estadual de Estatística, Sergipe vendeu açúcar de cana, algodão em rama, arroz sem casca, côco, couros e peles, farinha de mandioca, fumo em corda, sal comum, tecidos de algodão, tecidos de juta e diversos produtos não especificados

Êsses produtos foram transportados por via marítima, fluvial e terrestre (ferrovias e rodovias)

A exportação de Sergipe assim se distribuiu, no período em análise, pelas diversas unidades federadas

UNIDADES FEDERADAS	Volume (kg)	Valor
Alagoas	4 179 241	3 371:080$700
Amazonas	53 179	305:809$600
Baía	29 868 641	19 795:516$067
Ceará	1 668 223	5 422:754$200
Distrito Federal	12 485 765	16 488:080$605
Espírito Santo	2 165 523	2 191:421$400
Maranhão	1 429 367	2 187:466$600
Minas Gerais	2 925 566	707:648$900
Pará	3 630 550	3 711:322$900
Paraíba	413 675	789:087$900
Paraná	4 317 057	3 649:982$100
Pernambuco	2 803 024	5 727:438$224
Piauí	70 596	689:946$550
Rio Grande do Norte	199 566	972:026$600
Rio Grande do Sul	5 977 168	8 098:419$500
Santa Catarina	1 194 279	1 819:670$622
São Paulo	4 221 363	8 437:269$702
Total	77 602 783	84 355:942$170

A publicação do Departamento de Estatística de Sergipe fornece-nos ainda os dados da exportação do Estado para as outras unidades da Federação e para o estrangeiro no primeiro semestre de 1940, em confronto com igual período do ano anterior

Por êsses dados, verifica-se que, de modo geral, os resultados da exportação nos primeiros seis meses do ano corrente foram mais favoráveis ao Estado, quer em volume, quer em valor 48 679 756 kg, no valor de 53 937 958$667, contra 46 281 789 kg, no valor de

48 744:883$419, no primeiro semestre de 1939.

O comércio exterior do Estado, no primeiro semestre de 1940, sofreu uma queda sensível — 147.947 kg, no valor de 760:785$370, contra 1 768 939 kg, no valor de 2 535:102$500, em igual período do ano anterior; foi, porém, amplamente compensado com o aumento da exportação para os mercados internos: 48.531.809 kg, no valor de 53.177:173$297, contra 44 512 850 kg, no valor de 46 209.780$919, nos primeiros seis meses do ano passado

As exportações do Estado para o Exterior, no primeiro semestre de 1940, já não contaram com os mercados da Alemanha, Bélgica e Polônia, — perda essa que ainda não pôde ser compensada com a conquista de novos fregueses, como se poderá ver no quadro abaixo, em que se discrimina por países a exportação naquele período:

PAÍSES	Volume (kg)	Valor
Estados Unidos	133 332	718:534$370
França	7 920	20:000$000
Inglaterra	5 695	10:251$000
Portugal	1 000	12:000$000
Total	**147 947**	**760:785$370**

Os Estados Unidos compraram a Sergipe, no primeiro trimestre de 1940, couros, peles e mamona em baga; a França, apenas couros e peles; a Inglaterra, idem, e Portugal, tucum em rama

As exportações para o resto do país, no primeiro semestre do corrente ano, assim se distribuíram:

DESTINO	1 º SEMESTRE DE 1940	
	Volume (kg)	Valor
Alagoas	1 745 781	1 075:724$600
Amazonas	308 123	439:750$200
Baía.	10 327 798	7 875:792$222
Ceará.	1 232 378	2 769:117$200
Distrito Federal	12 894 255	14 635:950$000
Espírito Santo	1 491 364	1 491:901$300
Goiaz	39 984	5:200$000
Maranhão	882 511	1 350:034$800
Minas Gerais	2 155 123	520:032$100
Pará.	2 403 967	2 594:172$800
Paraíba	402 100	660:209$100
Paraná	4 143 893	3 770:783$000
Pernambuco	1 924 040	3 686:152$500
Piauí.	25 183	408:092$800
Rio Grande do Norte	187 169	831:731$200
Rio Grande do Sul	4 249 150	4 704:296$975
Santa Catarina	633 713	1 002:096$600
São Paulo	3 485 277	5 356:135$900
Total	**48 531 809**	**53 177:173$297**

Comércio exterior da Baía

Segundo informa o "Boletim Econômico", ano II, n.º 2, publicado pelo Departamento Estadual de Estatística da Baía, exportou êsse Estado para o estrangeiro, no primeiro semestre do corrente ano, 65.564 591 kg de mercadorias, no valor de 141 582:202$000, assim distribuídas pelas diversas categorias: matérias primas — 28 484 708 kg, no valor de 73 950:772$000; gêneros alimentícios — 31 019.510 kg, no valor de 61.991:291$; manufaturas — 10 786 kg, no valor de 343:174$000; outros produtos — 6 049 587 kg, no valor de 5 296:965$000

A mesma fonte nos permite fazer um confronto entre os totais da exportação do Estado para o Exterior no primeiro semestre de 1940 e os do mesmo período dos dois anos anteriores:

ANOS	VOLUME (kg)	VALOR (mil réis)
1938	89 732 260	163 377 613
1939	92 688 571	157 543 744
1940	65 564 591	141 582 202

E também entre as exportações nos primeiros seis meses de 1938, 1939 e 1940, distribuídas pelas diversas categorias:

ANOS	VOLUME (kg)	VALOR (mil réis)
MATÉRIAS PRIMAS		
1938	34 360 622	73 868 604
1939	31 793 372	68 829 661
1940	28 484 708	73 950 772
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		
1938	54 339 820	90 160 237
1939	60 045 020	86 845 489
1940	31 019 510	61 991 291
MANUFATURAS		
1938	25 336	609 341
1939	17 631	436 004
1940	10 786	343 174
OUTROS PRODUTOS		
1938	1 006 482	748 431
1939	832 548	1 432 590
1940	6 049 587	5 296 965

Na classe de animais vivos, não houve exportação para o estrangeiro

Pelos números publicados, verifica-se que a exportação do Estado no primeiro semestre de 1940, quer em volume, quer em valor, não atingiu as cifras do mesmo período dos dois anos anteriores Houve uma sensível diminuição de vendas nas categorias de gêneros alimentícios e manufaturas, o que veio a repercutir no resultado desfavorável, apesar do aumento verificado nas exportações de matérias primas e outros produtos, não especificados

Na classe de gêneros alimentícios, acha-se compreendido o principal produto do comércio baiano com o Exterior — o cacau A classe de manufaturas é integrada exclusivamente pelas exportações de charutos e cigarrilhos,

também produtos típicos da economia baiana, ligados à segunda cultura do Estado — o fumo

As exportações de cacau e charutos, por circunstâncias várias, sofreram grandes baixas no corrente ano, como podemos ver nos quadros abaixo, em que se alinham as cifras das exportações de cacau em bagas e de charutos e cigarrilhos nos primeiros semestres de 1938, 39 e 40

ANOS	VOLUME (kg)	VALOR (mil réis)
CACAU EM BAGAS		
1938	46 304 180	80 205 441
1939	48 843 480	74 348 692
1940	23 488 430	53 272 865
CHARUTOS E CIGARRILHOS		
1938	25 336	600 341
1939	17 631	436 004
1940	10 786	343 174

Quanto ao destino das exportações, a publicação do Departamento de Estatística da Baía alinha os seguintes dados, referentes ao primeiro semestre do corrente ano, em confronto com o mesmo período dos dois anos anteriores

ANOS	VOLUME (kg)	VALOR (mil réis)
EUROPA		
1938	39 505 773	80 549 487
1939	46 876 037	87 392 054
1940	38 083 857	86 597 104
ÁSIA		
1938	1 081 222	772 718
1939	132 956	391 854
1940	538 349	1 433 539
OCEANIA		
1938	179 355	736 760
1939	217 801	556 944
1940	260 980	1 052 277
AMÉRICA DO NORTE E CENTRAL		
1938	42 135 866	65 721 703
1939	40 050 285	57 628 023
1940	18 515 841	32 198 186
AMÉRICA DO SUL		
1938	6 628 689	15 092 359
1939	5 152 815	11 116 023
1940	5 467 876	14 892 729
ÁFRICA		
1938	201 355	504 586
1939	258 677	458 846
1940	2 697 688	5 408 367

Pelas cifras publicadas, observa-se que foi pequena a diminuição verificada na exportação para o continente europeu, quer quanto ao volume, quer quanto ao valor, no confronto dos primeiros semestres de 1938, 39 e 40 A única diferença apreciável para menos é encontrada nas vendas à América do Norte e Central Quanto aos demais continentes, América do Sul, África, Ásia e Oceania, as exportações da Baía no primeiro semestre sofreram aumento em relação ao mesmo período dos dois anos anteriores ou acusaram decréscimo insignificante (considerado apenas o valor)

E' que, se as exportações baianas para a Europa no período em causa já tinham perdido os mercados da Polônia, Tchecoslováquia, Dantzig, Letônia e Finlândia, e a Alemanha comprava cada vez menos, — houve um considerável aumento nas vendas para a Itália e a Grã-Bretanha Essa circunstância permitiu que o total se mantivesse no mesmo nível dos semestres anteriores, como se pode ver no quadro abaixo, em que se confronta a exportação do Estado para aqueles dois últimos países, nos primeiros semestres de 1938, 39 e 40

ANOS	VOLUME (kg)	VALOR (mil réis)
ITÁLIA		
1938	2 470 468	4 507 215
1939	2 048 394	5 902 225
1940	13 900 333	31 686 403
GRÃ-BRETANHA		
1938	2 653 817	5 506 629
1939	5 265 107	7 520 354
1940	5 872 336	15 181 086

Quanto à diminuição nas vendas para as Américas do Norte e Central no primeiro semestre do corrente ano, em confronto com igual período dos dois anos anteriores, pode ser imputada, na quasi totalidade, às importações pelos Estados Unidos, as quais sofreram uma queda acentuada, como se vê dos números divulgados a seguir e referentes à exportação da Baía para aquele país, nos primeiros semestres dos três últimos anos

ANOS	VOLUME (kg)	VALOR (mil réis)
1938	42 135 504	65 716 090
1939	39 724 335	57 536 267
1940	18 344 914	32 162 086

As importações do Estado, no período em exame, montaram a 15 415 451 kg, no valor de 20 098 412$000 No primeiro semestre de 1938, as importações haviam atingido a 14 072 333 kg, no valor de 22 830 833$000, e nos primeiros seis meses de 1939 a 16 061 331 kg, no valor de 24 215 913$000

As importações do primeiro semestre do corrente ano assim se distribuíram pelas diversas categorias dos produtos. matérias primas — 5 402 374 kg, no valor de 4 499 123$000, gêneros ali-

mentícios — 5 331.920 kg, no valor de 3 653:248$000; manufaturas — 4.457.471 kg, no valor de 11.109:763$000; outros produtos — 223.682 kg, no valor de 836:278$000.

Na classe de animais vivos, não houve importação.

O exame dos números publicados pelo "Boletim do Comércio" do Departamento Estadual de Estatística, que os compara com os dados da importação em igual período dos dois anos anteriores, demonstra que tem havido parcimônia nas aquisições feitas pelo Estado no estrangeiro, quer quanto ao volume e valor, quer quanto à sua distribuição pelas diversas classes.

Enquanto diminuem as importações de matérias primas, gêneros alimentícios e outros produtos, não especificados, as aquisições de manufaturas sobem em ritmo regular, o que vem demonstrar a tendência da economia estadual em adquirir determinados *bens de produção,* de preferência a *bens de consumo,* indicando isso que a sua indústria procura melhorar o respectivo equipamento, seja pela substituição de máquinas e aparelhos obsoletos, seja pela instalação de novos

Nesse particular, é expressiva, por exemplo, a comparação entre as importações de trilhos e accessórios nos primeiros semestres dos últimos anos: 1938 — 4.933 kg, no valor de 12:957$000; 1939 — 63 223 kg, no valor de 215:987$; 1940 — 2 662.112 kg, no valor de 3 490:224$000

Através desta resenha sôbre o comércio exterior do Estado da Baía, no primeiro semestre de 1940, logo se evidencia que dos resultados até agora conhecidos quanto à exportação e importação no período em causa, em confronto com os primeiros seis meses dos dois anos anteriores, não se podem tirar conclusões pessimistas sôbre os resultados do intercâmbio no corrente ano, nem tão pouco concluir por influências extraordinariamente prejudiciais do conflito europeu sôbre o mercado baiano

Se houve perda de grandes mercados, outros houve que aumentaram consideravelmente as suas compras na Baía e se, quanto ao volume, a exportação do primeiro semestre do corrente ano apresenta-se muito inferior à de igual período dos dois anos anteriores, o valor da tonelada exportada aumentou, daí resultando que não fôsse tão grande a diferença em mil réis Por sua vez, as importações veem oscilando de acôrdo com a exportação, o que se reflete no saldo do intercâmbio nos primeiros semestres, que se tem conservado mais ou menos no mesmo nível Por outro lado, a importação do Estado está sendo selecionada quanto à natureza dos artigos, adquirindo-se *bens de produção* preferentemente a *bens de consumo.*

A recuperação econômica fluminense

A partir do último trimestre de 1929, a nossa economia, repercutindo a crise mundial desencadeada naquele ano, foi submetida a um longo período de depressão, cujos efeitos ainda se faziam sentir acentuadamente durante o último semestre de 1934. De então por diante, todavia, as fôrças econômicas do país passaram a reagir eficazmente, invertendo, quasi sem transição, a tendência central dos negócios.

Representado graficamente, o movimento da economia fluminense mantém, no decorrer do decênio 1930-1939, íntima correlação com o processo geral da economia brasileira. E' o que revela uma publicação recentemente feita pelo Departamento de Estatística do Estado do Rio e cujo aparecimento é registrado noutra secção desta revista.

Com efeito, os dados da produção fluminense oferecem a êsse respeito aspectos dignos de nota.

Tomando como base para cálculo de números índices o ano de 1928 — *climax* da prosperidade atingida no decênio anterior — vê-se como êsses números, havendo caído a menos de 70 nos gráficos dos diversos ramos da produção do Estado, se elevam ultimamente, deixando a grande distância o *record* de 1928.

Na produção extrativa mineral essa ascensão é particularmente notável: de 14.664 contos em 1928 e menos de 10 000 em 1931, atingiu a 118.768 contos em 1939, isto é, ao número índice 809.

As atividades agrícolas, que produziram 429 200 contos em 1928 e, em 1930, não contribuíram para a economia fluminense nem com 300.000 contos, apresentaram, em 1939, um contingente avaliado em 617.584 contos de réis

Verifica-se também que a produção industrial do Estado do Rio acusa um vigoroso desenvolvimento. Foi, de todos os ramos da riqueza fluminense, o que mais reagiu à *debacle* de 1929, tanto que, de 304 942 contos em 1928, desceu apenas a 238 466 em 1930, subindo logo a 289.749 no ano seguinte para, sempre em escala ascendente, alcançar a 735.042 contos no ano passado (1939).

Em resumo, vê-se que o total da produção do Estado, expresso nas cifras de 807 199 contos em 1928, desceu em 1929 e 1930 para menos de 600.000 contos e, depois, sempre aumentando, chegou a mais de um milhão e 570 mil contos em 1939

No Estado do Rio, o recenseamento está encontrando, evidentemente, uma colmeia a esquadrinhar, para oferecer dela um quadro que não será dos menos sugestivos na ampla documentação, ora em preparo, da configuração econômica do país

Registro geral de imóveis em Goiaz O Departamento Estadual de Estatística de Goiaz divulga, num dos seus últimos "comunicados", informações completas sôbre o registro geral de imóveis, naquele Estado, no quadriênio 1935-1938.

Colhidos diretamente dos cartórios, por intermédio das respectivas Agências Municipais de Estatística, êsses informes representam o exato índice das operações dêsse gênero efetuadas em todo o Estado, no período acima referido

Os quadros abaixo revelam-nos, discriminadamente, por anos, o número e o valor das inscrições de hipotecas convencionais, legais e judiciárias no decorrer daquele período

I — Hipotecas convencionais

ANOS	Número de inscrições	Valor dos contratos
1935	20	150:876$000
1936	25	403:412$800
1937	13	532:495$300
1938	34	569:152$300
Total	92	1 655:936$400

II — Hipotecas legais

ANOS	Número de inscrições	Valor dos contratos
1935	8	34:417$248
1936	2	9:694$000
1937	7	25:125$440
1938	6	13:278$125
Total	23	82:514$813

III — Hipotecas judiciais

ANOS	Número de inscrições	Valor dos contratos
1935	1	28:800$000
1936	—	—
1937	1	20:000$000
1938	—	—
Total	2	48:800$000

E' interessante notar-se que os municípios onde as inscrições apresentaram maior valor foram Anápolis, com 14 inscrições, num valor de 378:560$600, e Rio Verde, com 20, perfazendo 244:714$440. Goiânia, muito embora só comece a figurar a partir de 1936, fornece considerável número de inscrições.

O quadro seguinte mostra-nos ainda, com a minúcia do anterior, outra espécie da estatística do registro de imóveis, qual seja a da transcrição da propriedade, com os respectivos valores dos contratos das transmissões efetuadas

ANOS	Número de transcrições	Valor dos contratos
1935	9 108	13 792:717$767
1936	10 241	15 931:001$518
1937	14 639	24 984:962$853
1938	17 441	33 151:793$586
Total	51 429	87 830:475$724

Novamente o município de Anápolis figura em primeiro lugar, com um total de 4 058 transmissões, cujo valor sobe a 6 346:848$305; em segundo lugar (só começando a figurar em 1936) vem o município de Goiânia, com 2 392, no valor de 3 965:956$297 e, depois, Goiaz, com 2 156, no valor de 3 737:691$848.

ESTRANGEIRO

Poder aquisitivo dos salários industriais E' geralmente reconhecido que a construção de um número-índice do custo da vida encontra sua maior dificuldade na determinação das mercadorias e das suas quantidades, cujo consumo pudesse ser considerado como representativo Tais dificuldades ainda mais se acentuam quando se trata de países grandes ou até de confrontos internacionais, pois variam enormemente de país para país e mesmo de zona para zona as formas de consumo e as próprias necessidades Talvez todos êsses índices não representem senão tentativas, mais ou menos aperfeiçoadas.

Quanto a algumas finalidades, tais como a avaliação do desenvolvimento ocorrido no valor aquisitivo da moeda, pode-se esperar, com certo otimismo, que os aludidos defeitos não se façam sentir numa medida acentuada. Quando se comparar, porém, não o desenvolvimento, mas sim a situação tal qual em diversos países existe num determinado momento, o caso é bem diferente

Posto assim o problema, logo surgem as incógnitas: equivalem-se os diversos números-índices do custo da vida comparados, na qualidade da sua construção? Para quantos operários da hierarquia proletária poderá ser considerado como típico o consumo tomado por base?

Semelhantes dificuldades de ordem prática fizeram com que não raras vêzes se voltasse ao ponto da partida, comparando-se o custo da vida, não no seu conjunto de despesas, o que teoricamente se impõe, mas tomando-se por têrmo de referência o consumo de algumas mercadorias mais relevantes Assim se procedeu quanto a uma investigação sôbre o valor real dos salários industriais, levada a efeito, segundo o jornal teuto-brasileiro de Pôrto Alegre, "Deutsches Volksblatt", de 23 de Novembro de 1940, pela "Associação Americana de Fabricantes" Os resultados dêsse exame foram publicados pelo Sr Torcuato de Tella, industrial argentino, e acham-se reproduzidos, de maneira resumida, no aludido jornal Transcrevemos a seguir alguns quadros baseados nessa última fonte.

A primeira questão levantada por aquela investigação, visava verificar as quantidades de alguns artigos, as quais podem ser compradas pelo salário ganho durante uma hora de trabalho Eis a resposta que se logrou dar:

PAÍSES	Quantidade (kg)
PÃO	
Estados Unidos	3,40
Argentina	3,00
Inglaterra	2,40
França	2,27
Bélgica	2,20
Itália	1,27
Alemanha	1,13
Rússia	0,86
MANTEIGA	
Estados Unidos	0,720
Argentina	0,500
Inglaterra	0,360
França	0,227
Alemanha	0,227
Bélgica	
Itália	...
Rússia	0,090
CARNE	
Estados Unidos	1,50
Argentina	0,95
Inglaterra	0,64
Alemanha	0,41
França	
Bélgica	
Itália	..
Rússia	0,14
BATATA	
Estados Unidos	15,94
Alemanha	9,31
França	8,22
Argentina	8,00
Bélgica	
Inglaterra	
Itália	
Rússia	

PAÍSES	Quantidade (kg)
CAFÉ	
Estados Unidos	1,18
Argentina	0,50
França	
Bélgica	
Inglaterra	..
Alemanha	0,14
Itália	
Rússia	
CIGARROS	(Unidades)
Estados Unidos	112
Bélgica	58
Argentina	41
França	40
Alemanha	30
Inglaterra	21
Rússia	16
Itália	15

Nota — Nos casos em que não são referidos os dados numéricos correspondentes aos respectivos países, observa-se na fonte utilizada que estes se sucedem na ordem em que estão nos quadros acima, sem que sejam dadas, todavia, as razões da omissão verificada

Pelos elementos apresentados, será fácil tirar, sem maior exame, certas conclusões quanto à situação aparentemente mais favorável desfrutada pelos operários de determinados países, em relação aos de outros Cumpre observar, entretanto, que o material do confronto, pelo seu caráter intrínseco, não é suficiente para se formar um juízo definitivo a tal respeito Se não, vejamos.

1 º — Somente se fôsse estudado um número muito maior de mercadorias, e se figurassem os países examinados sempre ou quasi sempre na mesma ordem, poder-se-ia concluir, de maneira um tanto vaga, embora, que o valor aquisitivo do salário em determinados países é superior, em certa medida, ao pago em determinados outros.

2.º — Mesmo nessa hipótese, ficaria ainda aberta a questão principal, a saber: qual é a importância que, dentro do consumo habitual observado nos diferentes países, cabe aos diversos artigos estudados? Nos países em que, para exemplificarmos, a cultura do trigo e a criação de gado constituem traços característicos e tradicionais da economia, é de admitir que o consumo do pão e da carne seja muito generalizado e mais barato do que entre povos de estrutura econômica diferente

3 º — A maior lacuna, aliás já lamentada pela fonte que utilizamos, parece-nos consistir na falta da indicação sôbre o caráter do salário industrial submetido ao exame, pois é sabido que dentro da classe operária de diversos países existe acentuada hierarquia, tanto de caráter social como econômico.

Vê-se, consequentemente, que os dados apresentados não se prestam para conclusões em bases seguras.

Consigna a citada investigação, ainda, o número de horas de trabalho necessário a cada operário para a compra de um par de sapatos:

PAÍSES	Horas
Estados Unidos	3,26
Alemanha	8,90
Inglaterra	9,30
Bélgica	10,43
Argentina	11,00
França	12,34
Itália	24,22

As restrições acima feitas impõem-se, é óbvio, também quanto ao exame dêsses números Além disto, êles nos podem proporcionar uma idéia da complexidade dos fenômenos econômicos, pois estão patentes, sem dúvida, na cadência dessa série, reflexos da organização industrial O adensamento da população nos grandes centros industriais admite, em alguns ramos da produção, uma padronização da mercadoria e, concomitantemente, uma normalização dos processos da fabricação em medida tal que se consegue, de fato, sob essas condições, uma redução considerável nos preços. Basta lembrar os nomes de Ford e Bata (Outra questão seria saber se o barateamento de um ou de alguns artigos consumidos equivaleria a uma recompensa real do que significa, para o operariado, aquela técnica de produção).

E' certo que o método seguido pela investigação da Associação Americana de Fabricantes é de extrema facilidade, em comparação com os árduos trabalhos reclamados pela construção de um padrão de custo da vida Por outro lado, entretanto, os resultados a obter com aquele método quasi nem justificam um mínimo de esfôrço O perfeito conhecimento dos índices do custo da vida, embora exija um labor penoso, não pode ser substituído pelo simples exame de aspectos que não proporcionam uma visão integral da matéria A importância do assunto, porém — sobretudo para a organização de planos econômicos ou de assistência social —, bem justifica o interêsse que êle vem despertando, sobretudo nos países que procedem à ampliação da estrutura de seu parque industrial

Produção e comércio mundiais de minério de ferro

As estatísticas reunidas pela secção industrial da Liga das Nações oferecem oportunas indicações sôbre a produção mundial de minério de ferro Como o teor de ferro no minério varia de 65% até um pouco acima de 20%, os dados apresentados se baseiam apenas no próprio conteúdo de ferro, sendo de notar, além disso, que a Rússia foi excluída de quasi todos os cômputos.

A produção mundial de minério de ferro para exportação compreende ao todo 22 milhões de toneladas, sendo o primeiro lugar ocupado pela Suécia, com 8 milhões de toneladas mais ou menos Em seguida, vem a França, com quasi 5 milhões de toneladas, e a África do Norte, com 3½ milhões Também ocupam lugar de destaque, como fornecedores de minério para exportação, a Espanha, Luxemburgo, Noruega, Terra Nova, Chile, Austrália e Filipinas A maior parte da exportação da França e do Luxemburgo consiste em minério de percentagem baixa, que não pode ser transportado para longas distâncias Os únicos competidores da Suécia no mercado europeu de minério são, na realidade, a África do Norte, a Espanha, a Noruega e Terra Nova As minas de Terra Nova representam papel importante na Europa, pelo fato de dependerem de capitais britânicos O minério do Chile e de Cuba vai para os Estados Unidos; o dos Estados Malaios, para o Japão

A Espanha era, outrora, o país exportador de maior vulto; sua importância, porém, declinou muito antes da guerra civil

As exportações feitas pela Espanha, em 1913 e 1929, foram respectivamente de 8,9 e 5,6 milhões de toneladas, com uma proporção de conteúdo de ferro provavelmente inferior a 50% Houve em 1938 uma recuperação para 2½ milhões de toneladas, e esta cifra possivelmente aumentará ainda

As exportações de minério de ferro pela França, declinaram um pouco, em comparação com o ano de 1937, em virtude, sobretudo, da redução das vendas à Alemanha, embora a Bélgica haja adquirido maiores quantidades. A França também importa algum minério de ferro, ascendendo esta importação, durante os seis primeiros meses de 1939, a cêrca de 350 000 toneladas

Os recentes progressos da Alemanha, nesse terreno, são do maior interêsse, tendo-se em vista sobretudo os vigorosos esforços empregados no sentido de aumentar a produção do minério de ferro no país Em referência ao ano de 1938, a produção alemã, durante os primeiros seis meses de 1939, ascendeu de 5,18 a 6,18 milhões de toneladas Entre Junho de 1938 e Junho de 1939, o número de trabalhadores nas minas de ferro da Alemanha parece ter-se elevado de 25 000 a 29 000, aproximadamente, tendo ao mesmo tempo aumentado a produção por trabalhador de 37 a 38 toneladas por mês Cêrca de 6 500 mineiros trabalham nas minas situadas em território austríaco

As importações britânicas de minério de ferro, durante os seis primeiros meses de 1939, caíram de 3,43 a 2,68 milhões de toneladas, em relação a igual período de 1938, mas, ao mesmo tempo, a produção de ferro em bruto aumentou consideravelmente.

Comércio exterior da Espanha Os efeitos da guerra civil não podiam deixar de ter profunda repercussão sôbre a estrutura econômica da Espanha. Normalizada a vida do país e reiniciadas, em condições mais ou menos regulares, as suas atividades produtoras, — as estatísticas que agora se divulgam, referentes ao comércio exterior nos três últimos trimestres de 1939, acusam uma situação francamente desfavorável à economia espanhola O volume das trocas apresenta um nível sobremodo baixo, verificando-se ainda que é de cêrca de 110 000 000 pesetas ouro a diferença para mais do valor das importações do país sôbre o valor das exportações

E' interessante observar que, no período estudado, foram, respectivamente, de 30 e 15% as contribuições da Argentina e dos Estados Unidos para o total da importação espanhola. Considerados, porém, os dois aspectos da balança, foi a Alemanha o país que manteve maior intercâmbio comercial com a Espanha.

Como se verifica pelo quadro que damos em seguida, o total das compras e vendas da Alemanha elevou-se a .. 103 564 000 pesetas ouro, enquanto que as transações com os mercados argentinos acusaram um valor total de ... 110.930.000.

I — Comércio exterior da Espanha, de Abril a Dezembro de 1939

PAÍSES	1 000 PESETAS OURO		
	Importação	Exportação	Diferença da importação sôbre a exportação
Argentina. ..	95 793	5 137	+ 90 656
Estados Unidos	48 076	24 313	+ 23 763
Alemanha	44 254	59 310	— 15 056
Grã Bretanha e Irlanda	17 641	60 979	— 43 338
Holanda . .	12 029	8 208	+ 3 821
Itália e Albânia	11 815	14 879	— 3 064
Cuba	10 923	3 647	+ 7 276
Bélgica e Luxemburgo	9 432	4 828	+ 4 604
Filipinas	7 045	592	+ 6 453
Índia	6 880	286	+ 6 594
França	5 931	854	+ 5 077
Suécia	5 299	4 448	+ 851
Chile . .	4 390	1 037	+ 3 353
Outros países	38 191	19 215	+ 18 976
Total	**317 699**	**207 733**	**+ 109 966**

A população da França Em Maio de 1936, era de 41.834.928 habitantes a população da França Confrontadas com as dos censos anteriores, estas cifras acusam um aumento sobremaneira lento, verificando-se, por exemplo, uma diferença a mais de, apenas, 72 133 almas em relação aos resultados de 1931

Segundo o mesmo censo de 1936, contava a França, naquele ano, dezessete cidades de mais de 100.000 habitantes; a população destas era a seguinte:

I — População das principais cidades francesas

CIDADES	NÚMERO DE HABITANTES	
	1931	1936
París .	2 891 020	2.829 746
Marselha	800 881	914 232
Lyon.	579 763	570 622
Bordéus	262 990	258 358
Nice	219 549	241 916
Toulouse	194 564	213 220
Lille	201 568	200 575
Nantes	187 343	195 185
Strasburgo	181 461	193 119
Saint-Etienne	191 088	190 236
Havre	165 076	164 086
Toulon	133 263	150 310
Rouen	122 957	122 832
Nancy	120 578	121 301
Reims.	122 820	116 687
Roubaix.	117.190	107 105
Clermont-Ferrand	103 143	101 128

Quanto ao movimento demográfico, é interessante assinalar que 1934 foi o último ano em que o número de nascimentos superou o de falecimentos. De 1934 a 1938 — período sôbre o qual o *The Statesman's Year Book 1940* nos oferece os dados ora resumidos — o número de casamentos vem decrescendo de ano para ano e o de nascidos mortos não revela uma tendência definida.

II — Casamentos, nascimentos e óbitos na França

ANOS	Casamentos	Nascimentos	Óbitos	Diferença dos nascimentos sôbre os óbitos
1934	298 482	677 878	634 073	+ 43 805
1935	284 895	640 527	658 379	— 17 852
1936	279 902	630.818	642 318	— 11 500
1937.	274 122	616 863	628 603	— 11 740
1938[1]	273 903	612 138	646 879	— 34 741

[1] Dados provisórios.

A população da Alemanha Segundo o censo realizado em Maio de 1939, á Alemanha (inclusive a Áustria e a região dos Sudetos) contava, naquela data, 79.576.758 habitantes, distribuídos por uma área de 583.418 km quadrados. O número

de habitantes do sexo masculino ascendia a 38.812 032 e o do feminino a .. 40.764.726, — o que dava uma proporção de 1.000 homens para 1 050 mulheres.

Há na Alemanha sessenta e uma cidades de mais de 100 000 habitantes. Dentre essas, as mais importantes são Berlim, com uma superfície de 341 milhas quadradas e uma população de 4 332.242 almas; Viena, com 1.918 462 habitantes; Hamburgo, com 1 682.220; Munich, com 828.352; Colônia, com 768 426; e Leipzig, Essen, Dresden, Breslau e Frankfort on Main, com população superior a 500 000 habitantes

O aumento da população alemã se vem fazendo de maneira constante, desde 1871. No período 1933-1939, o número de habitantes cresceu de . . 3 454.152, havendo, assim, u'a média anual de 0,67% Em 1940, o incremento da população vem sendo ainda maior, em virtude das imigrações de alemães procedentes dos três países do Báltico, da Rússia e do Tirol do Sul.

I — Casamentos, nascimentos e óbitos na Alemanha

ANOS	Casamentos	Nascidos vivos	Nascidos mortos
1935	651 435	1 297 075	33 099
1936	609 770	1 312 053	33 470
1937.	666 573	1 363 192	33 977
1938[1]	730 200	1 440 879	33 876

[1] Inclusive a Áustria

ANOS	Óbitos	Diferença dos nascimentos sôbre os óbitos
1935	792 018	+ 471 965
1936 .	795 793	+ 482 790
1937.	884 550	+ 444 665
1938[1]	895 002	+ 512 001

[1] Inclusive a Áustria

Comércio exterior do Japão As exportações do Japão no primeiro semestre dêste ano elevaram-se a 1.862.000.000 de iens, cifra que representa um aumento de 28%, em relação a igual período do ano anterior Enquanto isso, as importações ascenderam a 1 713 000 000 iens, acusando um aumento de 16%, em confronto com as de 1939.

Os principais artigos da exportação japonesa veem sendo, há tempo, os tecidos de algodão e sêda crua, os quais, nas remessas para o Exterior no primeiro semestre de 1940, corresponderam, respectivamente, a 11 e 10% do volume total.

Por outro lado, é o algodão o produto que mais se destaca no movimento importador do Japão, tendo sido de 15%, nos primeiros seis meses dêste ano, a sua contribuição para o total das aquisições japonesas.

Comércio exterior de Portugal Algarismos divulgados pelo Boletim do Instituto Nacional de Estatística revelam alguns aspectos interessantes do comércio exterior de Portugal no primeiro trimestre do corrente ano e uma auspiciosa tendência para a melhora da situação geral, já manifestada no último trimestre do ano passado

Os valores, em relação a 1939, sofreram aumento sensível: a importação para consumo atingiu 527 874:000$, contra 382 396:000$ em 1939 e a exportação 384 629:000$, contra 263 393:000$ em 1939, havendo-se registrado o aumento de 145 478:000$ na importação e de 121 236:000$ na exportação

As quantidades acusaram diminuição, tanto na importação, como na exportação· a primeira desceu de 394 889 para 383 056 toneladas e a segunda de 324 300 para 293.158, havendo desta maneira um aumento do valor médio da tonelada, quer na importação, quer na exportação

Entre as mercadorias importadas, assinala-se uma diminuição sensível no carvão (de 210 397 no primeiro trimestre de 1939, para 154 261 em 1940), maquinismos, aparelhos e manufaturas Na exportação, foram o azeite e o vinho que mais concorreram para o aumento do valor registrado nesse trimestre de 1940: o primeiro subiu de 1 833 toneladas e 16 251:000$, para 6.622 toneladas e 52 967:000$; e o vinho do Pôrto, de 76.526 hectolitros e 32.061:000$, para 136.851 hectolitros e 55 971:000$000 As conservas de sardinha, em azeite, e a cortiça sofreram diminuição E' curioso registrar que, de apenas sete cabeças de gado no primeiro trimestre de 1939, a exportação de gado atingiu, no mesmo período dêste ano, 24.393 cabeças

A exportação de madeira registrou alta sensível, passando os toros de pinho para minas de 20 266 para 53 807 toneladas; com os tecidos de algodão verificaram-se aumentos em todas as categorias

Casamentos e divórcios nos Estados Unidos Em 1887, ano em que os Estados Unidos contavam uma população de 55.667 252 habitantes, o número de casamentos verificados no país foi de 482 680, — o que dá um coeficiente de 8,7 por 1 000 habitantes Meio século depois, ou seja

em 1937, a população norte-americana já era de 129.257.000 almas, elevando-se a 1 426.000 o número dos casamentos realizados; obtém-se por êsses dados um coeficiente de 11,0 por 1.000 habitantes. No espaço de cincoenta anos, a população dos Estados Unidos aumentou 73.589.748 habitantes, havendo igualmente, do primeiro em relação ao último ano do período, um acréscimo de nada menos de 943.320 no número dos casamentos.

O mais elevado coeficiente de nupcialidade registrou-se no ano de 1920 (12,0), correspondendo os mais baixos aos anos que se seguiram à depressão econômica verificada em 1929. Neste ano, o coeficiente fôra de 10,1 por 1.000 habitantes; já em 1932, descia, porém, a 7,9.

Em 1887, houve nos Estados Unidos 27.919 divórcios (0,5 por 1 000 habitantes). Em 1937, êsse número havia ascendido a 250 000 (222 081 a mais do que cincoenta anos antes), com um coeficiente de 1,9. O número de divórcios vem aumentando, aliás, gradativamente: o mais baixo coeficiente foi o de 1887; o mais alto, o de 1937, — ou seja o último ano sôbre o qual dispomos de dados estatísticos.

I — Casamentos

ANOS	CASAMENTOS	
	Número absoluto	Coeficiente por 1 000 habitantes
1887	482 680	8,7
1897	622 112	8,9
1907	936 936	10,7
1917	1 144 200	11,2
1927	1 201 053	10,2
1933	1 098 000	8,7
1934	1 302 000	10,3
1935	1 327 000	10,4
1936	1 369 000	10,7
1937	1 426 000	11,0

II — Divórcios

ANOS	DIVÓRCIOS	
	Número absolutos	Coeficiente por 1 000 habitantes
1887	27 919	0,5
1897	44 699	0,6
1907	76 571	0,9
1917	121 564	1,2
1927	192 037	1,6
1933	165 000	1,3
1934	204 000	1,6
1935	218 000	1,7
1936	236 000	1,8
1937	250 000	1,9

O MUNDO QUE O PORTUGUÊS CRIOU — Gilberto Freire — Coleção "Documentos Brasileiros" — Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1940.

Quando o Professor Gilberto Freire, há sete anos, publicou *Casa Grande & Senzala,* obra de logo incorporada ao melhor do patrimônio de nossas letras sociológicas, a crítica nacional e estrangeira deteve o olhar surpreso na parte dedicada ao negro, de tal importância se considerou a contribuição do ilustre sociólogo ao estudo dos vários e complexos problemas ligados à integração do africano na vida brasileira Atribuiu-se ao A., com inteira justiça, o mérito de inovador, dada a riqueza de sugestões e indicações contidas em seu trabalho, a que se seguiu uma série de iniciativas de apreciável projeção, no campo das ciências sociais, no sentido de uma perfeita caracterização do papel desempenhado pelo negro na formação da sociedade brasileira.

Ocorre agora idêntica atitude dos críticos especializados e dos observadores da obra do Professor Gilberto Freire em relação aos seus estudos sôbre o elemento lusitano: dão-lhe a absoluta prioridade na verificação, com espírito científico, de todos os aspectos da ação de Portugal no Brasil e, em particular, dos numerosos processos de interação das culturas luso-brasileiras. E' a opinião, por exemplo, do ensaista Antônio Sérgio, por outros repetida: "Gilberto Freire foi, sem dúvida, o primeiro sociólogo que entre nós colocou em seus verdadeiros têrmos o problema da adaptação do colonizador português às condições de vida da sua colônia americana". Êsse conceito tende a generalizar-se, rompendo resistências fortuitas de sociólogos acadêmicos ou supostos sociólogos, desde que o A. se dispôs a tomar uma posição de deliberada defesa de nossos valores tradicionais de cultura, ameaçados no momento, decidindo-se a adotar mesmo pontos de vista não exclusivamente científicos mas às vêzes normativos e até políticos — atitude que não sei se deva aplaudir, sem restrições, tão intransigente até certa época se mantivera o A. nas suas idéias de perfeita imunização do pensamento sociólogo quanto aos propósitos rasamente políticos ou sequer normativos E' verdade que essa atitude, êle a justifica ao falar-nos dos perigos que hoje se oferecem à estabilidade e autonomia da cultura luso-brasileira em face de novas expressões culturais agressivas ou intolerantes que parecem dispostas a uma ação de conquista sôbre as antigas — dispostas a absorvê-las ou a dominá-las brutamente. Para o Sr Gilberto Freire chegou a hora tremenda em que os próprios homens de ciência se vêem obrigados a abandonar a tôrre de marfim, por amor à ciência mesma e à vida, vale dizer, às mais nobres causas e sentimentos de dignidade humana que a vida e a ciência encerram, sendo impelidos, dessa forma, a falar em voz alta e a dizer sem meias palavras todas as verdades.

Depois de sua admirável conferência, pronunciada no Recife, no ano passado — *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira,* — e da recente reedição, sob o novo título de *O mundo que o português criou,* das suas conferências lidas na Europa em 1937, acentua-se nos meios intelectuais do país a impressão de que nenhum esfôrço se fizera, até então, mais intenso e mais fecundo, em favor da permanência de nossas tradições culturais e, sobretudo, da rehabilitação dos elementos essenciais com que o colonizador português contribuiu para essas tradições. Dito isto, por igual, em relação aos seus estudos sôbre o negro, confere-se relêvo inconfundível à obra do Sr Gilberto Freire.

EMBORA dedicada, de preferência, à bibliografia referente a assuntos estatísticos ou econômicos, — esta secção destina-se, também, ao registro, através de comentários desenvolvidos ou de simples indicações sumárias, do aparecimento de todas as obras que possam interessar aos nossos leitores, sem restrições quanto ao sector do conhecimento humano em que as mesmas se enquadrem.

Para que melhor venha a ser concretizado êsse objetivo, faz-se necessária, todavia, a colaboração de autores e editores, os quais verão sempre registrados aquí os livros enviados à revista ou à Biblioteca Central do Instituto.

O livro de que nos ocupamos nesse breve registro — *O mundo que o português criou* — aparece agora enriquecido com um prefácio do Sr. Antônio Sérgio, além de contar com alguns acréscimos no texto, na introdução e nos apensos. O ensaio do ilustre escritor português é um sugestivo comentário à margem das idéias do Sr. Gilberto Freire acêrca das qualidades excepcionais do português como colonizador dos trópicos e, em particular, do Brasil — "felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura" —, qualidades definidas, no caso, como o *optimum* de plasticidade e aclimatabilidade, e consideradas, entretanto, negativas em relação ao ambiente europeu, tese que o Sr. Almir de Andrade desenvolveu em obra recente — *Aspectos da Cultura Brasileira*. Partindo do ponto de vista de que o pressuposto da plena adaptabilidade do elemento luso colide com a idéia de sua ineficiência e fracasso na Europa, o Sr. Antônio Sérgio expõe, com um brilhantismo singular, uma teoria original: a de que o português fez vingar, entre nós, tão vivo esfôrço de criação social por haver encontrado condições de ambiente francamente favoráveis a determinado gênero de cultura básica, como tal considerada a cultura cujos produtos "são de valor primário para a sustentação da vida do homem, ou que teem assegurada uma grande venda". Levantada a hipótese das desvantagens de ordem agro-clímica para o desejado equilíbrio ecológico do português em sua própria gleba, o A. refere a disposição natural da grei para as aventuras marítimas: nos recursos do Oceano — no sal, na pesca e no comércio marítimo — sempre buscou os meios de subsistência negados ou regateados pela terra, de tal forma que "ao absoluto insucesso da legislação agrícola correspondeu um êxito de repercussão mundial das leis portuguesas de navegação e de tráfico" A sugestão é, com efeito, interessante e o Sr. Antônio Sérgio a formula com um vigor e uma convicção que o seu tom de extrema modéstia parece estranhamente acentuar, em vez de atenuar.

Em sua introdução, o Sr Gilberto Freire afirma que, nesses estudos, procurou salientar a ação desenvolvida por Portugal no Brasil e nas demais áreas de colonização ou de influência lusitana, anotadas as coincidências e similaridades dessa atuação e posto em relêvo que a hegemonia dos valores culturais portugueses em nossa formação nacional não decorre da exclusividade de raça ou de cultura, sequer, mas em virtude de uma perfeita interpenetração de valores diferentes e de abundante miscegenação. "Justamente isso — pluralidade de cultura e miscegenação à grande — é que dá riqueza, fôrça e capacidade de expansão não só ao todo nacional luso-brasileiro, como ao conjunto de culturas nacionais ou regionais marcadas pela de Portugal e de que o Brasil é hoje a expressão mais destacada" e — acrescenta o A. — "a fôrça mais contagiosa e mais prestigiosa". Fala-nos o A das impressões de uma recente viagem de estudos ao sul do país — parte acrescentada ao antigo prefácio e que lhe dá sabor de oportunidade e ainda maior interêsse As suas observações, nesse particular, são de natureza a prender a atenção dos estudiosos da matéria, sobretudo no que se refere ao processo de integração e ajustamento de determinados grupos coloniais na vida brasileira, sem prejuízo do sentido de unidade de nossa cultura, que o Sr Gilberto Freire considera, embora verde ainda, "substantiva e plural", mesmo em relação à lusitana, cuja predominância, em nossa formação, está a merecer os cuidados especiais de defesa que o A não se cansa de encarecer.

A primeira conferência do volume versa sôbre a miscegenação e sua influência nas relações sociais e de cultura entre portugueses e luso-descendentes. Sem nenhum traço de sentimentalismo, marcada, ao contrário, pela objetividade científica, esta é uma página de apologia do colonizador português, do seu espírito criador e da sua capacidade de acomodação. Por meio do "dissolvente formidável" que foi a mestiçagem, "a que se achava predisposto o português pelo seu maior contacto, desde tempos remotos, com povos de côr, e a que se viu estimulado na América pela ausência ou escassez de mulher branca", — pôde o colonizador do trópico realizar admirável experiência no sentido de uma democracia social, poderosa na criação de motivos e estilos de vida e de cultura característicos e, mais poderosa ainda, na formação de uma mentalidade contrária a quaisquer preconceitos de raça e decorrente de uma como "conciência de espécie" transnacional ou supranacional, segundo Gilberto Freire. A essa altura, quero referir-me a uma restrição do A ao aludir a semelhantes processos de "democracia social, essencial, humana": "Pouco me preocupa a política" Não sei por que, já sem o temor de uma conduta normativa ou nitidamente política, o Sr Gilberto Freire ainda distingue e separa duas expressões distintas porém inseparáveis de uma só concepção, tão certo é que a democracia social se entende com a democracia política, quando dela não depende. Não é preciso citar aquí nenhum exemplo para acentuar essa evidência que salta aos olhos: a ausência de qualquer sombra de democracia social em qualquer parte onde prevalece o sentido totalitário do poder, uma vez que uma e outra coisa iniludivelmente se

chocam e se repelem. Quer-me parecer — e nesse ponto também me aventuro a um ponto de vista igualmente normativo — que a defesa da teoria da democracia social e do considerável patrimônio cultural e, no caso brasileiro, de tradição que na mesma teoria se contém, implica a defesa da outra democracia — a irmã xifópaga.

A segunda conferência é dedicada aos estudos de história social e cultural e sua importância para as relações entre portugueses e luso-descendentes O A salienta as vantagens de uma política de estímulo e apôio a todo esfôrço de investigação e interpretação do nosso passado — não o esfôrço convencional ou meramente acadêmico em que tantos historiadores se perdem, no esmiuçar de datas, no recortar fatos grandiosos ou heroicos, no imobilizar em estátuas figuras ilustres, para afinal nos dar da História uma visão decerto confortadora, conquanto parcial, quando não falsa, não êsse esfôrço superficial, mas o de análise e compreensão do passado por meio das diversas técnicas modernas de estudo social e cultural, as quais não perdem de vista os fatos miúdos, os personagens esquecidos, as circunstâncias sem relêvo oficial, todo um conjunto de aspectos fundamentais da vida brasileira que é preciso ir surpreender na sombra e no silêncio. Inventariando o que, no Brasil, já se tem feito nesse sentido, o A. cita as realizações e iniciativas de numerosos ensaistas, entre êles vários pertencentes ao quadro de técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aludindo, por fim, à "ação eficiente" desenvolvida por essa mesma entidade — referência das mais valiosas à obra até hoje realizada pelo I. B. G. E., dada a sua ilustre procedência

Em sua terceira conferência, o A. examina problemas de história de arte culta e popular, cujo estudo interessa em comum a brasileiros e portugueses, e apresenta sugestões no sentido de uma perfeita cooperação entre êsses estudiosos, em proveito do espólio cultural comum. Mais uma vez o Sr. Gilberto Freire realça o poder de acomodação e persistência do português — "povo com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos" —, dando relêvo aos traços essenciais dos valores artísticos e motivos estéticos com que o colonizador dotou a cultura brasileira — assunto que o A. aborda com absoluta proficiência, o que nos autoriza a esperar que êle próprio se decida um dia a estudar mais detidamente êsse sugestivo aspecto das relações culturais luso-brasileiras.

"O Nordeste do Brasil e seus pontos de contacto com outras áreas americanas especializadas na produção do açúcar" — êste é o tema da quarta e última conferência da série ora reunida em volume, lida na Universidade de Londres. O A. focaliza aspectos do nosso sistema de civilização baseado na monocultura latifundiária e escravocrata, acentuando as marcas fundamentais do nosso tipo de colonização ligado à cultura intensiva e quasi exclusiva da cana de açúcar, a que condiciona tantas das expressões típicas da paisagem social brasileira, particularmente daquela área do Nordeste. Põe em confronto as características das várias regiões submetidas àquele sistema de trabalho e produção, surpreendendo entre elas semelhanças apreciáveis, no que diz respeito à organização, "a despeito da diversidade de raça, de religião e até de clima". Lembra a influência exercida na formação dessa paisagem por dois elementos de extraordinária mobilidade e dinamismo social — o negro e o judeu; mobilidade do escravo transnacional e mobilidade do homem internacional de negócios Estudo êsse, como se vê, muito do agrado do Sr. Gilberto Freire, dada a especialização de suas pesquisas sôbre o passado brasileiro.

Em apêndice, lêem-se excertos de artigos e ensaios de Maria Archer, Padre J. Alves Correia, João de Barros, Luiz Robalinho Cavalcanti, José Osório de Oliveira, Rui Coutinho, Arnon de Melo, Manuel Múrias, Vitorino Nemesis e Roberto C. Smith Jr., todos, ou quasi todos, em apoio de idéias e pontos de vista que o Sr. Gilberto Freire vem expondo e defendendo ao longo de uma obra cujo significado, extensão e profundidade, em relação à cultura brasileira, não nos seria possível acentuar nestas linhas de simples registro bibliográfico — VALDEMAR CAVALCANTI.

HISTÓRIA GERAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA — Luiz Amaral — Coleção Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.

O segundo volume da *História Geral da Agricultura Brasileira* estuda, com detalhes sôbre a produção de cada Estado, as culturas agrícolas, a pecuária, na sua relação com a agricultura, e alguns produtos extrativos. São, ao todo, dez capítulos que se estendem por cêrca de 470 páginas A mandioca, a cana de açúcar, o algodão, os cereais, o fumo, o cacau, a policultura, a pomicultura — eis os assuntos apreciados. De certo o não aparecimento do café nos dá a entender que o A se reserva para estudá-lo mais minuciosamente, com a riqueza de detalhes que é de desejar, no volume próximo.

De cada um dos produtos referidos, nos oferece o A informações detalhadas, quer sôbre suas origens, quer ain-

da sôbre a sua cultura nos diversos Estados onde se tem aclimatado; informa ainda, à base de dados estatísticos, a produção e a exportação; adianta, com farta documentação, notícias históricas sôbre a adaptação das culturas, sua importância ou decadência, sua influência econômica ou social, etc

Não resta dúvida que o livro do Sr Luiz Amaral constitue uma valiosa contribuição não somente aos estudos históricos sôbre o nosso passado econômico, mas ainda às pesquisas estatísticas, pela variedade e riqueza das informações que nos transmite sôbre a evolução da economia agrícola no Brasil Contudo, seria conveniente uma revisão cuidadosa nos quadros estatísticos, os quais se ressentem ora de defeitos técnicos de apresentação, ora ainda de falha verdadeiramente substancial, qual a de não informar a unidade adotada

Por exemplo: no capítulo sôbre a cana de açúcar, à pág. 87, figura um quadro do comércio de açúcar com o exterior, depois de adotado o produto de beterraba, com dados relativos a Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Baía no decênio 1836-37 a 1845-46, sem, no entanto, citar a unidade, só a seguir é que o A explica tratar-se de arrobas No capítulo sôbre o algodão, temos: à pág 203, o quadro sôbre a produção de algodão do Brasil, Estados Unidos, Índias Orientais e Egito, nos anos de 1910 a 1915, não informa a unidade, as cifras ficam no ar São arrobas, são quilos, são toneladas, são sacas? O mesmo acontece à pág. 239, no quadro sôbre a exportação algodoeira de Alagoas O A informa que em 1871 aquele Estado exportava 168 974 sacos, num total aproximado de 2 milhões de quilos, a seguir, alinha a exportação de 1872 a 1906, sem citar qual a unidade de volume À pág 277, figuram os quadros da exportação mineira de tecidos de 1907 a 1915, e lá estão o algodão, a juta, lã e linho com a quantidade, mas não referida a unidade — quantidade de que? — e o valor oficial em mil réis

Agora, no capítulo sôbre o cacau à pág 388 é citada a produção apresentada por Artur Tôrres Filho, não figurando, porém, a unidade Também a borracha, no seu capítulo, tem essa falha: às págs 460 e 462 figuram os quadros de produção da Amazônia (Brasil, Perú e Bolívia) e de outras regiões do Brasil e de plantação e produção do Brasil e outros produtores (de 1900 a 1925) respectivamente, mas nem em um nem em outro se sabe qual a unidade da coleta estatística feita

Essas ligeiras observações à margem do livro do Sr. Luiz Amaral não prejudicam, como é fácil verificar, o valor do livro, como, porém, se trata de uma documentação que terá de ser sempre citada pela contribuição que representa, para os estudos econômicos e sociais do Brasil — mormente no campo de sua evolução agrícola — claro é que, em edição vindoura, seria de muita utilidade o esclarecimento dêsses pontos Porque a verdade é que, com a documentação reunida tão brilhantemente nestes volumes da *História Geral da Agricultura Brasileira*, se ergueu um trabalho valioso, base de estudos e investigações que se queiram fazer sôbre o passado econômico do país E', na realidade, um livro que muito vale, pela sua utilidade histórica e pela documentação pacientemente reunida — MANUEL DIEGUES JÚNIOR

ASSIMILAÇÃO E POPULAÇÕES MARGINAIS DO BRASIL — Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes — Emilio Willems — Coleção Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.

"Os nossos estudos sociológicos teem sido, na maior parte, trabalhos de gabinete, de arquivo e biblioteca", diz o A , no prefácio, sem fugir, êle também, a essa regra, pois que, apesar de ter realizado pessoalmente pesquisas na zona de colonização germânica durante cinco anos, julgou de bom alvitre — acrescenta — "pôr os leitores em contacto com a admirável obra que os norte-americanos realizaram nesse terreno", isto é, da questão de assimilação dos alienígenas e seus descendentes

Poucos assuntos dispõem hoje de uma tão larga margem de crédito no interêsse dos estudiosos e do público como o que o Professor Willems escolheu para mais êste seu trabalho, colocado na lista selecionada da Brasiliana

O A observa que o seu estudo "tem objetivos rigorosamente científicos", que "não se trata, portanto, de sugerir medidas ou traçar normas de ação" E, com efeito, não só não encontramos qualquer sugestão, como até percebemos certa preocupação de ignorar fatos perfeitamente sabidos e de não opinar sôbre medidas ensaiadas para solução do problema das populações alheias à vida e à cultura nacionais dentro do nosso país A sua tendência, pelo menos aparentemente, é de não conferir nenhuma importância a essa desintegração, assumiu, assim, uma conduta que o caráter científico da obra talvez não exigisse

Um aspecto do livro que merece desde logo ser ressaltado é a precisão técnica do vocabulário empregado; o

A é amigo das definições e as prodigaliza sempre com a meticulosidade e a fôrça de conceituação dos bons didatas Tão bela qualidade do livro é apenas e lamentavelmente mareada em algumas páginas onde se encontram certas exquisitices linguísticas e, até, falta de clareza À pág 97, referindo-se à percentagem de suicídios nos meios de imigrantes nos Estados Unidos, o autor escreve "Entre os habitantes de Chicago nascidos no estrangeiro em 1930 por exemplo a proporção era de 38,8 em 100 000, ao passo que ela era de 12,4 para os nativos"

Queixa-se o A , não sem razão, da ausência de estatísticas devidamente compreensivas de vários aspectos da vida dos imigrantes germânicos e seus descendentes, lacuna que, em boa parte, será preenchida quando apurados os resultados do nosso 5º Recenseamento Geral, ao qual, aliás, o escritor também não alude A documentação de que se serve é, entretanto, profusa, se bem que não muito variada Há 273 notas no texto, sendo de observar que as transcrições representam cêrca de 20% de todo o livro

O A mostra-se francamente inclinado a considerar em perfeito andamento a assimilação dos imigrantes germânicos e seus descendentes, baseando-se, talvez com demasiada boa fé, em artigos de *Der Kompass* e outras publicações alemãs aquí editadas

O desconhecimento de certos fatos e aspectos bem expressivos, ultimamente postos em tanta evidência, reduz o poder de convicção que a obra conteria Além disso, o livro se detém numa fase da nossa história política a qual, embora recente, já não tem nenhuma atualidade O ensaista atribue o uso dos direitos políticos (voto) em defesa de princípios do germanismo étnico e cultural — à discrepância entre estatuto político e *status* social dos teuto-brasileiros E fica aí Ora, há mais de três anos não há margem para aquela forma de participação dos descendentes de alemães na política brasileira Por outro lado, acontecimentos desenrolados no mundo europeu nos aconselharam a ver o assunto com olhos mais atentos Foi pena, assim, que o A não nos pusesse em contacto com faces novas da questão, pois o fato é que as há, e dignas da maior consideração

Seja como for, o livro do Sr. Emílio Willems passa a ser de consulta indispensável a quem quiser travar conhecimento mais profundo com o assunto que êle versou com erudição e excelente método expositivo, utilizando elementos ponderáveis de estudo e observação — RAUL LIMA

OS PROCESSOS MONETÁRIOS E O EMPRÉSTIMO PÚBLICO INTERNO COMO RECEITA EXTRAORDINÁRIA DO ESTADO — Abelardo Vergueiro César — Emprêsa Gráfica da "Revista dos Tribunais", São Paulo, 1940.

Trata-se, como nos esclarece o A no prefácio, de uma "dissertação destinada ao concurso da cadeira de Ciência das Finanças da Faculdade de Direito de São Paulo" Ignoramos se o ilustre mestre conquistou a cátedra Contudo, legou-nos um belo livro, que lhe grangeará, estamos certos, inúmeros leitores, de par com a admiração dos estudiosos e a gratidão de todos aqueles que teem os olhos voltados para os problemas financeiros do país, tal o carinho com que trata vários deles, bem como os exemplos de que se vale para o seu confronto e a maneira superior e serena por que nos aponta as soluções para os mesmos E, dêsse modo, o seu esfôrço será bem recompensado

No primeiro capítulo, o A. recorda noções sôbre "Receita Pública", estudando rapidamente as várias modalidades de "Receita Ordinária" (Bens Patrimoniais e Tributos) e de "Receita Extraordinária" (Emprêgo de Fundos do Tesouro do Estado, Venda de Bens Particulares do Estado, Indenização de Guerra, Compra de Títulos da Dívida Pública em Praça, Dívida Flutuante, Processos Monetários e Empréstimos Públicos) para estudar então, detidamente, no segundo capítulo, "Os Processos Monetários como Receita Extraordinária do Estado" (Papel Moeda, Desvalorização do Meio Circulante e Câmbio Dirigido)

O primeiro capítulo é apenas uma introdução ao tema principal

O segundo se inicia com o estudo do Papel Moeda Depois de historiar-lhe a origem, a maneira porque opera, a emissão pelo Estado, o curso forçado de fim econômico e de fim financeiro, a teoria quantitativa, passa o A. em revista as mais famosas inflações dos meios de pagamento de que se tem notícia, fazendo sôbre cada uma observações pessoais e apontando as lições que delas se devem tirar Condenando o emprêgo do papel moeda como receita extraordinária do Estado, escreve duas páginas admiráveis, que não nos podemos furtar ao desejo de transcrever, tais a sua rigorosa atualidade e as côres vivas com que pinta o quadro desolador resultante da inflação:

"Perturba profundamente a economia Desanima os que trabalham e economizam, com sacrifícios contínuos e renúncias permanentes, e que, em pouco tempo, vêem dissolvendo-se as poupanças que levaram anos para juntar e que representavam o sossêgo

para a velhice, o amparo para a enfermidade e o apoio para o futuro da família

"Desloca o poder de compra de uma classe para outra, sacudindo fortemente a organização social do país. As elites de toda espécie, que sempre dirigiram, orientaram e comandaram, são desbancadas pela ousadia ignorante, pelo atrevimento dos novos senhores da situação, de poucos conhecimentos, e que pensam resolver os casos complexos com a facilidade de suas idéias simplistas. Baixa o nível da cultura, do senso artístico, das cogitações científicas. As boas tradições, o espírito religioso, o vigor das hierarquias, o sentimento jurídico, fôrças sociais e morais que salutarmente disciplinam a atividade do povo, afrouxam-se e fundem no caos de uma confusão geral. Empobrece-se o rico sem que o pobre se enriqueça. Enfraquece-se a produção e o trabalho desorganiza-se com prejuízo do patrão e do operário. Êste ou não recebe o seu salário ou se o receber tem em suas mãos apenas mais valor nominal, que lhe dará menor quantidade de mercadorias e de serviços Os bancos retraem-se. Os mercados desarvoram-se. O orçamento do Estado sofre rude desequilíbrio, porque a receita não consegue acompanhar o custo crescente das coisas e dos serviços O Estado, para compensar as diferenças orçamentárias, majora os impostos Mas quando a arrecadação depositar no Tesouro a importância daquelas, provavelmente a despesa já se terá elevado, por fôrça da maior depreciação da moeda. Os que vivem de renda fixa: como sejam pensões, ordenados, juros, dividendos, vão encontrando, cada dia, mais dificuldade para se manterem. Cai o câmbio em proporções alarmantes Importa-se menos A renovação contínua e permanente do material industrial, tão necessária para a grandeza do país, retarda-se e diminue, com a dificuldade da compra do que se precisa importar do estrangeiro Debilita-se a renda nacional" (págs. 37 e 38).

Logo a seguir, porém, aponta o remédio:

"Para evitar essa calamidade, é preciso que cada país procure aperfeiçoar o estudo da economia e da finança, com escolas superiores e com institutos de pesquisas; que adote política econômica e financeira; que aumente a produção; impeça o *deficit* orçamentário; saneie a moeda; intensifique a circulação, ligue os mercados internos, e funde todo o sistema numa organização de crédito, que baseie a sua atividade na unidade de um banco central" (pág. 38).

O capítulo termina com os estudos sôbre a "Desvalorização da Moeda" e sôbre o "Câmbio Dirigido", ambos formidáveis fontes de receitas extraordinárias do Estado, conforme os exemplos que nos mostra, mas que o A. com justa razão condena por inconvenientes e prejudiciais. A "Desvalorização da Moeda", porque "pode criar o Estado o *meio de compra* mas não o *poder de compra;* pode empregar os recursos que arranca do patrimônio individual, não nesta ou naquela despesa determinada, mas em despesas em geral, sem que êle próprio possa determinar como consumiu tal quantidade de valores, nos gastos que fez, e sem poder afirmar se estes foram reprodutivos, ou não, necessários, úteis, ou absolutamente improdutivos" (pág. 48).

Quanto ao "Câmbio Dirigido", o A. reconhece ser o mesmo "imprescindível em período de transição", mas que "o Estado inflige sérios prejuízos à economia nacional: perturbando a produção, cerceando a capacidade fabricadora e a renovação material da indústria; travando o intercâmbio comercial, animando agricultura e indústrias inviáveis; encarecendo a vida; prendendo a circulação dos valores e das cousas; dificultando o espírito de iniciativa e desalentando os empreendimentos criadores" (pág. 53).

O terceiro capítulo refere-se ao "Empréstimo Público Interno como Receita Extraordinária do Estado", matéria que o A. estuda exhaustivamente. Historiando a origem do empréstimo, demonstra-nos que êle só foi possível com o advento da economia capitalista, da qual nos dá um interessante panorama, palpitante de vida, com as relações internacionais, os grandes bancos, as bôlsas, os seguros, etc. Sustenta que o empréstimo público "é a receita extraordinária normal do Estado" (Conclusão Geral), sendo "uma distribuição dos encargos públicos no tempo e uma antecipação global de cobrança de tributos" (pág. 64), princípio clássico da ciência das finanças, mas de que os nossos estadistas nem sempre se lembram. .

Sôbre a conveniência ou inconveniência do empréstimo, declara que não se pode afirmar *a priori* uma ou outra cousa e aduz: "a conveniência do empréstimo encontra-se no destino que se der ao seu produto Se com êste se construir uma estrada de ferro, que dê renda para pagar os juros e a amortização, empregou-se o dinheiro em emprêsa diretamente reprodutiva. Se se utilizar o dinheiro para construção de estrada de rodagem, dá-se-lhe objetivo útil, mas será indiretamente reprodutivo Mas se se especulou com o dinheiro obtido, em intervenção desastrada e indébita do Estado; se aquele foi usado para manter uma indústria, que só traz prejuízos, o empréstimo le-

vantado é uma sobrecarga fatal, demorada mas total, de tributação para pagamento do capital e juros daquele Essa sobrecarga de tributação podia, ou ser encaminhada para uma finalidade criadora, ou não retirada do patrimônio dos indivíduos, que dela saberiam aproveitar-se, com mais efeito útil para a coletividade, e portanto, para o próprio Estado" (pág 65).

Termina fixando o conceito do empréstimo, a sua classificação e, após tecer as considerações finais, dá-nos ainda uma lição sôbre a técnica do empréstimo.

No quarto capítulo, estuda o A., rapidamente, os "Processos Monetários e o Empréstimo Público como Receita Extraordinária, no Brasil"

Escapa aos objetivos de um simples registro a análise pormenorizada da obra, — e nem nós nos atreveríamos a tanto Desejaríamos, entretanto, tecer algumas considerações que nos ocorreram durante a leitura do interessante e documentado trabalho do Sr Abelardo Vergueiro César

O A prova sobejamente que os processos monetários como receita extraordinária do Estado produzem os mais funestos resultados, de repercussões tanto mais fundas quanto atingem até a organização social. Por êsse motivo, apenas com extrema cautela êles devem ser utilizados e, assim mesmo, apenas em caráter de emergência, de transitoriedade, de anormalidade E que o empréstimo público é a receita extraordinária normal de que o Estado deve lançar mão

A desconfiança geral no mundo dos negócios e nas relações internacionais, os nacionalismos exacerbados, a guerra de tarifas e de alfândegas, acabaram por criar na opinião pública e nos governos prevenções de toda ordem contra os empréstimos externos Por sua vez, o capital procura em vão, por toda parte, pôrto de segurança onde abrigar-se e prefere condenar-se à estagnação a emigrar para destino incerto.

Nessa emergência, os governos se voltam para o mercado interno, para os capitais nacionais, de preferência ao estrangeiro, de difícil obtenção e tão mal visto pela opinião pública, que os "nacionalistas", mormente nestes assuntos, exploram a seu bel prazer

Ora, no Brasil, país de grandes riquezas potenciais, mas cuja debilidade econômica é notória, os capitais disponíveis são poucos Uma riqueza pequena há de proporcionar pequeno dividendo e a renda nacional, comparada com a de outros países, é insignificante E' justo, pois, que da reduzida renda nacional, já tão onerada pelos impostos e taxas que constituem a receita ordinária da União, do Estado e do Município, se vá tirar ainda outra contribuição sob a forma de empréstimo? Que restará para os melhoramentos e a renovação do aparelho industrial do país? Que restará para o estabelecimento de novas indústrias? De que capital poderá lançar mão a iniciativa particular, fonte primeira, em toda parte, do progresso e da riqueza nacionais? Além do mais, sendo diminutos os capitais disponíveis fornecidos pelo *dividendo nacional,* sempre que for necessário fazer-se uma obra de grande vulto, há que recorrer-se, forçosamente, ao capital estrangeiro Portanto, porque essa aversão ao empréstimo externo? Não foi êle que permitiu a construção da nossa rede ferroviária, das nossas melhores estradas de rodagem, dos nossos portos principais, a abertura da Avenida Central, no Rio de Janeiro, a luz elétrica, o telefone, a água e os esgotos nas nossas principais cidades? Agora mesmo, quando se procura instalar a grande siderurgia, não é ao capital estrangeiro que se recorre?

Desde que seja empregado para um *fim reprodutivo,* que não seja contraído para cobrir *deficits,* que não seja desviado do destino a que estava reservado, que a sua aplicação seja rigorosamente fiscalizada, que se observem as regras da boa técnica financeira no seu negociamento, o empréstimo externo pode ser contraído. Dessa maneira poderá o Estado levar a efeito os grandes empreendimentos tão necessários ao bem estar geral do povo, ao aumento da sua riqueza, pelo desenvolvimento do comércio, da indústria, dos transportes, do aparelhamento econômico nacional Empregando bem o empréstimo e fiscalizando rigorosamente a sua aplicação, terá o Estado garantida a sua pronta amortização e o pagamento dos juros Produzirá segurança, inspirará confiança geral nos negócios, o que atrairá o capital alienígena para as indústrias e as emprêsas particulares

Esperemos, portanto, que o A nos dê em breve um novo trabalho completando o presente, em que examine com a imparcialidade e o conhecimento de um devotado estudioso da ciência das finanças — que o é — a questão tão controvertida entre nós do empréstimo externo

Contudo, agora, que tanto se fala em uma "nova ordem", com a revolução completa de vários princípios das ciências econômicas e financeiras, é com prazer que se lêem livros como êsse do Sr Abelardo Vergueiro César, em que não se relegam os conhecimentos científicos a um segundo plano e em que o barulho da propaganda não

consegue perturbar o bom senso do verdadeiro estadista, que enxerga além das fronteiras estreitas do horizonte visual e não se deixa impressionar com o fragor das tormentas da hora presente. Êste será, talvez, o traço característico do seu livro Com efeito, para os estudiosos, para todos aqueles aos quais as questões financeiras são familiares, o trabalho do antigo deputado por São Paulo não revelará muita novidade Há, porém, que admirar o seu bom senso, a clareza e a serenidade com que aborda o tema, por certo dos mais debatidos e transcendentes nos nossos dias, e a visão de conjunto que tem do panorama financeiro, o que dá à sua obra uma grande unidade e extraordinária coerência. — FERNANDO MIBIELLI DE CARVALHO.

A CONQUISTA DO DESERTO OCIDENTAL — Craveiro Costa — Coleção Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.

De uma atividade incansável, dono de extraordinária capacidade de trabalho, foi Craveiro Costa homem de letras no intervalo dos seus inúmeros afazeres como diretor do Departamento de Estatística de Alagoas e como membro do Instituto Histórico local À organização dos dois, que constituiu um dos seus ideais, dedicou-se com todo o entusiasmo, nunca tendo medido esforços no sentido de melhorá-los e torná-los mais eficientes

Para os que compulsaram seus trabalhos sôbre *O Visconde de Sinimbú* e *Maceió*, não será surpresa ler que o volume que deixou pronto ao morrer, reunindo *subsídios para a história do Território do Acre*, intitulado ultimamente *A Conquista do Deserto Ocidental*, é, como êles, trabalho de pesquisa e de cuidadosa elaboração.

No gênero, reconstituindo a campanha acreana com tanta minúcia, é o trabalho em questão, ao que nos consta, o mais completo dado a público até hoje A introdução e as notas, feitas por Abguar Bastos, que já se mostrou, através de romances, conhecedor da região, elucidam e aclaram, enriquecendo a contribuição do estatístico alagoano. Ficará, certamente, muito ainda a dizer Mas com os subsídios ora divulgados por base, já se apresentará a tarefa menos árdua àquele que ainda quiser escrever sôbre a encorporação ao Brasil da ampla região que vai do Juruá ao Purús, formando "dois impressionantes vales e um triângulo florestal de cento e cincoenta e dois mil quilômetros quadrados" (pág. 8).

A conquista do Acre tem, no seu desenrolar, muito de epopéia. De epopéia humilde, modesta, que ainda não teve o seu rapsodo, mas cheia de lances empolgantes, de passagens heróicas. E através dela chegam até nós notícias do patriotísmo do analfabeto cearense, sem instrução alguma mas com instintiva conciência das suas obrigações cívicas, dos seus deveres de brasileiro

Terra rude, encharcada, terreno ótimo para safras inesgotáveis de impaludismo e beri-beri no seu estado mais agressivo, onde a floresta servia de escudo à liberdade do índio, só poderia o Acre oferecer ao explorador obstáculos sem conta. Vencê-los foi tarefa sobrehumana

Iniciando sua obra, Craveiro Costa dá, antes de qualquer outra informação histórica, um esbôço da situação do Acre, em face dos anteriores tratados e divisões de fronteiras Assim, refere-se aos velhos pergaminhos portugueses e ao tratado de Tordesilas, mostrando que da época em que foi elaborado "à celebração da paz em 1668, nas terras americanas operara-se um formidável movimento de expansão colonizadora em que dois grandes povos cobiçavam o mesmo domínio de terras magníficas e gentes bravias, destruindo as fantasiosas combinações celebradas nos gabinetes diplomáticos" (págs. 62/3) O que havia então, sobrepondo-se a tudo, era um absoluto desajustamento entre a realidade geográfica e o conhecimento que dela tinham os que seus limites fixavam E foi essa ignorância que contribuiu para a insegurança que a cada nova tentativa mais se patenteava, fazendo com que os acordos firmados, uns anulando outros, de pouco valessem. Mesmo o convênio de 1867, é sabido, não passou de precária solução, como se verificou trinta e cinco anos depois, quando "fracassadas as tentativas que se fizeram, para a locação da linha ajustada" (...) "a questão de limites ressurgiu alarmante" (pág 80).

Esclarecidos tais pontos, que constituem, se podemos empregar a expressão, a *prehistória política* do Acre, envereda então o A. pelo assunto de que trata o título do volume, explanando-o concienciosamente, sempre fiel à cronologia, desde o protocolo de Fevereiro de 1895, assinado pelos representantes dos países em litígio, até a revolução de Plácido de Castro e, finalmente, a reforma Epitácio Pessoa, posterior a várias outras, tentadas sob os governos Afonso Pena e Hermes da Fonseca.

Nem sempre terá sido, ao tratar da ação do govêrno federal em relação ao território acreano, o ilustrado historiador alagoano, bastante sereno para julgar a sua atitude. A proximidade dos

fatos, ocorridos nos últimos cincoenta anos, o próprio conhecimento e o grande amor que demonstrou Craveiro Costa nutrir pela região fronteiriça o privaram, talvez, da equanimidade necessária. Daí a violência com que critica a interferência federal, a hostilidade e a intransigência com que assinala os resultados desastrosos de determinadas medidas levadas à execução como sendo, na ocasião, as mais aconselháveis

Feita esta restrição, só nos resta, ressaltando o da introdução que o antecede, salientar o valor do trabalho de Craveiro Costa, de enorme utilidade para aqueles que pretenderem ter uma idéia da evolução acreana — TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO

EDUCAÇÃO E CULTURA — Francisco Campos — Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1940.

Desde o início de sua vida pública, o Sr. Francisco Campos tem demonstrado uma viva e permamente preocupação com os problemas nacionais de educação e cultura Quem quer que se dedique ao estudo da matéria, há de reconhecer no antigo Ministro da Educação, atual titular da pasta da Justiça, o trabalhador infatigável, a cujos esforços deve o país uma série de iniciativas corajosas, destinadas a renovar o quadro de nossas atividades educacionais e a projetar novas perspectivas à nossa formação cultural O seu nome está, assim, indiscutivelmente ligado à crônica de um largo e fecundo periodo de renovação do ensino no Brasil Por outro lado, ninguém negará que as cousas da inteligência sempre encontraram no Sr Francisco Campos um espírito atento e generoso, dotado de ânimo construtivo, a que se aliam constância de ação e unidade de pensamento

Expressivo documento de sua obra, nesse terreno, é o livro que o Sr. Francisco Campos acaba de publicar e em que reuniu alguns trabalhos referentes a diversas reformas de ensino e peças oratórias em que conteem os pontos de referência fundamentais de seu pensamento acêrca dos problemas de educação e cultura E é de notar que essas páginas escritas em diferentes épocas, ao sabor das circunstâncias, demonstram a perfeita harmonia e consistência de suas idéias, expendidas sempre com uma eloquência e um brilho singulares

Em todos os trabalhos ora coordenados se evidencia a marca pessoal: profusos são os seus conceitos e todos êles moldados sob característica inspiração própria Para o Sr Francisco Campos, a alfabetização, por exemplo, "não é instrumento de civilização e de cultura": "mais vale o analfabeto de inteligência integra e viva do que o alfabetizado a que a escola adormeceu a inteligência e apagou êsse fogo interior do interêsse intelectual, mãe da atividade e da indústria humanas" Da escola, diz que "é um órgão da sociedade a que pertence: por ela se manifestam os ideais e as aspirações, bem como os hábitos e o lastro de tradições e costumes, que, transmitidos pela educação, asseguram a continuidade do desenvolvimento humano"; e é também "um instrumento pelo qual os ideais e aspirações de cada época atuam sôbre a sociedade", com o que realiza, por fim, a sua dupla finalidade "Utilizando nas suas classes os processos da vida ordinária, a escola, para assim dizer, socializa a mentalidade infantil, dotando-a do sentido de uma nova dimensão, a sociabilidade, que só a educação desenvolve, amplia, orienta e disciplina", diz ainda o A., acentuando que se a escola tem por fim preparar para a vida social, "é indispensável que procure cultivar, desenvolver e orientar na criança o instinto social, oferecendo-lhe oportunidade de exercer os sentimentos de responsabilidade e de cooperação, fundamento e garantia de toda convivência humana"; "é necessario — finaliza — socializar a vida na escola, dotando-a das formas de convivência e de associação que existem na vida ordinária, de maneira que o instituto social da criança possa inserir-se desde cedo nas formas e nos quadros em que a vida do adulto tem de desdobrar se, encontrando neles, a um só tempo, a satisfação e a disciplina das suas tendências" Ao ensino secundário, atribue "a função de construir um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos, ao invés de mobiliar o espírito de noções e de conceitos, isto é, dos produtos acabados, com os quais a indústria usual do ensino se propõe formar o estoque dos seus clientes". Estuda o ensino superior, encarando a Universidade como "uma unidade social ativa e militante, isto é, um centro de contacto, de colaboração e de cooperação de vontades e de aspirações, uma família intelectual e moral, que não exhaure a sua atividade no círculo dos seus interêsses próprios e imediatos, senão que, como unidade viva, tende a ampliar no meio social, em que se organiza e existe, o seu círculo de ressonância e de influência, exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa".

Não é preciso citar mais — e muito mais gostaríamos de citar — para realçar a alta soma e o valor intrínseco dos conceitos formulados pelo Sr Francisco Campos a respeito de numerosos aspectos da cultura e da educação na-

cionais. O seu livro constitue, sem dúvida, um depoimento significativo sôbre problemas que interessam de perto à inteligência brasileira — depoimento prestado com legítima exaltação patriótica e paixão pela verdade.

E' o seguinte o sumário da presente obra: 1. Reforma do ensino primário em Minas Gerais; 2. Reforma do ensino normal em Minas Gerais; 3. Reforma do ensino secundário; 4. Reforma do ensino superior; 5. A escola ativa; 6. Posse no Ministério da Educação e Saúde Pública; 7. Ensino clássico e ensino técnico; 8. Sôbre a filosofia da educação; 9. Língua brasileira; 10. Os valores espirituais; 11. O novo conceito de humanismo; 12. Discurso sôbre o ceticismo; 13. Às professoras de Minas Gerais; 14. Amor à terra e amor à liberdade; 15. Discurso sôbre a poesia.

BANCO DO BRASIL — RELATÓRIO 1939 — (Apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas) — Oficinas do "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 1940.

Foi dado à publicidade o Relatório apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas pela presidência do Banco do Brasil sôbre o nosso maior estabelecimento de crédito, no ano de 1939.

Compreendendo três partes — a exposição do Presidente do Banco, Sr. Marques dos Reis, o parecer do Conselho Fiscal e numerosos anexos — a publicação em causa foge ao aspecto de simples relatório de administraçao e, seguindo a orientação adotada nos anos anteriores, detém-se no exame de toda uma série de questões econômicas e financeiras, do maior interêsse para administradores e estudiosos.

Inicialmente, aprecia o Relatório a situação econômica do Brasil em 1939, ano que se caracterizou pela alta dos preços-ouro de muitos dos produtos exportados pelo país; essa alta, porém, não atingiu os dois produtos básicos do nosso intercâmbio com o estrangeiro. O café e o algodão, com efeito, sofreram baixas de 4% e 3%, respectivamente, o que influiu desfavoravelmente no preço-ouro médio da tonelada exportada, vindo êste a acusar uma queda de 2%. Êsse fenômeno, porém, que, a ser considerado isoladamente, teria significação desfavorável, foi acompanhado de uma redução de maior amplitude no preço-ouro da tonelada importada (menos 9%).

Registrando o fato, o Relatório observa que o movimento ascensional dos preços-ouro dos outros produtos da nossa exportação "teve origem em fatores econômicos cuja ação se processa no plano internacional, mas foi também favorecido pela estabilidade do valor da moeda brasileira, o que constitue outra importante característica do ano de 1939".

Mediante diminuição do volume das importações e aumento da exportação, e em consequência de oscilações de preços favoráveis, o comércio brasileiro deu, em 1939, o saldo de £ 10.050.000, que atinge o mais elevado nível anual do último quinquênio, excetuado o ano de 1936.

Mostra o Relatório que essa melhoria não é ilusória, pois não é fruto do "estrangulamento das importações indispensáveis à continuidade do nosso progresso econômico". Prova, ainda, que "nenhuma redução quantitativa atingiu as compras de certos "bens de produção" (automóveis, manufaturas de ferro e aço, gasolina, óleos combustíveis e lubrificantes)" e que a pequena redução de 3% no volume das nossas compras externas não mascara nenhum declínio importante "de aquisições essenciais, eventualmente compensadas com aumento das que não teem repercussão direta e imediata em nosso equipamento econômico". Explica ainda que o decréscimo verificado nas aquisições de ferro e aço brutos, carvão e trigo "é o natural corolário da nossa política de maior suficiência, em relação a êsses produtos, e a contração das importações de "máquinas, aparelhos e ferramentas" e de "veículos e acessórios, à exclusão de automóveis", representa um simples reajustamento quantitativo dêsses grupos de produtos, cujo volume físico havia subido, nos dois anos anteriores a 1939, a níveis superiores aos normais".

Em conclusão às observações sôbre a situação econômica do Brasil em 1939, após apreciar o ritmo ascensional do comércio interno do país, que, como já ninguém desconhece, tem sido um poderoso fator de recuperação econômica, registra o Relatório do Banco que houve "sensível e efetivo progresso" de 1938 para 1939 e termina com essas palavras de evidente bom senso: "Deveremos olhar os saldos-ouro da balança comercial, produzidos nas fases de alta, com uma reserva que o país terá de utilizar, em grande parte, nas ulteriores conjunturas de baixa. Nestas, os efeitos do declínio dos preços sôbre o valor das exportações não podem, muita vez, ser compensados integralmente pela expansão do volume físico das exportações, a menos que a compensação se efetue à custa de uma "perda de substância" do trabalho nacional, o que é ainda pior".

A seguir, a exposição do Sr. Marques dos Reis estuda as condições do mer-

cado monetário em 1939, registrando que "conseguiu o Govêrno Federal manter plenamente em execução sua patriótica política, iniciada em meados de 1938, de conservar estável o volume da moeda em circulação". Apenas, com a irrupção da guerra, "a Carteira de Redescontos foi obrigada a ampliar um pouco o volume de suas operações, produzindo-se um acréscimo correlativo no valor das notas em circulação", situação que se normalizara já no último trimestre do ano

Apesar de não dispor dos dados oficiais do movimento bancário do país em todo o ano de 39, mas tão somente dos de Janeiro a Setembro, revela o Presidente do Banco do Brasil o apreciável aumento dos depósitos e empréstimos do sistema bancário brasileiro "Os empréstimos, à exclusão dos adiantamentos do Banco do Brasil a entidades públicas, isto é — os créditos, que, *grosso modo,* representam o financiamento da economia nacional por parte do sistema bancário, — foram beneficiados com o extraordinário aumento de 1.024 000 contos, tendo subido de 7 106 000 contos, em fins de 1938, a 8.130 000 contos, ao encerrar-se o terceiro trimestre do ano passado".

Registra ainda o Relatório que, "graças ao acêrto e à rapidez das medidas preventivas, adotadas pelo Govêrno Federal, deixou de verificar-se a "crise de confiança" que poderia surgir logo após as primeiras notícias da guerra" e, após as flutuações de Setembro, decorrentes das notícias vindas do continente europeu, o mercado monetário voltou à estabilidade.

Quanto à situação cambial, a maior parte do ano de 1939 correu sob a nova orientação de liberdade de câmbio e o saldo da balança comercial justifica plenamente o acêrto da medida tomada pelo govêrno

Os resultados favoráveis do nosso comércio exterior permitiram ao país reatar o pagamento da divida externa e liberar inúmeros "congelados" comerciais e contribuiram ainda para que entrasse em fase de execução os serviços financeiros (juros, dividendos, etc) do capital estrangeiro empregado no Brasil, o que serviu para melhorar consideravelmente o nosso crédito no Exterior

De modo geral, gozou a Nação, em 1939, uma situação cambial das mais auspiciosas e um câmbio organicamente estável, o que permitiu a aquisição, por parte de entidades públicas, de navios, material ferroviário, etc.

No ano de 1939, as compras de ouro atingiram seu nivel "record" no último quinquênio (9 023 kg, contra o máximo anterior de 8 162 kg em 1935), resultado que adveio do aumento das aquisições a particulares, de vez que as compras às minas sofreram um pequeno declínio (3%).

Explica o Relatório do Banco: "Êsse aumento do ouro comprado a particulares decorreu da acertada orientação de estatuir-se, para desencorajar o contrabando do metal, uma taxa de compra que represente o preço real do ouro ou mesmo o supere ligeiramente, se o considerarmos acrescido do *gold-point*".

Examinando a situação do Banco em 1939, consigna a exposição do seu Presidente que "1939 foi um ano de sensível progresso em todos os sectores da sua atividade". Ao par de apreciável aumento nos depósitos (+ 18%), o Banco do Brasil expandiu consideravelmente os seus empréstimos (os empréstimos de caráter econômico cresceram de 27% — mais 257 000 contos — e os adiantamentos a entidades públicas de 12% — mais 288.000 contos), afim de atender à viva procura de créditos, para fim de produção e comércio

Os empréstimos a bancos apresentaram sensivel declínio; entretanto, os créditos aos agricultores, industriais, comerciantes e particulares registraram considerável aumento: mais 270 mil contos que em 1938. Para êsse aumento contribuiu com importância superior a 100 mil contos a Carteira do Crédito Agrícola e Industrial Foi uma das caracteristicas da orientação do Banco em 1939 o desenvolvimento crescente dessa Carteira, cujos objetivos estão ligados a uma das mais prementes necessidades nacionais: o crédito agrícola.

Em 1939, a Carteira realizou 4 272 financiamentos rurais, na importância de 316 000 contos, assim distribuidos: 1 898 financiamentos, ou 44%, a pequenos produtores; 1 747, ou 41%, a médios produtores; e 627, ou 15%, a grandes produtores

Informa o Relatório do Banco "Além do café, da cana de açúcar, do algodão, do arroz, da mandioca, da laranja e do milho, já financiados em boa escala, a Carteira, com a preocupação constante de amparar as atividades produtoras que mais contribuem para a economia nacional, vem auxiliando também a cultura ou extração de oiticica, mamona, borracha, carnaúba, linho, fumo, trigo, feijão, batata, hortaliças, etc "

Foram beneficiados com auxílios 72 industriais, que receberam um total de 77.000 contos.

Merecem registro, ainda, os entendimentos verificados entre a direção

da Carteira e o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura — e dos quais a exposição do Presidente do Banco nos dá notícia — no sentido do favorecimento do crédito às cooperativas agrícolas que, sob a orientação daquele Serviço, estão sendo disseminadas por todo o país.

O lucro líquido do Banco do Brasil, no exercício de 1939, atingiu a 89.730 contos de réis, vale dizer, mais 18.176 contos, ou 25%, do que no ano anterior, quando se elevara a 71.554 contos.

Anexos ao relatório, encontram-se os balanços e demonstrações de lucros e perdas do Banco, as estatísticas referentes ao seu movimento e ainda numerosos quadros subordinados aos títulos gerais: "Brasil-Estatísticas Monetárias e Financeiras"; "Brasil-Estatísticas das atividades econômicas".

Vários gráficos ilustram o texto.

SINOPSE ESTATÍSTICA DE PÔRTO ALEGRE — Comemorativa do Bi-Centenário da Colonização do município — Departamento Estadual de Estatística, Rio Grande do Sul, 1940.

Melhor não poderia ter sido a contribuição do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul para o programa comemorativo do bi-centenário da capital do Estado; a publicação da *Sinopse Estatística de Pôrto Alegre* é, com efeito, iniciativa digna dos melhores aplausos, exprimindo um esfôrço merecedor de toda simpatia. Obedecendo a um plano rigorosamente ajustado ao esquema fundamental estabelecido pelo I. B. G. E. para a ordenação dos assuntos da estatística geral brasileira, êsse trabalho constitue uma das mais úteis realizações dos órgãos integrantes do sistema regional daquela entidade em 1940, — tanto pela cuidadosa orientação técnica a que obedeceu o seu preparo, como pelo valioso acervo de informações coligidas num volume de cêrca de 320 páginas.

Em sua nota de apresentação, acentua o Sr. Mem de Sá, Diretor do Departamento de Estatística do Rio Grande do Sul, que Pôrto Alegre "efetivamente padecia da mais grave deficiência em matéria de levantamentos estatísticos, sendo lícito afirmar, sem exagêro, que a presente monografia, por ser a primeira iniciativa no gênero, muito contribuiu para organizar as fontes informativas, completamente desprovidos, na mor parte, de qualquer preocupação estatística". Em tais circunstâncias, fácil é reconhecer as enormes dificuldades que tiveram de ser vencidas, tanto mais quanto, em relação a determinados aspectos a investigar, foi adotado o louvável critério de não proceder a novos levantamentos, afim de não fatigar as fontes informativas já solicitadas pelos inquéritos do Recenseamento Geral.

De qualquer modo, porém, a direção do D. E. E. sul-riograndense realizou um trabalho de singular importância e ainda mais de louvar tendo-se em vista a escassez de prazo para sua execução, levada a efeito, aliás, sem prejuízo das atividades normais da repartição organizadora.

Convém ressaltar ainda o caráter atual dos dados divulgados, os quais, em sua quasi totalidade, correspondem, nas séries mais recentes, a 1939, — ou seja o ano anterior ao do aparecimento do volume. Em algumas tabelas, aliás, já se divulgam mesmo informações referentes aos primeiros meses de 1940.

Fixando, em quadros e gráficos, o admirável surto de desenvolvimento da capital sul-riograndense, a *Sinopse* põe em evidência um ritmo de progresso francamente auspicioso, pelo sentido ascensional em que se definem as suas principais características. Um detalhe, todavia, merece ressaltado, — ou para acentuar, mais uma vez, as crescentes deficiências do registro civil de nascimentos, mesmo nos principais centros urbanos, ou para deixar evidenciado um problema social de graves repercussões que as estatísticas começam a denunciar: o do decréscimo da natalidade em proporções não menos crescentes. Em 1900, com uma população de 73 274 almas, Pôrto Alegre acusava os coeficientes por 1 000 habitantes de 5,91 quanto aos casamentos e de 39,73, quanto aos nascimentos Em 1939, porém, quando a população já se eleva, segundo a estimativa para 31 de Dezembro, a 350.000 almas, o primeiro daqueles coeficientes apresenta ligeiro acréscimo, exprimindo-se por 6,45‰, mas o de nascimentos desce a 13,14 por 1.000 habitantes, correspondendo assim a pouco menos de um têrço do que era 39 anos antes O depoimento dêsses números é — como se vê — dos mais expressivos.

Em todas as páginas da *Sinopse Estatística de Pôrto Alegre* encontrarão os estudiosos e demais interessados farto material informativo, coligido sob os melhores cuidados técnicos e dentro do possível critério de atualidade A nova publicação do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul inscreve-se, portanto, entre as principais realizações daquele órgão estatístico regional, cujas atividades publicitárias veem acusando tão largo desenvolvimento, de certo tempo a esta parte.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES ECONÔMICOS — Departamento Estadual de Estatística, Rio de Janeiro, 1940.

Iniciativa das mais louváveis, sem dúvida nenhuma, a publicação, ora levada a efeito pelo Departamento de Estatística do Rio de Janeiro, dêsse interessante trabalho sôbre os principais índices econômicos do Estado, no decênio 1930-1940.

Estudo destinado, principalmente, à fixação, em têrmos numéricos, de uma fase de sensível progresso em todos os sectores da vida fluminense, essa publicação constitue, antes de tudo, um atestado muito significativo da eficiência técnica apresentada pelos serviços da repartição que a organizou. Quer pelo copioso material estatístico utilizado, quer pelo plano a que obedeceu, ela preenche seguramente os fins a que se destina, valendo não apenas como demonstração — decerto expressiva — do desenvolvimento por que vem passando a velha província, no último decênio, senão também como índice — não menos eloquente — da capacidade realizadora do seu Departamento de Estatística.

Pequenas notas interpretativas, redigidas com apreciável senso de objetividade, comentam os quadros e gráficos apresentados, fixando os aspectos mais sugestivos dos fenômenos por êles expressos.

E' a seguinte a ordem da matéria: I. Produção 1. Síntese; 2. Extrativa mineral; 3. Extrativa vegetal; 4. Agrícola; 5. Industrial; 6. Total. II. Comércio: 1. Exportação por vias terrestres, 2 Cabotagem; 3. Giro; 4. Movimento bancário. III. Transportes e comunicações: Síntese do desenvolvimento e utilização IV. Finanças públicas: Receita arrecadada.

A apresentação do *Evolução dos principais índices econômicos* é feita, em nota assinada, pelo Diretor do Departamento Estadual de Estatística, Sr. Francisco Steele.

SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA — Silas Raeder — Companhia Brasil Editora, Rio de Janeiro, 1940.

Em breve nota introdutória, o A define os objetivos que teve em vista, escrevendo êsse livro: "Ao elaborarmos o presente trabalho, outra não foi a nossa intenção, senão a de colaborar de alguma forma na propagação de princípios e sugestões práticas que contribuam para a formação de bons hábitos de saúde no nosso povo" Êsses objetivos são plenamente atingidos, através de verdadeiras lições práticas, em que se vulgarizam, de maneira accessível a toda gente, princípios básicos de educação física.

Com um perfeito conhecimento da matéria, o Professor Silas Raeder, que é diplomado pelo Instituto Técnico da Federação Sul Americana de Associações Cristãs de Moços (Montevidéu), examina os diversos aspectos do tema que se propôs, oferecendo aos interessados, com apreciável espírito de síntese, numerosas sugestões quanto aos exercícios que lhe parecem recomendáveis, como fatores de aperfeiçoamento eugênico ou de boa saúde física.

E' o seguinte o sumário do livro: 1. Resenha histórica, 2. Concepção da nova educação física; 3. Fins da educação física; 4. Crianças — Suas atividades, 5. Atitude (postura); 6 1.ª série de exercícios; 7 2.ª série de exercícios; 8. Diferentes exercícios que são aconselháveis para o fortalecimento de diversas regiões do corpo; 9. Efeitos produzidos pelos exercícios físicos no organismo humano, 10. Saúde e educação física, 11. Controle do pêso; 12 Tabelas, 13 Vida sadia; 14. Educação física como ideal de aperfeiçoamento da raça.

TÁBUAS ITINERÁRIAS — Departamento Estadual de Estatística, Baía, 1940.

Atendendo ao disposto na Resolução nº 32 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que recomendou às repartições integrantes do sistema de serviços do I B. G. E. o levantamento de tábuas itinerárias das respectivas circunscrições, — começam os Departamentos Estaduais de Estatística a divulgar em volume os resultados das campanhas empreendidas com aquele objetivo.

Essas tábuas, que se destinam a integrar futuramente, em uma síntese nacional, as Tábuas Itinerárias Brasileiras, devem registrar as melhores vias de transporte já existentes, e especificar os percursos com as respectivas quilometragens para as comunicações entre cada sede municipal e cada uma das respectivas sedes distritais; cada uma das sedes municipais limítrofes; a capital do Estado; a capital da República

"Desobrigando-se dessa incumbência — informa o Sr. Afrânio de Carvalho, Diretor da repartição, no prefácio da obra — o Departamento Estadual de Estatística da Baía entrega agora

à publicidade a contribuição baiana, que, tabulada com os informes prestados, sobretudo, pelas Agências Municipais de Estatística e revistos pela 2ª secção, sob a chefia do Sr. Marcelo Aroucha, teve a sua conclusão apressada para aproveitar ao Recenseamento Geral"

"Como se trata de uma edição preparatória — acrescenta — que se destina, tanto a servir ao público, como a provocar da parte dêste as correções que se impuserem, deixa de ser ilustrada com mapas itinerários ou cartogramas, em que se esquematizem os percursos referidos no texto".

Em que pese a essa alegação, trata-se, não há dúvida, de uma publicação de utilidade inestimável, organizada sob os melhores cuidados técnicos e que só pode recomendar o esfôrço e a boa vontade de quantos cooperaram em seu preparo.

Tábuas Itinerárias é um volume de cêrca de 80 páginas, com agradável feição material

---

ESTATÍSTICA BANCÁRIA — Ano II — Departamento Estadual de Estatística, Rio Grande do Sul, 1940.

No propósito de divulgar anualmente os dados que recolhe sôbre as operações dos estabelecimentos de crédito do Estado, o Departamento de Estatística do Rio Grande do Sul, que já nos dera êste ano o n. 3 de sua *Sinopse Regional*, o *Anuário Demográfico* e os interessantes *Boletins* sôbre o comércio exterior, acaba de editar a *Estatística Bancária* — Ano II, consignando informações relativas a 1939. Prossegue, assim, aquela repartição no seu programa de divulgar os aspectos marcantes da economia sul-riograndense.

Conforme acentua o Sr. Luiz Perez, estatístico auxiliar do Departamento e a cuja secção incumbiu o preparo da obra, a divulgação feita na "publicação anterior sôbre o desenvolvimento das operações bancárias dentro do âmbito econômico do Estado, apresenta-se mais completa neste segundo trabalho, com dados estatísticos que permitem demonstrar amplamente a prosperidade de nossas instituições de crédito"

Na síntese sôbre o movimento bancário do Rio Grande do Sul, aquele estatístico chama a atenção dos leitores para "a progressão segura no valor das transações bancárias, o que evidencia a prosperidade do meio em que elas se efetuam e as condições de segurança que as cercam e lhes propiciam o florescimento".

Além da introdução do Sr. Luiz Perez, apresenta o volume numerosos quadros estatísticos sôbre o movimento dos bancos nacionais e estrangeiros no Rio Grande do Sul.

PEQUENO ATLAS ESTATÍSTICO DO CAFÉ — Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1940.

A Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café — em cuja direção se encontra um especialista de reconhecidas competência e capacidade de trabalho — entregou à circulação, recentemente, o *Atlas Estatístico do Café*, sugestiva coleção de gráficos e tabelas sôbre a produção e o comércio cafeeiro, no país.

Êsse trabalho, de excelente apresentação gráfica e cuidadosa elaboração, marca "o início de uma série de publicações estatísticas, com as quais o Departamento vai vulgarizar os estudos a que submete os fenômenos relativos à produção, circulação, distribuição e consumo de café, não só os que dizem respeito à economia brasileira, como à de qualquer país cafeicultor". Esclarece, ainda, a "explicação preambular" de que tiramos essas informações que "o *Pequeno Atlas Estatístico do Café* constará de vários fascículos, que irão sendo publicados seguidamente, e ao fim de cada ano a matéria agrupar-se-á pela conexão de assunto, segundo a ordem de desdobramento daqueles fenômenos".

Em desenvolvimento do seu novo plano publicitário — tão bem iniciado com o trabalho a que ora nos referimos — o Departamento Nacional do Café anuncia para breve várias outras publicações, entre as quais o *Anuário Estatístico* e *Cultura do Café no Brasil, segundo os municípios*, além de vários cadastros referentes ao comércio do café

Trata-se, como se vê, de um programa de divulgação dos mais vastos e interessantes, a depor favoravelmente sôbre a eficiência dos serviços estatísticos do Departamento Nacional do Café.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO — ANO I — 1936 a 1938 — Secção Municipal de Estatística, Ilhéus (Estado da Baía), 1940.

A Secção Municipal de Estatística da Prefeitura de Ilhéus, no Estado da Baía — concretizando uma iniciativa que recomenda a eficiência de seu mecanismo interno — entregou à circula-

ção, recentemente, um *Anuário Estatístico,* em que reúne copioso material informativo, referente ao período 1936-1938.

Conforme acentua o Sr. Antônio F. Freire, Estatístico-Chefe, responsável pela publicação, esta "constitue a primeira fase das atividades da Secção Municipal de Estatística, em cooperação com os órgãos filiados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística"

"Os dados apresentados em forma tabular — prossegue aquele estatístico — estão enquadrados no sistema padronizado pelo I B. G E. e foram colhidos através de levantamentos e inquéritos que esclarecem, precisa e rigorosamente, grande parte das realidades físicas, demográficas, econômicas, sociais, culturais, etc, dêste opulento Município".

E' o seguinte o sumário do volume, que compreende cêrca de 120 páginas:

I Prefácio. II Situação Física: 1. Caracterização do território; 2. Climatologia; 3 Divisão territorial. III Situação Demográfica: 1 Estado da população; 2. Movimento da população IV. Situação Econômica: 1 Produção; 2 Estradas de ferro, 3. Rodoviação; 4. Navegação; 5 Telefones; 6 Propriedade imobiliária; 7 Comércio; 8 Movimento bancário V. Situação Social: 1 Melhoramentos urbanos; 2. Assistência Médico-Sanitária; 3. Asilos e recolhimentos; 4 Caixa Econômica Federal (Filial de Ilhéus) VI Situação Cultural: 1 Educação; 2 Imprensa periódica. VII Situação Administrativa e Política: 1 Finanças públicas; 2 Movimento judiciário.

REVUE DE LA SITUATION ECONOMIQUE MONDIALE — Sociedade das Nações, Genebra, 1940.

A edição de 1938-39 da *Revue de la situation economique mondiale,* publicada pela Sociedade das Nações, ficou concluída pouco antes de terem começo as hostilidades na Europa Ocupa-se, pois, de acontecimentos que se produziram até principios de Agosto de 1939, e, por conseguinte, o quadro que apresenta da situação econômica do mundo corresponde às condições que se verificavam no início do atual conflito

Nos primeiros meses de 1939, observou-se uma ligeira reanimação nos negócios, em contraste com a grave crise que ameaçava desencadear-se no primeiro semestre de 1938

Essa rápida mudança nas condições econômicas mundiais, pode atribuir-se, em parte, às medidas financeiras tomadas pelos Estados Unidos e outros países, para fomentar o intercâmbio de mercadorias e regularizar os serviços de dividas, que haviam diminuído fortemente Em conjunto, porém, é devida, essencialmente, ao aumento dos gastos militares, com a preparação da guerra

A edição em causa — a oitava da série — contém certo número de estudos especiais e, entre outros, um capitulo consagrado ao exame das consequências econômicas da guerra, do rearmamento e das modificações territoriais então recentemente verificadas

Os prejuízos de ordem econômica que sofreram a Espanha e a China; a baixa do nível da vida no Japão, como resultado da guerra, as consequências econômicas da expansão territorial da Alemanha, assim como a crescente intervenção do Estado no setor da economia — tais são as questões principais examinadas nesse capitulo

Em outros, se estudam as repercussões cada vez mais acentuadas da tensão política e do rearmamento sôbre a atividade econômica, o comércio mundial; as horas de trabalho e a disputa da mão de obra, as diretrizes da política orçamentária e monetária de cada país; e, por fim, as relações comerciais entre as diversas nações

---

RELATÓRIO — 1939 — (Apresentado à Presidência da República) — Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1940.

Em cumprimento do que dispõe o Art 8.º do Decreto n.º 24 609, que criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Presidente da entidade, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, apresentou à Presidência da República o relatório relativo à atuação desenvolvida pela mesma em todo o país, no período de 1939, — documento em que é focalizado, em traços gerais, o quadro das atividades estatísticas, geográficas e censitárias no Brasil

Num volume de cento e poucas páginas, composto e impresso no Serviço Gráfico do I B G E, foi assinalado, em sintética exposição, o desdobramento das campanhas e iniciativas levadas a efeito, no decurso daquele período, pelo Conselho Nacional de Estatística, Conselho Nacional de Geografia e Comissão Censitária Nacional, nos vários

sectores de trabalho articulados, em regime racionalizado, por todo o território brasileiro.

São referidos, ainda, no relatório, importantes aspectos da vida do Instituto, destacando-se, nessa parte, os capítulos referentes às suas relações com entidades estrangeiras e à sua situação econômica e financeira. Figuram no volume, em anexos, a respeito desta última, vários quadros de contabilidade.

EXPOSIÇÃO NACIONAL DOS MAPAS MUNICIPAIS (Notícia) — Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1940.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao comemorar, a 29 de Maio do corrente ano, o 4.º aniversário de sua instalação, levou a efeito, nesta capital, a Primeira Exposição Nacional dos Mapas Municipais. Êsse memorável certame, em que se reuniram as cartas dos 1 574 municípios brasileiros, elaborados em observância à lei federal n.º 311 e de acôrdo com as normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Geografia, constituiu uma realização de considerável alcance, no sentido da perfeita representação cartográfica do país.

A presente publicação divulga interessante documentário relativo ao certame, em edição ilustrada com vários aspectos fotográficos e executada no Serviço Gráfico do I. B. G. E.

Insere circunstanciada notícia sôbre a Exposição dos Mapas Municipais, os discursos pronunciados no ato de sua inauguração e um resumo das homenagens prestadas à memória do "Fundador da Estatística Geral Brasileira" — Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, — divulgando, ainda, artigos de vários jornalistas e editoriais de periódicos brasileiros em tôrno do certame de 29 de Maio.

BRASIL 1939-40 (Relação das condições geográficas, econômicas e sociais) — Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1940.

O Ministério das Relações Exteriores vem editando com regularidade o presente anuário, em cujas páginas sempre se reflete um conjunto considerável de aspectos fundamentais da vida brasileira Não se faz preciso realçar a importância e o alcance dêsse trabalho periódico de difusão cultural, tão evidentes teem sido os resultados obtidos por essa feliz iniciativa, que visa, sobretudo, a maior projeção da atualidade nacional no estrangeiro e, entre nós, um melhor conhecimento de nossas próprias realidades.

A presente edição, organizada pelo Cônsul José Jobim com a colaboração de uma equipe de especialistas, apresenta uma série de inovações em relação às anteriores, sendo de notar, entre elas, a ampliação da parte descritiva e, por outro lado, a redução do número de quadros estatísticos

Contendo uma apresentação do Ministro Osvaldo Aranha e uma nota explicativa do coordenador geral, êste livro divulga trabalhos de inúmeros colaboradores: "O clima, a terra e o homem", Salomão Serebrenick; "Área e população", Professor Giorgio Mortara; "Imigração e colonização", Henrique Dória de Vasconcelos; "Educação e cultura", Lourenço Filho; "Legislação social", Antônio Bento de Araújo Lima; "Saúde Pública", Tomaz Figueiredo Mendes; "Café", Teófilo de Andrade; "Açúcar", Gileno de Carli; "Côco, copra e óleo de côco", Júlio Poetzscher; "Borracha", Firmo Dutra; "Algodão", Garibaldi Dantas; "Caroá", João Henriques Fernandes; "Juta", Júlio Poetzscher; "Diamantes", Filgueiras Filho; "Pedras preciosas e semi-preciosas", Otávio Barbosa; "Indústria", Osvaldo B. Azevedo; "Comércio exterior e de cabotagem", Léo Lima e Silva de Affonseca; "O Nordeste e as obras contra as sêcas", Pimentel Gomes.

"E' fora de dúvida que, sem o conhecimento exato da nossa capacidade e limitações, nada de sólido se pode construir", afirma o Ministro Osvaldo Aranha. E acrescenta: "O fato de sair num momento em que se fazem sentir profundas modificações econômicas decorrentes da guerra, muitas das quais destinadas a exercer uma influência durável na economia dos países, vem encarecer o valor dessa compilação".

O *Brasil — 1939-40* foi editado, ainda, em inglês, com alterações no texto e sugestivas fotografias.

A AÇÃO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS NO GOVÊRNO PROVISÓRIO, NA FASE CONSTITUCIONAL, NO NOVO REGIME — Elói Pontes — Civilização Brasileira S/A — Rio de Janeiro — 1940 — 206 págs.

ACIDENTES DE TRANSITO TERRESTRE POR CIRCULACION DE VEHICULOS, 1939 — "Dirección General de Estadistica Nacional" — Ciudad Trujillo, República Dominicana — 1940 — 10 págs.

AMERICA WEIGS HER GOLD — James Harvey Rogers — Yale University Press — Estados Unidos — 245 págs.

ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE — Ns 33 e 34 — 1939 — 329 págs.

ANALES DE LA UNIVERSIDAD CENTRAL DEL ECUADOR — Tomo LXIII — 1940 — 659 págs.

ANNUAIRE STATISTIQUE DE LA RÉPUBLIQUE TCHÉCOSLOVAQUE, 1938 — "Office de Statistique" — Praga, Tchecoslováquia — 334 págs.

ANNUAIRE STATISTIQUE DE LA SUÈDE, 1940 — XXVII ano — "Bureau Central de Statistique" — Estocolmo, Suécia — 417 págs

ANNUAL STATEMENT OF THE TRADE OF SOUTHERN RHODESIA WITH BRITISH COUNTRIES AND FOREIGN COUNTRIES 1939 COMPARED WITH THE YEAR 1938 — "Trade Division of the Department of Statistics" — Salisbury, Southern Rhodesia — 1940 — 195 págs

ANUÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, 1939 — "Dirección Nacional de Estadistica" — Colômbia — 1940 — 575 págs.

ANUÁRIO DE CORUMBÁ, 1940 (Propaganda do Oeste Brasileiro) — Corumbá, Mato Grosso — 1940 — 214 págs

ANUARIO DEL COMERCIO EXTERIOR DE LA REPUBLICA ARGENTINA CORRESPONDIENTE A 1939 Y NOTICIA SUMARIA DEL PERIODO 1910/1939 — "Dirección General de Estadistica de la Nación" — Argentina — 1940 — 659 págs

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ANGOLA, 1938 — Repartição Técnica de Estatística Geral da Colônia de Angola — 1939 — 474 págs

ANUARIO ESTADISTICO GENERAL, 1938 — "Dirección General de Estadistica" — Nicaragua — 1939 — 442 págs.

ANUARIO ESTADISTICO MEDELIN, 1939 — "Oficina de Cadastro y Estadistica Municipal" — Departamento de Antióquia, Colômbia — 1940 — 174 págs

ANUARIO ESTADISTICO, 1938 — "Dirección General de Estadistica" — Salvador — 1940 — 362 págs.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1938 — Instituto Nacional de Estatística — Portugal — 1940 — 597 págs.

ANUARIO MUNICIPAL DE ESTADISTICA, 1939 — "Departamento de Estadistica e Investigación Social" — Bogotá, Colômbia — 1940 — 184 págs

ARQUIVOS PARTICULARES DO ITAMARATÍ — Aloisio Napoleão — Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro — 1940 — 41 págs.

AS STEEL GOES. (Unionism in a basic industry) — Robert R. R Brooks — Yale University Press — Estados Unidos — 124 págs

ASPECTOS GERAIS DE BAGÉ — Fortunato Pimentel — Pôrto Alegre, 1940 — 136 págs

ASPECTOS GERAIS DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ — Fortunato Pimentel — Separata da "Revista Agronômica" — Rio Grande do Sul — 1940 — 15 págs

ASPECTOS HISTÓRICOS DO ESTADO NOVO — Silvio Peixoto — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro — 1940 — 87 págs

ASSISTÊNCIA PSICOTÉCNICA (Estudo técnico do homem no trabalho) — Raul Rocha — Vol 3 da Coleção Iniciação Técnico-Profissional — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940 — 199 págs. — Prefácio do Professor Henrique Roxo.

ATIVIDADES DO CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR, 1934/40 — 1940 — 213 págs.

BLUMENAU (Notícia estatístico-descritiva) — José Ferreira da Silva — Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina — 1940 — 101 págs.

BOLCHEVISM, FASCISM AND CAPITALISM (An account of the three economic systems) — Yale University Press — Estados Unidos — 274 págs — Sumário: 1 The soviet planning system and the five-year plan, de George S. Counts; 2 The economics of fascism, de Luigi Villari; 3. The economics of capitalism, de Malcolm C. Rorty; 4 World economic planning, de Newton D Baker; 5 Appendix, Discussion of the economic systems of fascism, communism and capitalism.

BRASIL DOS NOSSOS DIAS — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro — 1940 — 91 págs.

BRASIL INDUSTRIAL EN 1940, EL — Rio de Janeiro, 1940 — 139 págs. — Livro organizado pelo Centro de Estudos Econômicos e sob a direção do Cônsul José Jobim para a Exposição Industrial do Brasil em Buenos Aires.

BRASIL NA ADMINISTRAÇÃO POMBALINA, O (Economia e política externa) — Visconde de Carnaxide — Vol. 192 da Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940 — 257 págs — Prefácio de Afrânio Peixoto — Sumário: 1 Introdução à maneira de ensaio; 2 Economia; 3 Finanças; 4 As grandes despesas; 5 Últimos anos do reinado; 6 Documentos; 7 Notas para uma bibliografia pombalina; 8 Última página

BREVIARUL STATISTIC AL ROMANIEI, Vol II, 1939 — "Institutul Central de Statistica" — Bucareste, Rumânia, 1939 — 453 págs

CAPITAIS E GRANDEZA NACIONAL — Manuel Lubambo — Vol 187 da Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940 — 227 págs — Sumário: 1ª parte — Princípios duma política patrimonial; 1 Posição do problema; 2 A Igreja e o capital; 3 Grandeza nacional e capital; 4 Condições para formação e fixação dos capitais; 5 A verdadeira seriação dos problemas brasileiros; 6 Um novo individualismo; 2ª parte — As idéias e condições que presidiram a evolução capitalista no Brasil; A doutrina patrimonial praticada pela metrópole portuguesa; 3ª parte — Síntese da evolução capitalista no Brasil: 1. Gênese des capitais brasileiros; 2 O século IV, época do esplendor brasileiro

CAPITALISM IN CRISIS — James Harvey Rogers — Yale University Press — Estados Unidos — 210 págs. — Sumário: Prefácio — 1. Introduction: 2 Holding Prices and Closing Factories; 3 Saving and Hoarding; 4 Balancing the Budget; 5 Fearing Inflation; 6. Another American Tragedy; 7 From States' Rights to State Autarchy; 8 Home remedies; 9 Conclusion; Notes

CATÁLOGO DAS PEÇAS PERTENCENTES À MAPOTECA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES QUE FIGURAM NA EXPOSIÇÃO ANEXA AO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Ministério das Relações Exteriores — 1940 — 42 págs.

CAXIAS — Afonso de Carvalho — 2.ª edição — Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1940 — 283 págs — Ilustrações de Alberto Lima

CENSOS AGRICOLA Y PECUARIO, 1937 — ESTADO NUEVA ESPARTA — "Dirección General de Estadistica" — Venezuela — 1940 — 74 págs.

CENSOS AGRICOLA Y PECUARIO, 1937 — ESTADO TRUJILLO — "Dirección General de Estadistica" — Venezuela — 1940 — 80 págs

CENSOS INDUSTRIAL, COMERCIAL Y EMPRESAS QUE PRESTAN SERVICIOS, 1936 — ESTADO APURE — "Dirección de Estadistica" — Venezuela — 1940 — 174 págs

COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO EN EL PRIMER SEMESTRE DE 1940 Y SU COMPARACIÓN CON EL DEL MISMO PERIODO DEL AÑO ANTERIOR, EL — "Dirección General de Estadistica de la Nación" — Argentina, 1940 — 67 págs

COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO EN EL PRIMER TRIMESTRE DE 1940 Y SU COMPARACIÓN CON EL DEL MISMO PERIODO DEL AÑO ANTERIOR, EL — "Dirección General de Estadistica de la Nación" — Argentina, 1940 — 66 págs

COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO EN LOS PRIMEIROS SEMESTRES DE 1940 Y 1939, EL — "Dirección General de Estadistica de la Nación" — Argentina — 1940 — 170 págs

COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO EN LOS PRIMEIROS NUEVE MESES DE 1940 Y

SU COMPARACION CON EL DEL MISMO PERIODO DEL AÑO ANTERIOR, EL — "Dirección General de Estadística de la Nación" — Argentina — 1940 — 68 págs.

COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO EN 1939 Y 1938 Y ESTADISTICAS ECONOMICAS RETROSPECTIVAS, EL — "Dirección General de Estadística de la Nación" — Argentina — 1940 — 296 págs.

COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO EN 1939 Y SU COMPARACION CON EL DE 1938, EL — "Dirección General de Estadística de la Nación" — Argentina — 1940 — 73 págs.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO (Trabalhos da sessão preparatória realizada no Rio de Janeiro em Novembro de 1939) — Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda — Rio de Janeiro, 1940 — 295 págs

COOLES COMMISSION FOR RESEARCH IN ECONOMICS (Report of Sixt Annual Research Conference on Economics and Statistics at Colorado Springs) — Universidade de Chicago — Estados Unidos — 1940 — 99 págs

CULTURA AMEAÇADA, UMA: A LUSO BRASILEIRA — Gilberto Freire — 88 págs — Recife, 1940 — Contém uma conferência pronunciada em Pernambuco, em comemoração aos Centenários de Portugal.

DERECHOS INDIVIDUALES NO SON INCOMPATIBLES CON UN REGIME SOCIALISTA, LOS — Diego Vicente Tejera — "Instituto Nacional de Previsión y Reformas Sociales" — Havana, Cuba — 1940 — 16 págs

DEMOGRAFIA RURALA E ROMANIEI — Sabin Manuila — Instituto Central de Estatística — Bucareste, Rumânia — 1940 — 30 págs.

DOLLARS — Lionel D. Eddie — Yale University Press — Estados Unidos — 293 págs

EFFECTS OF THE WAR ON ECONOMIC AND SOCIAL LIFE IN FINLAND — Leo Harmaja — Yale University Press — Estados Unidos — 124 págs.

ELEMENTOS DE ESTADISTICA METODOLOGICA — Professor C E Dieulefait — Fasc I/III do Curso proferido na Faculdade de Ciências Econômicas, Comerciais e Políticas da Universidade do Litoral — Rosário, Argentina — 1940

ENCICLOPEDIA DE EDUCACIÓN (Número dedicado às homenagens prestadas à passagem do LX aniversário da morte de José Pedro Valera) — "Dirección de Enseñanza Primaria y Normal" — Montevidéu, Uruguai — 1940 — 299 págs

ENSAIOS BRASILIANOS — E. Roquette Pinto — Vol 190 da Brasiliana — Edição ilustrada — Companhia Editora Nacional, São Paulo — 1940 — 244 págs

ESTACIONALIDAD DE LAS SÉRIES DE LA EXPORTACIÓN ARGENTINA (1927/37) — Instituto de Estatística da Escola de Ciências Econômicas da Universidade Nacional de Córdoba — Argentina — 1940 — 98 págs

ESTADISTICA MERCANTIL Y MARITIMA (1 º semestre de 1939) — "Dirección General de Estadística" — Venezuela — 1940 — 431 págs

ESTATÍSTICA DO COMÉRCIO EXTERNO E DA NAVEGAÇÃO, 1939 — Repartição Técnica de Estatística — Colônia de Moçambique, Portugal — 1940 — 359 págs.

ESTADISTICA INDUSTRIAL DE 1937 — "Dirección General de Estadística de la Nación" — Argentina — 1940 — 353 págs

ESTUDIOS Y TRABAJOS ESTADISTICOS, 1940 — "Contraloria Departamental de Cundinamarca" — Colômbia — 242 págs

ESTUDOS E CONFERÊNCIAS — N º 6 — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro — 1940 — 104 págs. — Sumário: "Semana do Economista", Valdemar Falcão; "Rumo ao Oeste", General Cândido Rondon; "O dever da juventude na organização nacional"; Isaías Alves; "O idioma nacional e o Estado Novo", Altamirando Nunes Pereira; "A juventude brasileira", Leopoldo Freire; "Getúlio Vargas e o Exército", Chermont de Brito.

EXPORTAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO EM 1939 — Diretoria de Estatística de Pelotas, atual Departamento Municipal de Estatística — Rio Grande do Sul — 1940 — 25 págs

FATO MORAL E O FATO SOCIAL NA DÉCADA GETULIANA, O — Francisco Martins dos Santos — Zélio Valverde Editor — Rio de Janeiro — 1940 — 144 págs.

FEDERAL TRADE COMMISSION, THE (A study in administrative law and procedure) — Gerard C. Henderson — Yale University Press — Estados Unidos — 382 págs

FEIJÓ E A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX — Alfredo Elis Júnior — Vol 189 da Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo — 1940 — 588 págs — O livro está dividido em três partes e 33 capítulos e contém uma introdução.

FINANCIAL STATISTICS OF THE CITIES, 1937 — "Bureau of the Census", "Department of Commerce" — Washington, Estados Unidos — 1940 — 327 págs.

FINANZAS MUNICIPALES — INGRESOS Y EGRESOS DEL AÑO 1939 — Vol. IV, n.º 3 — "Dirección General de Estadística Nacional" — Ciudad Trujillo, Republica Dominicana — 1940 — 128 págs

FISHERY INDUSTRIES OF THE UNITED STATES, 1938 — R H. Fiedler — "Department of Commerce, Bureau of Fisheries" — Washington, Estados Unidos — 1940 — 554 págs.

FÔRÇA, CULTURA E LIBERDADE (Origens históricas e tendências atuais da evolução política do Brasil) — Livaria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro — 1940 — 271 págs — Sumário: Introdução; 1 ª parte: Os métodos políticos; 1 As tradições políticas do Brasil; 2. Os novos rumos da política brasileira; 3 Espírito e doutrina dos métodos políticos brasileiros. 2 ª parte: Os fundamentos da vida política; 1 A falência da liberal-democracia; 2 A evolução para a democracia cultural e econômica; 3 Problemas brasileiros; índice alfabético e analítico

GETÚLIO VARGAS E A ARTE NO BRASIL — Osvaldo Teixeira — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro — 1940 — 65 págs

GETÚLIO VARGAS E A INTELIGÊNCIA NACIONAL — Jorací Camargo — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro — 1940 — 62 págs

GETÚLIO VARGAS E A PSICANÁLISE DAS MULTIDÕES — Gastão Pereira da Silva — Zélio Valverde Editor — Rio de Janeiro — 1940 — 127 págs

GETÚLIO VARGAS, O AMIGO DAS CRIANÇAS — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro — 1940 — 32 págs

GLÓRIA DE EUCLIDES DA CUNHA, A — Francisco Venâncio Filho — Vol. 193 da Brasiliana — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1940 — 225 págs. — Edição ilustrada — Sumário: Prefácio: 1. Vida e obra; 2. Fontes de estudo; 3 A glória; 4. Notas. Esta última parte contém: a) Efemérides euclideanas; b) Bibliografia do autor; c) Iconografia; d) Bibliografia sôbre o autor; e) Emendas d'Os Sertões.

HIGIÈNE ET SERVICE SANITAIRE EN SUÈDE EN 1938 PAR LE CONSEIL SUPÉRIEUR DE L'ADMINISTRATION MÉDICALE DE L'ÉTAT — "Statistique Officielle de la Suède" — Estocolmo, Suécia — 1940 — 152 págs

IMPRENSA AMERICANA E SEUS REFLEXOS NO BRASIL, A — Nóbrega da Cunha — Vol. I da Coleção "Lições da vida americana" — Instituto Brasil-Estados Unidos — Rio de Janeiro — 1940 — 35 págs

INVASÃO PARAGUAIA NO BRASIL, A (Documentação inédita) — Walter Spalding —

Vol 185 da Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo — 1940 — 635 págs, com ilustrações fora do texto.

JORNADA PELO BRASIL (Campanha censitária de 1940) — Osvaldo Sousa Brito — Ilhéus, Bahia — 1940 — 22 págs.

JUTA NO BRASIL E NO MERCADO MUNDIAL, A — Júlio Poetzscher — Conselho Federal do Comércio Exterior — Rio de Janeiro — 1940 — 142 págs — Sumário: 1. O comércio e a indústria de juta na Índia; 2 A cultura da juta na Índia; 3 O mercado mundial de juta; 4. As possibilidades de produção no Brasil; 5 O comércio de fibras no Brasil; 6. Análises de fibras; 7. Observações gerais sôbre a cultura de fibras; 8. Relações das indústrias de juta no Brasil; 9. Conclusão. Em apêndice: Quadros climatológicos; "Jute in Brazil and in the world market"; Bibliografia.

LOCALIDADES CATARINENSES (Prontuário) — Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina — 1940 — 102 págs

MALARIA AND COLONIZATION IN THE CAROLINA LOW COUNTRY, 1526-1696 — St Julien Ravarel Chids — Universidade de John Hopkins — Baltimore, Estados Unidos — 1940 — 292 págs.

MARTÍRIO DO HOMEM, O (Singela e rústica história da raça humana) — Hinwood Reade — Tradução e notas de Milton da Silva Rodrigues — São Paulo — 1940 — 401 págs — Contém um prefácio e divide-se em quatro grandes capítulos: 1 Guerra; 2 Religião; 3 Liberdade; 4. Intelecto.

MEMORIAS SOBRE LA VIDA DEL GENERAL SIMON BOLIVAR, LIBERTADOR DE COLOMBIA, PERÚ Y BOLIVIA — Thomas Cipriano de Mosquera — Academia Colombiana de História — Bogotá, Colômbia — 1940 — 812 págs.

MERCADOS DEL MUNDO — INFORMACIÓN AGRO-ECONOMICA — "Dirección de Agronomia, Sección de Economia y Estadistica Agraria" — Uruguai — 1940 — 28 págs

METODO DE AJUSTAMIENTO CON POLINOMIOS EN EL CASO DE LA DOBLE DUBITACIÓN — José E Giannone — Instituto de Estatística da Faculdade de Ciências Econômicas, Comerciais e Políticas da Universidade Nacional do Litoral — Rosário, Argentina — 1940 — 37 págs.

MEXICO E PERÚ — Rodrigo Otávio — Vol 18 da Coleção Viagens — Companhia Editora Nacional, São Paulo — 1940 — 178 págs, com ilustrações fora do texto. O livro divide-se em duas partes: 1. Na terra da Virgem de Tepeyac; 2 No Perú de Pizarro e de hoje.

MI MENSAGE DE PAZ — Santiago Arguelo — Havana, Cuba — 1940 — 12 págs

MINERALS YEARBOOK, 1939 (Review of 1938) — "Department of the Interior, Bureau of Mines", — Washington, Estados Unidos — 1939 — 1 437 págs.

MOCIDADE E EXÍLIO — Rui Barbosa — Vol 38 da Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo — 1940 — 334 págs — 2ª edição aumentada e ilustrada — Contém as cartas de Rui Barbosa ao Cons Albino José Barbosa de Oliveira e ao Dr Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina, anotadas e com um prefácio de Américo Jacobina Lacombe.

MOVIMENTO POSTAL, TELEFONICO Y RADIOTELEGRAFICO. CARRETERAS DE LA REPUBLICA DOMINICANA — 1938 — "Dirección General de Estadistica" — Ciudad Trujillo, República Dominicana — 1940 — 50 págs

MUNICIPAL INDEBTEDNESS (A study of the debt to prosperity Ratio) — Leroy A Shathuck Jr. — Universidade de John Hopkins — Baltimore, Estados Unidos — 1940 — 145 págs.

MÚSICA NACIONALISTA NO GOVÊRNO GETÚLIO VARGAS, A — H Vilas-Lobos — Departamento de Imprensa e Propaganda — 1940 — 69 págs

NEGRO BRASILEIRO, O — Artur Ramos — 1.º vol: Etnografia religiosa — Vol. 188 da Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo — 1940 — 2ª edição — 435 págs, com ilustrações fora do texto — Sumário: Prefácio da 2ª edição; Introdução: O problema do negro no Brasil; 1ª parte: Religiões e cultos negros no Brasil; 2ª parte: A exegese psicanalítica

NUEVAS ORIENTACIONES EN MATERIA CONSTITUCIONAL — Juan Clement Zamora — "Instituto Nacional de Previsión y Reformas Sociales" — Havana, Cuba — 1939 — 31 págs

ORAÇÃO À BANDEIRA — Tenente Coronel Rui Almeida — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro — 1940 — 20 págs

PALHOÇA (Notícia estatístico-descritiva) — José Lupércio Lopes — Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina — 1940 — 145 págs.

PESCA EM PERNAMBUCO, A — Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco — 1940 — 7 págs, mim

PHYSICIAN'S HANDBOOK ON BIRTH AND DEATH REGISTRATION — "Bureau of the Census, Department of Commerce" — Washington, Estados Unidos — 1939 — 94 págs

PORTUGUESES NA MARINHA DE GUERRA DO BRASIL, OS — Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses — Rio de Janeiro — 1940 — 413 págs

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL (De Julho de 1937 a Julho de 1940) — Secretaria do Prefeito da Capital da República — 1940 — 80 págs.

PRIMERA REUNION DE MINISTROS DE HACIENDA DE LAS REPUBLICAS AMERICANAS (Informe de la Delegacion de El Salvador) — Ministério da Fazenda, Crédito Público, Indústria e Comércio — República do Salvador — 1940 — 430 págs.

PROBLEMAS BÁSICOS DA FILOSOFIA, OS — Pe Dr. Augusto Brunner, S J — Trad do Pe Urbano Thiesen, S J — Companhia Editora Nacional, São Paulo — 1940 — 296 págs — Prefácio de R Sabola de Medeiros

PROCEDINGS OF THE INTERAMERICAN EDUCATIONAL AND CULTURAL CONFERENCE — Universidade de Flórida — Estados Unidos — 1940 — 87 págs.

QUEM FOI QUE DISSE? QUEM FOI QUE FEZ? — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro — 1940 — 86 págs

RAPPORT EPIDEMIOLOGIQUE ANNUEL (Statistique corrigées des maladies a declaration obligatoire pour l'année 1937, publiées par la Section d'Hygiène) — Sociedade das Nações — Genebra — 1939 — 114 págs

REGISTRO GERAL DA CÂMARA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 1839/40 — Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo — 1940 — 248 págs

RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ — Jaime Fernandes Guedes — Rio de Janeiro — 1940 — 64 págs

RESUMO DO MOVIMENTO DEMÓGRAFO-SANITÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MUNICÍPIOS, 1938 — Departamento de Saúde de São Paulo — 1940 — 187 págs.

SACRIFICIO DE GANADO DURANTE EL AÑO 1939 — "Dirección General de Estadistica Nacional" — Ciudad Trujillo, República Dominicana — 1940 — 44 págs.

SENTIR COMUM: SENTIDO ÚNICO (Conferências) — Fernando Emídio da Silva — Rio de Janeiro — 1940 — 300 págs.

STATISTICAL ABSTRACT FOR BRITISH INDIA WITH STATISTICS WHERE AVAILABLE, RELATING TO CERTAIN INDIAN STATES FROM 1928-29 TO 1937-38 — "Department of Commercial Intelligence and Statistic India", "Government of India Press" — Calcuttá — 1940 — 813 págs.

STATISTIQUE CRIMINELLE, 1938 — "Direction Générale de la Statistique" — Sofia, Bulgária — 1940 — 115 págs

STATISTIQUE DE L'AGRICULTURE EN 1938 — "Bureau Statistique de l'Islande" — Reykjavik — 1939 — 61 págs.

STATISTIQUE DE LA PÊCHE, DE LA CHASSE AUX PHOQUES ET DE L'OISELLERIE EN 1938 — "Bureau Statistique de l'Islande" — Reykjavik — 1940 — 52 págs.

STATISTIQUES DES SOCIETÉS COOPERATIVES, 1938 — "Direction Générale de la Statistique" — Sofia, Bulgária — 1940 — 143 págs.

STATISTIQUE DU COMMERCE EN 1938 — "Bureau Statistique de l'Islande" — Reykjavik — 1940 — 140 págs.

STATISTIQUE DU MOUVEMENT DE LA POPULATION (Mariages, Divorces, Naissances et Décés, avec les causes des déces), 1938 — "Direction Générale de la Statistique" — Sofia, Bulgária — 1940 — 162 págs

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SÃO PAULO — Tolstoi de Paula Ferreira — Separata da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo" — 1940 — 78 págs.

SUMARIO DE COMERCIO DE IMPORTACIÓN Y EXPORTACIÓN CORRESPONDIENTE AL AÑO 1939 — "Receptoria General de Aduanas" — Ciudad Trujillo, República Dominicana — 1940 — 21 págs.

O TRABALHO DA MULHER FORA DO LAR — Maria Kiehl — Trabalho apresentado à 4ª Semana de Ação Social no Brasil — São Paulo — 1940

UNA AUTENTICA PROYECCIÓN DE DOMINICANIDAD (Conferência) — Virgilio Ferrer Gutierrez — Instituto Cubano-Dominicano de Cultura e Associação de Escritores e Artistas Americanos — Havana, Cuba — 19 págs.

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA — Nº 42 — Medellin, Colômbia — 1940 — 170 págs.

UNIVERSIDAD DE LA HABANA — Ns 28-29 — Cuba — 1940 — 266 págs

REVISTAS E BOLETINS

Recebidos regularmente:

AMERICA, órgão da "Asociación de Escritores y Artistas Americanos", de Cuba;

AMERICAN STATISTICAL ASSOCIATION BULLETIN, órgão da "American Statistical Association", Estados Unidos;

ANALES DE ECONOMIA Y ESTADISTICA, órgão da "Dirección Nacional de Estadistica", da Colômbia;

ARQUIVOS BRASILEIROS DE MEDICINA NAVAL, órgão da Diretoria de Saúde Naval, Rio de Janeiro;

BALANCES DE LAS EMPRESAS BANCARIAS Y COMPAÑIAS DE SEGUROS, órgão da Superintendência de Bancos, do Perú;

BOLETIM AMERICANO, órgão do Escritório de Expansão Comercial do Brasil, em Nova York;

BOLETIM DA CAMARA DE COMÉRCIO CHILENO-BRASILEIRA, do Rio de Janeiro;

BOLETIM DA CAMARA DE REAJUSTAMENTO ECONÔMICO, do Rio de Janeiro;

BOLETIM DA DIRETORIA DE ESTATÍSTICA DE PELOTAS, R G do Sul;

BOLETIM DA DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO, de Aracajú;

BOLETIM DA SECÇÃO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL NO ESTADO DA PARAÍBA;

BOLETIM DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, de Pernambuco;

BOLETIM DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE AUTORES TEATRAIS, do Rio de Janeiro;

BOLETIM DA SOCIEDADE DE ENGENHARIA DO RIO GRANDE DO SUL;

BOLETIM DA UNIÃO PAN-AMERICANA;

BOLETIM DE COMÉRCIO, do Departamento Estadual de Estatística da Baía;

BOLETIM DE COMÉRCIO, do Departamento Estadual de Estatística de Sergipe;

BOLETIM DE INFORMAÇÕES, órgão do Conselho Federal do Comércio Exterior;

BOLETIM DE INFORMAÇÕES DA BIBLIOTECA PÚBLICA DA BAÍA;

BOLETIM DE INFORMAÇÕES DA BÔLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO;

BOLETIM DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, de Mato Grosso;

BOLETIM DE PREÇOS CORRENTES DA BÔLSA DE MERCADORIAS DA BAÍA;

BOLETIM DO CÍRCULO DE TÉCNICOS MILITARES, do Rio de Janeiro;

BOLETIM DO CLUBE NAVAL, do Rio de Janeiro;

BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, de Minas Gerais;

BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, de São Paulo;

BOLETIM DO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DE SÃO PAULO;

BOLETIM DO INSTITUTO NACIONAL DO MATE, do Rio de Janeiro;

BOLETIM DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA;

BOLETIM DO MINITÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES;

BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO;

BOLETIM DO PÔRTO DO RECIFE — Serviço de Estatística e Pesquisas da Diretoria de Docas e Obras do Pôrto do Recife;

BOLETIM DO SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, de São Paulo;

BOLETIM ECONÔMICO, da Secção de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil;

BOLETIM ECONÔMICO E ESTATÍSTICO — Repartição Técnica de Estatística — Colônia de Moçambique — Portugal

BOLETIM ESTATÍSTICO, da Diretoria de Estatística do Município de Pelotas, Rio Grande do Sul;

BOLETIM ESTATÍSTICO, órgão da Diretoria das Rendas Aduaneiras, do Ministério da Fazenda;

BOLETIM ESTATÍSTICO DAS RENDAS INTERNAS, órgão da Diretoria das Rendas Internas, do Ministério da Fazenda;

BOLETIM ESTATÍSTICO DO ESPÍRITO SANTO, do Departamento Estadual de Estatística;

BOLETIM HEBDOMADÁRIO DE ESTATÍSTICA VITAL, órgão da Secção de Bio-Estatística, do Ministério da Educação;

BOLETIM INFORMATIVO, órgão da Prefeitura Municipal de Varginha, Minas Gerais;

BOLETIM INFORMATIVO, órgão da "Varig";

BOLETIM MENSAL DE BIO-ESTATÍSTICA, do Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo;

BOLETIM MENSAL DE ESTATÍSTICA DEMÓGRAFO-SANITÁRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E DE ALGUMAS CAPITAIS DO BRASIL, órgão do Serviço de Bio-Estatística do Departamento Nacional de Saúde;

BOLETIM MENSAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, de Portugal;

BOLETIM SEMANAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO;

BOLETIM TÉCNICO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, de Pernambuco;

BOLETIM TRIMESTRAL DE ESTATÍSTICA, da Repartição Técnica de Estatística, da Colônia de Moçambique — Portugal;

BOLETIN AGRICOLA, da "Dirección de Industria y Fomento Agricola", de Mendoza, Argentina;

BOLETIN DE ADUANAS, órgão da "Superintendencia General de Aduanas", de Callao, Perú;

BOLETIN DE ESTADISTICA MUNICIPAL DE LA CIUDAD DE SANTA FE, da Argentina;

BOLETIN DE LA CONTRALORIA DEPARTAMENTAL, da Colômbia;

BOLETIN DE LA SOCIEDAD GEOGRAFICA "SUCRE", da Bolívia;

BOLETIN DEL INSTITUTO INTERNACIONAL AMERICANO DE PROTECCIÓN A LA INFANCIA, do Uruguai;

BOLETIN DEL MUSEO SOCIAL ARGENTINO;

BOLETINUL DEMOGRAFIC AL ROMÂNIEI, do "Institutul Central de Statistica", da Rumânia;

BRASIL AÇUCAREIRO, órgão do Instituto do Açúcar e do Álcool;

BRASIL MINERAL, do Rio de Janeiro;

BRAZIL TODAY, órgão do "Brazilian Information Bureau", de Nova York;

BULLETIN MENSUEL DE LA DIRECTION GÉNÉRALE DE LA STATISTIQUE, da Bulgária;

BULLETIN MENSUEL DE STATISTIQUE, da Sociedade das Nações, Genebra;

BULLETIN STATISTIQUE TRIMESTRIEL HONGROIS, do "Office Central Royal Hongrois de Statistique";

BULLETINO UFFICIALE DE LA CAMERA DI COMMERCIO ITALIANA, do Rio de Janeiro;

CAMARA DE COMERCIO ARGENTINO-BRASILEÑA DE BUENOS AIRES;

CAR LOADINGS, órgão do "Dominion Bureau of Statistics", do Canadá;

CATHOLICAL HISTORICAL REVIEW, THE, órgão da Imprensa da Universidade Católica da América, Washington, Estados Unidos;

CIÊNCIA POLÍTICA, órgão do Instituto Nacional de Ciência Política;

COMMERCIAL PAN AMERICA (A monthly review of commerce and finance), órgão da União Pan-Americana;

COMÉRCIO EXTERIOR DA BAÍA — EXPORTAÇÃO DE CACAU EM CONFRONTO COM A EXPORTAÇÃO GERAL DO ESTADO — 1909 a 1939 — Departamento de Informações, Estatística e Propaganda da Cooperativa do Instituto do Cacau da Baía — 1940;

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL, órgão do Serviço de Estatística Econômica e Financeira;

D E R, órgão do Departamento de Estradas de Rodagem, de São Paulo;

DIRETRIZES, do Rio de Janeiro;

D N. C, órgão do Departamento Nacional do Café;

ECONOMÉTRICA, órgão da Econometric Society, Universidade de Chicago, Estados Unidos;

ECONOMIA Y FINANZAS DE MENDOZA — "Instituto Tecnico de Investigaciones y Orientación Económica de la Producción" — Mendoza, Argentina — 1940

ECONOMISTA, EL, órgão do Instituto de Estudios Economicos y Sociales, do México;

ESTADISTICA AGRO-PECUARIA, órgão da "Dirección de Economia Rural y Estadistica", da Argentina;

ESTADISTICA BANCARIA, órgão da Superintendencia de Bancos, do Chile;

ESTADISTICA CHILENA, órgão da "Dirección General de Estadistica" — Chile, 1940;

ESTATÍSTICA DO COMÉRCIO DO PÔRTO DE SANTOS COM OS PAÍSES ESTRANGEIROS, órgão da Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, da Secretaria de Agricultura, de São Paulo;

ESTATÍSTICAS, órgão da Contadoria Central de Transportes, do Rio de Janeiro;

ESTUDOS BRASILEIROS, órgão do Instituto de Estudos Brasileiros;

HAMANN, do Rio de Janeiro;

IDORT, órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho, de São Paulo;

INDUSTRIA TÉXTIL, órgão do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem, do Rio de Janeiro;

INTERAMERICAN QUATERLY, THE (Formerly the Quaterly of Inter-American Relations), de Washington, Estados Unidos

INTERNATIONAL VITAL STATISTICS — "Bureau of the Census", "Department of Commerce" — Washington, Estados Unidos, 1940

JOURNAL DE LA SOCIÉTÉ HONGROISE DE STATISTIQUE — "Société Hongroise de Statistique" — Budapeste, Hungria — 1940

MACEIÓ ESTATÍSTICO E CULTURAL — Boletim do Departamento Municipal de Estatística;

MENSÁRIO DE ESTATÍSTICA, órgão do Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal;

MICHIGAN PUBLIC HEALTH, órgão do Departamento de Saúde de Michigan, Estados Unidos;

MINERAL TRADE NOTES, órgão do "Bureau of Mines", de Washington, Estados Unidos;

MONITOR MERCANTIL, do Rio de Janeiro;

MONTHLY ABSTRACTS OF STATISTICS, órgão do "Department of Census and Statistics", de Wellington, Nova Zelandia;

MONTHLY BULLETIN OF STATISTICS, órgão do "Principal Bureau of Statistics", do Iraque;

MONTHLY REVIEW OF BUSINESS STATISTICS, órgão do "Dominion Bureau of Statistics", de Ottawa, Canadá;

NATIONAL RESOURCES COMMITTEE, PROGRESS REPORT, dos Estados Unidos;

NEW BULLETIN, órgão do Instituto Internacional de Educação, dos Estados Unidos;

OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, O, do Rio de Janeiro;

ORDEM, A, do Rio de Janeiro;

PAN AMERICAN BOOK SHELF, THE, órgão da União Pan-Americana;

QUEEN'S QUATERLY (A Canadian Review), de Ottawa, Canadá;

REVISTA BANCÁRIA BRASILEIRA, do Rio de Janeiro;

REVISTA COMERCIAL DE MINAS, de Minas Gerais;

REVISTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL;

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, do Amazonas

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, do Maranhão;

REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, de São Paulo;

REVISTA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, órgão da Ordem dos Economistas de São Paulo;

REVISTA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, órgão da Faculdade de Ciências Econômicas, de Buenos Aires, Argentina;

REVISTA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, do Rio de Janeiro;

REVISTA DE ECONOMIA Y ESTADISTICA, órgão da Escola de Ciências Econômicas da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina;

REVISTA DE ESTADISTICA, órgão da "Dirección General de Estadistica", do México;

REVISTA DE ESTADISTICA MUNICIPAL DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, órgão da "Dirección de Estadistica Municipal", de Buenos Aires, Argentina;

REVISTA DE HACIENDA, órgão do "Ministério de Hacienda y Credito Publico", da República do Equador;

REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, órgão do Conselho de Imigração e Colonização;

REVISTA DE INDÚSTRIA ANIMAL, órgão do Departamento de Indústria Animal da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, de São Paulo;

REVISTA DE LA CAMARA DE COMERCIO URUGUAYO-BRASILEÑA, do Uruguai;

REVISTA DE LA ESCUELA MILITAR, de Chorrillos, Perú;

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, órgão do Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo;

REVISTA DO BRASIL, do Rio de Janeiro;

REVISTA DO CENTRO DE COMÉRCIO DE CAFÉ DO RIO DE JANEIRO;

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, do Rio de Janeiro;

REVISTA DO INSTITUTO DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO;

SECÇÃO DE ESTATÍSTICA DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, do Rio de Janeiro;

SOCIAL SECURITY BULLETIN, órgão da "Federal Security Agency, Social Security Board", de Washington, Estados Unidos;

SOCIOLOGIA, de São Paulo;

SOCIOLOGIE HAITIENNE, LA;

STRUCTURE OF THE AMERICAN ECONOMY, THE, órgão do "National Resources Committee", de Washington, Estados Unidos;

SUPLEMENTO ESTADISTICO DE LA REVISTA ECONOMICA, órgão do Banco Central da Republica Argentina;

VISÃO BRASILEIRA, órgão do Instituto Brasileiro de Cultura.

GOVÊRNO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 1.360, DE 20 DE JUNHO DE 1939

Estabelece disposições padronizadoras para o núcleo das Repartições Centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1.º — As "Repartições Centrais" a que se refere o § 1º do art. 3º do Decreto n.º 24.609, de 6 de Julho de 1934, do Instituto Nacional de Estatística, transformado posteriormente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, continuam, no que respeita à administração, subordinadas diretamente aos respectivos Ministros, passando a denominar-se:

— a do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política;

— a do Ministério da Educação e Saúde, — Serviço de Estatística da Cultura e Assistência Médico-Social;

— a do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho,

— a do Ministério da Fazenda, — Serviço de Estatística Econômica e Financeira;

— a do Ministério da Agricultura, — Serviço de Estatística da Produção.

Art. 2º — O Serviço de Coordenação Geográfica instituído pelo Decreto n.º 782, de 13 de Outubro de 1938, passa à denominação de Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, que, como uma das Repartições Centrais do Instituto, constituir-se-á não só o órgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia, como o órgão de estatística geral incumbido do setor fisiográfico ou territorial.

§ 1.º — Até a conclusão dos trabalhos do Recenseamento Geral da República, de 1940, o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica continuará na situação e com as atribuições que lhe conferiu o Decreto-lei n.º 782 citado, diretamente articulado com a Comissão Censitária Nacional.

§ 2.º — Findos, entretanto, os trabalhos da Comissão Censitária, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística proporá ao Govêrno o ato pelo qual o referido Serviço passe a constituir o órgão de coordenação estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas.

§ 3.º — Entre as medidas a serem tomadas ao efetivar-se a transferência do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica para o Ministério da Viação e Obras Públicas, incluir-se-á a constituição de uma secção de estatística dos transportes e comunicações, a que fiquem atribuídos não só os levantamentos ori-

O DECRETO-LEI n.º 1.360, ora divulgado nesta secção, completa a série dos atos legislativos baixados pelo Govêrno Federal desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e mais diretamente relacionados com a atual organização da Estatística Brasileira. Fixando disposições padronizadoras para o núcleo de repartições centrais integrantes da ala federal do Instituto, o decreto em aprêço veio corrigir a falta de sistema existente nas denominações dos vários órgãos estatísticos ministeriais, a todos conferindo um designativo específico que só por si lhes define as respectivas finalidades. Essa providência, de evidente caráter racionalizador, completou, em boa hora, a campanha empreendida em cumprimento à Resolução nº 116 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, no sentido da perfeita sistematização, quanto à nomenclatura, das vinte e duas repartições centrais regionais do Instituto. Dentro do critério já esclarecido no segundo número da Revista, divulgamos, ainda, na integra, o texto de importante Resolução da mesma Assembléia, ou seja aquela que dispôs sôbre a elaboração, segundo um plano sistemático, das monografias estatístico-descritivas municipais, e continuamos a publicação do ementário das deliberações do órgão superior do Conselho.

ginários como os trabalhos de coordenação relacionados com o programa daquele Ministério.

Art. 3.º — Ao arquivo do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política ficam efetivamente incorporados os remanescentes do arquivo geral do antigo Departamento Nacional de Estatística, que ficaram sob a guarda da repartição de estatística do Ministério da Justiça.

Art. 4.º — Os Regimentos dos Serviços de Estatística, a serem baixados por decreto executivo, deverão padronizar tanto quanto possível, tendo em vista a organização peculiar ao respectivo Ministério, a constituição dos referidos serviços.

Art. 5.º — A síntese da estatística geral da República e a consequente elaboração e publicação do Anuário Estatístico do Brasil, a que se refere o art 3º, § 1.º, n.º I e o art. 17, do Decreto n.º 24.609, de 6 de Julho de 1934, são transferidas para a Secretaria Geral do Instituto.

Parágrafo único — Dêsse encargo a Secretaria se desincumbirá sob a responsabilidade direta da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística e com o concurso solidário de todos os órgãos deliberativos ou executivos (centrais e filiados) do Instituto.

Art. 6.º — Ficam elevados, do padrão N ao padrão P, os vencimentos dos cargos de Diretor, em comissão, dos Serviços de Estatística a que se refere o art 1º dêste Decreto-lei.

§ 1º — Nos decretos de nomeação dos atuais ocupantes dêsses cargos será feita a apostila correspondente ao disposto neste artigo.

§ 2.º — Aos ocupantes efetivos de tais cargos continua assegurada a efetividade que, como Diretores, padrão N, dos respectivos Quadros, lhes era garantida.

Art. 7.º — O Ministério da Fazenda promoverá a abertura do crédito necessário para fazer face, no atual exercício, ao aumento de despesa resultante desta lei.

Art. 8º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de Junho de 1939, 118.º da Independência e 51.º da República.

(aa) GETÚLIO VARGAS
Francisco Campos
A. de Sousa Costa
Fernando Costa
Gustavo Capanema
Valdemar Falcão

DECRETO-LEI N.º 1.585, DE 8 DE SETEMBRO DE 1939

Altera a denominação da repartição de Estatística do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art 1.º — A repartição de estatística do Ministério da Educação e Saúde, denominada "Serviço de Estatística da Cultura e Assistência Médico-Social", *ex-vi* do Decreto-lei n.º 1.360, de 20 de Junho de 1939, passa a denominar-se "Serviço de Estatística da Educação e Saúde"

Art. 2.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de Setembro de 1939, 118.º da Independência e 51.º da República.

(aa) GETÚLIO VARGAS
Gustavo Capanema

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Números, datas e ementas das Resoluções aprovadas na terceira sessão ordinária da Assembléia Geral

Nº 111 — de 4 de Julho de 1939.
Presta homenagem ao organizador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nº 112 — de 11 de Julho de 1939.
Propõe ao Govêrno a inclusão do Delegado do Estado do Rio entre os membros da Assembléia Geral beneficiados com o auxílio previsto no art. 16 do Regulamento do Conselho.

N.º 113 — de 13 de Julho de 1939.
Fixa a importância destinada ao pagamento de despesas de condução e representação do Secretário Geral do Instituto.

N.º 114 — de 13 de Julho de 1939.
Presta homenagem à memória do estatístico Oziel Bordeaux Rêgo e manda reeditar seu parecer sôbre a reorganização da repartição federal de estatística.

Nº 115 — de 14 de Julho de 1939.
Recomenda a revisão do Convênio de 1931 sôbre as estatísticas educacionais.

N° 116 — de 14 de Julho de 1939
Sugere diretrizes para a racionalização do quadro dos órgãos executivos centrais do Instituto.

N° 117 — de 14 de Julho de 1939
Manifesta o aprêço do Conselho à conferência pronunciada em Recife, pelo dr. Bulhões Carvalho, em propaganda do recenseamento de 1930.

N° 118 — de 14 de Julho de 1939.
Fixa o orçamento dos serviços do Instituto para 1940, na parte superintendida pelo Conselho Nacional de Estatística.

N° 119 — de 14 de Julho de 1939
Manda incluir nos anais do Instituto os principais documentos referentes às primeiras iniciativas em prol da criação efetiva do sistema estatístico brasileiro.

N° 120 — de 14 de Julho de 1939.
Transforma em Inspetoria Geral a atual Delegacia Geral para o Norte do país

N° 121 — de 14 de Julho de 1939.
Recomenda ao estudo dos estatísticos brasileiros as "Bases para a organização da Estatística", apresentadas por José Cândido Gomes ao Ministro da Agricultura em 1862

N° 122 — de 14 de Julho de 1939.
Modifica disposições da Resolução n.º 28, de 3 de Julho de 1937, sôbre a leitura de relatórios.

N.º 123 — de 14 de Julho de 1939.
Aprova as deliberações das Juntas Executivas do Conselho.

N° 124 — de 14 de Julho de 1939.
Dá nova organização ao Corpo de Consultores Técnicos do Conselho e regula seu funcionamento.

N° 125 — de 19 de Julho de 1939.
Exprime um voto de louvor à atuação do Delegado Geral do Instituto no Norte do País.

N° 126 — de 19 de Julho de 1939.
Aprova as contas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no período compreendido entre 1.º de Julho de 1938 e 30 de Junho de 1939.

N° 127 — de 19 de Julho de 1939.
Formula congratulações ao Chefe da Nação e faz ponderações sôbre a política brasileira de assistência social.

N° 128 — de 19 de Julho de 1939.
Manda incluir o estudo do esperanto, como idioma auxiliar da estatística brasileira, no programa do curso anual de aperfeiçoamento mantido pelo Instituto

N° 129 — de 20 de Julho de 1939.
Exprime congratulações e formula um apêlo ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

N° 130 — de 20 de Julho de 1939.
Formula um voto de homenagem e agradecimento ao professor Giorgio Mortara.

N° 131 — de 20 de Julho de 1939.
Dispõe sôbre a composição das Comissões Técnicas para o período de 1939-1940, e dá outras providências.

N° 132 — de 20 de Julho de 1939
Declara a solidariedade do Conselho Nacional de Estatística à homenagem prestada pelo Conselho Nacional de Geografia ao General Rondon.

N° 133 — de 21 de Julho de 1939.
Determina um inquérito sôbre as fontes primárias da estatística brasileira, visando a respectiva racionalização

N° 134 — de 21 de Julho de 1939.
Fixa os modelos de fichas destinadas ao levantamento estatístico dos meios de transporte rodoviário, e dá outras providências.

N.º 135 — de 21 de Julho de 1939.
Define os princípios fundamentais do regime atual da estatística brasileira e divulga alguns documentos que esclarecem a matéria

N° 136 — de 21 de Julho de 1939.
Dispõe sôbre a aplicação do auxílio concedido pelo Instituto aos órgãos do sistema estatístico regional.

N° 137 — de 21 de Julho de 1939
Recomenda ao estudo dos estísticos brasileiros um documento sôbre a estatística policial-criminal.

N° 138 — de 22 de Julho de 1939.
Manifesta o aprêço do Conselho a uma iniciativa da Junta Executiva Regional de Minas Gerais, e dá outras providências.

N.º 139 — de 22 de Julho de 1939.
Recomenda ao estudo dos estatísticos brasileiros as su-

gestões apresentadas ao Conselho Nacional de Educação pelo Diretor de Estatística do Ministério da Educação.

N.º 140 — de 22 de Julho de 1939.
Dispõe sôbre a elaboração do Vocabulário Brasileiro de Estatística.

N.º 141 — de 22 de Julho de 1939.
Dispõe sôbre a estatística policial-criminal e judiciária.

N.º 142 — de 22 de Julho de 1939.
Recomenda padrões para a organização da estatística policial-criminal e judiciária.

N.º 143 — de 22 de Julho de 1939.
Regula a coleta de dados necessários às estatísticas nacionais.

N.º 144 — de 22 de Julho de 1939.
Sugere aos Governos Federados a expedição de decreto-lei regulando a criação de Agências Municipais de Estatística, por parte das Prefeituras que ainda não o fizeram.

N.º 145 — de 22 de Julho de 1939.
Articula providências para sistematização dos dados concernentes às importações inter-estaduais.

N.º 146 — de 22 de Julho de 1939.
Provê ao estabelecimento de um sistema de classificação de mercadorias a ser utilizado na apuração da estatística do comércio inter-estadual.

N.º 147 — de 22 de Julho de 1939.
Dispõe sôbre o levantamento da estatística do custo de vida e a publicação do "Boletim dos Preços".

N.º 148 — de 22 de Julho de 1939.
Aprova um padrão para a organização, execução e divulgação das estatísticas do tráfego rodoviário.

N.º 149 — de 22 de Julho de 1939.
Estabelece novas disposições sôbre a atuação do Instituto, no sentido de obter-se a publicação do Anuário Municipal de Legislação e Administração, e dá outras providências.

N.º 150 — de 22 de Julho de 1939.
Determina providências para a definitiva organização da Sociedade Brasileira de Estatística.

N.º 151 — de 22 de Julho de 1939.
Provê à organização das efemérides da estatística brasileira.

N.º 152 — de 22 de Julho de 1939.
Recomenda ao funcionalismo brasileiro de estatística, e especialmente aos agentes itinerantes e municipais, o estudo do Relatório a que se refere a Resolução n.º 73, da Junta Executiva Central do Conselho.

N.º 153 — de 22 de Julho de 1939.
Consigna um pronunciamento sôbre a construção do Palácio do Silogeu Brasileiro, como sede definitiva do Instituto.

N.º 154 — de 22 de Julho de 1939.
Exprime o pronunciamento do Conselho sôbre a recente criação das Colônias Militares.

N.º 155 — de 22 de Julho de 1939.
Manifesta o interêsse do Instituto pelo projeto relativo ao cadastro dos bens patrimoniais da União, dos Estados e dos Municípios, organizado pelo Procurador Geral do Estado de S. Paulo.

N.º 156 — de 22 de Julho de 1939.
Manifesta os aplausos do Conselho à nova regulamentação do sistema legal de unidades de medir.

N.º 157 — de 22 de Julho de 1939.
Salienta a importância do "Histórico da Repartição de Estatística" no Império, obra do bacharel Luiz Henrique Pereira de Campos.

N.º 158 — de 22 de Julho de 1939.
Modifica a Resolução n.º 75, de 18 de Julho de 1938, que fixou disposições normativas para a apresentação tabular da estatística brasileira.

N.º 159 — de 22 de Julho de 1939.
Regula a utilização da franquia postal-telegráfica.

N.º 160 — de 22 de Julho de 1939.
Dispõe sôbre a filiação ao Instituto dos serviços estatísticos de entidades particulares ou para-estatais.

N.º 161 — de 22 de Julho de 1939.
Formula um pronunciamento sôbre as sugestões para um projeto de lei orgânica do Território do Acre, apresentadas pela Junta Regional daquela Unidade da Federação.

N.º 162 — de 22 de Julho de 1939.
Exprime votos e apelos e formula outros pronunciamentos.

RESOLUÇÃO N.º 57, DE 17 DE JULHO DE 1937

Provê à imediata elaboração, segundo o plano que estabelece, de monografias estatístico-descritivas municipais

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições:

considerando o grande interêsse do conhecimento minucioso das condições da vida comunal do país;

considerando que sem êsse conhecimento a própria direção dos serviços estatísticos nacionais só muito precariamente poderá realizar os seus objetivos, já no planejar inquéritos, já no lhes criticar os dados, já ainda na interpretação dos seus resultados;

considerando, assim, que — sem prejuízo do trabalho sistemático que nesse sentido deva ser realizado dentro do plano do recenseamento geral de 1940, pela ação direta do aparelho censitário, e mesmo como preparação dêsse trabalho, — deve ser iniciada imediatamente a coordenação de elementos que forneçam, com satisfatória minúcia e sistematização, notícias estatístico-descritivas dos municípios brasileiros;

considerando que êsse objetivo poderá ser conseguido uma vez que as Juntas Executivas Regionais do Instituto angariem o concurso dos Governos Municipais, tomando como ponto de apoio as Agências Municipais de Estatística, e obtenham ainda a colaboração dos Diretórios Municipais do Conselho Brasileiro de Geografia;

considerando, finalmente, que se assegurará, como convém, a unidade fundamental no vasto trabalho a executar, subordinando-o a um esquema geral típico que lhe fixe um desenvolvimento mínimo uniforme para todo o país;

RESOLVE:

Art. 1º — As Juntas Regionais providenciarão imediatamente no sentido de obter que cada Govêrno Municipal das respectivas Unidades Federadas confie, a título gracioso ou remunerado, conforme lhe for possível, a pessoa de reconhecida capacidade, diligência e espírito cívico, o preparo de uma notícia estatístico-descritiva da organização do município e dos vários aspectos da vida local.

Parágrafo único — A parte descritiva dessas notícias será de rigorosa atualidade, mas os dados estatísticos que as ilustrarem devem ser, conforme o caso, os referentes ao movimento de 1936 ou à situação verificada em 31 de Dezembro do mesmo ano

Art. 2.º — No apêlo que dirigir a cada Govêrno Municipal, cada Junta Regional sugerirá:

a) que seja fixado o prazo de cento e vinte dias, de modo que em todo o Brasil o trabalho se possa concluir ainda em 1937,

b) que se determine todo o auxílio necessário, da administração municipal em geral e, em especial, da Agência Municipal de Estatística,

c) que seja solicitado o concurso do Diretório Municipal do Conselho de Geografia, se já estiver constituído, para que o redator possa melhormente fixar os dados de caráter geográfico que o trabalho comportar;

d) que, recebidos os originais do trabalho, sejam os mesmos enviados à Junta Regional de Estatística, afim de que, por um técnico dos serviços por ela articulados ou por uma Comissão Especial, seja o trabalho examinado e retocado, tendo em vista a correção da linguagem, a uniformização da ortografia, que será a simplificada, e a perfeita coerência dos seus dados numéricos com os que deverem constar dos quadros estatísticos já organizados para o Estado discriminadamente por municípios;

e) que o Govêrno Municipal reserve pelo menos 50 exemplares da edição do trabalho para o I N. E., sendo 2 destinados à Agência Municipal de Estatística, 28 à Junta Executiva Regional e repartições com ela articuladas e 20 à Junta Executiva Central e repartições nacionais de estatística;

f) que, não sendo remunerado o autor do trabalho, lhe fique atribuída a propriedade da parte restante da edição, uma vez retirados os 50 exemplares do Instituto, e outros tantos para o Govêrno Municipal, não devendo a edição, nessa hipótese, ser de menos de 500 exemplares.

Art. 3º — O Instituto Nacional de Estatística, pelos seus órgãos competentes, facilitará o acôrdo entre cada Govêrno e a direção superior do Conselho Brasileiro de Geografia, afim de que, dentre as repartições técnicas a êste vinculadas, a mais indicada no caso faça o desenho definitivo do mapa municipal e forneça dele exemplares impressos ou multi-grafados, em número suficiente para ilustrar o volume da notícia estatístico-descritiva municipal.

Art. 4º — Fica adotado pelo Instituto, como conteúdo mínimo das no-

tícias estatístico-descritivas municipais, o que consta do sumário-padrão anexo à presente resolução.

Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1937, 2º do Instituto.

Conferido e numerado — *Benedito Silva*, Secretário-Assistente da Assembléia. Visto e rubricado — *M A Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. Publique-se — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho

SUMÁRIO-PADRÃO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Estado de.....

Notícia estatístico-descritiva do Município de ....

Capítulo I — Posição, configuração, confrontações e limites

Parágrafo único

1. Posição em relação ao Estado. — 2 Posição astronômica. — 3. Configuração. Dimensões Desenvolvimento do perímetro — 4. Confrontações por municípios e distritos — 5. Descrição dos limites municipais.

Capítulo II — Divisão, superfície e população

§ 1.º

1. Divisão em distritos, com referência das sedes. — 2. Confrontações e linhas divisórias de cada distrito.

§ 2.º

3. Superfície e população (exata ou aproximada). Resultados totais e por distritos, em números absolutos e relativos. — 4. Discriminação da população, segundo o sexo, o estado civil, a naturalidade e a nacionalidade, a idade, o grau de instrução e a profissão, segundo o último recenseamento realizado.

§ 3.º

5. Resultados do Registro Civil.

Capítulo III — Origem do povoamento — Evolução social e política

Parágrafo único

1. Devassamento do território. — 2 Correntes de povoamento, suas procedências e seus objetivos. — 3. Linhas gerais da evolução social. — 4. Núcleo ou núcleos da organização municipal e sua origem. — 5. Formação municipal e sua linha histórica ascendente e descendente. — 6. Formação judiciária. — 7. Legislação relativa à criação dos distritos.

Capítulo IV — A sede municipal

Parágrafo único

1. Local em que está edificada a sede municipal e sua caracterização. — 2. Condições gerais do traçado. — 3 Condições gerais das edificações. — 4. Principais edifícios. — 5. Melhoramentos existentes (calçamento, arborização, ajardinamento, água, esgotos, limpesa pública e iluminação). — 6. Obras de arte. — 7. Condições sociais. — 8. Número de logradouros e de prédios e população provável (absoluta e proporcional à do município). — 9. Altitude, coordenadas, posição no município e no distrito, situação e distância em relação à Capital do Estado. Comunicações com a Capital da República e do Estado.

SITUAÇÃO FÍSICA

Capítulo V — Aspecto e relêvo do solo

Parágrafo único

1. Condições gerais do revestimento florístico. — 2. Acidentação e altimetria. — 3. Orografia. — 4. Grutas e cavernas.

Capítulo VI — Hidrografia

§ 1.º

1 Caracterização do território quanto às bacias gerais por que se distribue (incluído o estudo da costa e os acidentes, se o município for marítimo). — 2. Estudo detalhado do curso dos principais rios, com referência mais ou menos minuciosa aos seus afluentes e sub-afluentes principais, e com alusão sistematizada às margens de confluência e território dos distritos banhados.

§ 2.º

3 Condições gerais quanto à existência de lagoas, com a caracterização e localização das principais delas.

Capítulo VII — Clima

§ 1.º

1. Caracterização geral. — 2. Estiagens e sêcas. Chuvas e enchentes. — 3. Tempestades e granizos. — 4 Temperaturas e geadas. — 5 Ventos predominantes.

§ 2.º

6. Pôsto meteorológico e suas observações.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Capítulo VIII — Riquezas naturais

§ 1.º

1. Enumeração das principais riquezas minerais e condições da ocorrência de cada uma (locais, abundância, qualidades, etc.). — 2. Riquezas menores pela qualidade ou quantidade, com as referências possíveis, principalmente sôbre a localização distrital.

§ 2.º

3. Apreciação genérica sôbre a existência da hulha branca. Enumeração, localização e caracterização das principais quedas d'água.

§ 3.º

4. Estudo sintético sôbre as riquezas vegetais, com referência particular às que forem mais notáveis. — 5. Referência à área em matas, em hectares, e sua proporção percentual sôbre a área do município, com um quadro discriminativo por distritos.

§ 4.º

6. Alusão às riquezas animais silvestres de pluma e pêlo, para os diversos usos, bem como à fauna fluvial e lacustre.

Capítulo IX — Lavoura e criação

§ 1.º

1. Situação geral da lavoura (lugar que ocupa entre as atividades econômicas e condições que encontra — terras, entraves e facilidades). — 2 Culturas praticadas (culturas em grande e pequena escala, com referência expressa à horti-pomi-floricultura), ensaios realizados e possibilidades entrevistas. — 3 Organização agrícola e sua produção, segundo as últimas estimativas. — 4. Processos de lavoura e combinações culturais. Máquinas e instrumentos agrários existentes. — 5. Rendimentos médios. — 6. Condições de contrato do trabalhador rural.

§ 2.º

1. Situação geral da criação (lugar que ocupa entre as atividades econômicas, males e entraves que prejudicam o seu desenvolvimento, condições que o favorecem). — 2. Criações praticadas em grande e pequena escala, com referência especial à avicultura, apicultura e sericicultura. Ensaios realizados e possibilidades entrevistas. — 3. Organização agro-pastoril. Efetivo dos rebanhos e sua produção segundo as últimas estimativas. — 4. Sistemas adotados, raças e reprodutores, cuidados zootécnicos praticados (com referência especial a silos e estabulação, bem como ao número de banheiros carrapaticidas e sarnífugos). — 5. Forragens nativas e cultivadas. — 6. Pêso médio dos animais de corte. Preço médio de um animal nas várias espécies e tipos.

§ 3.º

7. Colônias agrícolas, sua organização e movimento (êste parágrafo só aparecerá quando houver colônia a referir).

§ 4.º

8. Estabelecimentos oficiais de assistência à agricultura e à pecuária.

Capítulo X — Indústrias

§ 1.º

1. Indústria extrativa (condições gerais e característicos das emprêsas organizadas).

§ 2.º

2. Indústria da eletricidade (condições globais e característicos das emprêsas organizadas).

§ 3.º

3. Indústria fabril (apreciação geral, acompanhada de um quadro, relacionando as emprêsas, e de outro, resumindo a organização e a produção industriais, com a designação, sempre que possível, do principal e mais próximo ponto de destino).

§ 4.º

4. Pequenas indústrias (condições gerais e quadro especificativo por distritos).

§ 5.º

5. Salários médios nos principais ofícios, distinguindo a forma de pagamento, de maneira que apareça, sempre que exista, a quota de alimentação.

Capítulo XI — Comunicações e transportes

§ 1.º

1. Organização postal (estações, linhas e tráfego postal).

§ 2.º

2. Organização telegráfica (estações, linhas e tráfego telegráfico).

§ 3.º

3. Serviço telefônico (redes públicas com seus característicos, redes particulares, cômputo total da rede municipal).

§ 4.º

4. Navegação fluvial (seu histórico, condições atuais, organização e tráfego).

§ 5.º

5. Linhas de estradas de ferro que servem o município. — 6. Estações, sua localização e caracterização (data de inauguração, categoria, altitude, distância da estação inicial). — 7. Movimento de transportes por estações, particularizando, se possível, as entradas de matérias primas e as saídas de artigos manufaturados. — 8. Receita do tráfego por estações.

§ 6.º

9. Ferro-carrís (histórico e organização dos serviços e seu movimento).

§ 7.º

10. Rede de estradas de rodagem e cômputo geral da quilometragem, por distritos.

§ 8.º

11. Distâncias inter-municipais. — 12 Distâncias inter-distritais. — 13. Distância das sedes distritais aos povoados.

§ 9.º

14. Veículos diversos (efetivo de cada espécie).

§ 10

15. Custo do transporte das principais mercadorias, nas diversas modalidades.

Capítulo XII — Crédito e previdência

Parágrafo único

1. Organizacão bancária. — 2. Balanco da Caixa Econômica. — 3. Monte de Socorro e casas de penhores. — 4. Caixas Reiffeisen. — 5. Bancos Luzzatti. — 6. Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Capítulo XIII — Propriedade territorial

Parágrafo único

1. Parcelamento do solo. — 2. Lançamento territorial (número de contribuintes, área lancada e sua proporção, valor total e médio). — 3 Registro geral da propriedade. — 4. Movimento total de transferências *inter-vivos* — 5. Preços médios das terras.

Capítulo XIV — Comércio

Parágrafo único

1 Condições gerais do comércio local e quadro especificativo. — 2. Feiras. — 3. Mercados. — 4. Matadouros. — 5. Preços médios dos gêneros de maior consumo. — 6. Hotéis e pensões. — 7. Comércio exterior (condições gerais e quadro). Quota por habitante.

SITUAÇÃO SOCIAL

Capítulo XV — Condições nosológicas e recursos sanitários

Parágrafo único

1. Situação nosológica. — 2. Recursos médicos e farmacêuticos por distritos.

Capítulo XVI — Melhoramentos urbanos

Parágrafo único

1. Água. — 2. Esgotos. — 3. Limpesa pública. — 4. Iluminação. — 5. Calçamento. — 6. Arborização e ajardinamento.

Capítulo XVII — Ensino público e particular

Parágrafo único

1. Elementos que constituem os vários ramos de ensino com sua caracterização e localização — 2 Quadro resumindo a organização e o movimento escolar. — 3. Conclusões estatísticas.

Capítulo XVIII — Imprensa, bibliotecas, museus, monumentos históricos e artísticos

Parágrafo único

1. Imprensa e seus característicos. — 2. Bibliotecas e seus característicos. — 3. Museus e seus característicos. — 4. Caracterização dos monumentos históricos e artísticos existentes

Capítulo XIX — Teatros e cinematógrafos

Parágrafo único

1. Teatros, seus característicos e movimento. — 2 Cinematógrafos, seus característicos e movimento.

Capítulo XX — Assistência pública e privada

Parágrafo único

1. Institutos de assistência, seus característicos e movimento.

Capítulo XXI — Criminalidade e suicídios

§1.º

1. Crimes cometidos, por distritos e segundo a natureza dos crimes e o sexo dos autores.

§ 2.º

2 Suicídios e tentativas, segundo o sexo dos autores e o meio utilizado

Capítulo XXII — Associações

Parágrafo único

1 Indicações gerais. — 2 Quadro especificativo

Capítulo XXIII — Religiões

Parágrafo único

1 Organização católica. — 2 Movimento religioso — 3. Quadro especificativo da organização e do movimento — 4 Outros cultos, sua organização e movimento

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

Capítulo XXIV — Govêrno e administração

Parágrafo único

1. Câmara Municipal (composição, períodos de funcionamento, sessões realizadas, atos votados). — 2 Administração municipal (departamentos, encargos, pessoal).

Capítulo XXV — Finanças públicas

Parágrafo único

1 Finanças do município (receita, despesa e dívida). — 2. Fontes da receita municipal — 3 Comparação das rendas públicas no município.

Capítulo XXVI — Polícia e repressão

Parágrafo único

1 Organização policial — 2 Fôrça policial — 3 Prisões, sua capacidade e detentos existentes por sexos

Capítulo XXVII — Justiça

Parágrafo único

1 Aparelho judiciário — 2 Movimento forense federal — 3 Movimento forense estadual

Capítulo XXVIII — Defesa nacional

Parágrafo único

1 Unidades do Exército com sede no município — 2 Alistamento militar e sorteio — 3 Corpo de oficiais da 2ª Linha — 4 Organização para militares

Capítulo XXIX — Organização eleitoral

Parágrafo único

1 Eleitorado total e por distritos — 2 Organização federal. — 3. Organização estadual. — 4. Coeficiente do eleitorado por mil habitantes.

Capítulo XXX — Organização trabalhista

Parágrafo único

1 Juntas de Conciliação e Julgamento. — 2 Comissões Mistas de Conciliação — 3 Dissídios individuais. — 4 Conflitos coletivos. — 5. Serviço de Identificação Profissional.

RESENHA

A CAMPANHA DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

Por intermédio do Instituto Nacional do Livro, o Ministério da Educação e Saúde encetou uma campanha no sentido da criação de Bibliotecas populares em todos os municípios do país. A essa iniciativa, que se reveste de elevado cunho patriótico e acentuado alcance cultural, não faltaram, de logo, os melhores aplausos e o mais caloroso incentivo, instituindo-se assim um ambiente favorável à consecução daqueles objetivos.

Coerente com os princípios de sua tradicional política de estímulo e apoio às causas que interessam de perto à cultura brasileira e em virtude de condicionar o bom êxito das tarefas que lhe competem, no plano das atividades nacionais, ao desenvolvimento da mentalidade do nosso povo e gradativa elevação do seu nível intelectual, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística assegurou estreita cooperação e inteira solidariedade a essa benemérita campanha.

Em ofício dirigido ao titular da pasta da Educação, a presidência do I B.G.E. acentuou os precedentes da atuação da entidade em prol da instalação de bibliotecas, museus e arquivos municipais em todo o país, salientando que em 1936 a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística votara uma Resolução — a de n.º 22 — em que se recomendava especial interêsse dos órgãos articulados ao sistema em relação à referida campanha.

Além de pôr à disposição do Instituto Nacional do Livro, para distribuição entre as bibliotecas municipais já existentes, vultosa coleção de obras, duplicatas de sua Biblioteca Central, o I B. G. E. formulou encarecido apêlo às Juntas Executivas Regionais do aludido Conselho no sentido de prestarem, pelos meios ao seu alcance, o mais decidido apoio à louvável iniciativa do Ministério da Educação.

As providências tomadas em várias unidades da Federação, sob os auspícios dos respectivos governos, foram coroadas de absoluto êxito, tendo encontrado significativa ressonância em todo o território do país a sugestão irradiada pela direção central do Instituto. Não será fora de propósito realçar, por exemplo, o fato de terem sido criadas, de uma vez, e num mesmo dia — a 10 de Novembro — as pequenas porém utilíssimas bibliotecas populares de todos os municípios do Piauí.

Os resultados auspiciosos até agora colhidos nesse terreno já nos autorizam a prever inteiro êxito na campanha que tão altos benefícios poderá prestar à cultura brasileira.

O RECENSEAMENTO GERAL DA REPÚBLICA

Ao entrar em circulação êste número da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, estarão praticamente concluídos os trabalhos de coleta do Recenseamento Geral de 1.º de Setembro de 1940. Estará vencida, assim, a segunda, a mais árdua das etapas da grande operação.

Se o Censo, em alguns dos 45.590 sectores em que foi dividido o país, ainda não estiver encerrado, isso será devido às necessidades de revisão, de esclarecimento dos dados já coletados, de trabalhos de verificação da normalidade do serviço, e não a retardamento na sua execução.

O ambiente de compreensão e simpatia que a obra censitária encontrou desde o seu lancamento passou a ter um cunho de entusiasmo na fase propriamente executiva. Não se verificou nenhum caso de resistência irredutível ao apêlo do Serviço Nacional de Recenseamento, não houve mais do que uma insignificante meia dúzia de recalcitrantes facilmente conduzidos ao cumprimento do dever.

A cooperação do público, nas cidades como nas mais afastadas zonas, para o êxito — já hoje indiscutível — do nosso 5.º Recenseamento Geral, não poderia ser mais ampla Muito contribuiu para isso uma inteligente e profusa propaganda sob as mais variadas formas e de maneira a atingir as mais diversas camadas sociais.

Assim trabalhada por uma publicidade eficiente, e cujo caráter educativo foi salientado por individualidades e instituições autorizadas, a população não somente se conduziu de maneira a permitir a perfeita normalidade dos serviços, como foi ao encontro do pró-

prio Serviço, constituindo-se o melhor fiscal do andamento da operação.

Por outro lado, o sistema de cooperação inter-administrativa posto em prática pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo já proporcionado, de início, grandes facilidades aos órgãos censitários regionais, ofereceu ainda uma apreciável contribuição para a boa marcha dos trabalhos Autoridades estaduais e municipais de quasi todo o país emprestaram o seu irrestrito apoio moral e, além das facilidades concedidas para a instalação das delegacias, dos prêmios a serem conferidos a municípios e recenseadores, auxílios à propaganda local, cessão de pessoal, adotaram várias outras medidas de utilidade para o desenvolvimento da campanha censitária.

Não foram poucas nem pequenas, entretanto, as dificuldades arrostadas, das quais algumas a imprensa divulgou com destaque, como, por exemplo, o desconhecimento do idioma nacional em núcleos de colonização estrangeira, as hostilidades do meio na Amazônia, a malária em sertões mineiros, etc . Êsses obstáculos tiveram a virtude de mobilizar espíritos de notável boa vontade, de revelar nobres devotamentos a êsse empreendimento que se tornou uma causa nacional.

Uma das melhores demonstrações da normalidade dos trabalhos de coleta foi a quasi nula aplicação das disposições penais da legislação censitária.

Tudo isso assume ainda maior significação desde que a direção central do Serviço Nacional de Recenseamento já dispõe de elementos convincentes de não se ter verificado o coeficiente de evasão, habitual nos censos demográficos, senão numa taxa francamente desprezível, do ponto de vista técnico Com efeito, para citar um exemplo prático e recente, enquanto que nos Estados Unidos — país de recursos tão superiores, possuidor de uma tradição censitária de 16 censos em 150 anos, e onde êsse serviço tem organização permanente — na última contagem da população deixaram de ser incluídos 1,4% dos habitantes, entre nós os resultados do controle até agora autorizam a crer que essas omissões não atingiram a essa percentagem.

Os recursos empregados pela presidência da Comissão Censitária Nacional para submeter a uma verificação idônea o trabalho a que se procedeu na capital do país e em todos os Estados foi uma iniciativa original e que, além do mais, constitue uma prova do escrúpulo, da noção de responsabilidade com que os executores do 5.º Recenseamento Geral do Brasil se empenham em levar dignamente a cabo a sua missão

Como não dispomos de um órgão, nos moldes do Instituto de Opinião Pública dos Estados Unidos, que pudesse realizar essa verificação pelo processo de representação, solidamente reputado nas experiências científicas e também já de comprovada eficiência nos fenômenos sociais, a direção central do Recenseamento dirigiu-se a inúmeras autoridades administrativas — estaduais e municipais — órgãos autárquicos, grandes estabelecimentos industriais e comerciais, etc , solicitando-lhes a realização de um inquérito expedito entre os seus auxiliares, indagando deles se haviam sido regularmente recenseados, se tinham reparos a fazer ao trabalho e à conduta dos recenseadores, e, finalmente, se conheciam alguma omissão ou qualquer falha que pudesse comprometer a exatidão dos resultados dos censos

As respostas recebidas teem sido francamente satisfatórias Verificou-se em grupos de várias centenas de funcionários da mais alta categoria até os mais modestos serventes não haver ocorrido uma só omissão Regimentos inteiros, autoridades judiciárias falando depois de consulta a grande número de jurisdicionados de suas longínquas comarcas, todos os consultados, em regra, prestaram depoimentos que comprovam a perfeição dos trabalhos. Êsse processo de verificação, além de fornecer uma documentação preciosa em favor do Serviço Nacional de Recenseamento, permitiu reduzir mais ainda o já insignificante coeficiente de evasão admitido, pois todas as lacunas denunciadas foram devidamente preenchidas

No momento, tem início na sede do S. N R o treinamento de numeroso pessoal que se ocupará, dentro em breve, da apuração — pelos mais modernos processos mecânicos — dos resultados dos diferentes censos

Não tardará muito, porém, sejam conhecidos os resultados globais dos Estados, os quais poderão ser fornecidos depois de concluída a crítica dos questionários que começam a chegar à direção central do Serviço

Ao encerrar-se, pois, o ano de 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística só tem motivos para regozijar-se pela certeza, em que os fatos nos confirmam, de haver sido levado a bom têrmo o maior dos empreendimentos já conduzidos sob a sua responsabilidade direta, ou seja o 5 º Recenseamento Geral da República

A REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA NA XIII FEIRA DE AMOSTRAS

Atendendo ao convite dirigido à sua Presidência pelo Comissário da XIII Feira Internacional de Amostras, Sr. Georgino Avelino, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística participou daquele importante certame, realizado nesta capital nos meses de Novembro e Dezembro.

Em artístico "stand", instalado no 1.º andar do antigo Edifício do Imposto sôbre a Renda, reuniu o Instituto valiosa documentação das suas múltiplas atividades, nos sectores geográfico, estatístico e censitário. Publicações, gráficos, fotografias e cartazes constituíam uma síntese expressiva das várias realizações levadas a efeito, oferecendo aos visitantes o testemunho de um esfôrço que se orienta no sentido dos melhores interêsses nacionais.

Especialmente para distribuição no certame, o Instituto fez tirar, nas oficinas de seu Serviço Gráfico, vultosa edição do Mapa do Brasil na escala de 1:6 500 000, — parte da qual destinada a homenagear as Classes Armadas, no dia que lhes foi consagrado pela direção da Feira. Essa iniciativa teve a melhor acolhida, provocando o maior interêsse da parte do público visitante.

Foram largamente distribuídas, ainda, no "stand" do Instituto, as publicações *Tipos e aspectos do Brasil* e *Vultos da Geografia no Brasil*, interessantes separatas da *Revista Brasileira de Geografia*, bem como sugestivo esquema de nossa evolução histórica, especialmente organizado para êsse fim pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Figurou, ainda, na representação do Instituto na Feira u'a "maquette" do Brasil

---

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA NA EXPOSIÇÃO DO LIVRO BRASILEIRO

Em colaboração com o Instituto Nacional do Livro e com o concurso de todas as emprêsas editoras da capital do país, a Associação Brasileira de Imprensa organizou a I Exposição do Livro Brasileiro, inaugurada, em significativa festividade, pelo Presidente da República.

Parte do programa comemorativo do decênio do govêrno atual, essa interessante iniciativa, de iniludível alcance cultural, obteve absoluto êxito, tendo sido visitada por grande número de pessoas.

Atendendo ao convite especial que lhe dirigiu a Associação Brasileira de Imprensa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentou na referida Exposição, em "stand" que lhe foi reservado, uma coleção completa de suas publicações, tanto de natureza geográfica, como de ordem estatística, as quais mereceram a justa atenção do público visitante.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Por Decreto-lei baixado a 8 de Novembro último, o Sr. Presidente da República aposentou, *ex-officio*, de acôrdo com o art. 197, alínea *b*, do Decreto-lei n.º 1 713, no cargo da classe 31, da carreira de Estatística, no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, o Sr. Léo de Affonseca, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira e, nessa qualidade, membro da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística e da Comissão Censitária Nacional.

Figura de acentuado relêvo entre os profissionais da estatística no Brasil, o Sr Léo de Affonseca deixa, em importantes sectores da administração pública, e sobretudo naquele dentro do qual se orientou a sua especialização técnica, os traços marcantes de uma singular operosidade e de raro espírito de iniciativa, qualidades essas sempre animadas pelos melhores propósitos de cooperação e boa vontade. O seu nome está ligado a diversas fases da estatística brasileira, cujo desenvolvimento sempre lhe mereceu devotados esforços, do que constituem índices expressivos as realizações assinaladoras de sua passagem pela direção de um

dos mais eficientes departamentos da nossa organização estatística federal, ou seja o Serviço de Estatística Econômica e Financeira

Justas são, pois, as manifestações de aprêço e simpatia — traduzidas em mais de um pronunciamento — de que vem sendo alvo o ilustre estatístico patrício, da parte dos seus antigos colegas, no momento em que encerra as suas fecundas atividades funcionais, e às quais se associa a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, prestando-lhe, neste número, merecida homenagem, na secção dedicada aos *Vultos da Estatística Brasileira*

Para substituir o Sr Léo de Affonseca na direção do Serviço de Estatística Econômica e Financeira foi nomeado em comissão, pelo sr Presidente da República, o Sr João de Lourenco, ocupante do cargo da classe 31, da carreira de estatístico, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e que vinha exercendo, até então, com brilho e relêvo, as funções de chefe do gabinete do titular daquela pasta

Recaiu a escolha do Govêrno, como se vê, num funcionário cujas qualidades de cultura e inteligência — já comprovadas, com singular brilhantismo, em várias e importantes funções públicas — asseguram à estatística brasileira em geral uma colaboração das mais esclarecidas e eficientes e em particular, ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira uma direção capaz de continuar, com o mesmo entusiasmo construtivo e idêntico senso de operosidade, a obra empreendida pelo antigo titular.

Militando, há anos, na imprensa do país, o Sr. João de Lourenço é uma inteligência voltada à compreensão e à análise dos principais problemas brasileiros, a cujo esclarecimento vem servindo através de estudos em que bem se evidenciam as suas qualidades de equilíbrio, ponderação e patriotismo

Por Decreto-lei baixado a 21 de Novembro, foi o novo Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira designado para membro da Comissão Censitária Nacional

---

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

A diretoria da Sociedade Brasileira de Estatística deliberou fixar a primeira terça-feira de cada bimestre, a partir de Novembro último, para a realização das sessões públicas de que cogita o art. 25 dos Estatutos. Assim sendo, a sessão inicial verificou-se no dia 5 daquele mês, na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo sido presidida a mesa que dirigiu os trabalhos pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

A assistência, que enchia literalmente a sala de reuniões da sede do Instituto, era constituída por numerosos funcionários dos serviços estatísticos federais e outras pessoas interessadas, entre as quais vários jornalistas e educadores.

A primeira palestra esteve a cargo do Professor Giorgio Mortara, Consultor Técnico da Comissão Censitária Nacional.

O orador começou por examinar as possibilidades de trabalho que se oferecem à Sociedade, na sua fase atual. Embora não excluindo a utilidade de discussões sôbre assuntos atinentes à estatística matemática — como as que ocupam uma parte considerável das sessões de sociedades congêneres, em países onde a estatística, tanto administrativa como teórica, já atingiu a um alto grau de desenvolvimento —, acha que a tarefa principal e mais urgente da Sociedade Brasileira de Estatística seja outra, isto é, a de estudar os inúmeros problemas de observação e apuração que ainda se acham por ser resolvidos, em benefício da organização estatística nacional. Primeiro, e talvez o mais importante dentre todos, o problema do registro civil São muito relevantes, também, vários problemas de estatística econômica e social; produção, preços, consumos, educação, nível de vida, etc A participação nas discussões sôbre êsses assuntos seria franqueada não somente aos poucos especialistas da estatística superior que poderiam tomar parte nas discussões matemáticas, como também aos numerosos elementos — funcionários, cientistas e outros estudiosos, homens de negócios, etc, — porventura interessados, teórica ou praticamente, nessas questões, relacionadas com a vida do país e de sua população. A Sociedade deveria tornar-se um livre grêmio de amigos e cultores da estatística, associados no objetivo de estimular-se mutuamente no trabalho, mediante trocas de idéias e sugestões A aprovação dos colegas encorajará os estudiosos a prosseguir e alargar suas pesquisas; as críticas permitir-lhes-ão retificar diretrizes, aperfeiçoar métodos e emendar ou integrar conclusões No domínio das investigações estatísticas de caráter social (no sentido mais amplo desta palavra), a iniciativa individual continua a ser o fator indispensável para o êxito, mas a coordenação entre as várias

Dois aspectos da primeira sessão pública da Sociedade Brasileira de Estatística: a mesa que presidiu os trabalhos e parte da assistência

pesquisas e os vários pesquisadores consegue evitar dispersão de fôrças, reúne em conjuntos orgânicos os resultados das diferentes indagações e permite trabalhos que se tornariam impossíveis ao cientista isolado. Essa coordenação deve ser um dos objetivos da Sociedade; e o Professor Mortara é de parecer que um primeiro ensaio de realização poderia ser tentado, com grande vantagem para a estatística brasileira, mediante uma pesquisa coletiva sôbre os sintomas estatísticos da situação econômica do Brasil. Deveriam ser examinadas as estatísticas já existentes, sob o ponto de vista da sua capacidade para serem assim utilizadas; poderiam ser propostas modificações nos critérios e métodos de levantamentos, apuração e elaboração. Seriam ainda executadas aquelas elaborações de dados semiológicos que essas estatísticas permitem, integrando-se dêsse modo o trabalho já bem iniciado pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira com os seus "Quadros Econômicos". Além disto, deveriam ser procuradas e postas em relêvo as lacunas das estatísticas atuais, aventando-se os processos mais rápidos para preenchê-las provisoriamente, até que se possam encaminhar soluções definitivas, mais completas. Como exemplo destas pesquisas, o orador propõe-se a comunicar à Sociedade, numa das próximas sessões, algumas observações sôbre as estatísticas do imposto de consumo, consideradas como índices da produção industrial brasileira.

Concluída a oportuna e interessante palestra do Professor Giorgio Mortara, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. M. A. Teixeira de Freitas, Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde e Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que leu a sua anunciada comunicação sôbre *A evasão escolar na escola primária brasileira,* — trabalho êsse publicado, na íntegra, no presente número da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.

Falou, após, o Professor Lourenço Filho, Diretor do Instituto de Estudos Pedagógicos. Depois de interessantes considerações sôbre a matéria, manifestou o seu desejo de submeter a análise mais detida o trabalho do Sr. Teixeira de Freitas, para melhor enunciação de certas reservas com que recebia algumas das conclusões, — visivelmente pessimistas em relação às condições atuais do ensino primário brasileiro. Assim sendo, pedia a sua inscrição para, na segunda sessão pública da Sociedade, examinar alguns pontos da comunicação que se acabava de ouvir

Atendida a solicitação do Professor Lourenço Filho, o Sr. Presidente congratulou-se com os presentes pelo brilho de que se haviam revestido os trabalhos e, encerrando-os, comunicou que a próxima sessão — objeto, já agora, de maior interêsse, em face dos deba-

tes que se faziam prever — seria realizada na primeira terça-feira do mês de Janeiro vindouro.

Conforme havíamos anunciado no segundo número desta revista, divulgamos, a seguir, os Estatutos da Sociedade Brasileira de Estatística:

CAPÍTULO I

Da denominação e fins da Sociedade

Art 1 º — Fica criada, nesta data, com personalidade jurídica própria, a Sociedade Brasileira de Estatística, em sucessão à entidade que, sob a mesma denominação, foi fundada nesta Capital, a 16 de dezembro de 1931

Art 2.º — São fins da Sociedade Brasileira de Estatística:

a) ampliar e fortalecer as relações existentes entre os estatísticos brasileiros, desenvolvendo-lhes o espírito de classe e unindo-os por laços de solidariedade e cooperação;

b) focalizar e esclarecer, pela discussão e trabalho em comum, as questões compreendidas nos limites da estatística e das suas aplicações;

c) difundir as finalidades dos levantamentos estatísticos, bem como a sua necessidade e utilidade, e promover o estudo da estatística em geral;

d) valorizar, no domínio internacional, a obra da estatística e dos estatísticos do Brasil.

Art 3 º — Para alcançar os objetivos enumerados no artigo anterior, compete à Sociedade Brasileira de Estatística:

a) promover e convocar periodicamente, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Conferências Nacionais de Estatística;

b) organizar, de forma que estimule e oriente o trabalho pessoal, cursos de estatística e suas aplicações;

c) pleitear a inclusão do ensino elementar da estatística nos programas da instrução primária, secundária e profissional;

d) apresentar, aos órgãos superiores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sugestões referentes ao aperfeiçoamento da estatística nacional, bem como pleitear junto ao Poder Público a adocão das medidas necessárias à realização das suas finalidades;

e) realizar sessões, conferências, congressos, exposições, viagens e investigações com o fim de divulgação ou aperfeiçoamento do método estatístico e de suas aplicações;

f) manter intercâmbio cultural com as associações congêneres de outros países

CAPÍTULO II

Dos associados, seus direitos e deveres

Art 4 º — Haverá duas categorias de sócios: *coletivos* e *individuais*.

Art. 5.º — São sócios *coletivos* as instituições filiadas ao I B G E e as associações, companhias ou sociedades admitidas na forma dêstes Estatutos

Art 6 º — São sócios *individuais* as pessoas cujas propostas de admissão forem aprovadas pela Diretoria.

Parágrafo único — Os sócios individuais podem ser:

a) honorários;

b) beneméritos;

c) benfeitores;

d) correspondentes;

e) efetivos;

f) fundadores

Art. 7.º — O título de sócio honorário será conferido como uma grande distinção; o de benemérito será concedido a todos que, por serviços prestados à causa da estatística, se tornarem dignos dêsse título; o de benfeitor àqueles que fizerem à Sociedade donativos de importância nunca inferior a um conto de réis; o de correspondente, cujo número será de cinquenta, será atribuído a pessoas de nacionalidade estrangeira que prestem ou se comprometam a prestar serviços à Sociedade; e o de efetivo, aos demais sócios

§ 1 º — Serão considerados sócios fundadores todas as pessoas que se inscreverem até trinta dias após a aprovação dêstes Estatutos

§ 2 º — Haverá ainda na Sociedade a categoria de sócios informantes, reservada aos Agentes Municipais de Estatística que estiverem em pleno exercício de suas funções

§ 3 º — Os títulos honoríficos enumerados neste artigo serão concedidos pela Assembléia Geral, mediante proposta fundamentada da Diretoria.

Art 8 º — São deveres dos sócios efetivos e fundadores:

a) satisfazer as seguintes contribuições:

1 3$000 de mensalidade, quando individual;

2 120$000 de anuidade, quando coletivo.

b) cumprir fielmente as disposições dêstes Estatutos e respeitar as deliberações regularmente tomadas pela Assembléia Geral e pela Diretoria;

c) satisfazer, pontualmente, o pagamento dos compromissos que contraírem com a Sociedade e zelar pelos seus interêsses e bens;

d) comparecer pontual e assiduamente às reuniões da Sociedade, aceitando e exercendo os cargos, comissões ou incumbências para que forem eleitos ou nomeados

Parágrafo único — A inscrição dos Agentes Municipais de Estatística, na forma do § 2 º do art 7 º, é gratuita Mas perderão esta vantagem ao deixarem o exercício do cargo, ficando-lhes assegurado, todavia, o direito de se inscreverem na categoria de sócios efetivos

Art 9.º — Todos os sócios, efetivos e fundadores, desde que estejam quites com a Sociedade, teem direito a:

a) votar e ser votado para os cargos eletivos da Sociedade, bem como tomar parte nas assembléias gerais e reuniões, propondo, discutindo e votando;

b) propor à Diretoria ou às assembléias gerais as medidas que julgarem convenientes à existência da Sociedade, e dirigir queixas e representações contra atos administrativos ou de sócios, prejudiciais aos interêsses sociais;

c) receber as publicações da Sociedade e publicar obras suas sob o patrocínio da mesma, satisfeitas as exigências regulamentares

§ 1 º — São extensivas a todos os sócios as disposições constantes da letra *c*) dêste artigo.

§ 2 º — Os sócios coletivos, que gozarão também dos direitos assegurados nestes Estatutos, deverão designar uma pessoa para o fim especial de representá-los junto à Sociedade

CAPÍTULO III

Da admissão e eliminação dos associados

Art 10 º — A admissão de novos membros à Sociedade só se dará mediante apresentação de proposta, assinada por um sócio quite, à

Diretoria. A proposta deverá conter o nome, naturalidade, idade, profissão e lugar onde a exerce, residência, local para ser procurado, assinatura do proponente, bem assim, no verso, a justificação da proposta.

§ 1.º — Os sócios poderão apresentar à Sociedade, a título de justificação do seu ingresso, um trabalho original sôbre estatística — metodológica ou aplicada — ou sôbre economia

§ 2.º — A assinatura do sócio proponente basta para firmar a idoneidade do sócio proposto, não sendo o primeiro, entretanto, responsável pelos danos que o segundo causar à Sociedade.

Art 11.º — Uma vez aprovadas suas inscrições, os novos sócios deverão efetuar dentro de 30 dias, e sob pena de ser considerado inexistente o deferimento da Diretoria, o pagamento de suas contribuições.

Art. 12.º — Será eliminado pela Diretoria e a seu juízo o associado que, por sua conduta, se tornar indesejável no seio da Sociedade, assim como o que deixar de pagar a mensalidade durante 12 meses

CAPÍTULO IV

Da Assembléia Geral

Art. 13 º — A Assembléia Geral é o órgão superior da administração da Sociedade, podendo resolver todos os negócios, tomar quaisquer decisões e deliberações e aprovar, ratificar ou não todos os atos que interessem à Sociedade.

Art. 14 º — A Assembléia Geral ordinária reunir-se-á na segunda quinzena de Julho de cada ano e será convocada pela Diretoria, com antecedência de 10 dias na primeira convocação e 8 na segunda.

Art. 15.º — À Assembléia Geral compete:

a) eleger e empossar a Diretoria e as diversas Comissões;

b) discutir e votar anualmente o relatório e contas da Diretoria, e o respectivo parecer da Comissão Fiscal;

c) resolver os assuntos de interêsse social submetidos ao seu julgamento nos têrmos dêstes Estatutos;

d) conceder os títulos honoríficos especificados no art. 7 º;

e) traçar o plano dos trabalhos para a consecução integral dos objetivos da Sociedade.

Art 16 º — A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando convocada pela Diretoria ou a requerimento de 50 sócios

Art. 17 º — As Assembléias gerais se constituem, funcionam e deliberam validamente, em primeira convocação, quando se acharem presentes pelo menos 50 de seus membros.

Parágrafo único — Se êsse número não for alcançado, uma nova reunião será convocada, funcionando a assembléia, então, com qualquer número de sócios presentes.

Art 18 º — As deliberações das assembléias gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos e estes poderão ser dados, pela forma simbólica, nominal ou secreta, conforme seja requerido verbalmente por qualquer dos presentes.

Art. 19 º — Nos trabalhos das assembléias gerais é permitida a representação até 20 sócios, desde que tanto os representados, como os representantes, estejam quites com a Sociedade.

CAPÍTULO V

Da Diretoria

Art. 20 º — A Assembléia Geral elegerá um Presidente, dois Vice-Presidentes, um Secretário Geral, dois Secretários adjuntos, um Orador e dois Tesoureiros, que constituirão a Diretoria e terão a seu cargo, nessa qualidade, a administração da Sociedade. O mandato da Diretoria é de dois anos, podendo ser renovado por igual período

§ 1 º — O Presidente da República será sempre Presidente Honorário da Sociedade.

§ 2 º — Afim de assegurar à Sociedade as vantagens que lhe são concedidas em lei, e de estabelecer com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística as relações que devem existir entre as duas entidades, as funções de 1 º Secretário da Sociedade serão exercidas por um sócio que seja funcionário da Secretaria Geral daquela instituição, designado por seu Presidente.

§ 3 º — A Biblioteca da Sociedade funcionará juntamente com a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para onde deverão ser encaminhadas as publicações que a mesma receber.

Art. 21 º — À Diretoria, além das atribuições implicitamente conferidas noutros artigos, compete: conhecer das propostas de admissão e demissão dos sócios; organizar o regimento interno da Sociedade e baixar as instruções complementares necessárias aos seus serviços; nomear funcionários e tomar quaisquer outras providências de caráter econômico ou administrativo; deliberar sôbre assuntos concernentes à existência privada da Sociedade.

Art. 22.º — O Presidente representará a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, e será substituído, nos seus impedimentos, pelos demais diretores, na ordem da colocação dos respectivos cargos indicada no artigo 20.º.

CAPÍTULO VI

Das Comissões

Art. 23 º — Haverá ainda na Sociedade:

a) a Comissão Fiscal, composta de três membros, à qual serão presentes, de seis em seis meses, balancetes da Tesouraria, e que deverá ser ouvida sôbre todas as questões que afetem a economia e a vida financeira da Sociedade;

b) a Comissão de Redação, da qual farão parte um representante da Comissão Fiscal e o Secretário Geral, que deverá decidir sôbre as publicações a cargo da Sociedade e se encarregar do preparo da sua contribuição para as revistas especializadas;

c) as Comissões Técnicas, em número tal que abranja pelo menos o esquema dos assuntos da estatística brasileira, que serão encarregadas, dentro dos respectivos sectores, de estudar, discutir e preparar os trabalhos estatísticos da Sociedade.

CAPÍTULO VII

Das reuniões

Art 24 º — A Diretoria reunir-se-á mediante convocação do Presidente para tratar dos interêsses da Sociedade.

Art. 25 º — A Diretoria promoverá a realização de sessões públicas bimestrais, nas quais sejam efetuados cursos, conferências ou comunicações sôbre os assuntos de que se ocupa a Sociedade

§ 1.º — As conferências pronunciadas ou as comunicações levadas ao conhecimento da Sociedade serão submetidas à apreciação dos presentes, podendo o Presidente designar até 5 sócios, no máximo, para examinar e discutir o assunto.

§ 2 º — Estas conferências e comunicações bem assim o resumo dos debates que suscitarem, serão arquivados, em original rubricado pelos interessados, na Secretaria Geral e poderão ser publicados, em resumo ou na íntegra, no órgão oficial da Sociedade.

CAPÍTULO VIII

Do Patrimônio

Art 26 º — A Sociedade Brasileira de Estatística será mantida por:

a) contribuições anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e das instituições a êle filiadas;

b) contribuições dos seus membros;

c) outras subvenções e doações;

d) todas e quaisquer outras receitas, aquí compreendidas as resultantes da venda de publicações e a da renda de publicidade remunerada a que as mesmas derem lugar.

Art 27 º — Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas em nome da Sociedade

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 28 º — Haverá anualmente cursos ou séries de conferências sôbre estatística e ciências correlatas, a cargo de sócios da Sociedade ou de pessoas para êsse fim convidadas.

Parágrafo único — Cursos especiais e conferências avulsas poderão realizar-se por iniciativa do Presidente ou mediante sua permissão.

Art 29.º — Fica instituído um prêmio denominado "Bulhões Carvalho", em homenagem ao Dr José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, o "Fundador da Estatística Geral Brasileira"

Parágrafo único — Êsse prêmio, na importância de 5:000$000, servirá para recompensar, de dois em dois anos, e na forma que a Diretoria estabelecer, o autor do melhor livro ou monografia apresentada sôbre assuntos de que se ocupa a Sociedade.

Art 30 º — A Sociedade Brasileira de Estatística é composta de número ilimitado de sócios, tem sede e fôro jurídico na cidade do Rio de Janeiro, sendo indeterminado o tempo de sua duração

§ 1.º — Sendo a Sociedade Brasileira de Estatística de duração ilimitada, sua dissolução só se poderá verificar quando o número de sócios for inferior a sete.

§ 2 º — Uma vez deliberada a dissolução da Sociedade, seu patrimônio será incorporado ao do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Art 31 º — Estes Estatutos somente serão alterados em Assembléia Geral, e mediante proposta da Diretoria ou de um têrço dos associados.

Art 32 º — Na conformidade do disposto no artigo 19, do Decreto n.º 24.609, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística proporcionará à Sociedade os meios necessários ao seu desenvolvimento e à consecução de seus objetivos.

Parágrafo único — A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística deverá ser ouvida em qualquer alteração dêstes Estatutos, bem assim sôbre os regulamentos e instruções que forem baixados para as realizações da Sociedade.

CAPÍTULO X

Disposições Transitórias

Art 33 º — A primeira Diretoria da Sociedade organizará e empossará as Comissões Técnicas previstas na letra *c*) do artigo 23 º.

Art 34 º — Fica a Diretoria eleita autorizada a receber, discutir e incorporar, se for o caso, aos presentes Estatutos, as emendas que lhe forem encaminhadas dentro de 15 dias

Rio de Janeiro, 5 de Abril de 1940.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Território do Acre — O Departamento de Geografia e Estatística editou, em Outubro, um trabalho referente à exportação geral do Território no primeiro semestre de 1940.

— Foram assinados, a 28 de Dezembro, pelo Governador Epaminondas Martins, os Decretos ns. 216 e 217, por fôrça dos quais se criaram, respectivamente, como órgãos articulados ao I.B G.E., o Serviço de Estatística Educacional, no Departamento de Educação, e a Secção de Estatística Policial, Criminal e Judiciária, no Departamento de Segurança Pública.

Amazonas — Pela Portaria n.º 71, baixada a 4 de Outubro, o diretor do órgão central de estatística, Sr Júlio Benevides Uchoa, deu a denominação de "Serviço de Importação e Exportação" à antiga "Comissão de Importação e Exportação".

— A 12 de Novembro, a Junta Executiva Regional baixou a Resolução n.º 63, em que "recomenda aos Prefeitos Municipais a instalação de bibliotecas populares".

Piauí — O Departamento Estadual de Estatística recebeu, em Outubro, a visita do Capitão Landrí Sales Gonçalves, Diretor geral dos Correios e Telégrafos.

— A Junta Executiva Regional baixou, a 14 de Novembro, a Resolução n º 67, que "dá os nomes de Alberto Martins e João Bastos às duas novas salas do Departamento Estadual de Estatística".

— O Interventor Leônidas de Melo assinou, a 21 de Novembro, o Decreto-lei n º 314, que "dá providências para a organização do serviço de estatística policial-criminal e judiciária do Estado pelo Departamento Estadual de Estatística".

Ceará — A 14 de Novembro, assumiu a direção da Secção de Estatística da Prefeitura Municipal de Fortaleza o Sr. Lauro de Paula Vale.

Paraíba — O Interventor Rui Carneiro baixou, a 3 de Outubro, o Decreto-lei n.º 103, que "suprime cargos no Departamento Estadual de Estatística e dá outras providências".

Pernambuco — Em sessão realizada a 28 de Novembro, a Junta Executiva Regional aprovou as Resoluções ns. 29 e 31. Na primeira, "formula um apêlo ao Secretário do Interior sôbre a criação de Bibliotecas Populares, Museus e Arquivos Municipais"; na segunda, "formula um voto de pesar pela morte do dr. Luiz Saião de Bulhões Carvalho, fundador da Estatística Brasileira".

Alagoas — Foi baixado pelo govêrno estadual, a 8 de Outubro, o Decreto n.º 2.623, que "estabelece medidas que asseguram o levantamento da estatística comercial do Estado e dá outras providências".

— A 3 de Dezembro, o Prefeito da Capital, Sr. Eustáquio Gomes de Melo, assinou o Decreto n.º 391, que "dá novo regulamento ao Departamento Municipal de Estatística".

— Designado pelo Interventor Federal interino, Sr. José Maria Correia das Neves, assumiu a direção do D.E.E., a 17 de Dezembro, o Sr. João de Mesquita Lara, posto à disposição do govêrno estadual pelo I.B.G.E.

Sergipe — Em sua edição de 24 de Novembro, o "Diário Oficial" do Estado divulga interessante "resenha informativa" referente ao mês de Outubro, organizada pela Agência Municipal de Estatística de Propriá.

— A 29 de Novembro, assumiu a direção do D. E. E. o Sr. João Carlos de Almeida, delegado do I B.G.E., posto à disposição do Govêrno do Estado. Por essa ocasião, o Interventor Eronides de Carvalho fez uma visita à repartição, manifestando vivo interêsse pela organização e normal desenvolvimento dos trabalhos que incumbem ao Departamento.

Baía — Em Novembro, a Secção Municipal de Estatística do Município de Ilhéus editou o seu primeiro "Anuário Estatístico", edição correspondente a 1936-1938.

— O D.E E. lançou, no mesmo mês, a publicação "Tábuas Itinerárias".

— Assumiu a direção interina da Divisão de Estatística e Divulgação do Município de Salvador, a 13 de Dezembro, o Sr. João Vieira Cox.

Rio de Janeiro — Em Novembro, o D.E.E. editou um volume intitulado "Evolução dos principais índices econômicos — 1930-40".

Paraná — O Interventor Manuel Ribas baixou, a 26 de Outubro, o Decreto n.º 9.164, que "reorganiza o Departamento Estadual de Estatística".

— Em Novembro, foram criadas, por ato do govêrno estadual, Agências de Estatística em todos os municípios onde não existiam Departamentos Municipais de Estatística.

Santa Catarina — Em Outubro, o D.E.E. distribuiu as seguintes publicações: "Blumenau" e "Palhoça", monografias estatístico-descritivas, e "Localidades Catarinenses", trabalho apresentado ao IX Congresso Brasileiro de Geografia.

— A Junta Executiva Regional baixou, a 5 de Novembro, a Resolução n.º 50, que "dispõe sôbre a estatística da exportação do carvão mineral".

Rio Grande do Sul — Desenvolvendo o seu plano de atividades publicitárias, o D.E.E. publicou um volume de estatísticas bancárias relativas a 1939, o Boletim n.º 5, referente ao comercio de exportação do Estado no primeiro semestre de 1940, e o primeiro número da "Sinopse Estatística de Pôrto Alegre — 1940", edição comemorativa do bi-centenário da Capital do Estado

— A Diretoria de Estatística do Município de Pelotas, atual Departamento Municipal de Estatística, divulgou o seu "Anuário Demográfico", em que se conteem os dados relativos a 1938.

Minas Gerais — Foram inaugurados, na sede do D.E.E., a 9 de Novembro, com a presença de altas autoridades e em sessão de que participaram o Diretório Regional de Geografia e a Delegacia Regional do Recenseamento, os retratos do presidente da República e do Governador Benedito Valadares. Fizeram uso da palavra, por essa ocasião, os Srs. Hildebrando Clark, Delegado Regional do Recenseamento, e Renato Guimarães, em nome dos Agentes Municipais de Estatística.

SEBASTIÃO LEME FRANCO SALES

GUSTAVO DE GODÓI FILHO

O trágico desastre de aviação verificado nesta capital na tarde de 8 de Novembro, e cujas proporções já foram postas em relêvo, pela imprensa diária, através de pormenorizado noticiário, — privou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de dois dedicados colaboradores, que, na esfera das respectivas atribuições, lhe vinham dando o melhor de seu esfôrço e inteligência. Foram êles Sebastião Leme Franco Sales e Gustavo de Godoi Filho.

Pertencia o primeiro ao quadro da Secretaria Geral do Instituto, na qual se encontrava sob a sua responsabilidade imediata a direção da Biblioteca Central Dotado de excelentes qualidades morais e de um temperamento simples e comunicativo, o jovem funcionário do I. B G E. era bastante estimado entre os seus companheiros de trabalho pela correção de maneiras e afabilidade de trato que o distinguiam.

A sua morte, nas trágicas e imprevistas circunstâncias em que se verificou, teve, porisso mesmo, dolorosa repercussão entre os seus chefes e colegas, dando lugar a justas e sentidas homenagens.

O nome de Gustavo de Godói Filho estava ligado, por sua vez, a várias fases da Estatística Brasileira, através de uma atuação desenvolvida, durante longos anos, com inteligência, boa vontade e entusiasmo profissional.

Funcionário da antiga Repartição de Estatística e Arquivo de São Paulo, na qual ascendeu aos mais altos postos hierárquicos, logo se consagrou êle um especialista de reconhecida capacidade técnica. Membro da Comissão Central do Recenseamento, criada em São Paulo em 1934, a sua participação nos trabalhos a cargo daquele importante órgão foi das mais destacadas e eficientes. Ao reunir-se, em 1936, a Convenção Nacional de Estatística, participou dessa memorável assembléia na qualidade de membro da delegação de seu Estado, encargo êsse a que deu, como às demais comissões que lhe foram atribuídas, brilhante desempenho.

Criado o Departamento Estadual de Estatística de São Paulo, foi Gustavo de Godói Filho nomeado seu diretor-técnico, passando a exercer depois, com a mesma eficiência e brilho, as funções de assistente-técnico.

Membro da Junta Regional de Estatística de São Paulo, da qual era representante na Comissão Regional de Recenseamento, no Estado, teve o ilustre estatístico uma atuação das mais relevantes, prestando, ainda, nos últimos meses, valiosa colaboração à campanha censitária.

À memória de Gustavo de Godói Filho tributou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística as homenagens a que fazia jus a sua nobre carreira funcional, votada durante longos anos aos melhores interêsses da Estatística Brasileira.

SÉRIES ESTATÍSTICAS

NASCIMENTOS, CASAMENTOS E ÓBITOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

1 NASCIDOS VIVOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 762	2 474	2 984	2.829	2 867	2 802	3 058	2 952	3 014	3 249	2 540	2 658	34 189
1939	2 781	2 371	2 981	2 697	2 878	2 618	2 769	2 684	2 648	2 956	2 668	3 080	33 131
1940	2 518	2 503	2 820	2 492	2 622	2 505	2 650	2 478	..	...	.	..	. .

2 NASCIDOS MORTOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	280	283	314	311	311	246	248	270	232	273	237	303	3 308
1939	289	284	288	319	294	265	295	248	282	248	230	244	3 286
1940	295	250	328	300	273	258	268	292	.		..		.

3 CASAMENTOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	918	939	756	799	1 037	848	876	421	941	708	565	1 577	10 385
1939	904	680	674	753	1 042	1 045	1 048	516	1 088	815	731	1 754	11 050
1940	1 043	574	718	647	1 003	1 049	874	511	.			.	. .

4 ÓBITOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 716	2 276	2 665	2 562	2 581	2 570	2 795	2 708	2 561	2 629	2 396	2 433	30 892
1939	2 540	2 148	2 459	2 252	2 798	3 050	2 914	2 661	2 438	2 383	2 348	2 657	30 648
1940	2 915	2 461	2 502	2 296	2 364	2 350	2 468	2 555	.	.	..	.	...

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS

5 ENTRADA DE PASSAGEIROS NO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	8 487	10 968	9 851	7 673	7 137	7 024	7 517	7 096	5 910	7 479	6 688	7.291	93 121
1939	9 561	10 630	12 553	9 692	8 671	9 091	9 945	9 219	6 496	6 487	6 031	7 748	106 124
1940	6 814	.	9 732	8 294	7.765	7 680	7 728	8 295		.	.	..	...

6 SAÍDA DE PASSAGEIROS DO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	5 310	6 664	8 078	7 629	6.261	6 845	7.261	7 678	6 613	6 319	6 382	7 472	82 512
1939	8 098	7 569	7 964	7 510	7 446	6 739	7 585	8.545	6 532	5 800	5 966	6 562	86 316
1940	5 764	.	6 883	7 802	6 170	6 586	6 327	6 743	..	. .	.	..	.

7 ENTRADA DE PASSAGEIROS NO PÔRTO DE SANTOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	3 138	4 708	5 214	4 730	4 628	3 796	2 917	3.835	2.911	2 758	2 751	3 010	44 396
1939	3 392	4 459	5 766	4 151	3 619	3.736	4 302	4 603	2 971	2 396	1 951	2 767	44.113
1940	3 059	3 405	3 436	3 205	.	..	.	. .	. .	..	.	.	...

8 SAÍDA DE PASSAGEIROS DO PÔRTO DE SANTOS

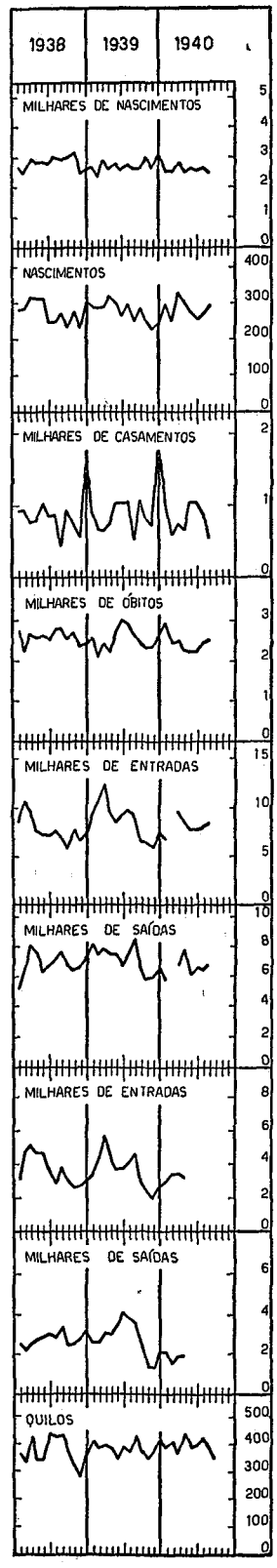
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2.452	2 186	2 431	2 734	2 882	2 943	2 825	3 220	2 377	2 400	2 689	3 199	32.338
1939	2.482	2 489	3 011	2 901	3 535	4 106	3 845	3 640	2 297	1 363	1 343	2 067	33 079
1940	2.102	1 588	1 881	1 908		...	.	.	.		.		...

PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL

9 PRODUÇÃO DE OURO

QUANTIDADE (quilos)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
938	369	339	423	344	344	442	423	431	376	319	281	356	4 447
939	406	383	398	382	347	389	371	430	372	353	375	408	4 614
940	386	407	365	446	386	394	423	386	347	..	. .	..	...



PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL

10 — PRODUÇÃO DE OURO — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	7 258	6 673	8 416	7 576	7 667	9 939	9 583	9 864	8 640	7 344	6 494	8 263	97 717
1939	9 429	8 882	9 235	8 865	8 065	9 039	8 971	10 791	9 321	8 679	9 177	9 986	110 440
1940	9 463	9 803	8 752	10 705	9 259	9 450	10 148	9 264	8 249			.	

11 — PRODUÇÃO DE PRATA — QUANTIDADE (quilos)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	73	72	73	48	71	48	48	97	72	70	49	73	794
1939	72	72	50	72	71	72	72	72	72	73	72	72	842
1940	50	49	48	71	72	48	73	73	72				

12 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	18	18	18	12	17	12	12	23	17	20	14	20	201
1939	20	20	14	16	16	15	14	14	16	16	16	16	193
1940	11	11	11	16	16	11	16	16	16				

13 — PRODUÇÃO DE CARVÃO DE PEDRA — QUANTIDADE (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	75 745	68 350	80 743	72 099	79 242	69 814	77 896	63 411	75 602	80 763	72 235	81 324	907 224
1939	85 674	71 709	85 988	68 935	81 818	81 429	86 326	83 316	95 327	109 556	95 492	101 405	1 046 975
1940	108 265	103 214	98 442	112 929	113 455	107 071				.		.	.

14 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 996	2 696	3 142	3 719	4 084	4 144	4 154	3 922	4 041	4 330	3 867	4 367	48 292
1939	3 944	3 538	4 182	3 556	4 183	4 195	4 442	4 285	4 962	5 725	4 970	5 393	54 288
1940	5 660	5 384	5 139	5 839	5 816	5 943		.					

15 — PRODUÇÃO DE FERRO LAMINADO — QUANTIDADE (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	6 281	4 733	6 478	6 348	7 443	6 841	7 729	8 404	6 714	8 447	7 677	8 571	85 666
1939	6 511	7 068	8 594	6 339	9 558	9 433	8 604	9 133	8 579	10 027	8 300	8 850	100 996
1940	8 263	10 842	12 354	12 455	13 104	10 287	12 737	12 269	10 055	.	.		

16 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	7 443	5 468	7 709	7 397	8 732	8 139	8 915	9 755	7 869	9 999	8 971	10 025	100 422
1939	7 189	8 027	9 632	6 905	10 771	10 571	9 792	10 151	9 673	11 417	9 397	10 230	113 755
1940	9 500	12 600	14 336	14 600	15 202	12 025	14 818	14 331	11 791			.	

17 — PRODUÇÃO DE FERRO GUSA — QUANTIDADE (toneladas)

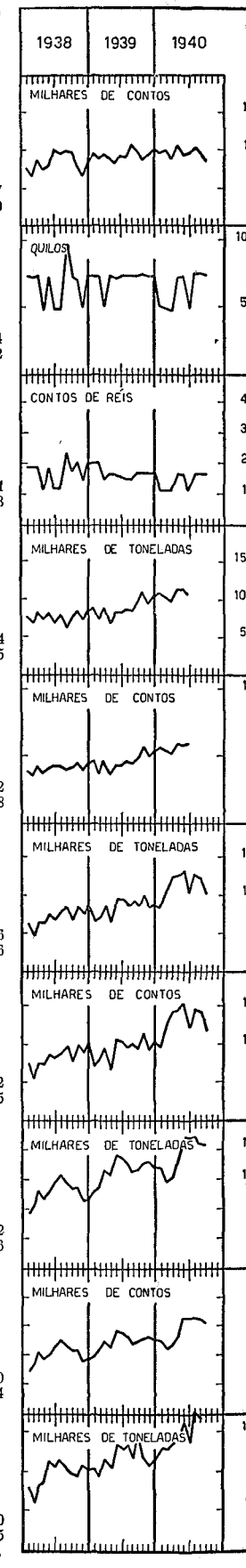
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	7 414	8 724	10 425	9 360	10 321	11 614	12 893	11 518	10 798	10 953	9 158	9 174	122 352
1939	10 209	11 035	13 343	12 571	15 363	14 856	14 071	13 089	13 256	14 166	14 359	13 698	160 016
1940	13 553	11 796	12 213	14 039	17 552	17 502	17 623	16 735	16 445				

18 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 897	3 442	4 110	3 711	4 045	4 509	5 025	4 536	4 226	4 279	3 548	3 672	48 000
1939	3 931	4 249	4 902	4 590	5 660	5 490	5 255	4 892	4 966	5 196	5 247	5 056	59 434
1940	4 970	4 388	4 654	5 220	6 548	6 503	6 528	6 412	6.096				

19 — PRODUÇÃO DE AÇO — QUANTIDADE (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	6 382	4 918	6 683	6 912	9 106	8 292	9 154	8 521	7 786	7 716	8 809	8 141	92 420
1939	8 198	7 886	9 385	8 406	10 807	10 340	10 662	9 464	11 412	9 378	8 956	9 201	114 095
1940	10 327	10 148	10 794	11 164	13 048	10 931	14 424	13 305	.	.		.	...



PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL

20 — PRODUÇÃO DE AÇO

VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	4 963	4 125	5 231	5 385	7 052	6 500	7 074	6 579	6 082	5 938	6.859	6 347	72 135
1939	6 490	6 276	7 340	6 595	8 545	8 080	8 288	7 390	9 080	7 561	7 276	7 248	90 169
1940	8 172	8 007	8 872	8 863	10 468	8 578	11 645	10 440	..	.			.

21 — PRODUÇÃO DE CIMENTO

QUANTIDADE (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	49 067	49 166	47 665	50 427	51 549	52 170	54 937	56.309	50 155	55 088	51 326	50 037	617 896
1939	50 165	49 298	60 031	53 636	56 075	58 690	60 075	59 814	60 512	64 683	61 846	62 968	697 793
1940	57 795	58 636	59 349	66 341	64 299	64 933	60 867	60 912	62 238				

22

VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	9 622	8 488	11 201	10 379	9 990	10 571	10 375	10 834	11 240	11 724	10 518	10 400	125 342
1939	9 950	10 412	11 708	11 776	11 401	11 193	12 653	12 179	11 845	11 925	11 495	11 769	138 306
1940	13 558	13 976	14 499	16 228	15 854	16 187	15 351	15 206	15 621		.		

MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES

23 — ENTRADA DE EMBARCAÇÕES NO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

NÚMERO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	352	317	401	337	359	365	367	403	369	410	369	361	4 410
1939	346	331	406	357	400	363	353	379	314	356	317	330	4 252
1940	320	290	358	313	341	308	.					.	.

24

TONELAGEM (mil toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	957	944	1 145	958	1 012	1 037	1 043	1 126	1 004	1 004	1 007	1 030	12 267
1939	978	942	1 121	1 014	1 063	1 033	1 063	1 050	706	801	679	742	11 192
1940	763	625	728	676	715	582							..

SAÍDA DE EMBARCAÇÕES DO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

25

NÚMERO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	347	335	368	362	342	372	373	387	385	410	354	366	4 401
1939	350	331	394	390	389	374	349	385	312	358	310	343	4 285
1940	265	242	272	249	254	226		. .	..	.		..	

26

TONELAGEM (mil toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	1 006	973	1 015	1 035	1 025	1 044	1 028	1 124	1 019	1 199	984	1 135	12 587
1939	994	932	1 109	1 073	1 050	1 032	1 039	1 113	727	871	633	748	11 321
1940	741	593	694	660	699	593	.	.	.	.			..

ENTRADA DE EMBARCAÇÕES NO PÔRTO DE SANTOS

27

NÚMERO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	292	265	301	305	310	325	318	324	315	295	292	296	3 638
1939	309	278	325	317	329	314	338	335	250	279	251	275	3 600
1940	280	253	294	420	380	366	378	358	..	.	.	.	

28

TONELAGEM (mil toneladas)

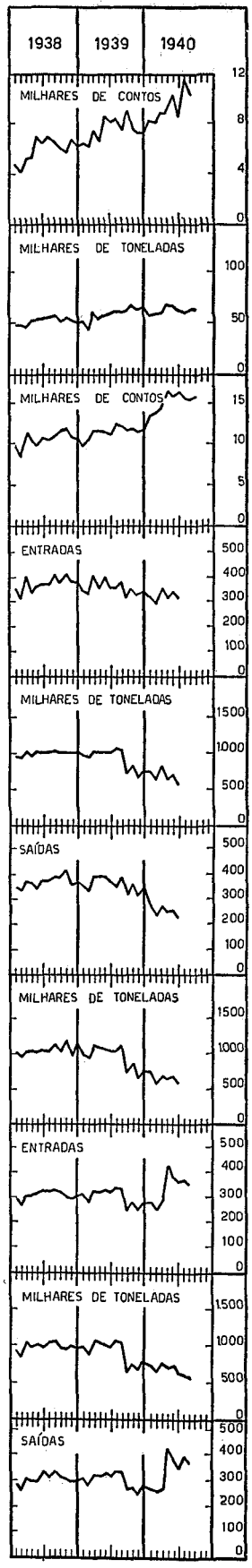
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	924	859	1 012	974	1 000	976	1 026	1 032	944	912	987	956	11 602
1939	963	872	1 074	1 005	998	975	1 064	1 031	624	737	638	762	10 743
1940	733	672	765	719	721	632	618	573	..	. .			

SAÍDA DE EMBARCAÇÕES DO PÔRTO DE SANTOS

29

NÚMERO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
938	288	260	305	301	298	333	310	332	310	302	296	299	3 634
939	306	279	318	316	327	312	334	339	267	271	247	281	3 597
940	276	260	277	424	380	348	393	368	.	..	.	.	...



MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES

30 SAÍDA DE EMBARCAÇÕES DO PÔRTO DE SANTOS

TONELAGEM (mil toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	912	841	1 020	975	962	1 014	1 017	1 012	950	939	975	972	11 589
1939	947	875	1 065	997	986	984	1 045	1 039	673	724	630	759	10 724
1940	729	692	720	762	736	585	641	583	.		.		

TRÁFEGO AÉREO COMERCIAL

31 EXTENSÃO DAS LINHAS (km) (1)

1938	42 338	41 813	42 463	41:270	41 270	40 565	41 270	41.870	43 885	41 034	45 110	46 225	—
1939	51 880	52 473	56 602	51:821	51 398	51 982	57 008	52 375	57 515	47 364	48 809	51 590	—
1940	.	..	.		.		.		.	.	. .	.	—

32 PERCURSO (mil km)

1938	625	552	591	582	588	566	596	584	514	543	579	601	6 921
1939	616	544	599	572	586	549	627	600	543	564	550	617	6 967
1940							.		.		.	.	

33 DURAÇÃO DOS VÔOS (horas)

1938	3 000	2 643	2 805	2 693	2 784	2 691	2 783	2 762	2 393	2 531	2 688	2 786	32 559
1939	2 869	2 586	2 814	2 686	2 677	2 536	2 668	2 722	2 297	2 644	2 622	2 765	31 886
1940	..		.	..	.	..	.	.	..	.	.		

34 PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

1938	5 958	5 648	6 496	5 607	5 195	4 560	5 420	4 920	4 398	4 694	4 700	5 831	63 427
1939	5 562	5 247	6 318	5 836	5 627	5 439	6 374	5 925	5 579	5 971	5 772	7 035	70 685
1940			.			..	. .	.	..	.	.		..

35 BAGAGEM TRANSPORTADA (kg)

1938	84 754	76 914	83 770	82 836	74 212	64 363	78 450	68 772	62 982	67 117	68 312	85 455	897 937
1939	74 382	71.488	85 770	76 617	82 849	76 910	82 636	82 591	80 729	87 245	89 624	108 495	999 336
1940	.		.										

36 CORRESPONDÊNCIA POSTAL TRANSPORTADA (kg)

1938	14 113	16 617	14 633	14 400	14 352	14 094	18 376	15 085	15 517	15 304	14 628	18 523	185 642
1939	17 164	15 569	18 434	17 033	17 658	18 269	18 819	18 432	14 141	14 398	14 704	17 848	202 469
1940		.				.	. .	...		.		.	.

37 CARGA TRANSPORTADA (kg)

1938	23 838	23 639	27 765	27 555	28 446	29 631	32 291	33 330	30 794	30 887	30 272	36 527	354 975
1939	37 427	31 789	38 681	33 943	37 391	36 780	36 042	37 611	35 244	36 613	38 905	44 715	445 141
1940	. .							.					...

TRÁFEGO URBANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

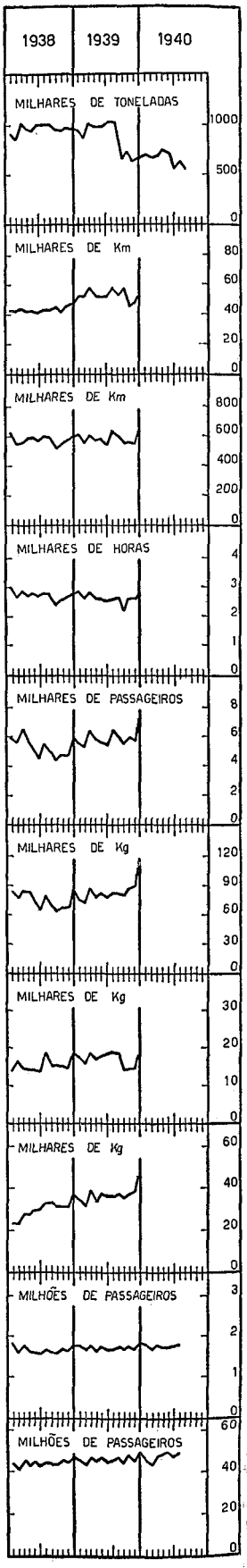
38 PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM BARCAS (milhares)

1938	1 858	1 589	1 796	1 593	1 527	1 535	1 611	1 583	1 575	1 667	1 606	1 788	19 728
1939	1 740	1 610	1 761	1 597	1 706	1 645	1 660	1 738	1 603	1 777	1 622	1 830	20 289
1940	1 773	1 652	1 777	1 723	1 770	1 733	1 779		.				.

39 PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM CARRÍS URBANOS (milhares)

1938	44 345	40 025	45 096	42 888	44 456	42 267	44 102	43 967	43 444	45 961	44 184	46 982	527 717
1939	45 829	43 278	46 657	44 860	46 910	44 204	45 572	46 940	43 881	47 497	44 542	48 179	548 349
1940	44 865	43 430	47 533	48 468	49 772	46 896	49 181	.	.	.	.	.	...

(1) 81 km facultativos



os	MESES I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total

TRÁFEGO URBANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

40 PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM ÔNIBUS (milhares)

8	7.719	7 311	7 550	7.351	7 653	7 435	7 709	7 530	7 564	7 849	7 495	8 141	91 266
9	7.698	7 371	7 861	7 701	8 061	8 178	8 391	8 709	8 332	8 704	8 466	9 283	98 663
0	8.724	8 401	8 727	8 671	9 006	8 920	9 181	9 190	.	.	.	.	. .

41 PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM ESTRADA DE FERRO (milhares)

8	7 926	7 550	8 721	7 938	8 103	7 941	8 109	8 171	7 914	8 277	7 901	8 470	97 021
9	8 035	7 861	8 346	8 089	8 511	8 385	8 757	8 870	8.509	8 991	8 419	8 876	101 649
0	7 920	8 380	8 720	8 754	8 820	8 309	9 909	10 026	.	.			.

SERVIÇO DE TELEFONES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

42 NÚMERO DE LINHAS

													Média
8	66 719	67 209	67 689	68 055	68 537	68 931	69 373	69 838	70 312	70 848	71 327	71 786	69 219
9	72 263	72 613	73 195	73 654	74 229	74 969	75 470	76 188	76 645	77 257	77 817	78 476	75 231
0	79 153	79 594	80 301	81 108	81 637	82 231	82 830	83 514		.			

43 NÚMERO DE APARELHOS

8	88 240	89 242	89 843	90 252	90 836	91 507	92 039	92 039	93 427	94 310	94 955	95 603	90 858
9	96 132	96 592	97 116	97 785	98 483	99 370	100 068	100 980	101 576	102 331	103 037	103 797	99 772
0	104 597	105 087	105 947	106 948	107 636	108 329	109 037	109 899	.				

CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

44 LICENÇAS CONCEDIDAS

													Total
	369	300	402	332	387	298	383	394	355	447	357	405	4 429
	287	254	302	232	239	306	259	315	256	317	274	239	3 280
	144	228	349	323	359	385	496	492	.				.

REGISTRO DE HIPOTECAS NO DISTRITO FEDERAL

45 INSCRIÇÕES HIPOTECÁRIAS — QUANTIDADE

	159	151	161	127	178	161	148	211	232	203	188	243	2 162
	205	189	207	177	168	208	206	230	178	202	179	192	2 341
			.				.						

46 VALOR (contos de réis)

	14 928	9 221	36 427	5 260	9 821	12 645	14 111	13 062	17 090	9 953	15 352	20 023	177 893
	17 072	19 731	18 927	10 743	12 239	16 565	12 826	19 260	11 298	12 358	11 722	12 714	175 455
	.		.		.								

ANSCRIÇÕES DE TRANSMISSÕES DE IMÓVEIS NO DISTRITO FEDERAL

47 QUANTIDADE

	668	713	796	803	754	883	843	895	934	951	762	899	9 901
	873	744	861	636	745	750	781	893	782	865	686	688	9 304
	1 055	804	668	430	565	733	600	493		.	.	.	.

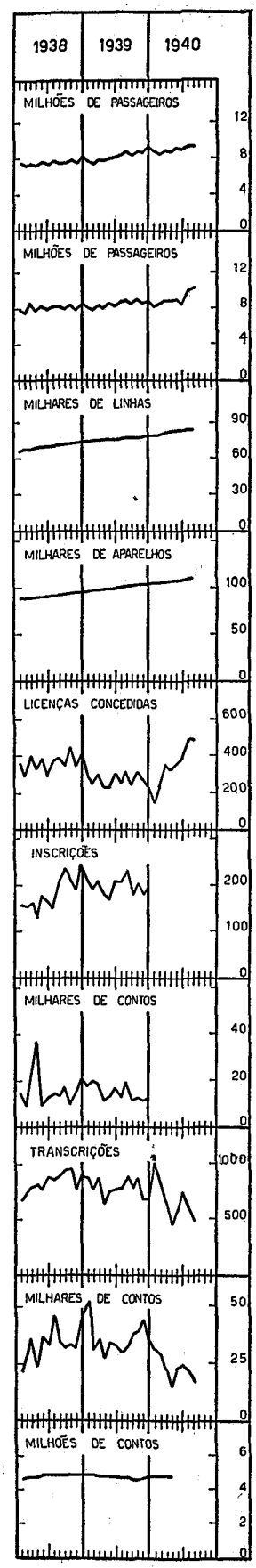
48 VALOR (contos de réis)

	21.408	29 077	36.596	24.005	37 157	33 019	46.187	34 595	32 940	33 198	32 174	45 424	405 780
	50.218	30.024	35 719	27 986	34 256	33 009	29 754	33 774	38.355	39 230	44 041	35 378	431 744
	30.566	29 155	23 742	14 127	23 317	24 944	21 760	16 236					

MEIO CIRCULANTE NACIONAL (mil contos de réis)

49 NOTAS DO TESOURO

	4.600	4 700	4.700	4 700	4.800	4 800	4.800	4 800	4 800	4 800	4 800	4 800	—
	4 802	4.801	4.793	4 791	4.790	4 789	4.788	4 786	4 587	4 592	4 619	4 787	—
	4.783	4.782	4.781	4.773	...	.	.	.		.	..	.	—



MEIO CIRCULANTE NACIONAL (mil contos de réis)

50 CAIXA DE ESTABILIZAÇÃO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	18	18	18	17	17	17	16	17	16	16	16	16	—
1939	16	15	15	15	15	15	15	14	14	14	14	14	—
1940	14	14	14	14									—

51 CARTEIRA DE REDESCONTO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	23	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1939	—	—	—	—	—	—	—	—	270	200	170	170	—
1940	170	170	170	170									—

52 TOTAL

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	4 641	4 718	4 718	4 717	4 717	4 717	4 717	4 716	4 716	4 716	4 716	4 716	—
1939	4 818	4 816	4 808	4 806	4 805	4 804	4 803	4 800	4 806	4 871	4 803	4 971	—
1940	4 967	4 966	4 965	4 957									—

COMPRAS DE OURO POR CONTA DO GOVÊRNO FEDERAL

53 QUANTIDADE (gr)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	457 766	575 192	549 560	402 449	552 279	565 968	394 281	676 392	583 707	620 789	767 696	590 726	6 736 805
1939	398 351	588 942	684 971	401 597	1 027 812	739 768	670 141	811 986	737 663	1 010 810	861 174	1 089 901	9 023 116
1940	1 070 558	691 358	639 506	729 144	748 034	541 256	573 660						

54 VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	8 872	11 261	10 836	7 969	11 583	12 265	8 609	14 823	12 926	13 847	17 088	13 307	143 377
1939	8 886	13 295	15 544	8 895	23 096	16 730	15 107	19 004	17 555	24 602	20 184	26 044	208 942
1940	25 571	16 278	14 787	16 321	17 030	12 395	13 173						

CURSO DO CÂMBIO LIVRE NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO (VALOR EM RÉIS)

55 LONDRES (Libra)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	87 807	88 285	87 866	87 700	87 654	87 414	87 033	86 442	85 427	84 487	83 669	82 836	86 387
1939	82 678	83 178	83 091	86 980	88 696	91 067	93 479	92 303	80 748	80 012	78 688	78 098	84 918
1940	78 722	78 601	76 230	70 245	65 628	71 868	75 930	80 003					

56 PARÍS (Franco)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	593	581	554	553	500	494	492	490	486	476	472	472	510
1939	474	473	476	495	503	522	531	529	466	458	450	446	485
1940	450	449	429	403	378	401	—	—					

57 ITÁLIA (Lira)

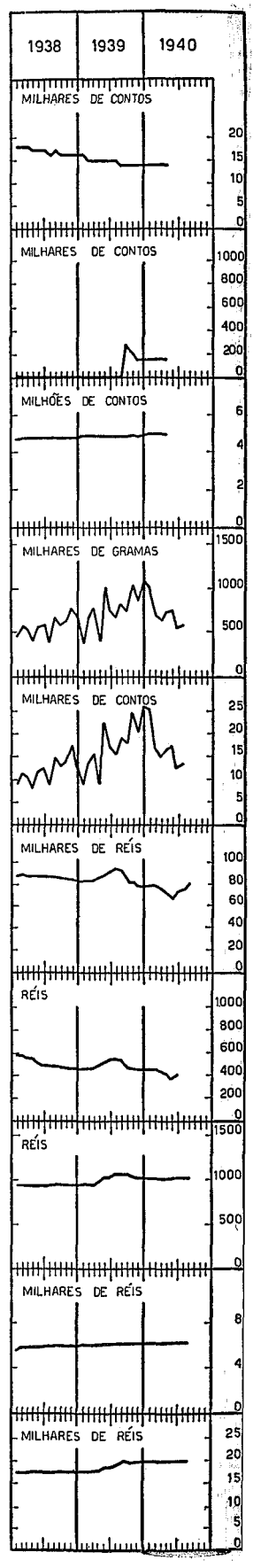
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	931	930	929	923	924	921	922	931	938	935	939	930	929
1939	942	935	938	980	1 004	1 015	1 056	1 052	1 045	1 010	1 006	1 006	999
1940	1 006	1 005	1 003	1 001	1 002	1 003	1 003	1 002					

58 ALEMANHA (Verrechnungsmark)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	5 678	5 855	5 843	5 836	5 862	5 899	5 914	5 961	5 979	5 980	5 939	5 989	5 895
1939	6 004	6 000	6 000	6 030	6 100	6 096	6 100	6 099	6 099	6 098	6 089	6 048	6 064
1940	6 081	6 080	6 052	6 051	6 081	6 082	6 077	6 081					

59 NOVA IORQUE (Dólar)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	17 555	17 582	17 521	17 600	17 608	17 602	17 601	17 676	17 655	17 681	17 701	17 719	17 623
1939	17 671	17 697	17 720	18 715	18 444	19 140	19 959	19 933	19 969	19 893	19 867	19 870	19 073
1940	19 862	19 843	19 814	19 807	19 797	19 779	19 776	19 779					



CURSO DO CÂMBIO LIVRE NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO (VALOR EM RÉIS)

Anos	MESES I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
60 — MONTEVIDÉU (Pêso)													
1938	9 264	8 227	8 044	7 920	7 920	7 907	7 903	7 864	8 018	7 740	7 394	6 685	8 118
1939	6 656	6.745	6 670	6 777	6 890	6 909	7 191	7 159	7 907	7 785	7 463	7 307	7 122
1940	7 340	7 707	7 832	7 734	7 624	7 477	7 043	6 930	..			.	.
61 — BUENOS AIRES (Pêso)													
1938	5 193	4 801	4 724	4 631	4 751	4 737	4 710	4 731	4 626	4 610	4 243	4 178	4 934
1939	4 229	4 271	4 210	4 360	4 398	4 542	4 641	4 612	4 746	4 736	4 694	4 597	4 503
1940	4 558	4 637	4 682	4 612	4 525	4 422	4 309	4 469		.	.		..
62 — JAPÃO (Ien)													
1938	5 139	5 161	5 158	5 181	5 169	5 200	5 105	5 066	5 031	4 968	4 923	4 884	5 091
1939	4 874	4 896	4 893	5 117	5 185	5 258	5 458	5 427	4 861	4 747	4 725	4 716	5 013
1940	4 710	4 702	4 683	4 666	4 664	4 664	4 664	4 664		.			...

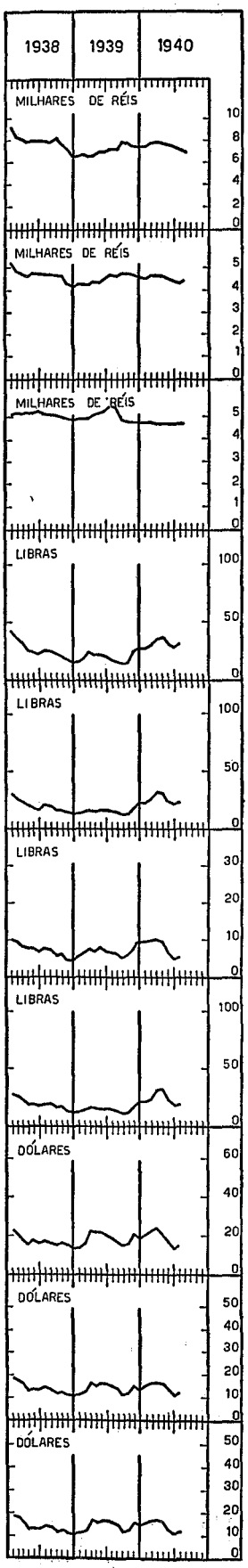
COTAÇÕES MÉDIAS DOS TÍTULOS FEDERAIS

MERCADO DE LONDRES (TÍTULOS DE 100 £)

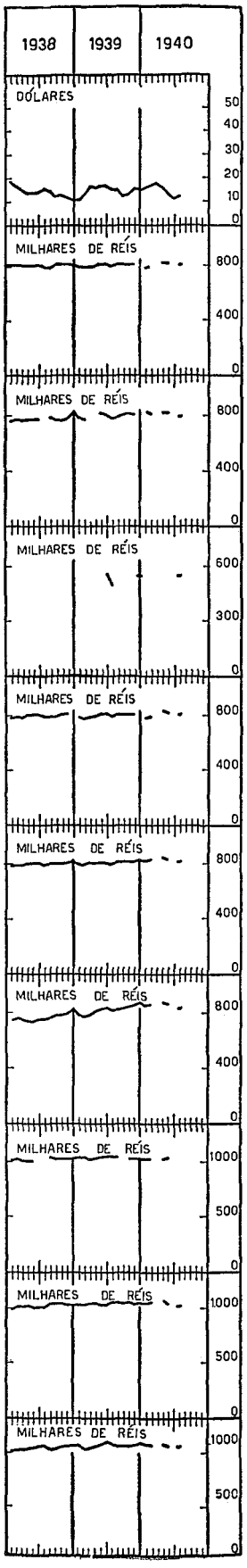
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
63 — FUNDING — 1898 (5 %)													
1938	42 25	36 75	32 50	26 25	24 75	22 00	26 75	26 25	21 25	20 15	18 25	16 75	26 00
1939	16 75	19 00	23 25	21 50	21 50	20 75	18 00	16 25	14 00	14 75	23 75	27 25	19 75
1940	27 25	30 00	35 75	36 50	30 00	28 75	30 50		.			.	...
64 — NOVO FUNDING — 1914 (5 %)													
1938	31 00	27 00	24 25	20 25	19 25	17 50	21 25	20 25	16 25	16 75	14 50	13 50	19 75
1939	13 50	14 50	17 50	16 75	17 25	17 50	15 25	14 25	12 25	12 75	19 00	22 50	16 25
1940	22 50	26 00	32 75	32 00	24 25	22 00	22 50		.	.	.	.	
65 — CONVERSÃO													
1938	10 00	9 25	8 00	7 75	7 50	6 75	7 50	7 25	5 50	6 00	4 75	4 50	7 00
1939	5 50	6 75	7 50	6 75	8 00	6 50	6 25	6 00	5 00	5 25	7 50	9 25	6 75
1940	9 50	9 75	10 00	9 50	6 75	5 00	5 25			.	.		.
66 — FUNDING — 1931 (5 %)													
1938	27 25	25 50	21 50	19 50	19 50	17 25	19.00	19 50	14 75	15 75	12 75	10 75	18 50
1939	10 75	12 75	15 00	14 25	13 50	14 00	13 25	12 25	10 50	10 50	17 50	20 25	13 50
1940	20 25	23 00	30 50	31 00	22 25	18 75	19 50	.	.				...

MERCADO DE NOVA IORQUE (TÍTULOS DE 100 DÓLARES)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
67 — 8 % (1921/41)													
1938	22 36	19 30	17 63	14 87	16 06	15 02	16 11	15 59	14 40	15 10	14 70	12 76	16 09
1939	12 27	15 35	22 12	21 70	21 58	20 25	18 45	16 18	14 69	15.48	20 32	18 20	18 09
1940	20 03	21 47	22 17	20 20	16 27	12 89	14 62	.		.	.		
68 — 7 % (1922/52)													
1938	18 97	17 54	16 11	13 27	13 79	13 36	14 41	13 83	11 90	12 22	11 12	10 12	13 83
1939	10 42	12 23	16 47	15 72	16 37	16 07	15 03	13 94	11.34	11.79	14 58	13 37	13 95
1940	15 68	17 15	17 35	16.42	12 68	10 46	12 10	.	.		.		.
69 — 6 1/2 % (1926/57)													
1938	18 98	17 27	15 93	13 22	13 63	13 18	14.49	13 89	11 58	12 47	11 00	10 05	13 75
1939	10 53	12 25	17 46	16 97	17 22	17 32	15.95	14 35	11 66	12.47	16 00	15 03	14 76
1940	15,86	16 95	17,11	16.01	12.39	10.32	11 91	..	..	.	..	. .	. .



	MESES												Média
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	
70													
	19 06	17 36	15 83	13 32	13 66	13 31	14 45	13 88	11 73	12 39	11 02	10 07	13 78
	10 55	12 26	17 45	16 97	17 31	17 32	15 91	14 35	11 66	12 46	16 00	14 97	14 77
	15 86	16 95	17 15	15 93	12 37	10 38	11 94						
71													
	801	805	802	811	812	810	798	796	802	811	812	812	805
	796	795	791	803	814	810	790	806	809	806	807	—	802
	785	799		822	818	.	800				.		
72													
	775	785	775	780	778	779	—	794	780	776	789	810	783
	780	775	—	—	806	801	782	788	801	805	801	—	793
	810	800		805	805		799	.				.	...
73													
	500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	500
	—	—	—	—	—	565	500	—	—	—	—	550	538
	—	—		—	—		550						
74													
	798	799	797	806	811	810	799	794	799	808	813	—	788
	786	778	782	797	809	810	790	806	807	806	808	—	798
	785	797		823	819		803						
75													
	792	796	796	802	802	817	792	806	811	803	807	826	804
	799	796	808	805	811	813	796	803	810	813	817	822	808
	813	825		831	822		810		.				
76													
	751	762	747	736	733	749	751	766	781	781	793	818	765
	785	777	784	807	821	824	809	819	825	830	847	863	816
	840	854	.	865	851		831						.
77													
	1 004	1 017	1 003	1 011	1 015	—	—	1 046	1 012	1 023	1 020	1 026	1 017
	1 037	1 040	1 010	1 023	1 035	1 041	1 045	1 034	—	1 026	1 025	1 023	1 031
	1 025	1 025		1 021	1 028		—			..			
78													
	998	1 012	1 016	1 036	1 000	1 016	1 027	1 040	1 042	1 043	1 024	1 027	1 025
	1 030	1 034	1 040	1 045	1 013	1 021	1 048	1 044	1 037	1 043	1 011	1 020	1 032
	1 025	1 033		1 060	1 026		1 016						
79													
	1 019	1 010	1 023	1 032	1 040	1 051	1 060	1 040	1 041	1 060	1 071	1 072	1 044
	1 071	1 038	1 041	1 060	1 080	1 097	1 089	1 066	1 076	1 079	1 084	1 117	1 075
	1 105	1 081		1 100	1.098	.	1 091			.	.	.	. .



COTAÇÕES MÉDIAS DOS TÍTULOS FEDERAIS

MERCADO DE NOVA IORQUE (TÍTULOS DE 100 DÓLARES)

70 — 6 1/2 % (1927/57)

COTAÇÃO EM MIL RÉIS DAS APÓLICES E OUTROS TÍTULOS FEDERAIS NA BÔLSA DO RIO DE JANEIRO

APÓLICES

71 — APÓLICES GERAIS (uniformizadas) — 1:000$ — 5 %

72 — EMPRÉSTIMO DE 1903 (ao portador) — 1:000$ — 5 %

73 — TRATADO DA BOLÍVIA (nominativas) — 1:000$ — 3 %

74 — DIVERSAS EMISSÕES (nominativas) — 1:000$ — 5 %

75 — DIVERSAS EMISSÕES (ao portador) — 1:000$ — 5 %

76 — REAJUSTAMENTO ECONÔMICO — 1:000$ — 5 %

OBRIGAÇÕES DO TESOURO

77 — 1921 — 1:000$ — 7 %

78 — 1930 — 1:000$ — 7 %

79 — 1932 — 1:000$ — 7 %

COTAÇÃO EM MIL RÉIS DAS APÓLICES E OUTROS TÍTULOS FEDERAIS NA BÔLSA DO RIO DE JANEIRO

OBRIGAÇÕES DO TESOURO

80 — 1937 — 1:000$ — 6 %

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	900	900	900	900	900	900	900	901	920	920	926	946	908
1939	924	928	929	939	939	948	953	925	929	935	948	954	938
1940	921	922		924	923		885		.		.	.	...

OBRIGAÇÕES FERROVIÁRIAS — 1:000$ — 7 %

81 — 1.ª EMISSÃO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	995	1 012	—	—	—	—	1 020	—	—	—	—	—	1 001
1939	1 020	—	—	—	—	—	1 035	1 040	—	—	—	—	1 032
1940	—						.						.

82 — 2.ª EMISSÃO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 040	—	—	1 040
1939	1 030	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 030
1940	—												

83 — 3.ª EMISSÃO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	986	1 014	1 015	1 033	1 002	1 018	1 023	1 031	1 032	1 044	1 023	1 028	1 021
1939	1 032	1 034	1 040	1 043	1 012	1 022	1 037	1 041	1 036	1 037	1 009	1 016	1 030
1940	1 023	1 034		1 056	1 025		1 018		. .	.			

OBRIGAÇÕES RODOVIÁRIAS — 1:000$ — 7 %

84 — NOMINATIVAS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	—	—	—	—	—	—	—	—	—	700	—	—	700
1939	—	—	—	—	—	750	—	750	—	—	—	760	753
1940	—	700	—	750	—		740						.

85 — AO PORTADOR

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	—	—	—	725	—	725	—	—	—	—	—	—	725
1939	—	—	—	—	717	—	—	—	—	—	—	—	717
1940	—												

TÍTULOS NEGOCIADOS

BÔLSA DO RIO DE JANEIRO

86 — APÓLICES — QUANTIDADE

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	49 359	54 182	62 715	59 507	60 267	63 290	56 742	83 679	93 769	102 555	75 726	94 726	856 517
1939	73 161	58 519	128 203	76 903	92 308	83 845	95 678	114 822	74 485	95 613	94 881	77 526	1 065 944
1940	84 836	79 172	71 661	76 350	83 987	96 484	88 760	82 129	83 138	114 932			

87 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	22 686	29 115	35 392	35 377	30 226	31 921	30 680	37 258	40 373	41 638	33 179	46 951	414 796
1939	31 955	27 891	37 504	31 760	41 171	39 669	41 097	46 721	28 784	41 374	37.841	31 169	436 936
1940	32 331	37 077	32 220	33 833	37 576	47 416	41 817	34 937	36 427	52 750			..

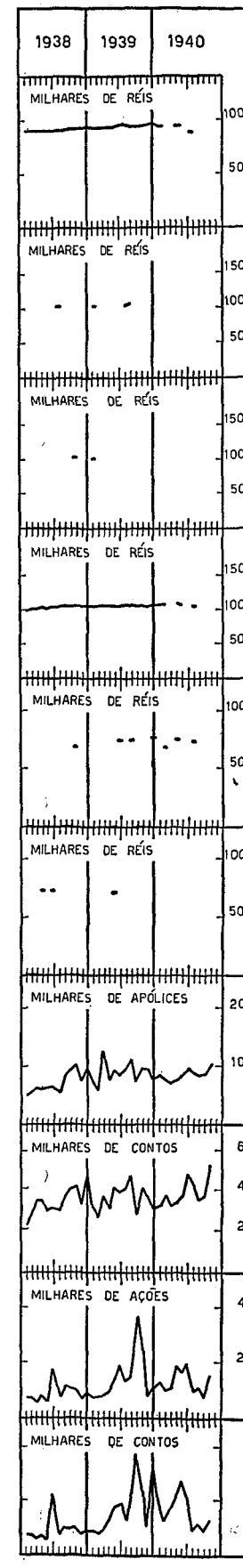
AÇÕES

88 — QUANTIDADE

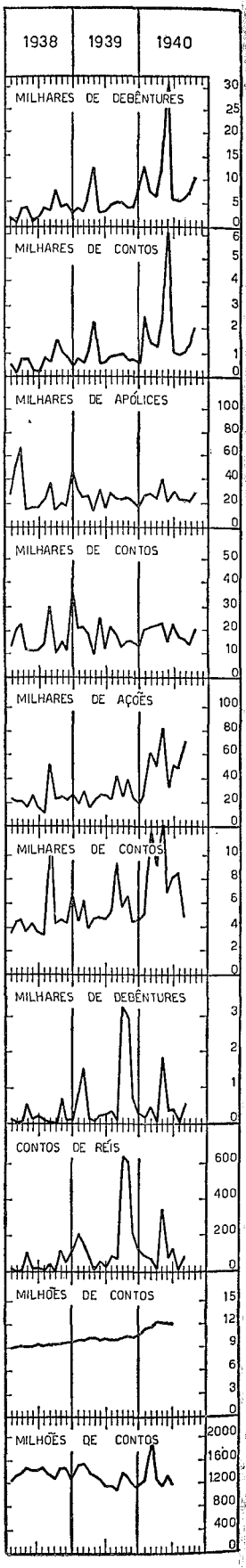
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	6 942	6 148	5 383	7 418	5 277	17 273	7 551	11 785	10 612	9 081	6 717	8 701	102 888
1939	6 791	6 827	7 424	9 122	14 685	18 881	13 222	14 434	36 943	23 536	8 877	11 909	172 651
1940	12 999	9 762	10 706	18 766	16 499	19 371	9 744	10 918	7 474	15 206		..	..

89 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	1 495	1 377	1 116	1 346	1 029	4 252	1.326	1 999	1 827	1 963	1 433	1.768	20 931
1939	1 749	1 652	1 821	2 439	3 465	3 698	2 569	4 440	7 695	4 756	2 023	6 188	42 495
1940	3 911	2.470	3 685	4 404	5.414	4 164	1 860	2 271	1.815	2 655	.	..	...



Anos	MESES I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
TÍTULOS NEGOCIADOS													
BÔLSA DO RIO DE JANEIRO													
DEBÊNTURES													
90 QUANTIDADE													
1938	2 209	853	3 629	3 716	861	1 680	3 781	3 099	8 203	3 778	4 323	2 220	38 352
1939	3 699	2 604	5 184	12 088	2 552	2 623	4 352	4 811	4 816	3 560	3 725	7 703	57 717
1940	12 661	7 366	6 274	11 840	31 340	5 586	5 040	5 882	6 666	10 056			
91 VALOR (contos de réis)													
1938	531	134	707	741	356	334	737	587	1 585	1 048	843	433	8 036
1939	705	511	1 041	2 230	504	530	839	893	915	685	728	1 506	10 087
1940	2 529	1 477	1 260	2 367	6 160	1 043	986	1 165	1 340	2 045			
BÔLSA OFICIAL DE VALORES DE SÃO PAULO													
APÓLICES (Fundos Públicos)													
92 QUANTIDADE													
1938	27 757	52 926	66 447	15 306	17 724	17 208	21 301	37 035	13 563	19 780	16 246	43 715	349 008
1939	30 927	25 079	26 593	13 171	30 389	16 311	29 215	23 434	22 260	25 205	22 859	18 934	284 377
1940	27 602	28 760	24 932	39 078	20 658	29 951	24 699	24 244	20 663	28 032			
93 VALOR (contos de réis)													
1938	13 734	20 331	23 199	12 519	11 634	11 777	14 775	30 067	10 056	15 962	11 916	36 053	212 023
1939	20 768	21 198	18 942	9 088	25 526	13 425	21 997	18 113	13 538	15 054	15 424	13 447	206 520
1940	20 023	21 001	22 719	23 401	15 623	22 726	17 987	16 563	14 595	20 169			
AÇÕES													
94 QUANTIDADE													
1938	24 420	21 974	21 693	17 265	27 085	17 658	15 900	51 479	23 114	26 220	21 005	27 392	295 205
1939	19 786	29 150	16 879	20 760	27 664	26 959	21 326	41 799	24 702	39 027	23 975	20 071	312 098
1940	26 300	60 723	45 896	80 860	33 868	51 136	48 860	70 130					
95 VALOR (contos de réis)													
1938	3 569	4 590	4 761	3 655	4 223	3 665	3 329	10 970	4 167	4 740	4 382	6 525	58 576
1939	4 404	6 014	3 990	4 862	4 974	4 710	5 199	9 327	5 778	6 794	4 548	4 763	65 363
1940	5 057	12 060	9 129	12 803	6 928	8 165	8 581	4 890					
DEBÊNTURES													
96 QUANTIDADE													
1938	139	15	73	542	140	262	100	64	—	698	102	115	2 250
1939	856	1 536	169	63	249	279	374	78	3 303	2 997	694	332	10 930
1940	264	492	64	1 805	364	428	20	527				.	.
97 VALOR (contos de réis)													
1938	23	1	7	104	23	24	10	54	—	120	52	114	532
1939	208	161	72	15	58	27	93	71	653	605	208	126	2 297
1940	91	70	14	345	75	123	7	82		.			
MOVIMENTO BANCÁRIO													
ATIVO E PASSIVO DOS BANCOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS SEGUNDO OS PRINCIPAIS TÍTULOS													
98 EMPRÉSTIMOS E LETRAS DESCONTADAS (mil contos de réis)													**Média**
1938	9 096	9 177	9 313	9 150	9 252	9 734	9 153	9 466	9 747	9 734	9 839	9 942	9 467
1939	10 260	10 263	10 764	10 726	10 460	10 538	10 365	10 411	10 777	10 973	10 734	11 282	10 629
1940	11 253	11 799	12 197	12 101	12 010	12 009							
99 CAIXA EM MOEDA CORRENTE (mil contos de réis)													
1938	1 248	1 361	1 398	1 467	1 453	1 446	1 513	1 361	1 289	1 441	1 444	1 246	1 389
1939	1 538	1 563	1 362	1 307	1 242	1 178	1 177	1 094	1 391	1 317	1 195	1 117	1 290
1940	1 221	1 905	1 273	1.142	1 306	1 180	...	.	...		. .	..	...



MOVIMENTO BANCÁRIO

ATIVO E PASSIVO DOS BANCOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS TÍTULOS

100 — Depósitos (mil contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1938	9 491	9 369	9 827	9 938	10 379	10 897	11 112	10 940	10 938	10 836	11.148	11 665	10 545
1939	12 043	11 650	11 807	11 396	11 662	11 756	11 716	11 874	11 896	11 858	12 060	12 523	11 853
1940	12 605	12 754	12 763	12 692	12 747	12 597			.				

ATIVO E PASSIVO DO BANCO DO BRASIL SEGUNDO OS PRINCIPAIS TÍTULOS

101 — Empréstimos e letras descontadas (mil contos de réis)

1938	2 816	2 813	2 814	2 860	2 860	2 873	2 770	2 770	2 793	2 806	2 832	2 927	2 828
1939	2 907	2 912	3 570	3 606	3 131	3 111	3 161	3 151	3 221	3 243	3 286	3 434	3 228
1940	3 474	3 854	3 918	3 918	3 963	4 010							

102 — Caixa em moeda corrente (mil contos de réis)

1938	676	669	746	724	673	678	701	688	625	635	640	554	667
1939	718	756	773	659	573	513	530	460	712	540	496	362	591
1940	471	588	578	510	403	449						.	

103 — Depósitos (mil contos de réis)

1938	3 060	3 169	3 355	3 454	3 671	3 875	4 093	3 978	4 021	4 172	4 284	4 619	3 813
1939	4 794	4 408	4 576	4 444	4 421	4 313	4 418	4 294	4 247	4 411	4 322	4 500	4 429
1940	4 523	4 502	4 663	4 492	4 534	4 284							

EXPORTAÇÃO

AÇÚCAR

104 — Quantidade (toneladas)

													Total
1938	61	28	47	49	91	16	17	14	19	19	7 759	21	8 141
1939	32 183	200	4 304	3 053	63	1 259	62	6 035	68	159	55	2 038	49 479
1940	2 493	17 839	8 563	32 040	269	1 595	2 725	61	965		.	.	

105 — Valor (contos de réis)

1938	56	30	54	50	61	18	22	18	24	15	2 517	17	2 882
1939	14 543	87	1 867	656	46	532	47	3 113	58	111	52	1 512	22 624
1940	1 446	10 595	4 957	17 365	189	1 145	2 148	57	588			.	

106 — Equivalente em ££ ouro

1938	397	209	377	351	431	132	150	128	167	110	17 792	115	20 359
1939	102 698	617	13 186	4 468	306	3 481	304	19 400	383	740	347	10 000	155 930
1940	9 299	68 213	31 933	111 861	1 218	7 382	13 849	367	3 787				.

ALGODÃO EM RAMA

107 — Quantidade (toneladas)

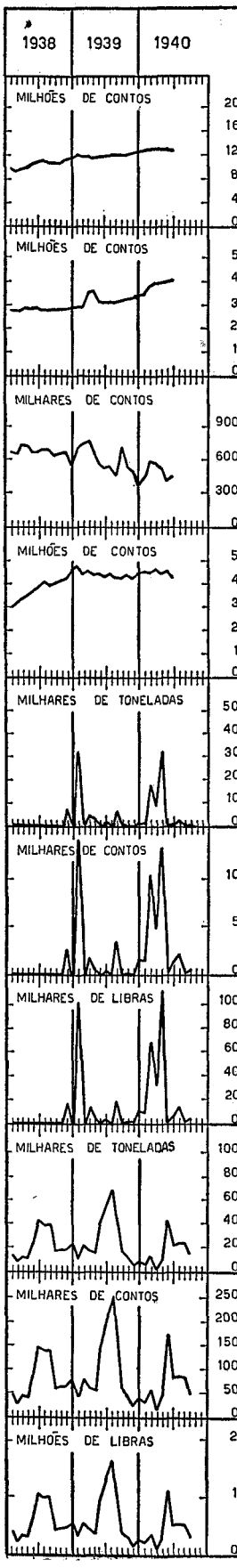
1938	14 501	8 609	12 827	11 362	24 478	42 590	38 290	39 921	16 750	18 056	18 589	22 746	268 719
1939	11 943	21 420	17 693	15 489	40 907	56 414	68 953	46 776	16 162	12 521	5 770	9 491	323 539
1940	7 128	13 350	4 226	10 184	42 203	21 506	23 745	23 784	14 436				

108 — Valor (contos de réis)

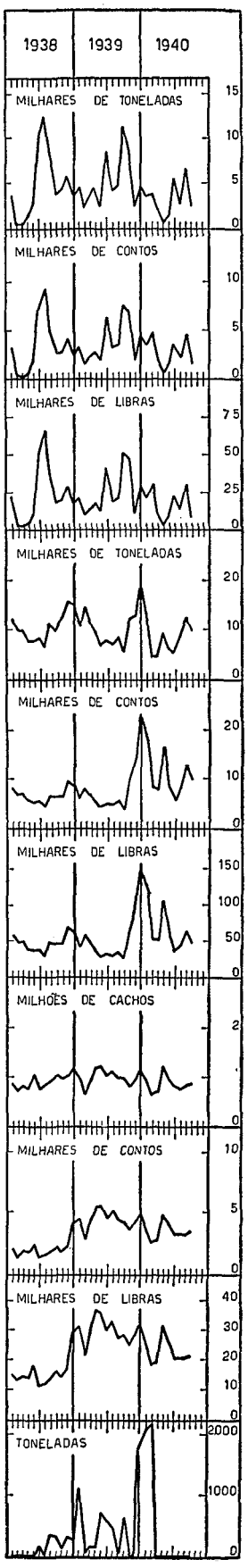
1938	48 118	26 330	44 420	39 517	85 937	147 810	139 293	139 002	58 427	62 093	62 457	76 452	929 856
1939	42 721	78 031	59 300	52 771	145 094	201 838	252 040	168 016	57 185	44 016	20 289	38 118	1 159 419
1940	31 110	58 330	17 777	44 435	172 562	80 228	86 320	84 974	47 003		.		

109 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

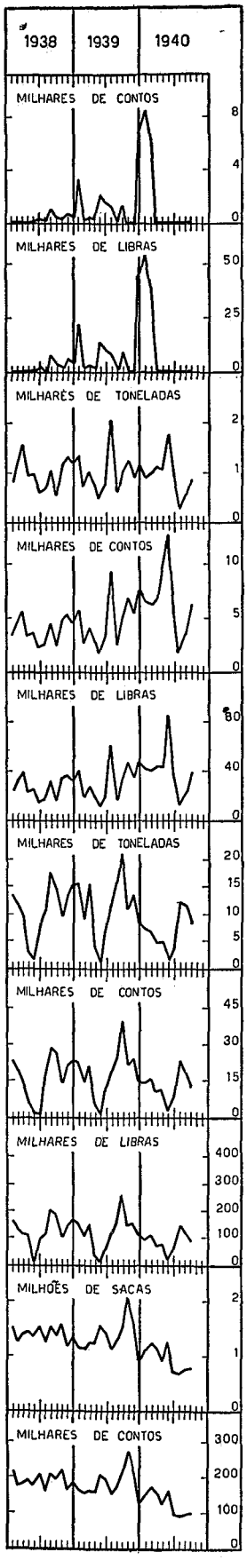
1938	338	185	313	278	607	1 041	982	982	413	439	441	540	6.559
1939	302	551	419	359	972	1 321	1 625	1 047	380	293	130	945	7 644
1940	200	376	115	286	1 112	517	557	548	303	.		...	...



	MESES												Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	
EXPORTAÇÃO													
ARROZ													
110 Quantidade (toneladas)													
	3 663	383	383	1 142	2 864	9 956	12 317	7 925	3 866	4 137	5 791	3 643	56 070
	4 319	2 067	3 234	4 170	2 383	8 571	4 035	4 852	11 301	8 657	2 240	4 574	60 403
	3 646	4 847	2 162	717	1 362	5 422	2 754	6 487	2 474				.
111 Valor (contos de réis)													
	3 050	327	287	702	1 726	7 298	9 220	4 846	2 537	2 731	4 031	2 407	39 162
	3 126	1 450	2 138	2 740	1 899	6 262	3 021	3 473	7 641	7 052	1 929	4 362	45 093
	3 336	4 618	1 920	645	1 307	3 483	2 103	4 636	1 433				
112 Equivalente em 1 000 ££ ouro													
	22	2	2	5	12	51	66	33	18	20	28	17	276
	22	10	15	19	13	41	19	22	51	47	12	28	299
	21	30	12	4	8	22	14	30	9				
BAGAS DE MAMONA													
113 Quantidade (toneladas)													
	12 137	9 830	9 917	7 740	7 807	8 180	6 376	11 036	9 751	12 405	15 687	15 008	125 874
	10 726	14 620	11 824	9 037	6 904	7 955	7 053	8 188	5 416	12 350	12 904	18 295	125 272
	11 938	4 667	4 507	9 051	6 393	5 449	8 049	12 702	9 979				.
114 Valor (contos de réis)													
	8 242	6 705	6 946	5 425	5 211	5 378	4 168	6 605	6 391	6 312	9 661	8 732	79 776
	5 938	8 193	6 577	5 182	4 117	4 964	4 670	5 289	3 650	10 172	14 185	23 057	95 994
	18 158	8 123	7 998	16 419	8 420	5 482	6 750	9 694	7 511				.
115 Equivalente em 1.000 ££ ouro													
	58	47	49	38	37	38	29	47	45	45	68	61	562
	42	58	46	35	28	32	30	33	24	68	91	148	635
	117	52	52	106	54	35	44	63	48				
BANANAS													
116 Quantidade (1.000 cachos)													
	863	709	829	782	1 019	769	863	939	1 047	968	1 105	1 199	11 092
	981	658	989	1 201	1 207	1 017	1 137	967	951	817	970	1 112	12 007
	907	649	723	1 211	967	815	751	805	884				
117 Valor (contos de réis)													
	2 154	1 799	2 072	1 961	2 552	1 549	1 738	1 977	2 230	2 031	2 298	4 196	26 557
	4 414	2 960	4 450	5 401	5 414	4 569	5 096	4 337	4 277	3 718	4 321	4 942	53 899
	3 672	2 768	2 928	4 946	4 076	3 235	3 204	3 193	3 452				.
118 Equivalente em 1.000 ££ ouro													
	15	13	14	14	18	11	12	14	16	14	17	29	187
	31	21	31	37	36	30	33	27	28	25	28	32	359
	24	18	19	32	26	21	21	21	22		..		
BANHA													
119 Quantidade (toneladas)													
	2	2	8	1	2	154	28	345	301	120	309	243	1 515
	1 102	75	158	156	707	555	426	68	604	3	8	1 737	5 599
	2 153	2.274	15	3	8	4	5	10	21				. .



Anos	Meses I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
EXPORTAÇÃO													
BANHA													
120 — Valor (contos de réis)													
1938	10	12	29	5	8	421	105	1 052	587	349	894	691	4 163
1939	3 126	225	444	435	2 037	1 629	1 151	123	1 265	12	29	6 961	17 437
1940	8 447	6 149	44	9	31	16	18	35	54				
121 — Equivalente em ££ ouro													
1938	65	91	206	29	57	2 966	738	7 425	4 159	2 462	6 325	4 876	29 399
1939	22 078	1 595	3 137	2 960	13 612	10 662	7 421	766	8 405	80	184	44 750	115 650
1940	54 317	39 589	286	56	200	102	115	219	348	.		..	
BORRACHA													
122 — Quantidade (toneladas)													
1938	792	1.239	1 568	938	984	594	640	1 043	531	1 181	1 321	1 233	12 064
1939	1 346	701	1 037	715	467	726	2 026	578	992	1 237	889	1 147	11 861
1940	897	991	1 120	1 058	1 757	867	299	559	872	..	.		
123 — Valor (contos de réis)													
1938	3 428	4 584	5 549	3 289	3 571	2 141	2 563	4 470	2 290	4 905	5 246	4 613	46 649
1939	5 672	2 718	4 054	2 778	1 821	3 120	9 251	2.552	5 181	6 881	5 375	7 356	56 759
1940	6 413	6 196	6 703	6 422	13 491	5 277	1.819	3 573	6 099	.		.	
124 — Equivalente em 1 000 ££ ouro													
1938	24	32	39	23	25	15	18	32	16	35	37	33	329
1939	40	19	29	19	12	20	60	16	34	46	35	47	377
1940	41	40	43	41	87	34	12	23	39	.	.		...
CACAU EM BAGAS													
125 — Quantidade (toneladas)													
1938	13 050	11 996	9 460	2 829	1 408	8 604	10 452	17 410	14 714	9 431	13 496	15 038	127 888
1939	15 361	8 999	15 252	3 560	1 118	6 630	11 952	15.592	21 153	10 930	13 359	8 249	132 155
1940	7.279	6 766	4 790	4 916	1 542	3 770	12 075	11 461	8 073				...
126 — Valor (contos de réis)													
1938	23 492	19 736	16 561	5 767	2 382	14 097	16 968	28 374	26 221	14 782	20 915	23 701	212 996
1939	22 507	14 687	21 806	5 785	1 779	10 701	19 190	24 983	39 760	22 356	24 772	16 260	224 586
1940	14 740	16 474	10 677	11 718	3 313	8 282	23 024	17 358	12.811	.	.		.
127 — Equivalente em 1.000 ££ ouro													
1938	165	138	117	41	17	99	119	201	186	104	148	167	1 502
1939	159	104	154	39	12	70	124	156	264	149	159	104	1 494
1940	95	106	69	75	21	53	148	112	83				
CAFE' EM GRÃO													
128 — Quantidade (1.000 sacas de 60 kg)													
1938	1 561	1 285	1 408	1 481	1 386	1 577	1 264	1 578	1 402	1 600	1 202	1 369	17 113
1939	1 171	1 162	1 250	1 245	1 592	1 462	1.151	1 317	1 572	2 062	1 593	921	16 498
1940	1 104	1 327	1 126	924	1 257	737	688	778	798		.		
129 — Valor (1 000 contos de réis)													
1938	219	177	184	193	179	209	163	209	191	221	165	186	2 296
1939	161	157	167	162	208	197	154	178	220	285	217	127	2 233
1940	152	179	153	122	166	94	90	95	99	.	.	.	..



EXPORTAÇÃO

CERA DE CARNAÚBA

140 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	1 316	1 137	1 108	471	730	437	434	538	377	386	906	1 318	9 158
1939	1 185	910	1 059	764	483	506	1 398	352	494	645	649	1 556	10 001
1940	1 408	1 328	873	1 149	470	141	347	175	312			.	.

141 — Valor (contos de réis)

1938	13 984	12 663	12 324	5 120	8 108	4 963	4 835	6 039	4 343	4 392	10 032	14 213	101 016
1939	13 233	9 836	11 415	8 327	5 156	6 032	16 055	4 100	5 660	8 028	8 912	23 425	120 179
1940	21 938	23 486	17 153	23 593	10 202	3 131	7 628	3 301	6 687		.		. .

142 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

1938	98	89	87	36	57	35	34	43	31	31	71	100	712
1939	93	69	81	57	35	39	104	26	38	53	57	151	803
1940	141	151	111	152	66	20	49	21	43				

COQUILHOS DE BABAÇU'

143 — Quantidade (toneladas)

1938	3 231	2 541	2 344	1 906	1 873	1 250	793	1 342	1 790	2 063	3 495	7 576	30 204
1939	6 947	4 736	4 409	3 150	2 379	2 009	5 444	2 648	3 323	4 566	2 713	6 518	48 842
1940	6 664	3 829	4 149	4 886	3 449	2 009	2 683	2 932	2 346				.

144 — Valor (contos de réis)

1938	4 442	3 832	3 781	2 302	2 321	1 471	876	1 584	2 229	2 468	4 360	8 899	38 565
1939	8 118	5 374	5 055	3 659	2 879	2 521	6 388	3 335	4 052	5 528	3 863	8 800	59 572
1940	8 597	4 741	5 110	5 990	4 123	2 441	3 166	3 299	2 527				

145 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

1938	31	28	27	16	16	10	6	11	16	17	31	63	279
1939	57	38	36	25	19	16	41	21	27	37	25	57	392
1940	55	31	33	39	27	16	20	21	16				

COUROS E PELES

146 — Quantidade (toneladas)

1938	4 519	3 393	3 579	4 213	5 902	5 081	5 435	5 596	4 896	5 448	4 643	3 967	56 672
1939	3 120	2 860	5 011	4 125	6 087	7 955	4 594	7 317	2 235	4 900	3 917	4 350	56 471
1940	3 748	4 542	4 246	6 504	4 311	7 825	3 196	2 727	4 372				.

147 — Valor (contos de réis)

1938	17 643	15 576	15 482	16 079	21 473	19 179	19 467	15 953	18 068	18 595	16 020	15 424	208 959
1939	13 357	12 299	20 707	17 513	22 763	30 766	23 532	27 123	12 912	23 047	17 924	24 401	246 344
1940	20 547	24 674	22 148	31 352	19 442	27 563	12 197	8 954	13 667				

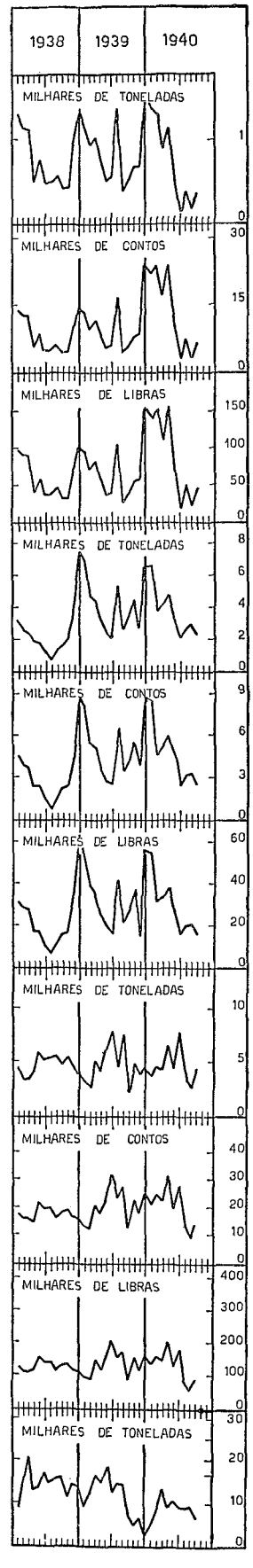
148 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

1938	124	109	109	114	151	135	138	112	128	132	113	109	1 474
1939	94	87	146	119	152	201	152	169	86	153	115	157	1 631
1940	132	159	143	202	125	178	79	58	88				

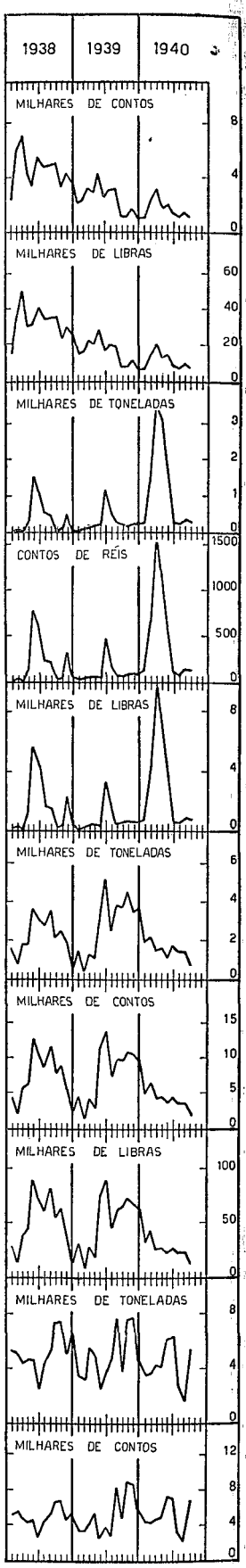
FARELOS

149 — Quantidade (toneladas)

1938	8 008	15 961	20 173	13 781	13 915	16 996	14 507	15 797	15 839	11 568	14 513	14 032	175 090
1939	9 180	12 078	16 301	15 139	18 164	12 810	14 840	14 398	6 638	5 320	6 750	3 372	134 990
1940	4 647	8 634	13 913	8 930	10 071	8 917	8 818	9 310	6 497				.



Anos	MESES I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
EXPORTAÇÃO													
FARELOS													
150 — Valor (contos de réis)													
1938	2 484	6 035	7 114	4 229	3 377	5 642	4 789	4 938	5 029	3 227	4 208	3 630	54 702
1939	2 115	2 447	3 132	2 935	4 224	2 626	3 041	3 045	1 241	1 164	1 808	1 021	28 799
1940	1 034	2 369	3 083	1 949	2 148	1 468	1 226	1 521	1 233				
151 — Equivalente em 1 000 ££ ouro													
1938	16	35	50	30	31	40	34	35	36	23	30	26	386
1939	15	17	22	20	28	17	20	19	8	8	12	7	193
1940	7	15	20	13	14	9	8	10	8			.	.
FARINHA DE MANDIOCA													
152 — Quantidade (toneladas)													
1938	56	91	30	320	1 505	1 105	564	499	76	161	514	91	5 012
1939	85	111	143	181	109	1 191	542	286	236	197	200	222	3 503
1940	284	1 351	3 528	3 123	1 747	242	237	343	281				
153 — Valor (contos de réis)													
1938	36	51	16	144	774	605	242	223	32	49	307	74	2 553
1939	32	40	70	73	56	479	198	89	89	96	100	94	1 416
1940	116	649	1 537	1 233	587	103	89	125	120				
154 — Equivalente em ££ ouro													
1938	250	355	110	1 016	5 462	4 259	1 708	1 577	230	345	2 171	520	18 003
1939	228	283	497	495	378	3 132	1 279	555	591	642	641	602	9 323
1940	748	4 176	9 899	7 939	3 780	662	575	807	773				
FUMO EM FÔLHA E EM CORDA													
155 — Quantidade (toneladas)													
1938	1 632	838	1.812	1 804	3 704	3 099	2 873	3 664	2 198	2 533	1 904	702	26 763
1939	1 424	453	1 268	1 075	3 173	5 107	2 538	3 865	3 782	4 589	3 475	3 731	34 480
1940	1 935	2 170	1 544	1 603	1 105	1 717	1 451	1 422	749	.			. .
156 — Valor (contos de réis)													
1938	4 127	1 937	5 552	6 294	12 696	10 226	8 567	11 766	7 840	8 782	5 513	2 278	85 578
1939	4 394	1 280	4 089	2 894	11 310	13 712	7 273	9 906	9 844	10 945	10 562	9 760	95 969
1940	4 857	6 445	4 096	4 262	3 407	4 021	3 473	3 379	1 798				.
157 — Equivalente em 1 000 ££ ouro													
1938	29	15	39	44	90	72	60	83	56	62	39	15	604
1939	31	9	29	20	76	90	45	62	65	73	68	63	631
1940	31	41	26	27	22	26	22	22	12				.
ERVA MATE													
158 — Quantidade (toneladas)													
1938	5 422	5 168	4 440	4 770	4 759	2 623	4 221	5 374	7 306	7 572	5 005	6 581	63 241
1939	3 501	3 246	5 569	4 974	2 534	3 987	4 862	7 688	3 757	7 648	7 757	4 634	60.157
1940	3 561	3 611	4 292	4 017	6 067	6 345	2 721	1 776	5 519			. .	. .
159 — Valor (contos de réis)													
1938	5 152	5 549	4 707	4 095	4 507	2 578	4 353	5 345	6 572	6 837	4 431	5 252	59 378
1939	3.231	3 228	4 003	5 315	2 484	3 828	4 864	8 260	3 867	8 825	8 658	5 889	62 452
1940	4 302	4 242	4 629	4 803	7 140	7 074	3 189	2 095	6 911	. .	..		...



EXPORTAÇÃO

ERVA MATE

160 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	36	39	33	29	32	18	31	38	46	48	32	37	419
1939	23	23	35	36	17	25	31	51	26	59	56	38	420
1940	28	27	30	31	46	46	21	14	45				

LÃ EM BRUTO

161 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	419	313	584	737	988	856	266	314	103	218	66	506	5 370
1939	609	953	1 048	119	311	262	30	187	—	21	8	87	3 635
1940	91	344	289	484	20	310	94	23	299				

162 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	3 775	2 604	4 548	5 514	7 405	6 223	1 834	2 413	601	1 248	353	3 944	40 462
1939	4 235	6 691	7 616	888	2 392	2 024	186	1 433	—	181	67	826	26 539
1940	816	3 782	3 132	4 529	155	3 082	994	189	2 634				

163 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	27	18	32	39	52	44	13	16	5	9	2	28	285
1939	30	47	54	6	16	13	1	9	—	1	1	5	183
1940	5	24	20	29	1	20	6	1	17				

LARANJAS

164 — Quantidade (caixas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	67 631	—	13 150	544 857	812 584	551 491	389 283	365 047	680 599	1 030 297	804 125	227 979	5 487 043
1939	11 906	—	91 675	853 351	911 633	338 867	395 679	566 250	618 577	798 393	764 682	280 924	5 631 937
1940	37 096	5 738	14 922	102 841	295 990	183 791	113 266	118 363	306 491				

165 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	1 949	—	270	10 913	20 121	10 173	8 087	7 700	13 595	21 071	14 044	4 549	112 472
1939	250	—	1 925	17 920	19 954	7 532	8 207	11 477	12 609	19 074	15 275	5 963	120 186
1940	765	117	298	2 268	5 711	3 677	2 280	2 320	6 283				

166 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	14	—	2	77	142	71	57	55	96	149	99	32	794
1939	2	—	14	122	134	49	53	72	84	127	98	38	793
1940	5	1	2	15	37	24	15	15	40				

MADEIRAS

167 — Quantidade (toneladas)

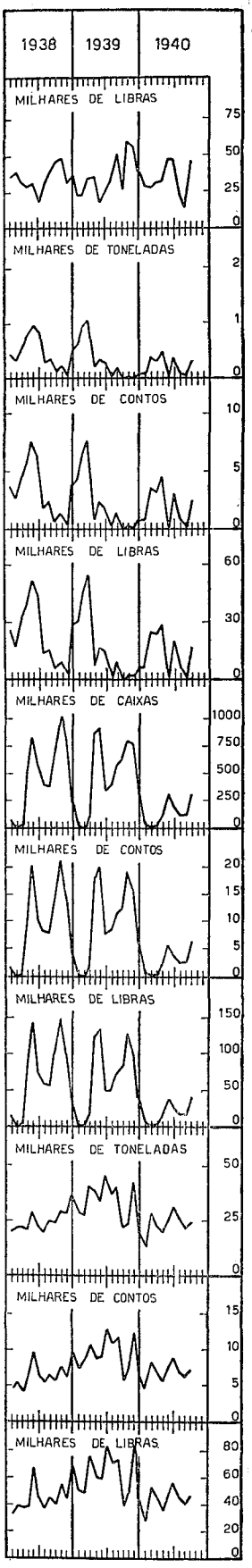
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	19 585	21 722	22 105	20 025	29 163	21 461	19 962	25 833	24 105	30 300	29 308	37 808	301 237
1939	29 143	27 376	40 540	39 684	34 782	46 636	37 610	41 036	22 060	23 987	43 103	18 831	404 788
1940	13 527	29 525	22 063	19 089	25 972	31 262	25 263	20 692	24 369				

168 — Valor (contos de réis)

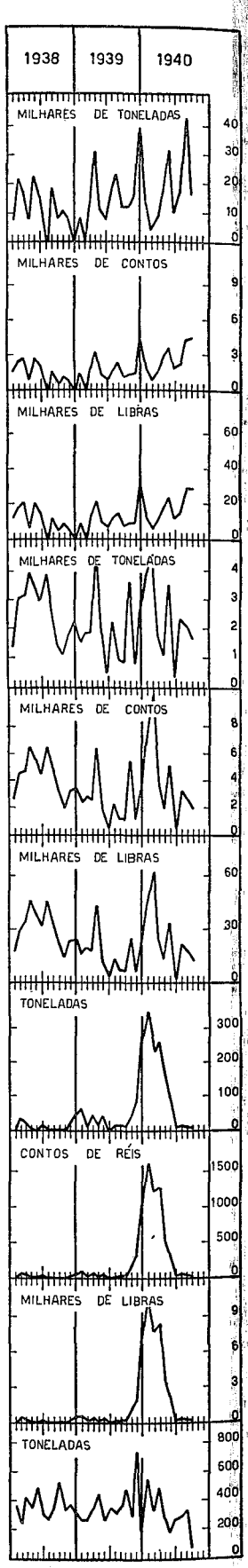
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	4 691	5 455	4 111	6 151	9 605	6 414	5 114	6 348	5 610	7 615	6 158	9 635	76 907
1939	7 093	6 874	10 797	8 764	8 835	12 822	10 860	11 530	5 803	7 150	13 073	6 482	110 083
1940	4 340	8 181	6 946	5 436	7 178	8 908	6 972	6 174	7 140				

169 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	33	38	36	37	67	45	37	44	40	54	43	68	542
1939	50	49	76	60	59	84	70	72	39	48	84	42	733
1940	28	53	45	35	46	57	45	40	46				



Anos	MESES I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
							EXPORTAÇÃO						
							MANGANÊS						
170							QUANTIDADE (toneladas)						
1938	7 417	21 380	17 374	7 993	22 353	15 402	—	18 762	7 823	10 617	7 722	—	136 843
1939	8 991	—	13 889	30 653	11 201	7 880	17 475	23 559	11 075	11 845	14 732	37 703	189 003
1940	14 427	3 860	8 534	16 254	31 272	9 982	16 611	43 131	16 367				
171							VALOR (contos de réis)						
1938	1 582	2 437	2 779	855	2 794	2 010	—	1 519	514	1 086	737	—	16 313
1939	1 139	—	1 874	3 135	1 348	977	1 748	2 260	1 043	1 223	1 256	4 658	20 641
1940	1 861	776	1 504	2 830	3 588	1 742	2 254	4 291	4 401				
172							EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO						
1938	11	17	20	6	20	14	—	11	4	8	5	—	116
1939	8	—	13	21	9	6	11	14	7	8	8	30	135
1940	12	5	10	18	23	11	15	28	28				
							ÓLEO DE CAROÇO DE ALGODÃO						
173							QUANTIDADE (toneladas)						
1938	1 713	3 093	3 151	3 983	3 341	2 985	3 863	2 664	1 454	1 099	1 750	2 178	31 274
1939	1 528	1 827	1 875	4 712	1 793	465	2 207	992	875	3 600	761	2 590	23 225
1940	3 790	4 665	1 723	1 057	3 449	307	2 335	2 047	1 619				
174							VALOR (contos de réis)						
1938	2 598	4 146	4 730	6 456	5 565	4 407	6 418	4 855	3 052	1 958	3 203	3 387	50 775
1939	2 227	2 811	2 591	6 307	1 829	453	2 091	1 112	1 068	5 472	1 058	3 229	30 248
1940	6 988	9 671	3 749	1 978	5 074	321	3 205	2 621	1 846				
175							EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO						
1938	18	29	33	46	39	31	45	34	22	14	23	24	358
1939	16	20	18	43	12	3	13	7	7	36	7	21	203
1940	45	62	24	13	33	2	21	17	12				
							ÓLEO DE MAMONA						
176							QUANTIDADE (toneladas)						
1938	—	35	23	2	—	11	—	—	—	—	23	45	139
1939	63	9	45	15	40	—	11	11	10	40	30	259	583
1940	363	226	259	156	92	3	13	8	6				
177							VALOR (contos de réis)						
1938	—	62	37	4	—	17	—	—	—	—	31	63	214
1939	91	17	60	21	56	—	19	19	36	177	305	1 036	1 837
1940	1 628	1 202	1 261	541	345	13	41	25	18				
178							EQUIVALENTE EM ££ OURO						
1938	—	436	267	28	—	116	—	—	—	—	221	442	1 510
1939	642	121	424	144	372	—	124	121	242	1 177	1 976	6 644	11 987
1940	10 472	7 740	8 127	3 488	2 225	85	262	159	118				
							PIAÇAVA						
179							QUANTIDADE (toneladas)						
1938	357	238	419	350	493	300	263	340	536	332	379	310	4 317
1939	265	266	341	446	265	345	308	365	487	291	740	195	4 314
1940	545	333	484	265	171	240	289	330	76		.	.	



EXPORTAÇÃO

PIAÇAVA

180 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	659	531	837	732	1 136	524	481	707	1 145	658	684	684	8 778
1939	455	547	529	718	498	585	583	652	1 087	703	1 562	487	8 406
1940	1 146	798	1 136	617	386	590	748	767	201				

181 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	5	4	6	6	8	4	3	5	8	4	5	5	62
1939	3	4	4	5	3	4	4	4	7	5	10	3	56
1940	7	5	7	4	2	4	5	5	1				..

TOTAL GERAL

182 — Quantidade (1 000 toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	270	274	286	279	364	364	326	385	343	361	349	332	3 933
1939	353	302	355	345	380	390	428	418	295	326	312	278	4 182
1940	232	253	243	267	315	270	257	252	264				

183 — Valor (1 000 contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	402	338	380	374	454	525	463	522	399	437	383	418	5 095
1939	366	368	405	370	534	595	625	538	444	529	437	405	5 616
1940	404	482	418	445	552	380	367	338	324				

184 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 829	2 370	2 680	2 541	3 574	3 697	3 265	3 687	2 823	3 090	2 710	2 952	35 945
1939	2 583	2 600	2 859	2 515	3 574	3 895	4 031	3 352	2 952	3 524	2 806	2 605	37 296
1940	2 599	3 101	2 695	2 867	3 557	2 450	2 369	2 182	2 087				

IMPORTAÇÃO

ARAME DE FERRO E AÇO (exclusive arame farpado)

185 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	1 984	1 791	1 771	1 319	766	1 267	1 591	1 855	1 316	2 511	1 677	2 753	20 601
1939	3 644	2 077	2 257	2 566	2 640	2 575	2 830	3 514	1 482	911	1 362	2 569	28 427
1940	2 259	2 606	1 961	3 110	1 863	2 296	2 119	1 951	1 762				

186 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	3 776	3 281	3 436	2 215	1 681	2 390	2 653	3 213	2 149	3 760	2 508	4 027	35 089
1939	5 254	2 884	3 132	3 622	3 505	3 766	4 331	5 311	2 367	1 293	2 061	3 914	41 440
1940	3 307	3 865	3 804	5 912	3 516	4 361	3 813	4 140	3 660				

187 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	26	23	24	15	12	17	18	22	15	26	17	27	242
1939	36	20	22	24	23	24	27	31	15	8	13	24	267
1940	20	24	23	36	22	27	23	25	22				

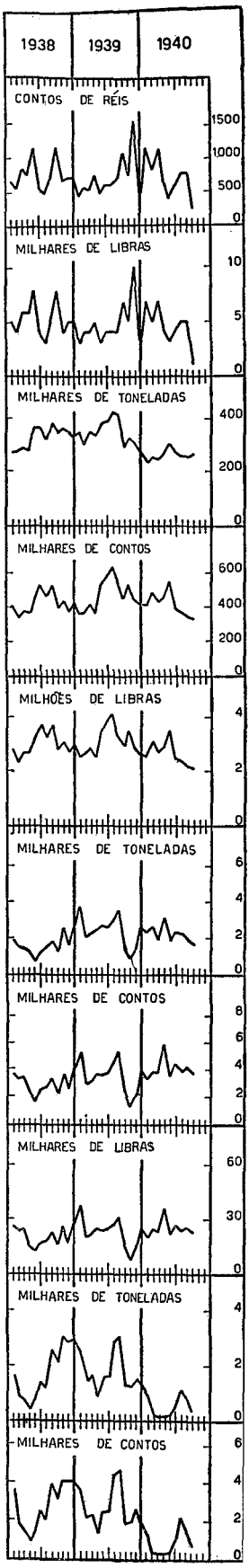
ARAME FARPADO

188 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	1 603	920	755	498	747	1 413	1 236	2 529	2 175	3 012	2 864	2 909	20 661
1939	2 569	1 408	1 649	910	1 595	1 637	2 849	3 011	1 308	1 286	1 533	1 330	21 085
1940	917	240	131	143	210	572	1 175	754	351				

189 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	3 067	1 771	1 420	909	1 204	2 354	2 008	3 895	3 155	4 098	4 044	4 063	31 988
1939	3 644	2 167	2 237	1 377	2 402	2 508	4 306	4 649	1 861	1 901	2 619	1 956	31 627
1940	1 313	376	284	277	382	1 046	2 141	1 369	678				



IMPORTAÇÃO

ARAME FARPADO

190 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	21	12	10	6	8	16	14	27	22	28	28	28	220
1939	25	15	18	9	15	16	26	27	12	12	14	12	201
1940	8	2	2	2	2	6	13	8	4				

AUTOMÓVEIS DE CARGA (caminhões e semelhantes)

191 — Quantidade (um)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	24	31	14	16	20	8	11	13	4	9	5	19	174
1939	13	3	88	8	16	436	21	14	12	22	16	9	658
1940	28	27	17	24	41	15	5	15	4				

192 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	358	483	137	358	503	478	219	354	132	113	59	235	3 429
1939	156	59	1 153	275	226	6 194	302	258	355	620	283	364	10 245
1940	561	730	215	426	1 372	355	86	274	72				

193 — Equivalente em ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 478	3 324	950	2 479	3 490	3 306	1 521	2 448	910	779	410	1 617	23 712
1939	1 072	407	7 949	1 816	1 454	38 722	1 846	1 520	2 226	3 920	1 729	2 223	64 884
1940	3 427	4 468	1 319	2 608	8 412	2 179	530	1 682	444				

AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS, COMPLETOS

194 — Quantidade (um)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	1 620	2 243	943	634	1 018	519	794	910	125	388	904	1 729	11 827
1939	1 242	1 219	1 339	1 098	1 114	797	1 012	789	451	188	1 624	1 148	12 021
1940	2 989	1 560	1 768	808	1 140	1 165	616	147	305				

195 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	18 808	25 127	11 096	7 627	12 298	6 787	10 094	10 809	1 675	5 098	10 533	19 895	139 847
1939	14 000	15 013	15 832	14 022	13 822	11 050	13 536	10 870	6 073	3 605	21 645	15 080	154 548
1940	37.751	20 911	23 014	11 498	14 446	15 142	8 194	2 237	4 008				

196 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	130	172	77	53	85	47	70	75	12	35	73	137	966
1939	96	104	109	92	89	69	83	64	38	23	132	92	991
1940	231	128	141	70	89	93	50	14	25				

AZEITE DE OLIVEIRA

197 — Quantidade (toneladas)

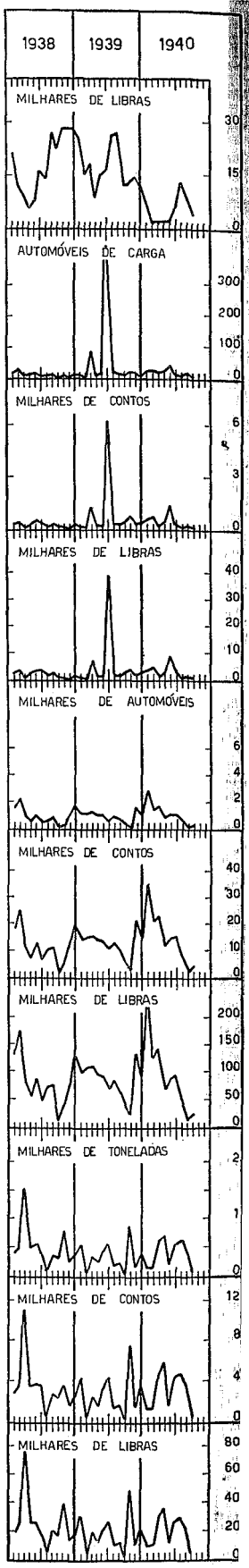
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	410	498	1 544	481	553	375	111	371	319	781	245	382	6 070
1939	553	88	351	271	443	531	216	245	46	890	194	382	4 210
1940	195	196	606	706	227	549	607	399	90				

198 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 929	3 581	11 092	3 696	3 743	2 609	870	2 850	2 421	5 683	1 932	2 583	43 989
1939	4 353	668	2 576	1 860	3 202	4 251	1 649	1 970	368	7 625	1 650	3 250	33 422
1940	1 533	1 567	4 817	5 944	1 789	4 479	4 765	3 502	779				

199 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	20	25	76	26	26	18	6	20	17	39	13	18	304
1939	30	5	18	12	21	27	10	12	2	48	10	20	215
1940	9	10	30	36	11	27	29	21	5				



IMPORTAÇÃO

BACALHAU

200 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	823	2 873	1 462	1 602	343	520	1 273	1 240	978	1 197	1 124	1 912	15 347
1939	2 493	2 549	1 561	1 093	1 036	629	648	837	364	1 525	2 097	1 286	16 118
1940	3 253	2 122	2 543	520	526	788	622	561	1 270				

201 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 278	7 432	4 166	4 241	1 025	1 540	3 282	3 434	2 523	3 008	2 839	4 443	40 211
1939	5 537	5 564	3 989	2 756	2 620	1 609	1 796	2 370	922	4 003	5 223	3 543	39 932
1940	8 271	5 526	6 636	1 449	1 509	2 166	1 709	1 694	3 669				

202 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	16	51	29	29	7	11	23	24	17	21	20	30	278
1939	38	38	28	18	17	10	11	14	6	25	32	22	259
1940	51	34	41	9	9	13	10	10	23				

CÂMARAS DE AR E PNEUMÁTICOS PARA RODAS

203 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	364	343	271	332	313	316	276	234	287	409	410	314	3 869
1939	333	375	343	452	523	382	382	272	163	268	300	435	4 228
1940	413	286	293	304	374	373	187	203	251				

204 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	4 287	4 112	3 362	4 000	3 573	4 001	3 289	2 953	3 448	4 965	5 055	3 870	46 915
1939	5 154	4 701	4 251	5 633	6 652	4 632	5 036	3 645	2 090	3 337	4 169	5 357	54 657
1940	5 139	3 763	3 748	4 158	5 047	4 821	2 653	2 762	3 572				

205 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	29	28	23	28	25	26	23	20	24	34	35	27	324
1939	29	33	29	37	43	28	31	22	13	21	25	33	345
1940	31	23	23	26	31	30	16	17	22				

CARROS PARA ESTRADAS DE FERRO

206 — Quantidade (um)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	294	672	223	26	178	102	49	107	85	120	231	281	2 368
1939	197	167	14	—	—	24	19	13	4	15	7	—	460
1940	10	4	108	213	251	154	308	—	—				.

207 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	12 153	32 025	10 597	1 008	8 860	5 489	5 886	6 811	4 160	4 257	6 118	14 217	111 581
1939	10 796	8 583	448	—	—	5 290	1 668	161	906	376	555	—	28 783
1940	729	382	9 564	15 296	20 446	11 275	23 042	—	—				

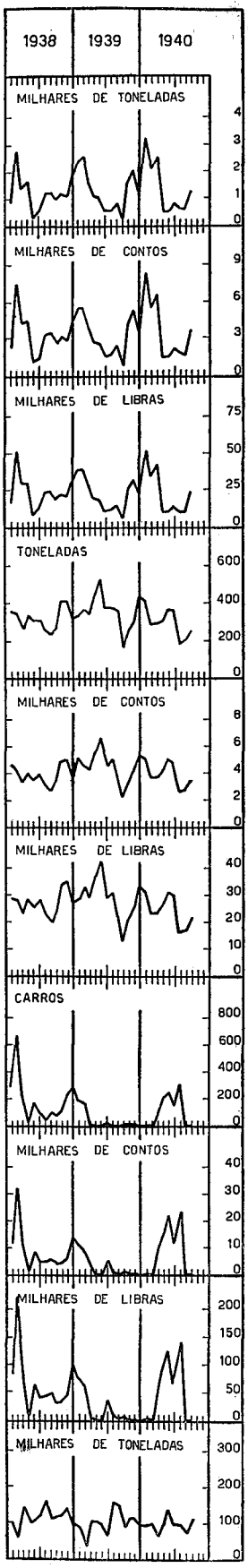
208 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	84	221	73	7	61	38	41	47	29	29	42	98	770
1939	74	59	3	—	—	33	10	1	6	2	3	—	191
1940	4	2	59	94	125	69	141	—	—				

CARVÃO DE PEDRA

209 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	98 073	58 902	144 415	99 060	107 231	120 033	161 535	112 432	116 806	122 550	142 412	98 074	1 381 523
1939	80 271	36 811	105 702	104 993	99 403	64 952	157 056	145 288	88 143	112 649	110 108	95 408	1 200 784
1940	93 200	99 959	65 163	96 200	136 292	94 486	90 843	73 470	113 125				



IMPORTAÇÃO

CARVÃO DE PEDRA

210 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	14 655	8 967	23 297	15 614	18 342	19 553	26 210	19 248	19 356	20 035	23 159	15 410	223 846
1939	12 233	5 163	15 635	15 467	15 537	9 574	25 249	24 581	13 462	21 913	21 117	18 297	198 228
1940	18 179	21 753	14 637	24 394	38 687	25 193	23 502	17 729	24 434				

211 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	101	62	161	108	127	135	182	133	134	138	160	106	1 547
1939	84	35	108	102	100	60	155	145	84	139	129	112	1 253
1940	111	133	90	149	237	155	144	109	150				

COBRE FUNDIDO, LAMINADO OU MARTELADO

212 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	857	504	506	371	732	860	419	594	1 023	190	711	939	7 706
1939	469	618	351	846	533	1 157	232	705	371	778	1 071	2 299	9 430
1940	289	908	784	319	114	1 306	991	353	670				

213 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	4 640	2 845	2 948	1 886	3 399	3 989	2 208	2 911	4 635	998	3 886	4 895	39 240
1939	2 395	2 998	1 811	4 812	2 571	5 823	1 478	3 688	1 984	3 936	5 867	13 464	50 827
1940	1 631	5 748	5 003	2 197	815	7 406	5 511	2 169	3 699				

214 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	31	20	21	13	24	28	15	21	31	7	27	33	271
1939	17	21	13	32	17	36	9	22	12	25	36	80	320
1940	9	35	30	14	5	45	34	13	23				

ENXADAS, PÁS, PICARETAS E SEMELHANTES

215 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	422	241	367	325	234	259	319	240	243	364	323	234	3 571
1939	189	192	256	164	247	239	312	267	98	176	154	167	2 461
1940	115	128	106	96	199	125	143	219	206				

216 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 230	1 264	2 068	1 758	1 422	1 494	1 959	1 478	1 355	2 208	1 837	1 468	20 541
1939	916	1 003	1 328	794	1 274	1 385	1 731	1 534	587	1 058	901	1 054	13 565
1940	703	896	664	587	1 234	725	825	1 429	1 405				

217 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	16	9	14	12	10	10	14	10	9	15	13	10	142
1939	7	7	9	5	8	9	11	9	4	7	7	7	90
1940	5	6	4	4	7	4	5	9	9				

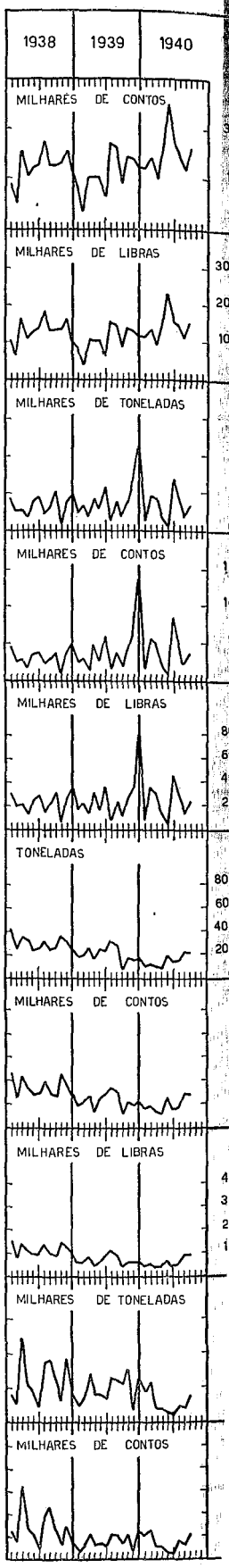
FARINHA DE TRIGO

218 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 425	1 676	7 317	3 313	2 652	1 202	5 217	5 416	3 880	1 952	5 608	2 324	42 982
1939	1 202	2 087	4 173	2 412	2 310	2 017	3 918	3 782	3 396	4 736	936	3 769	34 738
1940	2 665	3 453	1 032	1 068	819	636	1 489	1 130	2 121				

219 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	2 541	1 600	6 533	2 861	2 271	962	3 810	4 787	2 697	1 315	2 959	1 296	33 632
1939	655	1 120	2 145	1 256	1 363	1 160	2 198	2 033	1 306	2 106	695	2 374	18 411
1940	2 035	2 479	1 008	1 074	738	677	1 597	1 117	2 127				



IMPORTAÇÃO

FARINHA DE TRIGO

220 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	18	11	45	20	16	7	26	33	19	9	20	9	233
1939	5	8	15	8	9	7	13	12	8	13	4	15	117
1940	12	15	6	7	5	4	10	7	13				

FERRO EM BARRAS E VERGALHÕES

221 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	4 937	4 218	3 184	1 798	1 525	1 021	1 440	1 395	780	1 250	1 418	1 524	24 490
1939	2 481	1 577	1 290	1 110	1 095	1 189	1 000	1 405	840	236	536	418	13 177
1940	1 125	1 264	1 524	1 149	716	615	621	696	588				

222 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	6 183	5 525	4 187	2 417	1 924	1 271	1 747	1 749	961	1 445	1 623	1 700	30 732
1939	1 936	1 742	1 447	1 379	1 231	1 347	1 913	1 683	926	269	597	510	14 980
1940	1 661	1 598	2 144	1 771	1 081	828	789	949	1 005				

223 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	42	38	29	17	13	9	12	12	7	10	11	12	212
1939	13	12	10	9	8	8	12	10	6	2	4	3	97
1940	10	10	13	11	7	5	5	6	6				

FÔLHA DE FLANDRES EM LÂMINAS

224 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	6 228	3 190	5 622	2 442	2 677	2 042	2 492	2 166	1 474	2 766	3 935	3 676	38 710
1939	4 452	2 469	5 625	3 985	3 826	3 935	5 380	4 673	2 986	3 040	4 078	6.600	51 049
1940	7 257	11 521	7 554	7 343	3 676	3 470	5 172	5 304	3 890				

225 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	14 933	8 131	13 952	5 846	6 543	4 950	6 134	5 281	3 316	6 139	8 199	7 636	91 060
1939	9 525	5 197	11 458	8 434	7 934	8 590	11 879	10 250	6 424	6 480	9 252	14 962	110 385
1940	16 610	27 572	19 046	19 010	9 059	8 361	12 924	13 401	10 141				

226 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	103	56	97	41	45	34	43	36	23	42	57	53	630
1939	66	36	79	56	51	54	73	60	40	41	57	90	703
1940	101	169	117	116	56	51	79	82	62				

GASOLINA

227 — Quantidade (toneladas)

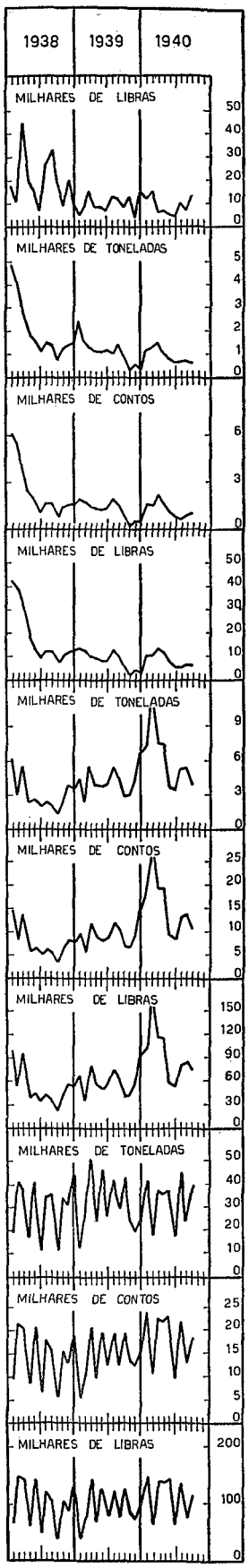
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	19 664	41 672	38 505	16 518	41 677	11 642	35 008	36 254	10 773	34 644	30 267	44 712	361 336
1939	12 142	25 174	50 359	24 770	46 412	26 992	42 141	29 490	43 675	24 618	19 315	24 999	370 087
1940	41 429	17 191	37 489	35 897	37 608	16 663	44 324	23 439	39 179				

228 — Valor (contos de réis)

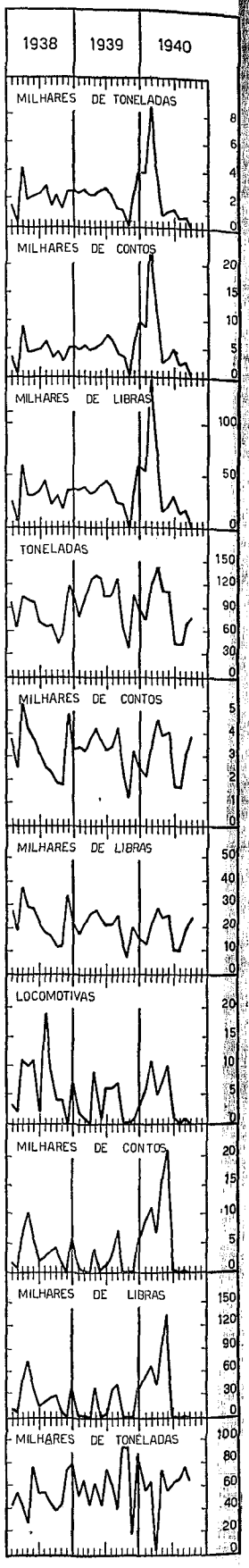
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	9 876	21 582	20 358	8 865	20 330	6 660	17 527	15 505	5 663	15 108	12 717	18 447	172 638
1939	5 069	10 260	20 016	9 896	19 011	12 265	19 184	12 636	19 505	13 039	12 191	15 024	168 096
1940	23 609	10 094	22 170	21 630	22 879	9 793	21 666	12 436	18 022				

229 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	68	148	141	62	140	46	122	107	39	105	88	127	1 193
1939	35	71	138	66	123	77	117	75	122	82	74	92	1 072
1940	144	62	135	133	140	60	133	76	111				



Anos	MESES I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
IMPORTAÇÃO													
JUTA EM BRUTO													
230 — QUANTIDADE (toneladas)													
1938	1 560	379	4 122	1 985	2 056	2 283	2 996	1 446	2 165	1 234	2 509	2 536	25 271
1939	2 445	2 779	2 241	2 228	2 684	2 841	2 368	1 327	1 254	54	1 992	3 931	26 144
1940	3 846	8 401	4 211	907	1 289	1 284	609	629	50				
231 — VALOR (contos de réis)													
1938	3 417	859	8 853	4 289	4 267	4 801	6 230	3 014	4 281	2 521	4 924	5 024	52 480
1939	4 890	5 480	4 489	4 779	5 982	7 115	6 338	3 805	3 344	130	5 223	9 589	61 164
1940	8 690	22 742	11 956	2 438	3 231	4 939	2 321	2 718	211				
232 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO													
1938	24	6	60	30	30	33	43	21	30	17	34	35	363
1939	34	38	31	32	39	44	39	22	21	1	32	59	392
1940	53	139	73	15	20	30	14	17	1				
LÃ EM FIO PARA TECELAGEM													
233 — QUANTIDADE (toneladas)													
1938	98	65	134	105	98	71	65	66	42	52	117	106	1 019
1939	78	100	125	135	128	104	104	127	62	38	106	86	1 193
1940	74	123	143	112	113	42	42	70	78				
234 — VALOR (contos de réis)													
1938	3 891	2 694	5 397	4 170	3 824	3 044	2 538	2 360	1 802	1 707	4 887	3 235	39 549
1939	2 461	3 256	3 801	4 242	3 784	3 378	3 412	4 287	2 002	1 126	3 233	2 510	37 492
1940	2 096	3 621	4 642	3 933	4 045	1 653	1 654	3 031	3 977				
235 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO													
1938	27	19	37	28	27	21	18	16	12	12	34	22	273
1939	17	22	26	28	24	21	21	25	13	7	20	15	239
1940	13	22	28	24	25	10	10	19	24				
LOCOMOTIVAS													
236 — QUANTIDADE (uma)													
1938	3	2	11	10	11	2	19	9	4	4	—	7	82
1939	2	1	—	9	1	6	6	7	—	—	1	3	36
1940	6	11	5	7	10	1	—	1	—				...
237 — VALOR (contos de réis)													
1938	1 792	897	7 099	10 189	5 390	1 953	2 575	3 508	4 057	1 186	—	5 390	44 036
1939	469	233	—	3 869	21	906	2 991	7 124	—	—	30	6 360	22 003
1940	9 104	11 097	6 952	15 462	21 853	115	—	189	—				
238 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO													
1938	12	6	49	71	37	14	18	24	28	8	—	37	304
1939	3	2	—	39	0	6	37	42	—	—	0	39	168
1940	56	68	43	95	134	1	—	1	—				
ÓLEOS MINERAIS USADOS COMO COMBUSTÍVEL													
239 — QUANTIDADE (toneladas)													
1938	41 596	54 807	40 745	28 478	76 794	53 431	55 196	45 024	39 994	43 451	73 583	79 025	632 124
1939	50 040	65 143	43 934	62 043	42 086	74 626	61 032	39 457	93 846	93 160	18 392	80 682	724 441
1940	57 508	63 857	4 010	73 944	55 503	60 663	65 546	76 905	63 565				



IMPORTAÇÃO

ÓLEOS MINERAIS USADOS COMO COMBUSTÍVEL

Anos	MESES I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
240 — Valor (contos de réis)													
1938	6 814	10 167	9 451	4 697	7 456	8 984	8 939	8 866	6 386	6 854	10 257	13 021	111 892
1939	6 887	9 777	6 290	9 743	17 054	12 926	10 346	6 355	20 149	18 747	5 205	16 313	129 792
1940	13 870	16 164	1 464	18 646	14 135	15 059	17 892	17 358	14 410				
241 — Equivalente em 1 000 ££ ouro													
1938	47	70	65	33	121	62	62	61	44	47	71	90	773
1939	47	68	44	64	46	81	64	37	95	119	31	100	796
1940	85	98	9	114	87	92	110	107	88				

ÓLEOS MINERAIS PARA LUBRIFICAÇÃO

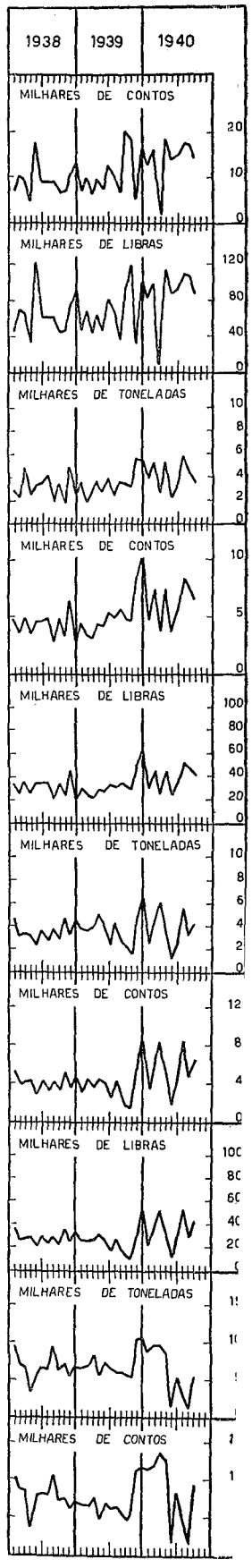
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
242 — Quantidade (toneladas)													
1938	2 985	2 252	4 860	2 456	3 290	3 318	4 140	1 881	3 443	1 804	4 901	2 639	37 969
1939	3 562	1 889	2 783	3 789	2 820	3 833	2 393	3 682	3 489	3 134	5 646	5 550	42 570
1940	3 898	5 164	2 711	5 231	2 116	3 010	5 883	4 327	3 560				
243 — Valor (contos de réis)													
1938	4 808	3 434	4 930	3 567	4 774	4 728	4 827	2 952	4 802	3 222	6 372	2 901	51 317
1939	4 415	3 497	3 104	4 237	4 119	5 263	4 991	5 754	4 874	4 761	8 133	10 039	63 187
1940	4 843	7 339	3 854	7 370	3 793	5 620	8 249	7 453	6 524				
244 — Equivalente em 1 000 ££ ouro													
1938	33	24	34	25	33	33	33	20	33	22	45	20	355
1939	30	24	21	28	27	33	31	34	31	30	50	61	400
1940	30	45	24	45	23	34	51	46	40				

PAPEL PARA IMPRENSA JORNALÍSTICA

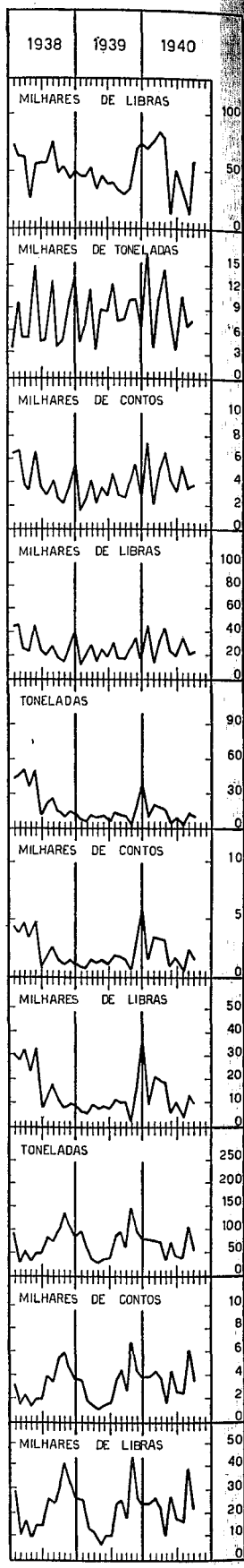
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
245 — Quantidade (toneladas)													
1938	4 714	3 029	3 211	3 194	2 129	3 787	2 801	3 826	2 981	4 739	3 292	4 591	42 294
1939	3 962	3 602	3 933	5 094	4 351	2 594	4 233	2 606	2 092	1 696	4 973	6 401	45 537
1940	2 468	4 333	6 011	3 782	1 115	2 870	5 699	3 146	4 186				
246 — Valor (contos de réis)													
1938	5 298	3 945	4 040	4 159	2 870	4 253	3 298	4 134	3 242	5 118	3 629	4 621	48 607
1939	3 024	4 564	3 701	4 637	4 119	2 520	4 137	2 896	1 980	1 576	5 469	8 402	47 025
1940	3 442	6 024	8 258	5 424	1 922	4 056	8 306	4 773	6 828				
247 — Equivalente em 1 000 ££ ouro													
1938	37	27	28	29	20	29	23	29	22	35	25	32	336
1939	26	25	26	31	27	16	26	17	12	10	33	51	300
1940	21	37	51	33	12	25	51	29	42				

PASTA DE MADEIRA PARA FABRICAÇÃO DE PAPEL

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
248 — Quantidade (toneladas)													
1938	9 765	7 039	6 762	3 218	5 891	6 706	6 536	9 354	6 287	7 140	5 578	6 712	80 988
1939	6 439	6 920	8 255	4 742	7 233	6 598	6 104	6 110	5 667	5 358	10 418	10 543	84 392
1940	8 896	9 660	9 642	8 782	1 181	5 266	3 285	1 220	5 288				
249 — Valor (contos de réis)													
1938	10 298	8 844	8 672	3 719	7 864	8 128	8 044	10 788	7 077	7 562	6 101	7 094	94 191
1939	6 586	6 393	7 613	4 986	6 997	6 069	6 330	5 495	4 664	5 442	11 073	11 755	83 403
1940	11 083	11 934	13 706	12 864	1 725	8 116	5 274	1 828	9 396				



Anos	MESES I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
IMPORTAÇÃO													
PASTA DE MADEIRA PARA FABRICAÇÃO DE PAPEL													
250 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO													
1938	71	61	60	26	55	56	56	74	49	52	42	49	651
1939	45	44	52	33	45	38	39	32	29	34	68	72	531
1940	68	73	84	79	11	50	32	11	58				
QUEROSENE													
251 — QUANTIDADE (toneladas)													
1938	3 421	9 211	5 001	4 928	14 630	4 581	4 633	12 318	3 674	4 643	9 563	12 889	99 492
1939	14 238	6 406	11 459	3 204	8 600	8 436	12 152	7 143	7 252	10 098	10 114	5 460	94 562
1940	16 472	4 000	9 578	14 230	8 407	3 701	10 924	6 947	7 460				
252 — VALOR (contos de réis)													
1938	6 539	6 739	3 708	3 297	6 654	3 524	2 872	4 046	2 581	2 162	3 600	5 632	51 354
1939	1 533	2 607	4 011	2 042	3 671	2 876	4 908	2 960	2 711	3 969	5 601	2 864	39 753
1940	7 417	2 085	5 108	6 774	4 027	3 150	5 314	3 319	3 622				
253 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO													
1938	45	46	26	23	46	24	20	28	18	15	25	39	355
1939	11	18	28	13	24	18	30	17	17	25	34	17	252
1940	45	13	31	42	25	19	33	20	22				
SÊDA EM FIO PARA TECELAGEM													
254 — QUANTIDADE (toneladas)													
1938	43	47	51	36	50	11	20	27	16	10	15	12	338
1939	8	7	12	10	11	8	13	12	11	3	17	37	149
1940	10	20	18	16	5	9	3	12	10				
255 — VALOR (contos de réis)													
1938	4 278	3 861	4 736	3 263	4 811	974	1 773	2 451	1 470	1 030	1 237	1 176	31 060
1939	817	749	1 243	1 122	1 202	1 049	1 754	1 638	1 577	547	2 468	5 699	19 865
1940	1 505	3 362	3 127	3 015	985	1 612	650	2 101	1 631				
256 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO													
1938	30	27	32	23	33	7	12	17	10	7	9	8	215
1939	6	5	9	7	8	7	11	10	10	3	15	35	126
1940	9	21	19	18	6	10	4	13	10				
TECIDOS DE LINHO NÃO ESPECIFICADOS													
257 — QUANTIDADE (toneladas)													
1938	92	30	52	0	48	48	86	76	100	136	109	86	893
1939	96	55	37	27	36	37	84	93	60	145	91	80	841
1940	79	77	74	31	73	42	35	103	52				
258 — VALOR (contos de réis)													
1938	3 200	1 520	2 288	1 263	1 983	1 997	3 935	3 441	5 525	5 977	4 721	3 853	39 703
1939	3 775	1 843	1 533	1 716	1 586	1 664	3 883	4 454	2 795	6 997	4 268	3 883	37 797
1940	3 981	4 382	2 796	1 691	4 391	2 722	2 622	6 184	3 562				
259 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO													
1938	29	10	16	9	14	14	27	24	31	41	22	27	274
1939	26	13	11	7	10	10	24	26	18	44	26	24	239
1940	24	27	23	10	27	17	16	28	22				



IMPORTAÇÃO

TRIGO EM GRÃO

260 — QUANTIDADE (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	104 728	66 904	108 248	75 406	98 020	69 821	83 123	70 279	107 678	77 2	86 262	89 399	1 037 160
1939	59 319	106 710	93 388	88 991	84 823	76 735	109 080	68 931	60 811	90.828	63 954	63 265	966 835
1940	75 052	76 081	94 631	32 599	98 240	58 760	68 233	68 611	86 422				

261 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	75 027	46 008	69 619	44 146	57 536	36 728	42 537	33 846	44 327	29 735	29 253	27 732	536 494
1939	19 040	35 081	32 099	31 457	29 481	27 704	43 631	25 737	21 259	33 413	27 006	27 682	353 590
1940	38 808	40 659	49 423	17 135	54 747	33 834	39 550	43 350	53 043				

262 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	519	317	482	306	399	254	295	234	306	205	202	191	3 710
1939	131	242	221	208	190	173	267	152	133	211	165	169	2 262
1940	237	249	303	105	336	208	243	266	325				

TOTAL GERAL

263 — QUANTIDADE (1 000 toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	432	351	462	329	453	374	476	386	410	418	450	466	5 007
1939	338	365	440	386	414	394	506	432	385	430	359	424	4 873
1940	438	414	332	354	424	342	403	350	399				

264 — VALOR (1 000 contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	510	438	527	393	458	390	407	402	373	421	413	465	5 197
1939	367	387	433	403	420	400	487	480	283	309	417	538	4 984
1940	452	499	497	455	469	393	458	361	368				

265 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	3 534	3 016	3 649	2 722	3 177	2 695	2 819	2 774	2 575	2 901	2 851	3 204	35 917
1939	2 526	2 666	2 983	2 658	2 710	2 502	2 982	2 830	1 774	2 332	2 550	3 289	31 802
1940	2 760	3 054	3 044	2 789	2 874	2 414	2 814	2 213	2 261				

FALÊNCIAS, CONCORDATAS E TÍTULOS PROTESTADOS

PRAÇA DO RIO DE JANEIRO

266 — FALÊNCIAS AJUIZADAS (quantidade)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	23	19	42	21	15	27	40	42	20	34	14	21	318
1939	19	13	28	31	28	25	26	33	25	30	32	29	319
1940	28	15											

267 — CONCORDATAS AJUIZADAS (quantidade)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	3	1	1	3	5	4	1	—	—	2	5	—	26
1939	2	3	3	4	3	3	2	2	3	2	5	3	35
1940	1	1											

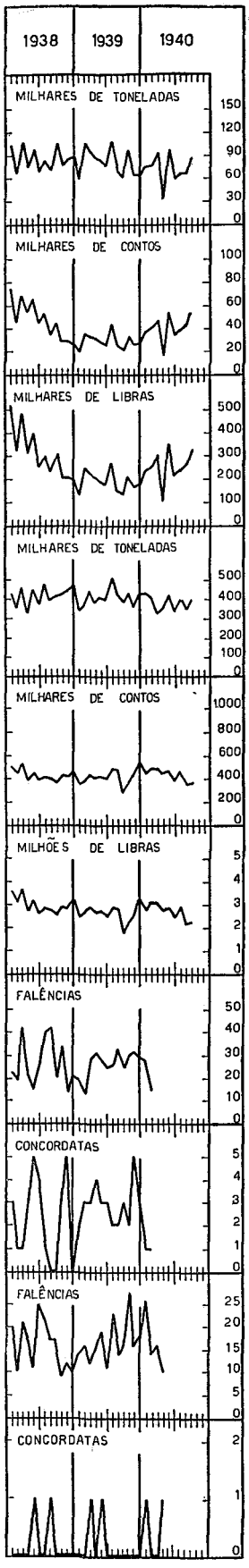
PRAÇA DE SÃO PAULO

268 — FALÊNCIAS DECRETADAS (quantidade)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	20	10	21	17	11	25	21	17	17	9	12	10	190
1939	14	16	12	16	19	11	28	14	16	28	16	18	208
1940	26	14	16	10									

269 — CONCORDATAS PREVENTIVAS HOMOLOGADAS (quantidade)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	2
1939	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2
1940	1	—	—	1									



FALÊNCIAS, CONCORDATAS E TÍTULOS PROTESTADOS

270 — PRAÇA DE SÃO PAULO — TÍTULOS PROTESTADOS (quantidade)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	833	752	720	736	798	757	750	693	573	605	607	655	8 479
1939	719	707	714	640	730	585	686	793	742	830	735	765	8 646
1940	776	662	603	657									

271 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	1 520	897	1 044	1 356	2 738	4 148	1 926	1 214	717	852	878	1 057	18 347
1939	1 428	1 636	727	828	1 058	2 477	1 739	1 500	1 320	1 298	1 505	1 787	17 303
1940	1 481	1 924	1 238	1 205									

CONSUMO

272 — CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO — CONSUMO PARTICULAR (1 000 KWH)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	28 647	26 896	29 716	29 592	30 685	31 422	31 478	31 780	33 298	33 215	32 854	32 281	371 864
1939	32 671	30 552	33 278	32 692	34 213	34 260	33 565	37 167	36 224	36 457	34 199	33 576	408 854
1940	35 699	32 416	34 011	35 204	35 874	34 961	35 356	35 559					

273 — CONSUMO PÚBLICO (1 000 KWH)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	13 158	12 031	13 595	13 375	13 959	13 721	14 137	13 954	13 328	13 690	12 929	13 602	161 479
1939	13 417	12 279	13 781	13 434	14 313	13 796	14 346	14 450	13 725	14 124	13 293	13 753	164 711
1940	13 317	12 708	13 927	13 884	14 628	14 232	14 809	14 627					

CONSUMO DE GÁS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

274 — CONSUMO PARTICULAR (1 000 m³)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	8 186	7 061	7 106	7 745	8 125	8 659	8 783	8 860	9 060	8 593	8 800	8 214	99 192
1939	8 082	7 628	7 371	7 802	8 689	8 919	8 990	9 141	9 318	8 973	8 934	8 968	102 815
1940	8 471	8 270	8 504	8 801	9 404	9 814	9 990	10 256					

CONSUMO DE CARNES VERDES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

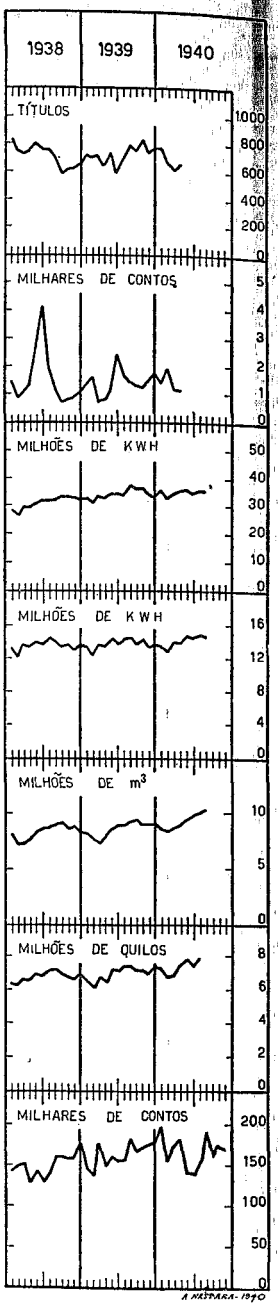
275 — QUANTIDADE (1 000 kg)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	6 363	6 218	6 667	6 597	6 916	6 762	7 145	7 215	6 906	6 765	6 708	6 972	81 234
1939	6 553	6 018	6 899	6 446	7 263	7 102	7 370	7 340	7 196	7 185	6 943	7 318	83 633
1940	7 235	6 738	6 843	7 406	7 849	7 344	7 899						

RECEITA FEDERAL DAS QUATRO PRINCIPAIS REPARTIÇÕES ARRECADADORAS

276 — ARRECADAÇÃO DAS ALFANDEGAS DO RIO DE JANEIRO E SANTOS E DAS RECEBEDORIAS DO DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO (Mil contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1938	142	148	151	129	142	129	140	161	161	159	159	177	1 798
1939	147	135	177	149	160	153	157	183	165	171	174	177	1 948
1940	197	156	175	183	142	141	158	191	162	177	170		



NOTA — Os dados ora divulgados confirmam ou retificam os da edição anterior.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA
ANO I — 1940

ÍNDICE GERAL

BIBLIOGRAFIA

ANUÁRIO DEMOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1939 — Redação — N º 3, pág. 587.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO, de Ilhéus, Baía — Redação — N º 4, pág. 811.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1938 — Redação — N º 2, pág 345.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL, 1938 — Redação — N º 1, pág 147
ANUÁRIO INDUSTRIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1937 — N º 2, pág 346
ASPECTOS AÇUCAREIROS DE PERNAMBUCO, Gileno dé Carli — Waldemar Lopes — N º 2, pág 343
ASSIMILAÇÃO E POPULAÇÕES MARGINAIS DO BRASIL, Emílio Willems — Raul Lima — N º 4, pág 801
BANCO DO BRASIL, RELATÓRIO DE 1939 — Redação — N º 4, pág 807
BANDEIRAS E BANDEIRANTES DE SÃO PAULO, Carvalho Franco — Manuel Diégues Júnior — N º 3, pág. 580
BRASIL - 1939-40 — Redação — N º 4, pág 813
BRASIL E O DISTRITO FEDERAL (O) — Redação — N º 3, pág 586
BRASIL NA ECONOMIA MUNDIAL (O), José Jobim — Raul Lima — N º 2, pág 341
BRAZIL - 1938 (A new survey of Brazilian life) — Redação — N º 1, pág. 146
CAFE' (O), Basílio de Magalhães — Valdemar Cavalcanti — N º 2, pág. 336
COEFICIENTE INSTANTÂNEO DE MORTALIDADE (O), A Pagano — Giorgio Mortara — N º 1, pág 139.
CONQUISTA DO DESERTO OCIDENTAL (A), Craveiro Costa — Tulo Hostílio Montenegro — N º 4, pág 805
CONTINENTE AMERICANO (EL), Josefina Passadori — Raul Lima — N º 2, pág 342.
CRIAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS (A) — Redação — N.º 1, pág 147
DIVERSOS — N º 1, págs 147 a 149; N º 2, págs 349 a 353; N º 3, págs 588 a 590; N º 4, págs 813 a 819
DIVISÃO TERRITORIAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL — Redação — N º 2, pág 344
EDUCAÇÃO E CULTURA, Francisco Campos — Redação — N º 4, pág 806
ELEMENTOS DE ESTATÍSTICA GERAL, Milton da Silva Rodrigues — Manuel Diégues Júnior — N º 1, pág 142
ENSAIOS DE GEOGRAFIA HUMANA DO BRASIL, Pierre Monbeig — Valdemar Cavalcanti — N.º 2, pág 337.
ESPÍRITO DA SOCIEDADE IMPERIAL, Pedro Calmon — Redação — N º 3, pág. 585.
ESTATÍSTICA BANCÁRIA, D. E E do Rio Grande do Sul — Redação — N º 4, pág 811
ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS (A), Joaquim Ribeiro Costa — Redação — N º 1, pág 144.
ESTUDOS ECONÔMICO-ADMINISTRATIVOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ESTADO MODÉRNO (OS), Artur de Souza Costa — Redação — N º 2, pág 348.
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES ECONÔMICOS, do D E E do Rio de Janeiro — Redação — N º 4, pág 810
EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL, J F Normano — Redação — N º 1, pág 143
EXPOSIÇÃO NACIONAL DOS MAPAS MUNICIPAIS (Notícia), I B G E — Redação — N º 4, pág. 813.
FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA, A Carneiro Leão — Manuel Diégues Júnior — N º 2, pág 338
GRANDES EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS DO SÉCULO XX (AS), Charles E Key — Manuel Diégues Júnior — N º 3, pág 580
HISTÓRIA DO BRASIL, (1 º vol), Pedro Calmon — Redação — N º 2, pág 349.
HISTÓRIA GERAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA (3 º vol), Luiz Amaral — Manuel Diégues Júnior — N º 4, pág 800.
INITIATION À L'ANALYSE STATISTIQUE, Léo Dugé de Bernonville — Manuel Diégues Júnior — N º 1, pág 140
LEI ESTATÍSTICA DA DEMANDA DO CAFE' (A), Jorge Kingston — Giorgio Mortara — N.º 3, pág 570.
LEITURAS SOCIOLÓGICAS, Romano Barreto e Emílio Willems — Valdemar Cavalcanti — N º 3, pág. 579.

MARCHA PARA OESTE, Cassiano Ricardo — Redação — N º 3, pág 584
MINAS DO BRASIL E SUA LEGISLAÇÃO (AS), (Geologia Econômica do Brasil), Pandiá Calógeras — Valdemar Cavalcanti — N º 1, pág 143
MINAS GERAIS (AS), Miran M de Barros Latif — Valdemar Cavalcanti — N º 2, pág 338
MUNDO QUE O PORTUGUÊS CRIOU (O), Gilberto Freyre — Valdemar Cavalcanti — N º 4, pág 798
PANORAMA DO SEGUNDO IMPÉRIO, Nelson Werneck Sodré — Valdemar Cavalcanti — N º 2, pág 338
PEDAGOGIA CIENTÍFICA, A M Aguayo — Redação — N º 3, pág 585
PEQUENA HISTÓRIA DAS AMÉRICAS, Afrânio Peixoto — Raul Lima — N º 3, pág 581
PEQUENO ATLAS ESTATÍSTICO DO CAFE', Departamento Nacional do Café — Redação — N º 4, pág 811
PERNAMBUCO E AS CAPITANIAS DO NORTE, J F de Almeida Prado — Manuel Diégues Júnior — N º 2, pág 339
PESQUISA E EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO, S Fróis Abreu — Redação — N º 3, pág 584
POESIA E PROSA DO RECENSEAMENTO, Giorgio Mortara — Redação — N º 2, pág 347
PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE — Redação — N º 3, pág 586
PROCESSOS MONETÁRIOS E O EMPRÉSTIMO PÚBLICO INTERNO COMO RECEITA EXTRAORDINÁRIA DO ESTADO (OS), Abelardo Vergueiro César — Fernando Mibielli de Carvalho — N º 4, pág 802
PROBLEMAS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, Antônio Gavião Gonzaga — Waldemar Lopes — N º 3, pág 581
RELATÓRIO DE 1939, I B G E — Redação — N º 4, pág 812
REVUE DE LA SITUATION ÉCONOMIQUE MONDIALE, Sociedade das Nações — N º 4, pág 812
REVISTAS — Redação — N º 3, pág 590; N º 4, pág 817
RIO SÃO FRANCISCO (O), Geraldo Rocha — Redação — N º 3, pág 583
ROTEIRO DO CAFE' E OUTROS ENSAIOS, Sérgio Milliet — Manuel Diégues Júnior — N º 1, pág 145
SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA, Silas Raider — Redação — N º 4, pág 810
SINOPSE DE BIO-ESTATÍSTICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1938 — Redação — N º 1, pág 145
SINOPSE ESTATÍSTICA DE PÔRTO ALEGRE, 1940, do D E E do Rio Grande do Sul — Redação — N º 4, pág 809
SINOPSE ESTATÍSTICA DO BRASIL, 1938 — Redação — N º 3, pág 585
SOCIOLOGIA EDUCACIONAL, Fernando de Azevedo — Manuel Diégues Júnior — N º 2, pág 340
SOL & BANANA, Raul Bopp e José Jobim — Valdemar Cavalcanti — N º 1, pág 141
STATISTIKA RESUMETO — Redação — N º 3, pág 586
TÁBUAS ITINERÁRIAS (Baía) — Redação — N º 4, pág 810
TESOUROS DA TERRA (OS), Juri Semjonov — Redação — N º 3, pág 582
VIAGEM AO BRASIL, Príncipe Maximiliano — Valdemar Cavalcanti — N º 3, pág 578
VIAGEM À PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, Saint-Hilaire — Valdemar Cavalcanti — N º 2, pág 335

BULHÕES CARVALHO

Editorial — N º 1, anexo, entre as págs 6 e 7
Ver RESENHA, N º 1, pág 188; N º 2, pág 382

COMUNICAÇÕES

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 4, pág 810

DEMOGRAFIA

CORRELAÇÃO ENTRE AS MORTALIDADES POR CÂNCER E POR TUBERCULOSE — Eurico Rangel e Lincoln de Freitas Filho — N º 4, pág 665
CRISE DA FAMÍLIA À LUZ DAS ESTATÍSTICAS — Pe Leonel Franca, S J — N º 1, pág 36
DISPERSÃO DEMOGRÁFICA E ESCOLARIDADE — M A Teixeira de Freitas — N º 3, pág 497
ESQUEMA ANALÍTICO DA LEI DO DESENVOLVIMENTO DEMOGRÁFICO — Aúthos Pagano — N º 1, pág 51
ESTUDOS SÔBRE A UTILIZAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A RECONSTRUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL — Giorgio Mortara — Parte I: *Estimativa do número dos nascimentos* — N º 1, pág 7; Parte II: *Conjeturas sôbre os níveis da natalidade e da mortalidade no Brasil no período 1870-1920* — N º 2, pág 229; Parte III: *Análise dos erros existentes nas distribuições por idade da população do Brasil, baseadas nos censos* — N º 3, pág 443; Parte IV: *Ensaio de ajustamento das tábuas de mortalidade brasileiras calculadas por Bulhões Carvalho* — N º 4, pág 674

INFORMAÇÕES GERAIS

CASAMENTOS E DIVÓRCIOS NOS ESTADOS UNIDOS — N° 4, pág 796.
CENSO DEMOGRÁFICO DA COLÔMBIA — N° 1, pág 179
MOVIMENTO DEMOGRÁFICO DA ARGENTINA — N° 2, pág 333
MOVIMENTO DEMOGRÁFICO DE LIMA — N° 1, pág. 176
MOVIMENTO DEMOGRÁFICO PORTUGUÊS — N° 1, pág 177
POPULAÇÃO DA ALEMANHA (A) — N° 4, pág. 795
POPULAÇÃO DA FRANÇA (A) — N° 4, pág 795
POPULAÇÃO DAS CAPITAIS BRASILEIRAS — N° 1, pág 172.
POPULAÇÃO DE CUBA — N° 1, pág 179
POPULAÇÃO DE GUATEMALA (A) — N° 3, pág 569
POPULAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS — N° 2, pág 332
POPULAÇÃO MUNDIAL EM 1935 — N° 1, pág 175
POPULAÇÃO RURAL DOS ESTADOS UNIDOS — N° 1, pág 177

MASCULINIDADE NO DISTRITO FEDERAL EM 49 ANOS (A) — Sérgio Nunes de Magalhães Júnior — N° 2, pág. 253.
RECURSOS ECONÔMICOS E MOVIMENTOS DAS POPULAÇÕES — Roberto C Simonsen — N° 2, pág 199
Ver BIBLIOGRAFIA — N° 1, pág 139; N° 3, pág 581; N° 4, pág 801

ECONOMIA

À MARGEM DA INDUSTRIALIZAÇÃO — João Jochmann — N° 3, pág 535
ELASTICIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO CAFE' BRASILEIRO (A) — Jorge Kingston — N° 3, pág 432.
EXPORTAÇÃO DO BRASIL EM CONFRONTO COM A DE OUTROS PAÍSES — João Jochmann — N° 1, pág 123.
INFLUÊNCIA DA ECONOMIA AGRÍCOLA NA IDÉIA REPUBLICANA (A) — Manuel Diégues Júnior — N° 1, pág. 104

INFORMAÇÕES GERAIS

AGRICULTURA DO PIAUÍ — N° 1, pág 169
BABAÇÚ DO PIAUÍ (O) — N° 4, pág 785
BALANÇA COMERCIAL DO ESPÍRITO SANTO — N° 2, pág 323.
COMÉRCIO DE AÇÚCAR — N° 3, pág 556
COMÉRCIO DE CABOTAGEM DE SERGIPE — N° 1, pág 167
COMÉRCIO DE LÃ — N° 3, pág 568
COMÉRCIO EXTERIOR DA BAÍA — N° 4, pág 789
COMÉRCIO EXTERIOR DA ESPANHA — N° 4, pág 795
COMÉRCIO EXTERIOR DE PORTUGAL — N° 4, pág 796
COMÉRCIO EXTERIOR DE SALVADOR — N° 2, pág 328
COMÉRCIO EXTERIOR DO JAPÃO — N° 4, pág 796
COMÉRCIO EXTERIOR DO PERÚ, EM 1939 — N° 2, pág 331.
COMÉRCIO EXTERIOR DA DINAMARCA — N° 1, pág 175
COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — N° 1, pág 162
COMÉRCIO EXTERNO DO MARANHÃO — N° 1, pág 164
COMÉRCIO INGLÊS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1939 — N° 1, pág 178.
COMÉRCIO ÍNTER-ESTADUAL — N° 3, pág 554
COMÉRCIO INTERNACIONAL EM 1938 — N° 1, pág 174
CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES NO RECIFE — N° 3, pág 560.
DADOS SÔBRE A EXPORTAÇÃO ALAGOANA — N° 3, pág 561
DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO DO BRASIL (O) — N° 2, pág 318
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA EXPORTAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL — N° 1, pág 166
EM TÔRNO DO CENSO INDUSTRIAL — N° 3, pág 555
ESTATÍSTICAS SÔBRE OS ESTADOS UNIDOS — N° 3, pág 566
ESTRADAS DE FERRO DA AMÉRICA — N° 2, pág 332.
EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR — N° 1, pág 177
EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO — N° 3, pág 557
EXPORTAÇÃO DE GOIAZ — Redação — N° 1, pág 165
EXPORTAÇÃO DE LÃ PELO URUGUAI — N° 1, pág 178
EXPORTAÇÃO DE LARANJAS — N° 2, pág 320
EXPORTAÇÃO DE SERGIPE — N° 4, pág. 788
EXPORTAÇÃO DO AMAZONAS — N° 1, pág 165; N° 3, pág 558
EXPORTAÇÃO DO CEARA' PARA O ESTRANGEIRO — N° 1, pág. 168
EXPORTAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO — N° 3, pág 562

EXPORTAÇÃO DO PARANA' — N º 1, pág 173
EXPORTAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL — N º 3, pág 563
EXPORTAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1939 — N º 1, pág 163
EXPORTAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACRE — N º 3, pág 557; N º 4, pág 785
EXPORTAÇÃO PAULISTA PELAS VIAS TERRESTRES — N º 3, pág. 562.
EXPORTAÇÃO PELO PÔRTO DE FORTALEZA — N º 2, pág 326
EXPORTAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE PARA O EXTERIOR — N º 2, pág 321
EXPORTAÇÕES ARGENTINAS — N º 3, pág 568
EXPORTAÇÕES BOLIVIANAS — N º 1, pág 178
EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO NORTE — N º 3, pág 559
FÁBRICAS DE PAPEL NA ARGENTINA (AS) — N º 2, pág 330
FUMO EM SANTA CATARINA (O) — N º 1, pág 172
IMPORTAÇÃO DE CACAU PELOS ESTADOS UNIDOS — N º 1, pág 177
IMPORTAÇÕES DA BOLÍVIA — N º 3, pág. 567
INDÚSTRIA AÇUCAREIRA MUNDIAL — N º 2, pág 327
INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS EM SANTA CATARINA — N º 2, pág 324
INDÚSTRIA ERVATEIRA NA ARGENTINA (A) — N º 3, pág. 567
INDÚSTRIA FLORESTAL SUECA (A) — N º 2, pág 331
INDÚSTRIA SIDERÚRGICA — N º 3, pág. 556
INDÚSTRIA SIDERÚRGICA EM MINAS GERAIS (A) — N º 1, pág 173
INTERCÂMBIO COMERCIAL DE PERNAMBUCO COM O ESTRANGEIRO — N º 2, pág 323
INTERCÂMBIO COMERCIAL DO ESPÍRITO SANTO — N º 1, pág 165
INTERCÂMBIO DE CUBA COM A AMÉRICA DO SUL — N º 2, pág 332
JAPÃO E A CULTURA ALGODOEIRA (O) — N º 1, pág 178
PECUÁRIA EM GOIAZ (A) — N º 2, pág 326
PERÚ E SEU COMÉRCIO EXTERIOR (O) — N º 1, pág 176
PESCA EM PERNAMBUCO (A) — N º 4, pág 787
PODER AQUISITIVO DOS SALÁRIOS INDUSTRIAIS — N º 4, pág 792
PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE MATO GROSSO — N º 1, pág 168
PRODUÇÃO ALGODOEIRA EM ALAGOAS — N º 1, pág 167
PRODUÇÃO DE CAFE' NO ESPÍRITO SANTO — N º 1, pág 169
PRODUÇÃO DE CIMENTO NO PAÍS — N º 2, pág 319
PRODUÇÃO DE CÔCOS EM SERGIPE — N º 2, pág 325
PRODUÇÃO DE DIATOMITO NO NORDESTE (A) — N º 4, pág 786
PRODUÇÃO DO MILHO NA PARAÍBA (A) — N º 4, pág 786
PRODUÇÃO E COMÉRCIO MUNDIAIS DE MINÉRIO DE FERRO — N º 4, pág 794.
PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS — N º 2, pág 320
PRODUÇÃO MUNDIAL DE AUTOMOTORES — N º 3, pág 565
PRODUÇÃO MUNDIAL DE CEREAIS E LINHO — N º 1, pág 176
PRODUÇÃO MUNDIAL DE TRIGO — N º 3, pág 565
PRODUTOS QUÍMICOS — N º 3, pág 568.
QUANTIDADE E VALOR DO COMÉRCIO DE CABOTAGEM EM 1938 — N º 1, pág 164
RACIONALIZAÇÃO DA LAVOURA BRASILEIRA (A) — N º 2, pág 319
RECUPERAÇÃO ECONÔMICA FLUMINENSE (A) — N º 4, pág 791
REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS EM GOIAZ — N º 4, pág 792
RESERVAS DE OURO — N º 1, pág 176
SEIS MESES DE COMÉRCIO EXTERIOR — N º 3, pág 554
SÔBRE O CUSTO DA VIDA NO INTERIOR DO AMAZONAS — N º 2, pág 325
VALORES ECONÔMICOS DE MINAS GERAIS — N º 3, pág 564

RECURSOS ECONÔMICOS E MOVIMENTOS DAS POPULAÇÕES — Roberto C Simonsen — N º 2, pág 199
SÔBRE A DETERMINAÇÃO ESTATÍSTICA DA LEI DA DEMANDA DO CAFÉ — Jorge Kingston — N º 4, pág 723
Ver BIBLIOGRAFIA — N º 1, págs 141, 143, 145; N º 2, págs 342, 343; N º 3, pág 570; N º 4, págs 800, 810, 812

EDUCAÇÃO

ALGUNS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO PRIMARIA BRASILEIRA — Lourenço Filho — N º 4, pág 649
DISPERSÃO DEMOGRÁFICA E ESCOLARIDADE — M A Teixeira de Freitas — N º 3, pág 497
ESTATÍSTICA E EDUCAÇÃO — Lourenço Filho — N º 1, pág 66
EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO BRASILEIRO (A) — M A Teixeira de Freitas — N º 4, pág 697

INFORMAÇÕES GERAIS

ENSINO PRIMARIO NO PIAUÍ (O) — N.º 3, pág 559.
ESTATÍSTICAS ESCOLARES DE SÃO PAULO — N º 1, pág 170

TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA — Lourenço Filho — N.º 2, pág 257.
Ver BIBLIOGRAFIA — N º 2, pág 340; N º 3, pág. 585; N º 4, págs 806; 810.

ESTATÍSTICA

COOPERAÇÃO DISCIPLINADA E OS RECENTES PROGRESSOS DA ESTATÍSTICA NO BRASIL (A) — H E Alvim Pessoa — N º 1, pág 86
CRISE DA FAMÍLIA À LUZ DAS ESTATÍSTICAS — Pe Leonel Franca, S J — N º 1, pág 36
ERROS E ILUSÕES NO USO DA ESTATÍSTICA — Milton da Silva Rodrigues — N º 1, pág 29.
ESQUEMA FUNDAMENTAL DA ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA — N º 1, anexo, entre as págs. 6 e 7
ESTUDOS SÔBRE A UTILIZAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A RECONSTRUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL — Giorgio Mortara — Parte I: *Estimativa do número dos nascimentos* — N º 1, pág 7; Parte IV: *Ensaio de ajustamento das tábuas de mortalidade brasileiras calculadas por Bulhões Carvalho* — N º 4, pág 674
ESTATÍSTICA E EDUCAÇÃO — Lourenço Filho — N º 1, pág 66
ESTATÍSTICA E O RECENSEAMENTO, DO PONTO DE VISTA DO MUNICÍPIO (A) — O Alexander de Morais — N º 3, pág 473

HISTÓRIA

BREVE NOTÍCIA SÔBRE A ESTATÍSTICA COMERCIAL BRASILEIRA — Felipe Nery — n º 4, pág 743
ESTATÍSTICAS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO — N º 2, pág 293.
LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS NO BRASIL COLÔNIA, 1797 — N º 3, pág 552.
RESUMO HISTÓRICO DA ESTATÍSTICA NO PARANÁ — Delly de Carvalho — N º 2, pág 295
RESUMO HISTÓRICO DA ESTATÍSTICA NO RIO GRANDE DO SUL — Albano de Oliveira — N º 4, pág 754
Ver LEGISLAÇÃO — N º 1, págs 150/161; N º 2, págs 354/369; N º 3, págs 592/598; N º 4, págs 820/828

INFORMAÇÕES GERAIS

COROGRAFIA E ESTATÍSTICA — N º 4, pág 784.

METODOLOGIA

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SÔBRE SÉRIES ESTATÍSTICAS A DUAS DIMENSÕES — Luiz Galvani — N º 1, pág 17.
DISTRIBUIÇÃO EFETIVA E DISTRIBUIÇÃO NORMAL DE UM FENÔMENO — Pedro Egídio de Carvalho — N º 3, pág 486.
ESTATÍSTICA SEGUNDO OS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO ADOTADOS (A) — O Alexander de Morais — N º 3, pág 550.
GRÁFICO DE ESCALA LOGARÍTMICA (O) — Lauro Sodré Viveiros de Castro — N º 1, pág 134
PAPEL DE PROBABILIDADES (O) — Theodore Henry Brown — N º 2, pág. 277
PARTICULARIDADES ATINENTES À DETERMINAÇÃO DA MEDIANA — O. Alexander de Morais — N º 4, pág. 741.
PROBLEMAS DAS PROVAS REPETIDAS (O) — Pedro Egídio de Carvalho — N º 4, pág. 694
TEOREMA DE BERNOUILLI E LEI DOS GRANDES NÚMEROS — Filippo Virgilii — N º 2, pág. 292

ORGANIZAÇÃO

CADASTRO AGRÍCOLA NACIONAL — Afrânio de Carvalho — N º 2, pág 301.
ESTATÍSTICA POLICIAL-CRIMINAL E SUAS DIRETRIZES TÉCNICO-CIENTÍFICAS (Sugestões do Serviço de Estatística Policial do Estado de São Paulo) — N º 4, pág 765
SUGESTÕES SÔBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESTATÍSTICA DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE (1822) — Francisco Xavier Ferreira — N º 1, pág 137
Ver LEGISLAÇÃO — N º 1, págs 150/161; N º 2, págs 354/369; N º 3, págs 592/598; N º 4, págs 820/828

PRECISÃO E EXATIDÃO — Benedito Silva — N.º 3, pág 489.
SÉRIES ESTATÍSTICAS — N º 2, pág 389; N º 3, pág. 619; N.º 4, pág. 839.
SÔBRE A DETERMINAÇÃO ESTATÍSTICA DA LEI DA DEMANDA DO CAFE' — Jorge Kingston — N.º 4, pág. 723.
Ver BIBLIOGRAFIA — N º 1, págs 140, 142, 144, 145, 147; N º 2, págs 345, 346; N º 3, págs 585, 586, 587; N º 4, págs 809 e 811

FINANÇAS

DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO NO QUINQUÊNIO 1935/1939 (AS) — Departamento Administrativo do Serviço Público — N.º 4, pág. 727.

INFORMAÇÕES GERAIS

DEPÓSITOS DE ECONOMIA POPULAR — N º 4, pág 784
ORÇAMENTO DA REPÚBLICA PARA 1940 — N º 1, pág 172.
SÔBRE A ARRECADAÇÃO DO AMAZONAS — N º 4, pág. 785.
SÔBRE A "MOEDA NEUTRA" — Montgomery D Anderson — N.º 3, pág 528
Ver BIBLIOGRAFIA — N º 4, págs 802, 807, 811.

GEOGRAFIA

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 2, págs. 337, 342; N º 3, págs 580, 582 e 583
Ver INFORMAÇÕES GERAIS — N.º 4, pág. 784.

HISTÓRIA

INFLUÊNCIA DA ECONOMIA AGRÍCOLA NA IDÉIA REPUBLICANA (A) — Manuel Diégue Júnior — N º 1, pág 104
Ver BIBLIOGRAFIA — N º 4, pág. 798.

INFORMAÇÕES GERAIS

BRASIL — N º 1, págs 162/174; N.º 2, págs 318/327; N.º 3, págs 554/565; N º 4, págs 784/792
ESTRANGEIRO — N º 1, págs. 174/179; N º 2, págs. 327/334; N.º 3, págs. 565/569; N.º 4, págs. 792/797.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

DIRETRIZES FUNDAMENTAIS DA ESTRUTURA E ATUAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — José Carlos de Macedo Soares — N.º 2, pág 195.
ESQUEMA FUNDAMENTAL DA ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA — N º 1, anexo, entre as págs 6 e 7.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E A SEGURANÇA NACIONAL (O) — M A Teixeira de Freitas — N º 1, pág. 100.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E OS GOVERNOS REGIONAIS (O) — M A Teixeira de Freitas — N.º 2, pág. 270
Ver BIBLIOGRAFIA — N º 4, págs. 812 e 813.
Ver LEGISLAÇÃO — N º 1, págs. 150, 155, 156; N.º 3, págs. 592, 599, 614.

LEGISLAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Ementário das resoluções de ns 1/27, aprovadas pela Assembléia Geral de 1936 — N.º 1, pág. 156.

— Ementário das resoluções de ns 28/66, aprovadas pela Assembléia Geral de 1937 — N º 2, pág. 365.

— Ementário das resoluções de ns 67/110, aprovadas pela Assembléia Geral de 1938 — N º 3, pág 596.

— Ementário das Resoluções de ns 111/162, aprovadas pela Assembléia Geral de 1939 — N º 4, pág 821

— Resolução n º 57, da Assembléia Geral de 1938 — (Elaboração das monografias estatístico-descritivas municipais) — N.º 4, pág. 824.

— Resolução n º 76, da Assembléia Geral de 1938 — (Classificação geral do ensino para fins da estatística) — N º 2, pág. 367

— Resolução n º 127, da Assembléia Geral de 1939 — (Sugestões sôbre a política brasileira de assistência social) — N º 1, pág 157

— Resolução n º 135 da Assembléia Geral de 1939 — (Os princípios fundamentais do regime atual da estatística brasileira) — N º 1, pág 159

— Resolução n º 139 da Assembléia Geral de 1939 — (Recomendação sôbre o memorial dirigido ao Conselho Nacional de Educação pelo Diretor da Repartição de Estatística do Ministério da Educação e Saúde) — N º 1, pág. 161.

— Resolução n º 140 da Assembléia Geral de 1939 — (Elaboração do Vocabulário Brasileiro de Estatística) — N º 3, pág. 598

GOVÊRNO FEDERAL — Decreto-lei n º 218, de 26 de Janeiro de 1938 (Mudança de denominação do I N E) — N º 1, pág 155.

— Decreto n.º 1 022, de 11 de Agosto de 1936 (Ratificação da Convenção Nacional de Estatística) — N º 2, pág 354

— Decreto n º 1 200, de 17 de Novembro de 1936 (Constituição e funcionamento do Conselho Nacional de Estatistica) — N º 3, pág 592.

— Decreto-lei n º 1 360, de 20 de Junho de 1939 (Padronização das repartições centrais do I B. G E) — N º 4, pág 820

— Decreto-lei n º 1 585, de 8 de Setembro de 1939 (Nova denominação da repartição de estatística do Ministério de Educação e Saúde) — N º 4, pág 821.

— Decreto n º 24 609, de 6 de Julho de 1934 (Criação do Instituto Nacional de Estatística) — N º 1, pág. 150

MUNICÍPIO

ESTATÍSTICA E O RECENSEAMENTO, DO PONTO DE VISTA DO MUNICÍPIO (A) — O Alexander de Morais — N º 3, pág. 473.
PAPEL DO MUNICÍPIO ENTRE OS ELEMENTOS FORMATIVOS DO ESPÍRITO DA NACIONALIDADE (O), — Andrade Bezerra — N º 2, pág. 243.

RECENSEAMENTO

ASPECTOS INTERNACIONAIS DO RECENSEAMENTO (OS) — Giorgio Mortara — N º 3, pág. 421
CARÁTER CONFIDENCIAL DAS INFORMAÇÕES — Redação — N º 1, pág 189

INFORMAÇÕES GERAIS

BRASIL E O PROBLEMA DO DESEMPRÊGO (O) — N º 2, pág. 318
EM TÔRNO DO CENSO INDUSTRIAL — N º 3, pág 555.
SEM-TRABALHO NOS ESTADOS UNIDOS (OS) — N º 2, pág. 329.

ESTATÍSTICA E O RECENSEAMENTO, DO PONTO DE VISTA DO MUNICÍPIO (A) — O. Alexander de Morais — N º 3, pág 473.
ESTUDOS SÔBRE A UTILIZAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A RECONSTRUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL — Giorgio Mortara — Parte I — N º 1, pág 7; Parte II — N º 2, pág 229; Parte III — N º 3, pág. 443; Parte IV — N º 4, pág 674
Ver BIBLIOGRAFIA — N.º 2, pág 347
Ver RESENHA — N º 3, pág 600; N º 4, pág 829

RESENHA

ATIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — N º 1, pág. 183.
BIBLIOTECA CENTRAL DQ I B. G E — N º 1, pág 182
BULHÕES CARVALHO — N º 1, pág. 188
CAMPANHA DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS (A) — N º 4, pág 829.
CENTENÁRIO DA "AMERICAN STATISTICAL ASSOCIATION" — N º 1, pág 181
CONGRESSO DE PREFEITOS DO ESPÍRITO SANTO — N.º 2, pág. 384
CURSO DE FÉRIAS — N º 1, pág. 184
ESTATÍSTICAS DAS CORRENTES INTERNAS DE COMÉRCIO — N.º 3, pág 607
GUSTAVO GODOY FILHO — N º 4, pág 838.
HOMENAGEM AOS CHEFES DOS GOVERNOS REGIONAIS — N.º 1, pág 180
HOMENAGENS À MEMÓRIA DO FUNDADOR DA ESTATÍSTICA GERAL BRASILEIRA — N º 2, pág 382

HOMENAGENS PRESTADAS PELO I B G E — N.º 3, pág 614
IGREJA CATÓLICA E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (A) — N º 3, pág 599
INSPEÇÃO AOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS, ESTATÍSTICOS E CENSITÁRIOS REGIONAIS — N º 3, pág 613
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA NA EXPOSIÇÃO DO LIVRO BRASILEIRO (O) — N º 4, pág. 831
INSTITUTO ÍNTER-AMERICANO DE ESTATÍSTICA — N º 3, pág 603
NÃO SE REUNEM, ÊSTE ANO, AS ASSEMBLÉIAS DOS DOIS CONSELHOS DO I B G E — N º 3, pág. 614.
NONO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — N º 1, pág 184; N º 3, pág 601
OITAVO CONGRESSO CIENTÍFICO AMERICANO — N º 2, pág 376.
PADRONIZAÇÃO DAS DENOMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS — N º 1, pág. 182.
PALÁCIO DO SILOGEU BRASILEIRO — N.º 2, pág 379
PRONUNCIAMENTO DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE CULTURA (UM) — N º 3, pág 612
QUARTO ANIVERSÁRIO DA INSTALAÇÃO DO I B G E (O) — N º 2, pág. 370
RECENSEAMENTO GERAL DA REPÚBLICA (O) — N º 3, pág 600; N º 4, pág 829
REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA NA XIII FEIRA DE AMOSTRAS (A) — N º 4, pág. 831
RESOLUÇÕES DA SECÇÃO DE ESTATÍSTICA DO OITAVO CONGRESSO CIENTÍFICO AMERICANO — N º 3, pág 609
SEBASTIÃO LEME FRANCO SALES — N º 4, pág. 838.
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — N º 4, pág 831
SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS — N º 1, pág 185; N º 2, pág 387; N º 3, pág 616; N º 4, pág 836
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — N º 2, pág 380; N º 4, pág 832
VIDA E A OBRA DE LUIZ MARIA DA SILVA PINTO (A) — N º 3, pág 612

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

PALAVRAS DE APRESENTAÇÃO — José Carlos de Macedo Soares — N º 1, pág 3.

SEGURANÇA NACIONAL

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E A SEGURANÇA NACIONAL (O) — M A Teixeira de Freitas — N º 1, pág 100.

SOCIOLOGIA

CRISE DA FAMÍLIA À LUZ DAS ESTATÍSTICAS — Pe Leonel Franca — N.º 1, pág 36
Ver BIBLIOGRAFIA — N º 2, págs 338, 340; N º 3, págs 579, 584, 585; N º 4, pág. 798

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA

BULHÕES CARVALHO — Redação — Anexo, entre as págs 6 e 7
DANIEL PEDRO MÜLLER — Redação — N º 2, pág. 289
LÉO DE AFFONSECA — Redação — N º 4, pág. 736.
LUIZ MARIA DA SILVA PINTO — Redação — N º 3, pág 546

ÍNDICE DE AUTORES

ANDERSON, Montogomery D
Sôbre a "Moeda Neutra" — N º 3, pág 528.

BROWN, Theodore Henry
Papel de Probabilidades (O) — N º 2, p 277

BEZERRA, Andrade
Papel do Município entre os elementos formativos do espírito da nacionalidade (O) — N º 2, pág 243

CARVALHO, Afrânio de
Cadastro Agrícola Nacional — N º 2, pág 301.

CARVALHO, Delly de
Resumo Histórico da Estatística no Paraná — N º 2, pág. 295.

CARVALHO, Fernando Mibielli de

Processos Monetários e o Empréstimo Público Interno como Receita Extraordinária do Estado (Os), Abelardo Vergueiro Cesar — N º 4, pág 802.

CARVALHO, Pedro Egídio de

Distribuição Efetiva e Distribuição Normal de um Fenômeno — N.º 3, pág. 486
Problema das Provas Repetidas (O) — N º 4, pág. 694

CASTRO, Lauro Sodré Viveiros de

Gráfico de Escala Logaritmica (O) — N º 1, pág. 134.

CAVALCANTI, Valdemar

Café (O), Basílio de Magalhães — N º 2, pág. 336
Ensáios de Geografia Humana do Brasil, Pierre Monbeig — N º 2, pág. 337
Ensaios de Geografia Humana do Brasil, Pierre Monbeig — N º 2, pág 337
Minas do Brasil e sua Legislação (As), (Geologia Econômica do Brasil), Pandiá Calógeras — N º 1, pág 143
Minas Gerais (As), Miran M de Barros Latif — N º 2, pág 338
Mundo que o Português Criou (O), *Gilberto Freyre* — N º 4, pág. 798
Panorama do Segundo Império, Nelson Werneck Sodré — N º 2, pág 338.
Sol & Banana, Raul Bopp e José Jobim — N º 1, pág 141.
Viagem ao Brasil, Príncipe Maximiliano — N º 3, pág 578
Viagem à Província de São Paulo, Saint-Hilaire — N º 2, pág 335

DIÉGUES Júnior, Manuel

Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo, Carvalho Franco — N º 3, pág 580
Elementos de Estatística Geral, Milton da Silva Rodrigues — N º 1, pág 142
Fundamentos de Sociologia, A Carneiro Leão — N º 2, pág 338.
Grandes Expedições Científicas do Século XX (As), Charles E Key — N º 3, pág 580
História Geral da Agricultura Brasileira (3 º vol), Luiz Amaral — N º 4, pág 800
Influência da Economia Agrícola na Idéia Republicana (A) — N º 1, pág 104
Initiation à l'Analyse Statistique, Léo Dugé de Bernonville — N º 1, pág. 140
Pernambuco e as Capitanias do Norte, J F de Almeida Prado — N º 2, pág 339
Roteiro do Café e outros Ensaios, Sérgio Milliet — N º 1, pág 145
Sociologia Educacional, Fernando de Azevedo — N.º 2, pág 340.

FERREIRA, Francisco Xavier

Sugestões sôbre a organização da estatística da província de São Pedro do Rio Grande (1822) — N º 1, pág. 137.

FRANCA, Pe Leonel, S J

Crise da Família à Luz das Estatísticas — N º 1, pág 36

FREITAS FILHO, Lincoln de — RANGEL, Eurico

Correlação entre as Mortalidades por Câncer e por Tuberculose — N.º 4, pág 665

GALVANI, Luiz

Algumas Observações sôbre Séries Estatísticas a Duas Dimensões — N º 1, pág 17

JOCHMANN, João

À Margem da Industrialização — N º 3, pág 535
Exportação do Brasil em Confronto com a de outros Países — N º 1, pág. 123.

KINGSTON, Jorge

Elasticidade de Substituição do Café Brasileiro (A) — N º 3, pág. 432.
Sôbre a Determinação Estatística da Lei da Demanda do Café — N º 4, pág. 723

LIMA, Raul

Assimilação e Populações Marginais do Brasil, Emílio Willems — N º 4, pág. 801
Brasil na Economia Mundial (O), José Jobim — N º 2, pág 341.
Continente Americano (El), Josefina Passadori — N º 2, pág. 342.
Pequena História das Américas, Afrânio Peixoto — N º 3, pág 581.

LOPES, Waldemar

Aspectos Açucareiros de Pernambuco, Gileno dé Carli — N º 2, pág. 343.
Problemas Nacionais de Imigração e Colonização, Antônio Gavião Gonzaga — N º 3, pág. 581

LOURENÇO FILHO

Alguns Aspectos da Educação Primária Brasileira — N º 4, pág. 649.
Estatística e Educação — N.º 1, pág. 66.
Tendências da Educação Brasileira — N º 2, pág. 257.

MACEDO SOARES, José Carlos de

Diretrizes Fundamentais da Estrutura e Atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — N º 2, pág 195
Palavras de Apresentação — N º 1, pág 3

MAGALHÃES Júnior, Sérgio Nunes

Masculinidade no Distrito Federal em 49 Anos (A) — N º 2, pág 253

MONTENEGRO, Tulo Hostílio

Conquista do deserto ocidental (A) — N º 4, pág 805

MORAIS, O Alexander de

Estatística e o Recenseamento do Ponto de Vista do Município (A) — N º 3, pág 473
Estatística Segundo os Processos de Elaboração Adotados (A) — N º 3, pág 550
Particularidades Atinentes à determinação da Mediana — N º 4, pág 741

MORTARA, Giorgio

Aspectos Internacionais do Recenseamento (Os) — N º 3, pág 421
Coeficiente Instantâneo de Mortalidade (O), A Pagano — N º 1, pág 139
Estudos sôbre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil — Parte I: Estimativa do número dos nascimentos — N.º 1, pág 7; Parte II: Conjeturas sôbre os níveis da natalidade e da mortalidade no Brasil no período 1870-1920 — N º 2, pág 229; Parte III: Análise dos erros existentes nas distribuições por idade da população do Brasil, baseadas nos censos — N º 3, pág 443; Parte IV: Ensaio de ajustamento das tábuas de mortalidade brasileiras calculadas por Bulhões Carvalho — N º 4, pág 674
Lei Estatística da Demanda do Café (A), Jorge Kingston — N º 3, pág 570

NERY, Felipe

Breve Notícia sôbre a Estatística Comercial Brasileira — N º 4, pág 743

OLIVEIRA, Albano

Resumo Histórico da Estatística no Rio Grande do Sul — N º 4, pág 754.

PAGANO, Aúthos

Esquema Analítico da Lei do Desenvolvimento Demográfico — N º 1, pág 51

PESSOA, H E Alvim

Cooperação Disciplinada e os Recentes Progressos da Estatística no Brasil (A) — N º 1, pág 86

RANGEL, Eurico — FREITAS FILHO, Lincoln de

Correlação entre as Mortalidades por Câncer e por Tuberculose — N º 4, pág 665.

RODRIGUES, Milton da Silva

Erros e Ilusões no uso da Estatística — N º 1, pág 29

SILVA, Benedito

Precisão e Exatidão — N º 3, pág 489

SIMONSEN, Roberto C

Recursos Econômicos e Movimentos das Populações — N º 2, pág 199

TEIXEIRA DE FREITAS, M A.

Dispersão Demográfica e Escolaridade — N º 3, pág 497.
Evasão Escolar no Ensino Primário Brasileiro (A) — N º 4, pág 697
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os Governos Regionais (O) — N º 2, pág 270
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Segurança Nacional (O) — N º 1, pág 100

VIRGILII, Filippo

Teorema de Bernouilli e Lei dos Grandes Números — N º 2, pág 292